



Prêmio Brasil
de Esporte e Lazer
de Inclusão Social

2ª EDIÇÃO

COLETÂNEA DOS PREMIADOS
DE 2010

Patricia Zingoni Machado de Moraes
Secretaria Municipal de Esportes,
Lazer e Turismo



PRÊMIO BRASIL DE ESPORTE E LAZER DE INCLUSÃO SOCIAL 2ª EDIÇÃO

**COLETÂNEA DOS TRABALHOS
PREMIADOS EM 2010**

Patricia Zingoni Machado de Moraes
Secretária Municipal de Esportes,
Lazer e Turismo

PRÊMIO BRASIL DE ESPORTE E LAZER DE INCLUSÃO SOCIAL 2ª EDIÇÃO

**COLETÂNEA DOS TRABALHOS
PREMIADOS EM 2010**

**GRÁFICA E EDITORA IDEAL
Brasília-DF
2010**

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Esporte

Orlando Silva de Jesus Júnior

Secretário Executivo do Ministério do Esporte

Waldemar Manoel Silva de Souza

Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer

Rejane Penna Rodrigues

Secretário Nacional de Esporte Educacional

Fábio Roberto Hansen

Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento

Ricardo Leyser Gonçalves

Organizadoras:

Patricia Zingoni Machado de Moraes

Mariana de Melo Rabelo

Capa: Gráfica e Editora Ideal Ltda

Diagramação/Impressão: Gráfica e Editora Ideal Ltda

Tiragem: 500 exemplares

Distribuição Gratuita.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Brasil. Ministério do Esporte. Secretaria de Desenvolvimento de Esporte e Lazer.

Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social / Ministério do Esporte,
Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer. – 2. ed. – Brasília :
Ideal, 2010.

600p.

ISBN: 978-85-89196-15-4

1. Premiação. 2. Esporte. 3. Lazer. I. Título. II. Coletânea dos premiados de
2009.

CDU 796:379.8(81)(079)

Os textos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores que os assinam.

CONSELHOS E COMISSÕES

Conselho Deliberativo:

Presidente: Orlando Silva de Jesus Júnior – Ministro de Estado do Esporte.

Maria Leonor Brenner de Ceia Ramos – Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL); Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto – Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte (DCTEC) da SNDEL; Cláudia Regina Bonalume – Diretora do Departamento de Políticas Sociais de Esporte e Lazer da SNDEL.

Conselho Consultivo:

Presidente: Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto – Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte (DCTEC) da SNDEL.

Cláudia Regina Bonalume – Diretora do Departamento de Políticas Sociais de Esporte e Lazer da SNDEL; Patrícia Zingoni Machado de Moraes – Coordenadora Geral de Tecnologia, Cooperação e Intercâmbio do DCTEC-SNDEL.

Comissão Julgadora:

Presidente: Rejane Penna Rodrigues - Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL).

Ana Elenara da Silva Pintos – Ministério do Esporte; Ana Maria Branco de Holleben - Vereadora Ponta Grossa/PR; Ana Rosa da Rosa Fonseca - SESI/BA; Beleni Salete Grandó – UFMG; Claudia Martins Ramalho - SESI/DF; Edmur Antonio Stoppa – USP; Ednaldo da Silva Pereira Filho - UNISINOS/RS; Eneida Feix - FAE/Sévigne; Erick Olímpio Dias - Consultor OEI; Érika Lourenço de Lima Klingl; Eustáquia Salvadora de Sousa - PUC/MG; Helen Wernik Nascimento - Consultora OEI; Hernan Dutra Soares Pena - Ministério do Esporte; Itamar Silva – IBASE; José Roberto Gnecco - Ministério do Esporte; Leonardo Alexandre Peyré Tartaruga – CBCE; Luiz Fernando Silva Bilibio - Saúde Pública; Márcio Romeu Ribas de Oliveira – UFAP; Ma-

ria Bernadete Falcão da Silva - Consultora OEI; Maria Cristina Rosa – UFOP; Marilita Aparecida Arantes Rodrigues - Secretária de Estado de Esporte e Juventude de MG; Maurício Miguel Martinez - Consultor OEI; Méri Rosane Santos da Silva – UFPEL; Nelson Freire Penteadó – UNIEURO; Ricardo de Figueiredo Lucena – UFPP; Ricardo Nascimento de Avellar Fonseca - Ministério do Esporte; Sebastião Josué Votré – UFRJ; Telma Maria Teixeira da Silva – OEI; Vivian Cristina Ribeiro Barbosa - Ministério do Esporte.

Comissão Organizadora:

Presidente: Patricia Zingoni Machado de Moraes – Coordenadora Geral de Tecnologia, Cooperação e Intercâmbio do DCTEC-SNDEL.

Leila Mirtes Santos Magalhães Pinto; Aline Leocadio de Lima; Alisson Valentin Pereira de Souza; Cleyton Lázaro de Moraes Farias; Maria Aparecida Fonseca; Mariana de Melo Rabelo; Olga Lúcia Barreira Ribeiro; Waldir Dimas Geraldo; Luana Cardoso Velo Castro.

Comissão de Edição e Difusão:

Presidente: Patricia Zingoni Machado de Moraes – Coordenadora Geral de Tecnologia, Cooperação e Intercâmbio do DCTEC-SNDEL.

Leila Mirtes Santos Magalhães Pinto; Aline Leocadio de Lima; Cleyton Lázaro de Moraes Farias; Maria Aparecida Fonseca; Mariana de Melo Rabelo; Olga Lúcia Barreira Ribeiro; Waldir Dimas Geraldo; Luana Cardoso Velo Castro.

SUMÁRIO

Prefácio.....	13
Apresentação	15
Portaria nº 89, de 13 de maio de 2010 – Regulamenta o Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social	17
Edital nº 2/2010/ME/SNDEL/PRÊMIO.....	19

CATEGORIAS COM PREMIAÇÃO REGIONAL

VENCEDORES DA CATEGORIA 1: DISSERTAÇÕES, TESES E PESQUISAS INDEPENDENTES

Categoria 1 – Região Norte

- 1º lugar:** Bu'ûgü I Tikunagü Arü I'âwe'etchiga -
O livro de brincadeiras do povo Tikuna
Jhones Rodrigues Pereira– AM.....35

Categoria 1 – Região Nordeste

- 1º lugar:** Democracia participativa e políticas públicas de esporte e lazer: o Programa Esporte na comunidade
Ana Amélia Néri Oliveira – CE 47
- 2º lugar:** PROJOVEM: impactos da inclusão dos jovens - uma análise dos egressos da qualificação profissional do Arco do Esporte e lazer em Recife
José Nildo Alves Caú – PE 63
- 3º lugar:** Política de Esporte e Lazer do Recife: a elaboração de um instrumento de avaliação
Brunna Carvalho Almeida – PE76

Categoria 1 – Região Sudeste

- 1º lugar:** Estudos sobre a gestão do Programa Esporte e Lazer da Cidade
Larissa Haddad Souza Vieira – MG..... 89
- 2º lugar:** Participação popular e transformação do espaço: a área de lazer Jardim Leblon (Belo Horizonte – MG)
Luciana Cirino Lages Rodrigues Costa – MG 103
- 3º lugar:** Um olhar sobre a política urbana de Belo Horizonte: há espaço para o lazer dentro do planejamento urbano?
Amanda Carolina Costa Silveira – MG 118

Categoria 1 – Região Sul

- 1º lugar:** Corpo, saúde e práticas corporais: uma análise da produção científica do campo da Educação Física
Priscilla de Cesaro Antunes – SC..... 132
- 2º lugar:** O Projeto Futuro Hoje em Maringá/PR: desafios da educação social rumo a política pública
Cléia Renata Teixeira de Souza – PR 149
- 3º lugar:** As relações entre as Organizações Não Governamentais e o Governo do Paraná no campo esportivo
Isabel Cristina Martines – PR 163

Categoria 1 – Região Centro-Oeste

- 1º lugar:** Esporte e cultura: esportivização de práticas corporais nos Jogos dos Povos Indígenas
Arthur José Medeiros de Almeida – DF 175
- 2º lugar:** Política e formação: o Programa Esporte e Lazer da Cidade no Distrito Federal e entorno
Pedro Osmar Flores de Noronha Figueiredo – DF..... 189
- 3º lugar:** Programa Segundo Tempo: conceito, gestão e efeitos
Pedro Fernando Avalone – DF 202

Categoria 3 – Região Sul

1º lugar: CIDADANIAR: uma afirmação de direitos
Janaína Lúcia Feijó – RS 432

2º lugar: A experiência de uma política pública de esporte e lazer em uma comunidade quilombola no Paraná: o caso do Feixo Renato Alexandre Rangel – PR 441

3º lugar: Experiência de Política Pública de Esporte e Lazer em Caxias do Sul: o desafio de construir uma gestão planejada e participativa
Silvana Regina Echer – RS 454

Categoria 3 – Região Centro-Oeste

1º lugar: Recreação e fazer: uma experiência dialética vivenciada na formação de professores de Educação Física
Marcia Cristina Rodrigues da Silva Coffani – MT 467

2º lugar: Enduro equestre adaptado: inclusão ao passe, trote e galope
Antonieta Martins Alves – DF 481

3º lugar: Projetos de extensão: do anonimato a glória
Ailton Ledoaldo Bichff – MT 492

CATEGORIAS COM PREMIAÇÃO NACIONAL

VENCEDORES DA CATEGORIA 4: ENSAIOS

1º lugar: Políticas públicas inclusivas: educando para a equidade de gênero no esporte e no lazer
Silvana Vilodre Goellner – RS 501

2º lugar: Megaeventos esportivos no Brasil: repensando as políticas públicas de participação para a inclusão
Leonardo José Mataruna dos Santos – RJ 511

3º lugar: Práticas corporais na contemporaneidade brasileira: compreendendo elementos interculturais para políticas públicas de esporte e lazer
Arthur José Medeiros de Almeida – DF 525

VENCEDORES DA CATEGORIA 5: MÍDIAS

Sub-categoria 5.1 – Jornalismo Impresso

1º lugar: Torcedor diferenciado
Erich Albuquerque Onida – RJ 541

2º lugar: Sem barreiras
Mariana Corsetti Oselame – RS 548

3º lugar: Geração 2016
Aristeu Vinícius de Paula – SP 553

Sub-categoria 5.2 - Telejornalismo

1º lugar: Judô inclusivo
Carmen Celia Tazinafo – RJ 556

2º lugar: Série especial-Política Nacional do Esporte
Aline Bastos dos Reis – DF 567

3º lugar: Esporte paraolímpico em Brasília
Carlos Molinari Rodrigues Severino – DF 573

Sub-categoria 5.3 - Fotojornalismo

1º lugar: Sem Barreiras
Camila da Silva Domingues – RS 578

2º lugar: A alegria de um povo
Aldenir Jacques da Silva – RJ 582

Sub-categoria 5.5 – Áudio visual educativo

1º lugar: Arte que liberta
Leandra Batista – MG 585

2º lugar: Abertura dos Jogos Municipais da Pessoa
com Deficiência
Pedro Guimarães de Oliveira – PE 590

3º lugar: Antes de cair
Edmundo de Drummond Alves Junior – RJ 592

VENCEDORES DA CATEGORIA 2: MONOGRAFIAS DE GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO

Categoria 2 – Região Norte

1º lugar: O discurso dos professores de lazer na formação do Curso de Educação Física
Gustavo Maneschy Montenegro – PA..... 221

2º lugar: Projeto Atleta – Cidadão: um estudo sobre a relação aluno-atleta a partir do olhar de quem joga
Ana Amália de Sá – PA 232

Categoria 2 – Região Nordeste

1º lugar: *Políticas Públicas de Esporte e Lazer*
em Alagoínhas: maneiras de ver e fazer da gestão 2001-2008
Hosana Larissa Guimarães Oliveira – BA 245

2º lugar: O esporte como política social: um estudo sobre a responsabilidade do Estado e a intervenção do 3º Setor
Mariana Guedes Gonçalves – MA 258

3º lugar: O jogo cooperativo como proposta educativa nas aulas de Recreação na Vila Olímpica do Canindezinho
Luana Caetano de Medeiros – CE 265

Categoria 2 – Região Sudeste

1º lugar: Lazer, mercado e corpo: um estudo sobre a juventude no carnaval de Ouro Preto
Sarah Teixeira Soutto Mayor – MG 278

Categoria 2 – Região Sul

1º lugar: O estado da arte de comunidades quilombolas no Paraná: as práticas corporais em questão
Thais Godoi de Souza – PR 291

2º lugar: Os benefícios de um programa de ecoturismo com atividades físicas para idosos
Lilian Suelen de Oliveira Cunha – SC 305

Categoria 2 – Região Centro-Oeste

1º lugar: Mestre Sabú e a Capoeira Angola em Goiás: sonhos e dilemas de um educador popular
Tatiana Tucunduva – GO 317

VENCEDORES DA CATEGORIA 3: RELATOS DE EXPERIÊNCIA

Categoria 3 – Região Norte

- 1º lugar:** Santarém: brincando, conhecendo e reconstruindo a nossa história
Rita Maria de Fátima Peloso Grasso – PA 329
- 2º lugar:** Triângulo TUKANO: uma política pública de inclusão sócio-cultural do esporte e lazer para os povos indígenas de São Gabriel / AM
Jhones Rodrigues Pereira – AM 340
- 3º lugar:** Xadrez, o jogo da vida
Mário de Nazaré Moreira Cardoso – PA 352

Categoria 3 – Região Nordeste

- 1º lugar:** Resignificando a Educação Física Escolar
Jehorvan Carvalho de Melo – BA 365
- 2º lugar:** Gestão de equipamentos de esporte e lazer do Recife e a construção da comissão de usuários
Gilberto Bezerra Borges – PE 378
- 3º lugar:** Inclusão e empreendedorismo social através do esporte
Renildo Rossi Júnior – BA 392

Categoria 3 – Região Sudeste

- 1º lugar:** KARATE-DO e TAEKWONDO, inclusão pelo esporte
Caterina de Castro Rino – SP 403
- 2º lugar:** MOVIMENTEAÇÃO - Eu Faço Parte
Sandra Casseri Rindeika – SP 414
- 3º lugar:** Os valores na iniciação esportiva: o papel do treinador/monitor no Programa SEGUNDO TEMPO em Piraju
Patrícia Vieira Lima Oliveira – SP 424

PREFÁCIO

Com grande honra apresento a Coletânea do 2º Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social, obra que homenageia os autores premiados nas cinco Categorias desta Edição.

Esta publicação registra o prosseguimento dado à primeira edição do Prêmio, que foi realizada em 2008. Registra também sonhos, projetos e realizações de muitos brasileiros e brasileiros comprometidos com o esporte e o lazer de inclusão social em todo nosso País.

Afinal, a Segunda Edição do Prêmio Brasil reuniu 222 participantes seja como pesquisadores, estudantes, gestores, jornalistas, fotógrafos e agentes sociais que se debruçaram sobre várias óticas do tema em foco, destacando questões relacionadas: aos indígenas, quilombolas, idosos, deficientes, população carcerária; jovens, a esportes (Karatê dô, Takanendô, Judô, Enduro Equestre), ao esporte paraolímpico, aos megaeventos esportivos, a questões de gênero, relacionadas à saúde, à Educação Física escolar, à educação social, ao planejamento urbano, à gestão de política pública participativa, à gestão de equipamentos públicos, à relação entre política de Governo e Terceiro Setor; ao empreendedorismo social, à avaliação de política pública; aos vários Programas Sociais de Esporte e Lazer e à Política Nacional de Esporte.

O resultado final deste concurso foi a premiação de 51 obras reunidas em um conjunto significativo que valoriza produções oriundas das cinco regiões brasileiras. Resultado também da seleção criteriosa de uma comissão avaliadora composta por 29 especialistas de todo o País, que selecionaram os trabalhos.

Com isso, creio que o objetivo do Prêmio de incentivar, apoiar e valorizar produções científicas, tecnológicas, pedagógicas e jornalísticas que contribuem com a qualificação das Políticas Públicas de Esporte e Lazer de inclusão social, e com a inserção do Ministério do Esporte na agenda da Ciência e Tecnologia Brasileira, foi plenamente exitoso.

Outro objetivo alcançado é a disponibilização dessas produções para que estejam ao alcance de toda população, permitindo-lhes não só visualizar e conhecer melhor os resultados dos estudos e trabalhos dos autores aqui reunidos como também poder, a partir deles, planejar,

fundamentar e ampliar novas investigações e práticas sobre a inclusão social, o Esporte o Lazer.

Espero que este livro, que está disponível em PDF no site do Ministério do Esporte, possa representar uma fonte de pesquisa e de enriquecimento de novos estudos e trabalhos na área.

O Brasil do futuro, também está sendo desenhado pelas oportunidades de megaeventos esportivos e representado pelo legado social que estes deixam para toda nossa população. O Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social é também um dos meios para alcançar esse objetivo. Os trabalhos aqui reunidos apontam para a co-responsabilidade de todos no sentido da conquista da cidadania. Chamam nossa atenção para muitas iniciativas que estão sendo desenvolvidas em todas as regiões demonstrando a força do que já existe entre nós.

Assim, espero que esse Prêmio e suas publicações possam contribuir para ampliar espaços de discussão e ação, fazendo “parte” dos diálogos e implementações que têm sido estabelecidos pela política brasileira a partir das três Conferências Nacionais de Esporte realizadas nos últimos anos. Que possa ainda ajudar a fundamentar as políticas intersetoriais que dialogam com as experiências dos demais ministérios.

Desejo uma boa leitura e muito diálogo com estes trabalhos!

Rejane Penna Rodrigues

Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer
Ministério do Esporte

APRESENTAÇÃO

Tenho prazer e alegria em apresentar este livro e convido você a dialogar com as experiências e estudos que reúne, cuja seleção é fruto de uma ação nacional que contou com a participação de 270 autores e de 222 trabalhos inscritos na 2ª edição do PRÊMIO BRASIL DE ESPORTE E E LAZER DE INCLUSÃO SOCIAL.

Destes, 51 trabalhos foram premiados, advindos de todas as regiões brasileiras (14 Estados e o Distrito Federal), consolidando um sonho do Ministério do Esporte cuja primeira edição se concretizou em 2008 com a participação de 145 autores de 90 trabalhos inscritos àquela época. O resultado de 2010 mostra também que o Prêmio Brasil cresceu significativamente em relação ao número de trabalhos premiados em 2008.

Com objetivos de incentivar, apoiar e valorizar produções científicas, tecnológicas, pedagógicas e jornalísticas que contribuem com a qualificação das políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social, o Prêmio Brasil, em sua 2ª edição, aprovou 182 trabalhos para a “Etapa de Avaliação de Mérito do Conteúdo”, sendo 39 na Categoria de Tese, Dissertação e Pesquisa Independente, 29 Monografias de Graduação e Especialização, 66 Relatos de Experiências, 19 Ensaios e 29 trabalhos inscritos nas cinco modalidades de Mídias.

Seu público alvo envolve pesquisadores, estudantes, gestores, jornalistas, fotógrafos, agentes sociais e outros participantes que tenham como foco dos seus estudos e experiências as políticas públicas de esporte e de lazer. O público beneficiado direto também é formado por gestores de esporte e lazer e a população atendida pelos programas sociais do Ministério do Esporte. Este público beneficiado amplia-se uma vez que as obras premiadas são socializadas para todo o País por meio digital (site do Ministério do Esporte) e impresso, como o presente livro, que reúne artigos de todos os trabalhos agraciados com o 2º Prêmio Brasil.

A qualidade do Prêmio é também garantida pelo trabalho de seleção de uma Comissão Julgadora atenciosa, que neste ano de 2010 foi composta por 29 (vinte e nove) pareceristas (pesquisadores, forma-

dores, gestores e jornalistas) com reconhecida experiência e que não integram os quadros institucionais e não são orientadores de trabalhos inscritos nas categorias que julgam.

Utilizando-se da metodologia “duplo cego”, cada trabalho foi avaliado por dois pareceristas diferentes, considerando-se as normas definidas no edital do Prêmio e os critérios de: Relevância, Viabilidade, Inovação, Fundamentação e Argumentação Crítica, Qualidade Linguística e Visual.

O Prêmio Brasil de esporte e Lazer de Inclusão Social entra numa fase de amadurecimento espero que seja cada vez mais um meio mobilizador de estudos e experiências que possam contribuir com a qualidade crescente de nossas ações políticas.

Parabéns a todos os concorrentes e especialmente aos agraciados pelo 2º Prêmio Brasil!

O trabalho de todos vocês é de suma importância para a construção de um sonho de todos nós: um país mais justo e mais consciente da importância do esporte e do lazer para a nossa qualidade vida!

Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto

Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte
Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer
Ministério do Esporte

MINISTÉRIO DO ESPORTE

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 89, DE 13 DE MAIO DE 2010

Institui o “Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social”, do Ministério do Esporte.

O MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

Art.1º Instituir o “Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social”, destinado à premiação de produções científicas, tecnológicas, jornalísticas e pedagógicas que demonstrem efetiva contribuição para o desenvolvimento de políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social no País.

Art.2º O “Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social” será realizado bianualmente, sendo que a “Etapa de Premiação” ocorrerá nos anos pares e a “Etapa de Difusão” nos anos ímpares.

Art.3º Caberá à Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, do Ministério do Esporte, coordenar o planejamento, a execução e o monitoramento das ações previstas para a realização do Prêmio, emitindo as demais instruções necessárias ao cumprimento da presente Portaria, com base em Edital específico para a realização de cada Edição do Prêmio.

Art.4º Caberá, ainda, à referida Secretaria a organização de uma publicação com o resumo dos trabalhos selecionados, bem como a elaboração do planejamento e da implementação da difusão dos mesmos.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO SILVA

Ministro de Estado do Esporte

MINISTÉRIO DO ESPORTE
Secretaria Nacional de Desenvolvimento
de Esporte e de Lazer
Departamento de Ciência e
Tecnologia do Esporte

EDITAL N.º. 2 DE 2010/ME/SNDEL/Prêmio

A União por intermédio do Ministério do Esporte, neste ato representado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer – SNDEL -, torna público o presente Edital da **Segunda Edição** do Concurso “**2º PRÊMIO BRASIL DE ESPORTE E LAZER DE INCLUSÃO SOCIAL**”, destinado ao reconhecimento de iniciativas técnicas, científicas e pedagógicas que apresentem contribuições e subsídios para a qualificação das políticas públicas inclusivas de esporte e de lazer. O referido Prêmio é instituído pela **PORTARIA N.º. 089 DE 13 DE MAIO DE 2010** e será regido pelo presente Edital, nos termos da lei n.º. 8.666/93 de 21/06/2003 e Processo Administrativo n.º. 58701.000129/2010-81.

1. DOS OBJETIVOS E DAS ETAPAS DE REALIZAÇÃO

1.1 O “**2º PRÊMIO BRASIL DE ESPORTE E LAZER DE INCLUSÃO SOCIAL**” tem por objetivos:

1.1.1 incentivar, apoiar e valorizar produções científicas, tecnológicas, pedagógicas e jornalísticas que apresentem contribuições com a qualificação e inovação de políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social por meio de seleção, premiação e difusão de trabalhos;

1.1.2 contribuir com o reconhecimento da participação do Ministério do Esporte na agenda da Ciência e Tecnologia Brasileira.

1.2 O “**2º PRÊMIO BRASIL DE ESPORTE, LAZER DE INCLUSÃO SOCIAL**” será desenvolvido em duas etapas, a saber:

1.2.1 **ETAPA DE PREMIAÇÃO**, realizada em anos pares, com o objetivo de selecionar trabalhos produzidos pelas seguintes **CATEGORIAS**:

1. DISSERTAÇÃO, TESE E PESQUISA INDEPENDENTE: documento escrito que comunique resultado de estudo científico inédito, aprovado no período de 2008-2010, por Instituição de Ensino Superior com vistas à obtenção de título de Mestre (Dissertação) ou Doutor (Tese); ou financiado por Fundações de Amparo à Pesquisa, no caso de Pesquisas Independentes, cujo objeto de estudo seja relevante para o desenvolvimento de políticas públicas inclusivas de esporte e de lazer.

2. MONOGRAFIAS DE GRADUAÇÃO E DE ESPECIALIZAÇÃO: documento escrito que represente resultado de estudo científico inédito aprovado, no período de 2008-2010, como trabalho final de Curso de Graduação ou Especialização (lato senso), cujo objeto de estudo seja relevante para o desenvolvimento de políticas públicas inclusivas de esporte e de lazer.

3. RELATO DE EXPERIÊNCIA: trabalho escrito inédito produzido por um autor ou grupo de autores, que descreva e analise experiência vivida de política pública inclusiva de esporte e de lazer. O texto escrito deverá ser elaborado conforme orientações definidas no Anexo 1 deste Edital.

4. ENSAIO: trabalho escrito inédito que consiste na exposição lógica e reflexiva, com argumentação rigorosa, elevado nível de interpretação e julgamento pessoal, cujo tema tratado seja relevante para o desenvolvimento de políticas públicas inclusivas de esporte e de lazer.

5. MÍDIAS: trabalhos desenvolvidos com o tema: **ESPORTE, LAZER, JUVENTUDE E PROMOÇÃO DA PAZ**, considerando as seguintes **CATEGORIAS**:

5.1. JORNALISMO IMPRESSO: matéria, reportagem ou série de reportagens, editadas em veículos impressos, jornais ou revistas, nacionais, de periodicidade igual ou inferior a trimestral, no período de 2008 a 2010.

5.2. TELEJORNALISMO: matéria, reportagem ou série de reportagens exibidas em emissoras de televisão nacionais, em canal aberto ou fechado, no período de 2008 a 2010.

5.3. FOTOJORNALISMO: fotografia publicada em veículos impressos, jornais ou revistas, nacionais, de periodicidade igual ou inferior a trimestral, no período de 2008 a 2010, acompanhada de matéria jornalística sobre o tema desta premiação.

5.4. WEBJORNALISMO: matéria, em qualquer formato, veiculada em portais ou sites de empresas jornalísticas registradas com domínio brasileiro na rede mundial de computadores ou que, sabidamente, sejam empresas nacionais, no período de 2008 a 2010.

5.5. AUDIO VISUAL EDUCATIVO: DVD que documente pesquisas, experiências ou propostas educativas relevantes para o desenvolvimento de políticas públicas inclusivas de esporte e de lazer. O material midiático deverá ser acompanhado de roteiro escrito sobre o conteúdo da produção educativa realizada.

1.2.2 **ETAPA DE DIFUSÃO**, desenvolvida em anos ímpares, com o objetivo de socializar os trabalhos premiados, contribuindo com a qualificação da gestão das políticas públicas de esporte e de lazer no País, por meio das seguintes iniciativas:

- a) publicação e difusão da **COLETÂNEA DOS PREMIADOS 2010**;
- b) publicação na íntegra das obras premiadas em primeiro lugar na Categoria **DISSERTAÇÃO, TESE E PESQUISA INDEPENDENTE**.
- c) socialização dos trabalhos premiados em fóruns de “Formação de Gestores”, presenciais e/ou à distância, desenvolvidos no País.

2. DA ABRANGÊNCIA DAS CATEGORIAS DO PRÊMIO

2.1 O Prêmio abrange todo território brasileiro, considerando premiações de trabalhos em âmbitos nacional e regional.

2.2 Para efeito deste Edital, são consideradas **CATEGORIAS DE INSCRIÇÃO E PREMIAÇÃO REGIONAL** (Sul, Sudeste, Nordeste, Norte e Centro-Oeste, que inclui o Distrito Federal):

Categoria: DISSERTAÇÃO, TESE E PESQUISA INDEPENDENTE

Categoria: MONOGRAFIAS DE GRADUAÇÃO E DE ESPECIALIZAÇÃO

Categoria: RELATO DE EXPERIÊNCIA

2.3 Para efeito deste Edital, são consideradas **CATEGORIAS DE PREMIAÇÃO NACIONAL**:

Categoria: ENSAIO.

Categoria: MÍDIAS:

JORNALISMO IMPRESSO

TELEJORNALISMO

FOTOJORNALISMO

WEBJORNALISMO

AUDIO VISUAL EDUCATIVO

3. DOS RECURSOS

As despesas com a concessão do Prêmio serão custeadas com recursos oriundos do orçamento do Ministério do Esporte/Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, bem como de financiadores e apoiadores desta ação.

4. DOS PARTICIPANTES

4.1 Podem concorrer ao Prêmio pesquisadores, estudantes, gestores, agentes sociais, jornalistas, fotógrafos e outros participantes que tenham como foco dos seus estudos e experiências as políticas públicas de esporte e de lazer.

4.2 Para fins deste Edital, são considerados participantes do Prêmio pessoas físicas, brasileiras e/ou estrangeiras, desde que, essas últimas, comprovem residência no Brasil há pelo menos 3 (três) anos, e que atendam as diretrizes apresentadas por este edital.

4.3 É vedada a participação no Prêmio aos servidores do Ministério do Esporte (sejam eles nomeados, contratados, comissionados, terceirizados ou estagiários) e seus parentes diretos (cônjuge, pais e filhos). É vedada, ainda, a participação de pessoas diretamente ligadas aos membros das Comissões Organizadora e Julgadora, conforme indicado no item 7.1.1.1. deste Edital. 4.4 Candidatos menores de 18 (dezoito) anos deverão apresentar autorização expressa de seu(s) respectivo(s) responsável(is).

4.5 Os participantes devem apresentar situação de regularidade fiscal, com relação às obrigações federais.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1 A inscrição de cada trabalho deverá ser feita por pessoa física, ou por um grupo de pessoas nos casos da Categoria **RELATO DE EXPERIÊNCIA** e das modalidades da Categoria **MÍDIAS** (Jornalismo impresso; Telejornalismo; Fotojornalismo; Webjornalismo; Áudio visual educativo).

5.2 Em caso de trabalho em equipe, na ficha de inscrição devem constar os nomes dos autores, assim como o nome do representante da equipe a quem caberá receber o Prêmio caso o trabalho inscrito seja vencedor em sua categoria.

5.3 Na Categoria **MÍDIAS** poderão ser inscritas matérias, reportagens e fotografias publicadas em veículos de comunicação nacionais, escritas em português e assinadas por jornalistas brasileiros ou estrangeiros residentes no país, que forem veiculadas no período de 2008 a 2010. Em caso de matérias, reportagens ou séries de reportagens em telejornais, a inscrição deverá ser feita em nome do repórter e do repórter cinematográfico responsáveis pelo material exibido.

5.4 Em caso de dúvidas sobre autoria de matérias jornalísticas, vale o critério profissional da assinatura impressa e ou créditos gerados no VT (em caso de matéria veiculada em televisão). No caso de ausência desta, o autor fará acompanhar sua inscrição de carta do diretor de redação ou de quem de direito, reconhecendo a autoria.

5.5 As inscrições poderão ser realizadas no período de 9h do dia 01 de junho às 18h (horário de Brasília) do dia 30 agosto, exclusivamente via site do Ministério do Esporte (www.esporte.gov.br), com preenchimento e envio eletrônico de todos os dados que compõe o processo de inscrição.

5.6 Após a inscrição on-line, o participante deverá encaminhar, obrigatoriamente até o dia 06 de setembro (data de postagem), via SEDEX, em envelope lacrado e indevassável, as seguintes informações e documentos:

- a) Cópia impressa dos trabalhos inscritos nas Categorias 1, 2, 3 e 4.
- b) Os inscritos na Categoria Mídias deverão encaminhar:

Jornalismo Impresso – 1 (um) original da matéria, reportagem ou série de reportagens inscrita, onde esteja visível o nome do jornal ou revista e a data da publicação, e uma cópia digital, em formato PDF, gravada em CD.

Telejornalismo – 1 (uma) cópia, em DVD, da matéria, reportagem ou série de reportagens inscrita. É obrigatória na edição do DVD a ser enviado para análise dos trabalhos, a inclusão da chamada do apresentador antes da apresentação da matéria.

Fotojornalismo - 1 (um) original da matéria ou reportagem em que a foto inscrita foi veiculada, onde esteja visível o nome do jornal ou revista e a data da publicação, uma cópia digital, em formato PDF, mais uma cópia da foto em resolução 4256 X 2848 ou superior, gravadas em CD.

Webjornalismo – 1 (uma) cópia da página, ou do conjunto de páginas, da matéria/reportagem em CD. Essa cópia deve ser acompanhada de 1 (uma) impressão que comprove a publicação do material, por meio do endereço virtual em que a(s) página(s) esteja(m) alocada(s).

Áudio visual educativo – 1 (uma) cópia do vídeo inscrito, em DVD, acompanhado de roteiro impresso sobre o conteúdo educativo da produção realizada.

- c) Ofício-resposta recebido pelo participante no cadastro on-line do trabalho, devidamente assinado pelo candidato.
- d) Cópia da carteira de identidade do autor ou representante do grupo responsável pelo trabalho inscrito.
- e) Cópia do CPF (Cadastro de Pessoa Física) do autor ou repre-

sentante do grupo responsável pelo trabalho inscrito; em caso de estrangeiro, deverá incluir o número do passaporte do mesmo, com prazo de validade para circulação em âmbito nacional.

f) Comprovante de residência fixa do autor ou representante do grupo responsável pelo trabalho inscrito.

g) Documento de aprovação do trabalho acadêmico inscrito nas Categorias 1 e 2 do Prêmio.

h) Declaração de “Garantia de Direitos Coletivos”, conforme modelo Anexo 3.

6. DA PREMIAÇÃO

6.1 Serão concedidos prêmios e certificados, conforme especificação a seguir.

6.1.1 A premiação constará de:

Categoria 1. DISSERTAÇÃO, TESE E PESQUISA INDEPENDENTE: máximo de 15 (quinze) prêmios, considerando os três primeiros colocados por Região.

Categoria 2. MONOGRAFIAS DE GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO: máximo de 15 (quinze) prêmios, considerando os três primeiros colocados por Região.

Categoria 3. RELATO DE EXPERIÊNCIA: máximo de 15 (quinze) prêmios, considerando os três primeiros colocados por Região.

Categoria 4. ENSAIO: 03 (três) prêmios, considerando os três primeiros colocados no nível nacional.

Categoria 5. MÍDIAS:

JORNALISMO IMPRESSO - 03 (três) prêmios, considerando os três primeiros colocados no nível nacional.

TELEJORNALISMO - 03 (três) prêmios, considerando os três primeiros colocados no nível nacional.

FOTOJORNALISMO - 03 (três) prêmios, considerando os três primeiros colocados no nível nacional.

WEBJORNALISMO - 03 (três) prêmios, considerando os três primeiros colocados no nível nacional.

ÁUDIO VISUAL EDUCATIVO - 03 (três) prêmios, considerando os três primeiros colocados no nível nacional.

6.1.2 O trabalho que for contemplado com o primeiro lugar, em cada categoria, receberá o valor bruto de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

6.1.3 O trabalho que for contemplado com o segundo lugar, em cada categoria, receberá o valor bruto de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

6.1.4 O trabalho que for contemplado com o terceiro lugar, em cada categoria, receberá o valor bruto de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

6.2 Os prêmios e certificados correspondentes aos trabalhos selecionados serão entregues em cerimônia oficial, específica para este fim.

6.3 Os trabalhos concorrentes ao Prêmio receberão certificados de participação no mesmo.

6.4 Os trabalhos participantes do Prêmio serão difundidos, conforme formas especificadas no item 1.2.2, deste Edital.

6.5 Na categoria **TELEJORNALISMO** serão premiados, igualmente, o repórter e o repórter cinematográfico que assinam o trabalho.

7. DOS CONSELHOS E COMISSÕES

7.1 Para planejamento e execução do Prêmio serão articulados, de forma integrada, os seguintes colegiados:

7.1.1 **Conselho Deliberativo:** presidido pelo/a Ministro/a de Estado do Esporte, é composto pelo/a Chefe de Gabinete e Diretores/as dos Departamentos de Ciência e Tecnologia do Esporte e Políticas Sociais de Esporte e Lazer, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer.

7.1.2 **Conselho Consultivo:** presidido pelo/a Diretor/a do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer/ Ministério do Esporte, é composto por representantes do Departamento de Políticas Sociais de Esporte e Lazer, das Secretarias do Ministério

do Esporte e de consultores externos representantes de setores governamentais e entidades da sociedade civil com experiências em cessão de prêmios.

7.1.3 Comissão Julgadora: presidida pelo/a Secretária/o Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer/Ministério do Esporte e Secretariada pela/o Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte/Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer/Ministério do Esporte, é composta por especialistas nas categorias deste Prêmio, incluindo, pareceristas ad hoc para análise de trabalhos.

7.1.4 Comissão Organizadora: presidida pelo/a Coordenador/a Geral de Tecnologia, Cooperação e Intercâmbio, do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer/Ministério do Esporte, é composta por equipe técnica responsável pela execução das atividades previstas para serem desenvolvidas nas 2 (duas) etapas do Prêmio.

7.1.5 Comissão de Edição e Difusão: presidida pelo/a Coordenador/a Geral de Tecnologia, Cooperação e Intercâmbio, do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer/Ministério do Esporte, é composta por consultores e equipe técnica responsável pela implementação do plano de difusão.

7.1.1.1 Os integrantes dos Conselhos e das Comissões não podem: concorrer ao Prêmio; possuir vínculo de parentesco com os participantes; desempenhar, no período da realização do Prêmio, o papel de orientadores de autores inscritos; e/ou responder pela orientação de trabalhos concorrentes, em qualquer Categoria.

7.2 Os Conselhos e as Comissões terão as atribuições especificadas a seguir.

7.2.1 Caberá ao Conselho Deliberativo: designar os membros das Comissões; monitorar o desenvolvimento do Prêmio; solucionar controvérsias ou pendências encaminhadas pelas Comissões, bem como casos omissos neste Edital; homologar os resultados; encaminhar publicações de resultados e produtos a eles relacionados.

7.2.2 Caberá ao Conselho Consultivo: analisar e avaliar o Projeto

do Prêmio; apresentar sugestões; aprovar seu Regulamento e Edital; sugerir especialistas para composição da Comissão Julgadora; avaliar a realização do Prêmio.

7.2.3 Caberá à Comissão Julgadora: avaliar os trabalhos inscritos no Prêmio; selecionar aqueles a serem premiados; emitir parecer sobre resultado final da premiação.

7.2.4 Caberá à Comissão Organizadora: realizar a secretaria do Prêmio (inscrições, cadastramento dos trabalhos, documentação do Prêmio, viabilização das reuniões dos Conselhos e Comissões, zelando pelo cumprimento do Edital do Prêmio e providenciando eventuais modificações); executar a avaliação preliminar, para enquadramento formal dos trabalhos inscritos; planejar e acompanhar o Plano de Comunicação do Prêmio; organizar a premiação dos trabalhos selecionados; prever os serviços necessários à realização das cerimônias de lançamento e premiação.

7.2.5 Caberá à Comissão de Edição e Difusão: organizar as publicações (digital e escrita) dos trabalhos premiados; planejar e executar a etapa de Difusão do Prêmio, ouvindo os Conselhos Deliberativo e Consultivo.

8. DA AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS E PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS

8.1 Os trabalhos inscritos serão avaliados em dois momentos conforme as especificidades definidas a seguir.

8.1.1 O primeiro momento constará de Avaliação Preliminar, levando em conta o enquadramento formal dos trabalhos inscritos segundo as normas do Prêmio, previstas no item 5 deste Edital.

8.1.2 O segundo momento corresponderá à Avaliação de Mérito do Conteúdo dos trabalhos inscritos, em todas as categorias, considerando os seguintes critérios gerais:

- a) **relevância** para a formulação e qualificação de políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social;
- b) **viabilidade** na solução de problemas de gestão de políticas públicas de esporte e lazer no País (potencial de impacto e capacidade de influir na geração de resultados efetivos);
- c) **inovação** nas iniciativas de gestão de políticas públicas de

- esporte e lazer de inclusão social;
- d) **fundamentação e argumentação crítica** do trabalho;
- e) **qualidade lingüística** na produção dos trabalhos inscritos, considerando coesão, coerência e correção.

8.2 A Avaliação Preliminar será de responsabilidade da Comissão Organizadora e a Avaliação de Mérito do Conteúdo de responsabilidade da Comissão Julgadora.

8.3 A Comissão Julgadora é soberana em sua avaliação, não cabendo recursos nas decisões que proferir sobre a premiação a ser realizada.

8.4 Os resultados da Avaliação Preliminar e da Avaliação de Mérito do Conteúdo (classificatória) serão divulgados no sítio do Ministério do Esporte (www.esporte.gov.br) e publicados no Diário Oficial da União.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 Os casos omissos, relativos a este Edital, serão resolvidos pelo Conselho Deliberativo do Prêmio e em conformidade com o artigo 54 da Lei n. 8.666/93.

9.2 Os trabalhos inscritos irão compor um Banco de Dados sobre o Prêmio, organizado e disponibilizado pelo Ministério do Esporte com fins de documentação e divulgação de estudos sobre políticas públicas de esporte e de lazer.

9.3 Os direitos autorais dos trabalhos selecionados e/ou premiados pertencem aos autores, bem como a responsabilidade pela autenticidade das informações concedidas, reservando-se ao Ministério do Esporte a prerrogativa de publicá-los conforme especificações previstas no Edital, em conjunto ou separados, e em qualquer idioma, sem quaisquer ônus ou pagamentos, a qualquer tempo, desde que citado o autor e a promoção do Ministério, com especificação dos integrantes dos Conselhos e Comissões.

9.4 As publicações impressas serão distribuídas gratuitamente, sendo destinados 3 (três) exemplares da primeira edição para cada um dos autores premiados.

9.5 A inscrição no Prêmio implica na aceitação tácita, por parte dos participantes, de todas as normas expressas no presente Edital.

9.6 Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital perante a Administração o participante que não o fizer até o 2º dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de propostas. As impugnações deverão ser encaminhadas à Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, Ministério do Esporte; SAN - Qd. 3, lote A, 1º andar, Sala 1291- Ed. Núcleo dos Transportes, aos cuidados da Comissão Organizadora do Prêmio.

9.7 A autoridade competente para aprovação do procedimento impugnatório somente poderá revogar o concurso por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

9.8 Integram o presente Edital: Anexo 1 (Elementos Básicos para Inscrição de Relato de Experiência), Anexo 2 (Mídias: Áudio Visual Educativo) e Anexo 3 (Declaração de Garantia de Direitos Coletivos).

10. CRONOGRAMA

10.1 Lançamento do Edital: **2010**

10.2 Início da inscrição on-line: **01/06/2010**

10.3 Data final para inscrição on-line: **30/08/2010 até às 18h (horário de Brasília)**

10.4 Data final para postagem dos documentos solicitados (item 5.4 deste Edital) e cópia dos trabalhos inscritos: **06/09/2010**

10.5 Divulgação dos resultados: **a partir de Outubro de 2010**

10.6. Cerimônia de Premiação: **Dezembro de 2010**

11. CONSIDERAÇÃO FINAL

Maiores esclarecimentos e informações poderão ser obtidos pelo telefone: (61) 3429-6870 e 6824, tratar com Alisson Valentim Pereira de Souza.

Rejane Penna Rodrigues

Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer

ANEXO 1

ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DE RELATO DE EXPERIÊNCIA:

Título do trabalho:

Autor Responsável:

Co-autores (em caso de trabalho em equipe):

Resumo:

Texto:

Introdução:

Descrição da experiência analisada: objetivo(s), justificativa, público alvo, metodologia, fundamentos e atividades, dentre outras informações.

Desenvolvimento:

Apresentação e análise dos principais resultados observados na experiência analisada.

Conclusão:

Relevância desta experiência para as políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social.

Fontes Bibliográficas e/ou documentais analisadas.

Observação: Os relatos de experiências poderão incluir a apresentação de fotos.

ANEXO 2

ROTEIRO DE CONTEÚDO DA CATEGORIA MÍDIAS: ÁUDIO VISUAL EDUCATIVO

Título do trabalho:

Autor Responsável:

Co-autores (em caso de trabalho em equipe):

Tema do Trabalho:

Formato do Trabalho:

Objetivo do Trabalho:

Justificativa – motivo pelo qual a mídia foi desenvolvida:

Caracterização do público-alvo:

Usos – passo a passo de utilização da mídia:

ANEXO 3

DECLARAÇÃO DE GARANTIA DE DIREITOS COLETIVOS

Eu, _____ (nome do coordenador) _____, na condição de coordenador do grupo inscrito na categoria (número da categoria do Prêmio) com o trabalho _____ (título do trabalho) _____, informo que os direitos referentes a este estudo estão garantidos integralmente a todo o grupo de pessoas que o produziram.

Assinatura:

Número do CPF:

Data:

CATEGORIA 1
DISSERTAÇÕES, TESES E PESQUISAS
INDEPENDENTES

REGIÃO NORTE

BU'ÛGÜ I TIKUNAGÜ ARÜ I'ÂWE'ETCHIGA - O LIVRO DE BRINCADEIRAS DO POVO TIKUNA

Jhones Rodrigues Pereira¹

Prof. Esp. em Políticas Públicas de Esporte e Lazer
Secretaria Municipal de Educação Manaus – Amazonas

Resumo: Este trabalho é uma pesquisa independente e tem a finalidade de desenvolver atividades educativas e culturais que busquem a revitalização e valorização dos jogos e brincadeiras da Comunidade Wotchimaïcü do bairro cidade de Deus – Povo Tikuna através da elaboração e publicação de livro infantil (bilíngüe). A entidade promotora foi a Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas através do Programa de Arte e Cultura – PROARTE que disponibilizou diversos editais de incentivo a projetos de inclusão social que beneficiassem a arte e a cultura no Estado do Amazonas. O desenvolvimento desta obra ocorreu em constante contato com a comunidade indígena, sendo necessário entender o cotidiano daquele povo, a fim de inserir as metodologias mais simples para se chegar ao resultado esperado. Para o levantamento dos dados utilizamos as seguintes técnicas: questionários, observação participante, aula participante, entrevistas semi-estruturadas com anciãos, tuxauas, presidente da comunidade, professores (as), pais e comunitários. Para os registros dos dados servimo-nos de computador portátil e máquina fotográfica. Será necessário descobrir junto à comunidade indígena Tikuna os significados culturais de cada atividade – jogos e brincadeiras, fortalecendo assim, os saberes tradicionais da cultura corporal de movimentos dos Povos Indígenas.

¹ .Pesquisador Independente em políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social para os Povos Indígenas do Amazonas; Professor Especialista em Educação Física em contexto indígena; professor da rede pública municipal de ensino da cidade de Manaus – Amazonas. Endereço: Rua Comendador J. G. de Araújo, 973 – Santo Antônio – Manaus/ Amazonas – CEP: 69029 – 130. e-mail: Jhones_pereira@hotmail.com. Fone: (92) 8233 -0727/ (92) 9178 – 1856.

Introdução²:

Conforme dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), do Instituto Sócio Ambiental (ISA) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o Povo Tikuna do Estado do Amazonas é também conhecido como TUKÚNA e MAGÛTA; sua língua é considerada isolada e não classificada em nenhuma família linguística, existindo em sua estrutura elementos de origem Aruák, Tupi, Tukano, Turi e Jê. Para comunicar – se, falam a língua materna Tikuna e a língua Portuguesa. Atualmente, formam o maior grupo étnico do país, com cerca de 32.613 (AM), 4.200 (Peru), 4.535 (Colômbia)

Estão concentrados nas seguintes terras indígenas: Barreira da Missão, Bom Intento, Betânia, Estrela da Paz, Evaré I, Evaré II, Ilha do Camaleão, Lago Beruri, Lauro Sodré, Macarrão, Maraita, Matintin, Nova Esperança do Rio Jadiatuba, Porto Praia, Riozinho, São José, São Leopoldo, Tikuna de Santo Antônio, Tikuna Feijoyal, Tikuna Porto Espiritual, Tikuna Umariáçu, Tupá-Supé, Uati-Paraná e Vui-Uata-In (90 % das terras Tikuna estão demarcadas); localizadas no Alto Solimões (AM), compreendendo os municípios de Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Tonantins, Jutai e Fonte Boa (Amazonas).

Segundo João Pacheco de Oliveira (1996), o Povo Tikuna foi citado pela primeira vez em relatos históricos no ano de 1639, quando ocupavam as terras situadas entre o Nordeste do Solimões até a desembocadura do rio Içá por Cristobal de Acunã. Na primeira metade do século XVII, não-Índios (portugueses e espanhóis) começaram a travar relações com essa etnia, na sua maioria predatória e de exploração da mão-de-obra indígena. As várias ordens missionárias que se instalaram na região também contribuíram fortemente com esse regime que visava principalmente à exploração do caucho, borracha e castanha.

Os Tikuna trabalham com materiais culturais como a fibra de tucum na confecção de redes; das talas do arumã trançado fabricam as cestarias. Confeccionam também as máscaras sagradas com a entrecasca de árvores (envira), estilizadas antropomorficamente.

2. Fragmento do Texto: “Índios Urbanos em Manaus”, apresentado no II Seminário de Educação Escolar Indígena de Manaus em Março de 2005.

A figura do pajé possui grande importância em várias comunidades. Eles são os mediadores entre o mundo cotidiano e o mundo místico, conhecedores de várias formas de cura física e espiritual.

Atualmente, a maioria dos Tikuna continua sobrevivendo da pesca, coleta de frutos, da produção de farinha e do cultivo da macaxeira, cará e milho.

No entanto, os problemas enfrentados são comuns à maioria dos grupos indígenas na Amazônia: invasões de suas terras, ausência de alternativas econômicas, falta de saúde e de educação de qualidade para a maioria.

Neste ínterim, migram para localidades próximas as suas aldeias de origem ou para as sedes das capitais em busca de condições melhores de sobrevivência.

Tikunas em Manaus

Na cidade, os problemas se ampliam. Sem formação escolar, falando mal a língua portuguesa, sem qualificação profissional não conseguem emprego fixo, são relegados a desenvolver atividades informais, submetendo-se a baixos salários.

Neste sentido, investem na produção e venda de artesanato para o sustento da família. Outros, no entanto, tornam-se pedintes. Humilhados, acabam no vício da bebida alcoólica, no consumo da droga e na prostituição.

Porém, os indígenas na cidade aprenderam a ser organizar, a constituir rede de relações interétnicas que lhes permitem sobreviver aos novos contextos sociais.

Organizados em Associações e Cooperativas, articulam-se politicamente, reivindicando formação escolar e profissional, saúde, apoio a projetos econômicos, moradia, esporte lazer. Em muitos casos, as comunidades indígenas/urbanas se articulam com as das aldeias tradicionais de modo a melhorar a vida econômica dos grupos. São as chamadas “redes relacionais”, onde instituições ou pessoas constituem relações de reciprocidade, apoio e ajuda mútua.

É neste universo pluricultural que encontramos o agrupamento do povo Tikuna que vieram morar no bairro Cidade de Deus, Zona Leste da Cidade de Manaus / Amazonas, em uma área de 200 m², aproximadamente, cercados por não indígenas.

Conforme depoimento do Tuxaua Domingos, a primeira família Tikuna a chegar nesta localidade foi a de Reginaldo Tikuna em 1994, vindo em seguida a de Bernardino Alexandre Pereira. Atualmente, são cerca de doze (12) famílias, com um total de sessenta (60) pessoas. Dentre estas, existem cerca de trinta crianças em idade escolar: dez (10) jovens freqüentam o ensino fundamental e quatro (4) fazem o ensino médio. Sobrevivem de subempregos, serviços gerais e a venda de artesanatos no centro da cidade.

Suas moradias são de madeiras, com saneamento precário, sem pavimentação e rede de esgoto: “Quando chove isso aqui vira um lamaçal só. Muita sujeira vem lá de cima pra cá. Tem que colocar asfalto e rede de esgoto”, comenta o Tuxaua Domingos.

No ano de 2003, com a colaboração do Centro de Direitos Humanos da Arquidiocese de Manaus, com a ajuda do Conselho Indigenista Missionário e a Universidade do Amazonas, é constituído o CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) da Comunidade – viabilizando a possibilidade de parceria com instituições governamentais, não governamentais e indígenas.

Em fevereiro de 2004, com a ajuda do Consulado da Irlanda, do Centro dos Direitos Humanos/CDH, foi inaugurado o Centro Cultural Wotchimãucü, com o objetivo de divulgar e afirmar a cultura do Povo Tikuna, ajudar na obtenção de recursos necessários à sobrevivência da comunidade com a venda de artesanato.

Paralelamente a este período, a Universidade Federal do Amazonas, através da Pró-Reitoria de Extensão, realiza um convênio de apoio ao fortalecimento e recuperação da Língua Tikuna, contratando o Professor Aldenor Félix como professor indígena da comunidade.

Em outubro de 2005, estabelecem convênio com o Banco da Amazônia para a impressão de mil CDs (Compact Disc) de música Tikuna, criando mais uma alternativa econômica para a comunidade.

Quanto à educação escolar das crianças, destacam-se dois momentos: o ensino da língua e da cultura Tikuna na comunidade e o ensino formal na escola regular. Em um período alternado da escola formal, as crianças têm aulas de reforço dos conteúdos estudados na “escola do branco” no Centro Cultural.

Conforme depoimento do Professor Indígena Aldenor: “as crianças tem aula de revisão dos assuntos que eles estudaram na escola; depois nós trabalhamos o ensino da língua Tikuna, conversando sobre nossas histórias e mitos. Na escola regular não são tratados assuntos relacionados à nossa cultura e costumes. Nossas crianças precisam de escola indígena para não deixar nossa cultura morrer. Por isso, pleiteamos junto as autoridades competentes Políticas Públicas que valorizem nossa identidade étnica” (Dep. 12/04/2005).

Justificativa

Na cidade de Manaus existem vários grupos étnicos, cuja estimativa populacional é de 20.000 pessoas (dados da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB) com histórias, saberes, culturas e línguas próprios, o que nos remete a pensar na riqueza sociocultural advinda dessas culturas. Esses conhecimentos tradicionais, filosofias e ciências específicas da diversidade étnica foram construídos ao longo de milênios. Cada povo indígena desenvolveu experiências particulares quanto a suas organizações sociais, econômicas e políticas, suas formas de ver e pensar o mundo, a humanidade, a vida, a morte, o tempo, o espaço, o lazer e suas histórias.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 217, estabelece que “é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais como direito de cada um”, especialmente quando se fala em povos indígenas. Na elaboração de projetos esportivo-educacionais, é preciso considerar tais diretrizes (C.F., 1988) para garantir o oferecimento de políticas públicas na área do esporte e lazer, o desenvolvimento de ações sócio-culturais que valorizem a cultura e as tradições dos povos indígenas.

No entanto, contrário ao que está posto na lei, a condição atual desses povos, apresenta as seguintes situações: há uma diversidade de povos indígenas residentes no Município de Manaus, que vivem em áreas geográficas distintas - Zona Urbana, Zona Rural Rodoviária e Rural Ribeirinha (Rio Negro e Rio Amazonas); essas populações têm dificuldade de sobrevivência, relativa à falta de emprego, saúde, educação, saneamento básico, transportes e lazer; sofrem discriminação

tendo sua cultura e saberes tratados como folclore; os princípios, valores e saberes tradicionais precisam ser respeitados, considerando a especificidade de cada povo.

Nesse sentido, os jogos e brincadeiras em suas diversas variações, são atividades que podem contribuir para a valorização cultural desses povos, pois ajudam no desenvolvimento completo do ser humano. A manifestação da cultura de movimentos se faz necessária a partir da prática esportiva e do desenvolvimento das atividades lúdicas.

Pereira 20063, identifica diversos jogos tradicionais (Atividades Físicas Étnicas)⁴, realizados por esses povos, de forma lúdica ou por sobrevivência, além de jogos não tradicionais (Atividades Físicas Interetnicas - esportes) ⁵.

Será necessário descobrir junto à comunidade indígena Tikuna os significados culturais de cada atividade – jogos e brincadeiras, fortalecendo assim, os saberes tradicionais da cultura corporal de movimentos dos Povos Indígenas.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Desenvolver atividades educativas e culturais que busquem a revitalização e valorização dos jogos e brincadeiras da Comunidade Wotchimaücü do bairro cidade de Deus – Povo Tikuna

Objetivos Específicos

Identificar as atividades cotidianas que estejam voltadas para o lazer e o bom desenvolvimento corporal da comunidade envolvida;

Incentivar a prática corporal dos jogos e brincadeiras tradicionais;

³. PEREIRA, Jhones Rodrigues. Educação Física Escolar Indígena: Programa segundo Tempo e sua importância na Revitalização dos Jogos Tradicionais das Crianças do Povo Baré na Escola Municipal de Terra Preta – Rio Negro – Manaus/Amazonas. 69p. Monografia (Especialização) – Universidade de Brasília. Centro de Ensino a Distância 2006.

⁴. São atividades físicas próprias de cada etnia: arco e flecha, zarabatana, bilboquê, cabo-de-guerra (força), lutas, canoagem, etc.

⁵. São jogos advindos do contato: futebol (há pesquisadores que afirmam ser o futebol uma atividade física já praticada pelos povos indígenas antes do contato), voleibol, atletismo, entre outros.

Publicar um livro (bilíngüe – Tikuna/ Português) com os jogos e brincadeiras identificados.

Fundamentação Teórica

Observar o cotidiano da aldeia foi fundamental para a consecução deste trabalho. Todas as atividades diárias estão cercadas de significados que perpassam por um olhar voltado a educação étnica.

Neste sentido, o jogo e a brincadeira estão presentes em todas as fases da vida dos seres humanos, tornando especial a sua existência. De alguma forma o lúdico se faz presente e torna-se um ingrediente indispensável no relacionamento entre as pessoas, possibilitando que a criatividade aflore.

Para Rojas (1997), o lúdico está presente em todas as fases de desenvolvimento do ser humano, fazendo parte de sua educação:

O brincar é a ludicidade do aprender. A criança aprende brincando. O faz-de-conta, que é o momento de ênfase à imaginação é vivenciado por idéias. Dramatizar, contar, viver e elaborar histórias criando seu espaço lúdico. No brincar com outras pessoas a criança aprende a viver socialmente, respeitando regras, cumprindo normas, esperando a sua vez e interagindo de uma forma mais organizada. Por meio da brincadeira a criança envolve-se no jogo e sente a necessidade de partilhar com o outro. Ainda que em postura de adversário, a parceria é um estabelecimento de relação. Esta relação expõe as potencialidades dos participantes, afeta as emoções e põe à prova as aptidões testando limites. Brincando e jogando a criança terá oportunidade de desenvolver capacidades indispensáveis a sua futura atuação profissional, tais como atenção, afetividade, o hábito de permanecer concentrado e outras habilidades perceptuais motoras.

Kishimoto (1993), traduz esse sentimento de congraçamento entre as gerações indígenas, essencialmente no que diz respeito aos jogos e brincadeiras étnicas:

Imitar animais são comportamentos místicos tanto de adultos como de crianças, reflexos de símbolos totêmicos antigos. Adultos e crianças, cantam, imitam animais, cultivam suas atividades e trabalham para sua subsistência. Mesmo os comportamentos descritos como jogos infantis não passam de formas de conduta de toda a tribo. As brincadeiras não pertencem ao reduto infantil. Os adultos também brincam de peteca, de jogo de fio e imitam animais. Não se pode falar em jogos típicos de criança indígena. Existem jogos dos indígenas e o significado de jogo é distinto de outras culturas nas quais a criança destaca-se do mundo adulto.

Nessa perspectiva, Melià (1979), proporciona-nos em suas colocações a visão de mundo indígena, partindo suas observações educacionais de dentro da aldeia Guarani, vivendo o cotidiano e participando das manifestações culturais desse povo. Para que outrora a sociedade envolvente possa entender um pouco do que é específico, diferente e multicultural. E aponta o jogo/ a atividade física como um dos aspectos relevantes na educação indígena:

Possivelmente é o jogo um dos elementos mais importantes da educação indígena. Sabe-se que a criança aprende brincando. A originalidade aqui é que o índio, já desde pequeno, brinca de trabalhar. Seu brinquedo é, conforme o sexo, o instrumento de trabalho do pai ou da mãe. O índio, que brincar de trabalhar, depois vai trabalhar brincando (MELIÀ, 1979, p.19).

E continua, afirmando que a relação entre ludicidade e o trabalho são fatores importantes para a educação étnica, a intensidade e a relação da comunidade indígena com o meio em que vive, mostra a riqueza vivenciada:

“(...) o seu jogo é brinquedo, não lhe deu ilusões, que depois a vida lhe negará. Pequenos arcos e flechas nas mãos de um menino ou pequenos cestos dependurados da cabeça de uma menina, que vai com a mãe buscar mandioca na roça encanta qualquer pessoa que passe por ali” (MELIÀ, 1979, p. 19).

E, finalmente, Freire (1996), o autor de Pedagogia da Autonomia e outras obras de referência de valor inestimável para a área de educação, vêm contribuir de forma significativa neste trabalho, pois quando se trata de liberdade no pensar, no produzir, em ser feliz, nos remete às formas de ensinar e aprender das populações indígenas que, primam por uma educação construída coletivamente.

Metodologia

Este trabalho objetiva a revitalização e organização dos jogos e brincadeiras do Povo Tikuna como forma de contribuir para a preservação dos saberes milenares.

Para o levantamento dos dados foram utilizadas as seguintes técnicas: questionários, observação participante, aula participante, entre-

vista semi-estruturada com anciãos, tuxauas, presidente da comunidade, professores (as), pais e comunitários.

O trabalho foi desenvolvido na comunidade Watchimaücü que possui aproximadamente 18 famílias perfazendo um total de 120 pessoas (crianças, jovens e adultos). Está situada no Bairro Cidade de Deus na Cidade de Manaus/ Amazonas (Fonte: Núcleo de Educação Escolar Indígena – NEEI / Secretaria Municipal de Educação – SEMED: Manaus/ Amazonas, 2005).

É importante deixar registrado que o período pretendido para o desenvolvimento dos trabalhos conforme organização pessoal e preocupação com a veracidade dos dados compreendeu os finais de semana, feriados, ou conforme o cronograma de atividades.

Os principais recursos utilizados foram: **Materiais:** 10 CD's; 20 Passagens de ônibus ida e volta para a comunidade; 02 Bolas de Futebol; 02 Bolas de Voleibol; Lápis de cor; Papel cartão; Cartolina; Papel vergê; Gravador de voz; **Financeiros:** Recursos da Secretaria de Estado de Cultura do Amazonas – SEC; e **Humanos:** 01 Coordenador de projeto; 02 Pesquisadores: tradutores Indígenas Tikuna.

Os resultados alcançados estão colocados à disposição da comunidade indígena para que este tipo de atividade possa acontecer periodicamente, ajudando assim, no processo ensino – aprendizagem da Educação Escolar Indígena.

No mesmo momento, os jogos e brincadeiras estão disponibilizados na Secretaria de Estado de Cultura através da apresentação de um modelo de livro bilíngüe (Tikuna – português) contendo todos os elementos adquiridos (desenhos das brincadeiras e metodologia de aplicação).

A Secretaria de Estado da Cultura do Amazonas colocará à mostra o patrimônio material e imaterial obtido com o desenvolvimento do trabalho, haja vista, que a sociedade necessita conhecer e participar do processo de valorização da cultura corporal de movimentos dos Povos Indígenas.

Resultados

Esta pesquisa retrata os esforços constantes que as comunidades indígenas residentes na cidade de Manaus enfrentam para galgar as políticas públicas de Educação em benefício do bem estar e qualidade de vida de seus habitantes.

Foram meses de atividades constantes na comunidade Wotchimaücü no bairro Cidade de Deus em Manaus, observando e participando das aulas desenvolvidas pelo professor indígena Tikuna.

Como resultado final foi apresentado um modelo de livro, objeto do financiamento concedido pelo edital do Programa de Arte e Cultura – PROARTE da Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas.

Neste modelo de livro, vários alunos indígenas da comunidade retrataram em forma de desenhos as brincadeiras que fazem diariamente. Alguns alunos fizeram pesquisa com os seus pais, avós e até anciãos, a fim de, (re) descobrir as atividades recreativas que eles praticavam quando crianças.

Considerações finais

O processo de pesquisa independente oportuniza ao agente investigativo atuar de forma objetiva e reflexiva, haja vista, a total liberdade em escolher metodologias específicas para estudar os Povos Indígenas.

Neste sentido, a Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas (SEC/AM) lançou diversos editais do Programa de Arte e Cultura – PROARTE, contemplando em um deles a pesquisa com populações indígenas, mais especificamente, revitalização de jogos e brincadeiras étnicas.

Já faz um tempo que pesquisa esta área de conhecimento (Povos Indígenas) e meu interesse foi imediato. Entrei em contato com a comunidade Wotchimaücü para compartilharmos esse benefício sendo bem recebido.

Um dos fatores mais importante para a aceitação desta pesquisa foi a possibilidade e a facilidade em desenvolvermos materiais didáticos feitos na própria comunidade, ou seja, utilizando a realidade local como objeto de estudo.

Pela primeira vez a comunidade tem um livro bilíngüe (Português – Tikuna) podendo estudar sua língua, seus costumes e suas próprias formas de educação e de lazer e recreação.

Foram constatados nesta pesquisa que existem poucas políticas públicas de educação voltadas ao preenchimento do tempo livre das crianças e dos moradores daquele local.

Esta constatação pode fragilizar o bom convívio da nação Tikuna dentro do espaço urbano, podendo os males urbanísticos (drogas, prostituição, marginalização, entre outros) camuflados em “outras formas de lazer”, prejudicar seus lares.

Em destaque, cito ainda que o preconceito racial é o maior dos problemas sociais. Vive-se em um Estado onde a maioria da população é indígena falante de mais de 60 dialetos diferentes, possuindo sua própria cultura e processos próprios de aprendizagem (C.F. 1988), e mesmo assim, ela é tratada como atrasada.

Com este trabalho poderemos (re) descobrir e (re) construir junto à comunidade indígena Tikuna, os significados culturais dos jogos e brincadeiras, fortalecendo assim, os saberes tradicionais próprios da sua cultura corporal de movimentos, além de contribuir para a criação de políticas públicas de diversos seguimentos para a valorização do Patrimônio Material e Imaterial das nações indígenas brasileiras.

Referência

BRASIL./MEC. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas**. Brasília: MEC/SEF, 2005.

BRASIL./MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Prêmio brasil de esporte e lazer de inclusão social**. 1ª Edição: Coletânea de premiados de 2008. Brasília: Ministério do Esporte, 2009. 432p.

JUREMA, Jefferson. **O universo mítico-ritual do povo Tukano**. Manaus. Ed. Valer. 2001.

KISHIMOTO, Tizuko Mochida. **Jogos infantis**. Petrópolis. Rj: Vozes, 1993.

MELIÀ, Bartomeu. **Educação indígena e alfabetização**. São Paulo. Ed. Loyola. 1979.

MOTA, Vanderlan Santos. **Espaços Públicos de Lazer em Manaus: O papel das políticas públicas**. Manaus: Editora Valer, 2008.

PEREIRA, Jhones Rodrigues. **Educação Física Escolar Indígena: O Programa Segundo Tempo e sua importância na revitalização dos Jogos Tradicionais das Crianças do Povo Baré na Escola Municipal de Terra Preta – Rio Negro – Manaus/ Amazonas (Especialização)**. Universidade de Brasília, 2006.

PIAGET, J. **A psicologia da criança**. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil. 1989.

ROCHA FERREIRA, Maria Beatriz. **Jogos e esportes sociedades indígenas**: Kaingang e Kadiwéu. Apresentado na VI Semana de Alfabetização – Alfabetização e Desenvolvimento Humano. Educação de Jovem e Adulto – “EJA e Cultura local”. São Paulo, 2005.

ROJAS, Juciara. Artigo: **O lúdico na construção interdisciplinar da aprendizagem: uma pedagogia do afeto e da criatividade na escola**. UFMS: Mato Grosso do Sul, 2001.

SILVA, Rosa Helena Dias da, BONIN, Iara Tatiana. **Pedagogia e escola indígena, escola e pedagogia indígena**. Mesa redonda – 15º COLE: Congresso de Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas. Campinas: Unicamp. 2001.

REGIÃO NORDESTE

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: o Programa Esporte na Comunidade (Fortaleza/CE)

Ana Amélia Neri Oliveira⁶⁶

Mestre em Educação Física

Universidade de Brasília

Dulce Filgueira de Almeida Suassuna (orientador)

Doutora em Sociologia

Universidade de Brasília

Nicolino Trompieri Filho (co-orientador)

Doutor em Educação

Universidade Federal do Ceará

Resumo: O estudo investigou os princípios *acesso, democratização e participação política* que compreendem o conceito de democracia participativa nas políticas públicas de esporte e lazer do município de Fortaleza/CE (2005-2008), considerando como recorte o Programa Esporte na Comunidade. Pelos resultados, pode-se inferir que o *acesso* ao programa é limitado em relação à inserção dos adultos nas atividades, sobretudo das mulheres, e à situação de instabilidade no funcionamento dos núcleos. Em relação à consolidação do princípio *democratização*, destaca-se a existência de canais de diálogo importantes com as comunidades. Estes, apesar de assumirem uma configuração dímínuta e limitada no tocante ao atendimento das demandas de esporte e lazer das comunidades atendidas, sinalizam para a possibilidade de construção de um modelo alternativo de intervenção governamental no setor do esporte e lazer desse município. No quadro do programa existem dois limites para a consolidação do princípio *participação política*, quais sejam: (a) o modo como o governo se estrutura, que tem como escopo a ineficiência de seus órgãos e a burocratização no que tange, respectivamente, à

⁶⁶ .Contato: anaaneri@gmail.com

construção e manutenção de equipamento de esporte e lazer e à viabilização e liberação de recursos orçamentários necessários à manutenção dos núcleos; (b) a carência das comunidades quanto às práticas participativas as quais impedem o avanço do debate em torno da soberania popular das comunidades.

Palavras-Chave: Democracia participativa, políticas públicas, esporte e lazer.

Introdução

Compreende-se que o Brasil, no contexto de ascensão dos governos de caráter progressista, tem avançado no tocante à participação política no quadro das políticas sociais, notadamente na área da Educação Física, Esporte e Lazer. Assim, destaca-se como fator basilar a criação de uma pasta ministerial exclusiva para o esporte no governo Lula da Silva (2003-2007), bem como a possibilidade de construção da Política Nacional do Esporte⁷, objeto de debate das duas primeiras conferências nacionais de esporte realizadas, respectivamente, em 2004 e 2006. Neste governo, evidencia-se ainda a crescente importância atribuída aos princípios acesso, democratização e participação política nas políticas de Esporte e Lazer, de modo específico, no Programa Esporte e Lazer da Cidade. Este programa surgiu “com o objetivo de responder a questões amplamente detectadas no quadro social brasileiro, indicativas de que parcela significativa da população brasileira não tem acesso ao lazer” (CASTELLANI FILHO, 2007, p. 6). Entende-se que a Política Nacional do Esporte vem estimulando o fortalecimento de ações e programas no âmbito estadual e municipal, uma vez que um de seus objetivos consiste em “descentralizar a gestão das políticas públicas de esporte e de lazer” (ME, 2005). Orientado por tal preceito, afirmar-se que o Programa Esporte na Comunidade pode significar a consecução desta intervenção governamental na perspectiva de uma política municipal de esporte e lazer.

Neste sentido, a reflexão acerca desse outro tempo de incentivo à participação política alude a práticas nas quais atuam diferentes ato-

⁷ Documento da Política Nacional do Esporte, Resolução Nº. 05/Conselho Nacional de Esporte de 14 de junho de 2005. Referência: Brasil, Ministério do Esporte, 2005 (ME, 2005).

res sociais, tais como: governo, sociedade civil e universidade os quais estão presentes no contexto da dinâmica social. Esta, por seu turno, engendra novos mecanismos de atuação para esses atores, particularmente, no setor do esporte e lazer. Desta forma, pressupõe-se que o desenvolvimento de políticas públicas de esporte e lazer, com base na democracia participativa, consiste na adoção de um “modelo” de política cujo fundamento está norteado por uma perspectiva crítica da realidade social. Por isso, investigar o significado das políticas públicas e a adoção dos princípios da democracia participativa em governos democráticos, particularmente no tocante aos programas sociais no setor em foco, é contribuir para a garantia do direito ao esporte e ao lazer na perspectiva do *acesso, da democratização e da participação política*.

Com base no cenário desenhado pelo quadro de constituição de políticas que envolvem maior participação dos cidadãos, assim como, pelo realinhamento das políticas de esporte e lazer, considerados como direitos sociais (cf. art. 6º, inciso III da CF de 1988), a escolha pelo tema em estudo se corporifica à medida em que a conformação do Programa Esporte na Comunidade do governo municipal de Fortaleza/CE atende, pelo menos este é o pressuposto, aos preceitos da democracia participativa. Porquanto este programa “aponta para a necessidade de construção de um projeto político que propõe uma intervenção social na perspectiva de transformação da realidade, através de um projeto pedagógico capaz de promover uma reflexão sobre a ação dos homens no âmbito do esporte e lazer”, vivenciados nos diferentes espaços presentes nas comunidades atendidas (SOUSA SOBRINHO *et al.*, 2007, p. 3).

O questionamento proposto pela pesquisa que subsidiou este trabalho evidencia o seguinte: em que medida os princípios norteadores da democracia participativa repercutem no quadro das políticas públicas de esporte e lazer do governo municipal de Fortaleza/CE, no período (2005-2009), considerando como parte desta política o Programa Esporte na Comunidade? Tomou-se como objetivo geral: analisar as repercussões dos princípios norteadores da democracia participativa os quais estão presentes no Programa Esporte na Comunidade ao passo que são revertidos à autonomia e auto-organização social. Os objetivos específicos propostos foram, a saber: (i) identificar e analisar as estratégias de *acesso*, desenvolvidas pelo programa, considerando o

perfil da população atendida; (ii) verificar em que medida o programa consolida por meio do acesso os princípios da “democratização” e da *participação política*, visando o envolvimento dos cidadãos na busca pelo exercício dos seus direitos sociais, especificamente, o direito ao esporte e ao lazer.

A pesquisa, com abordagem qualitativa, teve como delineamento o estudo de caso, o qual fez uso das técnicas: questionário, entrevista e observação. Os sujeitos da pesquisa foram constituídos por participantes, professores e pelo grupo gestor do programa, pelos responsáveis (pais) e pelas lideranças comunitárias. O trabalho de campo foi realizado em cinco comunidades núcleos do programa, a saber: Planalto Universo, Rosalina, Serrinha, Presidente Kennedy e João Paulo II. A análise dos dados foi realizada com base na análise das falas dos sujeitos entrevistados, cruzando-se informações descritivas apontadas pela análise dos questionários (com o auxílio do Programa Computacional *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)* versão 15.0 para *windows*), que permitiu caracterizar a população atendida, complementados pelos registros obtidos por meio da observação e pelos levantamentos bibliográfico e documental.

Democracia participativa no cenário contemporâneo

Tomando-se como referência a segunda metade do século XX, marco histórico de surgimento da concepção de democracia participativa, centrada principalmente na ampliação da participação dos cidadãos, passa a ser mais evidenciada, tendo como orientação principalmente os teóricos: Nicos Poulantzas (1936 – 1979), Crawford Brough Macpherson (1911 – 1987) e Carole Pateman (1992). Estes são considerados expoentes no debate acerca do tema surgido nos últimos anos da década de 60 e ao longo da década de 70. Norteados por um movimento contra-hegemônico, os autores acreditam que a justiça social só seria alcançada se a participação do povo não se restringisse somente à escolha dos líderes no governo, devendo ser expandida para outras esferas da vida social e política (BRANDÃO, 1997).

Como modelo contra-hegemônico, a concepção de democracia participativa se apresentava como um modelo alternativo à democracia liberal, que pode ser concebido como um modelo o qual limita a sobe-

rania, na medida em que restringe a participação dos cidadãos ao voto. Esta concepção de democracia se desvincula de qualquer finalidade ideal, não passando de um mero arranjo institucional em que líderes rivais disputam a preferência do povo no direito de governar. De modo contrário, a concepção de “democracia participativa” propõe uma participação maior do cidadão nas decisões governamentais. Assim, esses líderes atuam como sujeitos no processo de construção da política, por conseguinte, há um envolvimento maior da população nos processos decisórios, como uma maneira de minimizar diferenças da formação de opinião advindas do modelo capitalista, mas sem deixar de lado os instrumentos da democracia representativa existentes.

Em conformidade com tal pressuposto, Poulantzas (2000, p. 139) apresenta um modelo de democracia representativa distinta dos moldes burgueses. Salienta o autor que a democracia representativa com mandatos livres pode ser inspiradora e não representar uma estratégia de domínio da burguesia sobre os demais cidadãos. O autor propõe a articulação entre a democracia representativa e a democracia direta. Ele acredita na construção de um modelo socialista democrático, que congregue ao mesmo tempo, a transformação do Estado e uma ampla participação da sociedade. Defende uma ampla articulação que propague a democracia em todas as instâncias de poder, de modo a gerar um amplo movimento das massas populares em todos os setores sociais (estudantes, trabalhadores e etc).

Macpherson (1979), que em seus escritos adota como contexto as sociedades liberal-democráticas ocidentais à semelhança de Poulantzas, sustenta que a democracia participativa deve ser ao mesmo tempo direta e representativa. O autor argumenta que há dois requisitos necessários à democracia participativa, quais sejam: o primeiro é a mudança na consciência do povo, de maneira que este deixe de ver e agir como *consumidor* e passe a *ver e agir como executor e desfrutador* da execução e desenvolvimento de sua própria capacidade; e o segundo é que deve haver uma sensível diminuição da atual desigualdade socioeconômica. Também, assinala que não se pode diminuí-la e mudar a consciência do povo, sem uma maior participação da cidadania. Sublinha que o modelo de democracia participativa que propõe seria liberal e socialista. “Socialista, diz ele, porque não haverá democracia participativa até que tenhamos grandemente diminuído as atuais desigualdades sociais

e econômicas. É certo que isto só será possível na medida em que a relação entre capital e trabalho que prevalece em nossa sociedade tenha sido fundamentalmente mudada, porque as relações capitalistas produzem e reproduzem classes antagônicas” (BRANDÃO, 1997, p. 124).

Davis (1964) expressa que a teoria “clássica” - ou seja, a teoria da democracia participativa - tinha um propósito ambicioso, isto é: ‘a educação de todo o povo até o ponto em que suas capacidades intelectuais, emocionais e morais tivessem atingido o auge de suas potencialidades e ele tivesse se agrupado, ativa e livremente, numa comunidade genuína’. A estratégia para alcançar este objetivo, seria o uso ‘da atividade política e do governo com vistas à educação pública’ (apud PATEMAN, 1992, p. 33).

Em poucas palavras, é possível inferir que a teoria da democracia participativa possui funções bem mais abrangentes e decisivas no sentido de promover uma educação política com vista à consolidação de processos e/ou mecanismos participativos para o estabelecimento de um Estado democrático.

Políticas públicas de esporte e lazer no país

Analisar as repercussões dos princípios norteadores da democracia participativa que se fazem presentes no Programa Esporte na Comunidade, ao passo que são revertidos à autonomia e à auto-organização social, implica em compreender a configuração assumida pelas políticas públicas de esporte e lazer no país. Neste percurso, compreende-se que a institucionalização do esporte e do lazer como direitos sociais ocupa papel central na consolidação deste modelo de intervenção governamental que tem o cidadão como sujeito das ações e decisões pertinentes à coletividade.

“Há cidadãos neste país?”, é um questionamento que faz Santos (1987, p. 7) ao lembrar que o Brasil é um país onde a figura do cidadão é esquecida. Diante desta situação, o autor esclarece que o “simples nascer investe o sujeito de uma soma inalienável de direitos, apenas pelo fato de ingressar na sociedade humana” e que a “cidadania, sem dúvida, se aprende” e, ao ser aprendida, “se torna um estado de espírito, enraizado na cultura”. Com isto, Santos revela um problema inerente à sociedade brasileira, qual seja, o não reconhecimento do ser cidadão, e, ao mesmo tempo, aponta um caminho à reversão desta situação

o qual consiste no aprendizado da cidadania de modo a torná-la um conhecimento/prática inerente à cultura. Demo (1995, p. 1), por seu turno, compreende a cidadania como a “competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada”. Assim, ela tem seu cerne na ação humana, na capacidade de o sujeito constituir-se como um ser social e histórico. Conforme o pensamento destes autores foi possível apreender que quanto maior o grau de desenvolvimento da cidadania, maior a possibilidade de expansão dos canais de participação ativa do cidadão e garantia dos direitos sociais.

Em vista disto, vê-se que a cidadania constitui o cerne dos direitos humanos uma vez que estes só podem manifestar-se onde a sociedade se comporta como sujeito histórico, capaz de discernir e efetivar seu plano de desenvolvimento. Reconhecendo a importância da cidadania para os direitos humanos, afirma-se que “uma sociedade deveras cidadã atina para a necessidade de constituir uma instância pública comum, à qual delega uma série de serviços e funções, que somente têm razão de ser frente aos desafios do bem-estar comum”. Nesta acepção, o “[...] desafio descomunal do Estado é de que seja público (sirva aos interesses comuns) e de serviço (promova o bem comum), para que seja, então legítimo, ou, de direito” (Demo, 1995, p. 3, parênteses do autor). Isso posto, entende-se que a cidadania perpassa a dinâmica social - suas relações e contradições - e se manifesta na ação dos sujeitos em seu cotidiano e em sua prática política. Deste modo, a participação dos atores sociais com vistas ao atendimento de suas necessidades e de seus interesses individuais e coletivos, é essencial para a existência da cidadania e para o estabelecimento de um Estado democrático.

No período contemporâneo - pós-segunda guerra mundial - viu-se a eclosão, em seguida a generalização do Estado-providência cujas missões de proteção social e de redistribuição dos ganhos parecem mesmo inaugurar uma nova forma de cidadania. Neste contexto, as políticas sociais como ação do Estado, além de garantir os direitos sociais, tornaram-se possibilidades concretas de exercício da cidadania a qual é constituída de direitos e instituições. Além de ser também, produto de histórias sociais diferenciadas protagonizadas por grupos sociais diferentes. Por outro lado, o triunfo do neoliberalismo trouxe uma avassaladora tendência à mercantilização de direitos conquistados pelas classes populares, ao longo de mais de um século de luta,

convertidos agora em “bens” ou “serviços” adquiridos no mercado (BORON, 1994).

Segundo a Constituição de 1988, art. 6º: “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição”. Esta também estabelece em seu art. 217, que “é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um [...]”. Guiado pelo referido documento, pode-se afirmar que o esporte e o lazer são direitos sociais, com garantia efetivada no plano jurídico-formal. No entanto, é sabido que estes precisam estar pautados na dinâmica social como demanda de cidadania e, ao mesmo tempo, serem um vínculo social.

Neste sentido, Telles (1999) ao analisar as possibilidades, no Brasil atual, de a cidadania se enraizar nas práticas sociais – análise que supõe discutir as possibilidades, impasses e dilemas da cidadania, pautada na dinâmica social –, assinala que tal discussão não pode ocorrer sem uma prévia problematização dos direitos – que são percebidos como práticas, discursos e valores que afetam a maneira como as desigualdades e diferenças são demonstradas na esfera pública, como os interesses se apresentam e como os conflitos se concretizam. Saliencia também, que os direitos inseridos no ponto de vista da sociedade não se relacionam apenas às garantias formais inscritas nas leis e instituições. Contudo, não se desconsidera a importância da ordem legal e do aparato institucional que são asseguradores da cidadania e da democracia. Segundo a autora, pela visão da dinâmica societária, os direitos se referem, antes de qualquer coisa, à maneira como as relações sociais são estruturadas. Desse modo, os direitos estabelecem um modo de sociabilidade no qual o sujeito reconhece seus pares como sujeitos de interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas.

Sob o pano de fundo da cidadania e garantia dos direitos sociais ao esporte e ao lazer, no momento histórico no qual a democracia norteia o ideário dos governos democráticos e populares, faz-se alusão à política do governo Lula da Silva na qual foi instituída a Política Nacional do Esporte (ME, 2005). Esta possibilitou uma renovação no pensamento e na prática política no setor de esporte e lazer em âmbito nacional, todavia, sabe-se que este acontecimento não ocorreu de modo isolado, isto é, desvinculado das discussões e intervenções políticas vigentes no país. Lião Jr. (2003, p. 45) salienta que “o restabeleci-

mento democrático no Brasil propiciou condições para que os partidos que compõem o campo popular passassem a ocupar funções estratégicas de gestão do poder público, respaldadas pelo sufrágio universal”.

Na esfera federal, chama-se a atenção também para instituição do Ministério do Esporte⁸ que tem como propósito “formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano” (doc. final da I Conferência Nacional do Esporte, 2004, p.7). Nesta pasta, foram criadas a Secretaria Nacional de Esporte Educacional, a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer e a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento. Como afirma Suassuna *et al.* (2007, p. 29), “[...] a criação de uma pasta ministerial para tratar do esporte propiciaria a ampliação do debate sobre esse tema contribuindo para legitimar a discussão e conferindo ao esporte, bem como ao lazer, um redimensionamento”. Isso quer dizer que esta pasta se propõe a potencializar as possibilidades de ampliação dos mecanismos de materialização da democracia participativa ao passo que dá materialidade à Política Nacional do Esporte. Outra ação significativa sob a égide desse ministério articulada aos diferentes segmentos sociais e políticos que atuam no cenário esportivo brasileiro consistiu na I e II Conferência Nacional do Esporte⁹. Por meio dela, objetivava-se tornar o espaço de debate acerca do esporte e do lazer mais democrático. Essas iniciativas também se consolidaram como espaços de materialização das demandas dos segmentos sociais envolvidos com o esporte e lazer no país, o que pode vir a representar um exercício de democracia participativa no âmbito da participação política neste setor. Conforme observa Suassuna *et al.* (2007), as conferências disponibilizaram subsídios que orientaram a construção das diretrizes e definições da Política Nacional do Esporte. Por sua vez, esta política poderá vir a repercutir, por meio do princípio da descentralização da gestão das ações federais, no estabelecimento de programas e ações nos níveis estadual e/ou distrital, municipal, a exemplo do Programa Esporte na Comunidade, os quais podem ser compreendidos como importantes espaços para a ampliação da participação da sociedade civil.

⁸ Criado pela Medida Provisória 103/2003.

⁹ I Conferência Nacional de Esporte (2004) que discutiu o tema “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano” e a II Conferência Nacional de Esporte (2006) que problematizou o tema “Construindo um Sistema Nacional de Esporte Lazer”.

No âmbito desse governo, também evidencia-se a criação do Programa Segundo Tempo¹⁰ e do Programa Esporte e Lazer da Cidade¹¹. Estes têm como uma de suas diretrizes a auto-organização social em conciliação com o princípio da democratização da gestão e da participação, sinalizando para a consubstanciação dos princípios *acesso, democratização e participação política* no centro de suas ações. Os programas em questão são vistos como possibilidades para a efetivação do esporte e do lazer como um direito social e como espaços de construção democrática por meio dos princípios acesso, democratização que são materializados na participação política. No entanto, é conhecido que a possibilidade de concretização da democracia participativa nos governos democráticos e populares, dos quais o governo Lula da Silva (2003-2007) é a principal referência, é limitada quando se tem como referências o governo em sua totalidade e o Estado materializado no aparato legal, bem como nos serviços públicos garantidores dos direitos sociais, dentre eles: o direito ao esporte e ao lazer. Norteados pelo referido pressuposto, evidencia-se nos limites da Política Nacional do Esporte, na “democratização e universalização do acesso ao esporte e ao lazer” e na “descentralização da gestão das políticas públicas de esporte e lazer”, a inserção de mecanismos que permitem a legitimação da democracia participativa nas diferentes instâncias de consulta e deliberação popular sobre as ações na área do esporte e lazer.

Com fundamento na ideia de descentralização da gestão presente na política supracitada, os estados, o Distrito Federal e os municípios passam a ter autonomia frente às políticas de esporte e lazer, determinando os nortes dos programas e ações a serem desenvolvidas no âmbito do governo local. Nisto reside à importância de se estudar as ações de esporte e lazer nos municípios brasileiros, caso específico de Fortaleza/CE, por se tratar de uma política local e por ter como modelo de

¹⁰. O programa atua “diretamente como crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, na prevenção, tanto no âmbito da saúde quanto nas situações de risco e violência. Além disso, tem possibilitado o acesso ao conhecimento, à cultura, à prática esportiva e ao reforço alimentar, desenvolvendo os valores mais elevados de auto-estima, confiança e tolerância dos alunos de escolas públicas e de outras instituições não-governamentais” (Política Nacional do Esporte, 2005, p. 29).

¹¹. O programa “volta-se para a consolidação do esporte e lazer como direitos sociais, e portanto, como política pública de governo que viabilize e garanta o acesso da população às ações do esporte e lazer em todos os segmentos – criança, adolescentes, jovem, adulto, idoso, bem como pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais, numa perspectiva intergeracional” (idem, 2005, p. 29).

administração pública a gestão participativa na qual se observa como elemento central, o Programa Esporte na Comunidade, cabendo neste contexto duas observações/registros: o programa segue as diretrizes da Política Nacional do Esporte (ME, 2005), podendo representar um respaldo das políticas federais para o setor; e o programa se pauta na descentralização da gestão das políticas públicas de esporte e lazer.

Programa esporte na comunidade: acesso, democratização e participação política

A discussão apresentada será construída com base nos princípios *acesso, democratização e participação política* abordados nas entrevistas realizadas em diálogo com a literatura sobre democracia participativa, participação, gestão participativa, cidadania e direito social. Para tanto, tem-se como elemento central para a análise as finalidades precípua do programa:

- (a) garantir e democratizar o acesso ao esporte e lazer como direito social por meio do conhecimento de temas da cultura corporal através de uma práxis pedagógica contextualizada de modo que a comunidade possa ter novos elementos para a compreensão e reflexão da realidade social, e (b) potencializar a construção participativa das ações do programa em conjunto com a comunidade entendendo-a enquanto soberana na determinação das formas de instalação dos instrumentos de lazer e no acompanhamento das atividades desenvolvidas (PROJETO ESPORTE NA COMUNIDADE, 2007, s/n).

Posto que tais finalidades se remetem à compreensão de democracia participativa abordada. O programa desde seu surgimento, que se deu em 2005, apresentou dois modelos institucionais. O primeiro dizia respeito a um modelo vinculado ao esporte de rendimento que estava ancorado em acordos/questões políticas que determinavam os locais de implementação dos núcleos, assim como os princípios e práticas de esporte. Este primeiro modelo institucional persistiu até o ano de 2006, quando gestores da área de Educação Física referenciados por uma teoria crítica tomam para si a responsabilidade da direção do programa e criam o segundo modelo institucional, vigente no período (2006-2009). Este foi formulado com base nas experiências da gestão no setorial de

esporte e lazer do Partido dos Trabalhadores, notadamente, dos governos de Caxias do Sul/RS, Recife/PE e Belém/PA e no ideário político dos atores sociais que estavam na direção da Célula de Esporte e Lazer a época. Esta pasta pretendia desenvolver uma política de esporte e lazer voltada à classe trabalhadora, estimulando as práticas participativas e democráticas que apontassem para a transformação social, tendo por princípio a inacessibilidade dos sujeitos, pertencentes a essa classe social, aos espaços e práticas de esporte e lazer.

Pelos resultados, indica-se que no critério de seleção dos núcleos no contexto da Célula de Esporte e Lazer prevalecia o interesse particular de parlamentares. Com isto, percebe-se que o acesso das comunidades ao programa, no início da vigência deste em 2005, era determinado primordialmente por interesses políticos de cunho conservador que dominavam o setor esportivo no município de Fortaleza/CE. Tal perspectiva pode encontrar algum sentido em Castellani Filho (2005) ao elaborar uma reflexão tomando como elemento central o marco legal do esporte no país, em específico a Lei Zico (Lei n. 8672/93 e decreto n. 2.574/98) e a Lei Pelé (Lei n. 9.615/98 e decreto n. 2.574/98) que colocam em xeque interesses liberalizantes relacionados à autonomia do mercado esportivo e interesses conservadores que entendem a liberalização como uma ameaça ao poder instituído oligarquicamente. Este raciocínio possibilita compreender, notadamente, no que tange aos interesses conservadores, como a ação de determinadas forças políticas nos governos fazem prevalecer interesses que são alusivos a determinados grupos em detrimento da maior constituída pela população brasileira que, a priori, deveria ser beneficiada pela política – no caso específico do Programa Esporte na Comunidade. Dos participantes, aproximadamente 84% têm idade entre 9 e 15 anos e 73% são do sexo masculino, logo verifica-se um reduzida participação de adultos, notadamente de mulheres no programa. O grupo gestor responsável pela implementação do programa definiu como prioridade o atendimento ao maior número possível de núcleos, que implicou em uma redução/limitação da oferta de estrutura material para os núcleos diante do quadro de escassez de recurso orçamentário. Também se identificou uma deficiência no que concerne ao acompanhamento do programa nas comunidades por parte da Secretaria de Esporte e Lazer e falta de

infra-estrutura adequada para a realização das atividades. Outro fator que alude às condições de “acesso” é a situação de instabilidade no funcionamento dos núcleos.

Nota-se que uma primeira estratégia de *democratização* do esporte e lazer no conjunto da intervenção do programa, foi garantir a abertura de canais de diálogo com as comunidades a fim de se construir um debate em torno de suas demandas no setor. Esta se constituiu como um aspecto inovador diante do contexto político que esteve em vigor nos governos anteriores. Muito embora se reconheça que são estratégias que assumem uma dimensão diminuta, contudo apontam para uma nova perspectiva de configuração das intervenções estatais na pasta de esporte e lazer. Por outro lado, destacam-se os limites no processo de interlocução com as comunidades, tendo em vista o atendimento das demandas por esporte e lazer. Neste cenário, sublinha-se a importância do protagonismo dos atores sociais (participantes, lideranças comunitárias, pessoas da comunidade) nas ações que afetam diretamente o funcionamento e a permanência do programa nas localidades, por meio de sua resistência à implementação dos núcleos sem a construção de um diálogo com as comunidades. Reconhece-se também como um movimento que sinaliza para a legitimação do princípio de democratização no âmbito do programa o fato de tornar o conhecimento pertinente à cultura corporal acessível às comunidades.

A participação programa é demarcada pelo ideário da participação popular como mecanismo pedagógico. Entretanto, pelas falas dos diferentes atores sociais que atuam nele, é possível considerar que esta se propunha a ser bem mais que isso, no sentido de que tinha como finalidade última a organização das comunidades não somente em torno do programa, mas também no sentido delas interpelarem o Estado que, ao mesmo tempo, seria a única instituição capaz de garantir seu direito ao esporte e ao lazer. Por outro lado, vê-se que eram impostos dois limites para a *participação política*, quais sejam: o modo como o Estado se estruturava, que tem como escopo a ineficiência de seus órgãos e a burocratização no que tange, respectivamente, à construção e manutenção de equipamento de esporte e lazer e aos recursos orçamentários, isto é, a viabilização de condições objetivas para o funcionamento dos núcleos; e a carência dos atores e das organizações sociais de experiências norteadas por este princípio, que de certa forma impediriam o avanço do debate em torno da soberania popular da comunidade naquele momento.

Considerações finais

É possível sugerir que a teoria da democracia participativa no cenário contemporâneo possui funções bem mais abrangentes e decisivas no sentido de promover uma educação política com vista à consolidação de processos e/ou mecanismos participativos para o estabelecimento de um Estado democrático.

O Programa Esporte na Comunidade constitui-se como uma política local que tem como modelo de administração pública a gestão participativa. Este programa, orientado pela Política Nacional do Esporte, pode representar um respaldo das políticas federais na pasta de esporte e lazer, e está pautado na descentralização da gestão das políticas públicas de esporte e lazer.

Ao levar-se em consideração o Estado brasileiro que a partir de sua estrutura organizativa limita a ampliação do direito social ao esporte e ao lazer à medida que estes são garantidos apenas no plano jurídico-formal, é compreensível que nos limites do Programa Esporte na Comunidade, o argumento encontre legitimação, o que pode impactar e limitar o *acesso* da população ao conjunto de suas ações. Diante desta situação, ressalta-se a necessidade de estabelecer novos parâmetros de manutenção e funcionamento dessa política, no sentido de ampliá-la e qualificá-la como ação de governo/Estado prevista no orçamento do município e assegurada por lei.

No tocante à consolidação do princípio *democratização*, destaca-se a existência de canais de diálogo importantes com a comunidade, algo que na política anterior e no início da gestão do atual governo (época de vigência do primeiro modelo institucional) não fora identificado. Estes, apesar de assumirem uma configuração diminuta e limitada no tocante ao atendimento das demandas de esporte e lazer das comunidades beneficiadas, sinalizam para a possibilidade de construção de um modelo alternativo de intervenção governamental no setor do esporte e lazer no município de Fortaleza/CE, quiçá, no Brasil. Na conformação do programa, evidencia-se a importância atribuída ao protagonismo dos atores sociais nas intervenções que afetam diretamente à execução e ao funcionamento das ações em cada localidade, seja na mobilização e organização da comunidade ou mesmo na resistência ao governo diante da imposição do programa sem uma consulta prévia à comunidade – trata-se do primeiro modelo institucional. Também é reconhecido

como relevante o fato do conhecimento inerente à cultura corporal ser garantido às comunidades atendidas. No quadro programa existem dois limites para a consolidação da *participação política*: primeiro o modo como o governo se estrutura, que tem como escopo a ineficiência de seus órgãos e a burocratização no que tange, respectivamente, à construção e manutenção de equipamento de esporte e lazer e à viabilização e liberação de recursos orçamentários necessários à manutenção dos núcleos; segundo a carência das comunidades quanto às práticas participativas, as quais impedem o avanço do debate em torno da soberania popular das comunidades.

Referências Bibliográficas

BRANDÃO, A. Sobre a democracia participativa: Poulantzas, Macpherson e Carole Pateman. In: **Descentralização, cidadania e participação**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 54, ano 18, julho de 1997.

CASTELLANI FILHO, Lino (org). **Gestão e política de lazer: a formação de agentes sociais**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

BORON, Atilio A.. Os “novos Leviatãs” e a *pólis* democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: SADE, Emir & GENTILI, Pablo (org). **Pós-neoliberalismo: que Estado para que democracia?** Rio de Janeiro: Vozes, 1999, p. 7-67.

CASTELLANI FILHO, Lino (org). **Gestão e política de lazer: a formação de agentes sociais**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. São Paulo: Autores Associados, 1995.

LIÃO Jr., Roberto. **Políticas públicas de educação física, esporte e lazer no governo do Distrito Federal, 1995 – 1998: tensões e desafios de um projeto contra-hegemônico**. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

POULANTZAS, Nicos. **O estado, o poder e o socialismo**. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SOUSA SOBRINHO et al. **Para celebrar a utopia**: reflexões sobre o Programa Esporte na Comunidade no município de Fortaleza-Ce, 2007:02. Texto construído durante o I Seminário de Avaliação do Programa Esporte na Comunidade em 24 de jul de 2006.

SUASSUNA, Dulce Maria F. de A [et al.]. **Política e lazer**: interfaces e perspectivas. Brasília: Thesaurus, 2007.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global**: limites e desafios da participação cidadã. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2002.

TELLES, Vera. **Direitos sociais**: afinal do que se trata? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

DOCUMENTOS:

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

_____. **II Conferência do esporte**: coletânea de textos, versão preliminar. Brasília, 04 a 07 de maio, 2006.

_____. **II Conferência do esporte**: coletânea de textos, versão preliminar. Brasília, 04 a 07 de maio, 2006.

_____. **Lei Zico**. Lei Federal n. 8.672/1993 de 06 de julho de 1993.

_____. **MINISTÉRIO DO ESPORTE. Política Nacional do Esporte**. Resolução do N°. 05/Conselho Nacional do Esporte de 14 de junho de 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. Célula de Esporte e Lazer. **Projeto Esporte na Comunidade**. Fortaleza-CE, 2006.

PROJOVEM: impactos da inclusão dos jovens – uma análise dos egressos da qualificação profissional do Arco de Esporte e Lazer em Recife

José Nildo Alves Caú

Especialista em Formação de Educadores
UFRPE e Mestre em Educação –UFPE.¹²

Ramon de Oliveira

Mestre em Educação UFPE e Doutor em Educação
UFF. (Orientador)¹³

Resumo: Este artigo é o resultado da dissertação de mestrado, defendida junto ao programa de pós – graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco. Onde analisa os impactos do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) no processo de inclusão dos jovens egressos da qualificação no arco de esporte e lazer, em Recife. Do ponto vista metodológico, caracteriza-se por ser de natureza qualitativa, onde se optou pelas técnicas de grupo focal, entrevista reflexiva e aplicação de questionários, objetivando adentrar-se nas percepções que os gestores, qualificadores e os jovens egressos tiveram do processo formativo do Programa. Definiu-se como campo de estudo o Arco de Esporte e Lazer, no bairro do Ibura - Recife. Concluiu-se pela existência de evidências que confirmam que o Programa pouco contribuiu para alterar o processo de degradação das relações sociais vivenciadas pelos jovens, quando relacionados à re-inserção, à escolarização, à qualificação profissional e às relações de sociabilidade. Identificou-se que a maioria dos jovens egressos seguiu um processo de escolarização “precarizado” em trilhas de aceleração. Ao mesmo tempo, verificou-se que, apesar da precariedade das condições, há, no âmbito do Arco de Esporte e Lazer, contribuições no sentido de fortalecer vínculos afetivos e relacionais entre jovens egressos, os quais contribuem para o exercício da criatividade e da autoconstrução dos jovens participantes do PROJOVEM.

¹² Avenida dois n. 230 – Parque Capibaribe – CEP: 54720-025 - São Lourenço da Mata – PE - Fone: 81 – 92970047 –Email: caunildo@barreiros.ufpe.edu.br.

¹³ Rua Sucupira do Norte n. 286 – Apt. 201 –Piedade – CEP: 54410 – 362 – Jaboatão dos Guararapes – PE –Fone: 81 – 88311966 – Email: ramono@elogica.com

Política Nacional de Juventude – problematizando Projovem – Recife através do Arco de esporte e lazer.

O presente estudo teve como objetivo analisar os impactos do Programa Nacional de Inclusão de Jovens no processo de inclusão dos jovens egressos da qualificação do arco de esporte e lazer em Recife.

O Projovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação comunitária) constitui um dos eixos estruturadores da Política Nacional de Juventude, implementado na gestão do governo Lula, ano de 2005, voltado especificamente para os segmentos juvenis mais vulneráveis e menos contemplado por políticas públicas vigentes: jovens de 18 a 24 anos que não estão matriculados nas escolas e não têm vínculo formais de trabalho. O Programa, ao mesmo tempo, apresenta um caráter emergencial atendendo um segmento que tem a necessidade de chegar ainda jovem ao Ensino Médio – e um caráter experimental, no curso de formação – ao buscar em seu currículo a integração da formação geral, da qualificação profissional e do engajamento cívico.

A implantação do Programa foi subsidiada por um diagnóstico de um conjunto de ministérios, secretarias e órgãos do governo que tinham ações dirigidas para a juventude. Com isso, formou-se um grupo de pesquisadores, consultores e gestores, com objetivo de sistematizar um documento com um diagnóstico mais amplo das demandas das juventudes brasileiras. Incorporou-se também, os resultados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) na produção de indicadores econômicos, que, agregados aos dados das consultas realizadas pelo Instituto da Cidadania “Projeto Juventude” e pela UNESCO, consolidaram o diagnóstico referência para formulação do marco legal da criação da Política Nacional de Juventude.

Não casualmente o resultado da pesquisa apontou que os jovens de 15 a 24 anos, cerca de 20% da população nacional, ou seja, de uma população jovem de 34 milhões de brasileiros em sua diversidade, expressam o reflexo da condição juvenil contemporânea, nas suas diferenças e desigualdades sociais. Ainda de acordo com os dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o Brasil tem 14 milhões de jovens com renda familiar abaixo de meio-salário mínimo, o que significa 30% da população entre 15 a 29 anos. A análise tomou como base os dados da PNAD 2007, realizada pelo IBGE. Segundo estudo

recente, o Brasil conta hoje com 50,2 milhões de jovens, o que representa 26,4% da população. Em 2050, segundo estimativa do IPEA (2007), os jovens serão apenas 19% da população.

Considerados os aspectos levantados e diante de uma política educacional centrada na integração (PROJOVEM), tendo como foco a juventude brasileira em condição de vulnerabilidade social, nossa preocupação com este estudo foi desvelar quais as mudanças efetivas ocorridas na vida dos jovens egressos do Projovem Recife.

Face à relação entre trabalho, educação, solidariedade e cidadania que se propõe essa política integrada, os sujeitos da nossa pesquisa são os filhos da classe trabalhadora, aquela, segundo Antunes (2005, p. 07) “que compreende a totalidade dos assalariados, homens, mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, a classe *que-vive-do-trabalho* e que são despossuídos dos meios de produção”.

Nesse sentido uma questão preliminar refere-se em explicitar as características do momento atual, para Tonet (2005) vivemos uma crise estrutural e não crise conjuntural. Parece claro, quando se consideram as coisas do ponto de vista da autoconstrução do homem, que esta forma de sociabilidade atingiu um momento tal que já não pode abrir perspectivas para que a humanidade alcance a um patamar superior de realização. Diante disto, Corrêa e Stauffer (2008, p. 123) afirmam que “a perspectiva inclusiva aparta-se da ânsia de homogeneização dos seres humanos, visto que esta homogeneização tem gerado a exclusão. Portanto, exclusão/inclusão são movimentos que se embatem que lutam, que se antagonizam”. Sawaia (1999 apud CORRÊA; STAUFFER, 2008, p. 123) afirma a exclusão como sendo

Um processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético. [...] Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é falha do sistema, ao contrário, é produto de seu funcionamento.

Essa leitura aponta que há degradação cada vez mais intensa da vida humana sendo isso um fato tão evidente que não necessita de maiores confirmações. É importante acentuar que não se trata só, nem principalmente, de uma crise de valores. É, antes de qualquer coisa,

uma crise da produção material, que resulta no conflito de todos os aspectos da sociedade (TONET, 2005). Dessa forma, para o mesmo autor (2005, p. 208),

É certo que a exclusão social faz parte da natureza desta forma de sociabilidade. Em outros momentos, contudo, ela parecia ser fruto da falta de desenvolvimento das forças produtivas. Hoje, ao contrário, fica claro que não é pelos seus defeitos, mas pelas suas qualidades – ou seja, pelo desenvolvimento levado ao limite extremo, mas sob uma lógica socialmente antagônica que lhe é própria – que o capitalismo exclui a maioria da humanidade do acesso à riqueza produzida. Se por um lado, porém, no estágio atual do capitalismo se intensifica a barbárie, não há como negar que ele produziu elementos fundamentais para que se construa uma forma de sociabilidade plenamente emancipada.

Tendo essa realidade como referência, o nosso estudo visa avaliar o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, que tem por finalidade proporcionar formação integral ao jovem, por meio de uma efetiva associação entre elevação de escolaridade, visando à conclusão do Ensino fundamental; qualificação com certificação de formação inicial e o desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público.

Para tanto, definimos a formação inicial em esporte e lazer, como espaço de abstração das nossas questões investigativas e que dá sentido ao nosso trabalho. Ressaltando que o arco de esporte e lazer foi desenvolvido pela autarquia municipal Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães, integrando seu processo formativo à proposta do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer de “educação no e para tempo livre” (SILVA; SILVA, 2004).

O Arco de esporte e lazer surgiu em função da grande demanda de sujeitos capacitados para atuar junto à política municipal de esporte e lazer que ganhou relevo ao longo da primeira gestão do Governo João Paulo, com a implantação do Programa Círculos Populares de esporte e lazer¹⁴. A escolha do arco ocupacional foi orientada em função do acúmulo que a experiência proporcionou para o setor de

¹⁴ O Programa estruturador da Política Municipal de Esporte e Lazer com objetivo de implementar, nas comunidades de baixa renda da cidade, círculos de convivência social de Lazer, Esporte e Juventude, que possibilitem o desenvolvimento sistemático de aprendizagens significativas relacionadas ao campo da Cultura Corporal e Esportiva, tendo em vista a educação no e para o exercício do tempo livre. (GEGM, 2005-2008).

esporte e lazer na cidade do Recife, possibilitado assim, pela condição latente do desenvolvimento de ações esportivas e culturais, por intermédio dos projetos estruturadores, a saber: futebol participativo, esporte do mangue, atividades sistemáticas de lazer em diferentes equipamentos por toda a cidade. Tendo como objetivo Oferecer aos jovens entre 18 e 24 anos uma formação complementar à certificação do ensino fundamental, capaz de possibilitar uma atuação inicial no âmbito profissional do esporte e lazer e Garantir um conhecimento empírico de várias possibilidades de trabalho e desenvolvimento do esporte e lazer no âmbito público e privado; Para tanto, o processo pedagógico foi fundamentado através da proposta do Programa Círculos Populares de esporte e lazer, fomentando a qualificação em recreador, agente comunitário de esporte e lazer, monitor de esporte e animador de eventos.

A realidade da implantação do Projovem em Recife instigou o nosso interesse em buscar compreensão de elementos que indicassem os impactos de mudança efetiva, na vida dos jovens egressos do projeto Piloto, do Ibura, uma vez que a proposta educativa se propõe a contribuir na direção de modificar o processo de desumanização que envolveu os/as jovens como foco de atenção do programa.

Desta forma, nosso estudo foi significativo na medida em que o Programa Nacional de Inclusão de Jovens foi implantado como experiência piloto em Recife, em junho de 2005. Com o mergulhar na análise do impacto da proposta da experiência do Projeto piloto em Recife, apontou resultados que podem contribuir para uma maior humanização dos/das jovens na perspectiva da sua autoconstrução, através de indicadores para repensarmos as políticas públicas em uma nova perspectiva afirmativa de direitos.

Definimos como questão norteadora: quais os impactos do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) no processo de inclusão social dos jovens egressos do Arco da qualificação profissional de esporte e lazer em Recife?

Debruçado na questão norteadora, definimos enquanto objetivos específicos analisar como as diretrizes e objetivos do Programa se materializam no processo de implantação do Projovem e do arco de esporte e lazer em Recife; Aprender como os qualificadores e gestores avaliam a contribuição das ações da qualificação profissional do arco de esporte e lazer para o fortalecimento da cidadania dos jovens egressos e Identificar como os jovens egressos do Projovem avaliam as contri-

buições das relações vivenciadas no arco de esporte e lazer para o processo de inclusão social e do fortalecimento do exercício da cidadania.

Optamos como campo de estudo, o bairro do Ibura, que apresenta o oitavo pior índice de desenvolvimento humano municipal (IDH – M) e um dos maiores índices de homicídios de jovens do Recife (SDS/PE, 2003), indicadores esses, que influenciaram na Implantação do Projovem em Recife, uma das capitais metropolitanas com maiores índices de violência e com altas taxas de vulnerabilidade social.

Esse trabalho investigativo caracterizou-se por ser de natureza qualitativa, onde utilizamos a técnica de grupo focal, a entrevista reflexiva e a aplicação de questionários com objetivo de levantarmos os dados. Essa opção da utilização do grupo focal como técnica de coleta de dados deu-se pelo fato dessa estratégia favorecer uma maior interação entre os sujeitos, possibilitando, assim, compreender o impacto das suas vivências em suas trocas e interações, bem como nos consensos, dissensos, nas rupturas e nas descontinuidades e nos silêncios.

Utilizamos a modalidade dos grupos focais vivenciais de interação face a face, neste caso, o nível de análise é intergrupal, centrada no entendimento específico da linguagem do grupo, nas suas formas de comunicação, preferências compartilhadas e no impacto de estratégias, programas, propaganda e produtos nas pessoas (GONDIM, 2002)

Para isso foram constituídos 03 (três) grupos focais com os jovens egressos do projeto piloto Ibura e um (01) grupo focal formado pelos qualificadores do arco ocupacional de esporte e lazer. Aplicaram-se 21 (vinte e um) questionários com todos os jovens egressos e utilizamos a estratégia da entrevista para levantar os dados com os grupos de gestores membros do comitê gestor. Com objetivo de construir informações pertinentes para o nosso objeto de pesquisa”.

Para análise do conjunto de dados dos grupos focais, das entrevistas e dos questionários, tomamos como referência a técnica de Análise de Conteúdo, a qual, segundo Bardin (1979).

Ao longo do nosso estudo procuramos mergulhar em questões fundamentais para compreender o nosso objeto de estudo. Buscando problematizar o marco referencial e os conceitos de juventude, condição juvenil contemporânea, o par dialético inclusão/exclusão con-

textualizando e estabelecendo relações com o marco legal da Política públicas de juventude no Brasil, centrando assim, nosso olhar no arco de esporte e lazer para nossas análises.

Juventude e condição juvenil contemporânea – desvelando as dimensões da exclusão e inclusão.

Procuramos discutir e analisar a condição juvenil contemporânea, como um processo de transição para o mundo adulto, expondo nesse contexto os novos arranjos da atual crise estrutural que submete a maioria dos jovens, assim como, procurando situar o nosso objeto de estudo através da problematização do par dialético inclusão e exclusão nos discursos das políticas públicas de juventude no Brasil. Com isso, buscamos desvelar os conceitos e os enfoques que permeiam as políticas públicas de juventude no Brasil e discutir a condição de “jovem enquanto sujeito de direito” dentro do enfoque de políticas públicas afirmativas, implementadas no governo de Luiz Inácio da Silva.

As questões abordadas de um contexto contemporâneo da tematização de juventude, tomando como ponto de partida os achados e descobertas das crescentes análises e pesquisas que expõem as diferentes trajetórias das condições juvenis no Brasil. Assim, desvelamos os trajetos dos jovens e sobre a compreensão da própria condição juvenil, como etapa de preparação para a vida adulta, caracterizada pela problemática da descontínua experimentação.

Para Abramovay e Esteves (2007), na realidade atual, colocar os jovens no foco do conhecimento científico é essencial para que se possa apostar em uma sociedade mais justa no acesso ao bem-estar e à participação cidadã, por meio de maior igualdade de oportunidades. Nesse sentido, entendemos que promover esse debate possibilitará construir trajetórias que desvendem os níveis de inclusão social dos jovens e as suas práticas de integração nas redes de promoção social (educação, trabalho, cultura, esporte, lazer e qualificação no processo socialização da juventude).

Tomamos inicialmente a idéia de “condição juvenil”, buscando na essência do significado da palavra no Latim, “*conditio*” que se refere à maneira de ser, à situação de alguém perante a vida, perante a sociedade. Mas, também, se refere às circunstâncias necessárias para que

se verifique essa maneira ou tal situação. Para tanto, existe uma dupla perspectiva, que remete ao modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo da vida, no contexto de uma dimensão histórico – geracional, bem como, à sua situação, ou seja, o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes relacionados às diferenças sociais¹⁵.

Segundo Dayrell (2007), a condição juvenil no Brasil vem sendo constituída dentro de um contexto de profundas transformações sócio-culturais (DAYRELL, 2007). Para destacar que as expressões juvenis expõem as contradições da sociedade em que se inserem, buscamos explicações do conceito de juventude, em Mergullis e Urresti (1996a apud ABRAMOVAY et al, 2007, p. 22) quando afirmam que o conceito de juventude, do mesmo modo que toda categoria socialmente construída acerca de fenômenos existentes, possui uma dimensão simbólica. Entretanto, reduzi-lo a essa dimensão empobrece o seu significado, desmaterializando-o. Desse modo, o seu tratamento deve, obrigatoriamente, considerar as determinações materiais, históricas e políticas a toda e qualquer população social¹⁶.

Abramo (2005) afirma que as diferenças entre condição e situações juvenis da noção moderna de juventude sinalizam na direção de permanecer, mas as questões colocadas agora são outras. Se há tempos atrás começavam seus textos a respeito do tema de juventude citando Bourdieu, alertando para o fato de que “juventude” podia esconder uma situação de classe, hoje o alerta inicial é o de que precisamos falar de *Juventudes, no plural, e não, no singular*, para não esquecer as diferenças e desigualdades que atravessam esta condição.

Problematizando as situações de exclusão social aliada às condições de vulnerabilidade social dos jovens brasileiros tem sido alvo freqüente de debates entre pesquisadores, gestores, políticos e outros intelectuais, sobretudo em virtude do discurso da pobreza e da miséria, emprego e desemprego e a precariedades dos espaços de socialização. Nesse cenário, buscar a compreensão do par dialético exclusão/inclusão remete às afirmativas de Ribeiro (2006, p. 38) ao afirmar que o

¹⁵ Ver estudos de Abramo (2005) que tematiza essa questão da condição juvenil.

¹⁶ Essa visão é reforçada por Minayo et al (1999), em estudo no qual se analisam os resultados de uma pesquisa realizada com jovens do Rio de Janeiro.

estado de exclusão é velho como a humanidade e refere-se a processos de segregação justificados sob diferentes motivações.

Destacamos um dos limites da categoria exclusão, a começar pela definição léxica da palavra, como: ato pelo qual alguém é privado ou excluído de determinadas funções -, em que na sua composição está o prefixo *ex* (fora), que separa, corta, inviabiliza a relação. Quer dizer, o sentido, a imagem e a realidade dos excluídos mostram contingentes humanos colocados do lado de fora de uma sociedade cujos mecanismos de impermeabilização de suas fronteiras não permitem o retorno ou a possibilidade de estabelecer relações com os que estão dentro, *os incluídos*, estes aterrorizados diante da ameaça constante de serem os próximos a ficarem do lado de fora (RIBEIRO, 1999).

Com isso comungamos que o capitalismo na verdade desenraiza, brutaliza e exclui a todos. Na sociedade capitalista, essa é uma regra estruturante: todos nós, em vários momentos de nossa vida, e de diferentes modos, dolorosos ou não, fomos desenraizados e excluídos. É própria dessa lógica de exclusão a inclusão. A sociedade capitalista desenraiza, exclui para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias lógicas. O problema está justamente nessa inclusão (MARTINS, 1997).

O nosso estudo apresentou um apanhado no panorama atual das políticas públicas de juventude no Brasil, conforme destacado nos estudos de Sposito (2003 e 2007), Abramo (1997, 2005), Abad (2003) e Castro e Abramovay (2002 e 2004), tem desvelado uma série de determinantes políticos presentes nas concepções que orientam as políticas públicas de juventude¹⁷. Ora é concebido na perspectiva de tutelar o jovem, uma vez que o mesmo representa risco para sociedade e merece controle. Por outro lado, visto como sujeito “protagonista” de desenvolvimento social, o jovem ativo, presa fácil para o trabalho voluntário das ONGs, assim como, recentemente, jovem como sujeito de direitos, na perspectiva de empoderamento, perspectiva esta, apresentada nos marcos referenciais do Projovem.

¹⁷ Política Pública de Juventude é o conjunto de princípios, estratégias e ações que contempla as distintas realidades dos/das jovens, estabelece seus direitos e responsabilidades e afirma suas identidades e potencialidades. A política é pública quando pertence a todos/as e é construída por toda sociedade. Assim, as políticas devem criar condições para que os/as jovens participem da vida social, econômica, cultural e democrática do país (IBASE; POLIS, 2005, p. 8).

Nesse sentido, Castro e Abramovay (2002) apontam na literatura que paira no ar o sentimento de pertencimento dos jovens contemporâneos, quanto a estarem incluídos nos processos de humanização, supõe sentir-se incluído significa também ser escutado, ser reconhecido, sentir-se membro da sociedade em que vivem, poder realizar projetos, obter espaços específicos e ter possibilidade para desenvolver a sua criatividade.

Impactos do Projovem: os limites e as possibilidades da inclusão de jovens no arco de esporte e lazer em Recife.

Ao objetivarmos as nossas análises dos impactos do PROJÓVEM, no processo de inclusão dos jovens egressos do arco de esporte e lazer, o nosso olhar possibilitou chegar à conclusão que houve um avanço nas políticas públicas de juventude no Brasil. O avanço esse, no governo Lula é ter concebido “os jovens enquanto sujeitos de direitos”. No entanto, pudemos perceber que esses esforços demandam mudanças significativas e ainda será necessária a superação de questões estruturais que afetam a maioria dos jovens brasileiros, de forma a garantir as condições efetivas do exercício pleno na construção da autonomia desta parcela da população. Ainda pudemos identificar nas análises que os indicadores de impactos (escolarização, inserção profissional e cidadania) apontam algumas visões, a saber:

Identificação com o Projovem enquanto proposta que aponta para um “diferencial” quando comparado com a escola formal e a sua dinâmica. Evidenciamos que a grande maioria dos jovens pesquisados deu continuidade ao processo de escolarização. Porém, de forma precarizada (FREITAS, 2007) em trilhas formativas em modalidades de ensino de aceleração.

A expectativa da possibilidade do primeiro emprego através da elevação da escolarização de maneira implícita ou explícita a expectativa da mobilidade social para maioria dos jovens egressos, promovendo a re-inserção, com uma proposta que visa superar os grandes hiatos da educação. Entretanto, atribui aos jovens após a conclusão do Projovem a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso na sua nova empreitada de retorno ao sistema de ensino ou a inserção no mercado de trabalho, uma relação ao discurso da “empregabilidade”..

Constatamos que os jovens entendem o processo formativo do arco de esporte e lazer como um espaço que possibilitava **apreensão de novos conteúdos culturais**, os quais têm sentido à medida que se relacionam com as experiências de vida dos jovens. Ressalta – se o estimulou a reflexão política nos jovens através dos espaços formativos do arco contribuindo assim, para o fortalecimento do exercício da cidadania.

Há uma forte Identificação e interesses pelos conteúdos culturais foram um dos indicadores que contribuiu para potencializar o investimento dos jovens no processo formativo do arco de esporte e lazer. Identificação deles com a cultura juvenil: linguagens culturais e esportivas que têm relação com movimentos de resistência (hip hop, skate, grupos culturais e bandas de grupos de jovens) (DAYRELL,2007);

O processo formativo estimulou o espírito criativo nos jovens, pois muitos não acreditavam que tinham capacidade para resolver as situações problemas em que eram colocados. Podemos apontar que o estímulo ao exercício criativo mexeu com autoestima de muitos jovens contribuindo assim, para o fortalecimento do exercício de construção da autonomia e aflorar o sentimento de pertencimento “aos outros” dos amigos, família, grupos e do seu bairro e cidade.

A contribuição em forjar nos jovens **um espírito de solidariedade no sentido de engajamento comunitário** para as lutas que envolvem as questões da sua comunidade e de sua cidade. O arco pôde contribuir para aquisições de novos conhecimentos que se articulam a questões que estão relacionados à construção da autonomia, à participação e à liberdade, que dizem respeito para os jovens como fortalecimento dos direitos sociais.

A pesquisa nos aponta como resultado **a importância dada aos espaços de socialização juvenil do arco de esporte e lazer** que proporcionou aos jovens egressos a possibilidade de experimentar e potencializar da condição de fruidores do lazer a produtores, atribuindo assim, um valor de uso e ampliando o seu domínio de território através das novas relações estabelecidas em outros bairros.

Logo, entendemos que os **NOVOS DESAFIOS** devem sinalizar para a criação de portas de saídas, no sentido de buscar a “responsabilidade” do Estado em garantir através de mecanismos ou disposi-

tivos a continuidade dos processos de formação dos jovens egressos do programa. Como o fortalecimento do ensino médio integrado de qualidade, assegurando uma base sólida; Garantir espaços institucionais e intersticiais que valorizem e incentivem os jovens ao exercício da criatividade através da vivência dos conteúdos culturais, promovendo assim, o diálogo, as trocas, as escolhas, a convivência coletiva com os diferentes; estímulo á vivência das primeiras experiências com o mundo do trabalho e Por fim, acredito e reafirmo a importância de Políticas públicas de juventude enquanto possibilidade de transformação social das juventudes, reconhecendo na educação um instrumento fundamental para autoconstrução e a liberdade.

Referências Bibliográficas

ABAD, M.. **Possibilidade juvenil para o impacto da agenda pública.** Redes de Juventude - Recife, 2004.

ABRAMO, Helena. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista brasileira de Educação.** São Paulo: Maio/Jun/Jul/Ago, nº 5, 1997, nº6.

_____. Crítica Política de juventude In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. **Políticas Públicas Juventude em Pauta.** São Paulo: Cortez, 2003.

ABRAMOVAY, Miriam; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas: In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil (Orgs.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO 2007.

ANTUNES, R. A precarização social do trabalho. In: DRUCK, G; FRANCO, T. (Orgs). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização.** São Paulo: Boitempo, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Tradução Luiz A. Reto e A. Pinheiro. Lisboa: Ed. 70, 1979.

BRASIL, Secretaria Geral da Presidência da República. **Projeto: Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação comunitária – Projovem,** Brasília, 2005.

CASTRO, M. G. Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Orgs.). **A Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

CORRÊA, V. L. A. dos; STAUFFER, A. de B. Educação inclusiva: repensando políticas, culturas e práticas na escola pública. In: SANTOS, M. P. dos; PAULINO, M. M. (Orgs.). **Inclusão em educação: cultura, políticas e práticas.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, volume 28, n. 100 – Especial, p.1105-1128, Out,2007.

FREITAS, L. C. de. Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educação e sociedade**. Campinas,v.28, n.100 – especial, p.965-987, out, 2007.

FRIGOTTO, G. **A contradição aparente entre a falta e a sobra de jovens trabalhadores qualificados no Brasil.** São Paulo, Mimeo (Projeto Educação Tecnológicas e o Ensino médio:

GONDIM, S. M. G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia**. Ribeirão Preto [online]. 2002, v.12, n.24,p.149-161.

IBASE E POLIS. **Diálogo Nacional para uma Política de Juventude.** Rio de Janeiro: Ibase; São Paulo, SP: Polis 2006.

RIBEIRO, Marlene, Exclusão: problematização do conceito. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v.25, n.1. p. 35-50, jan/jun. 1999.

SILVA, Jamerson Antônio de Almeida; SILVA, Katharine Ninive Pinto. **Círculos Populares de esporte e lazer: fundamentos da educação para o tempo livre.** Recife: Bagaço, 2004.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

POLÍTICA DE ESPORTE E LAZER DO RECIFE: a elaboração de um instrumento de avaliação

Brunna Carvalho Almeida¹⁸

Mestre em Administração

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

Resumo: Este estudo teve como objetivo elaborar um instrumento de avaliação para a política de esporte e lazer do Recife, ao observar que uma de suas limitações era a falta de uma avaliação formal que pudesse analisar tanto os processos desenvolvidos em seu período de implementação – desde 2001 – assim como dimensionar o impacto dessas ações governamentais. Ademais, observa-se que as políticas de esporte e lazer, numa perspectiva de garantia de um direito constitucional, ainda são uma questão recente. E, nesse contexto, a temática de avaliação para o setor ainda está em seus primeiros passos. Para atingir o objetivo proposto foi realizado um estudo de caso da política de esporte e lazer do Recife e, como técnica de coleta, foram realizadas reuniões de grupo focal a partir de uma pré-matriz, previamente elaborada a partir de pesquisa documental e bibliográfica. Com o desenvolvimento das discussões de grupo focal, foram apontados elementos de análise que possibilitem uma futura avaliação da política em estudo. Os resultados indicam uma avaliação de processo, uma vez que se tem como foco as dimensões político-administrativas da política de esporte e lazer. No entanto, o instrumental, ao passo que norteia uma avaliação, também aponta elementos para a formulação de novas políticas voltadas para o setor, na concepção do esporte e do lazer como um direito social.

Introdução

No estudo sobre as políticas públicas há uma centralidade na análise sobre a formulação, implementação e avaliação no denominado

¹⁸ Rua Marechal Deodoro, 338, apt° 704 – Bl. B, Encruzilhada – Recife – PE. CEP: 52.030 – 170.
Fone: (81) 9434.0449 – brunna@hotmial.com

ciclo das políticas públicas. A avaliação, por sua vez, normalmente é tomada como uma parte desse processo, que busca aferir resultados e impactos. No entanto, articulada à formulação e implementação das políticas, a avaliação também considera os aspectos processuais de uma política pública.

A expansão das avaliações de políticas e programas sociais no Brasil se deu a partir dos anos de 1980, quando os movimentos sociais passaram a demandar políticas sociais universalizadas enquanto um direito de cidadania. Ao passo que cresciam essas reivindicações, aprofundava-se a crítica ao padrão das políticas sociais desenvolvidas, principalmente, referente ao mau uso dos recursos públicos (SILVA, 2008). Em função disso, na década seguinte, a avaliação assume um papel de destaque nas administrações públicas.

O perfil das avaliações neste período era de aferir a eficiência na utilização dos recursos e dimensionar o grau de eficácia com que os objetivos dos programas eram alcançados. Desta forma, ao delinear um perfil das avaliações de políticas e programas sociais na década de 1990, pode-se afirmar que estas tinham caráter fiscalizatório. E isso só foi possível em virtude das exigências dos organismos internacionais que condicionam o financiamento de programas, com foco na eficiência e eficácia, traçando estratégias para a aplicação dos recursos e na definição de prioridades para o direcionamento dos recursos públicos (RODRIGUES, 2008).

Apesar desse crescimento das avaliações de políticas e programas sociais, “há de se considerar que a prática da avaliação [...] ainda é restrita e desenvolvida mais como controle de gastos do que para redimensionar os programas em desenvolvimento” (SILVA, 2008, p. 110). Contudo, buscando superar essa concepção, a avaliação passa a se caracterizar como um esforço para mudar o comportamento ou desempenho de uma política ou programa, cujo objetivo é oferecer informações aos decisores sobre os impactos de suas ações públicas (SILVA, 2008).

Considerando que as avaliações, de caráter fiscalizatório, limitam-se a perceber os resultados frente aos objetos propostos, nos quais não se encontram espaços para análises mais aprofundadas dos porquês destes resultados, observa-se a necessidade de uma nova abordagem no campo da avaliação de políticas públicas.

Assim, busca-se uma avaliação com a qual seja possível enfatizar, além dos critérios de eficiência e eficácia, o contexto (social, econômico, político, cultural e organizacional) na qual está inserida uma política pública. Acredita-se que nessa perspectiva há maiores possibilidades de analisar criticamente as etapas de formulação e implementação para conhecer o porquê dos resultados e impactos gerados por determinada ação governamental.

No que tange à política de esporte e lazer, essa temática da avaliação ainda está em passos iniciais, pois as políticas públicas voltadas para o setor ainda eram incipientes mesmo após a Constituição de 1988, quando o esporte e o lazer foram elevados à condição de direito social. Somente com a criação do Ministério do Esporte, em 2003, começam a ser formuladas e implementadas políticas para o setor com a gestão de planejamento, avaliação e controle de programas, projetos e ações.

Desse modo, ao considerarmos o ciclo das políticas públicas, é possível dizer que as políticas voltadas ao esporte e lazer se encontram em estágios iniciais, tendo, ainda, muito para avançar. Isso se deve porque, além da escassez de ações governamentais para o setor, existe uma disputa de concepção sobre qual manifestação social do esporte¹⁹ deverá ser priorizada como política pública. Sendo considerada neste trabalho a dimensão de esporte de participação.

Independente da especificidade do setor, as políticas públicas, de forma geral, não podem se isentar das cobranças da sociedade, que o movimento democrático vem impondo à gestão pública. Assim, no contexto atual, no qual transparência, responsabilidade governamental e controle social formam critérios para dimensionar uma “boa gestão pública”, a avaliação constitui-se como peça essencial para identificar a realidade de uma política; por isso, torna-se imprescindível esse debate nas políticas públicas de esporte e lazer.

A avaliação, para esse setor, será constituída como instrumento capaz de mensurar a eficiência, eficácia e efetividade dessas ações públicas, além de analisar o contexto no qual estão inseridas essas po-

¹⁹ Esporte de rendimento, esporte educação ou esporte de participação ou popular, discussão feita por Tubino (1992).

líticas, permitindo, assim, a produção de novos conhecimentos e a possibilidade de transformar cada vez mais essas práticas, aproximando-as dos princípios constitucionais.

A *Política de Esporte e Lazer do Recife*, que empreende “esforços para desenvolver suas ações de forma planejada pensando a cidade como um todo e nos vários segmentos que compõem sua população” (RECIFE, 2002, p.03) e se apresenta como “algumas das experiências no campo das políticas públicas de esporte e lazer com propostas diferentes” (FERREIRA, 2009, p.02) não pode estar de fora desse contexto geral e também merece ser avaliada com profundidade, levando em consideração o contexto na qual está inserida, além do seu processo de implementação.

Ao considerar que a avaliação de uma política pública se constitui como um instrumento que possibilita o controle gerencial e, além disso, instrumentaliza a sociedade no exercício do controle social, a partir da produção de novos conhecimentos e da divulgação dessas avaliações, torna-se cada vez mais importante a utilização desse recurso, a fim de que tais políticas possam responder aos anseios de uma sociedade cada vez mais democrática. Por esse motivo, considerou-se como objetivo a identificação de critérios e elementos de análise apropriados para elaborar um instrumento de avaliação para a política de esporte e lazer do Recife.

Avaliação de políticas públicas

O objetivo principal deste trabalho é elaborar um instrumento de avaliação de determinada política pública. Para tanto, faz-se necessário saber *o quê, como e de que forma* se deseja avaliar, de maneira a definir um instrumento adequado à realidade da política estudada. Em virtude disso, serão abordados o histórico da avaliação de políticas públicas e as concepções acerca da avaliação.

A avaliação de políticas e programas sociais ganha destaque no cenário mundial logo após a Segunda Guerra Mundial, pois, nesse período, deu-se o início de programas desenhados em larga escala para atender às necessidades do desenvolvimento social. Foi o tempo de implementação máxima do *Welfare State* nos países desenvolvidos, como um pacto social voltado a assegurar políticas universalistas, reconhe-

cidas como de direitos dos cidadãos. Ainda nesse período é dada importância à execução de programas de ajuda internacional ao “terceiro mundo”, em que países desenvolvidos dispensaram volumosos recursos, sendo exigido criterioso acompanhamento (BARREIRA, 2002).

No Brasil, a expansão das avaliações de políticas e programas sociais se deu a partir dos anos de 1980, quando os movimentos sociais passaram a demandar políticas sociais universalizadas enquanto um direito de cidadania. Ao passo que cresciam essas reivindicações, aprofundava-se a crítica ao padrão das políticas sociais desenvolvidas na América Latina, principalmente, referente ao mau uso dos recursos públicos (SILVA, 2008).

Assim, a avaliação de políticas começa a se desenvolver, mas se apresenta ainda pouco incorporada ao cotidiano da administração pública (COTTA, 1998). Para a autora, este fato ocorre em virtude da “complexidade inerente às metodologias de avaliação [e], em parte devido ao desinteresse dos *policy makers*”²⁰ (COTTA, 1998, p.103). No entanto, na década seguinte, a avaliação assume um papel de destaque nas administrações públicas, a partir do contexto da Reforma do Estado e direcionada a uma agenda neoliberal (RODRIGUES, 2008).

A conjuntura da década de 1990 – num contexto de crise do Estado e da inserção de um modelo de administração pública, numa concepção gerencialista – trouxe à tona a necessidade de aprofundar os estudos sobre a avaliação de políticas e programas sociais. Ao contrário da política intervencionista, o Estado começa a tentar se retirar das atividades econômicas e a reduzir a sua participação na oferta de benefícios sociais. Diante da crise, o Estado passa a contar com menos recursos e, conseqüentemente, com menos poder efetivo. A busca de soluções estendeu-se da esfera econômica ao modelo político e administrativo, e assim têm início as medidas de modernização do setor público, resultando no modelo que se convencionou chamar de Administração Gerencial para o Setor Público (SABINO; PELLERIN, 2007).

Como critérios dessa modernização, alguns elementos da administração empresarial foram adotados pelo setor público, tais como a “priorização dos conceitos de flexibilidade, planejamento estratégico

²⁰ Aqueles que formulam e executam as políticas públicas.

e qualidade e a orientação dos serviços públicos para as demandas e anseios dos cidadãos” (SABINO; PELLERIN, 2007, p. 637).

É nesse contexto que a avaliação das políticas públicas se faz presente “como instrumento fundamental para se alcançar melhores resultados e proporcionar uma melhor utilização e controle dos recursos nele (a) aplicados, além de fornecer aos formuladores de políticas sociais e aos gestores de programas dados importantes para o desenho de políticas mais consistentes e para gestão pública mais eficaz” (COSTA; CASTANHAR, 2003, p. 02).

Com esta afirmativa de Costa e Castanhar (2003), pode-se observar que as prerrogativas que constituem o objetivo das avaliações de políticas públicas se assemelham aos princípios da vertente gerencialista da administração pública, associada aos padrões dos organismos internacionais que demandavam reforma dos programas sociais, pautada pela focalização, descentralização e privatização. Como esses organismos (Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento) incluíam “a **avaliação das políticas sociais** como condição para o seu financiamento, passando a exigir maior racionalidade do gasto público e do rendimento dos recursos aplicados, [...] desenvolve-se a avaliação, no sentido de aferir a eficiência na utilização dos recursos e para dimensionar o grau de eficácia com que os objetivos dos programas estão sendo alcançados” (SILVA, 2001, p.46).

Mesmo diante dessa “expansão” de avaliações de políticas e programas sociais “há de se considerar que a prática da avaliação [...] ainda é restrita e desenvolvida mais como controle de gastos do que para redimensionar os programas em desenvolvimento” (SILVA, 2008, p. 110). Contudo, buscando superar essa concepção, a avaliação passa a se caracterizar como um esforço para mudar o comportamento ou desempenho de uma política ou programa, cujo objetivo é oferecer informações aos decisores sobre os impactos de suas ações públicas (SILVA, 2008).

Por outro lado, apesar de a maioria das práticas de avaliação ser desenvolvida como mero controle de gastos, existem tendências para a produção de avaliação como um instrumento que contribui para melhorar as práticas governamentais, tornando-as transparentes à sociedade, pois “numa perspectiva de cidadania a avaliação pode vir a

se constituir num instrumento eficaz para controle social das políticas sociais por parte da sociedade” (SILVA, 2008, p.111).

Nesse trabalho compartilha-se com Belloni, Magalhães e Sousa (2007, p.15), ao considerarem a avaliação como uma “análise de uma atividade fatos ou coisas que permite compreender, **de forma contextualizada**, todas as suas dimensões e implicações, **com vistas a estimular seu aperfeiçoamento**”. Dessa forma, novas abordagens de avaliação de políticas públicas “passaram a enfatizar a importância da análise de contexto – social, econômico, político, cultural – e da análise organizacional – estrutura de funcionamento, dinâmica, relações de poder, interesses e valores que permeiam as instituições envolvidas na elaboração e implementação de políticas” (RODRIGUES, 2008, p.10-11). Para elaboração do instrumento de avaliação, será considerada, neste trabalho, a definição acima, juntamente com a perspectiva da “anatomia” do processo de implementação de Draibe (2001), que considera todos os aspectos da implementação de uma política como foco de uma avaliação.

Metodologia

A abordagem utilizada neste trabalho é caracterizada como qualitativa. Acredita-se que a diferença entre métodos qualitativos e quantitativos são mais que diferenças entre estratégias de pesquisa e procedimentos de coleta de dados. Esses enfoques representam, fundamentalmente, diferentes referenciais epistemológicos para teorizar a natureza do conhecimento, a realidade social e os procedimentos para se compreender esses fenômenos (FILSTEAD, 1979 *apud* DENZIN; LINCOLN, 2006). Esta escolha está baseada nos paradigmas que o pesquisador acredita ser coerente, pois a “pesquisa qualitativa é uma atividade que localiza o observador no mundo” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p.17).

Quanto ao método, utilizou-se o estudo de caso que é um “meio de organizar dados sociais preservando o caráter unitário do objeto social estudado” (p. 119). Portanto, o estudo de caso se justifica nessa pesquisa, pois o seu objetivo é elaborar um instrumento de avaliação para a política pública específica, a política de esporte e lazer do Recife. E sobre a especificidade do estudo de caso, Merriam (1988) o destaca

como uma descrição de um fenômeno bem delimitado e denota que o interesse do pesquisador está mais voltado à compreensão dos processos sociais que ocorrem num determinado contexto.

Como essa pesquisa trata de um problema empírico, o estudo de caso, mais uma vez caracteriza-se como uma possibilidade metodológica, pois, segundo Yin (2001), “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real” (p.32).

Por fim, como característica de um método de pesquisa qualitativa, o estudo de caso permite a utilização de várias técnicas de coleta. As mais comuns são as observações, as entrevistas e a análise documental. No entanto, para esse estudo foi utilizada a pesquisa documental e bibliográfica, na coleta de dados secundários e a técnica de grupo focal – que é caracterizada como uma entrevista em grupo em que o próprio pesquisador participa como mediador – para a obtenção de dados primários. E, para a análise dos dados foi adotada a análise de conteúdo de Bardin (2004). As categorias de análise foram definidas anteriormente à análise dos dados, pois durante a sistematização da pesquisa bibliográfica e documental foram identificadas e selecionadas as dimensões necessárias para elaboração da pré-matriz do instrumento de avaliação discutidas posteriormente nas reuniões de grupo focal abaixo relacionadas:

- Dimensão Institucional-legal, que a partir da legislação pode-se identificar o marco legal que subsidia as ações da política, qual a legislação que regulamenta o setor em que o programa está inserido, assim como os ordenamentos legais do município que dão suporte a política.
- Dimensão de Gestão, pode-se discutir questões relacionadas ao planejamento (forma e conteúdo), orçamento (relação entre o previsto e o executado), recursos humanos (forma de seleção e capacitações), infraestrutura (quantidade e nível de conservação dos espaços para realização do programa), projetos e ações (abrangência, público-alvo e conteúdo das ações), intersetorialidade (ações integradas e parcerias com outras políticas ou programas).
- Dimensão de Participação e Controle social, na qual será possível verificar as formas de participação, os mecanismos de transparência e como se dão as articulações entre Estado e Sociedade.

Essas dimensões possibilitam elaborar uma avaliação de processo compreendendo que esse tipo de avaliação “busca identificar os fatores facilitadores e obstáculos que operam ao longo da implementação e que condicionam, positiva ou negativamente, o cumprimento das metas e objetivos” (DRAIBE, 2001, p.30).

Política de esporte e lazer do Recife

O Município do Recife, com autonomia estabelecida nos termos da Constituição Federal de 1988, organiza em sua Lei orgânica, promulgada em 1990, o tema “esporte e lazer” como um dever do Estado.

No entanto, apesar da legislação apontar para a constituição de políticas, visando a garantia do direito ao esporte e lazer, em linhas gerais, Ferreira (2009) considera que “as políticas do campo do esporte e do lazer continuam mantendo o histórico perfil compensatório, hegemônico na indústria cultural e “protagonizado” de forma indutora, construindo em todas as esferas do poder público nada mais, nada menos que um ‘balcão’ de projetos” (FERREIRA, 2009, p. 02).

Por outro lado, no final da década de 1990 e início dos anos 2000, algumas experiências no setor são identificadas em virtude de suas propostas diferenciadas. Dentre elas, destaca-se a Política de Esporte e Lazer do Recife, nas gestões de 2001-2004 e 2005-2008 (e que continua na atual gestão), do governo do Partido dos Trabalhadores (PT).

A diferenciação na proposta desse governo é representada pela necessidade de rediscutir as bases em que estão calcadas as políticas públicas de esporte e lazer no país e, principalmente, no município, pois

a história da ação municipal no setor de Esporte & Lazer é, reconhecidamente, marcada pelo favorecimento eleitoral de pequena parcela da população, em detrimento do acesso das crianças, das mulheres e dos idosos e das pessoas com deficiência, principalmente nas áreas pobres da Cidade (RECIFE, 2002, p.03).

A partir do reconhecimento do esporte e lazer como direito dos cidadãos, os gestores do esporte e lazer do Recife “buscam empreender esforços para desenvolver suas ações de forma planejada, pensando na cidade como um todo e nos vários segmentos que compõem sua população” (RECIFE, 2002, p.03).

No que se refere à elaboração/formulação dos princípios da política, esta fase diz respeito aos processos políticos que muitas vezes são consolidados por uma legislação e subsidiado por uma estrutura através de um órgão. Quanto à legislação, afirma-se que a política de esporte e lazer do Recife tem suas bases legais pautadas na Constituição de 1988, na Lei Orgânica do Recife e na Lei municipal nº 17.544/09 (que trata das áreas de preservação esportiva e de lazer).

Em relação à estrutura, na primeira gestão (2001-2004), a Secretaria de Turismo e Esportes, através da Diretoria Geral de Esportes (DGE), era o órgão responsável pela execução da política, mas não dispunha de uma organização formal capaz de dar suporte às suas ações. Entretanto, foram criadas coordenações para atuarem, levando em consideração as diversas manifestações do esporte (participação, educacional e rendimento), com a prioridade ao esporte de participação. Somente na segunda gestão (2005-2008), a partir de uma Reforma Administrativa, o Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães (Geraldão), vincula-se à Secretaria de Educação, Esporte e Lazer e torna-se o órgão responsável pelo desenvolvimento da política de 2005 até a gestão atual. A configuração administrativa mostra uma organização do trabalho das atividades-fim através de três diretorias:

Diretoria de Esporte Amador, que trabalha com o esporte de rendimento (amador e esporte educacional que dispõe do mesmo formato),

Diretoria de Lazer e Cidadania, que trabalha o esporte de participação (através de conteúdos de jogos populares e outras linguagens corporais, tais como a arte, dança e teatro) e,

Diretoria de Esporte e Juventude, que tem foco direcionado à juventude através de atividades esportivas de identidade juvenil, como o skate, o patins, o break dance e o Le Parkour.

Ao observar as ações da política, é possível inferir que ela trabalha em duas frentes: uma programática – relacionada às atividades finalísticas, ou seja, às atividades-fim, como os programas, projetos e eventos direcionados à população – e uma estruturadora, àquelas relacionadas à organização e suporte para as atividades-fim da política.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi elaborar um instrumento de avaliação para a política de esporte e lazer do Recife, em virtude da autora identificar como necessidade da referida política uma avaliação externa, que pudesse apontar, com teor científico, o processo, os resultados e impactos de uma ação pública.

Por conseguinte, buscou-se aprofundar a discussão sobre as dimensões de análise e, para tanto, foi desenvolvido um estudo de caso da política de esporte e lazer do Recife. Os sujeitos envolvidos na pesquisa foram os gestores da política de esporte e lazer do Recife, considerando a relevância do grupo na responsabilidade de formular e implementar esta política no município.

Durante a análise dos resultados observou-se que as três dimensões (institucional-legal, de gestão e de controle) são influenciadas pela disputa de interesses, diante dos vários atores internos ou externos à política que, de certa forma, acabam por influenciar nas ações finais. Apesar da dimensão institucional-legal, versar sobre a conjuntura institucional referente às legislações que dá condição para o desenvolvimento de uma política, viu-se que uma legislação não está isenta de concepções ideológicas. De outro lado, a dimensão de gestão – que abarca todos os processos de uma implementação – e por isso associada à dimensão material da política, também é influenciada pelos processos políticos permeado de conflito de interesses. Já a dimensão de controle é eminentemente constituída por processos políticos, uma vez que estão em jogo os interesses conflitantes na relação Estado e Sociedade.

Quanto aos elementos de convergência e divergência relacionados aos critérios estabelecidos a partir na pré-matriz, observou-se que os pontos discutidos no grupo focal tinham relação com a política estudada e que os elementos colocados pelos gestores aprofundaram a perspectiva vislumbrada pela pesquisadora na elaboração da pré-matriz.

Nesse sentido, houve mais convergência do que divergência entre a proposta levada à discussão, sendo sugerida a inserção de um foco – infraestrutura de atendimento – em virtude da experiência vivida pela equipe gestora na implementação da política de esporte e lazer do Recife.

Com a análise dos resultados, verificou-se a avaliação como um instrumento de retroalimentação que trará aos gestores informações sobre quais ações foram bem sucedidas ou não, quais demandas estão surgindo, de forma que a gestão possa acompanhar essas mudanças e adequar seus processos buscando ser mais eficiente, efetiva e eficaz.

Além disso, levando-se em consideração a dinâmica do ciclo das políticas públicas pode-se afirmar que o instrumento de avaliação – composto pelas dimensões institucional-legal, de gestão e de controle – além de permitir uma avaliação da política de esporte e lazer do Recife, poderá se constituir como um elemento norteador na construção de novas políticas públicas para o setor, uma vez que trata de aspectos fundamentais da formulação e implementação de uma política de esporte e lazer, a partir da experiência de uma gestão municipal.

Referências

ARRETCHE, Marta T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth, M. (Org). **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. 6ª edição. São Paulo, Ed. Cortez, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARREIRA, Maria C. R. N. **Avaliação participativa de programas sociais**. 2ª edição. São Paulo, Ed. Veras, 2002.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor; SOUSA, Luiza C. **Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas**. 4ª edição, São Paulo, Cortez, 2007.

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. Avaliação Programas Públicos: Desafios Conceituais e Metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, nº 37, v. 5, p.969-992, set./out., 2003.

DENZIN, Norman K., LINCOLN, Yvonna S. et all. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e Abordagens**. Porto Alegre: Art-med, 2006.

DRAIBE, Sonia M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, Maria

C.R.N; CARVALHO, Maria C.B. (Orgs). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo, IEE/PUC, 2001.

FERREIRA, Marcelo Pereira de Almeida. As demandas sociais e as políticas públicas em esporte e lazer: limites e possibilidades desta relação. XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e III Congresso Internacional de Ciências do Esporte Salvador, **Anais**, 2009.

MERRIAN, S. B. **Case study research in education: a qualitative approach**. San Francisco (CA): Jossey-Bass, 1988.

RECIFE. **Plano Municipal de Esporte e Lazer (2001-2005)**. Recife, Secretaria Municipal de Turismo e Esporte. 2002.

RODRIGUES, Lea. C. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Revista Avaliação de Políticas públicas**, UFC: Fortaleza – CE v.01, n°.01 jan/jun, 2008.

SABINO; PELLERIN. In: AGUIAR, Sylvana Maria Brandão de. **Gestão pública: práticas e desafios**. Recife: Bagaço, 2007.

SILVA, Maria Ozanira S. Avaliação de Políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. In: SILVA, M.O.S. et al **Pesquisa Avaliativa: aspectos teóricos e metodológicos**. São Paulo: Veras Editora; São Luís, MA: GEAEPP, 2008.

_____. Avaliação de políticas públicas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. In: SILVA, Maria Ozanira S. (Org) **Avaliação de políticas públicas e programas sociais: teoria & prática**. São Paulo, Ed. Veras, 2001.

TUBINO, Manuel J. G. **Dimensões sociais do esporte**. São Paulo: Cortez, 1992.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e método**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

REGIÃO SUDESTE

ESTUDOS SOBRE A GESTÃO DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE

M. S. Larissa Haddad Souza Vieira

Universidade Federal de Viçosa²¹

D.S. Suely de Fátima Ramos Silveira

Universidade Federal de Viçosa²²

D.S. Marco Aurélio Marques Ferreira

Universidade Federal de Viçosa

PhD. Karla Maria Damiano Teixeira

Universidade Federal de Viçosa

Resumo: A dissertação abordou o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), de iniciativa do Ministério do Esporte, avaliando resultados de sua aplicação e buscando, também, à luz dos conceitos teóricos associados à avaliação de projetos, programas e políticas públicas, discutir o esporte e o lazer enquanto questões de políticas públicas. O estudo foi estruturado em quatro artigos, sendo o primeiro teórico (bibliográfico) e os demais empíricos, um predominantemente quantitativo e dois qualitativos. Foram utilizados como instrumentos metodológicos os seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica; coleta de dados primários, por entrevistas, e secundários, pelo acesso ao banco de dados da Secretaria de Desenvolvimento de Esporte e Lazer (SNDEL); Análise Exploratória de Dados (AED); Análise Envoltória de Dados (DEA); Análise de Conteúdo. Através da consecução desta dissertação, foram ressaltadas algumas características do PELC: a heterogeneidade de seus convênios; a importância de seus processos de formação e de avaliação; a necessidade de melhor aplicação de recursos financeiros e humanos em direção a maiores e melhores resultados; a necessidade de

²¹ Departamento de Administração-UFV. Av. P.H.Rolfs, s/n. Campus Universitário. Viçosa-MG. CEP36570-000. Tel.: (31) 3899-1609. Fax: (31) 3899-2429. E-mail: laryhaddad@yahoo.com.br

²² Departamento de Administração-UFV. Av. P.H.Rolfs, s/n. Campus Universitário. Viçosa-MG. CEP36570-000. Tel.: (31) 3899-1609. Fax: (31) 3899-2429. E-mail: sramos@ufv.br

maior enfoque do Programa no estímulo à gestão local, minimizando efeitos negativos do baixo orçamento federal destinado ao mesmo; a necessidade de seu desenvolvimento, bem como de uma Política Nacional de Esporte/Lazer, como política de Estado, ultrapassando questões políticas governamentais. Sendo o PELC um Programa relativamente jovem, com apenas sete anos de implementação, encontra-se em desenvolvimento, podendo e devendo ser aperfeiçoado visando a uma maior efetividade da atuação pública, tanto em nível federal quanto nas esferas estadual e municipal.

Introdução

O presente trabalho foi organizado em forma de artigos independentes, sem dispensar que a temática do esporte e lazer compusesse, em adição à teoria, seu fio condutor, tornando-os inter-relacionados. O “Artigo I”, sob o título “Programa Esporte e Lazer da Cidade no Contexto das Políticas Públicas Sociais”, constitui-se em abordagem teórica, que considera a política pública de esporte e lazer, enfocando o Programa Esporte e Lazer da Cidade, do Ministério do Esporte, através da conceituação teórica dos diversos temas associados à avaliação de projetos, programas e políticas públicas, convergindo à consideração do esporte e do lazer enquanto questões de políticas públicas.

Após esta iniciação ao tema, o “Artigo II” centra-se na “Avaliação de Desempenho do Programa Esporte e Lazer da Cidade”, com foco quantitativo, objetivando avaliar, sob a perspectiva formativa, o Programa Esporte e Lazer da Cidade entre os anos de 2003 e 2008, por meio de indicações do desempenho das Unidades Federativas brasileiras.

Qualitativamente, o “Artigo III” versa sobre a “Percepção de Gestores Federais sobre o Programa Esporte e Lazer da Cidade”, elucidando questões relacionadas à gestão do Programa de acordo com a percepção dos gestores do PELC em nível federal, componentes da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer.

Por fim, o “Artigo IV”, intitulado “Processo de Avaliação do Programa Esporte e Lazer da Cidade em Municípios de Minas Gerais” apresenta a percepção de gestores locais sobre o Programa, no que se refere principalmente ao processo de avaliação proposto pelo mesmo.

Ainda, ao final da Dissertação, consta uma seção (“Relações entre Artigos”) em que são discutidos os pontos semelhantes e convergentes entre os entrevistados dos Artigos III e IV, isto é, gestores Federais e gestores locais, a respeito da gestão e implementação do Programa, confrontados à realidade de investimentos apresentada pelo Artigo II.

Esta Dissertação pretendeu possibilitar um delineamento do Programa Esporte e Lazer da Cidade, compreendendo de forma integrada seus aspectos objetivos e subjetivos, quantitativos e qualitativos e, a partir dessa perspectiva, fornecer subsídios aos atores sociais para seu acompanhamento, monitoramento e avaliação, visando sua integração às políticas públicas promovidas pelo Estado brasileiro.

Objetivos

O principal objetivo desta Dissertação foi avaliar resultados obtidos pelo Programa Esporte e Lazer da Cidade por meio dos projetos realizados em todo o território brasileiro.

Com o intuito de alcançar o objetivo geral, buscou-se especificamente:

- a. Conceituar teoricamente os diversos temas associados à avaliação de projetos, programas e políticas públicas, focalizando esporte e lazer como questões de políticas, notadamente no âmbito do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC);
- b. Identificar as características do PELC, sua importância na atual conjuntura política brasileira e os processos nele envolvidos;
- c. Identificar o volume de recursos financeiros aplicados pelos contemplados do PELC entre 2003 e 2008;
- d. Classificar os convênios PELC firmados nos anos de 2007 e 2008 segundo seu desempenho, confrontando-os com os objetivos propostos pelo PELC;
- e. Identificar a visão dos gestores federais do PELC sobre esse Programa, buscando compreender a relação entre sua visão do PELC e a perspectiva sob o qual é proposto;
- f. Identificar falhas, dificuldades e limitações do Programa, propondo alternativas para sua solução;
- g. Analisar os processos avaliativos existentes no PELC, com base na percepção de gestores locais do Programa.

Os dois primeiros objetivos foram buscados através da consecução do Artigo I, e a partir do Artigo II foram abordados o volume de recursos financeiros aplicados no PELC e classificados os convênios conforme seu desempenho. Os objetivos relacionados à percepção de gestores federais e locais se desenvolveram ao longo dos Artigos III e IV, respectivamente, sendo as falhas, dificuldades e limitações do PELC identificadas em ambos os Artigos.

Considerações Metodológicas

Dada a independência entre os Artigos da Dissertação, cada um deles se organizou conforme seus objetivos específicos, contando com arcabouços teórico-metodológicos diversos e com a utilização de diferentes métodos e técnicas de pesquisa. O Artigo I, de abordagem teórica, utilizou como fonte a pesquisa bibliográfica, tendo como suporte teórico a avaliação de políticas públicas, perpassando pelas temáticas de políticas públicas, ciclo de políticas públicas, e lazer e esporte como objeto de políticas públicas e programas sociais.

O Artigo II, cuja abordagem foi quantitativa, dividiu-se em duas partes principais: inicialmente, foi traçado um perfil de investimentos do PELC durante todo seu período de implementação, desde o ano de sua criação (2003) até o ano de 2008, utilizando-se do método estatístico de Análise Exploratória de Dados. Posteriormente, foi realizada a avaliação de desempenho do Programa, a partir da Análise Envoltória de Dados (DEA), modelo com orientação a produto, tomando como base a relação entre insumos e produtos para a determinação da eficiência em diversas unidades de produção, nos anos de 2007 e 2008.

As variáveis consideradas na Análise Exploratória de Dados, referente aos investimentos aplicados no PELC de 2003 a 2007, foram o Valor do Ministério do Esporte e o Valor de Contrapartida, ambas adquiridas por meio da Secretaria de Desenvolvimento de Esporte e Lazer (SNDEL), do Ministério do Esporte. Cada uma dessas variáveis foi tratada de duas formas, considerando os convênios de todo o Brasil: como a Soma dos Recursos Aplicados por Estado e como Média dos Recursos Aplicados por Convênio. A fim de determinar o desempenho dos convênios PELC, foram utilizadas como *inputs* as variáveis Valor do Ministério do Esporte e o Valor de Contrapartida. Como *ou-*

inputs, as variáveis escolhidas segundo os objetivos do PELC, adquiridas por meio da SNDEL, foram: Número Total de Participantes, Total de Pessoas Capacitadas e Número de Profissionais. Todos os valores referentes a investimentos em recursos financeiros foram corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA – IBGE) para o mês de dezembro de 2008.

Nos Artigos III e IV, foram utilizados basicamente os mesmos métodos e instrumentos de coleta e análise de dados, a saber: entrevistas semiestruturadas, para a coleta dos dados, e Análise de Conteúdo, para sua interpretação. No Artigo III, as entrevistas foram realizadas com os quatro gestores do Programa em nível federal, componentes da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer (SNDEL), do Ministério do Esporte; no Artigo IV, as entrevistas foram feitas com gestores locais do PELC no estado de Minas Gerais. Como cada um destes artigos teve seu foco específico, consideraram, portanto, diferentes aspectos e abordagens da gestão do PELC.

Para a Análise de Conteúdo, no Artigo III foram divididas categorias de respostas em seis temáticas relacionadas ao PELC e às políticas públicas de esporte e lazer: Evolução Política, Política Governamental, Implementação, Avaliação, Resultados e Relações Federativas. No Artigo IV, enfocando o processo de avaliação do PELC, foram considerados quatro categorias principais: a avaliação *ex-ante*, o monitoramento, a avaliação *ex-post* e a continuidade do Programa.

Principais Resultados

O estudo dos temas políticas públicas, ciclo de políticas públicas, e lazer e esporte como objeto de políticas públicas e programas sociais, no Artigo I (“Programa Esporte e Lazer da Cidade no Contexto das Políticas Públicas Sociais”), aponta que, embora ainda não se tenha formado e consolidado uma Política Nacional de Esportes, as iniciativas da gestão pública voltadas para o lazer e o esporte, em especial o PELC, devem se direcionar à formação e consolidação de políticas de Estado que considerem esses elementos como direitos sociais, possuidores de conteúdos próprios, e instrumentos de cidadania. Nesse sentido, o PELC se apresenta como uma iniciativa formada por objetivos e elementos capazes de favorecer o desenvol-

vimento de ações eficientes, eficazes, portadoras de governabilidade e governança. Para que o PELC cumpra sua promessa de superação de antigas perspectivas e problemas de gestão, é fundamental que haja a avaliação tanto de seus processos quanto de seus resultados, enfocando em avaliações formativas que busquem a evolução desse Programa, para que o mesmo atinja seus propósitos.

A partir das estratégias de pesquisa utilizadas no Artigo II (“Avaliação de Desempenho do Programa Esporte e Lazer da Cidade”), principalmente pela análise exploratória de dados, observou-se uma evolução do PELC ao longo dos anos analisados, em número de convênios firmados e valores de investimentos por parte do Ministério do Esporte e de contrapartidas, além de uma grande variação nesses valores, tanto entre as Unidades Federativas quanto entre os convênios em cada ano e entre os anos, em todo o período. No que se refere à análise de desempenho dos convênios, notou-se grande amplitude entre os valores de seus escores de desempenho e a necessidade de melhora de desempenho nos anos de análise, ou seja, é necessário que sejam melhoradas as relações insumos-produtos das Unidades Tomadoras de Decisão (DMU’s), que são os convênios analisados.

A Região Norte, em ambos os anos, apresentou a maior proporção de convênios nos grupos de Alto Desempenho, e a menor dentre os convênios menos eficientes (Grupo de Baixo Desempenho), em 2008, assim como o Nordeste em 2007. A Região Centro-Oeste não apresentou muitos bons resultados, sendo nos dois anos a de menor proporção de convênios de Alto Desempenho e, particularmente em 2007, a de maior proporção no grupo de Baixo Desempenho, assim como o Sul, em 2008. Quanto ao tipo de ação programática, o PELC-Todas as Idades teve melhor desempenho do que o PELC-Vida Saudável, em 2007, possuindo maior número e proporção de convênios no Grupo 1 e menor no Grupo 3. Por outro lado, no ano de 2008, o PELC-Vida Saudável aparece como sendo o de maior proporção no Grupo 1, embora também o seja no Grupo 3. O artigo apresenta uma projeção de produtos a serem melhorados para que os convênios de baixo desempenho alcancem a fronteira de eficiência das séries analisadas, a fim de que se busque a utilização eficiente dos recursos

disponíveis, produzindo melhores resultados, em direção ao desenvolvimento da governabilidade e governança para o PELC.

Os resultados apontados no Artigo III (“Percepção de Gestores Federais sobre o Programa Esporte e Lazer da Cidade”) indicam percepções em sentidos *top-down* e *bottom-up* por parte dos entrevistados, relacionadas às seis principais categorias temáticas relacionadas ao PELC e às políticas públicas de esporte e lazer: Evolução Política, Política Governamental, Implementação, Avaliação, Resultados e Relações Federativas. Estes resultados evidenciam necessidades, características, limitações e dificuldades do PELC segundo sua percepção, como a relevância do estabelecimento e consolidação de uma política nacional de esporte/lazer e da definição de atribuições federativas para a gestão do lazer e do esporte; a descentralização da gestão, a organização comunitária e o fortalecimento de lideranças locais por parte do PELC; a disponibilidade de um baixo orçamento, a falta de infraestrutura e conhecimento local para sua implementação, e a falta de mobilização comunitária. Este Programa é visto pelos gestores federais entrevistados como uma evolução na percepção do esporte de participação e do lazer como objetos de políticas públicas, embora ainda haja a necessidade de se consolidar essas temáticas como componentes da agenda governamental e, posteriormente, estatal. Destaca-se, ainda, a necessidade de se sistematizar e adequar melhor o processo de avaliação do PELC à sua realidade, permitindo a aferição apropriada de efeitos, resultados e impactos do Programa, bem como da ponderação acerca de sua eficiência e eficácia. Com base nas percepções dos gestores da SNDEL, pode-se afirmar que o PELC é um avanço como política pública de esporte e lazer, mas ainda precisa desenvolver mecanismos que permitam sua melhor implementação, impulsionando ainda mais esta evolução.

No último artigo da Dissertação, Artigo IV (“Processo de Avaliação do Programa Esporte e Lazer da Cidade em Municípios de Minas Gerais”), observou-se tentativas de avaliação em várias fases do convênio firmado, por parte dos Proponentes, já que as iniciativas do Ministério do Esporte para tal tendem a ser superficiais, além de não ocorrerem com frequência regular. O processo de avaliação proposto pelo PELC, segundo os entrevistados, é quantitativo, não havendo consideração de elementos qualitativos, e o *feedback* dado pelo ME

quanto aos resultados do Programa, identificados na avaliação final, não é frequente. Os gestores locais consideram a curta vigência de cada convênio como um fator dificultante para o alcance dos resultados propostos pelo PELC. Em geral, a percepção dos atores sociais entrevistados indica que a execução do PELC deve visar uma maior efetividade da política em que se insere, a qual pode ser alcançada pelo maior acompanhamento por parte do Ministério do Esporte.

Relações Entre Artigos

Possuindo como fio-condutor o Programa Esporte e Lazer da Cidade, seus processos e peculiaridades, os Artigos desta Dissertação concordaram entre si em alguns pontos e discordaram em outros, a partir da relação entre as percepções de gestores federais e de gestores locais do Programa, presentes nos Artigos III e IV, ambas confrontadas à realidade de investimentos apresentada pelo Artigo II. A seguir, são apresentadas as principais relações entre estes Artigos.

O elemento mais ressaltado diante da análise dos três Artigos desta Dissertação é a limitação orçamentária do Programa Esporte e Lazer da Cidade, que, já sendo implementado há sete anos, ainda não obteve *status* de grande relevância para a Política Pública Nacional de Esporte. A atenção em “segundo plano” em direção ao PELC, por parte de *decision makers*, toma maiores proporções nas falas dos gestores federais, mas também influencia as percepções dos gestores locais, e é reforçada pelos perfis de investimento demonstrados no Artigo II.

Apesar de ficar claro nas falas dos entrevistados o fato de o PELC não ser uma prioridade governamental, existe, por parte dos gestores federais e locais, a percepção da necessidade de estabelecimento e consolidação de uma Política Nacional de Esporte, que englobe o esporte em todas as suas possibilidades de manifestações, inclusive voltado ao lazer, fortalecendo o PELC como proposta de Estado.

O Artigo II aponta também uma evolução do Programa ao longo do tempo, o que é corroborado pelas entrevistas do Artigo III. Entretanto, gestores federais e locais apontam uma necessidade de maior desenvolvimento do PELC, dadas suas dificuldades e limitações, não apenas financeiras, mas também quanto a seus processos, o que se relaciona entre si. Assim, embora seja assinalada pelos gestores locais

uma necessidade de revisão do período de vigência de convênios do PELC, é primordial que se considere as limitações orçamentárias do Programa. Antes de se pensar uma ampliação desse período de vigência, deve ser avaliada a viabilidade e os possíveis impactos desta ação, em especial no que se refere à disponibilidade financeira do Programa.

No que se refere ao processo avaliativo, as entrevistas com gestores federais e locais do PELC indicam um processo de avaliação confuso, não estruturado, em desenvolvimento, aparentemente com boas intenções mas ainda sem resultados efetivos e concretos. A importância do processo de avaliação no ciclo de políticas públicas parece ser reconhecido pelos entrevistados, o que pode ser afirmado pela existência, mesmo que não muito bem-sucedida, de alternativas buscadas em ambos os níveis no sentido do uso da avaliação como instrumento de desenvolvimento do Programa. A importância de avaliações que considerem aspectos qualitativos e quantitativos é mencionada pelos entrevistados, apesar de os resultados apontados em ambos os artigos (III e IV) em geral não se apoiarem em resultados de avaliações, sendo em sua maioria compreensões subjetivas.

Foram abordados durante as entrevistas todos os objetivos do PELC, mesmo que não da forma proposta em seu manual de convênios. Isso demonstra uma compreensão de suas diretrizes e características por parte de seus gestores federais, ao contrário do que afirmam ocorrer em nível local, o que poderia ser corrigido por meio do processo de formação continuada do Programa. Os gestores locais entrevistados parecem também compreender as propostas do PELC; entretanto, não se pode generalizar as percepções destes entrevistados, o que contradiria a percepção dos gestores federais, pois pode ocorrer que, de fato, não haja tanta compreensão do PELC por parte dos gestores locais em geral.

O processo de formação foi destacado por todos os entrevistados (federais e locais) como peça-chave para o desenvolvimento do Programa, seja para aprendizagem de conceitos e procedimentos, seja para a compreensão da proposta do PELC como um estímulo ao esporte de participação e ao lazer como componentes de uma agenda de políticas públicas. A possibilidade de continuidade de ações locais voltadas ao desenvolvimento de políticas públicas de esporte e lazer

em níveis locais se relaciona diretamente ao processo de formação continuada de agentes, embora apenas esta prática não garanta a capacitação para tanto. Para que haja maior continuidade de ações em nível local, após a implementação do PELC, deve-se desenvolver uma cultura voltada para esta continuidade, tomando-a como premissa para a execução do convênio do Programa, tanto por parte dos gestores federais quanto dos locais, considerando o PELC não apenas como instrumento financiador, mas principalmente como orientador de iniciativas locais, o que, conforme as entrevistas e dados dos Artigos II, III e IV, parece não ocorrer com muita intensidade.

A compreensão das propostas do PELC, em geral, se relaciona não apenas ao processo de formação do Programa, mas também à forma de contratação do convênio. Como apontado pelos entrevistados (Artigos III e IV) e reafirmado pela análise de desempenho relativo dos convênios (Artigo II), convênios PELC firmados por meio de emendas parlamentares podem incorrer em menor compreensão da proposta. Contudo, esta é apenas uma indicação; a determinação da relação entre essas duas variáveis é objeto de estudo de possíveis pesquisas futuras.

Conclusões

A dissertação explanou sobre a evolução das políticas públicas de esporte e lazer, enfocando o Programa Esporte e Lazer da Cidade, proposto pelo Ministério do Esporte no ano de 2003. O esporte e o lazer, a partir do início do Século XX, foram utilizados como instrumentos de políticas públicas, porém, somente ao final deste mesmo Século, estas temáticas passaram a ser consideradas como direitos sociais e questões de política pública, apesar de ainda não existir uma Política Nacional unificada e consolidada para estas áreas.

Entretanto essa falta de sistematização da política nacional não impede a proposição de planos de governo e de programas para esta área. Ao contrário, na busca de uma organização política, os programas de governo tendem a colaborar para sua construção, sendo o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) um exemplo de proposta governamental que procura o desenvolvimento político do esporte e do lazer, ao tratar o lazer e o esporte de participação como objetos de política, superando as políticas tradicionais voltadas ao esporte, as quais costumam

mavam valorizar excessivamente suas manifestações educativas e de alto rendimento, em detrimento de seu aspecto lúdico.

Nesse sentido, o PELC parece contribuir para o desenvolvimento da área esportiva como um todo e para o estabelecimento de uma política nacional, ao considerar o esporte de participação e o lazer como direitos sociais e instrumentos de cidadania, baseando-se no desenvolvimento e na difusão do conhecimento técnico-científico e em princípios diversos como a democratização do acesso e o estímulo a iniciativas locais de políticas públicas de esporte e lazer, além da consolidação de seus próprios conteúdos.

O PELC evoluiu, ao longo de sua existência, tanto em questões financeiras quanto em resultados de sua ação. Entretanto, é necessário ainda que seus métodos e instrumentos de implementação se adequem melhor à realidade em que o Programa se situa, buscando ultrapassar suas dificuldades e limitações, como a falta de infraestrutura e conhecimento local para sua implementação, e a falta de mobilização comunitária, em direção ao oferecimento de melhores e maiores resultados para sua população beneficiária, e procurando ampliar suas possibilidades de atuação.

Além disso, este estudo aponta para uma necessidade de revisão do papel do PELC, fortalecendo-o como estimulador de políticas públicas locais, além de sua função de financiamento de ações. Apesar de os recursos financeiros advindos de emendas parlamentares e de convênios PELC/PRONASCI serem fundamentais para a possibilidade de o PELC continuar a ser desenvolvido, é importante também que novas formas de implementação e controle sejam estabelecidas pelo Programa em relação a essas formas de execução, procurando adequá-las melhor aos objetivos do PELC, o que possibilitaria a esse Programa, consequentemente, atingir melhores resultados. A melhoria de resultados do PELC, como um todo, seria favorecida também pelo desenvolvimento, instrumentalização, formalização e utilização de processos de avaliação e monitoramento que reflitam, durante todo o seu ciclo político, os objetivos e especificidades desse Programa, permitindo sua (re) orientação rumo a práticas mais efetivas, em uma perspectiva de avaliação formativa.

O estudo indica a necessidade existente de se buscar o estabelecimento de uma política nacional que se desenvolva como política de Estado, determinando as funções de cada esfera governamental na

gestão do esporte e do lazer e consolidando o lazer e o esporte como questões de políticas públicas. Dessa forma, é essencial que, tanto o Programa Esporte e Lazer da Cidade quanto as demais iniciativas dos governos Federal, Estaduais e Municipais, compreendam as políticas públicas de esporte e de lazer como políticas (*policy*) que compõem uma estrutura maior e ainda mais complexa (*polity*), determinada não somente por *policy-makers* relacionados a decisões de governos (*politics*), mas também de *stakeholders* voltados à institucionalização de um projeto político de Estado.

Referências Bibliográficas

ALVES, J.A.B.; PIERANTI, O.P. **O Estado e a formulação de uma Política Nacional de Esporte no Brasil**. RAE-eletrônica, v. 6, n. 1. Art. 1, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae-el/v6n1/a02v6n1.pdf>>. Acesso em 25 de março de 2009.

ARAÚJO, V.C. A conceituação de governabilidade e governança, da sua relação entre si e com o conjunto da reforma do Estado e do seu aparelho. **Texto para discussão nº45**, ENAP, Brasília, 2002.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Trad.: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 5 ed. Lisboa: Edições 70, 2009. 287 p.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRESSER PEREIRA, L.C.; SPINK, P.(Orgs.). **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. 6.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

CANO, I. **Introdução à Avaliação de Programas Sociais**. 2.ed. Rio de Janeiro:FGV, 2004. 120p. (Coleção FGV Prática).

CASTELLANI FILHO, L. (Org). **Gestão Pública e Política de Lazer: A Formação de Agentes Sociais**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de Projetos Sociais**. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

COSTA, FL.; CASTANHAR, J.C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública – RAP**, Vol. 37, n.5. Set/Out. 2003.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

- FERREIRA, M.C.; GOMES, A.P. **Introdução à Análise Envoltória de Dados: Teoria, Modelos e Aplicações**. Viçosa, MG: UFV, 2009.
- FITZPATRICK, J.; CHRISTIE, C.; MARK, M.M. (Eds.). **Evaluation in action: interviews with expert evaluators**. SAGE Publications, Inc. 2009.
- FREUND, J.E. **Estatística aplicada: economia, administração e contabilidade**. 11. ed. Trad. Claus Ivo Doering. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- FREY, K. Políticas Públicas: um Debate Conceitual e Reflexões Referentes à Prática da Análise de Políticas Públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**. N° 21. Brasília: IPEA, jun 2000. pp. 211-259.
- GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GUESS, G.M.; FARNHAM, P.G. **Cases in Public Policy Analysis**. 2nd ed. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 2000.
- HILL, M.; HUPE, P. **Implementing Public Policy: Governance in Theory and in Practice**. London: SAGE Publications, 2002.
- HÖFLING, E.M. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. Cadernos CEDES [online]. 2001, vol.21, n.55, pp. 30-41. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>>. Acesso em 17 de janeiro de 2010.
- JANN, W; WEGRICH, K. Theories of the Policy Cycle. In: FISCHER, F; MILLER, G.J.; SIDNEY, M.S. **Handbook of Public Policy Analysis: Theory, Politics, and Methods**. Public Administration and Public Policy. Boca Raton, FL: CRC Press/Taylor & Francis Group, 2007.
- MARCELLINO, N.C. **Estudos do Lazer: uma Introdução**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.
- MARINHO, A.; FAÇANHA, L.O. Programas Sociais: Efetividade, Eficiência e Eficácia como Dimensões Operacionais da Avaliação. **Texto para Discussão n° 787**. Rio de Janeiro: IPEA, abril de 2001.
- MATIAS-PEREIRA, J. **Curso de Administração Pública: Foco nas Instituições e Ações Governamentais**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Manual de Orientação do Programa Esporte e Lazer da Cidade**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer/default.jsp> Acesso em 26 de abril de 2008.

_____. **Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social 1ª Edição: Coletânea de Premiados de 2008**. Brasília: Ministério do Esporte, 2009. 432 p.

PEÑA, C.R. **Um Modelo de Avaliação da Eficiência da Administração Pública através do Método Análise Envoltória de Dados (DEA)**. Revista de Administração Contemporânea. Vol. 12, n. 1. Curitiba, PR. Jan./Mar. 2008. pp. 83-106.

RICO, E.M. (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais: uma Questão em Debate**. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 1998.

ROSSI, P.H.; LIPSEY, M.W.; FREEMAN, H.E. **Evaluation: a systematic approach**. 7 ed. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2004. 470 p.

RUA, M.G. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos**. Brasília: ENAP, 1997.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, RS, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

TRIOLA, M.F. **Introdução à Estatística**. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

VERGARA, S.C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2006. 96 p.

VIEIRA, M.M.F.; ZOUAIN, D.M.(Orgs.). **Pesquisa Qualitativa em Administração: Teoria e Prática**. Reimpr. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

PARTICIPAÇÃO POPULAR E TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO: a Área de Lazer Jardim Leblon (Belo Horizonte, Minas Gerais)

Luciana Cirino Lages Rodrigues Costa²³

Mestre em Lazer
EEFFTO/UFMG

Sérgio Manuel Merêncio Martins (orientador)

Doutor em Geografia – IGC/UFMG

Resumo: O presente trabalho investiga a participação popular na constituição de um equipamento de lazer no espaço urbano, a Área de Lazer Jardim Leblon, e a apropriação que dela é feita por seus usuários. A pesquisa teve por objetivo conhecer, descrever e analisar como se deu o processo de reivindicação por parte da população, da construção por parte do Estado e da apropriação popular da Área de Lazer Jardim Leblon. O trabalho é composto por três partes. A primeira apresenta considerações relativas aos movimentos sociais e ao Orçamento Participativo (OP), abordando também o processo de desenvolvimento do OP em Belo Horizonte e o OP Regional de Venda Nova 1999/2000, que originou um espaço de esporte e lazer, por meio da manifestação do desejo dos moradores da Vila Mãe dos Pobres. Em um segundo momento é abordada a transformação do espaço urbano, que alcança os diversos espaços da cidade, interessando aqui a constituição de parques públicos em Belo Horizonte, mais especificamente, a Área de Lazer Jardim Leblon. Na sequência, são apresentados aspectos relativos à apropriação da Área de Lazer pelos moradores, em que se observa, por meio da imersão cotidiana, a constituição do lugar. Nas considerações finais construo reflexões relativas aos resultados apresentados ao longo dos capítulos desta pesquisa, que indicam como a participação dos moradores de uma região de Belo Horizonte, no Orçamento Participativo, contribuiu para transformar o espaço e construir um equipamento de

²³ Rua Martim Pescador, 155, B. Vila Clóris, Belo Horizonte, MG, CEP 31744190. Tel: 30471549.
E-mail: lucylages@yahoo.com.br

lazer que, por meio de diversas manifestações cotidianas de seus usuários, constituiu-se como lugar de lazer.

Palavras-chave: Lazer, Espaço Urbano, Participação Popular, Orçamento Participativo

Em junho de 2002 iniciei a minha atuação profissional na Secretaria Municipal de Esportes (SMES) da Prefeitura de Belo Horizonte, atuando no campo das políticas públicas de esporte e lazer. Naquela época, assumi o cargo de Técnica Superior de Serviço Público e era a responsável pelo acompanhamento das ações de esporte e lazer desenvolvidas por essa secretaria no Programa BH Cidadania²⁴, na Regional Venda Nova.

O Programa BH Cidadania estava em processo de implementação na cidade, e em cada uma das 9 (nove) Regionais²⁵ havia um núcleo piloto. O núcleo que eu supervisionava, o *Vila Apolônia*, estava localizado no território que compõe uma parte da vila de mesmo nome, no bairro Jardim Leblon.

A Área de Lazer Jardim Leblon²⁶ foi o espaço pensado para o desenvolvimento das oficinas de esportes, brincadeiras e jogos. Ao iniciarmos as atividades, tive a minha primeira aproximação com o espaço que se tornou objeto da presente pesquisa.

As indagações iniciais sobre a Área de Lazer Jardim Leblon surgiram no decorrer de minha atuação como técnica nesse programa da prefeitura, das conversas com moradores próximos à Área de Lazer e também com usuários²⁷ que a frequentavam, além dos participantes das

²⁴ O Programa BH Cidadania foi implantado pela Prefeitura de Belo Horizonte no ano de 2002, em áreas de grande vulnerabilidade social localizadas nas nove regiões administrativas da cidade. Trata-se de uma ação que foi estruturada tendo por pilares os princípios de descentralização, intersetorialidade, territorialidade e participação popular, princípios estes que orientaram a Reforma Administrativa da Prefeitura de Belo Horizonte. (Revista Pensar BH / Política Social Especial BH Cidadania, 2003).

²⁵ Belo Horizonte está subdividida administrativamente em nove regionais, sendo elas: Barreiro, Oeste, Leste, Noroeste, Nordeste, Centro-sul, Pampulha, Norte e Venda Nova. Cada uma possui uma Secretaria de Administração Regional Municipal.

²⁶ A Área de Lazer Jardim Leblon foi inaugurada no ano de 2002 e esteve sob a Administração da Regional de Venda Nova até o ano de 2005. A partir de 2005 a Fundação de Parques Municipais assume a gestão de todos os parques de Belo Horizonte, quando é modificado o nome do equipamento, passando a ser denominado Parque Jardim Leblon. Optei, na pesquisa, por manter a denominação original, Área de Lazer Jardim Leblon.

²⁷ Os termos usuário e frequentador, ao mencionar as pessoas que frequentam a Área de Lazer, são

oficinas do Programa BH Cidadania/Esportes – crianças e adolescentes –, que participaram das ações realizadas no decorrer dos anos de 2002 até 2006, quando, então, alteramos o espaço de realização dessas ações e já não tínhamos a Área de Lazer como o principal espaço para desenvolvê-las.

A partir dessa convivência com os moradores e usuários da Área de Lazer, fui conhecendo algumas histórias que eram relatadas a respeito dela, desde os momentos de disputa e participação da população para conquistá-la, até as diferentes formas de (in)apropriação daquele lugar. A aceitação e a negação do espaço, a aproximação e o distanciamento da população em relação à Área de Lazer. Diferentes questões se apresentaram no cotidiano de minha inserção nesse equipamento público de lazer, constituindo, assim, a dialética do/no espaço.

Surgem, então, os primeiros questionamentos. Inicialmente, inquietou-me a necessidade em conhecer *o que motivou a mobilização da população para a indicação da construção de uma área de lazer no Orçamento Participativo (OP)*²⁸. A escolha daquele espaço para a construção de uma área de esporte e lazer estaria pautada em quais princípios? Haveria alguma ligação já constituída entre os moradores da região próxima e aquele espaço indicado para a construção desse equipamento²⁹ de lazer e esporte?

Em consultas a livros, artigos em periódicos, dissertações e teses, verifiquei que existem variados estudos abordando a temática inerente à participação popular nas questões ligadas à política pública, como é o caso do Orçamento Participativo. Há uma gama diferenciada de enfoques relativos aos estudos do Orçamento Participativo (AVRITZER, 2003; AVRITZER et al, 2004; AZEVEDO & FERNANDES, 2005), fato que se justifica inclusive pela característica que o OP comporta, sendo uma das principais o aspecto democrático de participação popular. Dias (2002) traz à reflexão aspectos relacionadas ao OP de Porto Alegre, tais como o seu formato, a sua função e as possibilidades de intervenção

utilizados na presente pesquisa tendo por referência as possibilidades de relação e de apropriação dela, compreendendo, desse modo, que se trata de sujeitos que podem inclusive transformar o espaço, possibilitando, assim, a aproximação entre os moradores da região e a Área de Lazer Jardim Leblon.

²⁸ Em Belo Horizonte, o Orçamento Participativo teve início no ano de 1993, tendo na participação popular a busca de transparência em relação aos seus propósitos e na execução. (Memória do Orçamento Participativo 94 a 97. Mimeog.)

²⁹ De Pellegrin (2004), ao fazer uma abordagem conceitual do termo “equipamento de lazer”, indica que pode ser a edificação ou a instalação em que são realizados eventos e atividades de lazer, podendo ser público ou privado.

na política do município. Ainda nessa pesquisa, a autora analisa como é o processo de atuação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre em relação às respostas dadas às obras que são indicadas por meio do OP.

Cunha (2004) analisou alguns pontos relativos ao aspecto democrático da participação popular e desenvolveu sua pesquisa por meio do estudo dos conselhos de políticas e de práticas relativas ao Orçamento Participativo em alguns municípios brasileiros. Em relação ao OP, a autora se baseou nas experiências desenvolvidas em Belo Horizonte, Porto Alegre e São Paulo e, por meio desses exemplos, considerou que tal prática democrática apresenta um grande potencial de participação da população. Essa participação pode acontecer em algumas ou em todas as fases do processo, uma vez que seu formato possibilita a participação de pessoas com motivações diferentes. E essas motivações, “[...] no caso dos OPs, está relacionada ao atendimento de demandas mais imediatas e restritas, que serão produtos de políticas públicas [...]” (CUNHA, 2004, p.175).

Além de estudos que abordavam aspectos relacionados ao arranjo institucional e à participação no Orçamento Participativo, identifiquei também outros estudos que buscavam elucidar questões relacionadas às políticas específicas, como, por exemplo, as relativas à política da habitação. Santos (2004) analisa o modelo de autogestão na construção de moradias que foi implementado em Belo Horizonte por meio do Orçamento Participativo da Habitação. Segundo a autora, a autogestão pode ser compreendida como uma possibilidade importante para a construção de novas unidades habitacionais, contribuindo, inclusive, para a existência de ganhos financeiros, políticos e sociais da população, não desconsiderando, contudo, as arestas que precisam ser aparadas para o seu incremento, ou seja, o aperfeiçoamento do OP.

Souza (2007) demonstra como acontece a participação de futuros moradores em projetos habitacionais de baixa renda, em 3 (três) conjuntos residenciais construídos para enfrentar a questão do problema do déficit de moradias em Belo Horizonte. Como apresentado por ele, a participação dos futuros moradores no planejamento dos projetos apresentou algumas limitações, que muitas vezes diziam respeito à dificuldade em maiores alterações nos projetos, uma vez que normalmente as questões relativas à estrutura das habitações eram engessadas ao que estava previsto de gasto, tendo, portanto, o financiamento limitado.

Assim, é possível constatar que o OP configura-se como uma das possibilidades de enfrentamento de diferentes questões relativas à intervenção do Estado e à participação popular no espaço urbano, apesar dos aspectos que precisam ser melhorados nesse modo de se fazer política. A questão da constituição de espaços urbanos de lazer também pode ser mais uma frente a ser desenvolvida no processo do Orçamento Participativo. A existência da Área de Lazer Jardim Leblon pode se configurar como um exemplo a corroborar essa afirmativa.

Em relação aos espaços urbanos de lazer, houve outro aspecto que me despertou a curiosidade: *o que orienta o planejamento de tais equipamentos? E ainda: no caso da Área de Lazer, qual foi a demanda apresentada pela população para a construção desse equipamento de lazer?*

Esse questionamento orienta para a busca de se conhecer e refletir a respeito dos possíveis motivos que deram suporte, que justificaram essa demanda, para, assim, entender o que estaria impulsionando essa solicitação que foi apresentada no Orçamento Participativo.

A pergunta anterior surgiu em situações como a que presenciei, na primeira vez em que estive na Área de Lazer, quando me deparei com a tela cortada para abrir passagem em um ponto que fica na lateral da Rua A, próximo também à Rua Monjolos. Essa primeira *visita* foi realizada juntamente com o gerente de esportes da Regional de Venda Nova, quando fizemos um *tour* por alguns equipamentos de esporte e lazer nela existentes. Durante a caminhada pela Área, o gerente mostrou a estrutura que existia lá, contando um pouco sobre a construção daquele espaço. Cenas, como a da tela cortada, fizeram emergir outros questionamentos: *existia diálogo entre a população e a prefeitura para a manutenção do espaço? Caso existisse, quais seriam os encaminhamentos?*

Tais questionamentos me remetem a Rancière (2006), quando faz alguns apontamentos relativos à política, ao *indivíduo* e à sua ação política. Demonstra a dimensão do mundo sensível e a sua interlocução com a mobilização entre as pessoas, conforme consta no trecho a seguir:

[...] A política não é em primeiro lugar a maneira como indivíduos e grupos em geral combinam seus interesses e seus sentimentos. É antes um modo de ser da comunidade que se opõe a outro modo de ser, um recorte do mundo sensível que se opõe a outro recorte do mundo sensível (p. 368).

As questões levantadas anteriormente, relativas ao movimento político envolvendo a população e o Estado, tornam-se pertinentes nos termos de Rancière (2006), uma vez que foi possível identificar, a partir da percepção representada na ausência de um portão, a manifestação de um anseio: a criação de uma entrada alternativa, o buraco na tela.

Desse modo, pensar a constituição de equipamentos de lazer no contexto urbano remete-me a Lefebvre (2008), ao evidenciar que o urbano é lugar de manifestação dos conflitos. Portanto, é possível considerar que o ato de cortar a tela possa ter acontecido em função do modo pelo qual a população compreendia que ali deveria ser o local de entrada, uma forma de contestação, mesmo que irrisória, mas não insignificante. Poderia ser compreendido como uma forma de manifestação do desejo, da transformação de uma concepção em algo material perceptível no espaço, mesmo que aparentemente vista como inadequada.

A lógica do espaço, que orienta a constituição do espaço, do ponto de vista de quem o planeja, pode ser ilógico para os que o vivem, para quem busca transformá-lo em lugar. Lugar da ação, da manifestação dos desejos. Assim, outra questão despontava: *como os moradores se apropriavam da Área de Lazer Jardim Leblon?*

Essa indagação orientou-me a considerar a questão do espaço pensado diante das experiências constituídas por ele. Nesse caso, a concepção desse *espaço pensado* poderia guardar relação particular com as representações do espaço vivenciado, o espaço em relação com o cotidiano dos sujeitos.

Nesse sentido, considerar o cotidiano traria à discussão questões relativas aos desejos evidenciados na vida dos sujeitos, que muitas vezes surgem das necessidades. A constituição de espaços de lazer poderia ser uma questão ligada ao desejo, à necessidade evidenciada no cotidiano da população que indicou a construção Área de Lazer Jardim Leblon, ao que não é dito ou escrito, mas àquilo que se vive, ao campo da subjetividade, que se manifesta nas ações nos diferentes tempos. É possível que a motivação para essa reivindicação fosse diversificada, que atendesse a diferentes interesses, ou, por outro lado, que fosse restrita, que viesse atender a interesses limitados. Para além dessa perspectiva direcionada para os motivos e os interesses, acredito no potencial social que um equipamento de lazer como a Área de Lazer comporta: fomentar as relações entre as pessoas, possibilitar a realização de ações

de lazer diversificadas, contribuir para o acesso ao direito ao lazer e estimular a atuação do Estado para a sua garantia.

No que diz respeito aos estudos que abordam a questão dos espaços e equipamentos de lazer, quando se trata especificamente dos equipamentos públicos de lazer, é recorrente o apontamento de que a quantidade desses equipamentos ainda é ineficiente, como apresentado por Marcellino et al (2007) e Rechia (2006). E não é incomum constatar a precariedade tanto na constituição quanto na manutenção de tais espaços, conforme apresentam Fernandes e Coelho (2009). Por meio da pesquisa desenvolvida em dois bairros no município de Ribeirão das Neves, realizou-se a análise de equipamentos e espaços de lazer, constatando-se que muitos desses equipamentos estão em condições precárias, o que indica a necessidade de considerar estratégias para a sua manutenção. Assim, torna-se elementar considerar a atuação do Estado na constituição e na manutenção de tais espaços.

Contudo, percebo que a constituição do espaço pode comportar diversas contradições. E que as contradições evidenciadas na sociedade podem se evidenciar no espaço: as segregações do/no espaço, que orientam a sua constituição de modo que muitas vezes distanciam os sujeitos de seus direitos; as desigualdades sociais, que conformam o *lugar* que será ocupado por esse ou aquele cidadão, muitas vezes determinado pela lógica da acumulação de riquezas, pelas regras do mercado, em que quem pode pagar e quem não pode fica excluído.

Pensar a Área de Lazer Jardim Leblon, no contexto da metrópole em que está inserida, remete-me a considerá-la no aspecto relacional com os diferentes tempos vividos nessa metrópole: o tempo do trabalho, do lazer, das férias, da busca por melhoria da saúde, da reivindicação por condições de vida melhores para a população, entre outros. Orienta-me também a considerar o cotidiano daqueles que a habitam, daqueles que animam a metrópole, seja com seu trabalho, com suas festas, com sua luta por melhorias, com sua voz ou com seu silêncio. Leva-me a considerar inclusive que, se os sujeitos (re)produzem os espaços, os espaços também podem (re)produzir a ação dos sujeitos.

Desse modo, a contribuição que me propus desenvolver a partir da presente pesquisa, no campo da reflexão acadêmica dos estudos do Lazer e das questões urbanas, tem como objetivo principal *conhecer, descrever e analisar como se deu o processo de reivindicação por parte dos moradores,*

da construção por parte do Estado e da apropriação popular da Área de Lazer Jardim Leblon.

Essa foi a motivação que deu início à caminhada. Os caminhos percorridos e o modo pelo qual a pesquisa foi desenvolvida são apresentados a seguir.

Caminhos percorridos, caminhos construídos: o ponto de chegada

O presente estudo foi desenvolvido tendo como estratégia de pesquisa o estudo de caso, sendo o foco central dessa pesquisa a Área de Lazer Jardim Leblon. Partindo do pressuposto de que estudar o fenômeno do lazer inserido no discurso da apropriação popular do espaço, por meio da constituição e da apropriação de um equipamento público de lazer no contexto urbano, poderia contribuir para aprofundar diferentes questões relativas ao lazer e aos espaços de lazer em consonância com a apropriação evidenciada no cotidiano.

O estudo combinou pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir da leitura de livros, teses, dissertações, monografias e artigos científicos selecionados predominantemente no Sistema de Bibliotecas da UFMG e no site *SciELO*, buscando debater os seguintes termos-chaves: Orçamento Participativo, lazer, espaço urbano e movimentos sociais. Esse processo possibilitou o que Laville & Dionne (1999, p. 112) apontam como “[...] a racionalização da problemática”. Considerando a construção do conhecimento como movimento contínuo e dialético, fez-se necessário compreender os diferentes aspectos que surgiram no decorrer da pesquisa, inerentes aos temas estudados e à análise dos dados.

Para o levantamento das informações, utilizou-se a combinação da pesquisa documental, a entrevista semiestruturada e a observação participante; e também a iconografia, que foi utilizada no decorrer da observação participante, de modo a registrar diversos aspectos que presenciei na Área de Lazer.

A observação participante na Área de Lazer Jardim Leblon possibilitou o que May (2004) apresenta como o mergulho no cotidiano das pessoas que se busca entender. Utilizou-se essa técnica de pesquisa tendo por intenção conhecer como era a relação das pessoas com a

Área – o que faziam lá, os horários e os dias em que frequentavam e o perfil dos participantes, observando características relativas à idade, ao gênero e à localidade de onde vinham. Para isso, estive na Área de Lazer em dias variados da semana e em horários alternados, buscando ampliar a possibilidade de conhecer essa apropriação. A observação participante foi realizada no período de maio a dezembro de 2009 e foi importante para conhecer as diferentes maneiras como os moradores se apropriavam da Área de Lazer. Por meio das observações, foi possível me aproximar dos usuários em diferentes momentos e em variados contextos cotidianos daquele lugar. Essa estratégia possibilitou identificar como acontecia – ou não – essa apropriação, e também foi possível, no decorrer da observação, a identificação de algumas pessoas que apresentaram condições para contribuir na pesquisa, participando da fase de realização das entrevistas, tais como um funcionário e duas frequentadoras da Área de Lazer.

A entrevista semiestruturada foi utilizada devido às possibilidades que tem em valorizar a presença de quem faz a pesquisa e pelas condições que existem para a espontaneidade e liberdade do(a) informante (TRIVINOS, 1987). As entrevistas possibilitaram a escuta de diferentes os *atores sociais*³⁰ que participaram da fase de reivindicação da Área de Lazer – tais como lideranças comunitárias e frequentadores – sendo possível também realizar a conversa com os diferentes trabalhadores da Prefeitura responsáveis pela manutenção e administração da Área.

Buscou-se, por meio das entrevistas, conhecer como era a relação cotidiana deles com a Área de Lazer, o olhar que tinham sobre a existência dela, da participação da população e do Estado para a sua manutenção e o que representava para eles a execução do Orçamento Participativo. Realizei 10 (dez) entrevistas³¹, em que se constituiu o seguinte perfil de depoentes³²: 4 (quatro) trabalhadores(as) da Prefeitura, gestores ou não; 3 (três) frequentadores(as) da Área de Lazer e 3 (três)

³⁰ Sader (1988) contribui para o entendimento do conceito de atores sociais, apresentando que pode ser compreendido como o envolvimento da população na ordenação e reordenação das diferentes cenas da vida cotidiana, de assumirem os papéis de sujeitos, que comunicam e se comunicam. Essa ideia evidencia inclusive a dimensão da participação política dos sujeitos.

³¹ O roteiro de entrevista encontra-se no apêndice A.

³² O termo depoente é utilizado no decorrer da dissertação para identificar a fala dos sujeitos entrevistados e foi baseado em Bosi (2003).

lideranças populares que participaram da fase de sua reivindicação. Após a realização das entrevistas, realizei as transcrições e as entreguei aos depoentes de modo que tivessem contato com esse registro escrito, para que, caso quisessem, pudessem esclarecer dúvidas ou realizar alguma alteração nelas. Esse procedimento guarda relação com o que Bosi (2003) demonstra ser a responsabilidade que temos pelo outro, entendido aqui como cuidado e atenção do(a) pesquisador(a).

Quanto aos documentos relativos ao processo de reivindicação, esse foi um dos grandes desafios que enfrentei. Por se tratar de um espaço público que foi construído por meio do Orçamento Participativo de Belo Horizonte, há como pressuposto a existência de uma demanda popular para a indicação de sua construção. Desse modo, considerei que um dos caminhos que me levariam a elucidar questões relativas a esse período dizia respeito ao grupo que fez a indicação da obra no OP 99/2000; assim, entra em cena a Associação Comunitária dos Moradores da Vila Nossa Senhora Mãe dos Pobres.

Constatei, no decorrer da pesquisa, que muitos documentos que estavam sob os cuidados dessa associação foram perdidos. Segundo alguns moradores, isso ocorreu devido ao desmoronamento do barracão onde funcionava a Associação de moradores. O que a Associação possui hoje – que guarda relação com a Área de Lazer e a que tive acesso – foram alguns documentos que estavam sob os cuidados de seu presidente: 3 (três) fotos tiradas antes de sua construção, da época do *buracão*³³, e a planta do bairro, em que consta a área que indicaram para a sua construção. Ficaram também as lembranças, rememoradas por algumas pessoas que as compartilharam comigo, e que foram manifestadas nas entrevistas. Histórias relatadas que evidenciavam a participação no movimento de reivindicação e que apresentaram também o cotidiano vivido no lugar: o bairro que viram crescer, a vila que viram nascer e crescer e que, de maneira geral, demonstravam que esse desenvolvimento estava conectado às muitas lutas nas quais se engajaram. Evidenciou-se também a participação desses sujeitos em alguns

³³ A palavra *buracão* foi utilizada repetidas vezes por moradores e lideranças comunitárias em algumas entrevistas e também em conversas que tive com frequentadores da Área de Lazer. Trata-se da denominação que a população dava ao local antes da construção da Área de Lazer Jardim Leblon e se justifica devido ao relevo acidentado do local. Percebe-se, ainda hoje, essa característica na Área de Lazer, uma vez que ela foi construída em 3 (três) platôs.

momentos lúdicos daquele cotidiano, o lazer manifestado: nas brincadeiras no buracão; ao assistir à TV coletivamente na casa do vizinho – uma vez que, naquela época, televisão era um objeto inacessível para muitas pessoas, devido ao seu preço –; e as transformações que hoje fazem da Área um espaço de lazer para muitas pessoas, tais como os diversos caminhões carregados de terra que chegaram à Área e que ali constituíram *montanhas* para as brincadeiras.

De qualquer modo, consegui muitos documentos sobre diferentes fases da Área de Lazer, que foram disponibilizados por outra liderança e também na gerência de OP da Secretaria de Planejamento e na gerência do OP da Regional Venda Nova. Assim, em relação ao grande desafio relativo ao agrupamento dos documentos, principalmente da fase de reivindicação, pude superá-lo por meio da colaboração dessas pessoas e de alguns setores da Prefeitura.

Na fase de apreciação dos dados utilizei a técnica de análise de conteúdo, que, conforme Bardin (2008, p. 33), trata-se de “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações”.

O *buracão* fez parte dessa memória. A área também entrou na memória da luta dos diferentes sujeitos que compuseram o cotidiano daquele *pedaço*³⁴ de Belo Horizonte – sujeitos que buscaram romper com a lógica de marginalização de direitos que os rodeava, inclusive o direito ao espaço: de moradia, de educação, de cultura, de lazer, entre outros.

Assim, a dissertação está estruturada, tendo, além da introdução, mais três capítulos e as considerações finais. No Capítulo I encontram-se as considerações relativas ao Orçamento Participativo – e os aspectos que dizem respeito à participação popular em movimentos sociais –, tais como as características inerentes ao OP, um breve histórico desse formato de gestão e como vem se desenvolvendo a experiência da realização do OP na Prefeitura de Belo Horizonte. Faço também uma

³⁴ Compartilhando aqui com o conceito apresentado por Magnani (2003) para o termo *pedaço*, em que ele demonstra que este seria o plano intermediário entre a casa e a rua: “o pedaço é o lugar dos colegas, dos chegados” (p. 12). Nesse sentido, a representação de *pedaço*, que identifiquei manifestada em relação ao buracão, estava expressa por meio das falas que remetiam às muitas brincadeiras e às outras formas pelas quais os moradores se relacionavam com e/no buracão, constituindo-se como lugar de convivência e de encontros. E posteriormente, com a construção da Área de Lazer, identifiquei também por meio da observação participante que esse aspecto de *pedaço* se mantinha para algumas pessoas que a frequentavam.

aproximação do OP 1999/2000, em que se originou a Área de Lazer Jardim Leblon, de modo a buscar respostas para as questões relacionadas à reivindicação e às expectativas relativas à constituição da Área de Lazer.

No Capítulo II faço a abordagem das questões relativas ao espaço e ao lazer, tendo como referências as (im)possibilidades do lazer no espaço urbano. Apresento algumas considerações a respeito da constituição dos parques públicos no cenário de Belo Horizonte, assim como da intervenção da população no processo de transformação do espaço urbano, como aconteceu no caso da Área de Lazer Jardim Leblon, em que os moradores demandaram a construção desse equipamento público.

No Capítulo III encontram-se as questões relacionadas à apropriação da Área de Lazer. Faço o registro analítico dos aspectos que identifiquei a respeito das diferenciadas maneiras como as pessoas se apropriavam daquele espaço, a sua transformação em lugar. Relato ainda os diferentes aspectos identificados ao me aproximar do cotidiano de apropriação da Área de Lazer, tais como os usos e seus desdobramentos, os sentidos que são atribuídos à Área por parte dos sujeitos – homens e mulheres, de diferentes idades e vindos de alguns bairros próximos a ela. Apresento ainda o registro as percepções que tive dos modos pelos quais a população vivencia o seu lazer naquele *pedaço* de Belo Horizonte.

Por fim, tem-se o fechamento da dissertação com o que denominei por *considerar as ações afinal*, em que teço algumas reflexões relativas ao desenvolvimento geral da presente pesquisa. Nesse sentido, identifiquei que a Área de Lazer foi reivindicada de modo a atender a um desejo (que se manifestava na necessidade de espaço de lazer por parte dos moradores da Vila Mãe dos Pobres), ou seja, o desejo de um local para o lazer e o esporte. Outro aspecto que identifiquei no decorrer das observações realizadas na Área de Lazer Jardim Leblon guarda relação com a apropriação daquele espaço pelos moradores. Apesar de algumas dificuldades relativas à sua manutenção (capina, banheiro públicos, horário de funcionamento), ficou evidenciado que havia por parte dos moradores uma relação constituída com ela, e se manifestava de diferentes modos, o que lhe conferia o aspecto de lugar. Diversos interesses do lazer (DUMAIZE-

DIER, 1979) estavam manifestados nesse processo de relação dos moradores com a Área: o jogo de damas com sementes; a leitura; o futebol; as brincadeiras; a contemplação, entre outros.

Enfim, por meio dessa pesquisa me aproximei do cotidiano dos moradores das imediações da Área de Lazer Jardim Leblon, da luta que se constitui a cada para a melhoria das condições de vida na periferia, que se concretizou também na construção da Área de Lazer, e que possibilitou a percepção do(s) modo(s) de relação dessas pessoas com ela.

Referências Bibliográficas

AVRITZER, Leonardo. O Orçamento Participativo e a teoria democrática: um balanço crítico. In: AVRITZER, Leonardo. NAVARRO, Zander. **A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo**. São Paulo, 2003. 13-60.

_____, Leonardo. RECAMÁN, Marisol. VENTURI, Gustavo. O associativismo na Cidade de São Paulo. In: AVRITZER, Leonardo (Org). **A participação em São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, 2004. 11-58.

AZEVEDO, Sérgio de; FERNANDES, Rodrigo Barroso (Org). **Orçamento participativo: construindo a democracia**. Rio de Janeiro: Revan, 2005. 71- 88

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições Setenta, 2008.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CUNHA, Eleonora Schettini Martins. **Aprofundando a democracia: o potencial dos Conselhos de Políticas e Orçamentos Participativos**. UFMG. 2004.

DE PELLEGRIN, Ana. Equipamento de Lazer. In: GOMES, C. L. (Org). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 73-74.

DIAS, Marcia Ribeiro. **Sob o signo da vontade popular: o orçamento participativo e o dilema da Câmara Municipal de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. UFMG, 2002.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

FERNANDES, Duval Magalhães; COELHO, Anderson Batista. Histórico Social e Demográfico do Município de Ribeirão das Neves. In: NORONHA, Vânia. (org.). **Pensando sobre políticas públicas de lazer para juventudes em contextos de vulnerabilidade social: contribuições a partir de pesquisa em Ribeirão das Neves/Minas Gerais**. Belo Horizonte: PUC MG, 2009. 43-68.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul; Belo Horizonte: UFMG. 1999.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. São Paulo: UNESP, 2003.

MARCELLINO, Nelson Carvalho; BARBOSA, Felipe Soligo; MARIANO, Stéphanie Helena; SILVA, Alice da; FERNANDES, Érica Aparecida de Oliveira. **Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana**. Curitiba: Opus, 2007.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed. 2004.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Revista Pensar BH**. Belo Horizonte. Política Social Especial BH Cidadania, 2003.

_____. **Memória do Orçamento Participativo 94 a 97**. (Mimeogr)

RANCIÈRE, Jacques. O Dissenso. In: NOVAES, Adauto (org). **A crise da razão**. São Paulo: Schwarcz, 2006. 367-382.

RECHIA, Simone. O Pulsar da vida urbana: o espaço, o lugar e os detalhes do cotidiano. In: CARVALHO, João Eloir (org.) **Lazer no espaço urbano: transversalidade e novas tecnologias**. Curitiba: Champagnat, 2006. p. 91-102.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Cynthia das Graças. **O orçamento participativo da habitação via autogestão:** realidades e potencialidades de um instrumento da política habitacional de Belo Horizonte. UFMG, Belo Horizonte. 2004.

SOUZA, Leandro de Aguiar e. **A participação do futuro morador em projetos habitacionais de baixa renda:** estudos de caso. UFMG, FA, Belo Horizonte. 2007.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UM OLHAR SOBRE A POLÍTICA URBANA DE BELO HORIZONTE: há espaço para o lazer dentro do planejamento urbano?

Amanda Carolina Costa Silveira³⁵

Mestrado em Lazer

Universidade Federal de Minas Gerais³⁶

RESUMO: Tendo em vista a diversidade de maneiras de pensar o lazer na cidade, este estudo se dedica a fazê-lo tendo como foco o planejamento urbano. Teve como objetivo analisar como a cidade de Belo Horizonte planejou seus espaços de lazer, através da legislação urbanística e outros documentos, e verificar quais as concepções e formas de entender o lazer estão implícitas nesse planejamento. Possui abordagem qualitativa, combinando Pesquisa Bibliográfica e Pesquisa Documental. Nesta última, verificamos o planejamento relativo aos espaços de lazer a partir de categorias: acessibilidade, distribuição espacial, recuperação/manutenção e construção de novos espaços de lazer. A análise dos documentos indica que, no Plano Diretor, o lazer é tratado junto ao esporte, mas aparece também em outros trechos do documento. Questões acerca do lazer tiveram maior visibilidade quando o debate foi realizado por diferentes setores da sociedade, nas Conferências Municipais de Política Urbana. Acredita-se que há necessidade de um entendimento mais ampliado e aprofundado acerca do lazer para que ele se configure em um direito a ser garantido a todos e para que haja uma inclusão real do lazer na política de planejamento urbano.

Introdução

Em um país com alto grau de desigualdade social como o Brasil, tem sido apontada a necessidade de estudos que buscam verificar

³⁵ Endereço residencial: Rua Junquinhos, 1205/305 – Nova Suíça.

Belo Horizonte – MG – CEP: 30460-010

Telefone: (31)9316-9453

Endereço eletrônico: amandacarolina_cf@yahoo.com.br

³⁶ Dissertação defendida em março de 2010, sob orientação da Profa. Dra. Regina Helena Alves da Silva.

como o lazer vem sendo planejado e proposto pelo Poder Público. A questão fundamental deste estudo é como se dá o reconhecimento do lazer enquanto um direito social para todos os cidadãos. Mais especificamente, dediquei-me a pensar a problemática do lazer sob o aspecto do planejamento urbano, entendido como o instrumento que vai detectar questões e problemas da cidade em seus processos de constituição ao longo do tempo.

Este estudo teve como foco de análise a política urbana da cidade de Belo Horizonte/MG - capital mineira, a qual pode ser considerada *o centro político, financeiro, comercial, educacional e cultural* de Minas Gerais. Meus objetivos foram analisar como nesta cidade foram planejados seus espaços de lazer, a partir da legislação urbanística (Plano Diretor e Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo) e outros documentos referentes ao seu planejamento urbano, e também verificar quais as concepções e formas de entender o lazer estão implícitas nesse planejamento. Para isso, adotei uma abordagem qualitativa, combinando Pesquisa Bibliográfica e Pesquisa Documental. Na pesquisa bibliográfica realizei uma discussão conceitual acerca dos temas pilares desta pesquisa, como espaço, política urbana, espaço público e lazer como direito social, para auxiliar no entendimento da pesquisa documental propriamente dita.

A idéia de analisar a legislação urbanística e outros documentos referentes ao planejamento urbano atual de Belo Horizonte se deve ao fato de, apesar de todos os seus limites, eles apresentarem um avanço em termos de gestão do território e de tentativa de melhorar a qualidade de vida nesta cidade. A elaboração e promulgação dessa legislação *representam um fator importante. Ela funciona como um instrumento de efetivação do que está contido no capítulo de Política Urbana da Constituição Federal de 1988.* Logo, ao analisá-la, poderemos extrair importantes informações sobre a inserção do lazer como um dos setores da política pública. Concordo com Martins (2006) quando diz que é na perspectiva de realização do direito à cidade como ampliação dos direitos de cidadania que podemos encontrar o alcance e os limites do que hoje se formula como direito ao lazer.

Enfatizando que o espaço público é local privilegiado de vivência social e práticas de lazer, julgo necessário verificar de que forma o

lazer tem sido inserido nesse processo de planejamento urbano e se há uma proposta de democratização do acesso e de qualificar os espaços da cidade com equipamentos e atividades orientadas para o lazer.

Em relação à prática do planejamento, Souza ressalta que planejar e gerir uma cidade não é planejar e gerir apenas ou sobretudo coisas (substrato espacial, mobiliário urbano etc.), mas sim planejar e gerir *relações sociais* (2004, p. 178, grifos do autor). Partindo desse pressuposto, acredito ser necessário pensar na cidade como o local que deve satisfazer as necessidades vitais da população, estabelecendo uma adequada e respeitosa relação entre o individual e o coletivo. Isso implica a implementação de uma proposta social que vise transformar a sociedade, garantindo o bem-estar dos cidadãos e o direito deles à cidade, com tudo que ele representa. Nesse sentido, é através da política urbana que se poderá efetivar a concretização dos direitos fundamentais no espaço urbano, levando à ampliação dos direitos de acesso à cidade. O fundamental do Plano Diretor – instrumento de efetivação da política de desenvolvimento urbano – é a organização social da cidade.

Assim, interessa-me aqui refletir sobre o lazer a partir da ótica dos direitos sociais, destacando que ele apareceu, pela primeira vez, na Constituição Federal de 1988 como um deles. Minha intenção é discutir os direitos não a partir de um discurso humanitário - pensando na figura do pobre carente e fraco, que é um sofredor e vítima das desgraças da vida -, nem de um discurso técnico que coloca a pobreza como problema que é identificado pela análise sociológica e alvo de um possível gerenciamento político (TELLES, 2006). Mas sim, como recomenda essa autora, “colocar os direitos na ótica dos sujeitos que os pronunciam” (p.178), recusando a idéia de que esses direitos são apenas respostas às necessidades e carências dos pobres. Tem, ainda, o sentido de reinventar os princípios reguladores da vida social, definindo regras de reciprocidade esperadas na vida em sociedade através da atribuição mutuamente acordada das obrigações e responsabilidade de cada um, construindo vínculos propriamente civis entre indivíduos, grupos e classes (TELLES, 2006).

Em termos do processo de organização social do espaço urbano, o lazer é apontado como uma das funções sociais da cidade e, portanto, precisa ser considerado no planejamento urbano.

Discussão dos Resultados

Em agosto de 1996, foram aprovadas as Leis 7.165 e 7.166, relativas respectivamente, ao Plano Diretor de Belo Horizonte e à Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo (LPOUS) do município. A Lei 7.165/96, em termos práticos, configura-se como um documento no qual deve conter as diretrizes da política de desenvolvimento e expansão urbana. Tem a função de traçar diretrizes de desenvolvimento econômico, social e de intervenção pública na estrutura urbana, de tratar da organização territorial, da utilização de instrumentos urbanísticos especiais e de gestão urbana. Já a Lei 7.166/96 – LPOUS – que foi elaborada e aprovada juntamente com o Plano Diretor, contém normas para a execução de parcelamentos do solo (loteamento e desmembramento), para obras de edificações e para a localização de usos e o funcionamento de atividades.

Como instrumento de discussão e monitoramento da Política Urbana de Belo Horizonte, foi criada a Conferência Municipal de Política Urbana (CMPU). Tal instrumento foi instituído no Plano Diretor do município, quando da criação do Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR), que tem, dentre suas atribuições, a realização, a cada quatro anos, destas Conferências. Nestas, há a incorporação de um conjunto de atores sociais: representantes do Executivo, de órgãos técnicos, da Câmara Municipal, de entidades culturais, comunitárias, religiosas, empresariais e sociais.

A I CMPU ocorreu de outubro de 1998 a fevereiro de 1999 e ficou mais contida na construção de propostas de alteração nas leis 7.165 e 7.166, ambas de 1996. Já a II CMPU representou um processo bem mais completo de discussão sobre a cidade. Ela teve início em outubro de 2001, tendo terminado somente em outubro de 2002. Esse processo produziu rico material sobre a cidade. Como resultado da I CMPU, foi promulgada a Lei 8.137/2000, que altera as leis nº. 7.165 e 7.166.

Diante do exposto, verifiquei a existência de duas instâncias de decisão: a das leis e a das Conferências Municipais de Política Urbana. É importante destacar aqui que estas são duas formas de debate, embaute e interesses diferentes. Em cada uma delas existe um tipo de repre-

sentação política, ou seja, são atores diferentes, debatedores diferentes. Cabe frisar que o que estou chamando de Política Urbana é todo este debate em torno da cidade. Em outras palavras, considero como política urbana não somente o documento final, a lei *stricto sensu*, mas sim esse *entremeio*, esse emaranhado, o processo de pensar a cidade.

Após leitura mais detida desse farto material e buscando maior compreensão do planejamento e das discussões referentes aos espaços de lazer, a análise foi dividida em duas partes. Num primeiro momento, busquei verificar o planejamento relativo aos espaços de lazer e para isso foram estabelecidas algumas categorias para análise, a saber:

- Localização dos espaços de lazer;
- Acessibilidade e infra-estrutura dos espaços de lazer;
- Recuperação e manutenção dos espaços de lazer;
- Construção/criação de novos espaços de lazer.

Essas quatro categorias não foram escolhidas por acaso. Elas refletem o meu entendimento sobre o que são *espaços de lazer* em uma cidade e correspondem ao que denominei *elementos constitutivos dos espaços de lazer*. Melhor definindo, não estou me referindo apenas aos espaços físicos onde as pessoas podem estar - *ocupar um pedaço* - para vivenciar o seu lazer. Estou me referindo a uma série de questões que permitem identificá-los como espaços onde direito ao lazer se manifesta. Assim, para entender esses *espaços de lazer* não estou pensando apenas no seu delineamento físico, mas também em questões relacionadas ao direito que todos os cidadãos têm de usufruir desses espaços, o que nos leva à discussão a respeito da acessibilidade. Para tal é necessário que os espaços sejam distribuídos de tal forma que todos tenham acesso a eles, além de possuírem infra-estrutura adequada e manutenção constante.

Num segundo momento, busquei verificar qual entendimento de lazer baliza esse planejamento, qual visibilidade e importância são conferidas a tal fenômeno e quais ações referentes ao lazer foram planejadas.

Em relação às categorias explicitadas acima, pensando na *Localização dos espaços de lazer*, no Plano Diretor aparece, de maneira recorrente, a necessidade de descentralização das atividades urbanas. Isso é importante já que grande parte da população reside em bairros da

periferia e, estando afastados das áreas centrais, ficam desatendidos em muitos aspectos, inclusive em espaços para a vivência do lazer. Mas, atualmente, o estímulo à consolidação de novos centros e centralidades³⁷ provavelmente mudará esse cenário belo-horizontino, deixando de ser o centro da cidade o concentrador de todas as atividades e serviços. De fato, o próprio Plano Diretor destaca, entre as diretrizes de intervenção pública nos centros e nas centralidades (art. 13), que se deve estimular o surgimento de centros para fora do períneo da Avenida do Contorno (inciso IV).

Por outro lado, percebi uma ênfase na revitalização da Área Central, em especial do Hipercentro, que possui grande potencial para a vivência e a fruição do lazer. Como asseguram Peres Neto; Castro (2007), tem havido um movimento de revalorização das áreas centrais urbanas, na direção de *repovoar* seu espaço, aproximando a população do seu local de trabalho, bem como de seus equipamentos específicos e não específicos de lazer. Concomitantemente, essas áreas, em minha opinião, poderiam constituir espaço público de convivência e cidadania.

Com referência, especificamente, às diretrizes da Política do Esporte e do Lazer (art. 39), diz o inciso II: “promover a distribuição espacial de recursos, serviços e equipamentos, segundo critérios de contingente populacional, objetivando a implantação de estádios municipais e áreas multifuncionais de esporte e lazer” e o inciso X: “buscar a implantação de campos de futebol e áreas de lazer em todas as regiões do Município”. Assim, na parte específica sobre as diretrizes para o lazer – tratado juntamente com o esporte – parece haver preocupação com a distribuição dos espaços para atender as *áreas multifuncionais de esporte e lazer* pelo município. Fala-se em implantação de campos de futebol e áreas de lazer em todas as suas regiões, o que, de fato, é uma diretriz necessária e positiva em termos do lazer. Afinal, uma melhor distribuição espacial possibilitará um maior acesso ao lazer por toda a população belo-horizontina. Entretanto, *é preciso estar alerta para o fato de os campos de futebol necessitarem de menor investimento arquitetônico e urbanístico, conseqüentemente as unidades e os bairros caracterizados por uma população de média e*

³⁷ De acordo com o art. 13 da Lei 7.165/1996 (Plano Diretor), os Centros são as concentrações de atividades comerciais e de serviços dotadas de ampla rede de acesso e grande raio de atendimento (§ 1º). Já Centralidades são os espaços de convivência para a comunidade local ou regional, como praças, largos e similares, bem como os monumentos e as demais referências urbanas (§ 2º).

baixa rendas correspondem aos pontos de maior incidência dos campos de futebol. Deste modo, falar que se deve implantar “campos de futebol e áreas de lazer em todas as regiões do Município” é uma diretriz superficial, pois há o risco de se construírem espaços capazes de ofertar uma maior variedade de atividades de lazer em algumas regiões – normalmente mais elitizadas - e destinar a implantação apenas de campos de futebol em outras.

Já na II Conferência Municipal de Política Urbana (CMPU), falou-se bastante dessa questão, já que um dos objetivos dessa Conferência foi fazer um diagnóstico da cidade em seus vários aspectos. Chamou-me atenção a Pré-conferência da região Norte, cujos participantes foram os que mais se queixaram da ausência de espaços de lazer. Esta região é uma das regiões mais carentes de Belo Horizonte, com alto índice de vulnerabilidade social e é bastante afastada da região central do município, sendo que é nesta última onde se concentra a maioria dos espaços de lazer de Belo Horizonte. Os participantes dessa Pré-conferência, apesar de exaltarem a existência de grandes áreas verdes que podem ser transformadas em parques e áreas de lazer, reclamaram da insuficiência dos espaços de lazer por inúmeras vezes.

Em relação à categoria *Acessibilidade e infra-estrutura dos espaços de lazer*, o Plano Diretor, apesar de não se referir especificamente aos espaços de lazer, mas sim a acesso aos *equipamentos comunitários* e aos *espaços públicos*, é importante destacar que os equipamentos comunitários incluem serviços diversos, entre eles os de lazer; já os espaços públicos também podem abrigar diversos usos, como a apropriação do espaço para fins de lazer. Assim, tais diretrizes podem indicar ações que incluem o lazer.

Nas diretrizes do Sistema Viário, há o indicativo de que as diretrizes do transporte urbano levam em conta, de alguma forma, o direito da população ao lazer. Entretanto, percebe-se que a ênfase dada a essa questão ainda é pequena, quando comparada ao aspecto trabalho. No que diz respeito ao Artigo 39, que trata especificamente das diretrizes da Política do Esporte e do Lazer, há a afirmação de que deve-se promover a acessibilidade aos equipamentos e às formas de esporte e lazer, mediante oferta de rede física adequada (inciso III). Desse modo, a questão da acessibilidade aos locais de lazer aparece como uma das

diretrizes do lazer (e do esporte), o que é um bom indício. Pensar no acesso aos locais e às atividades de lazer é fundamental para caminharmos em prol do cumprimento desse direito constitucional.

Em relação às CMPU, os participantes afirmam que os espaços públicos são mal distribuídos na cidade, concentrando-se, em grande parte, na região Centro-Sul. Além desses fatores que dificultam a utilização dos espaços públicos, apontam ainda: a infra-estrutura insuficiente (por exemplo, a falta de banheiros públicos), a urbanização deficiente; a questão da segurança, que é um dos fatores inibidores da apropriação e uso adequado dos espaços e da convivência das pessoas; a negligência dos órgãos públicos, responsável pelas condições precárias do espaço público; a depredação e o vandalismo, devido à falta de afetividade, de identidade e de compromisso do cidadão com o espaço público e também a poluição visual da paisagem urbana.

No que se refere à categoria *Recuperação e manutenção dos espaços de lazer*, no Plano Diretor são encontradas várias diretrizes referentes à manutenção de alguns espaços, mas em nenhuma delas aparece a palavra *lazer*. Mas as outras expressões usadas, tais como: *áreas públicas e verdes; lugar de permanência e ponto de encontro; espaços públicos, históricos, turísticos e culturais; parques e praças*, de acordo com o entendimento de lazer adotado nesse estudo, podem ser espaços considerados privilegiados para a vivência do lazer.

Em relação às CMPU, não encontrei informações que dizem respeito diretamente à recuperação e manutenção dos espaços de lazer de Belo Horizonte. Vários espaços citados nos trechos que falam sobre a recuperação de espaços, como áreas verdes, praças e parques, podem ser apropriados para a vivência do lazer, mas eles não são, nos documentos analisados, nomeados como tal. Assim, especialmente com referência à palavra *lazer*, ao organizar as informações dos documentos, observei sua ausência ao tratarem da questão da recuperação dos espaços. Caso contrário se houvesse um momento em que se apontasse para a recuperação de espaços *de lazer*, acredito que praças, parques e espaços culturais estariam incluídos, mas também outros espaços, tais como quadras poliesportivas, campos de futebol, cinemas, teatros, entre outros. Isso posto, a proposição poderia ter outra conotação, mais direcionada à apropriação e utilização desses espaços pelos cidadãos,

nas atividades e práticas de lazer que ali poderiam ser desenvolvidas para e pela população em geral. No caso do Plano Diretor, na parte específica que trata do lazer (art. 39) juntamente com o esporte, não há nenhuma diretriz acerca da recuperação e manutenção de equipamentos e locais de lazer. Assim, por conseguinte, pode-se presumir que os espaços existentes, além de escassos e centralizados, muitas vezes não estejam em condições de uso pela população.

Por fim, na categoria *Construção / criação de novos espaços de lazer*, no Plano Diretor há informações a esse respeito em vários momentos: há diretrizes para a criação de campos de futebol e áreas de lazer em todas as regiões do município, de novos parques e praças, de centros culturais e de artísticos regionalizados. A criação de áreas verdes e de lazer em áreas remanescentes de fundos de vale é um ponto a se ressaltar, visto que há a indicação de tratamento urbanístico e paisagístico dessas áreas para que elas sejam utilizadas pela população como espaço de lazer. Trata-se de uma interessante possibilidade de ação da política de saneamento associada à política de lazer.

Ainda em relação ao Plano Diretor, há um indicativo de elaboração de um plano de recuperação para a área da Pampulha, principalmente de sua represa. A previsão para tal empreitada incluía o saneamento da represa no prazo máximo de 10 anos (a lei é do ano de 1996), a fim de possibilitar a prática de esportes em seu interior e em sua orla. A elaboração desse plano de recuperação da Lagoa é de grande importância para a região da Pampulha. Como apontam Lemos *et al* (2004), a Pampulha apresenta forte centralidade referencial, pois nela se localizam o Complexo Arquitetônico da orla da Lagoa, o Campus da Universidade Federal de Minas Gerais e o Aeroporto da Pampulha, além de vários locais de sociabilidade e encontro.

Pensando especificamente nas discussões realizadas nas CMPU, verifiquei uma grande demanda da população pela criação de espaços de lazer e uma questão foi recorrente: solicitam que áreas ociosas / vazias sejam transformadas em espaços de lazer que possam ser apropriados pela população. Assim, o fenômeno *lazer* teve notoriedade nos debates realizados pelos participantes. Somente os participantes da Regional Centro-Sul não apontaram para a construção/criação de novos espaços de lazer. Acredito que isso se explica pelo fato dessa região já

concentrar grande parte dos espaços de lazer da cidade e, portanto, é menor a demanda para a construção de novos.

Já na busca do *entendimento de lazer* que permeia esse planejamento urbano, verifiquei que, de maneira geral, no Plano Diretor (Lei 7.135/1996), as questões relacionadas à política habitacional, ao transporte, aos centros e centralidades, ao turismo e ao esporte são as que mais nos dão indicativos da forma como o lazer é tratado na política urbana de Belo Horizonte. O lazer é apontado como uma necessidade a ser suprida da mesma forma que a saúde, a educação, o desenvolvimento social, o abastecimento e o turismo. Mas é tratado mais especificamente no texto juntamente com o esporte na Subseção V Das Diretrizes da Política de Esporte e Lazer. Nesse caso, o lazer recebeu um tratamento semelhante ao das outras políticas setoriais, tendo uma subseção para apontar as suas diretrizes. Contudo, não teve autonomia de ser tratado com a importância que merece, tendo sido atrelado às diretrizes do esporte.

Assim sendo, embora os documentos analisados entenderem o lazer como um direito social, não há indicação de que ele seja compreendido de um ponto de vista amplo, como dimensão da cultura. Inclusive ele nem é citado no Plano Diretor entre as diretrizes relativas à Cultura e à Política Cultural. O lazer parece ser entendido mesmo como prática de atividades e, assim, possibilidades diversas de vivência da cidade não são vistas como possibilidades de lazer. Entendo que para o lazer ser compreendido como dimensão da cultura ele terá que ser encarado não só em termos de atividades realizadas, mas também, parafraseando Gomes (2004), como ações construídas socialmente por meio de quatro elementos inter-relacionados: tempo, espaço/lugar, manifestações culturais e também as ações dos sujeitos.

Já na Lei 8.137/2000, que introduz modificações no Plano Diretor e na LPOUS, setores como cultura, turismo e lazer ganharam importância no planejamento da cidade de Belo Horizonte. O lazer passou a aparecer no Plano Diretor em trechos onde sequer era citado, como em artigos referentes ao desenvolvimento urbano e, várias vezes, atrelado ao turismo. Tal união, freqüentemente, indica uma proposta de associação desses dois setores como um negócio que pode gerar divisas ao município. Isso tem a ver com uma especificidade do Plano Diretor

de Belo Horizonte, que se torna ainda mais evidenciada a partir da Lei 8.137/2000. Tal Lei parece ser o ser o marco de uma nova concepção para a cidade. Assim, levando em consideração a qualidade de vida da população, busca-se uma vocação para a cidade que valorize a articulação entre cultura, turismo, economia e lazer, mas, sobretudo, que vise a tornar a cidade atrativa, projetando sua imagem positiva para fora. É nesse contexto que o lazer aparece: nessa busca por nova vocação para Belo Horizonte.

Em relação às CMPU, acredito que o fato de os participantes terem debatido diversas vezes questões referentes ao lazer indica que, embora ele tenha sido abordado apenas de forma indireta nos textos de apoio à discussão fornecidos aos participantes, ele foi considerado uma questão importante para a cidade, haja vista o destaque dado a ele pelos participantes dessas conferências. O lazer é tratado principalmente nos itens relacionados a Espaços Públicos. Isso parece indicar que os participantes, ao se referirem aos *espaços públicos* nessas conferências, na verdade referem-se a espaços privilegiados para o lazer, para a convivência e para a sociabilidade. Se na legislação urbanística e mesmo nos textos de apoio, *espaço público* pode significar uma série de coisas – de estabelecimentos públicos de saúde a monumentos, ruas, passeios e praças –, aqui os participantes parecem se referir mesmo aos espaços de lazer.

A leitura da íntegra dos resultados das CMPU indicou que a demanda por espaços de lazer é muito mais frequente que por postos de saúde, escolas, etc, o que contraria uma proposição comum de que existe uma escala de prioridades segundo a qual, dentre todas as necessidades humanas, o lazer se situa entre as últimas prioridades das pessoas. Antes, estariam questões relacionadas à saúde, educação, saneamento. A esse respeito, os apontamentos deste estudo vêm ao encontro da pesquisa realizada por Lemos *et al* (2004). Eles constataram que, nos conjuntos de centros situados nas regionais, grande parte das demandas do Orçamento Participativo é voltada para a melhoria dos espaços de lazer. Entre as demandas, não deixando de listar as reivindicações em torno da otimização da infra-estrutura, transporte, educação, saúde e moradia, encontram-se outras, que edificam o cotidiano dos moradores, como: pontos de encontro, referências culturais, áreas de lazer, praças, centros de cultura, salões de baile destinados a festas, dentre outros.

Conclusão

Como foi visto na análise dos documentos, a população belo-horizontina necessita de mais espaços de lazer e esperam que eles estejam mais bem distribuídos pela cidade. E, quanto aos já existentes, solicita-se a recuperação e melhor manutenção destes. A este propósito, no instrumento de planejamento, que é o Plano Diretor, fala-se em recuperar áreas verdes, praças e parques, em revitalizar espaços turísticos, históricos e culturais, em recuperar o hipercentro para que ele seja lugar de permanência e ponto de encontro. Mas não se fala em recuperação e/ou manutenção especificamente de espaços de lazer.

Como vimos, a partir da perspectiva dos participantes das CMPU, o lazer foi considerado uma questão importante para a cidade. Entretanto, nos instrumentos de planejamento – Plano Diretor e LPOUS – o lazer ainda é tratado de forma restrita. O lugar que o direito ao lazer ocupa na formulação da política urbana ainda é superficial e fluida, não se considerando de forma concreta a relevância da problemática do lazer nos grandes centros urbanos, sua importância para a qualidade de vida nas cidades.

Sendo assim, julgo importante e necessário dar voz à população para que o debate acerca do lazer ganhe visibilidade e mobilizem-se esforços para que ele entre, de fato, na agenda de discussão da Política Urbana. Isso porque, de acordo com o quadro exposto, esse tema ganha maior visibilidade quando é debatido pela população de uma maneira geral, notadamente pelos cidadãos comuns.

Diante da análise de todos os documentos disponíveis, concluo que não resta dúvida de que o espaço urbano é um espaço político, é palco de diferentes interesses em jogo: o do empreendedor, o do Poder Público e o do cidadão. O urbano é lugar de disputa entre os agentes que produzem e ocupam a cidade em determinados contextos históricos. Assim, faço minhas as palavras de Souza quando ele diz que “é óbvio que propostas específicas e experiências concretas de planejamento e gestão urbanos jamais são ‘neutras’” (SOUZA, 2004, p. 83). Diante disso, intervenções de planejamento e mecanismos de gestão precisam ser entendidas como uma teia de relações permeadas por conflitos de interesse em uma constante interação entre ganhadores e perdedores. É esta zona de tensão que constitui as cidades e seus espaços a partir de um amplo espectro de usos e apropriações. Atualmente os praticantes

do urbano participam e discutem as intervenções que vem sendo propostas para o lazer na cidade, cabe agora entendermos de que maneira o aparato técnico de construção dos planos conseguirá entender a cidade a partir dos diversos pontos de vista de seus usuários.

Referências Bibliográficas

BELO HORIZONTE. **Lei nº. 7.166, de 27 de agosto de 1996.** Estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo no Município. Disponível em: <<http://bhz5.pbh.gov.br/legislacao.nsf/42d34f6e3014477e0325679f0041f8fa/cd8446d8f87886040325679a0057652c?OpenDocument>>. Acesso em 20 de junho de 2010.

_____. **Lei nº. 7.165, de 27 de agosto de 1996.** Institui o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte. Disponível em: <<http://bhz5.pbh.gov.br/legislacao.nsf/42d34f6e3014477e0325679f0041f8fa/cd8446d8f87886040325679a0057652c?OpenDocument>>. Acesso em 20 de junho de 2010.

_____. **Lei nº. 8.137, de 21 de dezembro de 2000.** Altera as leis nº. 7.165 e 7.166, ambas de 27 de agosto de 1996, e dá outras providências. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=regulacaourbana&tax=15478&lang=pt_BR&pg=5570&taxp=0&>. Acesso em 20 de junho de 2010.

GOMES, Chistianne Luce. Lazer: Concepções. In: _____ (org.). **Dicionário Crítico do Lazer.** Autêntica, 2004. 238 p.

LEMOS, Celina Borges (coordenadora). **Belo Horizonte Século XXI**. Módulo 2: A questão intra-urbana. Sub-módulo: O Município e suas representações socioculturais e urbanísticas. 2004. (Relatório de pesquisa). Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/pbh/arquivos/mod2parte1.pdf>>. Acesso em 10 de dezembro de 2009.

MARTINS, Sérgio. Lazer, urbanização e os limites da cidadania. In: ISAYAMA, H., LINHALES, M. A. **Sobre Lazer e Política:** maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006. 163p.

PERES NETO, Alfredo, CASTRO, Maíra de S. G. F. de. Um olhar sobre as relações entre as políticas públicas implementadas pelo Mi-

nistério das Cidades e o Lazer. In: SUASSUNA, Dulce, AZEVEDO, Aldo A. de. (org.) **Política e Lazer: interfaces e perspectivas**. Brasília: Thesaurus, 2007. 237p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. I Conferência Municipal de Política Urbana, **Anais**, 1998 - 1999. 96 p.

_____. II Conferência Municipal de Política Urbana, **Anais**, 2001-2002. 564 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 560 p.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006 (2ª reimpressão). 194 p.

REGIÃO SUL

CORPO, SAÚDE E PRÁTICAS CORPORAIS: uma análise da produção científica do campo da educação física acerca de pessoas na meia-idade

Ms. Priscilla de Cesaro Antunes³⁸

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Esta dissertação teve como objetivo investigar como a produção científica disponível *on line* desenvolvida nos Programas de Pós-Graduação Estrito Senso em Educação Física do Brasil vem abordando a meia-idade e suas relações com o corpo, a saúde e as práticas corporais. Dialogamos teoricamente com elementos do conceito de biopolítica desenvolvidos por Michel Foucault. Realizamos análise de conteúdo de duas teses e 17 dissertações. Os dados foram organizados em quatro categorias de análise: “o corpo em decadência”, “a matematização da vida”, “viver é um perigo?” e “da negação da experiência”. As concepções de corpo e doença foram pautadas em uma visão fragmentada, expressa pela exclusividade de análise anatomofisiológica e nos trabalhos sobre qualidade de vida, expressa na divisão dos sujeitos em domínios, os quais não foram percebidos na totalidade. Identificamos que os fatores considerados importantes para práticas corporais voltadas para pessoas na meia-idade foram apenas tipo de exercício, intensidade, frequência e duração das sessões, impondo aos sujeitos uma condição de esvaziamento da dimensão da experiência. As pesquisas apresentaram a meia-idade como um período marcado pela negatividade das mudanças que ocorrem na materialidade corporal, como um prejuízo à vida e aproximaram os sujeitos as doenças e à morte. O desafio que se apresenta para a Educação Física parece se colocar no

³⁸ Contato: pri2602@hotmail.com. Rua 225, Qd. 117, Lt. 18/19, Ap. 106. Setor Universitário. Goiânia-GO. CEP 74610-090. Fone (62) 8170-9167.

plano de devolver ao sujeito o lugar que merece no âmbito da pesquisa científica. Caberia ao pesquisador, assim, superar a hegemonia do olhar *para dentro e de longe*, para que a própria pesquisa se aproxime e auxilie na compreensão do real.

Esta pesquisa teve como objeto central de estudo pessoas na meia-idade. Inicialmente, atentamos para o fato de que falar de meia-idade pressupõe entender que esta fase da vida implica especificidades, heterogeneidade e complexidade. É supor que ser adulto não é um estado estanque, mas algo que experimenta a mudança conforme o contexto histórico e social em que está inserido (SOUSA, 2008). É considerar que existem múltiplas formas de viver a meia-idade e, portanto, nossa tentativa nesta pesquisa não foi a de enquadrar a concepção de meia-idade em uma visão monolítica, mas apresentar elementos que subsidiem uma compreensão mais próxima deste momento, necessária para que ele se consolide como objeto de atenção, investigação e intervenção política e social.

As transformações no âmbito da vida que ocorrem no período da meia-idade são consenso na literatura de diferentes campos de conhecimento (SOUSA, 2008; ALMEIDA e CUNHA, 2003; JORGE, 2005; DUARTE et al, 2002; MELO, ANTUNES e SCHNEIDER, 2005; TRINDADE, 2002). Estas mudanças têm na corporalidade sua principal forma de manifestação e revelam um caráter ambivalente da meia-idade, onde as mudanças são entendidas ora como ganhos para a vida (aumento de conhecimentos, experiência de vida, aprendizagem, sabedoria, amadurecimento, segurança), ora como perdas (redução da energia física e da capacidade de locomoção, cansaço, fadiga, diminuição da força, falta de condicionamento físico, desgaste, discriminação social), tanto na interpretação individual de quem as vivencia, quanto da sociedade, conforme as pesquisas acima citadas.

O estudo-piloto realizado para esta pesquisa analisou artigos de periódicos brasileiros da Educação Física, mas não permitiu identificar contribuições dos autores do campo que auxiliassem nesta tentativa de compreender especificidades da meia-idade. Pelo contrário, uma das constatações do estudo foi que poucos dos artigos analisados demonstraram preocupação em compreender ou conceituar o que representa a meia-idade na vida das pessoas com as quais se propuseram a estu-

dar. Além disso, percebeu-se que há uma falta de reconhecimento da complexidade que caracteriza a fase adulta da vida como um todo e das especificidades dos momentos que a constituem, como é o caso da meia-idade. Os artigos denotaram uma espécie de homogeneização dos comportamentos, interesses, necessidades e condições das pessoas adultas e indicaram não só uma imprecisão conceitual, como uma concepção ontológica de difícil sustentação. Independente do período em que foram publicados e das temáticas abordadas, os estudos predominantemente caracterizaram a meia-idade como um momento de alterações fisiológicas (decréscimos) no organismo que trazem prejuízos para a vida.

Esta concepção de meia-idade, por vezes tida como pessimista, encontrada na produção acadêmica da Educação Física, aponta para uma especificidade desta fase, que é o envelhecimento do corpo e a proximidade da velhice. Desde que nascemos o corpo começa a envelhecer, mas é na meia-idade que os sinais do tempo começam a ficar mais evidentes, tais como as mudanças estéticas que se intensificam na pele, nos cabelos, nos ossos, nos músculos, nos órgãos internos, no peso corporal.

A meia-idade é marcada pelo aparecimento das rugas mais profundas e dos cabelos brancos e pela redução de tonicidade da pele e da musculatura, as quais são as mudanças corporais que mais se evidenciam na aparência estética das pessoas de meia-idade. Entretanto, na sociedade ocidental moderna, estas transformações têm trazido uma série de implicações/transtornos para a vida de muitas das pessoas, uma vez que se observa na Modernidade uma negação do processo de envelhecimento.

Nesse sentido, a meia-idade não é só marcada pela ocorrência das mudanças corporais, mas também pela busca da reversão das mudanças corporais. Estudos de autores como Sant'anna (2004, 2002, 2001, 2000a); Silva (2004, 2001 e 1996); Fraga (2004; 2000); Soares (2004, 2001); Vaz (2004) apontam que vivemos em uma era de culto ao corpo. Nesta realidade, dentre as múltiplas exigências feitas ao corpo (SANT'ANNA, 2002), está a ordem de que deve manter-se sempre jovem, sinônimo de bem-estar, saúde e beleza. Envelhecer nesse cenário, marcado pelos valores da produtividade e da aparência física supe-

restimada, “transforma essa experiência, que é um fenômeno biológico “inevitável, em um fenômeno cultural da ordem do “indesejável” (MOREIRA; NOGUEIRA, 2008, p. 59).

O corpo na meia-idade é o diferente da boa forma e na medida em que se transforma, aproxima-se do imaginário de feiura, inutilidade e desprezo, associado ao estereótipo da velhice. Diante disso, o sujeito é provocado diariamente a converter-se, a tornar-se aparentemente intocado pelo passar dos anos, nem que para isso seja preciso liberar-se das marcas impressas no corpo que contam sua história de vida. Dentro desta lógica, vemos crescer a busca por programas de exercícios, cirurgias plásticas, tratamentos dermatológicos, dietas, uso de medicamentos antidepressivos, ansiolíticos e Terapia de Reposição Hormonal no combate à menopausa.

Os discursos das técnicas e tecnologias de rejuvenescimento, incentivados pela mega-indústria da beleza, da nutrição e da saúde, regidas majoritariamente pela publicidade, estimulam uma “cultura do consumo que se fundamenta na valorização de uma imagem ideal, a qual para ser alcançada demanda investimento de tempo e dinheiro voltados ao corpo” (MOREIRA; NOGUEIRA, 2008, p. 62). Contudo, apesar de todas as pessoas estarem diante dos apelos de juventude que são disseminados diariamente no cotidiano, não são todas que tem condições reais de efetivar qualquer intervenção sobre o corpo. Nesse sentido, para Magalhães (1989, p. 19),

socialmente estamos construindo um modelo social dominante de rejuvenescimento dos homens e mulheres de 50 anos ou mais nas elites urbanas. Mas caminhamos para um modelo de morte social, pelo isolamento nas camadas médias, assim como forjamos um modelo de marginalidade, socialmente antecipada, para a maioria dos trabalhadores assalariados de baixa renda, desprovida de patrimônio e renda.

A assertiva do autor em 1989 já era uma realidade, mas hoje, após 20 anos, também nos possibilita pensar sobre a massificação do acesso a informações e receitas de rejuvenescimento que chegam a praticamente toda população. A veiculação ocorre pelos meios de comunicação de massa, abordando inclusive temas que levam a mas-

sificação de cirurgias plásticas, uma das formas mais radicais de intervenção sobre o corpo. As cirurgias hoje são facilitadas para pessoas de menor renda, por meio de parcelamentos da dívida e até consórcios, conforme consta na Lei Federal 11.795. Além disso, cirurgias plásticas foram incluídas na cobertura de planos de saúde e na lista de serviços custeados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), sendo definidas como “Especialidade médica que trata as deformidades através de cirurgia reparadora” (SUS, 2009), mas onde tem se discutido a falta de critérios para realização. Dados da Revista Veja (2001) apontam o Brasil como o maior consumidor mundial deste tipo de operação. O depoimento de um médico afirma que a explicação para o fenômeno reside na esfera do comportamento: “Nos países europeus não se vê um esforço de mulheres de 40 querendo parecer ter 30 (...) No Brasil, sim” (VEJA, 2001, p. 84). Segundo a reportagem, o maior grupo de pacientes que procura por este serviço é formado pelos que recorrem a cirurgia plástica como forma de lutar contra o processo de envelhecimento.

No curso da vida, as regras sociais se organizam em torno de cronologias rígidas e destarte organizam a vida dos indivíduos se impondo sobre características individuais e relações sociais específicas, movimento que é chamado de “institucionalização” ou “cronologização” do curso da vida. Entretanto, apesar de muitos acontecimentos dependerem fortemente da existência de definições cronológicas, como os sistemas educacionais e jurídicos, direitos políticos e sociais, aposentadoria, maioridade, etc., as fronteiras geracionais se mostram manifestadamente mais fluídas e em princípio mais indeterminadas nas sociedades modernas (DOMINGUES, 2002). A busca por estacionar a vida na juventude aparente, marca um novo movimento, que vem sendo ativado recentemente, o movimento de “desinstitucionalização do ciclo vital” ou “descronologização da vida” (DEBERT, 1996).

A Revista Veja (2009) dedicou uma reportagem especial ao tema “A Geração Sem Idade”, referindo-se ao novo fenômeno cultural no terreno do comportamento humano, propiciado pelo aumento da longevidade, onde as pessoas maduras cruzam as fronteiras entre as gerações e não apenas agem, mas se sentem como se fossem mais jovens. Esse fenômeno, batizado pelos americanos de *ageless* (em português “sem idade”), diz respeito a “homens e mulheres que já passaram dos

40 ou 50 anos, gozam de boa saúde, disposição e acreditam que os hábitos de vida e a forma de se expressar não devem se atrelar à idade, mas à personalidade de cada um” (VEJA, 2009, p. 63).

Debert (1996, p. 04) coloca que a publicidade, assim como os manuais de auto-ajuda e as receitas de especialistas em saúde “estão empenhados em mostrar que as imperfeições do corpo não são naturais nem imutáveis e que, com esforço e trabalho disciplinado, pode-se conquistar a aparência desejada”. Ainda nesse sentido, Gomes (2008) aponta para a existência dos “conselheiros modernos”, a mídia e a ciência, que se apropriaram do corpo numa perspectiva fundada a partir do seu culto.

A fase da meia-idade é marcada pela convivência com uma expectativa social moderna de longevidade, como se fosse possível e como se fosse um dever a manutenção da juventude, estando esta condicionada apenas ao investimento do indivíduo no seu corpo, para poder retomar uma condição de produtividade, velocidade, vigorosidade e aparência física, sinônimos de bem-estar, saúde e beleza na sociedade moderna. Nesta perspectiva, interessou-nos analisar a meia-idade porque percebemos na atualidade certa predominância da negação do processo de envelhecimento. Num contexto marcado por tais valores, a experiência de envelhecer, fenômeno biológico inevitável, tem se transformado em um fenômeno cultural indesejável (MOREIRA; NOGUEIRA, 2008). Nesta cultura, à medida que o corpo da meia-idade se modifica, aproxima-se dos estereótipos de feiura, inutilidade e desprezo. Aliado a este imaginário encontra-se a multiplicidade de ofertas de intervenção sobre o corpo, comprometidas em apagar marcas impressas no corpo que denunciam a história de vida de cada pessoa e em esculpir formas indiferentes à passagem do tempo.

A produção científica tem se interessado pelo estudo do envelhecimento humano. Pesquisas têm sido desenvolvidas para contribuir na tentativa de extinção das marcas do tempo no corpo. É o caso das cirurgias plásticas, dos cosméticos, das atividades físicas, das dietas, que contam com o incentivo da mega-indústria da beleza, da nutrição e da saúde. Por outro lado, algumas áreas têm pensado criticamente este fenômeno, desenvolvendo estudos que partem de uma concepção de envelhecimento como processo natural da vida.

A Educação Física também ocupa importante lugar neste conjunto de pesquisas e ações sobre o corpo, especialmente porque é um campo que se caracteriza em grande medida pela intencionalidade na intervenção. Além disso, está em constante contato com pessoas na meia-idade que buscam por práticas corporais neste momento da vida, com diferentes objetivos. Diante disso, intentamos analisar como o campo da Educação Física tem dialogado com essa realidade, visto que os olhares tendem a se voltar cada vez mais para a meia-idade e a velhice, entre outras questões, pela inversão no contexto demográfico brasileiro.

Dados do IBGE (2006, p.36) apontam que “a população do Brasil caminha a passos largos rumo a um padrão demográfico com predominância de população adulta e idosa”. O Censo de 1991 comprovou o início do processo de passagem do perfil da população do país, até então majoritariamente jovem. Tal alteração já havia sido identificada no Relatório do IBGE (2004, p. 24) que indica a perspectiva de que, com as transformações da estrutura etária no Brasil, “diminuirá relativamente a demanda de atenção correspondente às crianças e jovens e aumentará a de serviços e recursos para adultos e idosos”.

A partir de informações como estas, percebeu-se que houve um movimento em direção à população idosa, a partir do incremento de políticas de assistência associadas a saberes médicos e sociais, agentes de gestão, movimentos políticos e interesses econômicos, enquanto a população adulta parece ter sido alvo de menor atenção, inclusive do ponto de vista de investimento em pesquisas científicas.

Diante do exposto e considerando, especialmente, as conclusões do estudo-piloto desenvolvido para esta pesquisa, questionamos: como a produção científica desenvolvida nos Programas de Pós-Graduação Estrito Senso do campo da Educação Física vem abordando a meia-idade e suas relações com o corpo, a saúde e as práticas corporais? Partimos de três hipóteses de estudo que serão apresentadas adiante.

A fim de responder ao objetivo, realizamos uma pesquisa documental, em que os documentos analisados foram duas teses e 17 dissertações produzidas nos Programas de Pós-Graduação em Edu-

cação Física do Brasil, as quais tinham como objeto de estudo pessoas na meia-idade. Buscamos identificar nas pesquisas elementos sobre o *modelo quadripolar* proposto por Bruyne, Herman e Schoutheete (1991); Lessard-Hébert, Goyette e Boutin (2005), além de sistematizar informações referentes aos eixos temáticos desta pesquisa, além da meia-idade, quais sejam: corpo, saúde e práticas corporais. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo, com ênfase na análise temática. A análise foi organizada a partir do modelo misto de Laville e Dionne (1999) e Minayo (2008) e foram elencadas quatro categorias de análise.

Os dados da investigação apontaram que as concepções de corpo presentes nos trabalhos analisados hegemonicamente foram pautadas em uma visão monolítica, centrada na fragmentação dos sujeitos, expressa pela exclusividade de análise anatomofisiológica do corpo humano e nos trabalhos sobre qualidade de vida, expressa na divisão do ser humano em domínios, os quais foram percebidos isoladamente. O corpo humano foi concebido desconectado da realidade e até dos próprios sujeitos, assumindo a posição de Outro, a ser tratado, modificado, dominado, recuperado. Ao olhar o corpo na meia-idade apenas pelo viés anatomofisiológico, as pesquisas analisadas conceberam este momento da vida como um período marcado pela negatividade das transformações que ocorrem nas estruturas e sistemas corporais, como um prejuízo à vida e aproximaram os sujeitos às doenças e à morte. O corpo na meia-idade foi abordado a partir das mudanças decorrentes do envelhecimento, sendo este processo encarado absolutamente de forma negativa. Os dados empíricos nos mostraram que o corpo na meia-idade foi concebido como um corpo em decadência, em declínio e como um corpo doente e/ou em risco.

Neste sentido, as concepções de saúde encontradas majoritariamente no material empírico se aproximaram da questão das doenças e fatores de risco e a saúde foi abordada como uma condição almejada, mas não debatida. As doenças e fatores de risco ocuparam lugar central nas discussões e a saúde pôde ser entendida talvez somente como algo oposto a estes males. Na direção da perspectiva reducionista de abordagem do corpo, as doenças também foram abordadas a partir do viés anatomofisiológico, foram consideradas problemas pontuais

que incidiram sobre determinados espaços do corpo dos sujeitos e entendidas de forma independente da realidade e da subjetividade, sendo que os programas de exercícios propostos seriam potencialmente capazes de contribuir na redução ou eliminação de tais males, numa relação direta entre causa e efeito.

As práticas corporais mostraram-se no material empírico na forma de programas de exercícios e acompanharam esta lógica instrumental de trato com os sujeitos. Constatamos que os únicos fatores considerados importantes para um programa de exercícios físicos voltado para pessoas na meia-idade foram o tipo de prática, a intensidade, a frequência e a duração das sessões, impondo aos sujeitos uma condição de esvaziamento da dimensão da experiência e que preconizou a realização da prática pela prática, voltada para fins exclusivamente pragmáticos. Esta forma de trato com as práticas corporais pareceu demonstrar que o campo da Educação Física não tem dedicado à sua especificidade a atenção necessária. Queremos dizer que, ao esvaziar as práticas corporais de conteúdo e considerar importante apenas a frequência, duração e intensidade das sessões, os pesquisadores têm minimizado ao extremo as potencialidades de experiências, inclusive relacionadas ao tratamento das doenças e fatores de risco, presentes nas práticas corporais. Consideramos fundamental destacar que o âmbito da intervenção é *locus* privilegiado de atuação do professor e prática quase exclusiva da Educação Física, diferentemente das questões do corpo e da saúde que são comuns também a outros campos de conhecimento. Assim, parece que ao tratar as práticas corporais com tal generalização, indiferença e superficialidade, o campo deixa escapar aquilo que é a sua especialidade e acaba por não explorar a riqueza de possibilidades que o movimento corporal pode ter de significado na vida das pessoas na meia-idade.

A escassez de pesquisas sobre pessoas na meia-idade na Educação Física e a pouca argumentação acerca deste momento da vida na sua especificidade nas pesquisas existentes revelou que este campo de conhecimento não tem investigado sobre os interesses, necessidades e valores que as pessoas na meia-idade atribuem ao corpo, saúde e práticas corporais. Sendo assim, a rigor, não se sabe o que estes sujeitos pensam e quais são seus argumentos para justificar os “cuidados”, as

intervenções e escolhas que destinam a suas vidas. Se, por um lado, encontramos o discurso da juventude eterna veiculado pela mídia e por algumas instâncias da ciência, por outro, as experiências de convívio em projetos de extensão e pesquisa com pessoas na meia-idade mostraram que há confirmações, mas também contradições, entre o que diz o discurso dos formadores de opinião e os sujeitos participantes dos projetos. Neste sentido, evidenciamos uma lacuna nos estudos do campo que poderia ser preenchida com investigações que se mantivessem na tensão dialética entre a objetividade dos dados anatomofisiológicos e a expressão da subjetividade, capazes de embasar ações dirigidas a pessoas na meia-idade que se aproximem mais de seus interesses, necessidades e condições reais de vida.

Evidenciamos, ainda, que o trato com o corpo, com a doença e com as práticas corporais apresentou-se de forma instrumental e prevaleceu uma supremacia da tecno-ciência em detrimento do humano e da realidade social. As questões de método enfatizaram a quantificação das informações referentes à vida dos sujeitos, desprezando explicações de ordem mais qualitativa, sejam de âmbito social ou subjetivo, o que por vezes distanciou os estudos do plano do real, secundarizando a perspectiva humana no âmbito da pesquisa. Desta forma, o desafio central que se apresenta para este campo produtor de conhecimento parece se colocar no plano de devolver ao sujeito o lugar que merece no âmbito da pesquisa científica. Caberia ao pesquisador, assim, colocar-se na intersecção entre a aproximação/distanciamento do sujeito, de maneira a ajustar o foco do olhar. Significa dizer, que é necessário superar a hegemonia do olhar do pesquisador *para dentro e de longe*, para que a própria pesquisa se aproxime e auxilie na compreensão do real, pois, se por um lado, os discursos apresentados hegemonicamente no material empírico foram monolíticos, impessoais e homogeneizantes, a vida das pessoas de meia-idade é plural e corporalmente imbricada com a realidade de estar no mundo.

Corpo, saúde e práticas corporais parecem se constituir como temáticas que, por sua complexidade e por ocuparem certa centralidade na Educação Física, têm sido abordadas a partir de diferentes perspectivas teórico-metodológicas encontradas neste campo de conhecimento. Na produção científica analisada, dezoito pesquisas aproximaram-se da tendência epistemológica empírico-analítica, dialogando com o po-

sitivismo e uma partiu do referencial crítico-dialético, fundando-se no materialismo histórico-dialético. Assim, constatamos uma hegemonia de referenciais vinculados às ciências duras no trato com estas questões, contudo, a literatura mostra que o campo também vem desenvolvendo debates a partir do referencial das ciências humanas e sociais a respeito das mesmas temáticas, apesar de termos encontrado apenas uma pesquisa relacionada ao tema da meia-idade.

Ao que parece, existem momentos em que as preocupações de ambas perspectivas se tocam, como é o caso das pesquisas que se dedicaram a estudar a qualidade de vida dos sujeitos de meia-idade e o aumento do desinteresse das pessoas pelas práticas corporais, entretanto, a forma como as pesquisas são organizadas e as questões de método as distanciam sobremaneira. Com isso queremos dizer que a Educação Física tem produzido debates profícuos sobre estas temáticas, mas há a necessidade de diálogo entre eles, especialmente porque evidenciamos no material empírico analisado dissonâncias entre as pretensões científicas e a realidade dos sujeitos pesquisados. Em outras palavras, encontramos práticas científicas na Educação Física que, apesar de intencionarem o ser humano, distanciam-se dele, de o colocarem em primeiro plano nas pesquisas e intervenções e, ao se afastarem do sujeito, terminam por não responder adequadamente às próprias questões de investigação. Além disso, interpretamos que os discursos e métodos hegemonicamente apresentados não têm sido capazes de mobilizar os sujeitos de meia-idade na direção das práticas corporais.

Os dados encontrados a partir da análise das teses e dissertações apontaram para a confirmação da primeira hipótese de estudo elencada, a qual indicava que os estudos desenvolvidos na Educação Física pouco têm levado em conta as especificidades da meia-idade, tendendo à homogeneização de comportamentos, interesses, necessidades e condições de pessoas adultas. Observamos que o campo tem tratado destes sujeitos a partir de um olhar genérico do corpo adulto ou como seres viventes de um momento caracterizado pelo declínio da condição humana, associado aos impactos deletérios do envelhecimento. Evidenciamos no material empírico poucos estudos com pessoas na meia-idade na produção científica *on line* dos Programas de Pós-Graduação Estrito Senso em Educação Física do Brasil e as pesquisas encontradas

manifestaram pouca ou nenhuma preocupação em apresentar elementos referentes a singularidades deste momento da vida, numa perspectiva que, majoritariamente, desconsiderou aspectos desta categoria geracional, bem como outras dimensões da vida humana, centrando o debate sobre o objeto de estudo na materialidade corporal.

Com relação à segunda hipótese de trabalho, os dados da investigação nos mostraram que, de fato, a produção acadêmica da Educação Física apresentou hegemonicamente uma concepção reducionista de corpo na meia-idade, na medida em que o concebeu sob o viés biologicista, conforme havíamos indicado. Porém, além de constatar-mos tal predominância de trato com o corpo na sua dimensão anatomofisiológica, percebemos uma compreensão restritiva de corpo na meia-idade também nos trabalhos que se propuseram a dar conta de outras dimensões da vida humana, ou seja, nas pesquisas que se dedicaram ao estudo da qualidade de vida dos sujeitos na meia-idade. Tal reducionismo foi evidenciado na lógica dos domínios empregada nestes estudos, a qual, apesar de intencionar a consideração dos aspectos biológicos e também psicológicos, sociais e ambientais, não estabeleceu relação com a totalidade, uma vez que os domínios foram considerados de forma isolada, sendo tratados apenas do ponto de vista quantitativo na análise das pesquisas.

Hipotetizamos, ainda, que os discursos veiculados pela produção científica da Educação Física sobre corpo, saúde e práticas corporais privilegiam a interiorização de normas, a busca incessante pela boa forma e a *performance*, com vistas a contemplar ideais de bem-estar, saúde e beleza que correspondam a uma expectativa social, imersa na lógica de culto ao corpo. Sobre isso, a análise das pesquisas nos permitiu identificar uma ênfase na normalização das formas de ser e de viver dos sujeitos na meia-idade, expressa principalmente na parametrização do corpo, nos indicadores numéricos dos programas de exercícios e na veiculação de discursos que apontaram para a noção de que viver é um risco e que para combatê-lo o sujeito dispõe de ofertas de padrões de comportamento considerados saudáveis, nos quais os exercícios físicos assumiram fundamental relevância. Neste sentido, também evidenciamos a busca pela boa forma, especialmente porque o corpo na meia-idade não foi considerado um corpo em boa forma, mas em

decadência, e os programas de exercícios foram apresentados como possibilidades de recuperação corporal. A *performance*, neste contexto, mostrou-se mais expressivamente nas propostas de práticas corporais, as quais se aproximaram de sessões de treinamento, exigindo dos sujeitos determinada frequência semanal, duração e intensidade dos exercícios. Observamos intencionalidades nas pesquisas voltadas para a saúde e, em menor escala, ao bem-estar dos sujeitos na meia-idade. Não encontramos no material empírico indicações explícitas a respeito da estética, da beleza, porém, interpretamos que ao se empenhar sobre uma espécie de recuperação do corpo em decadência e sobre formas de atrasar o processo de envelhecimento e seus prejuízos, os discursos presentes no material empírico advogaram, em alguma medida, a favor da aparência física, da estética e da beleza (na forma dos valores da Modernidade), ao buscarem a manutenção do corpo jovem e ao apresentarem as transformações no corpo decorrentes do processo de envelhecimento como fenômenos marcados pela negatividade, pelo declínio, pela doença e pela proximidade com a morte.

A partir da constatação de que a temática da meia-idade vem sendo pouco explorada neste campo, observamos que há uma série de questões que não foram ainda pesquisadas. Ao propormos à Educação Física a intenção de direcionar o olhar para o estudo de pessoas na meia-idade, não o fazemos a fim de fragmentar a vida humana em mais uma parte, conforme o processo ocorrido com a velhice e o surgimento da chamada “Terceira Idade”, onde foi possível notar a partir desta divisão, entre outras consequências, uma apropriação do viver dos velhos por parte do sistema neoliberal. Na atualidade já é possível perceber no campo da Educação Física de forma explícita um movimento neste mesmo sentido com as pessoas de meia-idade, a exemplo do programa desenvolvido pela maior empresa do mundo do *fitness*, a *Body Systems*, chamado *Body Vive*, criado especialmente para pessoas de 40 a 60 anos, além de outros anúncios de práticas corporais anti-idade que têm surgido de forma crescente ao lado de outros produtos *anti-aging* gestados em diferentes campos de conhecimento.

Do nosso ponto de vista, pensamos que a Educação Física deve empreender esforços inicialmente na tentativa de entender os fundamentos deste processo de negação do envelhecimento pelo qual passa-

mos na atualidade e estar atenta ao movimento em curso de apropriação deste momento da vida pelo sistema neoliberal. Consideramos que o compromisso social deste campo científico mais pertinente nestes tempos em que vivemos não está em buscar alternativas para a reversão do processo de envelhecimento, mas em criar condições para que este processo seja vivido com fruição, prazer e dignidade. Neste contexto, certamente estão incluídos os estudos e ações de combate às doenças e outros males que tendem a surgir com mais probabilidade neste momento da vida, porém faz-se necessária outra perspectiva ontológica. Também parece ser preciso possibilitar aos sujeitos na meia-idade que compreendam suas transformações corporais como parte do processo natural da vida, que podem ser vividas com cuidado, satisfação e beleza, sem necessariamente se filiarem indiscriminadamente à esfera do consumo de técnicas de rejuvenescimento. Ainda, pensamos que o campo da Educação Física pode contribuir para que as pessoas na meia-idade sintam-se bem e vivam melhor a partir de reflexões que permitam problematizar questões da realidade atual a fim de desmitificar o ideal em voga de que o passar dos anos é sinônimo de declínio e avançar numa compreensão aparentemente bem simples, de que ter anos, em primeira instância, nada mais é do que simplesmente viver. Conferimos estas difíceis tarefas ao campo da Educação Física especialmente por acreditarmos que é na dimensão das práticas corporais que estes exercícios são possíveis.

Referências Bibliográficas

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento:** fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zaluar, 1985.

ALMEIDA, A.; CUNHA, G. Representações Sociais do Desenvolvimento Humano. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.16, n.1, p.147-155, 2003.

ANTUNES, P.; SCHNEIDER, M. As propostas de práticas corporais para pessoas na maturidade: uma possibilidade de re-significação. In: FALCÃO, J. L. C.; SARAIVA, M. C. **Esporte e lazer na cidade:** práticas corporais re-significadas. Florianópolis: Lagoa Editora, p.51-82, 2007.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTTETE, M. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**. Tradução de Ruth Joffly. 5ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1991.

DEBERT, G. G. A invenção da Terceira Idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas. **XX Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, Minas Gerais. (GT Cultura e Política), 1996.

DOMINGUES, J. Gerações, modernidade e subjetividade coletiva. **Tempo social**; Revista de Sociologia da USP, v.14, n.1, p.67-89, 2002.

DUARTE, C. et al. A concepção de pessoas de meia-idade sobre saúde, envelhecimento e atividade física como motivação para comportamentos ativos. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v.23, n.3, p.35-48, 2002.

JORGE, M. M. Perdas e ganhos no envelhecimento da mulher. **Psicologia em Revista**, v.11, n.17, p.47-61, 2005.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ferminia Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Segurança, Território, População**: curso no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **Nascimento da biopolítica**: curso no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 12ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

_____. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 15ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.

FRAGA, A. B. Anatomias emergentes e o bug muscular: pedagogias do corpo no limiar do século XXI. In: SOARES, C. L. (org.) **Corpo e História**. Campinas: Autores Associados, 2004, p.61-77.

_____. Corpo nosso de cada dia: por onde ele anda, para onde ele vai? **Motrivivência XII**, n.15, p.65-71, 2000.

GOMES, I. M. **Conselheiros modernos:** propostas para a educação do indivíduo saudável. Florianópolis, 2008. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina.

IBGE-RIO DE JANEIRO. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tendências demográficas:** uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro, 2004.

IBGE-SÃO PAULO. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores sócio-demográficos:** prospectivos para o Brasil 1991-2030. São Paulo: Arbeit, 2006.

LAVILLE, C.; DIONNE, Y. **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LESSARD-HÉBERT, M.; GOYETTE, G.; BOUTIN, G. Os quatro pólos do processo de investigação. In: _____. **Investigação qualitativa:** fundamentos e práticas. 2ª ed. Tradução Maria João Reis, 2005.

MAGALHÃES, D. N. **A invenção social da velhice.** Rio de Janeiro: Papagaio, 1989.

MELO, C. K.; ANTUNES, P. C.; SCHNEIDER, M.D. Desenferrujando as dobradiças: as práticas corporais na maturidade. In: SILVA, A. M.; DAMIANI, I. R. **Práticas Corporais:** trilhando e (compar)trilhando as ações em Educação Física. Florianópolis: Nauembla ciência e arte, 2005a, p.107-128.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 11ª ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MOREIRA, V.; NOGUEIRA, F. Do indesejável ao inevitável: a experiência vivida do estigma de envelhecer na contemporaneidade. **Psicologia USP**, v.19, n.1. p.59-79, 2008.

SANT'ANNA, D. É possível realizar uma história do corpo? In: SOARES, C. L. (Org.) **Corpo e História.** 2a ed. Campinas: Autores Associados, 2004, p.03-23.

_____. Transformações do corpo: controle de si e uso dos prazeres. In: RAGO, M.; ORLANDI, L.; NETO, A. V. (Org.) **Imagens de Foucault e Deleuze:** ressonâncias nietzscheanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p.99-110.

_____. **Corpos de passagem:** ensaios sobre a subjetividade contemporânea. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

_____. Entre o corpo e a técnica: antigas e novas concepções. **Motrivivência**, ano XI, n.15, p.13-24, 2000.

SILVA, A. M. A natureza da physis humana: indicadores para o estudo da corporeidade. SOARES, C. L. (org.) **Corpo e História**. Campinas: Autores Associados, 2004, p.25-41.

_____. **Corpo, ciência e mercado:** reflexões acerca da gestação de um novo arquétipo da felicidade. Campinas: Autores Associados: Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

_____. Das práticas corporais ou porque Narciso se exercita. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v.17, n.13, p.244-251, 1996.

SOARES, C. L. Corpo, conhecimento e educação: notas esparsas. In: _____. (Org.) **Corpo e História**. Campinas: Autores Associados, 2004, p.109-129.

_____. O corpo nosso de cada dia: para onde ele caminha? **Motrivivência**, ano XII, n. 16, p. 95-97, 2001.

SOUSA, F. O que é “ser adulto”? As práticas e representações sociais – A Sociologia do Adulto. **VI Congresso Português de Sociologia**. Lisboa, 2008.

SUS. **Sistema Único de Saúde:** vocabulário. Disponível em <http://www.saude.rj.gov.br/Guia_sus_cidadao/Vocc.shtml>. Acessado em 11 de setembro de 2009.

TRINDADE, E. **Hermenêutica do existir do homem de meia-idade - paternidade, sexualidade e projetos de vida:** um olhar à luz de Heidegger. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002.

VAZ, A. F. Memória e progresso: sobre a presença do corpo na arqueologia da modernidade em Walter Benjamin. In: SOARES, C. L. (Org.) **Corpo e História**. Campinas: Autores Associados, 2004, p.43-60.

VEJA, Revista. **De Cara Nova:** com operações mais baratas, alternativas de conserto para quase tudo e grandes médicos em atividade, o Brasil passa a ser o primeiro do mundo em cirurgia plástica. Editora Abril, edição 1683, ano 34, n.2, 17 de janeiro de 2001.

VEJA, Revista. **A Geração Sem Idade**. Editora Abril, edição 2121, ano 42, n.28, 15 de julho de 2009.

O PROJETO FUTURO HOJE EM MARINGÁ/PR: desafios da educação social rumo à política pública

Cléia Renata Teixeira de Souza³⁹

Mestre em Educação

Universidade Estadual de Maringá

Verônica Regina Muller (orientadora?)

Doutora em História da Infância

Universidade Estadual de Maringá

Resumo: O objeto de estudo desta investigação foi o projeto Futuro Hoje, proposto pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, da cidade de Maringá/PR, que consiste em uma ação de Educação Social com crianças e adolescentes que possuem seus direitos violados. A pesquisa centra-se no objetivo principal de identificar quais os entraves e, a partir deles, os desafios a serem vencidos para que o projeto seja convertido em uma política pública de educação social no município. A metodologia utilizada foi a pesquisa-ação, pois reverbera a relação de envolvimento das pesquisadoras como sujeitos da práxis, um princípio sulizador do processo de investigação. Os resultados apontaram para a conclusão básica precedente de que, junto com a determinação de que o projeto seja transformado em política pública, incumbe-se necessariamente o controle sobre a garantia de que o mesmo mantenha a linha filosófica que vem seguindo. Na análise dos conhecimentos adquiridos, detectamos como problemas as categorias da burocracia, da vontade política e do desconhecimento de sujeitos da rede social sobre política e outros conteúdos. Para contrapor à cultura dominante, defendemos que os desafios a enfrentar são os da formação política dos sujeitos envolvidos, da construção de políticas públicas preventivas e da participação efetiva por parte dos sujeitos do Futuro Hoje em seus diversos contextos.

³⁹ Rua Pionairo Marcelino Leonardo, 741 A, Jardim Monte Carlo, Maringá-PR, cel: 44 91037008, email: renasouza80@gmail.com

Um panorama da realidade explorada

As experiências que viemos tendo e as reflexões sobre as mesmas no âmbito da Educação Social, das Políticas Públicas, do Esporte e do Lazer, nos levaram a desenvolver este trabalho. Enquanto a segunda tem sido foco de discussão acadêmica em cursos de graduação e pós-graduação no Brasil e apresenta uma vasta argumentação de diferentes linhas teóricas e ideológicas, a primeira, a educação social, é hoje detentora de escassas publicações na área da educação. A maioria das publicações em Educação Social refere-se aos anais dos Encontros Nacionais de Educação Social, evento que tem ocorrido em vários Estados do Brasil desde 2000. Além de artigos dos Congressos Internacionais de Pedagogia Social e dois livros publicados nos últimos anos “Reflexões de quem Navega na Educação Social” (2002) e “Pedagogia Social” (2009).

Em coadunação com Caro (2009), percebemos que a maioria das publicações na área ainda vem de relatos da prática e carecem de maior número de publicações com teor teórico conceitual. Mas, a ação teórico-prática existe e caracteriza-se como essencialmente relacionada aos contextos de desigualdades sociais, injustiças, violação de direitos e outros.

A discussão da Educação Social no Brasil, no contexto da infância e adolescência, intensifica-se a partir da década de 1990, em função do contexto mundial das legislações, que passam a garantir direitos a essa população e em função dos problemas que o mundo globalizado vem enfrentando, enquanto sociedade capitalista, desigual e injusta. Milhões de pessoas vivem em condições de pobreza ou miséria, o que de forma geral, define uma condição de vida melhor para quem tem mais posses. No Estado do Paraná, segundo as estimativas do IBGE (2009), dos 10.686.247 de habitantes, 39.07% vivem em situação de pobreza e esse número pode ser ainda maior se analisarmos dados nacionais. No entanto, não apenas dados estatísticos definem a violação de direitos, pois entre populações ricas e pobres, encontram-se vários problemas de exclusão social de ordem étnica, de gênero, de idade, de religião, de partido político, entre outros. Em Maringá, uma cidade com 335.511 habitantes, constata-se um índice de pobreza de 33,85% (IBGE, 2009).

Com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aprovado em 1990, ações mais concretas ocorreram para combater a violação dos direitos e assim se efetivaram políticas de atendimento Infante-Juvenil em vários Estados do Brasil realizadas não só pelo poder público, mas também por movimentos sociais, organizações não-governamentais e o terceiro setor.

No ECA, estabelece-se que a “política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios” (BRASIL, 1990, p.30). O público-alvo deste trabalho foram as crianças e adolescentes participantes do projeto Futuro Hoje, que indiretamente agrega outros sujeitos, pessoas das comunidades envolvidas, famílias, líderes comunitários e outros. O Projeto Futuro Hoje tem como objetivo principal prevenir e combater a drogadição na cidade de Maringá, que é crescente, segundo dados do Conselho Municipal Antidrogas – (COMAD, 2009). Esta é a população que vem sendo mais atingida, principalmente, pelo uso do craque. Não há na cidade uma concentração pontual dos usuários, eles localizam-se, basicamente, nos bairros de periferia e nas ruas do centro da cidade.

Diante da situação, o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, resolveu criar e implementar, no ano de 2008, o Projeto Futuro Hoje. Esse empreendimento realiza uma ação de Educação Social e busca, pedagógica e politicamente, promover junto ao público a consciência de seus direitos, orientar, na medida de sua demanda, a organização política para as reivindicações de seus direitos. Por outro lado, oferece oficinas culturais, esportivas, artísticas e lúdicas nos doze bairros mais pobres de Maringá. As oficinas supracitadas, segundo conselheiros do CMDCA, foram escolhidas pelas comunidades por meio de levantamento feito pelo CMDCA para identificar o interesse de cada região. São orientadas por seus respectivos educadores que atuam com suas especificidades e têm como função fazer que se cumpram as metas do projeto. No Brasil, há uma grande lacuna entre os direitos garantidos na lei e a vida prática.

A educação social inserida nesse lugar social, precisa ser compreendida academicamente em nosso país, desde seus princípios, dificuldades

para sua implementação, quem são e devem ser seus atores (sujeitos), quais os problemas principais e os mecanismos que interferem para que ainda não a tenhamos como política pública, o que faltaria que assim o fosse.

Situado nesse contexto, o problema analisado e em questão, diz respeito à possibilidade de construção de uma política pública de educação social, tendo por sul o objeto da pesquisa, que foi o Projeto Futuro Hoje. Trata-se de um recorte sobre os possíveis entraves e desafios a serem superados para que se consiga efetivá-lo como uma política pública municipal de educação social.

Como nos propõem Müller e Rodrigues (2002, p.22):

Nossa prática nutre-se totalmente da teoria que estudamos a cada semana, do compromisso assumido com as pessoas, da sensibilidade inerente às relações pedagógicas, das discussões onde repensamos a prática e do contexto político no qual estamos envolvidas, [...].

Orientaram-nos, Gramsci (1978), Freire (1987) e Graciani (1997), como sul para este trabalho, na relação entre educação, política e cultura; Santos (2000) proporcionou-nos subsídios para o entendimento das questões políticas e dos meandros que fazem parte da construção de uma Política Pública emancipatória e na direção da Justiça social. O apoio da produção teórica de Nuñez (1999) foi essencial para o desenvolvimento do referencial da Educação Social, complementado com Silva, que discute a proposta pedagógica para a formação dos sujeitos da Educação Social. Além desses, outros referenciais complementaram e possibilitaram desenvolver esse trabalho. Foram eles: as atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Estes documentos foram analisados na secretaria executiva do CMDCA por diversas vezes para identificar, na forma documentada, o que o referido conselho vinha deliberando em relação ao objeto da pesquisa; outra fonte foi o próprio CMDCA, ou seja, as participações e observações das reuniões possibilitaram as pesquisadoras verificar os posicionamentos dos conselheiros referentes ao Futuro Hoje e, por fim, o estudo e análise constante do Estatuto da Criança e do Adolescente como fonte fundamental que legaliza a reivindicação da defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Atuamos neste trabalho por meio da pesquisa-ação baseada em Thiollent, a qual dá a possibilidade das pesquisadoras estarem imersas na pesquisa, ou seja fazendo parte do contexto. Pesquisa-ação pressupõe “a integração dialética entre sujeito e sua existência; entre fatos e valores; entre pensamento e ação; e entre pesquisador e pesquisado” (FRANCO, 2005, p.488).

É importante aqui ressaltar nosso entendimento à respeito de Educação Social, para tal apoiamo-nos em Nuñez, e corroboramos com a autora ao definir a Educação Social como uma prática educativa que atua fundamentalmente com os sujeitos excluídos socialmente.

Para explicarmos a compreensão de Educação Social nos apropriamos da definição de Nuñez (1999, p.26).

Por educación social entendemos una práctica educativa que opera sobre lo que lo social define como problema. Es decir, trabaja en territorios de frontera entre lo que las lógicas económicas y sociales van definiendo en términos de inclusión/exclusión social, con el fin de paliar o, en su caso, transformar los efectos segregativos en los sujetos. La educación social atiende a la producción de efectos de inclusión cultural, social y económica, al dotar a los sujetos de los recursos pertinentes para resolver los desafíos del momento histórico (NUÑEZ, 1999, p.26).

Traçamos uma reflexão sobre a política e as políticas públicas compreendendo-as como uma abertura para possíveis intervenções que possam conduzir para a transformação social.

Freire (1987) entende que a política define-se pela relação do homem com o conhecimento de sua realidade, com isso possibilita a ele a produção da cultura, de seu contexto e de sua vida. É assim que se transforma na condição de ser histórico e político. Como tal deve se dedicar a pensar sobre caminhos para vencer as injustiças sociais criadas pela modernidade.

Expomos nosso objeto de estudo, entendido como educação social e política. Educação Social por atuar diretamente com crianças e adolescentes em situação de violação de direitos, e é uma ação política por desenvolver-se metodologicamente com a participação dos sujeitos envolvidos.

A Educação Social enquanto intenção transformadora, está envolta a implicações de várias ordens, o que nos levou a investigar os impasses para a realização de uma política com mais detalhes para que tenhamos condições mais eficazes de compreender quais as possibilidades reais de se transformar no âmbito local um projeto da natureza do Futuro Hoje.

A partir deste contexto analisamos os entraves encontrados como mecanismos que atrasam e por vezes impedem a transformação do projeto em política pública. Estas implicações se apresentaram no processo de desenvolvimento do Futuro Hoje, e significam impasses que retardam a legalização do projeto. Em contraposição aos entraves, identificamos e propomos alguns desafios que podem indicar possibilidades e apontar para a superação do problema investigado. Estes desafios são alternativas que talvez viabilizem a compreensão dos sujeitos em seus contextos, a antecipação dos problemas para evitá-los e provoquem atitudes compromissadas por parte dos sujeitos do e no contexto em que vivem. As reflexões conclusivas sugerem a identificação de que os entraves para que o Projeto Futuro Hoje venha a ser uma política pública de educação social poderão ser driblados ao se superar os desafios levantados diante desses impasses.

Conhecer e vencer os problemas encontrados é sempre uma ação provisória, pois, há uma dinâmica constante na realização do projeto, que envolve sujeitos e circunstâncias. Portanto, não é possível dar-se “os trâmites por findos” (RANDI, 2006), já que, ao final chegamos apenas ao início da longa caminhada para que na prática se efetive de fato uma política pública de educação social em Maringá. Agora só sabemos um pouco mais, só intervimos um pouco mais. Ato seguido é o de divulgar esse saber acumulado para mais pessoas e instituições, e continuar inseridos no processo de intervenção para que poderes hegemônicos se configurem de forma diferente em relação à educação social em Maringá.

A intenção desse estudo é a de transcender os limites do Futuro Hoje. Pretende-se que haja em Maringá uma Política Pública Municipal de Educação Social, e com o projeto temos a oportunidade circunstancial de investigar sobre o que pode ser necessário para que isso venha a ocorrer, já que é uma iniciativa original, proposta em um lugar de decisão privilegiado, onde há possibilidades imediatas de sua efetivação como uma política pública.

O *Projeto Futuro Hoje* é um projeto social que atende crianças e adolescentes de 07 a 17 anos na cidade de Maringá. Foi criado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA em janeiro de 2008. Constitui-se de oito oficinas, sendo elas: 1) Artes visuais, esta oficina desenvolve atividades de desenho, pintura, artesanato, customização de camisetas, trabalhos artísticos com massinha, biscuit, entre outros; 2) Atletismo, nesta as crianças e adolescentes têm acesso ao esporte individual, aprendem as suas características básicas, como correr, saltar, arremessar, entre outras; 3) A oficina de Comunicação Trilingue, dá oportunidade às crianças e adolescentes do acesso a duas outras línguas estrangeiras além do português, que são o espanhol e o francês. Os participantes têm acesso a uma introdução básica de dois diferentes idiomas, além de aprenderem seu próprio idioma por meio da produção textual e leituras; 4) Capoeira, nessa oficina as crianças e adolescentes têm acesso ao conhecimento da cultura afro, das danças e costumes que deram origem a esta modalidade; 5) O futebol é a oficina que mais tem adesão das crianças e adolescentes, nesta oficina estes tem acesso ao esporte e aprendem teoricamente as características e especificidades desta modalidade; 6) Modelo Manequim, esta oficina tem por objetivo possibilitar às crianças e aos adolescentes o entendimento de corpo, postura, comportamentos, vestuário, porém, pautadas em questões que consideram seus direitos e liberdade de expressão; 7) Street Dance, as crianças e adolescentes têm acesso a dança e a arte; 8) Teatro de Bonecos, que promove a criatividade das mais diversas formas. As oficinas foram definidas após a realização de um levantamento dos interesses das crianças e adolescentes nos bairros identificados pelo CMDCA como sendo comunidades de maior risco e com maior índice de casos de envolvimento destes meninos e meninas com a drogadição e com violências.

Identificamos como principais elementos para a tentativa de resposta a nossa problemática os seguintes entraves: a burocracia, a falta de vontade política e a falta de conhecimento dos sujeitos do processo em relação à política e seus mecanismos de poder. Para a resolução e superação dos entraves analisados, trouxemos como desafios a serem vencidos: a política pública, entendida como preventiva, a participação, como garantia de princípios e a formação política dos sujeitos do contexto. A partir daí, o que a práxis nos ensinou, nesse processo, é que há vários mecanismos específicos que interferem para que o Projeto tarde a ser uma Política Pública.

A modo de reflexões conclusivas: a caminhada continua

Neste trabalho, buscava-se, averiguar os entraves e desafios que se apresentavam para a construção de uma Política Pública pautada na ação do Projeto Futuro Hoje, na cidade de Maringá, que se caracteriza por ser uma proposta de educação social imbuída dos anseios dos sujeitos participantes, e por isso, legítima.

A realização do Projeto Futuro Hoje é atualmente um exercício de desconstrução do que está imposto nas políticas públicas de educação e de ação social do município que se voltam a questões assistencialistas e não possibilitam a participação dos sujeitos em sua construção. É uma ação política contra-hegemônica, o que se evidencia, por exemplo, na contraposição conceitual tradicional do entendimento assistencialista para a população com direitos violados, para a assunção do direito à educação, ao lazer e à cultura; na ampliação da compreensão da educação como sinônimo de escola, para a conceituação da sociedade, da cidade, do bairro como espaços educativos, onde as instituições são parte do mundo que educa; na confirmação do que propugna o ECA, o reconhecimento da rede social além da Secretaria de Assistência Social e Cidadania, da Secretaria de Educação e da escola, ampliada para todas as secretarias, desde a de segurança, passando pelo patrimônio público, de saúde e outras como a cultura, de esporte e lazer, além da sociedade civil mais ou menos organizada.

O Futuro Hoje é uma proposta original e inédita de política de educação social para a criança e o adolescente na cidade de Maringá (e talvez no Brasil), pois apesar de o CMDCA saber que seu papel é de ser deliberador e controlador das políticas infanto-juvenis, decide estrategicamente propor um projeto como orientador/executor, para que a comunidade, depois de um ano, pudesse reivindicar ao poder público a continuidade das ações e conquistar orçamento e profissionais para seguirem o trabalho com qualidade e legalidade.

A comunidade, por sua vez, responde positivamente, elogia e reivindicava a continuidade. Por outra parte, as demonstrações relativas aos gastos, mostram indubitavelmente que uma criança ou adolescente do Projeto custa mensalmente vinte Reais e oitenta e três centavos, enquanto um menino ou menina na prisão chega a custar quatro mil reais mensais no Paraná. Depois de mais de um ano de Projeto Futuro

Hoje com a participação efetiva das crianças e adolescentes, famílias e educadores, há um grande número de cidadãos que hoje conhecem com alguma profundidade o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A reflexão sobre políticas públicas nos conduziu à compreensão destas como um possível espaço de práxis favoráveis e de desconstrução dos efeitos da exploração humana ancorada no neoliberalismo. Verificamos que as políticas assim como as políticas públicas, se conduzidas entre outros aspectos, com a ética da igualdade e do respeito às diferenças, portanto, com a ética dos direitos, podem provocar a relação do homem com o conhecimento, condição necessária para que a humanidade possa evoluir na consciência sobre seu contexto e interfira nele de forma responsável.

O ECA é um exemplo de política pública contra-hegemônica que se legalizou, abolindo o conceito de menorização, de penalização e assistencialismo e inseriu na sociedade brasileira a incumbência de se trabalhar com as crianças e adolescentes nas instituições e fora delas com a orientação da proteção integral e da prioridade absoluta. O Estatuto é uma política pública que, além de conter o aspecto legal, prevê orçamento, uma rede institucional própria, profissionais que trabalhem nela, além de penalizações caso as normas não sejam cumpridas. Comumente, no contexto da modernidade ocidental, se percebe o uso/abuso da política pública pelos poderes governamentais, empresariais, religiosos e outros.

O exemplo do ECA, vislumbra a possibilidade da ação de desconstrução das políticas impostas, pois nesse caso foi a partir do esforço da sociedade civil organizada atuante com a Infância e Adolescência que se agiu na contra mão da história. Se é possível interferir na história, temos que reconhecer quais são as características da política hegemônica para que, compreendendo os meandros de seu funcionamento, possamos apropriar-nos destes mesmos mecanismos a favor da filosofia que defendemos. E quando se aposta na política pública não é no sentido da conquista do poder, mas sim para transformar as relações de poder existentes (SCHEINVAR, 2009).

Certamente, ao se chegar a ocupar vários lugares de poder decisório no município, o processo pode ser facilitado, porém, se não existe essa condição, ainda assim, tentando interferir nas relações de poder,

pode-se local e especificamente ter conquistas significativas, não em termos quantitativos para uma estatística observada, mas pode fazer uma diferença importante no destino de algumas pessoas e famílias ou mesmo em todo um bairro ou cidade.

O Projeto Futuro Hoje é um exemplo possível de educação social para Maringá e que poderia ter o amparo da política municipal. Para isso, deveria converter-se em lei do município. Mas, somente a lei não é suficiente. Esta precisa destinar-lhe um orçamento específico, profissionais para a função de educadores das oficinas e ainda obrigar a formação continuada.

Manter uma política pública é um exercício político constante que modifica as forças intervenientes e que ora reforça, ora fragiliza a política desejada pelos diferentes interessados. Para ilustrar o que afirmamos, recorreremos às experiências mais recentes com o Projeto Futuro Hoje: As informações trazidas são resultado das anotações do caderno de campo. - Em dezembro de 2009, O CMDCA se reúne e um membro bastante participativo opina que em face às novas normas administrativas, para não correr riscos, é melhor que o projeto acabe; demonstrando no nosso entender, falta de vontade política diante do fator burocrático. - Em Janeiro de 2010, a secretária de Assistência Social solicita reunião com a coordenadora do projeto e o presidente do CMDCA para colaborar com o processo de resolução da problemática que se instalou a partir das novas normas administrativas, contribuindo com as discussões e apoio junto a possível instituição para se assumir o Futuro Hoje. O que nos leva a refletir sobre o interesse e demonstração de vontade política agora neste caso do órgão governamental. - Em Fevereiro de 2010, em reunião Ordinária o Conselho ainda sem um posicionamento efetivo quanto a continuidade do projeto, pautado em possíveis problemas que o prosseguimento do Futuro Hoje e a contratação dos profissionais pudessem vir a causar, delibera a formação de uma comissão de discussão e levantamento das tais implicações. - Em Fevereiro de 2010 a comissão se reúne e levanta três cenários de implicações para serem apresentados a plenária, que se pautam em três impasses referentes ao contrato dos educadores por RPA, por CLT e o cenário dos gestionsamentos para transformar o projeto em política. A comissão tem por encaminhamento fazer a apresentação destas propostas para que a plenária decida.

Diante da protelação do CMDCA em resolver o problema, transferindo de reunião para reunião e mediante a emergência de uma resolução, a secretária de Assistência Social e Cidadania, mesmo antes da reunião plenária, convoca uma reunião com a comissão de discussão referente ao Futuro Hoje e o presidente do CMDCA. Nesta reunião tira-se por encaminhamento solicitar por meio do Secretário de Fazenda uma contrapartida do poder público para que imediatamente se resolva o problema referente à contratação dos educadores e ainda que se mantenha a aprovação do CMDCA no que se refere ao valor aprovado em dezembro de 2009 e assumindo o posicionamento de se contratar os educadores por CLT. - Em fevereiro de 2010 a Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania comunica a coordenação que conseguiu garantir que a prefeitura repasse o valor de quarenta e oito mil Reais para o Futuro Hoje, mostrando na prática que neste caso a vontade política superou a força burocrática, a partir do conhecimento do projeto, dos sujeitos do projeto e que tem poder sobre o Futuro Hoje porque está próxima dos meandros decisórios dos poderes políticos.

Neste caso percebemos que não foi a organização da comunidade ou da sociedade que decidiu, foi o convencimento de alguém que estava no poder de que o projeto devia ter o apoio do poder público. É interessante ressaltar que tudo isso foi feito sem nenhuma condição, não teve que se ceder em nada, em nenhum aspecto do projeto, não houve comprometimento com a política vigente. No acompanhamento metódico ao projeto Futuro Hoje, concluiu-se que os principais entraves para que fosse convertido em política pública foram a burocratização do seu processo de criação, estruturação e execução; a falta de vontade política de diferentes sujeitos em diferentes momentos, situados na rede de atendimento, no poder executivo e no CMDCA. O último aspecto constatado, mas nem por isso menos importante, foi a falta de conhecimento por parte dos sujeitos do projeto referente aos mecanismos da construção de uma política, à como ou onde reivindicar por seus direitos, à rede de atendimento social, ao papel que cada sujeito representa em sua função, como no Conselho de Direitos e do próprio poder executivo. No período estudado, foram estes os principais fatores que impediram ou retardaram a ação de construção de uma política pública de educação social em Maringá, a partir do Projeto

Futuro Hoje. Diagnosticados os entraves, há a necessidade do enfretamento dos mesmos, compreendidos como desafios a serem superados e esse é o caminho necessário, buscar o reverso do verso que se apresenta. O tempo de investigação, os estudos, as intervenções no contexto, as reflexões sobre os resultados que foram aparecendo durante a pesquisa, levaram-nos a desenvolver o argumento de três conceitos fundamentais sobre os desafios a serem conquistados.

O primeiro deles, a necessidade de formação política a todos os sujeitos da educação e da política social. Com ela pode-se promover a consciência crítica sobre vários aspectos do contexto das pessoas e grupos, com base em fundamentações teórico-científicas, que talvez venham a instrumentalizar o sujeito para o enfrentamento mais efetivo dos problemas levantados. O segundo item é a defesa conceitual da política pública como política de prevenção, pois é mais eficaz, se caracteriza como educativa e cultural.

A participação efetiva e democrática dos sujeitos da educação social é o último desafio para a superação dos entraves expostos, recordando que os sujeitos são aqueles que vão se tornando, convertendo-se em sujeitos, na medida em que participam mais efetivamente da ação e dos rumos de suas vidas. (FREIRE, 1987)

Conduzir o processo para vencer estes desafios, e encontrar caminhos possíveis, é na verdade enfrentar a cultura da política assistencialista, a cultura política da distância das diferentes instituições que atendem as crianças e adolescentes, a cultura adultocêntrica que secundariza meninos e meninas. É o enfrentamento à cultura política dominante que é orientada pelos valores da economia e dos acordos que pretendem a eternização do mesmo poder. Aí está a desconstrução necessária. Para tanto, ao contrário de repudiar a cultura, propomos mais cultura e apostamos em uma cultura política contra-hegemônica com formação desde a infância, a cultura da participação, da democracia participativa, da valorização dos sujeitos e suas relações no mundo, com o intuito da emancipação social com base nos ensinamentos de Gramsci, Freire, Santos, Nuñez e os outros todos citados. Os entraves e desafios apresentados nesta pesquisa certamente não se manifestam apenas em Maringá.

As trilhas que escolhemos percorrer e as trilhas que nos foram sendo apresentadas durante a caminhada nos promoveram um inegável

amadurecimento teórico-prático ou prático-teórico e fomentaram a esperança e a confiança de que é possível desconstruir imposições desta sociedade e trazer possibilidades de novas construções.

Finalizamos o trabalho considerando o que, com suas sábias palavras, expôs o pedagogo Paulo Freire, ao concluir sua obra *Pedagogia do Oprimido*. Diz que com sua experiência como educador em uma educação dialógica e comprometida, arriscou-se em fazer afirmações a favor de uma sociedade mais humana. Assim, conscientes do risco que corremos, e com “[...] nossa fé nos homens e na criação de um mundo em que seja menos difícil amar” (FREIRE, 1987, p.107), posicionamo-nos na defesa da afirmação que fazemos, tendo a certeza de que há possibilidades, nesta sociedade, de interferirmos a favor da emancipação social.

Referências Bibliográficas

CARO, Sueli Maria Pessagno. Educação Social: uma questão de relações. In: SILVA NETO, Roberto; SOUZA, Clemente; MOURA, Rogério Adolfo (Org.). **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009. p.149-157.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da Pesquisa-ação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.31, n.3, p.483-502, set./dez. 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRACIANI, Maria Estela Santos. **Pedagogia Social de Rua**: análise e sistematização de uma experiência vivida. 5.ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1997.

GRAMSCI, A. **Cartas do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MÜLLER, Verônica Regina; RODRIGUES, Patrícia Cruzelino. **Reflexões de quem navega na Educação Social**: uma viagem com crianças e adolescentes. Maringá: Clichetec, 2002.

NUÑEZ, V.M. **Pedagogia Social**: Cartas para Navegar en el Nuevo Milênio. Buenos Aires, Argentina: Ediciones Santillana, 1999.

RANDI, Alexandre. **Palco, Academia e Periferia**: a dissonante polifonia da banda Bate Lata na (trans) formação de um educador. 2006.

130f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. A crítica da governação neoliberal: o Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Portugal: Centro de Estudos Sociais, v.7, n.72, p.7-44, out. 2005.

SCHEINVAR, Estela. **O feitiço da política pública: escola, sociedade civil e direitos da criança e do adolescente**. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2009.

AS RELAÇÕES ENTRE AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E O GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ NO CAMPO ESPORTIVO

Isabel Cristina Martines

Mestre em Educação Física

professora assistente da UFPR Litoral.⁴⁰

Fernando Marinho Mezzadri (orientador)

Doutor em Educação Física

professor adjunto da UFPR.⁴¹

Resumo: Este trabalho tem sua problemática central circunscrita nas relações estabelecidas entre as Organizações Não Governamentais (ONGs) e o Governo do Estado do Paraná no que se refere ao desenvolvimento de projetos socioesportivos. Considerando o entrelaçamento entre o campo político, o campo esportivo e o campo das ONGs e com vistas às disputas que passam a existir entre os agentes inseridos na interseção desses espaços, buscamos evidenciar a lógica de funcionamento e os mecanismos sociais e legais que regulam as parcerias entre as ONGs a atual gestão do Governo do Paraná, especificamente as ações da Paraná Esporte. Para a consecução do objetivo proposto, o estudo tem sua base metodológica fundamentada na pesquisa qualitativa, utilizando como instrumentos para coleta de dados a análise de documentos, a entrevista semi-estruturada e o questionário. A instrumentalização para a interpretação das informações obtidas está fundamentada nas abordagens sociológicas de Pierre Bourdieu e Norbert Elias. A análise das informações obtidas nos indicou que as relações estabelecidas entre as ONGs e o governo paranaense está fundamentada em uma teia de interdependências mútuas em que cada um dos parceiros exerce uma força compulsiva sobre o outro. Os agentes sociais, inseridos tanto nas ONGs quanto na Paraná Esporte, estão

⁴⁰ Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral. Rua Jaguariaíva, nº 512 – Caiobá, Matinhos, Paraná. CEP: 83260-000 Tel. 41 3511-8356 - Fax: 41 3511-8361. E-mail: belmartines@hotmail.com.

⁴¹ Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Biológicas, Departamento de Educação Física. Rua Coração de Maria, BR 116, Km 95, nº 92. Jardim Botânico – CEP: 80215-370 – Jardim Botânico, Curitiba, Paraná. Tel. 41 3360-4339 Fax: 41 3362-3653. E-mail: mezzadri@ufpr.br.

constantemente em busca de adquirir um conjunto de capitais e, nesse movimento, todas as suas ações são orientadas por interesses específicos ao campo em que estão inseridos, observando que tais objetivos são mutáveis, de acordo com as diferentes configurações.

O esporte tornou-se um dos maiores fenômenos sociais e, inquestionavelmente, um dos mais expressivos acontecimentos culturais da contemporaneidade. O imenso espaço ocupado na mídia mundial, o investimento de grandes quantidades de verbas, as evidentes inter-relações do esporte com a política e a economia de muitos países e os milhares de pessoas que vivem e se envolvem com os fatos esportivos são alguns dos indicadores desta afirmação.

Nesse contexto, que poderíamos chamar de contínua consolidação e expansão, é possível perceber que, principalmente nos últimos anos, novas formas de organização, oferta e demanda do esporte surgiram em nosso país e, com isso, diversas instituições, tanto do setor público quanto do setor privado, têm passado a envolver-se mais intensamente com as questões esportivas. Exemplo disso é que, além dos órgãos públicos – como o ministério, as secretarias, as autarquias e demais instâncias governamentais responsáveis pela oferta do esporte a todos como um direito social – um grande número de empresas privadas, clubes sociais, associações de moradores e instituições do *Sistema S* (Sesi, Sesc) – apenas para citar alguns – tem passado a incorporar o esporte no conjunto de suas ações.

A partir dessa conjuntura, parece-nos razoável chamar a atenção para um tipo muito particular de instituição que se destacou consideravelmente nas últimas duas décadas e que, desde então, tem passado a exercer um papel significativo na elaboração e na oferta de programas no âmbito esportivo: as chamadas Organizações Não Governamentais, ou simplesmente ONGs, como são comumente conhecidas.

Mas afinal, o que são as ONGs e por que elas podem ser consideradas significativas instituições do campo esportivo? Conforme esclarecem as pesquisas de Landim (1993) e Tavares (1999), o termo ONG foi empregado pela primeira vez na Carta da Organização das Nações Unidas (ONU), elaborada em 1946, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial. Na época, foi utilizado para referir-se às instituições que desenvolviam trabalhos de caráter social e filantrópico e

que não pertenciam ao governo, sem maiores esclarecimentos. Depois disso, pouca (ou nenhuma) coisa mudou sobre o seu entendimento e apesar do termo ser bastante conhecido, sua definição ainda é pouco específica e admite muitas interpretações.

Atualmente, as ONGs podem ser definidas como instituições criadas para desenvolver ações e realizar serviços voltados ao interesse público, com perfis e perspectivas de atuação nas mais diversas áreas, que declaram trabalhar em prol da cidadania, do respeito aos direitos humanos e do desenvolvimento social.

Legalmente falando, o termo “Organização Não Governamental” inexistente, ou seja, não há nenhum dispositivo nas leis brasileiras que se refira diretamente a ele. O Código Civil Brasileiro de 2002 versa sobre a definição das pessoas jurídicas estabelecidas no país, classificando-as exclusivamente como de direito público ou de direito privado. As pessoas jurídicas de direito público são aquelas que pertencem ao Estado ou são criadas pelos governos. Por sua vez, as pessoas jurídicas de direito privado são as instituições criadas por indivíduos da sociedade civil e podem ser constituídas como sociedade, associação, fundação, organização religiosa ou partido político.

Diante desse entendimento, torna-se possível compreender que o tipo de instituição que se convencionou chamar de Organização Não Governamental, juridicamente trata-se de uma pessoa privada – não poderia ser pública, pois, obviamente, não faz parte do governo – que pode estar organizada como uma associação ou fundação, já que não poderia ser organização religiosa ou partido político por não ter objetivos confessionais ou eleitorais, e não poderia estar organizada como uma sociedade, por não ter finalidade de lucro. O termo ONG, então, é uma espécie de “nome fantasia” para designar uma pessoa jurídica de direito privado que está instituída como uma associação ou fundação.

Apesar das controvérsias e mesmo que pese sobre as ONGs a falta de regulamentos jurídicos específicos e definições, a sua inserção e participação em diversos setores da sociedade é indiscutível. De acordo com Landim (1993, p. 13), “há ‘ONG’ para todos os gostos: ecologia, mulheres, negros, direitos humanos, índios, meninos de rua, portadores do vírus da AIDS, etc.”. De fato, a expressão já se popularizou nos meios de comunicação e parece até estar na moda participar de alguma ONG, promover campanhas e eventos beneficentes, fazer do-

ações, prestar serviço voluntário, entre tantas outras atividades sociais promovidas no âmbito não governamental.

Com efeito, é possível afirmar que as ONGs, mesmo que tenham surgido apenas no final dos anos 1960, já ocupam um notável espaço no cenário nacional no que se refere à elaboração de programas sociais, defesa de interesses e oferta de serviços nos mais variados setores. Segundo a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2005 existia no Brasil mais de 338 mil associações e fundações privadas sem fins lucrativos atuando em diferentes áreas, como assistência social, proteção ao meio ambiente, habitação, saúde, educação, entre outras, empregando um contingente de 1,7 milhão de trabalhadores assalariados (IBGE, 2008).

Com relação ao esporte, a participação das ONGs também tem se destacado. Basta prestar um pouco de atenção para percebermos que não é raro aparecer em programas televisivos alguma ONG que desenvolva ações vinculadas ao esporte em comunidades pobres de diversas regiões do país. Algumas vezes, as “ONGs esportivas”, por assim dizer, são criadas por atletas profissionais, como o tenista Gustavo Kuerten, os tetracampeões mundiais da seleção brasileira de futebol Raí, Leonardo, Bebeto e Jorginho, as ex-jogadoras de basquete Paula, Janeth e Hortência, o ex-jogador e técnico da seleção brasileira de vôlei, Bernardinho, entre tantos outros exemplos, pois a lista de esportistas famosos envolvidos com as questões sociais parece continuar a crescer.

Outras vezes, essas instituições são fundadas por pessoas desconhecidas da mídia e que nunca foram atletas profissionais, mas que também buscam desenvolver projetos sociais relacionados ao esporte. O que ambas têm em comum é que, em praticamente todas as iniciativas, os objetivos propagados estão fortemente relacionados à inclusão social por meio das atividades esportivas.

Do mesmo modo que as Organizações Não Governamentais atuantes em outras áreas, aquelas que trabalham com o esporte buscam divulgar que seus projetos são idealizados e administrados de maneira autônoma e existem com o intuito de auxiliar o desenvolvimento da sociedade, ampliando a prestação de serviços e ofertando programas em localidades onde o poder público não chega ou presta atendimento de forma deficitária. Incorporando tal discurso, boa parte das pessoas

que apoia o trabalho das ONGs entende que elas são instituições independentes, prestadoras dos serviços necessários à sociedade que não estão sendo garantidos pelo Estado – devido à falta de recursos – nem pelas empresas privadas – facilmente relacionadas à busca pelo lucro.

Em alguma medida, tal entendimento está correto, mas há que ser devidamente considerado que podem existir interesses bastante distintos – e até mesmo antagônicos – entre os milhares de Organizações Não Governamentais estabelecidas no país. Além disso, as ONGs não possuem plena autonomia financeira para a realização dos objetivos aos quais se propõem como muitos supõem e, mesmo as instituições criadas por atletas famosos precisam procurar doações, financiamentos, investir em parcerias e patrocínios que garantam a sustentabilidade dos seus projetos.

Na busca por parceiros que possam contribuir com a efetivação de seus ideais, não raras vezes, as ONGs se aproximam do poder público, por visualizarem nos governos (federal, estadual ou municipal) uma boa chance de obter recursos. A partir dessa conduta, uma importante parte da verba de que as ONGs dispõem passa a estar fortemente condicionada ao financiamento público e, nesse sentido, é possível dizer que elas têm certa dependência funcional em relação ao governo.

Por outro lado, é imprescindível perceber que os governos não estão em posição de domínio sobre as ONGs. Em diferentes momentos, as Organizações Não Governamentais têm desempenhado um papel de protagonismo na elaboração das propostas referentes ao esporte e, cada vez mais, têm influenciado as decisões políticas. De algum modo, podemos dizer que as ONGs não ficam à mercê dos benefícios concedidos pelo poder público, mas que exercem certa influência sobre os agentes políticos, principalmente se considerarmos a visibilidade e importância atribuída aos seus representantes.

No âmbito governamental, as parcerias com as ONGs são elencadas como possíveis facilitadoras e até necessárias para o desenvolvimento de determinadas áreas, entre elas o esporte. Os governos vêm buscando se aproximar das ONGs por acreditar que tais parcerias podem ampliar a realização de suas ações, ou ainda, por visualizarem nessa situação uma possibilidade de dividir com o setor privado alguns de seus encargos na oferta do esporte o que, para muitos, caracteriza um

processo histórico de repasse das obrigações estatais ao setor privado.

Nesse movimento, ainda não nos parece que nas relações entre as ONGs e o governo esteja evidente qual a lógica de funcionamento, os mecanismos sociais e, de certa forma, até mesmo os mecanismos legais que definem o estabelecimento (ou não) das parcerias que se referem ao esporte.

Como podemos observar, o quadro apresentado até aqui nos fornece alguns elementos que justificam afirmar que, pautada em uma pluralidade de possíveis objetivos, forma-se uma multiplicidade de relações em torno do esporte, a partir dos interesses de instituições aparentemente distintas como o governo e as ONGs. É neste emaranhado de relações, estabelecidas no âmbito dos campos político, esportivo e o campo formado pelas ONGs, que o nosso trabalho está situado.

Considerando, então, a interseção desses três campos, especificamente no Estado do Paraná, as relações de interdependência e as disputas que passam a existir entre os agentes inseridos nesses espaços sociais, buscamos saber: qual é a lógica de funcionamento e quais os mecanismos sociais e legais que regulam as parcerias entre as ONGs que trabalham com a oferta de esporte e a atual gestão do Governo do Paraná?

Como uma forma de “delimitação territorial” para aprofundamento das análises, optamos por dirigir o foco do estudo especificamente para o Estado do Paraná, por entender que, mesmo estando articulado com as políticas de âmbito nacional, cada estado pode apresentar sua própria cronologia, seu conjunto de regras e lógicas específicas para a realização de suas parcerias.

O objetivo geral do estudo é analisar as relações estabelecidas entre o Governo Estadual do Paraná, particularmente no que se refere a Paraná Esporte (PRES), por ser esta a autarquia governamental responsável pela elaboração e oferta das políticas de esporte no estado, e as Organizações Não Governamentais, que buscam trabalhar com o esporte, analisando a lógica e os mecanismos que regulam essas parcerias.

Já os objetivos específicos estão relacionados a verificar as diretrizes legais que orientam as parcerias entre a Paraná Esporte e as Or-

ganizações Não Governamentais; analisar, com base nas perspectivas teóricas adotadas, as relações que se estabelecem entre essas instituições e evidenciar os conflitos e objetos de interesse dos agentes sociais inseridos nesse espaço.

Quanto a sua caracterização metodológica, o estudo pode ser considerado um trabalho de campo essencialmente qualitativo, cujo objetivo é dialogar com algumas referências sociológicas para a análise do problema de pesquisa já apresentado. Em relação aos instrumentos de coleta de dados, o estudo teve seu delineamento formado pela análise de documentos (textos, projetos, relatórios de atividades e orçamentos produzidos pelo governo e por ONGs), questionários constituído por questões abertas e fechadas (aplicados aos coordenadores dos Centros Regionais de Esporte e Lazer) e entrevistas semiestruturadas (realizadas com dois agentes responsáveis pelo planejamento e execução das políticas públicas de esporte no Paraná e, no âmbito das ONGs, três entrevistados compuseram a pesquisa, representando cada um deles uma instituição diferente).

Evidentemente, o tema é demasiado amplo e permitiria uma série de análises por diferentes perspectivas. Nesse sentido, um esforço para compreendê-lo requer de nossa parte uma delimitação e uma instrumentalização teórica que possibilite o estudo mais aprofundado de determinado aspecto.

Em busca de discussões que nos fornecessem possibilidades de entendimento dessas questões, relativamente recentes, mas nem por isso menos intensas, encontramos nos trabalhos dos sociólogos Norbert Elias (1897-1990) e Pierre Bourdieu (1930-2002) profícuas oportunidades para analisar as relações das quais estamos falando. Desse modo, os referenciais sociológicos apresentados pelos autores indicaram uma instrumentalização analítica e nos permitiram dirigir um “olhar sociológico” ao estudo.

Com vistas a essa abordagem, é possível dizer que, ao se envolverem com as questões do esporte, os diversos agentes sociais, tanto das ONGs quanto do governo, estão buscando adquirir um conjunto de referências (capitais), capaz de lhes conceder algum benefício. Ao estabelecer parcerias com determinada ONG e não com outra, ao desviar recursos a uma e não a outra, o governo está certamente desen-

volvendo uma tarefa seletiva, dentro de uma lógica própria e a partir de interesses, fundamentalmente relativos ao campo político, que levam ao funcionamento de certas ONGs e à sobrevivência de alguns projetos. Os agentes das ONGs, por sua vez, também estão inseridos em um determinado campo e estão constantemente lutando em busca de consolidações e parcerias que sejam mais vantajosas para eles.

É indiscutível que as relações entre as ONGs que trabalham com a oferta de projetos esportivos e o Governo do Paraná são bastante intrincadas e complexas. Com isso, perceber as diferentes configurações que permitem a aproximação ou o distanciamento entre essas instituições, assim como os diversos objetivos que permeiam essa relação, requer de nós o afastamento de uma aceitação conformista ou de uma negação exacerbada que, muitas vezes, circundam as pesquisas a respeito desse tema.

Primeiramente, é preciso esclarecer que apesar de dispormos de uma série de normas legais que regulamentam, no âmbito jurídico, as parcerias entre as ONGs e o governo (como a Lei n. 8.666, a Lei 9.790, o Decreto n. 6.170 e suas modificações, e ainda, as titulações de Utilidade Pública Federal ou Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social), não é possível afirmar que esses mecanismos sejam os principais norteadores das relações entre tais instituições.

As análises efetivadas até o momento, nos permitem afirmar que a realização (ou não) das parcerias está pautada em outros mecanismos que, na maioria das vezes, nos estão ocultos e que são fundamentados na lógica estabelecida no entrelaçamento entre os campos político, esportivo e das ONGs, que se caracteriza como um espaço de lutas em torno de um objeto de disputa específico.

Entre os interesses comuns que existem na interseção destes campos, destacamos os **projetos socioesportivos**, como um “objeto” de disputa, dotado de valor, capaz de interessar, por diferentes motivos, aos agentes aí inseridos. Cada um dos agentes desse espaço, movimenta-se almejando obter vantagens próprias e, assim, é possível pensar na existência de uma “parceria concorrencial”. A partir desse entendimento, é possível dizer que são as lutas travadas por esses agentes, em torno dos interesses convenientes a cada um deles, que articulam as relações efetivadas no entrelaçamento dos campos e resultam nas tomadas de

decisões que acontecem nesse espaço, particularmente a manutenção ou o distanciamento de certos projetos.

Nesse sentido, evidenciamos que conhecer as lógicas que regulam as relações entre o Governo do Paraná e as ONGs, podem ser importantes para conhecermos como se efetivam as lutas em torno da continuidade ou interrupção dos projetos socioesportivos e compreender a aproximação ou o distanciamento de certas ONGs do poder público. Tal compreensão pode auxiliar para que a implantação dos projetos não seja norteadá por mecanismos que na maioria das vezes nos estão ocultos, mas sim, por ações guiadas por um modelo crescentemente democrático e orientadas à garantia do esporte como um direito social.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. A demissão do Estado. In: BOURDIEU, Pierre. *et al.* **A miséria do mundo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997(a). p. 215-223.

_____. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998(a).

CARVALHO, Alonso Bezerra de; BRANDÃO, Carlos da Fonseca. (Org.) **Introdução à sociologia da cultura: Max Weber e Norbert Elias**. São Paulo: Avercamp, 2005.

CARVALHO, Nanci Valadares. **Autogestão: o nascimento das ONGs**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: formação do Estado e Civilização**. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

_____. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Edições 70, 1999.

FERNANDES, Rubem César. **Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997.

GONÇALVES, Maria Alice Rezende. **A vila olímpica da verde-e-rosa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

IBGE. **As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil: 2002**. Rio de Janeiro: IBGE-IPEA, 2004.

_____. **As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil: 2005**. Rio de Janeiro: IBGE-IPEA, 2008.

LANDIM, Leilah Assumpção. **A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão impossível**. 239 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

LIMA, Sandra Maria Faleiros. **ONGs: uma investigação sobre sua natureza**. 204 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

LINHALES, Meily Assbú. Políticas para o esporte no Brasil: interesses e necessidades. In: SOUZA, Eustáquia Salvadora de; VAGO, Tarcísio Mauro (Org.). **Trilhas e Partilhas**. Belo Horizonte: Cultura, 1997. p.219-229.

_____. Jogos da Política, Jogos do Esporte: subsídios à reflexão sobre políticas públicas para o setor esportivo. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Lazer e esporte: políticas públicas**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 31-56.

MAGALHÃES, Marion Brepohl. **Paraná: política e governo**. Curitiba: SEED, 2001.

MARCHI JR., Wanderley. Bourdieu e a teoria do campo esportivo. In: PRONI, Marcelo; LUCENA, Ricardo (Org.). **Esporte: história e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 77-111.

_____. Como é possível ser esportivo e sociológico? In: GEBARA, Ademir; PILLATI, Luiz Alberto (Org.). **Ensaios sobre história e sociologia nos esportes**. Jundiaí, SP: Fontoura, 2006. p. 159-195.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINES, Isabel Cristina. **Projetos sócio esportivos da cidade de Curitiba destinados às crianças e adolescentes em situação**

de risco social. 94 f. Monografia (Graduação em Educação Física) - Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

_____. Reflexões sobre a realidade em Curitiba: necessidades de uma “capital social”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE E CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2007, Recife. Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e II Congresso Internacional de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007. 1 CD-ROM.

MARTINS, Dílson José de Quadros. **A formulação e a implementação das políticas públicas no campo do esporte no Estado do Paraná entre 1987 e 2004.** 267 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

MEZZADRI, Fernando Marinho. **A estrutura esportiva no Estado do Paraná: da formação dos clubes as atuais políticas governamentais.** 178 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

PASSETI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História da criança no Brasil.** 5. ed. São Paulo: Contexto, 1998. p. 347-375.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *et. al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

STIGGER, Marco Paulo. **Esporte, lazer e estilos de vida: um estudo etnográfico.** Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. **Educação física, esporte e diversidade.** Campinas: Autores Associados, 2005.

TAVARES, Ricardo Neiva. **As Organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas.** Brasília: Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre Gusmão, Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. **Quando o Estado joga a favor**

do privado: as políticas de esporte após a Constituição de 1988. 370 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Programa de Pós Graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

WACHOWICZ. Ruy. **História do Paraná**. 9. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

REGIÃO CENTRO-OESTE

ESPORTE E CULTURA: esportivização de práticas corporais nos jogos dos povos indígenas

Arthur José Medeiros de Almeida⁴²

Doutorando em Sociologia
UnB

Resumo: A dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília teve como objeto de investigação as práticas corporais nos Jogos dos Povos Indígenas. O objetivo foi compreender a contribuição do evento para a esportivização de tais práticas. Especificamente, analisar as práticas corporais apresentadas de modo competitivo nos IX Jogos dos Povos Indígenas, cruzando-as com os princípios e elementos que caracterizam o esporte de alto rendimento. Para proceder a sua análise, tornou-se necessário recorrer aos ensinamentos à luz da sociologia crítica do esporte. Por outro lado, reconhecendo que os sentidos e significados referenciados ao esporte pelos grupos que o praticam são diferenciados, compreende-se, neste caso, que o esporte pode ser (re)significado por indígenas das diferentes etnias participantes dos jogos. A partir da análise assevera-se que os Jogos dos Povos Indígenas contribui para o desenvolvimento de um processo de *esportivização*, tendo em vista a incorporação dos princípios deste fenômeno moderno nas práticas corporais destes povos.

Introdução

Os Jogos dos Povos Indígenas se configuram como uma ação governamental e intersetorial. Representa uma estratégia de consoli-

⁴² Contato com o autor:

Endereço: SQN 303 bloco F apto 315 Asa Norte – Brasília/DF. Cep: 70.735-060

Telefone: (61) 33271191 ou 93331152

E-mail: arthurjma@ig.com.br

dação de uma política pública específica e diferenciada para os povos indígenas por meio da qual se integram práticas corporais são sistematizadas por um processo de construção técnica.

O contexto em que se desenvolve esta ação é a modernidade, sendo, portanto, o espaço-tempo que corresponde a um longo processo de fluxo global de mercadorias e informações, sendo perpassada por resgates e apropriações de práticas tradicionais e usos de práticas modernas. Nesse cenário, um fenômeno cultural é desencadeado, possibilitando, de um lado, que aspectos da cultura ocidental se difundam pelo mundo, e, do outro, que movimentos sociais criem outras formas de resistência, de modo a construir uma subjetividade política distinta.

A idéia de Ortiz (2006) a respeito de um processo de mundialização da cultura traz à tona a noção de que a totalidade cultural modifica as múltiplas particularidades, nas quais valores e padrões culturais de uma sociedade globalizada entranham-se nos hábitos, comportamentos e tradições dos grupos tradicionais, alterando seus sentidos e significados. Nessa direção, as diferentes culturas dos povos indígenas podem ser ainda caracterizadas, nos dias atuais, como um mecanismo de resistência à cultura da sociedade ocidental moderna. Portanto, o reconhecimento dessa diversidade de organizações sociais, culturais, econômicas e políticas pode ter como um dos significados a valorização e o respeito ao direito à diferença, a fim de se constituir um modelo de desenvolvimento com base nos direitos conquistados.

Com o intuito de propiciar o congraçamento, o intercâmbio cultural entre os povos indígenas e a valorização de seus patrimônios culturais, o governo brasileiro, por meio do Ministério Extraordinário do Esporte – sob a gestão do então Ministro Extraordinário Edson Arantes do Nascimento – promoveu em 1996 a realização da primeira edição dos Jogos dos Povos Indígenas na cidade de Goiânia/GO. Esse evento foi idealizado por dois irmãos da etnia Terena, com o propósito de os povos indígenas trocarem informações a respeito de suas práticas culturais, econômicas e sociais. De acordo com os documentos oficiais que orientam os Jogos, tem-se como objetivo promover a cidadania indígena, a integração e o intercâmbio de valores tradicionais, com vistas a incentivar e valorizar as manifestações culturais próprias desses povos. Neste sentido, os Jogos dos Povos Indígenas visam a assegurar o que preceitua o Art. 217 do capítulo VIII, inciso IV, da Constituição Federal do Brasil: *“proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional”*, com base

no Art. 231 em que são “reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições”. (Regulamento Geral, 1999: 2).

A realização da IX edição dos Jogos dos Povos Indígenas foi de responsabilidade do Ministério do Esporte, do Comitê Intertribal de Memória e Ciência Indígena, da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Governo do Estado de Pernambuco. Contou com parcerias dos Ministérios da Cultura, Educação, Justiça e com o apoio das Prefeituras de Recife e de Olinda e de empresas privadas. Conforme dados obtidos por meio de observações e relatos orais obtidos em campo, destacam-se em torno desse evento questões políticas e sociais – como o Fórum Social Indígena; questões econômicas – como a Feira de Artesanato e questões culturais – como as Demonstrações e as Competições que abrangem as práticas corporais.

Nesta edição foi apresentado um conjunto de práticas culturais de diversas etnias participantes, as quais construíram sua cultura corporal tendo como fundamento seus conhecimentos tradicionais, códigos, valores e normas sociais. Convivendo diariamente entre grupos das 27 etnias participantes, pode-se perceber a diversidade cultural existente entre os indígenas no Brasil.

Além dos indígenas, os demais atores sociais envolvidos na realização dos Jogos são os *organizadores*, provenientes dos diferentes órgãos responsáveis pela execução do evento; os *atachês*, voluntários compostos em sua maioria por estagiários dos projetos desenvolvidos pela Prefeitura de Recife; *pesquisadores*, *convidados* e a *imprensa*, tanto local quanto internacional. A estrutura física do evento funcionou em três pontos distintos: o local de alojamento das etnias e das refeições (*Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães*), a *Arena* (espaço onde ocorreram oito “modalidades” competitivas e doze práticas demonstrativas) e o *Campo da Torre* em Recife (palco da competição de futebol). Neste ínterim, pode-se observar, apreender dados e construir interpretações preliminares, a partir dos discursos, comportamentos e fatos assinalados no cotidiano do microsistema que criado em Pernambuco.

Nesse estudo, o foco de investigação e análise é direcionado para as práticas corporais. Neste sentido, as práticas corporais parecem ser objeto de controvérsia, pois, na medida em que o objetivo do evento é o de promover o reconhecimento das manifestações culturais dos povos indígenas, o pressuposto é que a lógica do esporte de alto rendimento é colocada no conjunto dessas práticas, alterando seus sentidos

de acordo com o contexto de sua realização. Percebeu-se, portanto, a possibilidade de esse evento cultural contribuir para o desenvolvimento de um processo de *esportivização* de práticas corporais indígenas e, por conseguinte, para uma possível alteração de seus sentidos, de seus hábitos, tradições e costumes de usos dos corpos, imprescindíveis à formação da identidade da pessoa indígena e à diversidade cultural.

Não obstante, tornou-se necessário proceder a uma análise dos Jogos Indígenas, com base em uma visão crítica e reflexiva, a fim de interpretar a seguinte questão: em que medida a competição levada a efeito nos *Jogos dos Povos Indígenas* contribui para a *esportivização* das práticas corporais das sociedades autóctones envolvidas? Nesse sentido, o objetivo geral foi analisar as práticas corporais, enquanto elementos da cultura corporal de cada povo indígena, cruzando-as com elementos que caracterizam o esporte moderno em sua dimensão de alto rendimento, a partir de diferentes visões sobre o fenômeno esportivo, assim como observar como se dá sua *esportivização*.

Dessa forma, a hipótese a ser verificada foi que a reprodução das práticas corporais da cultura ocidental moderna e a estruturação das práticas corporais tradicionais sob a lógica do esporte de alto rendimento auxiliam a consolidação de uma cultura mundializada.

Esporte, jogo e cultura: uma discussão teórica sobre Esportivização

Realizou-se inicialmente a construção de um arcabouço teórico com a intenção de conduzir uma discussão que dará fundamentação à análise acerca da *esportivização* das práticas corporais tradicionais e as formas de resistência apresentadas pelas diferentes etnias indígenas, a partir da participação na IX edição dos Jogos dos Povos Indígenas. Por isso, fez-se necessário realizar um levantamento bibliográfico, com base em autores que abordam a cultura, com destaque às culturas indígenas, o jogo e o esporte como temáticas em suas obras, a saber: Lévi-Strauss (1976), Geertz (1989), Ianni (2003), Caillois (1994), Huizinga (2004), Bracht (2003), Kunz (2006), dentre outros.

Para Geertz, a Cultura não deve ser entendida apenas como hábitos, costumes, usos e tradições, “mas como um conjunto de mecanismos simbólicos para o controle do comportamento” (1989: 64). Sem Cultura o comportamento humano seria composto de ações sem sen-

tido e significados, e é essa totalidade acumulada de padrões culturais que fornece a base da especificidade humana, dada sob um sistema de significados historicamente criados.

Os padrões culturais determinam o modo de o indivíduo enxergar o mundo que o cerca. Os valores e a moral que o conduzem a diferentes comportamentos sociais e as maneiras de lidar com o seu corpo são produtos de acumulação histórica de experiências de determinadas sociedades, e dependem de um aprendizado dos padrões culturais de seu grupo. A diversidade cultural existente permite que cada povo distinga seu modo de pensar, sentir e agir, respaldadas em valores e simbolismos próprios de cada sociedade.

Com efeito, a sociedade ocidental moderna tem como ponto central o aspecto econômico baseado no modo de produção capitalista. A cultura que emerge nessa sociedade tem como pilares a ciência positivista e as técnicas, se opondo aos mitos e às práticas tradicionais. A civilização ocidental vem engendrando um arcabouço que permite a intervenção, direta ou indireta, na vida de populações, alterando e substituindo o modo tradicional de existência por um outro.

O século XX foi marcado por profundos confrontos étnicos em uma perspectiva mundial. Por conseguinte, a consciência étnica vem ascendendo como força política, afetando, desse modo, nações nas quais existe uma grande diversidade étnica, como o Brasil. No território brasileiro existem atualmente 225 etnias indígenas, apresentando uma grande diversidade cultural (ISA: 2006: 7). Compreende-se que cada uma dessas sociedades possui uma lógica que consiste em uma forma de classificação distinta da ciência moderna; enfim, proporciona uma determinada concepção de mundo aos indivíduos. Com efeito, cada povo, cada etnia indígena tem uma cultura própria, com organização social e econômica e práticas corporais particulares.

Os jogos e as brincadeiras das sociedades tradicionais são práticas corporais que colaboram para que valores, costumes, normas sociais e comportamentos desejados sejam assimilados por meio dos corpos dos indivíduos, tendo como base suas tradições. O momento de sua realização está delimitado por espaço e tempo próprios; entretanto, mesmo após seu término, os jogos promovem a formação de grupos sociais, com tendência a ressaltarem suas diferenças, podendo, desse

modo, ser considerado importante meio de valorização e conservação da diversidade cultural. Então, o jogo fixa-se como fenômeno cultural, contribuindo para a formação identitária de cada povo.

O esporte é entendido como um fenômeno contraditório que possui características próprias diferenciadoras de outras práticas sociais e corporais. Trata-se de um fenômeno moderno e, segundo Bracht, “resultou de um processo de modificação [...] de esportivização de elementos da cultura corporal de movimento das classes populares inglesas, e também de elementos da cultura corporal de movimento da nobreza inglesa” (2003: 13). Tendo a convicção de que não se trata de uma prática que apresenta um único sentido, considera-se que o esporte possui diferentes dimensões ou formas de ser praticado. Todavia, mesmo em sua dimensão recreativa, a competitividade reforçada pela sociedade industrial se faz presente.

O termo *esportivização*, refere-se as mudanças de sentidos e significado das práticas corporais indígenas. Na visão de Bracht, *esportivização* é um “processo de absorção por outras práticas corporais inicialmente não-esportivas, dos códigos e princípios que caracterizam o esporte” (2003: 24). A *esportivização* é um fenômeno que afeta tanto a cultura corporal de movimento como a própria subjetividade. Este processo se evidencia quando se observa a lógica do esporte de alto rendimento – espetáculo competição e rendimento – presente nos diferentes espaços e, desse modo, permeia as relações sociais modificando a visão de mundo dos indivíduos (Gonzalez, 2006: 79). Como esta compreensão, realizou-se a imersão no campo a fim de analisar o objeto construído com base sentido de esportivização apresentado.

Análise cultural: em busca de uma dupla interpretação

Em seguida, apresentam-se as considerações referentes à metodologia aplicada na pesquisa de campo. A intenção é explicitar o método de pesquisa definido para o estudo, as técnicas e os procedimentos de pesquisa, assim como a perspectiva de análise adotada para o estudo em tela.

Após a revisão de literatura que possibilitou a construção do objeto, bem como, a identificação de conceitos e categorias de análise, fez-se necessária a realização de uma Pesquisa Documental. Nessa eta-

pa, foram feitas consultas aos bancos de dados da Fundação Nacional do Índio (Funai), da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer (SNDEI), da Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEE) e da Assessoria de Comunicação (Ascon), estas últimas do Ministério do Esporte e, por fim, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação. Naquela oportunidade, foram priorizados documentos que fundamentam a realização dos Jogos dos Povos Indígenas, sua história, princípios e objetivos, assim como aqueles que dizem respeito aos direitos dos povos indígenas. Outro importante meio de informações foi o documentário de Ronaldo Duque – *IX Jogos dos Povos Indígenas*.

A Pesquisa de Campo foi realizada durante a IX edição dos Jogos dos Povos Indígenas, em Pernambuco, nas cidades de Recife e Olinda, no período de 23 de novembro a 1º de dezembro de 2007. Foram utilizadas as seguintes técnicas de pesquisa: Observação Participante; Entrevistas com roteiros pré-estruturados; coleta de Registros Fotográficos, de Áudio e de Vídeo e anotações em Diário de Campo referentes às práticas corporais, com o registro detalhado do período em que estive presente no local.

A primeira descrição foi elaborada no contexto vivido e anotada no Diário de Campo que me acompanhou durante toda a jornada. Tudo que fosse passível de reflexão era anotado e, a cada vez que retornava com outros registros, outras interpretações surgiam. Foram registrados discursos e falas dos atores sociais envolvidos, tal como os acontecimentos programados, especificamente as demonstrações e as competições referentes às práticas corporais, assim como, as relações interpessoais notadas durante o evento. Para rememorar o passado e enriquecer a análise, registros de imagem e vídeo foram realizados e socializados com outros personagens que também os faziam. A captura de imagens de filmagem e fotografias teve o intuito de fornecer elementos mais precisos para uma descrição densa das manifestações culturais apresentadas durante o evento.

Os registros de áudio capturaram discursos durante os acontecimentos das atividades nos Jogos, a exemplo da cerimônia de acendimento do fogo, na cerimônia de abertura oficial, no congresso técnico, nas mesas-redondas do fórum social indígena e nas competições e apresentações das manifestações culturais. As entrevistas foram re-

alizadas com a Liderança do povo Bororo e um indígena dessa etnia que participou do Futebol e do Arco e Flecha. E, também, com um antropólogo convidado para uma palestra no Fórum Social Indígena, o atachê da etnia Kayapó e um voluntário que acompanhou a etnia Xerente, desde a aldeia até o evento. Ainda nessa fase, foi enviado um questionário via *on line* à pesquisadora do tema que, junto com os registros das entrevistas e do Diário de Campo, formaram os dados utilizados para a construção de uma análise interpretativa.

Os jogos dos povos indígenas: a descrição do campo

Esta etapa consiste em uma descrição dos acontecimentos referentes à cultura corporal de movimento dos povos indígenas, bem como da prática esportiva observada nesse evento. A explicitação de detalhes que remontam espaço/tempo de realização dessas práticas corporais e as relações sociais estabelecidas torna possível comparar sua estruturação com aspectos que caracterizam o esporte de alto rendimento.

O início da trajetória no contexto desse evento se deu ao pisar em solo pernambucano, às 16 horas do dia 23 de novembro do ano de 2007, onde, horas antes, representantes dos povos indígenas desse Estado percorriam as ruas de Recife com a tocha dos Jogos Indígenas, levando o fogo sagrado à Praia de Pina em Recife, local da realização da Cerimônia de Acendimento do Fogo. Durante toda a cerimônia fotógrafos e cinegrafistas adentravam no espaço da cerimônia, procurando se aproximar o máximo possível para fazerem seus registros, enquanto os indígenas demonstraram aceitação; muitos até posavam para as câmeras, simulando gestos oriundos de sua cultura.

Saindo da Praia de Pina, todos se dirigiram para o Ginásio Geraldão em Recife, local em que ficaram alojados os indígenas, voluntários e alguns organizadores. Nesse local, foi realizado o congresso técnico que tem como objetivo promover uma discussão e tomar decisões sobre as “modalidades esportivas” a serem praticadas. O intuito é de definir e retificar os *regulamentos* finais dos jogos, além de estabelecer *normas comuns*, com o propósito de regulamentar as práticas corporais com a finalidade de competição.

As práticas corporais competitivas foram realizadas montada na Arena na Praia do Bairro Novo, em Olinda, local onde ocorreu a aber-

tura oficial. Sua estrutura foi composta por três arquibancadas e construída uma oca para preparação das etnias, antes da entrada na arena. No lado externo da arena, ao sul, salas com computadores conectados à internet permitiram à imprensa enviar registros num curto espaço de tempo; salas de reuniões possibilitaram aos organizadores tomarem decisões no local das atividades e o posto médico serviu para atendimento das pessoas envolvidas nas práticas corporais.

A cerimônia de abertura contou com a presença de um grande público, do qual faziam parte indígenas e não-indígenas, entre eles representantes de órgãos oficiais, a exemplo do Ministro do Esporte, do Secretário Nacional de Esporte Educacional e da Secretária Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, ambos do Ministério do Esporte. Nessa oportunidade ficou evidente que, os primeiros elementos do esporte-espetáculo faziam-se presentes, percebendo-se uma semelhança com as cerimônias de abertura dos megaeventos esportivos. Enquanto as etnias aguardavam o momento de sua entrada, enfileiradas no lado externo da arena, uma representante dos povos indígenas de Pernambuco, iniciando o cerimonial, trouxe a tocha com o “fogo sagrado” e a repassou para um “guerreiro”. Ele percorreu a área da Arena acendendo outras tochas e, em seguida, se dirigiu até a pira, dando início à IX edição dos Jogos dos Povos Indígenas.

Assim como ocorre nos Jogos Olímpicos, os povos (nações) indígenas entraram no espaço da arena, um de cada vez, segurando uma placa (bandeira) que identificava sua etnia. Demonstrando sua cultura por meio das expressões trazidas em seus corpos, os indígenas percorreram a Arena, ao passo que o locutor oficial do evento trazia informações de cada povo. Ao final da cerimônia todos retornaram ao alojamento para se prepararem para a competição de futebol que começaria no dia seguinte.

O Futebol é o único esporte praticado nos Jogos dos Povos Indígenas, no entanto, agrega um grande número de indígenas em sua realização. Nessa direção, apresentou um duplo sentido. Por um lado, é um meio que possibilita o contato dos indígenas com valores modernos. Observou-se que algumas condutas desenvolvidas na sociedade ocidental moderna são reproduzidas no contexto desses jogos. Nesse sentido, o futebol é um elemento intercultural que foi praticado de acordo com a estrutura do esporte de alto rendimento.

O sistema adotado pela organização foi o de eliminatória simples; caso o jogo terminasse empatado, as equipes disputavam a permanência no torneio por meio de cobranças alternadas de pênaltis, num total de cinco ou mais, se necessário. Tendo em vista que a cada jogo uma etnia é eliminada da competição, foi observado um acirramento da disputa em busca da vitória, gerando jogadas bruscas e conflitos. De acordo com Kunz (2006: 22), um dos princípios básicos do esporte de alto rendimento é “sobrepunção”, isto é, uma busca constante pela superação, seja de uma marca, seja de um adversário e que se expressa na vitória. As normas do torneio de futebol nos Jogos dos Povos Indígenas são reflexos de uma organização burocrática característica da sociedade moderna. A *organização burocrática*, segundo Guttmann (2004) é uma exigência do esporte moderno com a perspectiva de que seja realizado dentro de um sistema de organização, com hierarquia e funções.

Por outro lado, notou-se que o futebol foi praticado de maneira distinta. (Re)significado dentro dos Jogos pelos próprios indígenas, pode-se compreender outro sentido atribuído ao esporte. Todos os dias os indígenas, exercendo sua autonomia, organizavam e jogavam suas partidas no ginásio Geraldão, nos intervalos das atividades. Participando das “peladas”, percebeu-se que a vitória não é considerada como o aspecto principal do jogo. Observou-se que as atitudes dos jogadores dentro da partida eram na tentativa de realizarem jogadas esteticamente apreciáveis e, quando isso ocorria, todos se alegravam. Portanto, compreende-se que essa outra estruturação do jogo não instiga o princípio da sobrepunção. Nesse ambiente, observou-se a confraternização entre indígenas de parte das etnias e deles com os não-índios, onde todos praticavam o esporte com tranquilidade e sem violência. A estruturação desse jogo seguiu os princípios da dimensão recreativa do esporte, tendo “a compreensão de que em sua realização deve prevalecer o sentido lúdico, a livre escolha na participação e a construção pelos próprios sujeitos envolvidos de valores, sentidos e significados à prática desse esporte” (Brasil. Ministério do Esporte, 2008: 10). Os indígenas configuraram o futebol como prática de lazer, abrindo espaço para a ludicidade. Este fato pode ser compreendido como um mecanismo de resistência a tendência competitiva. No entanto, entende-se que o caráter de espetáculo assumido pelo evento que, por seu turno, influenciou a configuração das demais práticas corporais como o cabo de força.

Esta é uma das atividades que cria mais expectativa entre homens e mulheres indígenas. Doze indígenas, sendo dois reservas, compõem as equipes que entram no espaço da disputa por “baterias”, até que seja identificado o vencedor.

A prática que envolve o arco e a flecha foi realizada somente por homens, e seguiu a lógica do tiro com flecha praticado nos eventos esportivos. Todos tinham o direito a três “tiros” em um alvo no qual havia o desenho de um peixe. Diferentes partes do peixe apresentavam pontuação, no espectro de 1 ponto a 40 pontos. A distância de 30 metros do arqueiro para o alvo foi demarcada por um cone, não havendo tempo estipulado para a concretização das flechadas após a autorização do “árbitro”. Desta forma, nota-se o hibridismo de elementos tradicionais – constituintes das práticas corporais dos povos indígenas (arco-e-flecha) – como o próprio instrumento e os adornos corporais – e elementos modernos – que se caracterizam pela fiscalização, uso de equipamentos modernos e presença da mídia no local.

No arremesso de lança a *padronização* do instrumento se fez necessária para garantir que o vencedor fosse conhecido pelo seu desempenho, isto é, “pela maior distância arremessada” (Orientação Específicas das Modalidades, 2007). A diferença no material das lanças impediria a igualdade de condições. Assevera-se que com a regulamentação das práticas do arco-e-flecha e da lança têm seus sentidos alterados, a fim de proporcionar a competitividade.

Na canoagem participavam dois indígenas do sexo masculino de cada etnia. Ao sinal sonoro, os dois indígenas corriam em direção a uma das canoas e a colocavam no mar. Em seguida remavam ultrapassando bóias que demarcavam um percurso de aproximadamente 300 metros. A cada “bateria” os indígenas menos habilidosos na utilização das canoas eram eliminados, até restarem apenas duas etnias.

A natação foi configurada de maneira similar à prática esportiva do *triathlon*. Homens e mulheres participaram da “prova”. Aguardavam ao sinal sonoro lado a lado na praia, de onde saíam correndo em direção ao mar e tinham que contornar uma bóia, percorrendo aproximadamente 100 metros. Quatro indígenas por etnia poderiam participar das provas que foram disputadas em “bateria” única, sendo declarado vencedor o indivíduo que saísse primeiro da água.

Na IX edição dos Jogos dos Povos Indígenas as corridas foram disputadas competitivamente em três “modalidades”. Na Corrida de “Cem Metros Rasos”, dois atletas de cada etnia se colocam lado a lado, nas duas “categorias”. Esta prática se configurou como um espetáculo observado por um público já acostumado com essa estrutura, o que torna o evento mais facilmente aceito. Seguindo essa lógica, torna-se profícuo observar a similaridade da “Corrida de Fundo” com a prova mais tradicional do maior espetáculo esportivo: a maratona – que possui todo um simbolismo dentro das olimpíadas e possibilita ao público manter um contato mais próximo com os competidores. Foi o que aconteceu em Recife. Os “atletas” deveriam percorrer um trajeto de 3000 mil metros pelas ruas adjacentes ao ginásio Geraldão. Assim como ocorre com a maratona nos Jogos Olímpicos, a “Corrida de Fundo” foi realizada no último dia dos Jogos, fechando as atividades competitivas.

A corrida de toras nesta edição demonstrou que a lógica do esporte de alto rendimento penetrou nas práticas corporais indígenas. Após oito edições desse evento nacional essa prática foi realizada tanto de maneira demonstrativa, quanto competitiva, em que “outras comunidades que [quiseram] participar desta nova modalidade, tipicamente indígena, [puderam] competir neste evento” (Orientações Específicas das Modalidades, 2007). Duas etnias competiram, com o objetivo de percorrer um percurso delimitado e fiscalizado em menos tempo que o oponente. Estruturada dessa forma, a corrida de toras assume como característica essencial a competitividade, atributo que, segundo Melatti (1976) não se faz presente no cotidiano das aldeias.

Observa-se que as práticas corporais realizadas de maneira competitiva levada a efeito nos Jogos dos Povos Indígenas envolvem em seu conjunto elementos tradicionais (como as pinturas e adornos corporais) e outros referentes a aspectos modernos (como a regulamentação e a fiscalização).

Considerações finais

Observa-se que as práticas corporais foram regulamentadas de modo a proporcionar a competição entre os indígenas. Percebeu-se

que o objetivo de contribuir para uma relação mais respeitosa com a sociedade nacional é alcançado por meio de uma estruturação em que os indivíduos dessa sociedade compreendem e aceitam mais facilmente uma estrutura baseada nos megaeventos esportivos, os quais propagam o esporte-espetáculo. Essa mesma estrutura, que ao fomentar a competição estimula o fortalecimento da auto-estima dos indígenas vencedores, porém a valorização das manifestações culturais se dá em meio às alterações de sentidos, não contribuindo para o intercâmbio dos valores tradicionais. Com efeito, nota-se que a (re)significação das práticas corporais ocorre na medida em que há a incorporação dos princípios do esporte de alto rendimento nas práticas corporais, sendo estes orientados por valores modernos.

Em relação ao esporte, foi observado durante a realização do evento que há um grande interesse por parte dos indígenas em aprendê-lo e praticá-lo. Esse interesse pode ser identificado com base em falas e depoimentos apresentados pelos indígenas no evento. Todavia, ao passo em que há uma valorização do esporte, essas falas também indicam a necessidade de valorização das práticas corporais tradicionais dentro da programação dos jogos. Percebe-se, portanto, uma contradição que é marcada pela incorporação de lógicas diferenciadas na apropriação do sentido das práticas corporais tradicionais e do esporte.

Assim sendo, compreende-se que o esporte a ser oferecido aos povos indígenas no Brasil deva respeitar sua autonomia, isto é, o direito que esses povos têm de participar ativamente das decisões que dizem respeito às suas manifestações culturais. Sendo o esporte um elemento intercultural ele deve ser problematizado, posto que permite o contato de diferentes povos com valores, instituições e procedimentos distintos dos que lhes são próprios. Por conseguinte, cria-se a expectativa de garantir aos indígenas o acesso a informações, conhecimentos técnicos e científicos, para que, a partir de então, os interesses desses povos possam surgir desta fundamentação.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. 2. ed. Ijuí: Editora Ijuí, 2003.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Material Didático do Programa Esporte e Lazer da Cidade**. Brasília: Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, 2008.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime. “Projeto curricular e educação física: o esporte como conteúdo escolar”. In: Rezer, Ricardo (Org.). **O Fenômeno esportivo: ensaios críticoreflexivos**. Chapecó: Argos, 2006.

GUTTMANN, Allen. **From ritual to record: the nature of modern sports**. New York: Columbia University, 2004.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos indígenas no Brasil: 2001-2005**. Beto Ricardo; Fany Ricardo. São Paulo, 2006.

KUNZ, Eleonor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. 7. ed. Ijuí: Unijuí, 2006.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Seleção de Textos**. São Paulo: Abril, 1976. (Os Pensadores: História das grandes idéias do mundo ocidental).

MELLATI, Julio Cezar. “Corrida de toras”. **Revista de Atualidade Indígena**, Ano I, n. 1, p. 38-45, Brasília: Funai, 1976.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

POLÍTICA E FORMAÇÃO: o Programa Esporte e Lazer da Cidade no Distrito Federal e entorno⁴³

Pedro Osmar Flores de Noronha Figueiredo⁴⁴

Mestre em Educação Física (FEF-UnB)

Professor da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

Dulce Filgueira de Almeida Suassuna (orientador)

Doutora em Sociologia

Universidade de Brasília

Resumo: Esta dissertação de mestrado trata do tema Política e Formação: o Programa Esporte e Lazer da Cidade no DF e entorno. Assim, considerando o desenho e a execução de políticas sociais no contexto do Estado neoliberal, tratando-se especificamente de programas sociais, como o PELC do Ministério do Esporte, podemos questionar como se materializaria, em termos de avanços e limites, a política de formação de trabalhadores do lazer do PELC no DF e entorno? O objetivo geral é identificar os avanços e limites da política de formação, compreendida como uma ação do PELC, situada no quadro das políticas sociais no âmbito federal. Especificamente, pretende-se descrever e analisar a política de formação do PELC, bem como o perfil dos sujeitos que atuam nos núcleos de esporte e lazer. Visando alcançar os objetivos propostos, a pesquisa teve como delineamento o estudo de caso, cuja unidade de análise foi o PELC no DF e entorno, com foco na política de formação dos trabalhadores do lazer, conforme as etapas a seguir: (a) Levantamento bibliográfico; (b) pesquisa documental; e (c) trabalho de campo. As considerações retratadas no trabalho tratam do entendimento do lazer como tempo e espaço educativo e que

⁴³ Este artigo apresenta a síntese da discussão teórica, da metodologia e das principais deliberações e considerações da dissertação de mestrado "Política e Formação: o Esporte e Lazer da Cidade Programa não Distrito Federal e entorno", produzida durante o período de agosto de 2007 à julho de 2009. FIGUEIREDO, Pedro Osmar Flores de Noronha. **Política e Formação: o Programa Esporte e Lazer da Cidade no Distrito Federal e Entorno**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

⁴⁴ Contato: SHIN QI, 09 conjunto 02 casa 15. Lago Norte, Brasília, Distrito Federal. CEP: 71515-225. Telefones: (61) 3368-2790 / (61) 91119694. Endereço eletrônico: tatu.pedro@gmail.com

encontra no agente comunitário de esporte e lazer do PELC a função de mediador e educador social. A pesquisa aponta que os investigados apresentam uma visão acerca dos saberes necessários a sua prática profissional. Apesar da boa avaliação da política de formação do PELC, apresenta-se proposições para o seu aperfeiçoamento.

Palavras-chave: política, formação, trabalhadores, esporte e lazer.

Introdução

A institucionalização de políticas, programas e ações de envigadura social no âmbito do Estado neoliberal pode representar um rearranjo das políticas públicas no sentido de garantir o acesso e democratização de direitos sociais, como o direito ao esporte e ao lazer (Art. 6º e 217º da Constituição Federal, BRASIL, 1988). Nesse sentido, a criação de uma pasta ministerial destinada exclusivamente ao esporte e a presença de uma Secretaria Nacional para o Desenvolvimento do Esporte e do Lazer podem significar o redimensionamento das ações nesse setor. Uma delas aponta para o funcionamento de núcleos de esporte e lazer do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) é um programa social do Ministério do Esporte, fazendo parte, portanto, do quadro das políticas sociais brasileiras, visando à democratização do acesso às manifestações culturais, no campo do esporte e lazer e atende a crianças, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência nos meios urbano e rural. Esse programa possui uma política de formação para os trabalhadores que atuam em seus quadros, denominados agentes sociais de esporte e lazer, responsáveis pela mediação dos conteúdos culturais do lazer nas comunidades participantes do programa.

Visando o desenvolvimento do programa, torna-se indispensável uma política de formação dos trabalhadores do lazer que contemple a possibilidade do acesso ao esporte recreativo e ao lazer comunitário numa perspectiva crítica e reflexiva que contribua para a emancipação humana. Trata-se, desse modo, de uma formação humana, política e pedagógica.

Assim, considerando o desenho e a execução de políticas sociais, no período compreendido entre 2004-atual, no contexto do Estado

neoliberal, tratando-se especificamente de programas sociais, como o Programa Esporte e Lazer da Cidade do Ministério do Esporte, pode-se questionar como se materializaria, em termos de avanços e limites, a política de formação de trabalhadores do lazer do PELC no Distrito Federal e entorno? Diante do problema apresentado, temos como objetivo geral identificar os avanços e limites da política de formação, compreendida como uma ação do Programa Esporte e Lazer da Cidade do Ministério do Esporte, situada no quadro das políticas sociais no âmbito federal (2004-Atual). Especificamente, pretende-se descrever e analisar a política de formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade, bem como o perfil dos sujeitos que atuam nos núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade do Distrito Federal e entorno.

Visando alcançar os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa, tendo como delineamento o **estudo de caso**, cuja unidade de análise foi o Programa Esporte e Lazer da Cidade no Distrito Federal e entorno, com foco na política de formação dos trabalhadores do lazer, conforme as etapas a seguir:

- a. **Levantamento bibliográfico:** consistiu em identificar e analisar as produções Bibliográficas existentes sobre o tema abordado.
- b. **Pesquisa documental:** foram consultados, registrados e posteriormente analisados os documentos oficiais do ME sobre o PELC, tais como cartilhas; fotos; projetos básicos; Manual de orientações para a implementação do PELC (2004, 2007b e 2008a); Regimento da formação do PELC (2009a); Política Nacional de Esporte; documento final da I e II Conferência Nacional de Esporte; Planos Plurianuais (PPAs) do Governo Federal; dados da Transparência Pública do site do ME e do Tribunal de Contas da União (TCU); documentos de instâncias de avaliação, além de planejamento e relatório dos núcleos e do projeto básico da entidade conveniada; dentre outros.
- c. **Trabalho de campo** em que se utilizou como técnicas: a observação com registro em diário de campo das informações coletadas nos núcleos do PELC no Distrito Federal e entorno; entrevistas realizadas com gestores públicos do ME, coordenadores (gerais) e de núcleos do referido programa no Distrito Federal e com os educadores sociais e questionários aplicados durante a formação

ocorrida na I Reunião Nacional do Programa Esporte e Lazer da Cidade e nos módulos de formação.

A **análise dos dados** coletados compreendeu três âmbitos:

- a. **Análise documental**, com a catalogação de todos os documentos, o registro e o arquivamento dos mesmos para a construção de um banco de dados sobre o Programa Esporte e Lazer da Cidade, bem como os documentos norteadores da formação, que se constitui como uma das ações do referido programa.
- b. Para a **análise das falas dos sujeitos**, Considera-se os sujeitos investigados como agentes produtores de um discurso, captado por meio das entrevistas realizadas.
- c. Além desses aspectos, foi realizada a **análise dos questionários** aplicados com agentes sociais em formação pelo PELC. Esta análise ocorreu com o apoio do Programa SPSS Versão 14. O SPSS é um *software* (programa de computador) de análise estatística e é a sigla de *Statistical Package for the Social Sciences*, que em português significa Pacote Estatístico para as Ciências Sociais.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade no contexto do Ministério do Esporte

O Ministério do Esporte (ME), criado em janeiro de 2003, foi um dos primeiros atos do Governo de Luís Inácio Lula da Silva. Criar uma pasta ministerial específica para o esporte constituía uma demanda social, na medida em que esporte e lazer estavam dispostos como direitos sociais. Em seu início, contava com uma Secretaria Executiva; com a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR); a Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEE); a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (SN-DEL); o Gabinete do Ministro; a Consultoria Jurídica; além de ter um órgão consultivo, o Conselho Nacional de Esporte. Em 2006, houve a criação da Secretaria Especial do Pan-americano Rio 2007 (SEPAN).

No âmbito ministerial, situada numa esfera mais ampla, a SN-DEL se legitima como espaço onde o acúmulo da área, vinculada ao campo progressista da Educação Física, do esporte e do lazer no Brasil se faz presente. O nascimento do Programa Esporte e Lazer da Cida-

de (PELC) ocorreu de forma aligeirada na perspectiva de garantir um programa com características mais universalizantes e diversificadas que o carro-chefe do ME, o Programa Segundo Tempo, podendo assim, fazer-se presente no plano-plurianual 2004-2007.

O PELC nasce de uma construção referenciada em experiências de ações e políticas municipais de esporte e lazer, na perspectiva de “desenvolver uma proposta de política pública e social que atenda às necessidades de esporte recreativo e de lazer” (BRASIL, 2008: 02), desta maneira, o programa se constitui abrangente por envolver um conjunto de ações e projetos que são gerais e estão interligados. Entre as principais ações, podemos enumerar: (1) Funcionamento de núcleos, que engloba: (a) do PELC; (b) do PELC/Vida Saudável; (c) PELC/PRONASCI; (2) Eventos interdisciplinares do esporte recreativo e do lazer, com edital específico, para a realização de eventos pontuais; (3) O Sistema de Formação do PELC e a (4) Rede CEDES.

A materialização do PELC ocorre em espaços/equipamentos comunitários, orbitado por um núcleo de esporte e lazer. Cada núcleo é constituído de um coordenador de núcleo e 6 bolsistas. Para cada dez núcleos, o convênio prevê a figura de um coordenador geral. Os agentes sociais de esporte e lazer são figuras centrais na execução do PELC (BRASIL, 2008a). Por último, como eixo estruturante do Programa Esporte e Lazer da Cidade, têm-se a política de formação dos seus trabalhadores, que é regido pelo Sistema de Formação do PELC (2009a), no qual podem-se destacar, como principais aspectos, os seguintes pontos: (1) a composição de um grupo de formadores; (2) a realização de um processo de formação permanente, que se constitui por (a) Módulos de Formação; (b) Reuniões anuais de gestores e agentes e (c) a formação de formadores.

Educação e a Formação dos trabalhadores do lazer

O lazer, como expressão do contraditório, se encontra no avanço da sociedade neoliberal e globalizada em duas vertentes: de um lado, a expressão do lúdico, da fruição, fantasia, do prazer estético e da experiência, e do outro, a busca pela satisfação imediata, a utilidade prática, o lucro e a alienação. O lazer é um “fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como

um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia” (MASCARENHAS, 2004: 11).

O lazer moderno não surge como “concessão dos donos do meio de produção” (MELO & ALVES JÚNIOR, 2003), mas como direito conquistado nos porões das fábricas por melhores condições de trabalho. Portanto, nasce da busca pela conquista de um tempo liberado de trabalho, através do qual se pudesse exercer atividades que objetivassem a produção cultural livre. Dessa forma, o lazer pode se configurar em espaço e tempo de organização social por meio da conquista do tempo livre.

A busca pela conquista do tempo livre só é possível se for livre das determinações do capital, constituindo-se como tempo de produção de cultura, na construção e na conquista de um novo projeto histórico de sociedade, já que no domínio do capital o tempo do não-trabalho não pode ser considerado completamente livre. Tal afirmação pode ser compartilhada por Silva & Silva (2003) e Padilha⁴⁵ (2000 e 2006).

A relação entre lazer e trabalho deve ser compreendida em sua dialética. O trabalho assalariado, ao mesmo tempo em que explora o trabalhador pode ser tempo e espaço no qual ele se torna consciente da sua condição de explorado e passa a articular e organizar sua categoria para a construção de alternativas concretas de superação da condição social de sua classe, atribuindo sentido e significado ao seu ofício. Dessa forma é que se constrói na própria prática social outro projeto histórico de sociedade.

O tema da formação profissional e sua inserção no campo do lazer é relativamente recente. A formação tratada como um processo educativo consiste em um trabalho humano. Frigotto (1996) entende que a leitura da realidade e os aspectos subjetivos e objetivos da vida concreta, compreendido no seu tecido histórico-social, possibilitam

⁴⁵ Em referência a esse aspecto, concorda-se com Padilha (2006) que em nota de rodapé esclarece: “Essas questões podem levar à busca de um sentido para a liberdade. O que é liberdade? O que é ser livre ou o que significa ter um tempo específico para ser livre? Por causa desse problema, conforme já expliquei anteriormente, optei usar aspas na expressão “tempo livre”, para sinalizar que é preciso relativizar o uso da palavra “livre”. No entanto, pode parecer contraditório quando tenho defendido a necessidade de refletir sobre a possibilidade de que esse “tempo livre” torne-se “verdadeiramente livre” quando a liberdade significar liberdade da lógica do capital. Assim, chamo de “tempo verdadeiramente livre” o tempo que, com o fim do capitalismo, seria liberado das determinações heterônomas do capital.” (PADILHA, 2006)

perceber o ponto central da análise sobre as alternativas educacionais em disputa hegemônica. Nesta perspectiva, afirma o autor: “A educação apresenta-se historicamente como um campo de disputa hegemônica. Esta disputa dá-se na perspectiva de articular as concepções, a organização dos processos e dos conteúdos educativos nas diferentes esferas da vida social, aos interesses de classe” (FRIGOTTO, 1996: 25). Considera-se, por oportuno, conceber o lazer como uma das instâncias / esferas que recebe de forma direta a influência do campo da educação.

O perfil do trabalhador do lazer (mão-de-obra), muitas vezes, é determinado por políticas sociais de esporte e lazer inseridas no contexto neoliberal. Essa demanda apresenta-se a fim de estabelecer também “os processos educativos na produção e reprodução social” em que a formação dos trabalhadores fica subordinada “à lógica do mercado, do capital e, portanto, da diferenciação, segmentação e exclusão” (FRIGOTTO, 1996: 26).

Porém, entende-se que essa não é uma lógica peremptória, podendo ter espaço para a ampliação da participação dos sujeitos sociais na medida em que se constitui uma disputa contra-hegemônica. Em outras palavras, os trabalhadores organizados podem construir alternativas de resistir a esse processo, com base em experiências críticas e reflexivas que possibilitem mobilizar e tensionar os diversos agentes sociais, no sentido de realizar um esforço coletivo que possa vir a redesenhar os parâmetros de uma política social de acordo com os interesses das classes trabalhadoras.

Os trabalhadores do lazer são professores e/ou técnicos com nível superior, estudantes universitários e educadores populares e, portanto, compõem um interessante quadro interdisciplinar e multiprofissional que se articulam coletivamente para a construção, mobilização e mediação dos conhecimentos cotidianos com os conhecimentos sistematizados e científicos na área do esporte e lazer, a partir do trabalho pedagógico no âmbito das interações humanas. Os trabalhadores do lazer são sujeitos que, a partir de um esforço coordenado e intencional, possibilitam o usufruto de uma experiência no campo do lazer de outrem. Essa experiência pode ser vivenciada de forma espontânea ou programada.

Diante deste cenário, tratar da formação de trabalhadores do lazer parece ser um desafio que desemboca em alguns obstáculos como, por exemplo, o reconhecimento desse universo como parte de um grupo profissional, além do fato de possuírem níveis de escolarização díspares. Além disso, o fenômeno da formação para trabalhadores do lazer ganha complexidade à proporção que o lazer se constitui como uma área multidisciplinar e multiprofissional, com um amplo e diversificado campo de intervenção.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade no Distrito Federal e Entorno

A chegada do Programa Esporte e Lazer da Cidade do Governo Federal para o Distrito Federal no ano de 2004 deveu-se a emendas parlamentares, que encontraram nas organizações não-governamentais (ONGs), a sua possibilidade de implantação e execução. Essas entidades populares já desenvolviam atividades de esporte e lazer no Distrito Federal e, após o convênio com o PELC, se organizaram para a execução do programa.

Em 2007 e 2008, houve uma ampliação significativa do PELC no DF e Entorno, principalmente com o lançamento de um edital público com aprovação de projetos enviados pelas ONG's ao Ministério do Esporte. Esse novo momento foi marcado com o aumento das emendas parlamentares de deputados federais do Distrito Federal. Nas entidades populares atuavam cerca de 300 agentes sociais de esporte e lazer pelo PELC, distribuídos em 9 entidades da sociedade civil. Essas entidades agiam de forma independente e autônoma e eram conveniadas pelo ME, por intermédio da SNDEL. Em 2009 estavam conveniadas em nível local cerca de 32 entidades, entre ONGs e Prefeituras da região do entorno do DF.

Os locais de atuação desses trabalhadores na especificidade do Distrito Federal e Entorno se configura no *locus* da pesquisa. Desta forma, o trabalho de campo foi realizado em quatro entidades (Organizações Não-Governamentais) conveniadas do PELC, abrangendo as seguintes cidades e/ou regiões administrativas: Recanto das Emas e Samambaia (Distrito Federal); Valparaíso (Goiás – Entorno do DF).

No âmbito do lazer, existem diversos outros sujeitos que poderiam ser considerados trabalhadores do lazer, mas que não são objetos deste estudo, bem como outros atores que atuam no próprio PELC, porém na macro-estrutura, como os gestores federais (do ME), os formadores (do SFPELC) e os pesquisadores e professores da área (da Rede CEDES/Universidades).

Na execução direta do PELC, os agentes sociais de esporte e lazer são: (1) Os bolsistas, que se subdividem em duas categorias: (a) **educadores sociais**: são aqueles que desenvolvem como atividade central o trabalho docente e (b) **agentes de serviços gerais**: que atuam em atividades ‘meio’, para o desenvolvimento do lazer, podendo ser administradores, secretários, Office boys, zeladores, articuladores comunitários etc; (2) O coordenador geral, o responsável técnico e os coordenadores de núcleo que, para a análise desse estudo, serão considerados **gestores comunitários**.

Considerações finais

As considerações que se apresentam nesse momento resgatam os principais pontos descritos e analisados nesta dissertação e não tem, portanto, pretensão de esgotar o assunto e, sim, trazer novas reflexões que contribuam para análises futuras acerca do tema abordado.

Desse modo, considera-se que o Governo Federal, por meio do Ministério do Esporte, encontrou nas Organizações Não-Governamentais a possibilidade de implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade, no Distrito Federal e Entorno, e possibilitou à parcela das camadas populares o acesso ao esporte e lazer. As conseqüências desta relação entre o governo e as ONG's carecem de maior investigação.

O lazer enquanto fenômeno cultural e social representa um tempo e espaço capaz de organizar a vontade coletiva em busca da emancipação humana e, que para a compreensão do caráter dialético do lazer, deve-se entender que este se insere no campo das disputas hegemônicas, situado na tensão de uma perspectiva conservadora / *estranhada* e uma perspectiva emancipatória / libertadora.

O lazer, tempo e espaço de educação não-escolar, tem como sujeito destacado a figura do educador social de esporte e lazer que fo-

menta, desenvolve, intervém os conteúdos culturais presentes no lazer comunitário. Além disso, pode proporcionar a apropriação crítica da cultura à comunidade, na sua consciência de classe, podendo preencher de sentido e significado seu tempo de trabalho e seu tempo de lazer, considerando as questões objetivas, ciente que a exploração da classe trabalhadora só cessará em outro projeto histórico de sociedade.

Considera-se que as políticas sociais de esporte e lazer, inseridas no contexto neoliberal, podem servir para determinar um perfil do trabalhador do lazer (mão-de-obra) que sirva à lógica da 'produção e reprodução social'. O papel do Programa Esporte e Lazer da Cidade deve ser o de contribuir para a ampliação da participação dos sujeitos sociais na medida em que esta se constitui em uma disputa contra-hegemônica, na construção de alternativas de resistência a esse processo, com base em experiências críticas e reflexivas que possibilitem a mobilização dos diversos agentes sociais. Dessa maneira, tem-se, como objetivo, tensionar e realizar um esforço coletivo que possa vir a redesenhar os parâmetros de uma política social de acordo com os interesses das classes trabalhadoras. Assim, a não realização da III Conferência Nacional de Esporte e Lazer nos anos de 2008 e 2009 representa um sério empecilho à consolidação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer e, conseqüentemente, à materialização de uma Política Nacional de Formação em Esporte e Lazer.

Considera-se que a reflexão sobre a educação e os processos formativos que envolvem saberes e conhecimentos para o desenvolvimento da prática social e do *habitus* do trabalhador do lazer se caracteriza no âmbito das interações humanas e do trabalho docente.

Foi descrito como principais aspectos da construção do Sistema de Formação do PELC: (1) a composição de um grupo de formadores; (2) a realização de um processo de formação permanente, que se constitui por (a) módulos de formação; (b) Reuniões anuais de gestores e agentes e (c) a formação de formadores.

Destaca-se que todos os investigados retrataram uma visão dos conhecimentos e saberes necessários para o desenvolvimento de um trabalho social de esporte recreativo e lazer comunitário e de uma postura pró-ativa do trabalhador do lazer. Entre eles, estão, (a) buscar novos conhecimentos sempre e saber estudar; (b) refletir sobre as experiências cotidianas; (c) gostar do que faz; (d) ter conhecimento do

que está fazendo; (e) ter consciência dos seus objetivos; (f) saber o que a comunidade quer; (g) refletir sobre os erros; (h) buscar instrumentos pedagógicos que possibilitem superar os erros cometidos; e (i) conhecer a comunidade.

Porém, percebe-se que ainda falta um processo sistematizado que auxilie na reflexão dos trabalhadores do lazer sobre as experiências e conhecimentos e que permita a construção de um conhecimento mais elaborado, a partir dos processos de formação continuada. Além disso, destaca-se que falta uma ação governamental ampla que possibilite a intersectorialidade, no sentido de buscar as contribuições de outros setores sociais na construção de um Sistema Nacional de Esporte e Lazer, definindo as atribuições dos diversos atores sociais no processo de formação dos trabalhadores do lazer.

As condições objetivas e subjetivas do desenvolvimento do ofício do trabalhador do lazer, face ao processo de reestruturação produtiva do capital, remetem a uma precarização do trabalho e do trabalhador, e que a forma de contratação desse trabalhador para atuar em um programa social, as condições estruturais e cotidianas para o desenvolvimento do seu ofício, passando pela formação humana e profissional que pressupõe o seu trabalho, são indicadores do processo de marginalização que sofrem os trabalhadores deste âmbito da vida social, sendo incorporadas, especialmente, na organização do trabalho pedagógico e na intervenção social na comunidade.

No Programa Esporte e Lazer da Cidade, existe a intenção de se contrapor a concepção mercadológica de lazer, criando o mecanismo para a materialização de um Sistema de Formação do PELC. Esta questão desdobra-se no reconhecimento e legitimação da figura do agente comunitário como trabalhador do lazer, mas a questão orçamentária é um grande empecilho para a transformação do PELC em uma política de Estado.

Destaca-se, também, a boa avaliação que os trabalhadores do lazer têm acerca do Programa Esporte e Lazer da Cidade e o avanço na consolidação do PELC como programa social relevante e da compreensão da necessidade da educação/formação continuada se tornar um dos eixos centrais de um possível Sistema Nacional de Esporte e Lazer.

Diante desse quadro, propõe-se que o Sistema Nacional de Formação do PELC deva ser ampliado e mesclado aos demais programas

sociais de esporte e lazer para atender a um único Sistema Nacional de Esporte e Lazer, que terá suas bases construídas a partir das Conferências Nacionais de Esporte e Lazer. Dessa mesma forma, a educação/formação permanente em esporte e lazer em todos os níveis de escolaridade deve ser considerada política de Estado, sob responsabilidade do Ministério do Esporte, em parceria com o Ministério da Educação, e delegada às instituições formadoras.

A Política Nacional de Formação em Esporte e Lazer deveria atender a todos os níveis de escolaridade dos trabalhadores, a saber: a) Ensino Técnico Profissionalizante (Médio e Fundamental) b) Graduação; e c) Pós-graduação (lato e stricto sensu); além de atender a abrangência de seus diferentes atores: a) educadores sociais; b) agentes de serviços gerais; c) Gestores comunitários; d) Gestores públicos (municipal, estadual e federal).

Considera-se que o sistema de formação modular precisa ser processualmente substituído por uma educação/formação permanente em esporte e lazer, que possibilite uma certificação condizente ao atual nível de escolaridade do trabalhador, garantindo tanto o aspecto multiprofissional, quanto multidisciplinar do lazer. Propõe-se que a figura do consultor nacional de formação do PELC deva ser substituída por coletivos de professores vinculados às instituições formadoras que possuam um caráter multiprofissional; e sejam comprometidos com a construção de um Sistema Nacional de Esporte e Lazer; e atendam as necessidades e demandas do povo brasileiro.

Para finalizar, acredita-se que os trabalhadores do lazer que trabalham em programas sociais governamentais precisam ter seus direitos trabalhistas garantidos, com a contratação e a substituição do recebimento de bolsas – ajuda de custo – por um trabalho assalariado; e que a educação no âmbito do lazer, por ter como atividade central o trabalho docente, deva ter garantido um piso nacional para os trabalhadores do lazer, tendo como referência o Piso Nacional dos Professores.

Referências Bibliográficas

BRASIL. República Federativa do. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Manual de Orientações para implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade.** Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

_____. **Sistema de Formação PELC Núcleos - Regimento do grupo de formadores do PELC Núcleos e Vida Saudável** Brasília: Ministério do Esporte, 2009.

CASTELLANI FILHO, L. (Org.) **Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais.** Autores Associados: São Paulo, 2007.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 1996.

GIL, A. C., **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Editora Atlas,

MASCARENHAS, F. **Lazer como prática de liberdade.** 2ª ed. Goiânia: Ed. UFG, 2004.

MELO, V. A. & ALVES, E. D. **Introdução ao Lazer.** Barueri: Manole, 2003.

PADILHA, V. **Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito.** Campinas, SP: Alínea, 2000.

_____. **Shopping Center: A Catedral das Mercadorias e do Lazer Reificado.** São Paulo: Ed. Boi Tempo, 2006.

SILVA, J. A. da, SILVA; K. N. **Círculos Populares de Esporte e Lazer: Fundamentos da Educação para o tempo livre.** Recife-PE: ITEL, 2003.

SUASSUNA, D. M. F. de A. e AZEVEDO, A. A. (Orgs.) **Política e Lazer: interfaces e perspectivas** Brasília:Thesaurus, 2007.

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO: conceitos, gestão e efeitos

Pedro Fernando Avalone Athayde⁴⁶

Doutorando do programa de pós-graduação em Política Social
Universidade de Brasília

Fernando Mascarenhas Alves (orientador)

Doutor em Educação Física
Universidade de Brasília

Resumo: Essa pesquisa tem como escopo identificar as relações e possíveis contradições entre a gestão, o modelo conceitual e os efeitos inerentes à formulação, implementação e desenvolvimento do Programa Segundo Tempo (PST), de competência do Ministério do Esporte (ME), durante o período do primeiro mandato do Governo Lula (2003-2006). Para consecução desse objetivo, realizamos uma investigação estruturada por meio de um levantamento bibliográfico de literatura relacionada à temática explorada, pesquisa documental, bem como, pesquisa de campo, que envolveu a realização de entrevistas semiestruturadas com gestores do ME e coordenadores de projeto ligados a núcleos do DF. A realização deste trabalho busca contribuir para a formulação de políticas de esporte, em especial, fornecendo elementos de avaliação do PST, procurando apontar os avanços, os limites e as possibilidades de ação política colocadas para realização de uma gestão pautada no interesse público, na consolidação do esporte enquanto direito social, na participação e controle social, na transparência administrativa e na superação de uma lógica fundada na centralização administrativa.

Introdução

O presente estudo relaciona-se à temática das políticas públicas de Esporte, tendo como objeto de análise o Programa Segundo Tempo (PST), gerido pela Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEE), do Ministério do Esporte (ME). O Segundo Tempo é um

⁴⁶ Endereço de contato: SHIS QI 09, conjunto 07, casa 07 – Lago Sul – CEP. 71625-070. Telefones: (61) 3248-4849/ 9177-2722. E-mail: pedroavalone@gmail.com

programa formulado com o intuito de democratizar o acesso à prática esportiva, por meio de atividades esportivas realizadas no contraturno escolar. Por meio dessas ações tem a finalidade de colaborar para a inclusão social, bem-estar físico, promoção da saúde e desenvolvimento intelectual e humano e assegurar o exercício da cidadania. (BRASIL, ME, 2005).

Segundo SOUZA (2003), hoje em dia no Brasil não existem dúvidas acerca do crescimento das pesquisas acadêmicas relacionadas à área de políticas públicas. Várias áreas do conhecimento, e não só a ciência política, vêm realizando estudo sobre o que o governo faz, ou deixa de fazer. Destarte, a academia, juntamente com órgãos governamentais e centros de pesquisa, estes últimos com tradição mais antiga na área, tem expandido sua presença nos estudos e pesquisa referentes às políticas públicas e/ou sociais.

Dentro do campo acadêmico da Educação Física, verificamos que a preocupação com a análise das políticas públicas e sociais do setor esportivo é recente, bem como o número de pesquisas publicadas e em desenvolvimento são ainda incipientes⁴⁷. Além disso, destacamos a própria complexidade em penetrar nesta temática. De acordo com HÖFLING (2001, p.31): “quando se focaliza as políticas sociais (usualmente entendidas como as de educação, saúde, previdência, habitação, saneamento, etc) os fatores envolvidos para aferição de seu ‘sucesso’ ou ‘fracasso’ são complexos, variados e exigem grande esforço de análise”.

Para realização desta pesquisa, partimos do pressuposto de que a análise de uma política pública requer que reflitamos necessariamente sobre duas de suas dimensões, quais sejam, a relativa ao seu *modelo conceitual* e a que diz respeito à sua *implementação* propriamente dita. Em relação ao segundo aspecto, é possível dividi-lo entre sua elaboração e construção, que delimitam sua *gestão*, consubstanciada na proposição de objetivos e metas a serem alcançados, e os resultados obtidos pela aplicação dessa política, ou seja, seus *efeitos*. Essa compreensão de análise justifica o título adotado, bem como a organização do debate a ser desenvolvido.

⁴⁷ As conclusões acerca da incipiência da produção sobre a temática das políticas públicas referem-se ao período em que este estudo foi concluído, portanto, para o contexto histórico atual seria necessária uma nova pesquisa sobre a produção acadêmica da Educação Física para verificar se essa afirmação continua pertinente.

Metodologicamente, este estudo busca uma visão de totalidade das contradições existentes na realidade apresentada pela implementação das políticas públicas esportivas brasileiras, por conseguinte, alinha-se ao paradigma materialista-dialético. Concomitantemente, este trabalho abrange uma pesquisa social de nível exploratória, cuja abordagem fundamenta-se em aspectos qualitativos. Para o desenvolvimento deste estudo e consecução de seus objetivos, utilizamos os seguintes procedimentos metodológicos: a) revisão bibliográfica; b) análise documental; e c) entrevistas semiestruturadas.

Os dados coletados pelos procedimentos supramencionados serão apresentados ao longo de toda a pesquisa, dialogando com a produção acadêmica selecionada durante o processo de revisão bibliográfica. A consecução desta tarefa estabelece um caminho expositivo, no qual as contradições presentes nos discursos, falas e documentos devem ser crítica e criteriosamente analisados, seguindo uma sequência lógica e um rigor metodológico.

Assim, buscamos desvelar as determinações, os fundamentos ocultos e as contradições que estão presentes na elaboração, implementação e desenvolvimento do PST, o que nos possibilitará ressaltar as contradições e limites existentes, o reconhecimento dos avanços conquistados, a construção de possibilidades para a ampliação do interesse público no processo de elaboração e desenvolvimento das políticas públicas esportivas e a proposição ao ME de medidas e ações que consolidem o PST na perspectiva da garantia do esporte enquanto direito do cidadão e como mecanismo de inclusão, emancipação e transformação social.

O PST no contexto das políticas públicas esportivas

Em janeiro de 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, decidiu separar as duas pastas que formavam o Ministério do Esporte e Turismo, criando um órgão específico para cada setor. Nesse mesmo ano, foi lançado o Programa Segundo Tempo (PST), por meio da celebração de protocolo de cooperação, assinado pelos ministros do Esporte e da Educação. Naquele momento, a parceria entre os órgãos de governo refletia a expectativa do Governo Federal em realizar ações

articuladas entre seus ministérios⁴⁸. Além disso, buscava atender à concepção inicial do programa, que contemplava a criação de estruturas nas escolas públicas para desenvolvimento das atividades esportivas, a permanência em tempo integral dos estudantes na escola e a utilização do esporte como instrumento para a inclusão social.

O cenário de implantação do PST foi tingido por uma perspectiva de mudança em relação à utilização do esporte como objeto de políticas sociais. Os gestores do Ministério do Esporte, entre eles o Ministro à época, foram céleres e não decepcionaram os anseios do campo progressista e revolucionário do Esporte/Educação Física. Em seus discursos, o titular da pasta do ME procurou enaltecer a mudança de visão e abordagem acerca dos objetivos do esporte e a busca em garanti-lo enquanto direito constitucional como pontos basilares de sua gestão.

Mais do que um preceito constitucional, o acesso ao esporte é direito a ser garantido ao cidadão brasileiro. Embora a tendência histórica da legislação esportiva, das proposições das políticas anteriores e do desenvolvimento de ações efetivas, ao longo dos anos, demarquem esforços nessa direção, o esporte está longe de ser um direito de todos. [...] Com esse instrumento, o Brasil passa a tratar o esporte como uma questão de Estado, fato inédito na história. Trata-se de uma política de traços bem definidos em favor da inclusão social. Consolida-se em definitivo o preceito constitucional do esporte e do lazer como direitos de todo cidadão ou cidadã, compromisso político do governo federal com o esporte traçado no início da gestão do presidente Lula, quando foi criado o Ministério do Esporte⁴⁹. (ex-ministro do Esporte, Agnelo Queiroz).

No entanto, precisamos ser prudentes em relação a dois contextos que influenciam fortemente a entonação de discursos como o destacado acima. O primeiro deles são as contradições e disputas que permearam a criação do ME e que evidentemente ressoam sobre os discursos de legitimação da criação do PST. Ao mesmo tempo, deve-

⁴⁸ De acordo com o Relatório do TCU (2006, p. 22): “O Programa Segundo Tempo surgiu oficialmente em 3/10/2003, com a assunção do novo governo, como um realinhamento estratégico do Esporte na Escola desenvolvido pela gestão anterior. A partir de 2004, o Segundo Tempo passou a constar como programa orçamentário no PPA 2004/7”.

⁴⁹ Trecho retirado da Política Nacional de Esporte (BRASIL, 2005).

mos estar atentos a um segundo aspecto, que corresponde aos efeitos perlocucionais presentes nesses discursos.

A incorporação das tensões e contradições do mundo esportivo pelo Estado se reflete na implantação e estruturação do órgão responsável por gerenciar as políticas voltadas para esse setor. Nessa direção, estudar a criação do ME e a implantação do PST pressupõe:

[...] reconhecer as relações de forças conflitivas estabelecidas entre diferentes interesses políticos e também atentar para o fato de que o estabelecimento (ou não) de uma política social apresenta-se como resultado dos problemas e necessidades que ganham legitimidade no Estado, a partir, de pressões e mobilizações”. (LINHALES, 1996, p. 213).

Ainda que o atual governo tivesse como objetivo garantir o acesso aos direitos sociais a todos os cidadãos, na prática, o que podemos observar, por diferentes fatores, é a predileção por determinados setores imprescindíveis ao funcionamento global do sistema. Nesse caso, “os setores da vida social que se encontram em crise, mas que não se caracterizam como ameaça ao sistema, são relegados à periferia da ação do Estado, mediante intervenções mínimas, que objetivam apenas evitar o acirramento de tensões”. (LINHALES, 1996, p. 48).

Nesses termos, o esporte, enquanto direito social, acaba compondo o conjunto dos setores desprivilegiados estruturalmente pela escala de prioridades do Estado. No entanto, o setor esportivo encontra-se atrelado à dinâmica de poder, devido a sua dimensão ideológica, consubstanciando-se num instrumento do Estado para o controle de problemas considerados centrais.

É evidente que a menor importância do setor esportivo em comparação a outras áreas de atuação governamental reflete os mecanismos utilizados para a definição dos atores que serão responsáveis por conduzir a política do ME. A desvalorização do esporte e do lazer se torna evidente quando nos deparamos com a utilização da estrutura do ME como uma espécie de bonificação destinada a presentear os partidos de menor expressão da base aliada do Governo Federal. Dessa forma, ao mesmo tempo em que surge a possibilidade de um “novo trato” do campo esportivo, mais democrático e ligado às questões sociais do setor, simultaneamente, a conquista do ME engendrou a expectativa

para o partido à frente desse órgão de que esse pudesse marcar definitivamente sua presença no cenário político nacional.

No entanto, os discursos legitimadores da política esportiva nacional não foram apenas influenciados ou maquiados pela disputa política que envolveu a definição da titularidade do ME. Ao analisar as assertivas acima - que procuram legitimar as práticas e as políticas adotadas pelo ME - precisamos ser parcimoniosos e estar atentos se essas políticas não abrigam os denominados *efeitos perlocucionais* do discurso. Conforme Andrews e Kouzmin (1998, apud BEHRING, 2003, p. 202) existe por parte do Estado um esforço enorme de manipulação das palavras a fim de disfarçar suas escolhas e orientação. O objetivo deste procedimento seria o de produzir efeitos perlocucionais, nos quais os objetivos de uma “fala” só podem ser deduzidos do contexto”.

No caso do PST, verificamos que os efeitos perlocucionais do discurso apresentado estão relacionados ao movimento de outdoorização⁵⁰ da política. Dessa forma, o que podemos identificar na excessiva preocupação com a divulgação da “marca” do Segundo Tempo e de propagar o esporte como veículo de inclusão social é a tentativa do ME em mitigar a priorização histórica dada ao esporte de rendimento e aos grandes espetáculos esportivos, distorção que tem se perpetuado.

A gestão do Programa Segundo Tempo

No que corresponde às políticas sociais, verificamos que o Brasil, dada a hegemonia do modelo neoliberal, passou, nos últimos mandatos de governo⁵¹, por mudanças consideráveis que foram caracterizadas pela descontinuidade de políticas, consequência da otimização entre a esfera pública e a privada, firmando acordos com o objetivo de dismantelar

⁵⁰ De acordo com Linhares (1996), esta relação entre os dirigentes esportivos, vulgarmente conhecidos como “cartolas”, e as empresas que investem no patrocínio aos clubes esportivos é pautada por uma exploração de mão dupla, na qual os empresários utilizam o esporte como meio promocional e de vendas e os clubes e dirigentes vendem seus espaços em uniformes e na mídia para as empresas. Dessa forma, promove-se o que a autora denomina de outdoorização dos instrumentos esportivos.

⁵¹ Podemos identificar o advento do projeto neoliberal na política brasileira a partir da eleição de 1990 e a posse de Fernando Collor de Mello. Em 1992, com o impeachment do presidente Collor, passamos por um período de indefinição política com Itamar Franco, que durou até o ano de 1995. No entanto, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso temos, durante seus dois mandatos, a intensificação dos postulados neoliberais no cenário político brasileiro, panorama que se prolongou até 2003.

empresas estatais, privatizando o público e atendendo aos interesses da classe empresarial, em detrimento da maior parte da sociedade. Essa dinâmica exigiu da população brasileira uma adaptação às novas e velhas condições impostas por cada governante que chegava ao poder, tendo como resultado a insuficiente participação da sociedade na construção, na intervenção e no acompanhamento das políticas sociais.

Tentando tornar as políticas governamentais mais democráticas e buscando romper com a lógica da descontinuidade das políticas e de priorização no atendimento a interesses privados, o governo Lula propôs a democratização do acesso aos direitos sociais pautada numa efetiva participação popular, consubstanciada no controle social das ações governamentais. É evidente que essa tentativa de (des)construção de um modelo e proposição de uma nova lógica de implementação das políticas sociais esbarra em limites de ordem cultural e política. Se por um lado, temos uma sociedade pouco habituada a participar das decisões empreendidas pelo Estado, por outro lado, ainda possuímos um Estado desacostumado e/ou desinteressado em dialogar com a sociedade.

Um exemplo do embate entre os limites existentes e os avanços propostos para o envolvimento da sociedade com as políticas públicas e sociais do governo é o formato de gestão adotado pelo PST. Um modelo que se propõe a uma gestão democrática e participativa, mas que na prática possui grandes dificuldades em consolidar essas características.

Segundo Silva, Jaccoud e Beghin (2005, apud BEHRING; BOSCHETTI, 2006), a participação social apresenta três sentidos:

- a. a participação social promove a transparência na deliberação e visibilidade das ações, democratizando o sistema decisório; b) a participação social permite maior expressão e visibilidade das demandas sociais, provocando um avanço na promoção da igualdade e da equidade nas políticas públicas; e c) a sociedade, por meio de inúmeros movimentos e formas de associativismo, permeia as ações estatais na defesa e alargamento de direitos, demanda ações e é capaz de executá-las no interesse público.

Evidencia-se, portanto, a importância de consolidação de uma gestão democrática e participativa como um processo de relação entre as políticas públicas e sociais com a sociedade, um processo que seja

capaz de instrumentalizar a luta pela qualidade social na política pública governamental, pautada na superação de um sistema esportivo conservador, seletivo e excludente, bem como na construção da cidadania.

É importante frisar que o panorama da gestão democrática compõe um dos princípios e diretrizes da Política Nacional do Esporte, segundo o ME:

Para consolidar a **gestão democrática**, é necessário ampliar e institucionalizar canais de diálogo entre o governo, as entidades esportivas e a sociedade, favorecendo as possibilidades de participação, interação e colaboração. Além do Conselho Nacional de Esporte, da Comissão Nacional de Atletas e da Conferência Nacional do Esporte, os Conselhos Locais e Regionais deverão ser espaços importantes de debates para a implementação e acompanhamento sistemático das ações. (BRASIL, ME, 2005, p. 24). (grifo nosso).

Todavia, a lógica de descentralização empregada nas políticas públicas governamentais de esporte e lazer nem sempre se pautaram, apenas, pela preocupação em garantir a participação social e o exercício da cidadania, nem compreenderam, em sua totalidade, a concepção de uma gestão participativa. Atualmente, o que se vê é uma descentralização como sinônimo de desresponsabilização do Estado, com a entrega da responsabilidade de garantir o acesso aos direitos sociais, entre eles o esporte e o lazer, a uma instância da sociedade civil organizada, denominada terceiro setor.

Podemos verificar na proposição e na elaboração do PST uma preocupação com a viabilização de uma estrutura democrática e participativa empreendida por meio da descentralização operacional, orçamentária e financeira. Entretanto, é possível identificar no conteúdo dos Manuais uma extrema preocupação no estabelecimento de padrões e referenciais a serem seguidos pelos possíveis parceiros. Ao mesmo tempo em que essa rigidez busca garantir um mínimo de qualidade no atendimento ao cidadão, pode comprometer a possibilidade de adequação do programa às distintas realidades regionais, enquadrando-o a modelos e induzindo a reprodução de conhecimentos sem qualquer ação reflexiva, bem como, limitando a intervenção e participação da sociedade.

O modelo conceitual do Programa Segundo Tempo

Entre os diversos conceitos presentes no programa, um deles merece uma abordagem peculiar, qual seja, a definição de esporte educacional, que é a dimensão esportiva adotada pelo PST. O surgimento e consolidação da expressão esporte educacional no Brasil, nos exige a compreensão de que o desenvolvimento dessa temática, muitas vezes, se confunde ou se mescla ao processo de legitimação da Educação Física como prática pedagógica, de discussão sobre o esporte escolar, comumente entendido como sinônimo do esporte educacional, bem como, da luta pela garantia do esporte como direito social.

Identificamos a relação entre o PST e o esporte educacional na caracterização do programa, uma vez que tem como objetivo principal promover a inclusão social entre jovens localizados em áreas de risco social por meio do esporte educacional. O documento da PNE dedica relevante parte à análise do esporte educacional, apontando os limites de utilização deste conceito, ao mesmo tempo, que busca aperfeiçoá-lo a partir das problematizações realizadas.

Depreende-se, a partir do diálogo com os autores que se dedicam ao estudo do fenômeno esportivo e da leitura da documentação oficial do ME, que a construção da expressão esporte educacional acaba permitindo diferentes interpretações, pois ela atrai para si um conjunto de sentidos e significados que tornam imprecisa sua definição. A limitação e heterogeneidade de conceituação do que venha a ser o esporte educacional também está presente no PST.

Por mais que a PNE notoriamente tenha avançado no debate sobre o esporte educacional, observamos que esses avanços não foram totalmente incorporados ao PST. Essa confusão conceitual evidentemente tem reflexos diretos nas ações do programa, tanto nas instâncias burocráticas e administrativas da SNEE como nos núcleos do PST. Portanto, os documentos do PST precisam contemplar os avanços presentes na PNE, atrelando esse avanço do debate conceitual às diversas formações ministradas aos coordenadores e monitores dos núcleos, buscando minimizar as contradições e supressões identificadas nos discursos dos diferentes agentes do programa.

Efeitos do Programa Segundo Tempo

Analisar os efeitos do PST constitui-se em complexa tarefa, uma vez que carecemos de estudos na área social e na Educação Física para o desenvolvimento de indicadores que permitam esse tipo de avaliação. Além disso, o próprio ME estabelece critérios que dificultam um estudo de caráter qualitativo dos resultados alcançados pelas ações do PST.

O enfoque no atendimento a crianças, adolescentes e jovens residentes em áreas de risco social é considerado pelo TCU como uma das principais inovações do PST em relação ao seu programa antecessor. Ao mesmo tempo, o Relatório do TCU destaca que o Manual de Diretrizes do Segundo Tempo recomenda o uso de alguns critérios para escolha dos alunos a serem atendidos pelo programa. Entre eles, encontra-se a presença do estudante em maior situação de risco social.

Contudo, verificamos que, em determinados casos, há a ausência de vinculação do programa com as necessidades pedagógicas e sociais dos estudantes atendidos, uma vez que alguns núcleos de atendimento não têm adotado escala de critérios para escolha dos alunos. Os participantes do programa são, muitas vezes, estabelecidos levando-se em conta apenas a ordem de inscrição.

A democratização do acesso à prática esportiva é outro ponto que merece cuidadosa apreciação, por configurar-se a principal justificativa para implantação do PST. O relatório do TCU (2006, p. 31) relata que: “O Segundo Tempo tem como princípio democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte como instrumento educacional e de cidadania”. No entanto, precisamos estar conscientes de que a perspectiva de democratização do acesso aos fenômenos esportivos e de lazer pode relacionar-se a distintas visões sobre as finalidades do esporte.

Se por um lado, a democratização pode caminhar no sentido de solidificar a garantia do acesso ao esporte enquanto direito de todo cidadão, por outro lado, pode vincular-se ao antigo modelo esportivo piramidal, no qual as escolas e núcleos do programa estariam na base da pirâmide a serviço do esporte de rendimento, revelando de novos talentos esportivos. Diante deste contexto, teríamos um quadro em que a perspectiva da *democratização* acaba sendo vista como sinônimo de *massificação*.

Esse reforço ou incentivo à utilização de atividades esportivas, por vezes, amparadas no modelo esportivo de alto rendimento ou espetáculo e tendo como fim a busca pela descoberta de talentos esportivos, pode ser identificada nas falas de atores envolvidos no programa sejam eles: políticos, gestores governamentais, coordenadores, monitores, pais e estudantes. Destarte, devemos estar atentos para a diferenciação entre tendências autenticamente democráticas e outras em que o slogan da democracia, pela sua aceitação universal, sirva a outros propósitos.

O vasto uso do fenômeno esportivo nas políticas públicas e sociais governamentais deve-se a propriedade de seu desenvolvimento ser hábil e prontamente relacionado ao alcance de benefícios, tais como: prevenção de doenças e a, conseqüente, promoção da saúde; afastamento dos jovens das drogas e da violência; possibilidade de ascensão social; melhoria do rendimento escolar; entre outros.

Entre as benefícios ou funções sociais do esporte, existe uma sempre atual e bastante recorrente nos discursos dos agentes públicos, além de hegemônica no campo acadêmico da Educação Física, que corresponde à capacidade do esporte de alcançar a promoção da saúde/qualidade de vida e a prevenção de doenças das populações atendidas.

Embora o conceito de saúde presente nos Manuais do PST não esteja limitado ao sinônimo de ausência de doenças, numa comparação com os estudos realizados na área da saúde, verificamos que o conceito adotado pelo ME ainda é restrito. Carvalho (2001, p. 14) apresenta uma visão crítica e de totalidade do que venha a ser a promoção/conquista da saúde, demonstrando a complementaridade de diferentes aspectos sociais que consolidam uma condição de saúde para o indivíduo.

A saúde não é um objeto, um presente. Portanto, ninguém pode dar saúde: o médico não dá saúde, o profissional de Educação Física não dá saúde, a atividade física não dá saúde. A saúde resulta de possibilidades, que abrangem as condições de vida, de modo geral, e, em particular, ter acesso a trabalho, serviços de saúde, moradia, alimentação, lazer conquistados – por direito ou por interesse – ao longo da vida. Tem saúde quem tem condições de optar na vida. A saúde está diretamente relacionada com as escolhas que não se restringem tão-

-somente a poder escolher este ou aquele trabalho, realizar-se pessoal e profissionalmente com ele, morar dignamente, comer, relaxar e poder proporcionar condições de vida para os mais próximos, mas também conseguir viver dignamente com base em valores que não predominam em uma sociedade como a brasileira – excludente, individualista, competitiva, consumista.

Os dados acerca dos impactos do PST na promoção da saúde das crianças e adolescentes atendidos são escassos, o que dificulta qualquer tipo de consideração final a respeito dessa ação do programa. Os poucos relatos que encontramos asseveram não terem constatado grandes alterações, mesmo reconhecendo que o esporte é fonte de benefícios à saúde.

Quanto ao primeiro aspecto – alterações nos padrões de saúde – ficou claro nas falas de muitos não haver grandes mudanças, perceptíveis e relevantes, no padrão de saúde dos filhos após ingressarem no Programa Segundo Tempo e passarem a ter uma rotina quase diária de atividades esportivas, embora reconheçam que o esporte é benéfico à saúde. (UNESCO, 2005).

Outros atributos, comumente, relacionados à prática esportiva e com ampla aceitação são: *a)* o afastamento das drogas, *b)* o combate à violência, *c)* a promoção da inclusão social; e *d)* a diminuição da exposição das crianças e adolescentes a situações de risco social.

O manual do PST apresenta o esporte e o lazer como capazes de “influenciar hábitos e costumes, auxiliando na aquisição de uma vida saudável, **distanciando-os (indivíduos) da criminalidade**, de doenças, do **uso de drogas** e da evasão escolar”. (BRASIL, ME, 2006). (grifos nossos).

A linearidade entre a prática esportiva, o não envolvimento com drogas e o afastamento da violência é figura exaustivamente presente nos discursos legitimadores das políticas públicas e sociais esportivas. Todavia, ao olharmos para a realidade que se materializa nas ações dessas políticas, programas e projetos, cotidianamente, verificamos que não é possível o estabelecimento de relações tão mecânicas. (MELO, 2005).

Considerando a relação entre esporte, drogas, violência e pobreza, constrói-se a imagem de que a juventude pobre teria quase que uma disposição “natural”, um destino fatal, a enveredar-se pelos caminhos

das drogas e dos crimes, e que as políticas de esporte e lazer seriam relevantes para a redenção/livramento desses jovens desse “destino”. Há nesse pensamento uma visão destorcida e preconceituosa, uma vez que tende a considerar o jovem pobre como sinônimo de criminoso em potencial.

Ademais, para que o PST consiga efetivos e duradouros efeitos no afastamento das crianças e adolescentes das situações de riscos sociais, este precisaria construir mecanismos que possibilitassem sua perpetuação e transfiguração em serviço permanente, couraçado das desventuras e irresponsabilidades políticas e do histórico processo de descontinuidade das políticas públicas e sociais. Igualmente, é imprescindível para a redução da exposição dos jovens às drogas, à violência e aos crimes que sejam arquitetados elementos que possibilitem a vinculação do PST a políticas de outras áreas, tais como: segurança pública, educação, cultura e saúde.

Conclusão

Inicialmente, concluímos que há elementos de análise suficientes que respondem e, ao mesmo tempo, sustentam a principal dúvida por nós suscitada, qual seja: a de que há uma forte relação entre a gestão, o modelo conceitual e os efeitos inerentes à formulação, implementação e desenvolvimento do PST e que esse vínculo é permeado por contradições. A reciprocidade entre os elementos analisados é evidenciada quando verificamos como os avanços e limites de um interferem significativamente nos resultados dos demais.

Ao ressaltarmos os discursos legitimadores à época e destacando seus efeitos perlocucionais, notamos uma minuciosa construção dessas alocações, objetivando demonstrar a importância e a necessidade de edificação de uma política pública para o setor esportivo e da criação do PST. Todavia, esse cuidadoso arranjo, contraditoriamente, esbarra na falta de correspondência entre as ações políticas e a prática social empreendidas.

Verificamos que o PST se propõe a ser um programa socioesportivo respaldado por uma nova forma de gestão, caracterizada por um modelo democrático de ação descentralizada, que possibilite a participação popular e o controle social. No entanto, ao confrontarmos

as proposições do programas com as contradições internas de seus documentos oficiais e com as entrevistas dos atores presentes em seu desenvolvimento, constatamos que as asserções realizadas pelo ME apresentam limites para consubstanciação de sua materialidade, do que concluímos que o ME precisa trabalhar no intuito de aperfeiçoar os veículos de participação popular e controle social existentes, bem como, criar novos espaços e possibilidades que permitam o efetivo envolvimento da comunidade atendida.

No que corresponde ao modelo conceitual adotado, observamos que as *contradições presentes nos documentos publicados pelo ME* e a falta de precisão conceitual sobre a dimensão esportiva utilizada pelo programa acabam refletindo diretamente nas ações, tanto administrativas e burocráticas como pedagógicas do PST. Portanto, acreditamos que uma medida a ser tomada pelo ME é a reprodução dos avanços identificados na PNE para o interior das atividades do PST e de seus *manuals orientadores*.

Os números apresentados pelo ME representam significativa propagação do programa, sendo utilizado como sinalizador de uma democratização do acesso. Entretanto, não podemos pautar esse debate somente por dados quantitativos, desprezando o valor dos critérios qualitativos ligados à análise do PST.

Quanto à relação direta entre prática de esporte e a promoção da saúde, o combate à violência e às drogas verificamos que o PST apresenta poucos dados sobre essa vinculação. Alguns relatos retirados do Relatório da UNESCO, apesar de reconhecerem os benefícios do esporte à saúde, afirmam não terem constatado grandes alterações no bem-estar dos alunos atendidos. Portanto, devido à escassez de indicadores sociais e dados concretos, precisamos ser cautelosos em relação a essas afirmações.

A análise do PST reforça a ideia de que o esporte não pode ser apresentado como a panacéia para a resolução de problemas que demandam ações de ordem política muito mais incisivas do governo do que simplesmente a criação de programas esportivos. No entanto, entendemos que há a necessidade de iniciativas, que compreendam o esporte como uma das manifestações sociais mais significativas do mundo contemporâneo, buscando garanti-lo como direito social inalienável do cidadão.

Dentro desse contexto, chegamos ao encerramento deste trabalho com a clareza de que o PST pode ser considerado um programa socioesportivo que alcançou alguns avanços conceituais, metodológicos, sociais, de gestão e administrativos em relação a outros programas. Entretanto, os progressos identificados não foram suficientemente capazes de afastar o PST de antigas práticas e distorções historicamente presentes nas políticas públicas e sociais do país. Esses resquícios geraram uma paisagem repleta de contradições e acomodações dentro do PST, configurada pelas disputas entre setores conservadores e progressistas; interesses públicos e privados; objetivos políticos e sociais; descentralização e centralização da gestão; esporte educacional e esporte de alto rendimento.

Referências Bibliográficas

BEHRING, E. R. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003. 304 p.

BEHRING, E. R. & BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo, Cortez, 2006. 213 p.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Política Nacional do Esporte**. Brasília: ME, 2005. 44 p.

_____. Ministério do Esporte. **Manual de Orientações para Implantação de Núcleos do Programa Segundo Tempo**. Brasília: ME, agosto/2005. 54 p.

_____. Ministério do Esporte. **Manual de Diretrizes e Orientações do Programa Segundo Tempo**. Brasília: ME, março/2006. 32 p.

_____. Tribunal de Contas da União. **Relatório de Avaliação de Programa: Programa Segundo Tempo/ Tribunal de Contas da União; Relator Lincoln Magalhães da Rocha**. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006. 90 p.

CARVALHO, Y. M. de. Atividade física e saúde: onde está e quem é o “sujeito” da relação? **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, V. 22, n. 2, p 9-21, jan. 2001.

HOFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

LINHALES, M. A. **A Trajetória Política do Esporte no Brasil:**

interesses envolvidos, setores excluídos. Belo Horizonte, 1996. 242f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, 1996.

MELO, Marcelo Paula de. **Esporte e Juventude Pobre**: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré. Campinas: Autores Associados, 2005. 201 p.

SOUZA, Celina. “Estado do Campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 18, nº 51, p. 15 – 20, Fevereiro/03.

CATEGORIA 2
MONOGRAFIAS DE GRADUAÇÃO E
ESPECIALIZAÇÃO

REGIÃO NORTE

O DISCURSO DOS PROFESSORES DE LAZER NA FORMAÇÃO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA-UEPA.

Esp. **Gustavo Maneschy Montenegro**⁵²

Universidade Federal do Pará

Msc. **Vera Lúcia da Costa Fernandes**

Universidade do Estado do Pará

Resumo: A pesquisa objetivou analisar o discurso dos professores da disciplina “Estudos do Lazer” do curso de Educação Física da Universidade do Estado do Pará. Metodologia: Estudo de abordagem qualitativa, técnica e coleta de dados: Entrevista Semi-Estruturada, seguida da Análise do Discurso do Sujeito Coletivo. Os sujeitos da pesquisa foram 4 professores que ministraram a disciplina Estudos do Lazer durante no ano de 2009. O Problema: Como contribuir para uma formação qualitativa na disciplina “Estudos do Lazer” a partir da análise do discurso dos professores no curso de Educação Física da UEPA? Resultados: A atuação do lazer na formação do curso de Educação Física ocorre por meio de uma prática pedagógica investigativa sob as bases de ensino PROJETO, que se fundamenta na indissociabilidade entre ensino-pesquisa e extensão. No entanto, vale destacar que nem todos os professores reconhecem essa prática pedagógica PROJETO que é desenvolvida como norteadora da disciplina, percebendo-se a necessidade de consolidar essa ação pedagógica, embora exista uma prática em comum entre eles, entendendo-se o lazer como um direito social, e não somente como descanso e diversão.

Palavras-Chave: Educação Física. Lazer. Formação Profissional.

⁵² Av. Pedro Álvares Cabral, Pass. Santa Maria, N° 380 ap. 206, Sacramento Blém/PA CEP: 66120-300; Tel: (91) 3244-9593; E-mail: gustavo_maneschy@hotmail.com

A construção da temática

Este artigo é resultante do Trabalho de pesquisa *“O discurso dos professores de lazer na formação do curso de Educação Física-UEPA”* apresentado ao III Curso de Especialização em Lazer no Curso de Educação Física da Universidade do Estado do Pará, Campus Belém.

A construção do tema ocorre a partir do contato profissional com o lazer durante o período da graduação em Educação Física, quando se teve a oportunidade de atuar durante o ano de 2007 como agente de recreação no Serviço Social do Comércio-Ananindeua/PA (SESC-Ananindeua/PA) com vivências para crianças, adolescentes e idosos. No decorrer dessa fase, tinha-se uma percepção restrita do significado do lazer, compreendendo-os apenas no eixo da diversão e do entretenimento.

Dessa forma, a atuação era centrada no “fazer pelo fazer” de modo técnico e ingênuo, uma práxis inserida no consumo acrítico e descontextualizada do lazer, muito próximo a que Isayama (2002) tem criticado ao referir que a prática pedagógica no lazer quando fica a mercê da reprodução de jogos e brincadeiras contribui para a alienação e reprodução das desigualdades sociais.

É importante ressaltar que essa forma de atuar sempre causava inquietações para os seguintes questionamentos: *“lazer é só diversão?”*; *“lazer é um momento para entreter os alunos?”*; *“afinal, o que é trabalhar com lazer?”*.

Na busca de respostas para essas indagações, percebemos que o lazer se expande a cada dia, principalmente pela descoberta de um mercado promissor, capaz de gerar lucros significativos para aqueles que detêm e controlam os espaços e equipamentos para o usufruto do tempo disponível das pessoas - padrões meramente consumistas, alienante e acrítico no lazer. (WERNECK, 2000).

No que concerne à formação, ainda encontramos professores de lazer atuante nos moldes da reprodução de jogos e de “pacotes” de atividades recreativas sem um compromisso político, ou seja, colaboradores para a manutenção da ordem e da apropriação do lazer pelas mãos do capital.

De forma a superar essa realidade, é preciso construir competências docentes no sentido de reconhecê-la e de programá-la como um campo que envolve saberes multi e interdisciplinares e profissionais

com diferentes formações, o que será alcançado por meio da busca da inovação em termos do trabalho científico e da pesquisa colaborativa, superando-se a sistemática das estruturas tradicionais. (GOMES, 2006).

Então, as deveras reflexões acima realizadas detêm o problema de pesquisa: ***Como contribuir para uma formação qualitativa na disciplina “Estudos do Lazer” a partir da análise do discurso dos professores no curso de Educação Física da UEPA?***

Quanto às bases teóricas que fundamentaram a pesquisa, partimos do entendimento de que o lazer precisa ser entendido um fenômeno social “*gerado historicamente, e dele podendo emergir, de modo dialético, valores questionadores da sociedade como um todo, e sobre ele também sendo exercidas influencias da estrutura social vigente.*”, que por outro lado significa dizer mudanças de atitudes políticas, sociais e educacionais (MARCELLINO, 2008, p.12).

Para a discussão sobre a formação profissional, nos reportamos aos estudos de Werneck (2000, p. 144), que nos mostra a importância de alicerçar o processo formativo junto a:

(..) sujeitos comprometidos com o processo de construção do saber, sujeitos que questionem a realidade, que perguntem pelo sentido de seu exercício profissional, que assumam uma atitude reflexiva face aos processos sociais e às contradições do nosso meio, fazendo do lazer não um mero (e alienante) produto a ser consumido, mas uma possibilidade lúdica, crítica, criativa e significativa a ser vivenciada com autonomia e muita responsabilidade.

Portanto, quando se depara empiricamente com o processo formativo na área por meio dos meios de comunicação de massa - jornal e televisão, - observa-se profissionais enquanto recreadores se moldando ainda as suas práticas pedagógicas à atividades voltadas tão somente para o eixo da diversão e do entretenimento.

Não podemos perder de vista também as contribuições de Isayama (2002) no que concerne a formação, uma vez que o autor tem se dedicado ao aprofundamento dessas questões no interior dos currículos dos cursos de educação física em Instituições de Ensino Superior (IES).

O autor nos mostra que as discussões pertinentes ao lazer estão cada vez mais presentes na educação física brasileira, gerando um maior número de disciplinas específicas ligadas a essa temática nos currículos de formação, em cursos de pós-graduação e aperfeiçoamento, além de maiores espaços para debates como seminários, congressos, encontros etc.

Apesar de o autor afirmar que existe uma tendência que concebe a formação a partir de um olhar “*técnico*”, com orientação para um enfoque didático-metodológico, o mesmo nos indica que a formação deve seguir “*possibilidades consciente, de criação, que carrega significados sociais, implica uma concepção mais ampla de lazer que pode assumir um sentido construtivo de transformação de nossa realidade*”, por isso o que se propõe em pauta para essas mudanças sociopolíticas se converte sob a demanda de uma práxis de formação para além da conjuntura neoliberal. (IDEM, 2002, p. 93).

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, considerada por Moreira e Caleffe (2006, p. 73) como possibilidades “*de explorar as características dos indivíduos e cenários que não podem ser facilmente descritos numericamente, coletada pela observação, descrição e gravação*”, em que utilizamos os seguintes procedimentos metodológicos para a coleta e análise de dados: entrevista semi-estruturada (Pádua, 2004) seguida da Análise do Discurso do Sujeito Coletivo. (LEFRÉVE, 2000)

Como sujeitos da pesquisa os professores convidados ministraram a disciplina Estudos do Lazer que trabalharam com a mesma durante no ano de 2009, no Curso de Educação Física – Campus III da Universidade do Estado do Pará-UEPA, situado na Av. João Paulo II, 817, Bairro do Marco, Belém/PA.

Quanto à entrevista, foi adotado o seguinte roteiro: 1) Quais barreiras você aponta na formação do professor de educação física para a área do lazer?; 2) Que contribuições você desenvolve com o trabalho na disciplina?; 3) Quais sugestões para a formação dentro do viés ensino-pesquisa-extensão?; 4) Como você percebe as relações de ensino, pesquisa e extensão dentro da formação para a área do lazer?

O discurso dos professores

Considerando-se a ética na pesquisa os professores serão identificados por letras. **Na entrevista do professor A**, identificou-se que o mesmo aponta como principal barreira para a formação a *“compreensão da disciplina pelos alunos, que perpassa pelo entendimento da mesma como brincadeira e de não seriedade”*. Esse aspecto para o docente acaba ocasionando em uma dificuldade do aluno em aprofundar os seus estudos na área do lazer.

Já na segunda pergunta, o mesmo indica que a sua contribuição para a formação ocorre por *“uma visão transformadora do lazer, e que a formação dos alunos possa trilhar num único viés, ou seja, que o discente perceba que ele é um profissional pesquisador”*. Essa compreensão torna-se importante, pois nos deparamos com uma realidade em que o processo formativo precisa buscar essa prática transformadora, na qual o discente se reconheça como um professor pesquisador e reflexivo.

Quanto à sugestão para a formação, aponta a *“busca de um processo interdisciplinar, introduzindo o que nós chamamos de pesquisa aplicada em sala de aula, passando a trabalhar com eixos temáticos”*.

Na última pergunta o professor A defende *“a existência de uma relação espiralada entre ensino-pesquisa-extensão atuando automaticamente e num constante diálogo”*. Ou seja, trata de reconhecer que a formação não se dá apenas no eixo do ensino, mas sim, que a prática da pesquisa, contribuindo para a produção do conhecimento e a da extensão, como tentativa de superação daquilo que se obtém como resultados integram o processo formativo em uma perspectiva transformadora.

Já o professor B indica que a principal barreira para essa formação é a *“discriminação ao conceito de lazer e falta de interesse na disciplina”*, gerando um desinteresse dos discentes com a temática.

Quanto a sua contribuição, o mesmo nos aponta que a principal é *“para que os alunos tenham uma compreensão do que é lazer, que o mesmo seja visto como direito social e não como bem de consumo”*. Trata de *“compreender como o lazer se constitui na comunidade social, para que os mesmos (os discentes) disseminem o lazer como direito social, ou seja, acessível a todos”*. (Fala do professor B).

Já nas suas sugestões, o mesmo nos fala da necessidade de se *“ter uma relação do poder executivo, legislativo e judiciário com a comunidade, iniciando a relação entre os discentes com as comunidades de bairros”*.

Quanto à relação ensino-pesquisa-extensão na formação para o lazer, o professor denuncia a existência de uma grande lacuna quanto a essas relações, que *“ocorrem em virtude de uma preferência dos discentes para com as disciplinas biológicas, gerando uma desmotivação para com os estudos na área do lazer.”*

Por sua vez, o professor C destaca outros aspectos como barreiras na formação, iniciando pela *“falta de conhecimento e de interesse sobre o lazer, pouco aprofundamento na pesquisa e a obrigatoriedade da disciplina, fazendo com que os alunos a façam por obrigação.”*

Na sua contribuição, o mesmo aponta que seria a busca por *“incentivar que o aluno seja um pesquisador na área do lazer, e possa conceituá-lo dentro de uma formação acadêmico-científico”*

Assim, as suas sugestões sobre a formação na área são para *“incentivar a formação dos alunos dentro dos grupos de pesquisa, para que os mesmos fiquem fortalecidos e que haja um maior envolvimento dos discentes, além da participação de rodas de conversa, mesas redondas e divulgação da pesquisa na área do lazer”.*

No entanto, quando o mesmo é interrogado a respeito das relações de ensino-pesquisa-extensão na formação, diz-nos que não reconhece *“dentro da UEPA as relações de pesquisa na área do lazer, devido a não se por em prática o que é planejado, por uma disputa entre condicionamento físico e lazer”.*

Por outro lado, professor D afirma que as barreiras no processo de formação são de ordem filosófica e política, pois *“a primeira implica em questões conceituais e subjetivas, no qual para muitos, lazer é descanso e divertimento, enquanto para outros, lazer é trabalho”.*

Já a segunda barreira diz respeito à classificação, uma vez que *“(...) entende-se o lazer apenas no eixo da diversão e do descanso, dificultando o processo de desenvolvimento social, cultural, moral, político e educacional do cidadão brasileiro (...)”.*

Quanto a sua contribuição, ela ocorre em virtude de desenvolver uma *“(...) práxis pedagógica didática investigativa sob as bases de ação “Projeto”, o que significa uma ação que se fundamenta na indissociabilidade entre ensino-pesquisa e extensão (...)”.*

Dessa forma, o professor D indica como principais sugestões para a formação à oferta cursos para a *“qualificação profissional na área da informática, os desafios de se viver nos princípios da coletividade e da cooperação, o fortalecimento de parcerias para a concretização de Políticas Públicas Universitárias bem como reservas financeiras para apresentação de trabalhos científicos e aumento salarial para se viver com uma dignidade profissional como pesquisador.”*

Na última pergunta o mesmo considera *“de grande avanço político-acadêmico o crescimento de ações pedagógicas desenvolvidas pelas disciplina lazer, criando-se incentivo a relações de estágio, monitoria e projetos de ensino, extensão e pesquisa (...), tendo como carro forte o curso de Especialização em Lazer”.*

Portanto, para compreender melhor essas falas é necessário realizar uma análise mais abrangente dos discursos, levando-se em consideração o desenvolvimento do trabalho pedagógico, a compreensão dos docentes sobre lazer e formação e o contato com bibliografias, com vista a ampliar a percepção acerca da construção da proposta pedagógica dessa disciplina.

Resultados

No decorrer da pesquisa, pode-se identificar por meio das falas dos professores a existência de barreiras na formação dos alunos, em virtude, principalmente, do desconhecimento do processo histórico e sociopolítico pela manutenção do *status quo* com relação ao conceito de lazer por parte dos discentes, perpassados por uma compreensão de que lazer é a simples brincadeira e a não seriedade, agravado pelo pouco aprofundamento dos graduandos na pesquisa.

Os alunos precisam superar uma espécie de fragilidade na sua formação, que ocorre em virtude de não reconhecerem a devida importância de uma área do conhecimento que é bastante complexa, dificultando a sua possibilidade de aprofundar os estudos e as pesquisas em um campo de atuação da educação física que cresce a cada dia e que pode contribuir para mudanças na ordem social vigente. (MARCELLINO, 2008).

No que tange ao trabalho pedagógico desenvolvido na disciplina Estudos do Lazer, a tentativa de superar as concepções tradicionais de formação (que concebem o lazer como sendo essencialmente brincadeira, norteadas por concepções funcionalistas), vem ocorrendo a

partir das contribuições desenvolvidas no plano de ação dos docentes, na tentativa de que o aluno possa se perceber enquanto um profissional de educação física pesquisador na área do lazer, possibilidades de ampliar uma visão transformadora e que o discente possa compreendê-lo como um direito social e como o mesmo se articula na comunidade social.

Werneck (1998 p.7), ao analisar a importância do processo de pesquisa na formação do profissional do lazer, conclui que devemos *buscar inovações em termos do trabalho científico e da pesquisa colaborativa, superando assim a sistemática das estruturas tradicionais.*

Sendo assim, é preciso mencionar que nesse processo de construção da proposta pedagógica da disciplina aparece como eixo sustentador do seu desenvolvimento, à formação do profissional pesquisador a cerca dos fenômenos socioculturais do lazer.

Quanto à contribuição dos docentes para a formação, verifica-se que dois professores apontam a possibilidade de desenvolver uma prática pedagógicacientífica investigativa sob as bases de PROJETO, baseada na indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, a qual permitiu que o aluno possa desenvolver pesquisas na área, tendo a habilidade de dialogar com a literatura do lazer a nível nacional e conceituá-lo dentro de uma formação acadêmica, com um olhar para a democratização às camadas populares.

Os educadores defendem a existência de uma relação espiralada no tripé ensino-pesquisa-extensão, como forma de corrigir a sua ação estanque e fragmentada, atuando de forma essencial na formação dos discentes, embora se reconheça lacuna nesse processo, que vão desde preferência dos discentes para com disciplinas biológicas e falta de interesse na área do lazer.

Assim, para que se torne solidificada e trazer avanços para a área no Estado do Pará, os educadores sugerem que haja maiores investimentos na pesquisa dentro da instituição, permeado por um processo interdisciplinar dentro do curso de educação física da UEPA.

E ainda, para o avanço na discussão, sugere-se que a disciplina passe a trabalhar com eixos temáticos, rompendo-se com a relação dos conteúdos fragmentados, o que se chama de pesquisa aplicada em sala de aula, além de incentivar uma maior participação dos discentes nos grupos de pesquisa e a sua participação com as comunidades de bairros.

Essa prática entende a formação para além da simples agregação dos saberes produzidos em diferentes áreas do conhecimento, mas sim na busca de superar as abordagens fragmentadas sobre o lazer, pois é preciso:

construir competências no sentido de reconhecê-la e de implementá-la como um campo que envolve saberes multi e interdisciplinares e profissionais com diferentes formações, o que será alcançado por meio da busca da inovação em termos do trabalho científico e da pesquisa colaborativa, superando assim a sistemática das estruturas tradicionais. (GOMES, 2006. p.5).

Os professores sugerem que ocorra um maior envolvimento dos discentes com as pesquisas desenvolvidas na instituição, bem como, a busca de uma relação do poder executivo, legislativo e judiciário com a comunidade, e que dentro da instituição, possa haver maior divulgação de produções científicas na área por meio de mesas redondas e palestras.

No entanto, vale destacar algumas contradições encontradas na pesquisa, pois nem todos os professores reconhecem essa prática pedagógica PROJETO que é desenvolvida como norteadora da disciplina, uma vez que o professor C afirma não reconhecer *“(...) dentro da UEPA as relações de pesquisa na área do lazer, devido a não se por em prática o que é planejado, dificultando que haja ensino-pesquisa-extensão (...)”*

Portanto, percebe-se que se faz necessário consolidar essa ação pedagógica, uma vez que ela está em processo, em construção e não se encontra já consolidada na formação no lazer.

Isso é agravado pela dificuldade que os professores têm em realizar um plano de ação que envolva ensino-pesquisa-extensão em virtude de muitos possuírem dois ou até três empregos, gerando grandes barreiras para que se efetue uma formação verdadeiramente transformadora na área, aqui em especial no curso de educação física da UEPA.

Portanto, o exercício que se deve fazer com vista a concretizar essa prática pedagógicocientífica deve ser constante, fruto da dedicação de professores e alunos que estejam sempre dispostos a apreender, a analisar, resignificar e refletir sobre o seu fazer profissional, sabendo que a sua luta é árdua, é difícil, mas que sigam acreditando na mudança, numa nova sociedade.

Considerações Finais

Não se pretende encerrar a discussão da formação de professores para a atuação no lazer e nem propor “receitas” para a formação de docentes, pois esse processo se caracteriza por ser aberto e dinâmico, perdurando por toda a vida acadêmica e profissional do sujeito e propício a formulações de novas idéias e novas concepções, impossibilitando o seu fechamento em um ciclo ou em um “manual” de formação de professores.

Enquanto profissional de Educação Física, a partir deste estudo, percebi a importância do lazer na vida das pessoas e no cotidiano de uma determinada comunidade, uma vez que nesse processo está o professor, possibilitando a gênese de um local pedagógico e de vivências determinantes para uma melhoria da vida da população.

Em síntese, a atuação do lazer na formação do curso de Educação Física da UEPA, embora ainda não ocorra por todos os professores uma prática pedagógica investigativa sob as bases de ensino PROJETO desenvolvida pela disciplina Estudos do Lazer, que visa articular ações de ensino-pesquisa-extensão, no entanto, existe uma prática em comum entre eles, entendendo-se o lazer como um direito social, e não somente como descanso e diversão.

Como sugestão para aumentar o ciclo de debate sobre as ações políticas do lazer se deve promovê-lo para outros campus na UEPA pelas vias das práticas interdisciplinares; fortalecer os laços de parceria com as instituições públicas e fortalecê-lo como um direito social.

Referências Bibliográficas

GOMES, Cristiane Luce. Competências profissionais para a formação em recreação. In: IX Congresso Nacional de Recreación Coldeportes / FUNLIBRE, 14 al 17 de septiembre de 2006. **Anais**, Bogotá, D.C., **COLOMBIA**. Disponível em: <<http://www.redcreacion.org/documentos/congreso9/CLGomes.html>>, acesso em: 14 de Abril de 2008.

ISAYAMA, H. F. **Recreação e lazer como integrantes de currículos dos cursos de graduação em educação física**. Campinas: Faculdade de Educação Física da Unicamp, 2002. (Tese, Doutorado em Educação Física).

LÉFREVE, F; LÉFREVE, A. M. C. O discurso do sujeito coletivo:

um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos). Caxias do Sul/RS: EDUCS, 2000.

MARCELLINO, N. C. Lazer e Sociedade: algumas aproximações. In: _____. (Org). **Lazer e sociedade: Múltiplas relações**. Campinas/SP: Alínea: p. 11-26, 2008.

MOREIRA, CALEFFE. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. São Paulo: Cortez, 2006.

PÁDUA, E. M. M. de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. Campinas/SP: papirus, 2004

_____. **Lazer, trabalho e educação: relações Históricas, questões contemporâneas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG: CELAR-DEF/UFMG, 2000.

PROJETO ATLETA CIDADÃO: um estudo sobre a relação aluno-atleta a partir do olhar de quem joga

Ana Amália de Sá⁵³

Licenciatura Plena em Educação Física pela Escola Superior
Madre Celeste – ESMAC
Msc. Zaira Valeska Dantas da Fonseca (Orientadora)

Resumo: A partir da reflexão acerca da concepção atual do esporte moderno, da relação do esporte dentro dos espaços de formação, do desporto educacional e da realidade do esporte na Escola Superior Madre Celeste (ESMAC), objetiva-se analisar como tem sido organizada e tratada a relação do aluno-atleta sob o seu próprio ponto de vista através da política da Bolsa-Atleta realizada pela instituição por meio do Projeto Atleta Cidadão. Para isso considerou-se a perspectiva crítico-dialética de análise, utilizando-se de questionário semi-estruturado aos alunos-atletas da IES em questão. Ao analisar tal relação foi possível apontar a importância do incentivo da bolsa-atleta para o aluno-atleta, como meio para sua formação profissional. Identificou-se a função do esporte, por meio do Projeto na ESMAC, para os alunos-atletas como forma de ascensão social associada ao espaço no mercado de trabalho, notou-se a falta de política da instituição para recebimento do incentivo da bolsa-atleta, além das poucas alternativas apresentadas para garantir formação profissional de qualidade diante de problemas enfrentados na relação aluno-atleta.

Palavras Chave: Esporte. Educação. Formação Profissional. Aluno-atleta.

Introdução

O discurso acerca do esporte no ambiente escolar sempre esteve ligado a fatores de inclusão e formação do ser de modo integral. Embora tal perspectiva seja apresentada, o esporte, por meio da Educação

⁵³ Endereço: Trav. Eneas Pinheiro, 1700 – Bairro: Marco – CEP 66095100 – Belém/Pará. Tel/Fax: (91) 3276-8143. Email: anasaci@gmail.com

Física Escolar, vem sendo submetido a críticas em duas dimensões, como se pode confirmar na fala de Assis (2005):

A primeira dimensão diz respeito a essa relação de exclusividade (sem espaço para outro tema), primazia (prioridade quanto ao tempo e à organização do espaço) ou hierarquia (outros temas tratados em função dele) na organização das aulas de educação física. A segunda dimensão da crítica diz respeito à função do esporte na escola, sustentando-se, por um lado, na idéia de que o esporte que acontece na escola está a serviço da instituição esportiva, na revelação de atletas [...] e, por outro lado na dimensão axiológica, nos valores que ele transmite, perpassa e constrói. A escola por meio da educação física estaria assumindo os códigos, sentidos e valores da instituição esportiva. (p.16)

Atualmente, o esporte vinculado ao espaço educacional (escolas, universidades) se torna expressivo, uma vez que é visto como uma prática social relevante por estar diretamente relacionada a aspectos como saúde, educação, cumprimentos de normas e valores mais amplos, como por exemplo, o respeito. Porém o esporte moderno em consonância com a sociedade capitalista em que se vive traz também questões importantes a serem discutidas:

O fato é que o esporte, tal como o entendemos, i) nasce com a sociedade industrial e é inseparável das suas estruturas e funcionamento, ii) evolui estruturando-se e organizando-se internamente de acordo com a evolução do capitalismo mundial, e iii) assume forma e conteúdo que refletem essencialmente a ideologia burguesa. (PRONI, 2002. p.37)

De acordo com essa caracterização do esporte assumida pela sociedade moderna, em virtude da profissionalização e da mercantilização do esporte, as instituições de ensino, principalmente as particulares, relacionam seus nomes como promotoras de talentos esportivos e formadoras de “campeões”. No que diz respeito à realidade deste objeto de estudo, a Instituição de Ensino Escola Superior Madre Celeste (ESMAC) apresenta o seguinte discurso:

criação da ESMAC trouxe a ampliação das vertentes nas demais modalidades esportivas, proporcionando a concretização de alguns projetos necessários tanto para ajudar na consolidação de nossa IES, quanto na contribuição para efeitos de Marketing através dos campeonatos e torneios que participa. (ESMAC, 2009)

Em se tratando das universidades o esporte não tem sido tratado

de maneira diferente. O esporte universitário vem sendo organizado por órgãos em âmbito nacional (Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU) e em âmbito Estadual (Federação de Esportes Universitários do Pará – FEUP). Percebe-se que o esporte dentro das universidades visa também o rendimento, através de competições nacionais e estaduais que para a participação em nível nacional (Jogos Universitários Brasileiros - JUBs) é necessária classificação em nível estadual; que no caso do Pará tem-se os Jogos Universitários Paraenses (JUP's) organizados pela FEUP.

A partir disso, algumas instituições de ensino aderem aos eventos esportivos, como é o caso da ESMAC, que apóia sistematicamente o esporte no estado, participando das principais competições organizadas pelas entidades esportivas supracitadas, por meio do Projeto Atleta Cidadão, o qual tem como foco principal a promoção de atividades físicas e esportivas, conforme descrito em seu projeto esportivo de integração “[...] o presente projeto tem como foco principal a promoção de atividades físicas e esportivas envolvendo associados e a comunidade, com fins recreativos, sociais e formativos”. (ESMAC, 2009)

É possível verificar nessa relação histórica do esporte e no processo de formação neste mundo moderno um interesse voltado para utilização da prática esportiva, isto se deve ao fato, mais uma vez, de que se vive em uma sociedade capitalista com caráter competitivo e a busca incessante pela vitória e superação do outro. Porém é importante evidenciar as iniciativas por parte de instituições de ensino em inserir o esporte como objeto de promoção da inclusão social a um público sem acesso à educação superior, como demonstra:

[...] a ESMAC, através de seu projeto ATLETA CIDADÃO busca abranger a comunidade, oferecendo bolsas parciais e integrais, oportunizando as camadas mais carentes a chance de ingressar em um curso superior de alto nível. (Site ESMAC – NAE, 2009)

No que tange à vida estudantil de atletas, encontra-se importante referência na regulamentação dos desportos de 1975:

Aos atletas estudantes, segundo o Decreto nº 80.228, de 25 de agosto de 1977, regulamentação da Lei 6251/75, previa-se que a participação em competições esportivas oficiais seria considerada atividade curri-

cular, para efeito de apuração de frequência, até o limite máximo de 25% das aulas ministradas em cada disciplina, área de estudo ou atividade, assim como a determinação de época especial para execução das provas ou trabalhos exigidos durante o período de afastamento, para avaliação do aproveitamento (art. 178). (GUIMARAES, 2009. p 8).

O texto da lei citada acima possibilita refletir acerca da relação aluno-atleta na ESMAC, pois aponta para uma dupla responsabilidade da instituição que consiste em ao mesmo tempo em que a instituição deve garantir procedimentos de avaliação e acompanhamento dos alunos atletas de maneira especial, deve também garantir que as ausências e a falta de participação nas aulas tenham um limite afim de que os alunos-atletas não tenham sua aprendizagem prejudicada pela prática esportiva e, conseqüentemente, tenham qualidade na formação profissional.

A proposta de pesquisa deste trabalho inscreve-se num contexto geral de reflexão sobre esporte e educação, a partir da visão do próprio aluno-atleta sob o aspecto do incentivo à prática esportiva e à formação no ensino superior por meio da política de bolsa-atleta empregada pela ESMAC, através do Projeto Atleta Cidadão, na cidade de Ananindeua, Estado do Pará.

De acordo com o levantamento inicial, observou-se que, do ponto de vista da produção científica local, há poucos estudos que investiguem as implicações que envolvem a prática do esporte universitário. Celi Taffarel (2009a), quando questionada sobre as manifestações do esporte na Universidade Federal da Bahia (UFBA), afirma que:

O esporte deve fazer parte do currículo da UFBA deve ser incentivado e motivado para todos. O que constatamos é que não existem planos, espaços, instalações, aparelhos, equipamentos, tempos, processos para inclusão do esporte enquanto uma PRÁTICA SOCIAL DE RELEVÂNCIA PARA TODOS EM ESPECIAL PARA A JUVENTUDE. [...] As atividades corporais entre as quais o esporte, a dança, a capoeira, a ginástica, e outras, são fenômenos culturais de alta relevância social na atualidade porque repercutem no sistema de valores, na saúde, na educação, na moral e na ética de seus praticantes. Negar a juventude em formação o acesso e as oportunidades de praticar tais atividades é condená-las a ignorância e a exclusão de um universo cultural que en-

riquece as relações humanas. Os jovens têm necessidade e reivindicam uma política cultural para sua formação onde as atividades corporais e esportivas tenham lugar de destaque.

Assim, o estudo proposto se torna de suma importância para que se possa refletir os sentidos e os significados da presença do esporte na universidade e, portanto, suas possíveis contribuições para a formação humana e profissional dos alunos-atletas. Também acredita-se que as reflexões aqui empreendidas poderão contribuir para a formulação de políticas para o esporte educacional que tomem a relação aluno-atleta como um fator relevante do processo.

Objetivou-se assim, analisar como tem sido organizada e tratada a relação do aluno-atleta, sob o seu próprio ponto de vista, durante sua experiência no projeto Atleta-Cidadão. Além do objetivo citado anteriormente, fez-se necessário também identificar e analisar como se dá a política de bolsa-atleta e suas implicações no processo de formação profissional do graduando e analisar a relação deste, praticante do desporto de rendimento, com as suas obrigações acadêmicas. A partir dessas reflexões provocadas por este estudo, espera-se instigar possíveis mudanças para a melhoria na relação aluno-atleta com a IES e, fundamentalmente, oportunizar a fala do aluno em questão: suas dificuldades, anseios, insatisfações e também suas conquistas e oportunidades através da Bolsa-Atleta.

Para o alcance do objetivo proposto para este trabalho de pesquisa, optou-se pela perspectiva crítico-dialética. Segundo Frigotto (2006), a dialética, numa abordagem materialista-histórica, pretende demonstrar uma tese por meio da argumentação, definindo e distinguindo os conceitos envolvidos na discussão, devendo-se levar em conta a totalidade, o específico, o singular e o particular, ou seja, as categorias totalidade, contradição, mediação, alienação não são apriorísticas, mas construídas historicamente. Sobretudo, os dados levantados durante o processo investigatório dessa pesquisa, serão coletados e registrados com o necessário rigor, buscando aproximar-se da perspectiva de análise apresentada pelo autor, e seguindo todos os procedimentos necessários para confiabilidade dos resultados alcançados.

Após a definição da perspectiva para a construção do conhecimento, há que se considerar que ela não pode ser única para a concretização deste estudo e, para isso, foram necessárias algumas estratégias

e procedimentos metodológicos articulados. Este estudo centrou-se, fundamentalmente, na fala dos alunos-atletas da ESMAC, utilizando como critério o fato de ser uma instituição que apóia sistematicamente o esporte no Estado do Pará. Assim, foram aplicados 14 questionários, para garantia da análise dos 10 sujeitos pretendidos inicialmente, entretanto a análise foi realizada com 11 sujeitos.

Análise da experiência do aluno-atleta da ESMAC

Ao analisar o perfil dos alunos-atletas (AA) que participaram dessa pesquisa, observou-se que a maioria trata-se de jovens, que estão na faixa etária de 20 e 26 anos, e que possuem renda familiar que pode ser considerada baixa. Ao relacionar com a bolsa-atleta, a renda familiar dos sujeitos demonstra que o aluno-atleta coloca-se em situação de dificuldade de acesso ao ensino superior, por não poder pagar o valor da mensalidade de uma faculdade, pois esta corresponderia acerca de 50% da renda familiar, além do difícil acesso as universidades públicas.

Com relação às implicações ou contribuições da experiência como aluno-atleta para o processo de formação profissional, destacam-se alguns pontos relevantes na resposta desses alunos no que diz respeito à importância do incentivo da bolsa-atleta. Todos os sujeitos consideram a bolsa um importante incentivo para sua vida profissional, dado que, no que se refere aos aspectos financeiros, sem o auxílio supracitado, não haveria a possibilidade de frequentar um curso superior particular.

Outro aspecto constatado foi a importância dada à bolsa-atleta para a ascensão profissional e, conseqüentemente, compreendida pelos sujeitos como possibilidade de ascensão social através desse incentivo, conforme observa-se na seguinte fala: “Porque me dá a oportunidade de ser um profissional da área da educação física e com a bolsa essa realidade pode se concretizar e sem ela (bolsa) isso não seria possível” (AA8).

Ao estabelecer uma relação entre este ponto da pesquisa com a posição de Soares & Vaz (2009, p.503) acerca das características do esporte moderno, é possível perceber que esta realidade é enfatizada na ESMAC pelo Projeto Atleta-Cidadão, pois o projeto estimula e possibilita a entrada de jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica

com o sonho da ascensão e da mobilidade social através do processo de “profissionalização do campo esportivo”. Assim, para os alunos-atletas o esporte, por meio da bolsa-atleta, aparece como única possibilidade de conquistar uma carreira profissional e, conseqüentemente, como forma de se conquistar essa ascensão e mobilidade social.

Nota-se que a função exercida pelo esporte, nesse caso, é bastante funcionalista, pois este serve como um trampolim para a conquista de espaço no mercado de trabalho. Taffarel (2009b) trata sobre o exemplo do futebol brasileiro e seus atletas, que estão sempre a mercê do sistema desportivo nacional, com direitos negados e a minoria considerada mercadoria altamente lucrativa para as agências financiadoras e patrocinadoras do esporte.

Pouco se relaciona a prática esportiva como o acesso à cultura corporal historicamente construída e como possibilidade de desenvolvimento humano. Para autora mencionada no parágrafo anterior é necessário reinventar o esporte:

[...] uma reorientação no seu sentido (pessoal) e significado (social) [...]. O ponto crucial é, portanto, o acesso real à cultura corporal, à educação física, ao esporte educacional, que não se dá fora da luta política e da reflexão por meio da prática efetiva das atividades, mas de uma prática capaz de aquisição e compreensão da expressividade da linguagem corporal, refletindo sobre o significado e os valores do mundo por ela representados e, também, construídos. (TAFFAREL, 2009b. p.87)

A idéia da função da bolsa-atleta para buscar a formação profissional é reforçada a partir de outro ponto constatado e considerado relevante para a pesquisa, em que é possível observar que dez dos onze alunos-atletas, quando questionados sobre o objetivo motivador da participação no Projeto de que trata este estudo, responderam ser a formação profissional, apenas um deles respondeu ter como objetivo principal o crescimento profissional como atleta.

Quanto às alternativas apresentadas pela instituição para a garantia da aprendizagem do conteúdo perdido, alguns alunos-atletas apresentam algumas maneiras de enfrentar as situações recorrentes de faltas com as obrigações acadêmicas por motivo de jogos ou treinamentos:

[...] garante que em caso de falta por compromissos como jogos, essas

faltas são abonadas, mas em caso de treino não podemos usar esse recurso. (AA5)

Geralmente os conteúdos dos dias perdidos estão no email da turma, com isso podemos nos atualizar. (AA6)

Por outro lado, é possível constatar que as alternativas apresentadas pela instituição não têm sido suficientes para garantir a aprendizagem e, conseqüentemente, assegurar a qualidade na formação. Percebe-se que, de acordo com a fala dos sujeitos, a ESMAC não se utiliza de mecanismos para o acompanhamento diferenciado no processo de formação desses sujeitos, ou seja, o aluno-atleta leva uma vida diferenciada, na qual tem obrigações duplas com a instituição, entretanto, o inverso não ocorre.

Além disso, os alunos-atletas, ao serem questionados sobre o tempo destinado entre as obrigações acadêmicas e as obrigações de atleta, revelam a dificuldade em conciliar essas obrigações.

As falas dos alunos-atletas levantam aspectos importantes. O primeiro aspecto seria a relação entre a vida de atleta, a vida acadêmica e a vida profissional, já que este sujeito está inserido no mercado de trabalho e precisa conseguir conciliar com as suas obrigações enquanto aluno-atleta. O segundo aspecto se encontra baseado na relação entre aluno-atleta e professor; observa-se que é recorrente durante a fala dos alunos a falta de compreensão por parte dos professores no processo de formação. Entretanto, ao que parece, os professores, ao questionarem esses alunos-atletas, podem estar preocupados com o processo de formação desse sujeito, cumprindo assim, um dos seus papéis mais importantes como educadores. Porém infere-se que os alunos-atletas não podem ser penalizados ou cobrados, se a própria instituição não oferece alternativas suficientes para a melhoria da relação aluno-atleta. Para tanto, seriam necessários estudos que pudessem analisar a relação professor / aluno-atleta, pois não parece claro aos professores como se dá a relação em ser aluno e ser atleta na instituição.

Contribuições para uma nova concepção do Projeto Atleta-Cidadão na relação Aluno-Atleta da ESMAC

Inicialmente, observou-se uma relação interdependente entre o aluno-atleta e a IES, uma vez que o primeiro ao receber o incentivo da bolsa-atleta afirma ser esta muito relevante para a sua formação e vida

profissional, a partir da concepção de que é a única alternativa para a conquista desta formação. Percebe-se aqui a existência de uma relação entre empregado (aluno-atleta) e empregador (instituição) como, por exemplo, é possível perceber na fala do AA6 ao analisar as consequências de suas faltas para sua formação alegando que “embora isso já tenha ocorrido, foi por obrigações com a própria instituição” ou ainda no caso do AA11:

[...] os professores devem entender que para nós estudarmos é necessário também o nosso comprometimento com a instituição enquanto equipe, exercendo nossas obrigações e responsabilidades como atleta, só assim, podemos usufruir da bolsa que está sendo dada.

O AA1 argumentou o seguinte, “[...] que nós atletas, na maioria depende de resultados, sem esses resultados não teríamos condições de bancarmos a nossa faculdade.” Ao analisar esta fala, relacionada ao esporte de rendimento verificou-se que, conforme discutido por Bracht (2005), a manifestação deste apresenta-se ao praticante a partir do mundo do trabalho. O esporte, tanto nos espaços de formação como escolas, universidade, como neste caso da ESMAC, é o esporte de rendimento ou espetáculo, que se caracteriza pela superação do outro, pela busca por resultados, recordes, seleção do melhor, valorização apenas daquele que ganha, necessidade de existência do campeão, aliás características necessárias para o consumo do esporte moderno e apoiado pela massa, instruídos sobretudo pelos meios de comunicação. Neste aspecto, Taffarel (2009b) também afirma que:

Para alterarmos as relações com o desporto, principalmente na perspectiva da superação da condição de sermos meros consumidores da indústria cultural de massa, precisamos insistir conscientemente na criação de espaços livres, cada vez mais amplos, para a prática criativa do esporte para que surja uma cultura cotidiana multifacetada e comunicativa e uma solidariedade cotidiana libertada das relações acomodadas de compra e venda. Para que seja forjada uma nova mentalidade em que a positividade do lúdico solidário prevaleça sobre o agonístico exacerbado. (p. 91)

Confirmou-se que a ESMAC é vista pelo aluno-atleta como um espaço de formação, pois foi identificado, por meio da pesquisa, que o referido aluno busca, por meio do projeto Atleta-Cidadão, o sonho

de ter uma formação profissional. Porém, nota-se que esta relação do aluno-atleta e a instituição formadora concedente da bolsa atleta não possui nenhum processo regulatório, deixando assim as necessidades do aluno-atleta a mercê da instituição de ensino.

Entende-se que para a instituição cumprir de fato, por meio do esporte, sua ação de inclusão social, precisa superar seu papel apenas funcionalista e se propor a ser um agente preocupado em fomentar o acesso ao esporte como um componente da cultura corporal historicamente construída. Neste aspecto, uma ação regulatória do Estado pode ser uma via importante para o controle das ações das IES junto aos alunos-atletas, buscando evitar que supostas ações assistenciais executadas por meio de concessão de bolsas que envolvam a prática esportiva sejam mal utilizadas pelas IES.

Durante este estudo foi possível constatar que não existem políticas para a bolsa-atleta, não existe um processo de seleção organizado para que sejam envolvidas tanto questões de cunho acadêmico quanto de cunho esportivo. É preciso que esta realidade se modifique e que existam critérios para a participação no Projeto Atleta Cidadão, de modo que o discente possa usufruir do incentivo que é a bolsa-atleta.

Esta pesquisa propõe, por fim, que haja um Estatuto do Aluno-Atleta, de maneira a organizar a relação aluno-atleta / IES, onde constem os direitos e deveres enquanto aluno e enquanto atleta, pois é notória a ausência de um instrumento normatizador quando da observação da fala de AA2 ao sugerir “melhor planejamento e organização”.

Alem disso, é necessário que a ESMAC ofereça garantias ao aluno-atleta no que diz respeito ao aproveitamento da aprendizagem e às participações nas aulas; a IES precisa oferecer processos tanto de construção de conhecimento quanto avaliativos diferenciados para o aluno-atleta, dada a constatação de que um dos maiores prejuízos enfrentados pelo aluno-atleta é não ter como repor os conteúdos perdidos e ter que depender exclusivamente de si mesmo.

Para que ocorra nova concepção do Projeto Atleta Cidadão, é preciso que a realidade atual da ESMAC seja modificada, é preciso que ela assuma sua responsabilidade na relação aluno-atleta, sabendo de seu compromisso ético e com toda a comunidade acadêmica e esportiva. O esporte dentro da instituição precisa ser entendido enquanto

“bem cultural, imprescindível para entender e interferir criticamente na cultura de nosso tempo histórico” (TAFFAREL, 2009b, p.81). Essas mudanças possibilitariam uma nova concepção do referido projeto na ESMAC, trazendo benefícios para o engrandecimento do esporte universitário paraense e melhoria no processo de formação profissional desses alunos-atletas.

Considerações Finais

A função do esporte predominante na sociedade vem sendo funcionalista, ou seja, passa a ser visto como importante janela para a ascensão social, como no caso dos jogadores de futebol, que buscam carreiras milionárias através dessa prática esportiva. Foi possível constatar que o esporte dentro da ESMAC tem sido visto com uma ferramenta importante para o ingresso no ensino superior, em que os alunos-atletas visualizam uma grande oportunidade de se inserir no mercado de trabalho com a graduação.

Após a análise dos questionários foi possível chegar há alguns resultados que levaram a refletir o papel do esporte na ESMAC. O esporte é organizado pelo Núcleo de Apoio ao Esporte (NAE) e apresenta-se sob o discurso de esporte-educação, entretanto ao ser analisada a resposta dos alunos-atletas, notou-se que existem características primícias do esporte de rendimento, como a busca por resultados, pois os sujeitos alegam depender desses positivamente para a permanência do incentivo da bolsa-atleta.

A bolsa-atleta é um incentivo relevante para a vida desses sujeitos, uma vez que o enxergam como oportunidade única para ingressar no ensino superior. No entanto, os alunos-atletas alegam que sua formação profissional é prejudicada pela prática esportiva, pois o processo da bolsa-atleta não apresenta políticas que organizem e dê garantias suficientes para uma formação de qualidade, aspectos apresentados como: falta em excesso por motivos de jogos e treinos, horários de treino muito próximos das aulas ou, ainda, no mesmo horário das aulas não são resolvidos de maneira a repor o conteúdo perdido. Notou-se que, apesar dos alunos apresentarem em suas falas uma preocupação com as suas obrigações acadêmicas, o que tem prevalecido são as obrigações como atleta.

O esporte no âmbito educacional, em função do seu processo histórico, precisa ser tratado com fins formativos, de modo a propor a in-

serção de valores fundamentais à formação do homem. Neste sentido, a concessão de bolsas precisa estar submetida a um processo de regulação que garanta a qualidade na formação dos alunos. É preciso considerar a prática esportiva como elemento de contribuição no processo formativo e que a participação em competições e o tempo destinado aos treinos não possa isentar o compromisso com a formação desse sujeito.

Este estudo foi importante para que fosse sugeridas propostas de melhoria na relação supracitada, uma vez que poderão trazer benefícios tanto para aquele que pratica o esporte, o aluno-atleta, quanto para aquele que promove e incentiva essa prática, a IES, tais como: a criação de um Estatuto do Aluno-Atleta; a implementação de processo de avaliação diferenciado; processo de construção diferenciado de conhecimento; apresentação de políticas para participação no projeto; e que o recebimento do incentivo da bolsa-atleta tenha como critérios tanto o cunho acadêmico quanto o cunho esportivo; apresentação de critérios para faltas dos alunos-atletas e limites para essas faltas a fim de melhor aproveitamento da aprendizagem, elemento fundamental para uma formação de qualidade.

Contudo, é importante ressaltar que as análises aqui empreendidas não são conclusões definitivas acerca desse processo. Faz-se necessário daqui para frente ampliar os estudos sobre a relação aluno-atleta nos espaços de formação profissional, em especial na ESMAC, buscando maior diálogo com a própria instituição e com os professores, a fim de que sejam construídas possibilidades de uma vivência esportiva comprometida com a formação humana.

Portanto, as análises aqui apresentadas, são provenientes do exercício analítico, entendido como prática social necessária, de alguém que tem um comprometimento com a IES e com toda a comunidade acadêmica / esportiva.

Referências Bibliográficas

ASSIS, Sávio de Oliveira. **Reinventando o esporte**: Possibilidades da Prática Pedagógica. 2 ed Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte**: uma introdução. 3 ed. Unijuí: Ed. Unijuí, 2005.

ESMAC – **Projeto de integração esportiva atleta-cidadão**. NAE – Núcleo de Apoio ao Esporte, 2009.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GUIMARÃES, Alexandre Sidnei. **A Bolsa-atleta eleva o desempenho de seus beneficiários?** Análise do período de 2005-2008. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao/texto50Alexandresidnei.pdf>. Acesso em: 11/11/2009.

NAE – Núcleo de Apoio ao Esporte Disponível em: <http://esmac.com.br/nucleos_nae_apresentacao.php>. Acesso em: 25/11/2009.

PRONI, Marcelo. Brohm e a organização capitalista do esporte. In PRONI, Marcelo; LUCENA, Ricardo (orgs.). **Esporte: História e Sociedade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

SOARES, Antônio J. G. & VAZ, Alexandre F. Esporte, globalização e negócios: o Brasil dos dias de hoje. In PRIORE, Mary Del & MELO, Victor Andrade (orgs.). **História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais**. São Paulo: Editora UNESP, 2009

TAFFAREL, Celi Zulke. O Esporte na Universidade. **Rascunho Digital**, 2009a. Disponível em: <http://www.faced.ufba.br/rascunho_digital/textos/446.htm>. Acesso em: 28/11/2009.

TAFFAREL, Celi Zulke. Desporto Educacional: Realidades e Possibilidades das Políticas Governamentais e das Práticas Pedagógicas nas Escolas Públicas. In STIGGER, Marco Paulo & LOVISOLO, Hugo (orgs.). **Esporte de Rendimento e Esporte na Escola**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009b.

REGIÃO NORDESTE

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER EM ALAGOINHAS: maneiras de ver e fazer da gestão 2001-2008

Hosana Larissa Guimarães Oliveira⁵⁴

Licenciada em Educação Física pela Universidade do Estado da Bahia

Resumo: O presente trabalho se propôs a estudar a concepção de políticas públicas que norteou a ação dos gestores públicos em Alagoinhas, entre 2001-2008. Tendo como objetivos discutir quais os parâmetros que guiaram a gestão do esporte e lazer na cidade, analisar os dados acerca do Ordenamento Legal municipal, estabelecendo relações com a legislação nacional vigente e o Sistema Nacional de Esporte e Lazer e suas implicações nas ações do poder público, e mapear os projetos e programas existentes neste campo. Trata-se de uma pesquisa que tomou a dialética como referência para o entendimento da realidade, utilizando como instrumento de levantamento de dados a entrevista semiestruturada e a análise documental, valendo-se da análise do discurso para interpretação dos dados. Ficou evidenciado que na gestão investigada os ideais estiveram bem distantes da realidade concreta, assim como, as ações do esporte e lazer na cidade estiveram para o Sistema Nacional do Esporte e Lazer, dificultando a elaboração e execução de políticas públicas que assegurassem a efetivação deste direito social.

Introdução

A relação com a temática deste estudo surge a partir da criação do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física Esporte e Lazer – GEPEFEL/ CNPq, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB,

⁵⁴ Rua da Poeira, Nazaré, n. 55, Salvador –BA. CEP: 40040-520
(71) 3395-5154
larissa_guimaraes@yahoo.com.br

Campus II, Alagoinhas, quando fomos oportunizados a iniciar nossa trajetória científica dentro da linha de pesquisa Ordenamento Legal e Políticas Públicas de Esporte e Lazer.

Ao mesmo passo em que as experiências vividas iam fortalecendo nossa formação acadêmica e humana, o maior contato com a literatura permitia-nos a ampliação do olhar sobre as políticas públicas de esporte e lazer. E então, começávamos a perceber lacunas, tanto no que diz respeito ao estudo sobre a nossa realidade local, quanto nas ações referentes ao cenário nacional.

Uma dessas inquietações diz respeito à concepção de políticas públicas de Esporte e Lazer que nortearam as ações dos gestores públicos do período de 2001-2008 no município de Alagoinhas – BA, e constitui-se como objeto de estudo do presente trabalho.

Sabe-se que a partir da implantação das políticas neoliberais no país, há uma menor participação do Estado na sociedade e uma minimização na esfera dos direitos sociais, comprometendo as ações no campo da educação, da saúde, da segurança pública e também do esporte e lazer.

Deste modo, esta pesquisa justifica-se pela crescente demanda evidenciada no esporte e lazer no âmbito das cidades, sobretudo como forma de assegurar o direito constitucional de acesso a essas práticas.

E sendo o município o espaço onde essas atividades se materializam é de grande relevância identificar como anda este processo na própria cidade. Além disso, o levantamento de dados através da pesquisa também abre a possibilidade de discutirmos de maneira mais aprofundada a necessidade de criação de um Sistema Estadual de Esporte e Lazer, que articulado com o sistema nacional, possa dar conta das demandas que estão colocadas para os poderes executivos e legislativos, além de permitir o estabelecimento de diretrizes norteadoras para as políticas públicas de esporte e lazer.

Partimos do princípio de que o Esporte e o Lazer são direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988, que deve ser garantido pelo poder público local, através da organização legislativa e da elaboração e execução de políticas públicas, e de que a maioria dos municípios do Estado da Bahia vem sofrendo com a falta de oportu-

nidades no âmbito das práticas corporais, notadamente as relacionadas ao esporte e lazer, pela ausência de ações do poder público.

Presume-se também, que a concepção de políticas públicas de esporte e lazer ainda é restrita, resultando em ações centralizadas e distantes da realidade local; os recursos humanos não são devidamente preparados para desempenhar suas atividades e logo, para o desenvolvimento de projetos e programas; o orçamento destinado ao esporte e lazer é limitado e, conseqüentemente, dificulta o atendimento as demandas da população; e que no âmbito municipal não existe um ordenamento legal que esteja vinculado ao Sistema Nacional de Esporte e Lazer em construção.

Sabe-se, portanto, que para as políticas públicas alcançarem seu verdadeiro papel dentro da sociedade precisam estar pautadas em princípios como a democracia, a participação cidadã, a transparência, a sustentabilidade e a universalidade, para que desta forma consigam atender as reais necessidades sociais.

Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivos discutir quais os parâmetros que nortearam as ações do poder público no âmbito do esporte e lazer da gestão pesquisada; analisar os dados acerca do Ordenamento Legal municipal, estabelecendo relações e discussões com a legislação nacional vigente e o Sistema Nacional de Esporte e Lazer em construção e suas implicações nas ações do poder público; e mapear os projetos e programas existentes no campo do esporte e lazer na cidade investigada.

Caminhos metodológicos

Trata-se de uma pesquisa que tomou a dialética como referência para o entendimento da realidade, e baseado nos estudos de Duarte e Barros (2005) sobre análise documental e dos estudos de Orlandi (2005) sobre análise do discurso, utilizou tais recursos para atingir os objetivos do estudo.

Para tanto, estabelecemos diálogos com os gestores públicos vinculados às Políticas Públicas de Esporte e Lazer do município de Alagoinhas, através de entrevistas semiestruturadas. A saber, o prefeito que exerceu mandato durante os oito anos de governo estudados, o vice-prefeito também secretário de Cultura, Esporte e Lazer (2005-

2006) – Secretário 01 – e o coordenador de projeto da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer - SECEL (2001-2008) gestor desta secretaria (2003-2004 e 2007-2008) – Secretário 02.

Realizamos ainda o mapeamento e análise de projetos e programas existentes no âmbito do esporte e lazer dessa gestão, disponibilizados pelo coordenador de projetos da SECEL e fizemos o levantamento dos dados acerca do Ordenamento Legal municipal, estabelecendo análises e discussões com a legislação nacional vigente e o Sistema Nacional de Esporte e Lazer.

Desta forma, entendemos que alcançamos os objetivos propostos na pesquisa e que serão analisados nos próximos capítulos a luz do referencial teórico utilizado nesta investigação.

Discutindo a gestão do esporte e lazer em Alagoinhas

Para discutir a gestão do esporte e lazer na administração investigada, traremos inicialmente para o debate o diálogo mantido junto aos gestores públicos que formaram o universo investigativo deste estudo, ressaltando a concepção de políticas públicas que nortearam suas ações e os principais pontos positivos e dificuldades enfrentadas em suas gestões. Em seguida, faremos a análise dos projetos e programas de esporte e lazer a partir dos documentos disponibilizados e do ordenamento legal que ampara as políticas públicas neste campo de atuação em Alagoinhas.

Quando questionamos ao prefeito a concepção de políticas públicas que orientou sua gestão, ele nos apontou que primeiro se tinha a dimensão que trabalhar nesse campo exigia a criação de uma secretaria para o mesmo, a partir disso a SECEL foi institucionalizada. Depois que era preciso entender o esporte com uma visão de massa, de comunidade e não apenas ligado às competições. E trazendo a falta de uma política nacional nesse âmbito, as dificuldades de orçamento pela própria hierarquia de necessidades, na qual os níveis de saneamento deviam ser priorizados, justifica as barreiras enfrentadas. Neste contexto, foi decidido que iriam descentralizar os locais do esporte e introduziram a perspectiva de ter nos concursos públicos, vagas para professores de Educação Física. Comenta que apenas no segundo mandato conseguem aprofundar suas intervenções:

[...disciplinando campeonatos, estando próximo a algumas modalidades que historicamente nunca aconteceram aqui, como a parte de ciclismo, a parte de MotoCross, também outros esportes considerados de aventura e uma série de outras modalidades, principalmente estimulando e envolvendo a juventude].

Fica claro que na visão do prefeito a prioridade de sua administração estava na construção do saneamento básico para o município, e por este motivo, a parte do esporte e lazer enfrentou dificuldades, principalmente financeiras. Concretizando a fala de Bramante (2004) quando afirma que os setores de esporte e lazer, são os de menor importância nos planos de governos. Quando na verdade, este setor deveria estar no mesmo patamar das outras políticas.

Ele avança quando entende que é importante a criação de uma secretaria e ao sinalizar a preocupação em trazer pessoas qualificadas para atuarem na mesma. Entretanto, na prática não verificamos uma escolha mais criteriosa para a nomeação dos gestores do esporte e lazer, assim como, com a formação de quadros de atuação para esta área.

Para os secretários, a centralidade das ações estava voltada para aquilo que era demandado no Orçamento Participativo (OP), como cita o Secretário 01:

[Era um governo popular, que ouvia a população, todas as ações desenvolvidas, levavam em conta as assembleias temáticas do orçamento participativo, portanto, tudo que foi feito lá, não saiu da cabeça de ninguém isoladamente].

O gestor acrescenta que construíram um planejamento estratégico e que todas as secretarias trabalhavam numa visão sistêmica. Buscaram também, estabelecer uma política e um sistema de cultura, esporte e lazer, quando realizaram a I Conferência Municipal de Esporte e Lazer, e Alagoinhas passa a fazer parte do Sistema Nacional de Esporte. Além da tentativa de estabelecer relações com a universidade, assim como, a luta pelo aumento do orçamento para a esse âmbito.

O Secretário 02 comenta que quando assumiram, tinham a consciência histórica, *[...com uma responsabilidade própria, de todo partido de esquerda, de ter uma visão materialista da história]*, criticando as práticas clientelistas, que são comuns no campo do esporte e lazer, utilizadas para fins políticos, de manipulação do voto.

Como se tratava de um governo que se propôs a ser democrático, com visão materialista da sociedade, a consulta a população foi um

elemento muito forte dentro dessa gestão, sempre presente no discurso dos entrevistados. Mas devemos estar atentos, as diretrizes e princípios da gestão democrática, explicitado no Estatuto da Cidade, Em seu Capítulo I, Diretrizes Gerais, Art.2º, II, que visa garantir a participação da sociedade não apenas na consulta, mas em todas as decisões de interesse público, na construção, implantação e acompanhamento de planos, programas e projetos que estejam ligados ao desenvolvimento urbano.

A busca por estabelecer um sistema de esporte e lazer para o município foi um ponto de extrema relevância. Através dele seria possível criar diretrizes, princípios e parâmetros claros e explicitados para nortear as políticas públicas nessa área. Assim como, a luta pelo aumento do orçamento é de grande significância para fortalecer e viabilizar os programas e projetos.

Solicitamos ainda aos gestores que fizessem uma avaliação geral de sua administração, apontando as possibilidades e dificuldades enfrentadas na gestão das políticas públicas de esporte e lazer no município. E com unanimidade colocam que o maior ganho esteve no envolvimento da comunidade na discussão sobre o que deveria ser prioridade de ação.

O Secretário 01 acrescenta:

[Nós deixamos uma proposta que é de longo prazo, que também insere Alagoinhas na Política Nacional de Esporte. Precisamos ter essa visão, de que não dá pra pensar políticas isoladas, tudo que nós fizemos foi no sentido de inserir a cidade no Sistema Nacional].

Sobre o envolvimento com a comunidade, mais uma vez alertamos que ele deve ultrapassar a participação no OP, o que não desconsidera a sua importância, apenas queremos deixar claro a necessidade do envolvimento da sociedade civil em outros momentos. Para que as políticas públicas, assim como Rocha (2004) afirma, possam se constituir em “um verdadeiro espaço de fortalecimento da cidadania”.

Zingoni (2003) alerta para a implementação de ações e intervenções que venham ampliar o diálogo entre a sociedade civil e os agentes públicos, que ministrem os recursos e as oportunidades com responsabilidade e sob a perspectiva de um desenvolvimento auto-sustentável, que é o que se busca com o OP, mas acrescenta que é essencial a ado-

ção de processos de avaliação interna e externa, além de diagnósticos da realidade do esporte e lazer nas cidades.

Quanto aos desafios, são apontadas dificuldades a partir de diferentes olhares. O prefeito coloca a desigualdade no país como a maior barreira para se trabalhar a dimensão do esporte, já que é preciso hierarquizar por onde começar dentro das necessidades básicas da própria sociedade:

[... a maior dificuldade é a desigualdade do país, porque existem questões muito presentes na vida de um administrador que elas precisam ser olhadas de uma forma diferenciada e você na hora que vai hierarquizar por onde começar, (...) então isso é uma barreira terrível, para que você possa interiorizar, estruturar, trabalhar o esporte como o esporte merece].

O discurso que mais uma vez coloca a prioridade a outras demandas como barreira para estabelecer as políticas voltadas ao esporte e lazer, nos remete a uma questão já identificada por Menicucci (2006), para a urgência da construção política do sentido e significado do esporte e lazer na sociedade e mais especificamente deles enquanto direito e necessidade social.

Portanto, as questões voltadas ao esporte e lazer devem ser encaradas de outra forma, como um direito que deve ser garantido a todo cidadão, e que também faz parte do conjunto de elementos que melhoram a qualidade de vida nas cidades.

Na visão do Secretário 01, os recursos e as parcerias constituíram um problema considerável, pois não permitiam que se fizesse o trabalho desejado, assim como comenta a relação com a universidade, seja ela pública ou privada, que não cumpre a sua função social. Acrescentando ainda as dificuldades políticas:

[Dificuldades políticas, de o êxito de uma política dessa ser atribuído e capitalizado por um partido, e você não se desprende para entender que aquilo é uma política da cidade, seja lá quem for que esteja tocando. Mas existe uma certa dificuldade de você tocar isso, porque se essa secretaria está muito visível, está com muito êxito, isso está atrapalhando o projeto político de alguém ou ajudando o projeto político de alguém...].

O entrevistado reflete antes de discorrer sobre o assunto, já que se trata de uma questão tão delicada e que envolve divergências polí-

ticas. Neste caso, a Intersetorialidade é apontada por Zingoni (2003) como uma das saídas para situações semelhantes, pois essa forma de gerir implica na superação da fragmentação existente na construção dos planejamentos e execuções das políticas setoriais e garante uma gestão mais equalizadora, superando as “superposições” e “competições” dos programas e ações municipais. O Secretário 02 destaca [...a manipulação da opinião pública...], trazendo que era comum esse acontecimento, pelo fato dos setores da mídia na cidade, serem de propriedade da oposição, [... e a quantidade de distorções, calúnias e mentiras, construídas diretamente, todos os dias, de manhã, de tarde e de noite, é um baque extremamente desgastante].

Fazendo uma análise geral das possibilidades e dos desafios colocados pelos gestores, têm-se como maior conquista a participação da comunidade na definição de prioridades através do OP, que não conseguiu ultrapassar a dimensão da consulta.

E como desafios, a política de financiamento é colocada como um dos principais impasses para garantia do direito ao esporte lazer, desconsiderando a possibilidade do próprio município demandar ao Estado a necessidade de aumento do orçamento para essa área, trazendo uma inversão na perspectiva verticalizada existente entre as esferas de governo. Além dos conflitos políticos que não permitem avanços nas gestões, sendo abandonado o verdadeiro sentido e significado de se fazer política em nome da politicagem, e com isso, têm-se a sobrepujança dos interesses individuais sobre os coletivos.

O que os documentos revelam

Foram disponibilizados para a pesquisa dois documentos da SECEL: o relatório sobre o trabalho desenvolvido por esta secretaria, que foi entregue a gestão seguinte, intitulado de “Breve abordagem do conceito de Cultura, documento que norteou a construção e alinhamento com a Política Pública de Cultura nacional” e o “Levantamento de Ações do Governo Municipal”, referente a SECEL, do ano de 2005, 2006 e 2008.

A partir da análise dos mesmos verificamos a ênfase que foi dada para a organização e realização de eventos provenientes do Calendário Festivo e que dão mais visibilidade ao trabalho do governo, como a Micareta de Alagoinhas – Alafolia; Festa de Santo Antônio, padroeiro da

cidade e outros projetos ligados as artes. Como ações e projetos de esporte e lazer é citada a construção e reforma de quadras poliesportivas, a reforma do Estádio Antônio Carneiro; a realização de campeonatos de futebol e torneios de vôlei; o incentivo ao esporte amador a partir do pagamento de inscrições, transporte e hospedagens; alguns projetos denominados enquanto incentivo a esportes radicais, que se resumem em corridas de *mountain bike* e a implantação do Projeto Segundo Tempo do Governo Federal.

A ênfase dada à cultura pela SECEL nos remete a discussão de Marcellino (2007), quando afirma que a experiência tem demonstrado que o “status” de secretaria para o esporte e lazer, em termo de estrutura para a esfera municipal é mais adequada, pois quando vinculados à Cultura, tende-se a valorizar apenas artes e espetáculos, ficando o esporte e lazer em último plano.

Além desta questão, os fatos podem estar ligados a diversos processos: a formação voltada para artes do secretário 02 que mais tempo passou a frente da SECEL, e que também coordenou os projetos; ao orçamento que além de ser reduzido, tinha demandas altas como as festas que atendem o calendário festivo da cidade; e a falta do entendimento do esporte e lazer, como demanda social que requer importância no mesmo patamar das outras políticas, pois também são indicativos de qualidade de vida da população.

No que diz respeito especificamente aos projetos e programas de esporte e lazer, como podemos falar em democratização, se o incentivo ao esporte profissional está unicamente na melhoria do Estádio Antônio Carneiro, cuja reforma teve recurso proveniente do Ministério do Esporte e o incentivo ao esporte amador, em viabilizar a participação em campeonatos, com hospedagem, transporte e até mesmo pagando taxa de inscrição? Temos na verdade, uma restrição nas possibilidades de vivência do esporte e lazer e concordamos com Melo (2004), quando alerta para o desenvolvimento de um senso, no qual as atividades esportivas no esporte e lazer devem adquirir sentido e significados próprios, deixando de serem reféns do esporte espetáculo ou de alto rendimento.

Nesta perspectiva, para o esporte, cabe a sua abrangência nas três dimensões sociais já mencionadas anteriormente a partir de Tubino (1999): o esporte educacional, esporte participação e esporte de

alto rendimento, que estão explicitados na Política Nacional do Esporte. E com relação ao lazer, segundo Marcellino (2007) deve-se considerar seu duplo aspecto educativo, considerando as possibilidades de descanso e divertimento, e de desenvolvimento pessoal e social, como instrumento de mobilização cultural. Concordamos ainda com Leiro (2005) quando aponta que as políticas desta área devem assegurar diversas experiências culturais que colaborem para a reflexão crítica dos interesses de ordem global, mobilizando, discutindo e organizando os interesses de ordem local.

O ordenamento legal municipal que se destina ao âmbito do esporte e lazer encontra-se no Capítulo VI, Da Cultura, Do Desporto e Lazer, sendo tratado em específico no artigo 203, quando define prioridades nas ações do poder público para destinação dos recursos orçamentários para o esporte e lazer:

- II. ao esporte educacional e ao esporte comunitário, na forma da lei;
- III. ao lazer popular;
- IV. à construção e manutenção de espaços devidamente equipados para as práticas esportivas e o lazer;
- V. à promoção, estímulo e orientação à prática e difusão da educação física
- VI. promoção de intercâmbio sócio-cultural desportivo com outros Municípios;
- VII. prioridade às organizações amadorísticas e colegiais no uso de estádios, praças, ginásios de esporte e instalações de propriedades do Município (ALAGOINHAS, 2004).

A partir do exposto, o que se percebe é a reprodução da superficialidade e fragilidade encontrada na Constituição de 1988, no que tange a esse âmbito, onde o esporte e o lazer são colocados como direito, mas não são explicitados os meios que levariam a concretização dos mesmos.

Esta indefinição constitucional pode ter seus aspectos negativos, como no caso investigado, mas também pode servir como um laboratório de inovações como afirma Menicucci (2006), e constituir-se num espaço de edificação de políticas de lazer criativas e inovadoras.

Outro fato analisado foi a ausência de leis criando o Conselho Municipal de Esporte e Lazer (CEMEL), conforme sugere o Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Verificou-se que não há este tipo de regulamentação, confirmando os dados encontrados no Censo Esportivo do IBGE (2003), que apontam para a existência de apenas 25 conselhos em todo o estado da Bahia.

A análise deste contexto também nos revela que ainda é pequena a aproximação e o comprometimento do Legislativo com o esporte e o lazer, pois à medida que o processo de participação nesses setores é reduzido, ele não provoca no Poder Executivo o desvelamento de suas informações e propósitos, com o assumimento prévio e público de compromissos, assim como não oferece ao próprio Poder Legislativo que exerça com mais critério, a defesa dos interesses do esporte e lazer na cidade e o compromisso das condições estabelecidas publicamente (ZINGONI, 2003).

Ficando perceptível o quanto é frágil o aparato legal do esporte e lazer em Alagoinhas, também se torna explícito a necessidade de reversão deste quadro para assegurarmos o direito social ao esporte e lazer. Já que, a falta de meios legais para o controle populacional, impede que a sociedade civil seja capaz de alterar os padrões de administração nesse âmbito (ZINGONI, 2003).

Nas relações com o Sistema Nacional de Esporte e Lazer, ficou explícito a ausência de articulação entre as diretrizes da Política Nacional do Esporte e as políticas e ações da secretaria municipal. Bem como, fragilidade, ou ausência de documentos que orientassem a elaboração e execução destas políticas no município, refletida na fragilidade dos projetos desenvolvidos, que se resumem em atividades isoladas e descontínuas, restringindo a possibilidade de vivências do esporte e lazer.

Considerações finais

Dentro da gestão estudada, as políticas públicas de esporte e lazer em Alagoinhas se concretizaram num contexto consideravelmente favorável para práticas inovadoras neste campo, ao considerar as mobilizações a nível nacional para a criação de uma política para o esporte e lazer, na qual o próprio município participou; o ideal político dos

governantes dessa administração, que se propôs a ser participativo e democrático, assim como, por terem estabelecido um espaço de interlocução com a sociedade, através do OP.

No entanto, não conseguem avançar como deveriam, pois não superaram a concepção restrita do esporte e lazer comumente presente nas gestões públicas, de caráter assistencialista, utilitarista e que tendem a reproduzir os valores da sociedade capitalista, no lugar do seu entendimento enquanto problema político que exige intervenção do poder público, no mesmo patamar das outras políticas.

Portanto, fazem-se necessárias intervenções urgentes nesse campo, para reversão da realidade encontrada. Como proposições de mudanças sugerimos a elaboração de proposta de alteração da Lei Orgânica do município e dos demais documentos legais, cabendo ao legislativo o entendimento do esporte e lazer enquanto problema político, direito do cidadão e indicativo de qualidade de vida nas cidades.

A criação de uma secretaria específica de esporte e lazer, também seria uma estratégia importante para que as barreiras enfrentadas pela sua junção à cultura fossem superadas. Assim como, a continuação da luta pelo aumento do orçamento destinado a essa área por parte do próprio município, trazendo a possibilidade de inversão das hierarquias verticalizadas existente entre as esferas de governo.

Cabe também a administração municipal, estabelecer critérios mais rigorosos para escolha dos seus dirigentes, e a criação de programas de qualificação para formação e capacitação dos recursos humanos. A fim de possibilitar um aumento na capacidade de captar recursos públicos de maneira mais eficiente, e do gerenciamento de ações mais consistentes e eficazes.

Pensando na ampliação dos canais de participação, a implantação do Conselho Municipal de Esporte e Lazer torna-se imprescindível, além da realização de Fóruns com os setores envolvidos com o esporte e lazer da cidade para sensibilização do confronto e transformação da realidade encontrada. E por fim, a elaboração das diretrizes norteadoras de um programa democrático e descentralizado de esporte e lazer, no sentido de contribuir para que o poder público abra tais canais de interlocução junto à população, com a finalidade de discutir, elaborar, executar, fiscalizar e avaliar os projetos e programas nessa área, ultrapassando a dimensão da consulta, e garantindo uma gestão democrática, participativa e cidadã, atendendo assim, as demandas sociais.

Referências Bibliográfica

- BRAMANTE, Antonio Carlos Bramante. Políticas de Lazer. In: GOMES, Christianne Luce (Org.) **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- BRASIL. **Pesquisa do Esporte 2003**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (IBGE).
- BRASIL. **Política Nacional do Esporte**. Brasília: Ministério do Esporte, 2005.
- DUARTE, J.; BARROS, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.
- LEIRO, Augusto César Rios. Educação, lazer e cultura corporal. In: **Revista Presente**, v. 53, p. 47-53, 2006.
- MARCELLINO, N. C. Políticas Públicas de Esporte e Lazer: O papel do poder público e do Terceiro Setor. In: MAIA, L. F. dos S.; OLIVEIRA, M. V. de F.; MENDES, M. I. B. de S. **Poder público, terceiro setor e controle social: interfaces na construção de políticas de esporte e lazer**. Natal: CEFET-RN, 2007.
- MELO, Victor Andrade de. Esporte. In: GOMES, Christianne Luce (Org.) **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MENICUCCI, T. Políticas Públicas de Lazer: questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, E. F. (Org.) **Sobre Lazer e Política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Ed. EFMG, 2006.
- ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: Princípios e procedimentos**. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.
- ROCHA, L. C. Políticas Públicas de Lazer: um olhar sobre a realidade brasileira. In: **Diálogos Possíveis**. Salvador, V. 3, n.2, p. 191-199, 2004.
- TUBINO, Manuel José Gomes. **O que é esporte?** São Paulo: Brasiliense, 1999.
- ZINGONI, P. Descentralização e participação em gestões de esporte e lazer. In: WERNECK, C. L. G.; ISAYAMA, E. F. (Org.) **Lazer, recreação e Educação Física**. BH: Autêntica, 2003.

O ESPORTE COMO POLÍTICA SOCIAL: um estudo sobre a responsabilidade do estado e a intervenção do terceiro setor

Mariana Guedes Gonçalves

Bacharel Serviço Social
Universidade Federal do Maranhão.

Resumo: Esporte como política social: um estudo sobre a responsabilidade do Estado e a intervenção do terceiro setor. Objetivou-se analisar de que forma se configura a presença do Estado e do terceiro setor na garantia de acesso ao esporte no Brasil. O estudo foi realizado através da pesquisa bibliográfica de obras que tratam do assunto, buscando referências ao Estado, ao esporte, ao lazer, às políticas sociais, à política pública de esporte e lazer e ao terceiro setor. A partir da sua denominação como direito social na Constituição Federal de 1988, consideramos como responsabilidade estatal a execução de políticas públicas nesse âmbito, porém não ignoramos o fato da sua mínima atuação ter como consequência a privatização e a publicização dessas políticas, acarretando na naturalização das organizações civis como promotoras das políticas sociais, constatada com o crescimento significativo da intervenção do terceiro setor na área do esporte.

Palavras-chave: Esporte. Estado. Terceiro setor. Políticas públicas.

Introdução

Com um histórico relativamente recente no campo das pesquisas, a questão da presença ou ausência do Estado e do terceiro setor na área de esporte é o objetivo desse estudo. Para analisar tal assunto é necessário abordar a trajetória percorrida pelo esporte até se tornar um direito social e objeto de políticas públicas.

Apesar de não figurar em primeiro lugar na lista das prioridades definidas como áreas de realização das políticas públicas, defendemos a sua importância e julgamos relevante desenvolver uma pesquisa para analisar de que forma diversos autores vêem a relação existente entre Estado, esporte e terceiro setor.

Utilizamos a pesquisa bibliográfica para análise de obras que tratam do assunto, buscando referências ao Estado, ao esporte, ao lazer, às políticas sociais, à política pública de esporte e lazer e ao terceiro setor.

Desenvolvimento

Para iniciar nossos estudos consideramos relevante a compreensão de noções introdutórias sobre o Estado. Perpassando pela visão de alguns teóricos sobre o assunto, o encaramos desde suas funções, estruturas e órgãos. As análises que podem ser realizadas transcorrem pelas relações de poder, pelo direito público, pela constituição das leis e organização da sociedade.

Segundo Bonavides (1980, p; 206)

Todo Estado, em sua essência e substantividade, é poder, como diz o publicista alemão Forsthoff. Não se pode encobrir esse fato, nem se deve ignorá-lo. As formas como esse poder se manifesta ou a maneira como ele se distribui, estas sim se diferem, conforme se trate do poder de um, de vários ou de todos. No ocidente, esse poder político repousa numa estrutura econômica capitalista.

Dentre as diversas possibilidades de apreciação desse assunto, partiremos aqui daquela referente à estrutura econômica e política, levando em consideração a importância e a relevância que tal faceta representa, principalmente no contexto capitalista em que estamos inseridos, e que também será parte essencial de nossa análise.

À luz de pesquisa bibliográfica baseada em diversos autores como Padilha (2004), Behring e Boschetti (2007), Pereira (2004, 2007), Coutinho (2008), Bonavides (1980), discorreremos sobre o desenvolvimento das principais correntes políticas que regeram o capitalismo e dos seus reflexos nas conjunturas econômicas e sociais, o liberalismo, o Estado de Bem-Estar Social e o neoliberalismo.

No liberalismo, uma forma de organização primária, onde as empresas eram de pequeno porte, era cultivado o livre funcionamento do mercado sem intervenção estatal, dessa forma não seria responsabilidade do Estado prover melhores condições àqueles que eram pobres ou que passavam por dificuldades, essa seria um responsabilidade individual.

Entretanto, o Estado Liberal passou por diversas transformações estruturais, com o intuito de amenizar a crise que estava determinada e responder as constantes pressões. Diante de tais acontecimentos, começa-se a repensar certos pressupostos do liberalismo e a considerar uma maior interferência do Estado, já que os movimentos e as leis do mercado se mostraram limitados. Porém, o que acontece não é uma ruptura com os princípios liberais, mas um aperfeiçoamento desses, sem colocar em questão a adesão à ordem capitalista. O maior diferencial desse “novo” Estado de Bem Estar Social, seria a forma com que ele lida com a pobreza e com as inúmeras refrações do caráter capitalista da economia.

O sucesso da forma regulada do capitalismo, com grande interferência do Estado, começou a apresentar nitidamente suas deficiências a partir do final dos anos 1960. As dívidas privadas e públicas aumentavam, a concorrência se intensificava, todos esses, entre outros, eram fatores que culminariam em uma crise. Surgia então perante todas essas crises e como uma reação ao Estado intervencionista e de bem-estar social, a lógica do neoliberalismo, que pregava entre outras coisas o combate aos movimentos operários, a redução dos gastos sociais do Estado, a elevação das taxas de juros, a criação de desempregos e a privatização.

No caso do Brasil, que apresentou um capitalismo tardio, podemos nos questionar se realmente houve um Estado de Bem-Estar Social. Foi no período da ditadura do Estado Novo que se esboçaram os primeiros traços de um possível Estado Social. Mesmo com o avanço que significou a criação de todas as políticas sociais no Brasil, não podemos esquecer como elas eram articuladas, tendo como características a focalização extrema, a precarização e a seletividade.

No processo de abertura política e redemocratização que foi se construindo a partir de 1985, entrou em pauta a necessidade de criar uma Constituição, que passasse a valorizar a democracia, os direitos fundamentais e individuais e a responsabilidade pública. A nova Constituição foi criada no em 1988 e representou grande esperança para a população.

Porém, segundo Montañó (2002), frente às problemáticas da incessante crise, os neoliberais reafirmaram seu repúdio ao Estado pro-

positor de políticas sociais universais, o que acarretou em medidas a favor da lógica do capital, como privatizações ou mesmo a publicização, que significa a transferência de atividades que deveriam ser realizadas pelo Estado para organizações do setor público não-estatal.

A construção do conceito do terceiro setor é realizada a partir de um recorte social em esferas, que denomina o Estado como primeiro setor, o mercado como segundo setor e a sociedade civil como terceiro setor, que é criado em decorrência da incapacidade do Estado (público) em dar respostas às demandas sociais, e ao desinteresse do mercado (privado) em fazer isso, pois se baseia em uma lógica lucrativa. O terceiro setor seria o elo entre esses dois campos, público e privado, e assim surge para lidar melhor com as questões sociais.

Outra forma de resposta às demandas sociais são as políticas públicas, ou mais especificamente as políticas sociais, onde estão inclusos o esporte e o lazer.

Abranches (1998) traz uma reflexão muito interessante em torno da política social. Agrega sua existência aos desequilíbrios da distribuição, que ocorre em favor da acumulação e contra a promoção da igualdade e da satisfação das necessidades sociais. Dessa forma, o Estado deve intervir com o intuito de compensar os custos e efeitos decorrentes do modelo de acumulação, trabalhando com as chamadas questões sociais e buscando a garantia dos direitos sociais de maneira universal.

O surgimento das primeiras praças de esporte e centros de recreio no Brasil apresentou-se na transição dos anos de 1920 para 1930, inseridas no contexto de organização dos espaços públicos urbanos, e promovendo atividades encaradas como meio de manutenção da saúde e de minimização das mazelas sociais, além da recuperação da força de trabalho. Essas premissas definiam o lazer como remédio contra os problemas da sociedade.

Em 1948 é aprovada pela Assembléia Geral da ONU, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que apesar de figurar apenas como uma recomendação, sem força jurídica, é a porta de entrada para campos como o lazer, a saúde, a habitação etc., serem considerados direitos sociais básicos.

O Serviço Social da Indústria (SESI) e Serviço Social do Comércio (SESC), que apesar de serem denominadas como entidades de

direito privado, foram instituídas pelo Estado. Elas representam uma alternativa à intervenção estatal direta, prestando serviços e promovendo atividades de lazer para grande parte da população.

O lazer, com todas as transformações pelas quais passou, tem somente em 1988 seu espaço garantido na Constituição Brasileira que o declara em seu Artº 6 do Capítulo II.

Vale lembrar, que o lazer não está relacionado somente ao esporte, mas pode aparecer como citado anteriormente em diversas áreas, entretanto, Suassuna et al (2007) acreditam que o lazer foi realmente efetivado como um direito social à partir da criação do Ministério do Esporte.

Dentro do lazer, temos a dimensão dos interesses físicos, que é o alvo principal desse estudo, o esporte. Melo (2005) destaca os primórdios das relações entre Estado e esporte no Brasil, na década de 30.

Após diversos momentos como a criação de um ministério exclusivo para o esporte, as Conferências Nacionais do Esporte, programas criados com intuito de democratizar o acesso esse direito, entre outros, a política nacional de esporte foi se consolidando sob diferentes perspectivas, como Inclusão Social pelo Esporte e Lazer, Desenvolvimento do Esporte de Alto Rendimento, Infraestrutura e Desenvolvimento Institucional.

Entretanto, apesar dos avanços alcançados, ainda é muito forte a priorização do esporte de alto rendimento e a relação entre consumo, esporte e lazer. O que acarreta no esporte enquanto mercadoria, disponível somente para aqueles que podem pagar, seja através da espetacularização das práticas e produtos esportivos, ou mesmo dos atletas. Àqueles que não podem arcar com os custos, são disponibilizadas as mínimas ações estatais e a “boa vontade” do *esporte-filantrópico*.

É aí que se encaixam as organizações do terceiro setor com o discurso que tem se tornado bastante comum, o da promoção da cidadania vinculada à prática esportiva. Em uma conjuntura onde a pobreza e outras questões sociais se acentuam, o esporte adquire o papel de redentor da juventude pobre. Essas ações acontecem com a grande participação de atletas e ex-atletas e sob o discurso da inclusão e responsabilidade social.

Melo (2005) comenta o surgimento de um novo conceito bastante utilizado, o esporte social, que remete a ações realizadas por políticas públicas ou privadas, visando o acesso de jovens e crianças ao esporte. Diversas entidades do terceiro setor passam a trabalhar sob esse viés, seja através de parceria com empresas privadas, ou mesmo do Estado, com isenções de impostos, repasse de verbas, terceirização.

A adesão ao neoliberalismo trouxe algumas conseqüências, uma delas foi a destinação das ações na área do esporte ao mercado e às organizações do terceiro setor. Essa medida vem diminuindo a atuação do Estado, tornando sua participação mínima, também nesse campo.

Um exemplo do seu posicionamento é a Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte, do Governo Lula, que como o próprio nome diz, visa por meio da renúncia fiscal, incentivar as empresas a investirem no esporte, compartilhando a sua responsabilidade por essas iniciativas.

Conclusão

Constatamos a crescente presença das entidades do terceiro setor na área do esporte. Seja através de instituições fundadas por ex-atletas, por parcerias entre ONGs e empresas ou entre público/privado. Independente da categoria, a “bola da vez” é o esporte social. Nesse sentido, deixa-se de lado a incessante descoberta de talentos e cria-se uma cultura onde o esporte está diretamente ligado à inclusão social e à cidadania. Mas como fazer essa afirmação se vivemos em um modelo que por si só é excludente? Como garantir um direito social sem garantias de um Estado social? Com a mínima participação estatal, os direitos, quando existem, são focalizados àqueles que apresentam atestado de pobreza. Quanto às outras pessoas, essas podem obtê-los através do mercado.

Por mais bela e solidária que pareça a atuação do terceiro setor nesse âmbito, não podemos ignorar que ela apresenta duas vias: uma que assina embaixo de tudo que o modelo capitalista defende, tomando como sua função o amortecimento das mazelas sociais, a fragmentação das lutas e reivindicações da população, difundindo um conformismo, e outra que pode sim, representar uma alternativa em um contexto onde as políticas públicas realizadas pelo Estado não alcançam suas metas, porém mantém o foco de serem responsabilidades do Estado, incentivando o movimento popular na cobrança da democracia e na articulação da luta por uma sociedade justa.

Referências Bibliográficas

ABRANCHES, Sergio Henrique. Política Social e Combate à Pobreza: A teoria da prática. In: ABRANCHES, Sergio Henrique; SANTOS, Wanderley Guilherme dos; Coimbra, Marcos Antônio. **Política social e combate à pobreza**. 4 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 3.ed.São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca básica de serviço social; v.2)

BONAVIDES, Paulo. **Do estado liberal ao estado social**. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

COUTINHO, Adelaide Ferreira. **Políticas Educacionais e ONGs**. São Luís: EDUFMA, 2008.

MELO, Marcelo Paula de. **Esporte e juventude pobre: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré**. Campinas: Autores Associados, 2005. (Coleção educação física e esportes)

MONTAÑO, Carlos. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. **Revista Lutas Sociais**. vol.8/ 1º Semestre, 2002.

PADILHA, Valquíria. Apontamentos Para um Estudo Crítico Sobre as Políticas Públicas de Lazer. Belo Horizonte: Centro de Estudos de Lazer e Recreação – CELAR. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG. **Licere**, v.7, n.1, 2004.

PEREIRA, Maria Eunice Ferreira Damasceno. **Política dos Mínimos Sociais: integração e responsabilidade**. Texto-base de Conferência ministrada na Justiça Federal, Seção Judiciária do Maranhão, junho de 2007. Mimeografado.

PEREIRA, Potyara A. P. Pluralismo de bem-estar ou configuração plural da política social sob o Neoliberalismo. In: BOSCHETTI, Ivanete. et all (org.) **Política Social: alternativas ao neoliberalismo**. Programa de Pós-Graduação em Política Social. Departamento de Serviço Social. Universidade de Brasília. Brasília: UNB, 2004. p. 135-159.

SUASSUNA, Dulce *et al.* O Ministério do Esporte e a definição de políticas públicas para o esporte e Lazer. In: SUASSUNA, Dulce Maria F. de A; AZEVEDO, Aldo Antonio de. **Política e lazer: interfaces e perspectivas**. Brasília: Thesaurus, 2007. p.13.

O JOGO COOPERATIVO COMO PROPOSTA EDUCATIVA NAS AULAS DE RECREAÇÃO NA VILA OLÍMPICA DO CANINDEZINHO

Luana Caetano de Medeiros⁵⁵

Pós-graduada em Educação Infantil pela Faculdade 7 de Setembro

Resumo: O estudo aqui apresentado foi o resultado final de minha dissertação monográfica defendida na Faculdade 7 de Setembro no programa de pós-graduação em Educação Infantil realizada no período de 2007 a 2009. A investigação realizada foi de caráter qualitativo (Lüdke e André, 1986) e com observação participante (Minayo, 2004), do tipo estudo de caso (Lüdke e André, 1986). Utilizamos nesta investigação, os Jogos Cooperativos como um recurso educativo positivo que contribuem na aprendizagem da prática dos Valores Humanos e que potencializam certas atitudes pessoais como: a empatia, a tolerância, o auto-controle, a confiança, e a honestidade. O estudo tentou responder alguns questionamentos: 1) Como podemos detectar certas ações consideradas conflituosas nas aulas de Educação Física?; 2) Os jogos cooperativos é um recurso didático apropriado para resolver conflitos?, dentre outros. O presente trabalho investigou a prática dos jogos como uma proposta para resolução de conflito entre crianças, de 07 a 09 anos, durante as aulas de recreação, da Vila Olímpica do Canindezinho. Por ser uma pesquisa qualitativa conseguimos compreender a dinâmica das relações sociais e o trabalho que desenvolvido na Vila Olímpica do Canindezinho como resultado das ações humanas. Para este estudo utilizamos as seguintes técnicas para a construção das informações: observação participante, produção de imagens fotográficas e o preenchimento de quadros avaliativos. As análises permitiram confirmar a relevância dos Jogos Cooperativos, tendo um papel fundamental no desenvolvimento global dos participantes, contribuindo assim para que esses possam desenvolver sua criticidade, exercendo sua cidadania de forma participativa dentro de sua comunidade.

⁵⁵ Avenida Mister Hall , nº2992, Apt.: 301, Bloco08. Fortaleza – Ceará - Brasil Telefone: 85 – 32171183 / 85 – 34985942 (fax), E-mail: luana-cm@hotmail.com

Introdução

O presente estudo aborda a possível utilização de jogos cooperativos, como meio para obtenção de mudanças de hábitos agressivos, desenvolvidos por algumas crianças durante o período da infância, evidenciados nas aulas de Educação Física.

O trabalho evidencia uma experiência no campo não-formal da Educação Física, numa Vila Olímpica, que tem como concepção inovadora os princípios do esporte educacional.

Tal concepção enfatiza a relevância dos valores humanos como a cooperação, liberdade, paz, justiça, igualdade e convivência de todas as expressões humanas e seus movimentos que devem ser discutidos e refletidos com as crianças, jovens, adolescentes, adultos e idosos que participam das atividades esportivas e de lazer, artísticas e musicais na mesma. A investigação centra seus olhares a um conceito de conflito positivo, em que o mesmo provoca transformações e mudanças de hábitos ou de atitudes.

Para isso, utilizamos como ferramenta de ação os Jogos Cooperativos. Tais jogos é uma prática que pouco é utilizada nas aulas de Educação Física brasileiras, atualmente, mas que em outros países, como na Espanha, já comprovam seu êxito, através de publicações, como por exemplo, Educação Para Paz do autor Carlos Velásquez Callado em 2004.

Mas será que os jogos cooperativos possibilitam a resolução de conflitos entre as crianças, participantes da modalidade de recreação, com a faixa etária de 07 a 09 anos da Vila Olímpica do Canindezinho? Tomando com base esta problemática foram estabelecidos os objetivos, a metodologia e os recursos que norteiam a presente investigação.

Justificativa do tema

A presente investigação deteve-se sobre o trabalho desenvolvido, nas aulas de recreação, da Vila Olímpica do Canindezinho, Instituição financiada pela Secretaria do Esporte do Governo do Estado do Ceará. O trabalho desenvolvido pela Vila Olímpica baseia-se nos princípios do Esporte Educacional com ações que buscam promover mudanças sócio-culturais e esportivas em bairros com baixo índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

A comunidade em questão passa diariamente por vários desafios como: a pobreza, a falta de saneamento básico, a falta de saúde, insegurança (assaltos, e assassinatos) etc e tudo isso provoca certo amedrontamento por parte destes “cidadãos”. Tais acontecimentos obrigam as famílias viverem com medo e a transformarem suas casas em verdadeiras prisões devido a violência exacerbada pelas ruas do bairro. Sendo assim as crianças não podem brincar fora de casa.

Com a chegada da Vila Olímpica, há um ano, o bairro encontrou “uma luz no fundo do túnel”, pois a mesma apresenta uma estrutura física com bastantes espaços livres que contemplam as necessidades (um espaço de lazer seguro para que seus filhos possam usufruir) dos que residem na comunidade.

Daí a necessidade em elaborar um trabalho que oportunize um momento prazeroso, de liberdade, e que ao mesmo tempo proporcione o acesso ao conhecimento, através de jogos diferenciados do tradicional ou popular de sua rotina.

OBJETIVOS DO ESTUDO

Objetivo geral do estudo

A investigação analisou a relevância dos Jogos Cooperativos para resolução de conflitos entre crianças entre 07 a 09 anos, durante as aulas de recreação, presentes na Vila Olímpica do Canindezinho.

Objetivos específicos do estudo

Foram objetivos específicos da investigação:

- h. Possibilitar novas vivências de jogos, aos participantes da pesquisa;
- i. Observar os tipos de comportamento e de atitudes desenvolvidos pelas crianças durante a execução dos Jogos Cooperativos;
- j. Verificar a forma de como as crianças se organizam para solucionar os desafios propostos, resolução de conflitos;
- k. Constatar se é possível alcançar mudanças de comportamento durante ou após as atividades propostas.

MARCO TEÓRICO DO ESTUDO

Educação física x violência

“A conversa sincera chega onde o apito não alcança”
(Reinaldo Soler)

Podemos observar que cada vez mais as crianças das populações de baixa renda, por já se encontrarem em situações problemáticas, herdeiras que são da carência social e existencial de seus próprios familiares, possuem índices muito mais elevados de desequilíbrio físico, afetivo e social, logo mais predispostos a uma carga maior de tensões, frustrações, ansiedades, violências e agressões.

A Educação Física é um dos instrumentos essenciais para formar o SER HUMANO e desconstruir a violência, que é uma situação atual em nosso país. Para que isso aconteça são necessários profissionais qualificados e comprometidos com a causa social.

A mesma deve ser entendida como uma atividade lúdica com presença constante na escola, no lazer, na vida íntima, no tempo livre, na vida social, no trabalho e na cultura. E por influenciar tantos âmbitos tem o dever de realizar um trabalho de conscientização e mudanças nestes âmbitos

Resolução de conflito

Existem atualmente várias definições sobre o termo conflito, cada um está relacionado com o ponto de vista de cada autor. Mas na maioria das vezes a palavra corresponde a algo negativo, principalmente nas culturas ocidentais (Ross, 1995, Galtung, 1996; Lederach, 1984) não sendo desejável ou como sinônimo de violência, que de qualquer maneira tem que ser evitado.

Para este estudo o conceito de conflito baseia-se na concepção de algo positivo e indispensável para se obter uma organização de idéias, pensamentos e atitudes. Ou seja, algo que contribua para o amadurecimento e desenvolvimento do ser humano.

Assim, devemos entender o conflito como um tipo de situação em que as pessoas, grupos ou entidades sociais apresentam interesses

incompatíveis. Jares contribui muito para nossa investigação quando afirma:

“O conflito caracteriza-se por ser um tipo de situação em que as pessoas ou grupos sociais procuram ou preservam metas opostas, afirmam valores antagônicos ou têm interesses divergentes”. JARES (1991, P. 108)

Através da resolução de conflitos, conseguiremos estabelecer mecanismos que proporcionem a busca pelo crescimento pessoal, obtendo assim, atitudes pessoais que possibilitem a utilização de algumas habilidades de comunicação, afirmadas por Almeida, M. T. P. (2009):

1. **Respeito** pelos pontos de vista alheios mesmo que o seu não se coincida com o outro;
2. **Tolerância** e ajuda para com os membros do grupo que tenham dificuldades ao expressar-se;
3. **Paciência** e boa vontade para escutar aos outros;
4. **Autocontrole** (não deixar-se levar pela raiva e pelas opiniões adversas);
5. **Confiança** (Presumir sempre a honestidade e a sinceridade dos outros);
6. **Honestidade** (Dizer sempre a verdade e ser sinceros ao expressar opiniões);
7. **Humildade** (Admitir desde o princípio que jamais poderemos ter toda a razão);

Acreditamos que o jogo cooperativo é um dos meios para conseguirmos solucionar conflitos, presentes durante a execução de alguns jogos e até mesmo no dia-a-dia das crianças. É, pois, através do brincar que podemos possibilitar situações conflituosas relevantes às crianças que possibilitem o alcance de soluções pacíficas e educativas, já que apresentam um intermediário, o facilitador.

Jogos cooperativos promovendo uma educação física para paz

“Você pode descobrir mais sobre uma pessoa em uma hora de brincadeira do que em um ano de conversa”. (Platão)

Percebo que a obtenção da Paz entre países é um processo que envolve muito mais do que podemos imaginar, seja de cunho econômico, político ou social. Mas acredito também que se cada um de nós tivéssemos a prática da empatia, capacidade de se colocar no lugar do outro, poderíamos solucionar boa parte ou até mesmo extinguir a prática de tais conflitos violentos. Acredito que as aulas de Educação Física podem nos proporcionar tais mudanças.

Partindo de tal premissa utilizamos os jogos cooperativos como meio para obtenção de nossos objetivos. Os mesmos nasceram há milhares de anos, quando membros das comunidades tribais se reuniam para celebrar a vida em volta de uma fogueira. E foi sistematizado, na década de 1950 nos Estados Unidos, através do trabalho pioneiro de Ted Lentz. Um dos maiores estudiosos do tema jogos cooperativos é, sem dúvida nenhuma, Terry Orlick, da Universidade de Ottawa, no Canadá, que pesquisou a relação entre o jogo e sociedade. Já no Brasil, o grande pioneiro é o professor Fábio Otuzi Brotto, que vem desencadeando uma nova geração de pessoas mais felizes e cooperativas.

MARCO METODOLÓGICO DO ESTUDO

A presente investigação não visa uma via de mão única, entre o pesquisador e o pesquisado, mas sim, uma troca de conhecimentos, entre os protagonistas do estudo, no decorrer do processo. Para que isso ocorra munidos de êxito se faz necessário que todos os envolvidos não se baseiem em preconceitos e sim em observações e ações fidedignas à realidade.

Instrumentos e estratégias de obtenção e construção da informação

Todas as atividades práticas foram desenvolvidas em áreas diversificadas, de acordo com a necessidade da atividade proposta. Cada aula prática teve duração de 1 hora e foi realizada todas as terças e quintas-feiras, das 13:30 as 14:30, na Vila Olímpica do Canindezinho.

Dividimos as atividades em três fases:

1. **Primeira fase** - Jogos tradicionais: os participantes vivenciaram jogos e brincadeiras que estão presentes no seu dia-a-dia, jogos que vem passando de geração para geração;

2. **Segunda fase** - Jogos semi-cooperativos: os participantes viveram jogos que apresentam uma nova vivência e com alguns elementos dos jogos cooperativos, sem criar uma situação de aversão dos participantes;
3. **Terceira fase** - Jogos modificados: os participantes irão tentar modificar regras dos jogos tradicionais, colocando regras que possibilitem a vivência de jogos mais cooperativos;

Para melhor execução das atividades estabelecemos a seguinte seqüência nas aulas, tomando como base a seqüência criada por Velázquez (2004):

1. **Fase de encontro** (Representa o momento da recepção dos alunos para o início das atividades);
2. **Fase de animação** (Representa o aquecimento da aula, através de um jogo);
3. **Fase principal** (Jogos mais relevantes de acordo com a fase);
4. **Fase de análise grupal** (Representa o momento de reflexão das atividades vivenciadas);

Em cada fase foram observados alguns comportamentos e atitudes dos participantes avaliando e verificando dois aspectos: 1) avaliação dos valores e 2) Avaliação da aula estes critérios foram criados para o presente estudo, conforme verificamos nos quadros 1 e 2.

QUADRO 1

Quadro avaliativo de valores

Atitudes/Valores Desenvolvidos Pelo Grupo	Nunca	Poucas Vezes	Algumas vezes	Muitas vezes	Sempre
Respeito pelos pontos de vista alheios mesmo que o seu não se coincida com o outro;					
Tolerância e ajuda para com os membros do grupo que tenham dificuldades ao expressar-se;					
Paciência e boa vontade para escutar aos outros;					
Autocontrole (não deixar-se levar pela raiva e pelas opiniões adversas);					
Confiança (Presumir sempre a honestidade e a sinceridade dos outros)					
Honestidade (Dizer sempre a verdade e ser sinceros ao expressar opiniões)					
Humildade (Admitir desde o princípio que jamais poderemos ter toda a razão)					

QUADRO 2

Quadro avaliativo das sessões

Aspectos a serem observados do grupo	Nunca	Poucas Vezes	Algumas vezes	Muitas vezes	Sempre
Compreenderam as atividades propostas, na sessão?					
Participaram das atividades propostas?					
Respeitaram as regras das atividades?					
Cooperaram com seus colegas nas atividades?					
Respeitam e interagem com seus colegas independentemente dos aspectos físicos, sociais, culturais ou de gênero?					
Aceitam o resultado do Jogo?					
Foram criativos?					

Resultados e limitações do estudo

As análises permitiram confirmar a importância e eficácia da utilização dos Jogos Cooperativos como estratégia para resolução de conflitos entre crianças de 07 a 09 anos, embora sendo encontradas dificuldades nessa perspectiva. No trabalho que a Vila desenvolve, no Bairro do Canindezinho, a relevância dos Jogos Cooperativos tem um papel fundamental no desenvolvimento global dessas crianças, quer contribuindo no seu autoconhecimento, quer auxiliando para que

esta criança possa desenvolver sua criticidade e com isso exercer sua cidadania de forma participativa dentro da sua comunidade.

Podemos agora citar alguns êxitos alcançados com a investigação:

1. Diminuição da agressividade no ato de brincar;
2. Aplicação de alguns valores humanos: respeito, empatia, auto-controle e autonomia;
3. Aumento no número de crianças que desejavam participar da investigação;
4. A saída de um aluno, para morar em outro Estado, e o depoimento de sua tia, que dizia que queria voltar, pois lá não tinha uma Vila Olímpica;
5. A união do grupo;
6. Utilização de poucos materiais na execução de atividades prazerosas e isso possibilitaram o brincar deles na escola, dentro de casa;
7. Participação de um deficiente auditivo.
8. O presente estudo apresentou algumas limitações e desafios, como:
9. A falta de comprometimento de alguns participantes, em comparecer a todas as aulas.
10. A falta de espaços adequados para a execução das atividades;
11. A agressividade exagerada do grupo, principalmente dos que chegaram posteriormente;
12. Algumas atitudes egocêntricas, individualistas;
13. A falta de profissionais capacitados e que apliquem certos tipos de jogos;
14. A má alimentação dos alunos;
15. A falta de cuidado com a higiene corporal;
16. O alto nível de agressividade e o individualismo.

Conclusões do estudo

No decorrer deste trabalho podemos detectar a importância da vivência de outras práticas corporais, como os jogos cooperativos, para resolução de conflito entre o que eu observo e o que é o certo. Através

da Vila Olímpica do Canindezinho podemos perceber atividades educativas que servem como estratégias para termos crianças mais críticas e cidadãs.

No primeiro capítulo, podemos conhecer uma nova proposta que contrapõem as regras de um sistema capitalista, onde o mais valorizado é aquele que dá mais lucro. Abordamos também um pouco sobre a prática de valores humanos tão esquecidos atualmente e falamos um pouco do papel do Educador Físico na desconstrução da violência. No segundo capítulo nos detemos em reforçar e refletir sobre o conceito dos Jogos Cooperativos e utilização dos mesmos, na prática de uma Educação Física para Paz. No terceiro capítulo analisamos a proposta pedagógica aplicada dentro de uma Vila Olímpica e conhecemos um pouco mais sobre os bairros onde as crianças estão inseridas.

No decorrer da pesquisa observei vários fatores que dificultava o bom andamento dos resultados, como por exemplo: O trabalho desenvolvido pôde mostrar sua relevância quando antes de iniciar uma sessão uma criança disse: “Tia Luana já criei um jogo cooperativo”. (Ravinner, 8 anos). Fiquei espantada e pedi para que o mesmo me explicasse. Na verdade, ele não havia criado e sim havia encontrado as características dos jogos semi-cooperativos numa brincadeira tradicional de seu cotidiano. Ao me deparar com tal situação eu pude perceber como é relevante possibilitarmos as crianças e adolescentes novas práticas corporais que assumam papéis que possibilitem o conflito com as práticas impostas pelo meio ao qual está inserido, que demonstra muita violência e a falta dos valores humanos. Assim os mesmo irão se tornar cidadãos críticos e conscientes do que é certo ou errado, do que é bom ou ruim para suas vidas.

Referencias Bibliográficas

ALMEIDA, M.T.P. **Brincar cooperativo: vivências lúdicas de jogos não competitivos**. 1º Ed. Petrópolis - RJ: Editora Vozes, 2010.

ALMEIDA, M.T.P. O jogo cooperativo na resolução de conflitos nas aulas de educação física. In: Forum internacional y IV jornadas sobre transdisciplinarietà y ecoformación en la práctica. **Comunicación**, 21 y 22 de enero/2009. Barcelona-ES: Universidad de Barcelona, 2009.

ALMEIDA, M.T.P. **Ludoteca y educación física: una propuesta de inclusión y cooperación.** In: VI Congreso internacional de Actividades Físicas Cooperativas. Ávila/ES: La peonza Publicaciones, 2008-a.

ALMEIDA, M.T.P. **Jogos cooperativos e transdisciplinaridade.** In: III Congresso internacional de transdisciplinaridade, complexidade e ecoformação. Brasília/DF: Universidade Católica de Brasília, 2008-b. ISBN: 978-85-88262-18-8 (*publicação digital*)

ALMEIDA, M.T.P. **El juego cooperativo y la cultura de la paz en la educación infantil.** V Congreso Internacional de actividades físicas cooperativas, 30 de xuño al 3 de xullo de 2006, Concello de Alfareros. 1ª ed. Valladolid-España. La Peonza Publicaciones, 2006, pp.1-29.

ALMEIDA, M.T.P. O jogo cooperativo na resolução de conflitos nas aulas de educação física. In: Forum internacional y IV jornadas sobre transdisciplinariedad y ecoformación en la práctica. **Comunicación**, 21 y 22 de enero/2009. Barcelona-ES: Universidad de Barcelona, 2009.

BARBIER, R. **Pesquisa-ação.** Brasília: Liber Livro, 2006. (Coleção Pesquisa, 3).

BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante.** 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1999. 212p.

BROTTO, F.O. **Jogos cooperativos: se o importante é competir o fundamental é cooperar.** 5ª Ed. Santos: Projeto Cooperação, 2001.

BROWN, G. **Jogos Cooperativos: teoria e prática.** 3. Ed. São Leopoldo: Sinodal, 1994.

DEACOVE, J. **Manual de jogos cooperativos: jogue uns com os outros e não uns contra os outros.** Santos: Projeto Cooperação, 2002.

DEMO, P. **Metodologia científica em Ciências Sociais.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 1995. 294p.

DIAS, K. P. **Educação Física X Violência: uma abordagem com meninos de rua.** Rio de Janeiro: Sprint, 1996.

GUITART, R. A. **101 Juegos no Competitivos.** Barcelona : Graó, 1990.

JARES, X. R. **Educação para a paz: sua teoria e sua prática.** 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 23ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

ORLICK, T. **Juegos y Deportes Cooperativos.** 3. Ed. Madrid: Editorial Popular, 2001.

SOLER, R. **Educação Física: uma abordagem cooperativa.** Rio de Janeiro: Sprint, 2006.

VELÁZQUEZ, C. **Educação para paz: promovendo valores humanos na escola através de Educação Física e dos Jogos Cooperativos.** Santos: Projeto Cooperação, 2004.

REGIÃO SUDESTE

LAZER, MERCADO E CORPO: um estudo sobre a juventude no carnaval de ouro preto

Sarah Teixeira Soutto Mayor⁵⁶

Mestranda em Lazer

UFMG

Maria Cristina Rosa (orientadora)⁵⁷

Doutora em Educação

UFOP

Resumo: Este estudo tem por objetivo compreender, a partir do processo de mercadorização do carnaval de Ouro Preto, como a juventude vem se tornando um importante produto desse mercado em expansão, e como o corpo jovem emerge como uma das principais mercadorias da festa. Para isso, foi realizada uma pesquisa no carnaval da cidade no ano de 2009, que se iniciou no mês de janeiro deste mesmo ano e seguiu até o último dia da festa. Contando com uma análise qualitativa, este trabalho valeu-se de três tipos de pesquisa: pesquisa bibliográfica, realizada a partir de referenciais teóricos que abordam direta ou indiretamente a temática proposta; pesquisa documental, valendo-se de documentos referentes à divulgação e realização da festa na cidade; e pesquisa de campo. Esta última contou com as técnicas de observação participante, realizada nos dias do carnaval, e com entrevistas semi-estruturadas, realizadas principalmente com organizadores de alguns blocos carnavalescos. Sem considerar o consumo como um *eixo do mal* e as transformações ocorridas no cenário carnavalesco de Ouro Preto como *deturpadoras de uma cultura original*, este trabalho problematizou os significados que a experiência festiva, em especial, para a juventude,

⁵⁶ Endereço para contato: Rua Paulo Piedade Campos, 300/301, Bairro Estoril, Belo Horizonte, Minas Gerais. CEP: 30494-225. Telefone: (31) 3347-3567. E-mail: sarahtsouttomayor@hotmail.com.

⁵⁷ Endereço para contato: CEDUFOP/UFOP. Campus universitário. Morro do Cruzeiro. Ouro Preto, Minas Gerais. CEP: 35400-000. Telefone: (031) 3559-1438. E-mail: m.crosa@bol.com.br.

vem adquirindo. O corpo – mediante imagens, propagandas, roupas, abadás e diversos acessórios – emergiu como a principal mercadoria da festa; vestido, investido e despido para atrair olhares, desejos e aprovações, em uma rede de identificações construída por uma produção/consumo, sobretudo, simbólica.

Palavras-chave: Lazer; Carnaval; Juventude; Mercado; Corpo.

Introdução

Os sujeitos jovens, como na maioria dos carnavais da moda espalhados pelo país, têm-se configurado como o principal público em Ouro Preto, para quem são direcionados os atrativos da indústria festiva que se consolida a cada ano na cidade. Percebendo este fator, este estudo, tendo como referência a festa realizada no ano de 2009, teve como objetivo compreender, a partir do processo de mercadorização deste carnaval, como a juventude vem se tornando um importante produto deste mercado em expansão e como o corpo jovem emerge como uma das principais mercadorias da festa.

O principal fator que motivou essa investigação foi a constatação cada vez maior de uma festa organizada e promovida por um mercado do divertimento que se consolida em Ouro Preto. Atualmente, o carnaval conta com empresas particulares em sua organização, promoção e realização; locais fechados e pagos abrigam parte da festa que ocorria nas ruas e muitos blocos, que há pouco tempo tinham a participação gratuita dos foliões, passaram a cobrar ingresso.

Entre panfletos, cartazes, bandanas e leques de papel distribuídos pelas ruas no carnaval de 2009, logo na entrada da cidade, um grande *banner* anunciava aos foliões: “*Bem-vindos ao Skol folia*”. A festa já não era mais o “carnaval de Ouro Preto”. Essa participação da cervejaria na festa, como sua patrocinadora oficial, fornece indicativos da estrutura que vem adquirindo o carnaval da cidade e da influência de grandes empresas particulares na sua promoção e organização, que, entre outros artifícios publicitários, veiculam um ideal de carnaval, corpo e juventude.

A inserção do mercado na festa, apoiada pela Prefeitura Municipal, faz surgir novas formas de experienciar o carnaval, conferindo-lhe outras características. Durante a realização da pesquisa, dentre outras constatações, foi percebida uma festa muito marcada pela dimensão do tempo, com uma grande quantidade de atrações que prometiam preencher a “rotina” do folião. A criação e veiculação dos mais diversos estilos relacionados a uma forma de ser jovem, tendo o corpo como principal forma de inscrição na festa, foi uma característica marcante. O abadá, maior símbolo da uniformização mercadológica e da cultura festiva jovem atual, coloriu as ladeiras de Ouro Preto, demandando não apenas um determinado uso da roupa, mas atitudes próprias para pertencer àquele universo simbólico. Na tentativa de importação de modelos de carnavais de outros contextos nacionais, não sem resistências⁵⁸, a tradição cumpriu um importante papel na promoção das inovadoras manifestações atuais, sempre relacionadas a um passado legitimador.

Dentre os diversos carnavais que constituem o carnaval de Ouro Preto, foram escolhidos para esta pesquisa os locais e as manifestações com maior participação da juventude: as concentrações e o desfile de dois blocos formados, em sua maioria, por sujeitos jovens. Um deles é o Bloco Oupirô, organizado por moradores de uma república estudantil⁵⁹. O outro é o Bloco Diretoria, organizado por jovens nascidos na cidade. Foram também observadas as festas realizadas dentro de uma república, vinculada ao primeiro bloco citado.

Os caminhos percorridos

Contando com uma análise qualitativa, foram realizadas três tipos de pesquisa: bibliográfica, documental e de campo.

A pesquisa bibliográfica foi o primeiro passo e compreendeu a procura e a seleção de referências relacionadas ao lazer, à juventude, à festa, ao corpo e ao mercado, constituindo o referencial teórico deste estudo.

⁵⁸ Embora não seja objeto dessa pesquisa, é importante pensar nas diversas alternativas que os sujeitos constroem para significar e ressignificar a sua participação na festa. Muitas delas podem acontecer na direção contrária do que difundido pelo mercado.

⁵⁹ A república é uma casa que serve de moradia aos estudantes de outras cidades que moram em Ouro Preto para estudar. Os blocos e festas organizados por seus moradores compõem, já há algumas décadas, junto a outras manifestações criadas pelos ouro-pretanos, a cultura carnavalesca da cidade.

A pesquisa documental foi realizada na Secretaria de Turismo de Ouro Preto, nos materiais impressos e *sites* de divulgação dos blocos, das repúblicas, da Prefeitura Municipal e da empresa particular que promoveu e organizou parte da festa, espalhados pela cidade. Foram coletadas e analisadas programações do carnaval, propagandas, atrações oferecidas, patrocínios, fotos, vídeos, músicas, locais de concentração dos blocos, vendas de abadás, entre outros materiais.

Já a pesquisa de campo constituiu de duas etapas: entrevista semiestruturada e observação participante.

Esta forma de observação foi escolhida por possibilitar um contato maior com a festa e com os sujeitos, permitindo, assim, uma apreensão maior dos significados incorporados pelos mesmos (MAGNANI, 2003). Houve, assim, participação nas festas e integração com os grupos de jovens nas repúblicas, nas concentrações e nos desfiles dos blocos, trânsito pelos *shows* e outras atrações.

Já a entrevista semiestruturada foi realizada com um organizador de cada bloco pesquisado e com um morador de uma das repúblicas estudantis⁶⁰. Este tipo de entrevista foi escolhido por possibilitar um contato mais próximo com os entrevistados, favorecendo, assim, a “exploração em profundidade de seus saberes, bem como de suas representações, de suas crenças e valores...” (DIONNE e LAVILLE, 1999, p.189).

A juventude e o mercado da festa

Um fator importante para a compreensão da inserção do mercado no carnaval ouro-pretano foi a criação, em 2006, de um local próprio para a realização de grandes *shows*, denominado Espaço Folia. Localizado no estacionamento do Centro de Convenções da UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto), é um espaço bastante amplo, que abriga uma grande infraestrutura montada para apresentações musicais de grande porte.

Apoiada pela prefeitura municipal, essa iniciativa é promovida por empresas particulares e, em quase nada, se diferencia dos gran-

⁶⁰ Por razões éticas, o nome dos sujeitos não será divulgado, assim como o nome da república pesquisada.

des eventos nacionais oferecidos à juventude, como o Axé Brasil, que ocorre anualmente em Belo Horizonte. O acesso para esse local, como se tornou comum nas festas jovens, é o *abadá*, uma roupa com valor de ingresso, vendida separadamente para cada dia de *show* ou na forma de passaporte para todos os dias de carnaval, que podia ser adquirido por variados preços de acordo com os produtos oferecidos, como localização em relação ao palco e consumo liberado de bebidas, por exemplo.

A concentração⁶¹ de grande parte dos blocos organizados pela juventude em Ouro Preto passou a ser realizada dentro desses espaços fechados, acontecendo de maneira muito semelhante aos *shows* realizados pelas empresas particulares, que ocorrem paralelamente à essa manifestação. Os dois blocos pesquisados seguiram esse formato em 2009, realizando o encontro de seus integrantes em locais planejados para esse fim, com a entrada também paga e simbolizada pelo *abadá*.

Rosa (1998) em sua pesquisa sobre o carnaval ouro-pretano no ano de 1997, observou que a concentração de um dos maiores blocos da cidade, que atualmente segue o formato descrito acima, acontecia em frente à república (local onde residem os seus criadores/organizadores) e era um momento de confraternização entre moradores e turistas, que antecedia o desfile, também aberto à participação de qualquer pessoa. Da mesma forma, acontecia com a maioria dos outros blocos.

Outro ponto importante relacionado às influências mercadológicas em Ouro Preto é o abandono do desfile pela grande maioria destes blocos, que até pouco tempo, constituía uma das suas principais manifestações e conferia ao carnaval da cidade uma de suas características mais marcantes e procuradas pelos turistas. Este fato ocorreu, principalmente, em razão de uma normatização imposta pela prefeitura municipal em 2006. Com a justificativa da necessidade de proteção do Patrimônio Cultural da cidade, o número de foliões que pode desfilar em cada bloco foi reduzido a 2000. O controle desse número passou a ser feito com uma etiqueta pregada em cada *abadá*.

Com isso, a maioria dos blocos, especialmente os formados por moradores de repúblicas, para não perder adeptos, passou a não desfi-

⁶¹ Concentração, originalmente, seria o momento em que os membros de um bloco se reúnem para se preparar para o desfile.

lar mais, realizando apenas a concentração. Como os blocos tornaram-se pagos, a possibilidade da perda de foliões ocasiona na perda do lucro gerado por eles.

Outra face dessa relação ocorre em sentido oposto. Os blocos que optaram em manter o desfile em sua programação passaram a utilizá-lo como uma nova forma de propaganda. Em alguns *sites* e panfletos encontrados na cidade, o convite à participação nos blocos, envolvia dizeres como “bloco que é bloco sobe ladeira” ou “tradicional desfile pelas ruas da cidade”⁶². Ambas as formas de propaganda pareciam se valer do desinvestimento atual no desfile para vendê-lo novamente como um artigo de “luxo”. Como aponta Baudrillard (2007), é comum aos turistas consumir sob a forma ritual o que já foi acontecimento histórico, reatualizado.

Outra questão interessante é o apelo à tradição da festa. A venda do desfile, recorrendo ao seu caráter tradicional, suscita questionamentos acerca da natureza dessa tradição, que mais parece uma invenção⁶³ do mercado para criar um vínculo com o passado e conferir legitimidade aos seus produtos.

Sobre esses fatores, torna-se importante ressaltar que os blocos tornaram-se uma fonte de renda para os seus organizadores, sobretudo aos jovens “republicanos”. Ao perceberem o valor material e simbólico de suas manifestações, passaram a vendê-las no mercado da festa, juntamente com a hospedagem e as festas dentro das suas casas, que ocorrem com uma programação diferenciada para cada dia de estadia do folião. Durante a pesquisa foram observadas festas *rave*, havaiana e churrasco na república acompanhada, o que suscitou o questionamento acerca da quantidade de coisas criadas para preencher a “rotina” do folião, como um pacote turístico. Da mesma forma, chamou à atenção a velocidade com que as atrações aconteciam, já que ainda havia os *shows* nas concentrações.

Pensar nesta estrutura arquitetada por organizadores de blocos, moradores de repúblicas, empresas particulares e o poder público mu-

⁶² Dizeres encontrados, respectivamente, nos blocos Diretoria e Ouropirô.

⁶³ Segundo Hobsbawm (1997), tradições podem ser inventadas para estabelecer uma continuidade com um passado histórico apropriado. Para mais informações ver: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.) A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

nicipal remete pensar no crescente investimento do mercado nas atividades de lazer, cada vez mais especializadas em faixas etárias. Em relação à juventude, megaproduções envolvem *raves*, bailes *funk*, encontros *hip hop*, *axé music*, *pop rock*, *shows* sertanejos, eventos gospel e tantos outros espalhados por todo o país e em todas as épocas.

A necessidade humana da diversão acaba sendo associada ao uso de aparatos de todos os gêneros e cada vez mais as experiências estão mediadas pelos aparelhos ofertados pelo mercado (MARIN, 2009). Nessa perspectiva, mercadorias, imagens, comportamentos, atitudes, aparências e estilos são vendidos nas festas pela indústria do entretenimento, sobretudo as destinadas aos jovens, por se mostrarem mais receptivos aos modismos da diversão.

Kehl (2007) observa que a juventude atual herdou o imperativo do gozo, uma obrigação de desfrutar a vida sem limites. Segundo a autora, a palavra contestadora das gerações rebeldes dos anos 1970, formada por pais de muitos dos jovens de hoje, deu mote para a mensagem publicitária, a contracultura orientou a produção de novos modismos, os impulsos sexuais recém-libertados forneceram a base imaginária dos desejos que movem a sociedade de consumo. E as festas, em suas inúmeras versões, acabam se constituindo em locais privilegiados para que esse imperativo da diversão se manifeste e se torne objeto da indústria do entretenimento.

Assim, a juventude e as características que culturalmente são atribuídas a ela, como novidade, efemeridade, permissividade, transgressão, apelo ao corpo e ao excesso, tornaram-se grandes fatores de investimento da indústria do lazer que vem se consolidando no carnaval de Ouro Preto, seguindo uma tendência de outros carnavais e demais festas destinadas ao público jovem no país. A efemeridade atribuída a esse momento da vida articula-se com a superficialidade da moda.

Em meio à desvalorização do jovem como um sujeito de direitos, que se traduz na falta de políticas públicas que garantam o acesso aos bens culturais e materiais, e à falta de credibilidade dada a sua participação na sociedade, a juventude encontra-se, hoje, como um modelo cultural, que segundo Kehl (2007) virou *slogan*, clichê publicitário, imperativo categórico, condição para se pertencer a certa elite atualizada e vitoriosa.

A juventude, dessa forma, assume uma centralidade conforme características que são representadas e idealizadas para essa fase da vida, como modelo de beleza, de saúde e de diversão. Uma supervalorização do estilo de vida jovem que pode contribuir, ainda mais, para o esvaziamento da juventude como condição social à medida que reforça a sua valorização como uma fase de transição, supérflua, superficial, adquirível e descartável como uma roupa da moda.

O estilo de festar jovem era algo que podia ser adquirido no carnaval de Ouro Preto na forma de produtos e serviços, não apenas na sua utilidade prática, relacionada à simples funcionalidade dos objetos, mas, principalmente, na sua utilidade simbólica. Atributos provisórios como a festa e a própria juventude, os grandes sucessos musicais em alta nos meios de comunicação, abadás, camisas, coreografias, sons, imagens, propagandas e acessórios formavam a principal estrutura da festa. As características da juventude afluam nas mais diversas estratégias de *marketing*.

A utilização do *site* como forma de promoção foi uma estratégia comum de quase todos os blocos republicanos e também do Bloco Diretoria. A oferta de produtos *on-line* já estava nas propagandas dos blocos meses antes do carnaval. Muitos contavam com uma loja virtual para a venda de seus abadás. *Sites* chamativos e estilizados, com muitas cores, músicas, fotos e vídeos de edições anteriores, entre outros apelos publicitários, prometiam uma diversão garantida.

Esta promoção de um estilo jovem relacionado a formas de participar da festa se inscrevia, especialmente, nos corpos, principais mediadores das relações sociais no carnaval.

O corpo jovem: uma mercadoria da festa

Eu entendo que o carnaval é um momento em que as pessoas podem fazer o que elas têm vontade, mas que socialmente não devem fazer no resto do ano. Socialmente, admite-se que as pessoas façam algumas coisas durante o carnaval. E o corpo faz parte deste rito, de poder fazer coisas que durante o resto do ano não podem fazer. Então, exibir o corpo e até ser mais promíscuo em relação ao corpo. Eu acho que durante o carnaval, se não fosse o corpo perderia o sentido da própria festa (Organizador do Bloco Diretoria, 2009).

As coisas já começam a fugir do normal bem antes quando alguns dos próprios membros da república procuram academia para deixar o corpo em forma, isso uns dois meses antes do carnaval. Todos sempre muito bem arrumados, com roupas provocantes e tudo mais. (Organizador do Bloco Oupiró, 2009).

As falas dos organizadores dos dois blocos pesquisados demonstram a importância que o corpo possui como um dos lugares mais fortes de identificação do jovem, especialmente no momento do carnaval em que sua exposição é mais permitida e estimulada. Fica claro o quanto o corpo é responsável pelo sucesso na festa, demonstrando também o quanto se investe nele nos períodos que a antecedem.

A sua exibição, em variadas formas, era o meio mais evidente de aproximação do outro, de inscrição na festa e de ser notado. A necessidade de ser socialmente visível em um tempo-espaço em que tudo ocorre muito rápido, em que o efêmero, o descartável e o superficial são características marcantes, fez do corpo, objeto primordial de investimento, cartão de visita, portador mais fiel dos atributos dos sujeitos.

Baudrillard (2007) chama a atenção para o investimento da sociedade de consumo no corpo, um potencial produto a ser explorado na mesma esfera dos outros objetos comuns, mas com uma diferença significativa: ele o mais precioso de todos os objetos de consumo. Para o autor, o mercado reapropriou dos valores de libertação do corpo e da sexualidade, saberes antes negados e vigiados, e reinventou um corpo e uma sexualidade permitidas dentro de suas regras e intenções, o que ocasiona uma nova forma de aprisionamento.

Durante as andanças pelas concentrações dos blocos e pela república foi percebida uma grande preocupação dos jovens em exibi-lo. Mulheres com mini-saias, mini-blusas, *shorts* muito curtos, barrigas de fora e decotes. Os homens, surpreendentemente, foram os que mais chamaram a atenção. Alguns foram avistados andando pela cidade trajando apenas sunga; outros, mais audazes, apenas cueca. Havia um modelo geral, que parecia seguir uma norma de exibição: o peitoral ostentado sem a camisa, bermudão de surfista com parte da cueca à mostra. Mas não era qualquer corpo que era permitido mostrar. Ao contrário das mulheres, que exibiam sem reserva, barrigas, coxas e glúteos fora do padrão de magreza estipulado, os homens que se mostravam eram, majoritariamente, musculosos, uma produção de beleza quase sinôni-

mo da própria masculinidade⁶⁴.

Mas enquanto o foco da exibição pelas ruas, concentrações e festas republicanas foi o corpo masculino, o corpo jovem feminino adquiriu outra centralidade na festa. Nas propagandas dos blocos na internet e nos cartazes e panfletos espalhados pela cidade, o corpo feminino era um dos atrativos. Nos *sites* isso era mais evidente. A grande maioria das fotos e dos vídeos promocionais exibia mulheres outras edições da festa. A garantia de mulher bonita era um dos chamativos dos blocos, juntos aos outros produtos oferecidos, como cerveja, *shows* e brindes.

O Bloco Diretoria estampou em sua página na internet: “*A Diretoria é o bloco que tem disparado as mulheres mais bonitas e os cuecas mais gente boa do Carnaval Ouropretano*”⁶⁵.

Cartazes de cerveja espalhados nas concentrações dos blocos e nas repúblicas mostravam mulheres bonitas, modelos publicitários seminuas. A cervejaria que patrocinou a festa este ano divulgou em sua propaganda na televisão, explicitada no início deste trabalho, um grupo de amigos vivenciando o carnaval. No diálogo de dois deles, as mulheres que apareciam, com os corpos à mostra, igualavam-se à própria cerveja. Após o narrador da propaganda anunciar que *ninguém é de ninguém*, um dos rapazes que aparece com uma mulher ao lado, reclama ao outro que havia tomado a sua cerveja: “qual é cara, esta *Skol* é minha.” Na mesma hora, ouve a resposta: “mas a mulher era minha”.

O corpo feminino era mostrado durante a festa, assim como na propaganda, como algo a ser possuído, consumido, objeto de desejo que não pertence à mulher, mas a todos que consomem o carnaval. Da mesma forma difundia-se um imaginário de homem, associado à busca incessante de um corpo moldado pelas academias de ginástica, que conferia uma noção de poder na sua relação com as mulheres.

As diversas imagens produzidas sobre os corpos de homens e mulheres estavam vinculadas a uma identificação e a um comportamento ligado ao formato da diversão vendido no mercado da festa.

⁶⁴ Segundo Carreiro e Marques (2007), ao longo da história foi-se construindo uma íntima relação entre os valores de coragem e bravura com o ideal masculino do corpo viril, que, para determinados segmentos sociais, torna-se valor de capital.

⁶⁵ <http://www.blocodiretoria.com.br/index.html>

Entre roupas, acessórios e propagandas, o corpo emergia como a principal propaganda do carnaval.

Uma das mais representativas delas foi o abadá, talvez o maior símbolo da inserção mercadológica em Ouro Preto. O material barato com que é confeccionado, quase descartável, aponta para a descartabilidade e provisoriedade da própria festa, que não é feita para durar.

Modelo que substituiu a camiseta dos blocos, item antes opcional e agora obrigatório para participar do desfile e da concentração, adquiriu o valor de ingresso para a folia e foi utilizado por quase todos os blocos de Ouro Preto. Um ingresso, que, por ser vestido, ao contrário de um simples bilhete de papel que se joga fora depois de esgotada sua função, confere uma noção de pertencimento ao universo da juventude e ao terreno do carnaval.

O abadá era um dos mais fortes identificadores dos grupos de jovens, das redes de sociabilidades e conferiam certas territorialidades, pois havia os lugares de cada grupo colorido e fosforescente. Muito mais do que um ingresso para um *show*, uma festa ou um desfile de um bloco, possui, assim, o valor de troca social, de comunicação: uma noção de pertencimento efetivo no terreno da festa, às relações ali possibilitadas. É, pois, uma extensão do corpo que comunica, classifica, seleciona, confere suposta visibilidade e também invisibilidade. Ele diz, anuncia o valor de um grupo no espaço e, por isso, também fala de sua identidade (GOELLNER, 2005).

Considerações finais

Pode-se concluir, a partir das observações e entrevistas, o quanto o carnaval pesquisado está relacionado ao mercado do divertimento que se instalou e vem crescendo na cidade de Ouro Preto nos últimos anos. Com o apoio da Prefeitura Municipal, locais fechados estão sendo construídos para abrigar a festa, cada vez mais importada de outros contextos nacionais. O carnaval, que há bem pouco tempo acontecia nas ruas com a participação gratuita, está se transformando em uma megaprodução paga e destinada ao público jovem.

No mercado da festa, o corpo apareceu como um dos principais objetos de consumo, a maior mercadoria de troca social. Foi vestido e investido por roupas, abadás, comportamentos, propagandas, fotos,

etc. Quando desnudo, traduziu as vestes de um modelo cultural medido pelo excesso ou escassez dos centímetros do seu manequim.

Nas propagandas dos blocos e nos *sites* foram vendidos um modelo de corpo e comportamentos associados. Aos homens, peitorais e bíceps foram os alvos da exibição, às mulheres, os cartazes, fotos e músicas, traduziram a centralidade de um corpo mercadoria que se constituiu em mais um dos produtos vendidos na festa.

Longe de considerar o consumo como lugar inescapável de alienação e reprodução⁶⁶, esta pesquisa, ao buscar compreensões sobre o mercado jovem que vem se instalando em Ouro Preto, intencionou problematizar não a mudança da festa em si ao longo dos últimos anos, entendida como deturpadora de uma cultura original (MAGNANI, 2003), mas os atuais interesses e significados.

É certo que transformações fazem parte do processo de recriação da cultura. Juntamente com as possíveis mudanças percebidas no carnaval ouro-pretano, em uma forma de experienciá-lo e significá-lo, há também novas e mutáveis formas de se conceber o corpo, a juventude e as próprias maneiras de se divertir. Mas neste processo constante de transformação da cultura e, com ela, o próprio carnaval, é preciso compreender os significados que a festa adquire. Como estudiosos do lazer precisamos nos colocar em exercício constante de desconfiar das transformações empreendidas pelo mercado, pensar quais significados o lazer está assumindo e a quais interesses a sua promoção está atrelada.

Assim, problematizar essas relações na construção do carnaval de Ouro Preto e as formas como está sendo promovido e veiculado para uma juventude idealizada e como a festa vem servindo aos lucros de empreendimentos privados, torna-se fundamental.

Mesmo considerando que as juventudes são plurais, significando e ressignificando o momento do carnaval de inúmeras maneiras, muitas das quais podem se mostrar bastantes diferentes do que foi apontado nesta pesquisa, os dados apontados demonstram a necessidade de pensar e problematizar o outro lado de uma juventude que se vê representada pela propaganda da cervejaria patrocinadora da festa, pelo *axé* e pelo *funk* do momento, pelas imagens publicitárias, pelos ideais de corpos e por um universo simbólico cuidadosamente arquitetado para inseri-la no mercado da diversão.

⁶⁶ Segundo CANCLINI (2003, p. 71) “podemos atuar como consumidores nos situando nos processos de interação que o mercado regula, como também podemos exercer como cidadãos uma reflexão e uma experimentação mais ampla que leve em conta as múltiplas potencialidades dos objetos, que aproveite seu ‘virtuosismo semiótico’, nos variados contextos em que as coisas nos permitem encontrar com as pessoas.”

Referências Bibliográficas

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 2007.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 6ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

CARRETEIRO, Teresa Cristina; MARQUES, Walter Ernesto Ude. Juventude e virilidade: a construção de um etos guerreiro. In: **Pulsional**, n. 191, setembro, 2007, p.63-73.

COSTA, Jurandir Freire. Perspectivas da juventude na sociedade de mercado. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Cidadania, 2007, p. 75-88.

DIONNE, Jean; LAVILLE, Christian. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre; LOURO, Guacira, Lopes (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003, p. 28-40.

HOBSBAWN, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In: HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KEHL, Maria Rita. A juventude como sintoma da cultura. In: In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Cidadania, 2007, p.89-114.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec; UNESP, 2003.

MARIN, Elizara Carolina. Entretenimento: uma mercadoria com valor em alta. **Movimento**. UFRGS: Porto Alegre, v.15, n.2, abril/junho de 2009.

ROSA, Maria Cristina. **Inter-relações de turistas e moradores: um olhar através das manifestações corporais no carnaval de Ouro Preto**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. Campinas, São Paulo, 1998.

REGIÃO SUL

O ESTADO DA ARTE DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO PARANÁ: as práticas corporais em questão

Thaís Godoi de Souza

Licenciada em Educação Física pela Universidade Estadual de Maringá (2009)⁶⁷

Dra. Larissa Michelle Lara (orientadora)⁶⁸

Universidade Estadual de Maringá

Resumo: A presente pesquisa analisou a produção de conhecimento sobre comunidades quilombolas no Paraná, identificando seu conteúdo e, especialmente, se as práticas corporais são recorrentes nessas investigações e de que forma são apresentadas. Para tanto, foi necessário, por meio do Estado da Arte, mapear os estudos realizados sobre quilombolas no Paraná, identificando categorias e reconhecendo as produções teóricas que contemplassem as práticas corporais. Ao todo, foram mapeadas 21 produções sobre comunidades quilombolas no Paraná. Da relação existente, apenas foi possível avaliar o conteúdo de 17 delas. Os dados demonstram que a produção de conhecimento sobre comunidades quilombolas no Paraná é recente, centrada nas categorias legalidade, questão agrária/território, conceito de quilombo e educação, com raras incursões pela categoria práticas corporais. Os estudos atentam, ainda, para a necessidade de investigações que percebam como essas comunidades produzem cultura e reafirmam suas práticas corporais.

Palavras-chave: Estado da arte; quilombola; práticas corporais; Paraná.

Introdução

As comunidades remanescentes de quilombo, no Brasil, começaram a ter direitos reconhecidos a partir da Constituição Federal de

⁶⁷ * Endereço para contato: Rua Alzemeire Pires Milani, nº107, Parque das Laranjeiras, Maringá-PR. CEP:87083-200. Tel: (44) 9945-7309. E-mail: thaисуemr6@hotmail.com

⁶⁸ * Endereço para contato: Av. Colombo, 5790, CEP: 87090-200, Maringá-PR. E-mail: lmjlara@uem.br

1988, mais especificamente, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em seu artigo 68. Nesse ato, o termo quilombo não designa o histórico de grupos formados por escravos fugidos, mas a condição dos segmentos negros no Brasil, em diferentes regiões e contextos.

Esse entendimento representou um avanço no sentido de situar o termo objetivamente e de forma contextualizada. Antes, o vocábulo quilombo adquiriu diversas conotações. Aparece em documentos oficiais portugueses, pela primeira vez, em 1559, como apontam pesquisas realizadas pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura. Em 1740, conforme Moura (1986), surge à definição de quilombo como habitação de negros fugidos (mais de cinco), em parte despovoada, sendo uma das mais difundidas. Outros estudos foram realizados, identificando quilombo como instituição africana, espaço geográfico em que os sujeitos oprimidos implantaram para viver outra estrutura política (MUNANGA, 1996).

Para acelerar o reconhecimento dos direitos observados na Constituição, cria-se o decreto 4.887/2003, procedimento que concede a essas populações o “direito à auto-atribuição como único critério para identificação das comunidades quilombolas, tendo como fundamentação a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê o direito de auto-determinação dos povos indígenas e tribais” (BRASIL, 2003). Este decreto traz em seu Art. 2 a definição de quem são remanescentes de quilombos. Considera os grupos étnicos raciais com ancestralidade relacionada à opressão histórica e dotados de relações territoriais específicas.

Quando pensamos em quilombo, logo, lembramos do notório quilombo dos Palmares. Mas, em relação ao Estado do Paraná, as pessoas têm dificuldade de imaginar um quilombo. Ao pesquisar obras sobre a escravidão neste Estado, sempre se omitiu afirmar que o Paraná teve uma população negra e escrava, já que sabemos que este sempre foi tido como o estado dos imigrantes “brancos” (ucranianos, italianos, alemães e russos). A descoberta e a identificação dos quilombos, no Paraná, teve ressonância a partir da investigação do Grupo de Trabalho Clóvis Moura⁶⁹ (GTCM), responsável pelo mapeamento das comunidades negras no Estado.

⁶⁹ O Grupo de Trabalho Clóvis Moura foi criado no ano de 2005 por secretarias do Governo do Estado do Paraná. Este nome foi escolhido em homenagem ao sociólogo negro, filho de mãe branca e pai negro, vindo de família de classe média baixa, grande estudioso e pesquisador sobre a rebeldia negra no período escravista, a cultura e o movimento negro no Brasil. Sobre Clóvis Moura, Cf. MESQUITA, Érika. Clóvis Moura e a sociologia da práxis. In: Estudos afro-asiáticos. Rio de Janeiro, v.25, n. 3, 2003, p.557-77.

No Paraná, o mapeamento e análise do contexto histórico das comunidades negras, realizado pelo GTCM levou à seguinte classificação: comunidades remanescentes de quilombo (CRQ), negras tradicionais (CNT) e indicativos de comunidades negras. As comunidades remanescentes de quilombo (CRQ) ou quilombolas encontram-se em sua maior porcentagem nos Campos Gerais e suas margens, nas cidades de Curiúva, Castro, Guarapuava, Lapa, Ponta Grossa e Campo Largo. Outra parte das comunidades se encontra no Vale do Ribeira, no litoral (município de Guaraqueçaba) e nas regiões de Foz do Iguaçu, Guairá e Palmas.

Dessa forma, percebe-se que, atualmente, discussões nacionais voltam-se para comunidades marginalizadas (negro, índio, deficiente, outros) e para políticas que visem minimizar, de alguma forma, muitas das perdas que esses marginalizados tiveram. Com a “descoberta” das comunidades no Estado e a visibilidade de leis educacionais que abordam a inserção da cultura afro-brasileira e indígena no sistema de ensino, novos estudos se fizeram necessários.

Diante dessa problemática, estabelecemos como questões centrais: *Quais são as produções teóricas sobre comunidades quilombolas no Paraná? O que abordam? Há estudos sobre as práticas corporais recorrentes nessas comunidades? Qual seu conteúdo?*

A motivação para esse estudo, além das apresentadas, refere-se diretamente às pesquisas realizadas sobre cultura e políticas públicas de esporte e lazer por pesquisadores do Grupo de Pesquisa Corpo, Cultura e Ludicidade – DEF/UEM/CNPq. As reflexões anteriores, também resultado de ações instigadoras para a temática, resultaram em experiências que culminaram no interesse pela continuidade dessa temática. Instigou-nos também atentar para a questão do negro que, no Brasil, é um tema ainda incipiente, o que tornou e torna o massacre da auto-estima em massa da população negra (entendendo o negro não a partir de seu fenótipo, mas como aquele que possui ancestralidade histórica, vinculada ao continente africano).

Essa pesquisa teve o intuito de analisar a produção de conhecimento sobre comunidades quilombolas no Paraná, identificando seu conteúdo e, especialmente, se as práticas corporais recorrentes nesses grupos são contempladas nessas investigações. Como propósitos espe-

cíficos, mapeamos os estudos realizados sobre quilombolas no Paraná, investigando quais as comunidades pesquisadas, bem como o conteúdo dessa produção teórica. Ao identificar a produção selecionada para estudo, procuramos categorias de análise, discutindo-as a partir de referenciais teóricos de base. Posteriormente, refletimos sobre a produção de conhecimento sobre os quilombolas paranaenses, sobretudo no tocante às práticas corporais recorrentes, identificando limites desse conhecimento e apontando possibilidades de intervenção no campo da pesquisa, de modo a subsidiar ações que visem ao desenvolvimento dessas comunidades.

Esse estudo caracteriza-se, metodologicamente, como estado da arte. Conforme orienta Ferreira (2002), o estado da arte tem o desafio de mapear e discutir sobre produções acadêmicas em diferentes campos do conhecimento, com o intuito de responder em que aspectos e dimensões elas vêm sendo destacadas e privilegiadas em diferentes épocas e lugares, bem como de que formas e em que condições têm sido produzidas as obras, como dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos, livros, comunicações em anais de congressos e seminários. É conhecida, também, por realizar caráter descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que se busca investigar.

Para assegurar a investigação, quatro ações foram realizadas. A primeira foi mapear as produções acadêmicas realizadas sobre comunidades quilombolas no Paraná. Para tanto, foi necessário contatar o Governo do Estado do Paraná, na figura do Grupo de Trabalho Clóvis Moura, que investiga essas comunidades quilombolas, assegurando que informações, dados e produção teórica pudessem ser acessados. Foi realizada pesquisa em bibliotecas brasileiras, principalmente nas universidades paranaenses, em periódicos, na base de dados do NUNES (Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações) e do SIBRADID (Sistema Brasileiro de Informação e Documentação Desportiva), Scielo (Scientific Electronic Library Online) e outros. No desenrolar do trabalho, algumas produções eram de difícil acesso, e o contato com o próprio autor via email e telefone foi muito utilizado.

De posse desse material foi possível passar à segunda ação, qual seja, identificar, categorias presentes na produção selecionada para es-

tudo, discutindo-as a partir de outros referenciais teóricos de base. Isso possibilitou reconhecer quais os conteúdos investigados nessa produção, seus avanços e lacunas.

A terceira ação foi verificar se a categoria “práticas corporais” era contemplada pela produção selecionada identificada nesses estudos e se é, efetivamente, trabalhada e em que perspectiva. Tal análise certificou se o jogo, a dança, a brincadeira, o esporte, entre outras práticas corporais, foram investigadas nessas comunidades, se fazem parte de seu cotidiano e de que forma. A quarta ação resultou em reflexão acerca da produção de conhecimento sobre o quilombola paranaense, identificando o que as pesquisas elegem como temas investigativos e como os abordam para, a partir daí, apontar limites e contribuições dessa produção.

A realização dessas ações deu-se concomitante à participação na pesquisa sobre as comunidades quilombolas no Paraná, que visa identificar, em campo, políticas de esporte/lazer e suas práticas recorrentes. Assim, a produção resultante da investigação do Grupo de Pesquisa Corpo, Cultura e Ludicidade contribuiu, necessariamente, para alicerçar a pesquisa de iniciação científica, que, *a posteriori*, transformou-se no presente trabalho monográfico, contribuindo, ainda, com as análises realizadas pelo Grupo acerca dessa temática.

Mapeamento das produções científicas sobre comunidades remanescentes de quilombo no Estado do Paraná

As produções acadêmicas encontradas sobre comunidades quilombolas no Paraná englobam: resumos, artigos, monografias de graduação e especialização, livros, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Referem-se à área das ciências humanas (história, geografia, sociologia, antropologia), ciências agrárias e da saúde, abordando temas sobre educação, saneamento, trabalho, segurança, subsistência, identidade étnica, luta pela terra (questão agrária), legalidade, cultura e práticas corporais (dança).

Ao todo, foram mapeadas 21 produções sobre comunidades quilombolas no Paraná. Da relação existente, apenas foi possível avaliar o conteúdo de 17 delas, pelos seguintes motivos: duas dissertações

estavam em andamento durante o desenvolvimento da pesquisa; duas obras não foram viabilizadas para avaliação. Em duas obras das 17 avaliadas o acesso se deu de modo parcial (resumo de uma tese em andamento; apenas um capítulo de trabalho monográfico). Mesmo com algumas limitações, o conteúdo avaliado é satisfatório, atendendo aos objetivos propostos neste estudo. Vale observar que as duas dissertações e a tese em andamento são de autores já mapeados nesta pesquisa, com produções de outra natureza. O Quadro 1 traz dados das produções acadêmicas e seus respectivos autores.

AUTOR	TIPO/ANO	PRODUÇÃO
WALFRIDO JÚNIOR, O. S.	Resumo (2005)	Relacionamento entre senhores e escravos nos Campos de Guarapuava: o caso da Invernada Paiol de Telha
VAREJÃO, V. A. et al.	Resumo (s/d)	Fortalecimento da identidade e da autonomia da comunidade: um enfoque na saúde
LEWANDOWSKI, A.; GÓES, R. H. P.	Resumo (2008)	A terceira liberdade: notas sobre o processo de elaboração do relatório técnico na comunidade quilombola de João Sura/PR
PINTO, N.; LEWANDOWSKI, A.	Resumo (2007)*	Terra de Preto em estado de brancos: Um debate acerca das comunidades quilombolas no Paraná.
LEWANDOWSKI, A.	Resumo (2009)	Notas sobre atuação do Estado junto às comunidades quilombolas no Paraná.
BOTH, L. J. R.G.	Artigo (2006)	O quilombo como patrimônio cultural: uma proposta educativa
CRUZ, C. et al.	Artigo (2006)	Quilombos: referência de resistência à dominação e luta pela terra no Paraná

LARA, L. M. et al.	Artigo (2009)	Esporte e lazer na comunidade quilombola Invernada Paiol de Telha: Realidade, perspectivas e desafios
PAULA, F. C. M.	Livro (2007)	Projeto comunidades do Feixo e da Restinga: herança dos afro-descendentes da Lapa
GOMES JUNIOR, J.; SILVA, G.; COSTA, P. A. B. (Orgs.)	Livro (2008)	Paraná Negro
PORTELLA, A. V.	Livro (2002)	Campina dos Morenos: um quilombo preservado
HARTUNG, M. F.	Livro (2004)	O sangue e o espírito dos antepassados: escravidão, herança e expropriação no grupo negro Invernada Paiol de Telha-PR
CRUZ, C.	Monografia** (s/d.)	Comunidades remanescentes de quilombo: debate teórico e sua configuração no Paraná. (Título referente ao 1º capítulo do estudo)
STEUERNAGEL, M. da S.	Monografia de graduação *** (2007)	“Vocês são dos quilombos, não é?”: identidade, parentesco e ruralidade na comunidade quilombola do Militão
CRUZ, C. M. da.	Monografia de graduação (2008)	Por dentro do universo afrodescendente: um olhar sobre a manifestação artístico-cultural da Companhia de Música e Dança Afro Kundum Balê de Guarapuava-Paraná
SALLES, J. de O.	Monografia de Especialização (2007)	Porque o “pinhão não cai longe do pinheiro”: o saber socialmente construído no conselho dos anciões do quilombo Paiol de Telha

PAULA, E. J. S.	Monografia de Especialização (2008)	Policimento comunitário quilombola no Estado do Paraná
LEWANDOWSKI, A.	Dissertação de mestrado **** (2007)	Reconstruindo Indentidades- Políticas Públicas em terra de quilombo
STEUERNAGEL, M. S.	Dissertação de mestrado **** (2008)	O Negro, o velho e o santo: identidade quilombola em Castro-Paraná
HARTUNG, M. F.	Tese de doutorado (2000)	A comunidade do Sutil: história e etnografia de um grupo negro na área rural do Paraná
LOPES, C. V. G.	Tese de doutorado ***** (2007)	O etnoconhecimento e sua contribuição para o desenvolvimento rural sustentável: o caso da comunidade negra do Varzeão, Vale do Ribeira, PR

Quadro 1 – Produção acadêmica sobre comunidades quilombolas no Paraná.

*Trabalho não avaliado, devido a não disposição em sites online.

** Não foi possível o acesso à pesquisa completa, por não estar disponível em sites online.

*** Trabalho não avaliado, devido a não publicação e disposição online.

**** Trabalho em andamento durante o desenvolvimento da pesquisa, não sendo viabilizado o acesso.

***** Trabalho em andamento durante o desenvolvimento da pesquisa, sendo viabilizado o acesso ao resumo.

O mapeamento dessas produções e a avaliação de seu conteúdo contribuem para o reconhecimento de pesquisas que identificam as comunidades quilombolas e procuram dar visibilidade a elas, de modo a saírem de sua condição marginal. Diferentes áreas do conhecimento participaram desse processo, embora outras ainda possam intensificar a luta, descrevendo, avaliando, analisando e disseminando os dados coletados em campo, com intervenção direta junto às próprias comunidades no intuito de valorização de sua cidadania, quanto em instituições governamentais e não-governamentais.

Categorias presentes na produção teórica sobre quilombolas

Ao longo da pesquisa, as leituras e sínteses das produções permitiram-nos encontrar categorias nas obras mapeadas. As categorias identificadas foram: **legalidade, questão agrária/território, conceito de quilombo e educação**. Essas são visivelmente percebidas nos materiais analisados.

A categoria **práticas corporais**, intencionalmente escolhida para reflexão, constituída a partir de um conjunto de experiências que se constroem no corpo, a partir do corpo e por meio dele, em suas condições históricas, foi observada em apenas duas produções teóricas. Como observa Silva (2005), o termo prática deve ser compreendido em sua acepção de “levar efeito” ou “expressar” uma dada intenção ou sentido e fazê-lo por meio do corpo.

A monografia de graduação e o artigo encontrado que tratam sobre o tema das práticas corporais em comunidades quilombolas, abordam, coincidentemente, a investigação na mesma comunidade, qual seja, Invernada Paiol de Telha. Ambos os estudos falam a respeito da Companhia de Música e Dança Afro Kundun Balê, é um grupo que reivindica melhorias para sua comunidade por meio de seu espetáculo artístico. Demonstam, também, por meio da riqueza dos movimentos, o significado do campo gestual, o êxtase, a dança que comunica e o corpo expressivo. Assim, é possível considerar que a categoria práticas corporais, apesar de ser abordada somente em duas produções, aponta ricas discussões que ajudam a refletir sobre o sentido/significado das manifestações corporais na sociedade e a relevância em estudá-las.

Pesquisar as práticas corporais (jogo, dança, brincadeira, esporte, lutas e ginástica) em comunidades quilombolas coloca-se como estudo rico e curioso, embora carente de investigações. O processo de aculturação das comunidades frente à urbanização e os valores contemporâneos comprometeram, inclusive, a realização de manifestações próprias à sua cultura. Contudo, desde o período escravista, as manifestações artísticas trazidas pelos escravos africanos foram se adequando às condições históricas e sociais da colônia, criando elementos distintos daqueles de origem. Por vezes, esse “novo” surge totalmente distante daquilo que o originou a ponto de não mais ser reconhecido como tal.

Discutir esporte, lazer, dança, ginástica, brincadeiras, jogos, cor-

po, movimento e cultura é uma forma de buscar a dimensão social das expressões corporais, possibilitando a consolidação de um novo entendimento em relação a essas manifestações. As práticas corporais, o campo de movimento e produção cultural são formas legítimas de manifestação da comunidade, de resistência, de valorização étnica, de luta política, e não podem ser camufladas, adormecidas por outras políticas ou práticas hegemônicas.

Considerações finais

Essa pesquisa se propôs a analisar a produção de conhecimento sobre comunidades quilombolas no Paraná, identificando seu conteúdo e, especialmente, se as práticas corporais são contempladas nessas investigações. O trabalho mapeou os estudos realizados sobre quilombolas no Paraná e identificou categorias próprias dos quilombolas na produção selecionada para estudo, discutindo-as a partir de referenciais teóricos.

Vale observar que das 21 produções mapeadas apenas foi possível o acesso direto a 17 delas, uma vez que duas não foram conseguidas para avaliação, e se refere ao estudo de Steuernagel (2007) e Pinto (2007). Ainda, somente foi possível o acesso limitado ao trabalho de Cruz (s/d) e ao de Lopes (2007), este último ainda em fase de consecução.

Contudo, como a investigação não se esgota nesse momento, sobretudo se considerarmos que as comunidades quilombolas, atualmente, tem sido uma tônica às diferentes áreas do conhecimento, outros estudos precisam ser desenvolvidos acerca de uma produção que tende a se tornar um campo inesgotável de pesquisa.

Observa-se, diante do mapeamento realizado, que algumas obras tiveram o intuito de contribuir com a produção do conhecimento histórico sobre as comunidades, trazendo dados referentes a diversos aspectos do grupo social, como paisagísticos e geográficos na qual se inserem os quilombos, origem dos habitantes das comunidades e dos sujeitos que ali vivem, bem como a importância dessa memória. Outras oferecem concepções do termo quilombo, assegurando que é um território de resistência, de organização política e de luta dos populares frente a seus direitos. Outros estudos, ainda, apontam para ações de

educação, entendendo os quilombos como patrimônios que devem ser preservados como herança cultural e memória social. Portanto, as entrelinhas da história não devem ser omitidas.

A investigação monográfica teve o intuito de contribuir com a produção do conhecimento sobre as comunidades quilombolas do Paraná, descobertas ainda recentes nesse Estado e no restante do Brasil. Preocupou-se com o estado da arte da produção paranaense sobre grupos sociais que tiveram participação ativa na formação da sociedade brasileira, e embora, marginalizados, inferiorizados e ocultados da história. A produção desse trabalho se torna essencial, de modo peculiar para a área de atuação visto que existem poucas obras que retratam o conhecimento da educação física em relação a essa temática. Com ele, atentamos para que os pesquisadores da educação física intensifiquem suas investigações frente ao tema das práticas corporais que perfazem o cotidiano dos moradores quilombolas.

Enfim, mesmo considerando que os materiais mapeados são ricos em informações, pois, permitem ao leitor conhecer situações históricas e cotidianas das comunidades quilombolas, contribuindo, assim, para ações interventoras, estudos focando práticas corporais e políticas públicas de esporte e lazer ainda são carentes na produção teórica paranaense, exigido esforços no sentido de contribuições efetivas que venham a somar às conquistas já obtidas pelos quilombos e outras ainda em processo, instigando ao debate acadêmico e à articulação com os setores envolvidos numa ação verdadeiramente intersetorial.

Referências Bibliográficas

BOTH, L. J. R.G. **O quilombo como patrimônio cultural: uma proposta educativa.** Curitiba: SEED-PR, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 5 out. 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>>. Acesso em: dez. 2008.

BRASIL. **Decreto nº 4.887**, nov. 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais

Transitórias. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: maio 2008.

Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais em países independentes. **Parte II-Terras**, Art. 14. Genebra, 1989. Disponível em <http://www.oitbrasil.org.br/info/download/conv_169.pdf>. Acesso em: nov.2008.

CRUZ, C. Comunidades remanescentes de quilombo: debate teórico e sua configuração no Paraná. (Título referente ao 1º capítulo do estudo). Não consta, s/d.

CRUZ, C. M. da. **Por dentro do universo afrodescendente: um olhar sobre a manifestação artístico-cultural da Companhia de Música e Dança Afro Kundum Balê de Guarapuava-Paraná**. Monografia de graduação. Maringá: UEM, 2008.

FERREIRA, S. de A. As pesquisas denominadas estado da arte. **Educação & Sociedade**, Campinas, n. 79, p. 257-72, ago.2002.

GOMES JUNIOR, J.; SILVA, G. da; COSTA, P. A. B. (Orgs). **Paraná Negro**. Curitiba: UFPR/PROEC, 2008.

HARTUNG, M. F. **A comunidade do Sutil: história e etnografia de um grupo negro na área rural do Paraná**. Rio de Janeiro: UFRJ/ PPGAS, 2000.

_____. **O sangue e o espírito dos antepassados: escravidão, herança e expropriação no grupo negro Invernada Paiol de Telha-PR**. Florianópolis: NUER, 2004.

LARA, L. et al. Esporte e lazer na comunidade quilombola Invernada Paiol de Telha: realidade, perspectivas e desafios. XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte: Salvador, **Anais**, 2009. Disponível em: <<http://cbce.tempsite.ws/congressos/index.php/CONBRACE/XVI/paper/view/500>>. Acesso em: ago.2009.

LEWANDOWSKI, A.; GÓES, de R. H. P. A terceira liberdade: notas sobre o processo de elaboração do relatório técnico na comunidade quilombola de João Surá/PR. 26º Reunião Brasileira de Antropologia. **Anais**, Porto Seguro, 2008. Disponível em: <<http://agreste.blogspot.com/2008/03/26a-rba-grupos-de-trabalho-gt-01-13.html>>. Acesso em fev. 2009.

LEWANDOWSKI, A. Notas sobre atuação do Estado junto às comunidades quilombolas no Paraná. In: **Reunião de Antropologia do Mercosul**, 2009, Buenos Aires.

LOPES, C. V. G. **O etnoconhecimento e sua contribuição para o desenvolvimento rural sustentável: o caso da comunidade negra do varzeão, Vale do Ribeira, PR.** Projeto de tese apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Agronomia, Produção Vegetal, Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2007.

MESQUITA, Érika. Clóvis Moura e a sociologia da práxis. In: **Estudos afro-asiáticos**. Rio de Janeiro, v.25, n. 3, 2003, p.557-77.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**, São Paulo: 1996. Disponível em <<http://www.usp.br/revistausp/28/04-kabe.pdf> > Acesso em 10, fev.2009.

OLIVEIRA, M. de. Imigração e diferença em um estado do sul do Brasil: o caso do Paraná. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos: Debates**, 2007. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/index5287.html>>. Acesso em: fev. 2009.

PAULA, E. J. S. **Policiamento comunitário quilombola no Estado do Paraná**. Monografia de Especialização. Curitiba: UFPR, 2008.

PAULA, F. C. M. **Projeto comunidades do Feixo e da Restinga: herança dos afro-descendentes da Lapa**. Curitiba: Edição do Autor, 2007.

PINTO, Nicole ; LEWANDOWSKI, A. Terra de Preto em estado de brancos : Um debate acerca das Comunidades Quilombolas no Paraná. In: **VII Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM)**, 2007, Porto Alegre.

PORTELLA, A. V. **Campina dos Morenos: um quilombo preservado**. Guarapuava: Grafel, 2002.

SALLES, J. de O. **Porque o “pinhão não cai longe do pinheiro”**: o saber socialmente construído no Conselho dos Anciões do quilombo Paiol de Telha. Monografia de Especialização (Educação no Campo). Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2007.

SILVA, M. A.; DAMIANI, R. I. **Práticas corporais**. v.1. Florianópolis: Nauemblu Ciência e Arte, 2005.

STEUERNAGEL, M. da S. **“Vocês são dos quilombos, não é?”**: identidade, parentesco e ruralidade na comunidade quilombola do Milítão. Curitiba: UFPR, 2007.

VAREJÃO, V. A.; CAMBUY, A.; SILVEIRA, E. C.; CEUSNEI, S. Fortalecimento da identidade e da autonomia da comunidade: um enfoque na saúde. In: VI Seminário do Projeto Integralidade: saberes e práticas no cotidiano das instituições de saúde. **Resumos ampliados**, Rio de Janeiro: ABRASCO, 2006.

WALFRIDO JÚNIOR, O. S. **Relacionamento entre senhores e escravos nos campos de Guarapuava**: o caso da Invernada Paiol de Telha. UTP-PR, 2005. Disponível em: <http://www.labhstc.ufsc.br/Castro_resumos.htm>. Acesso em Fev.2009>.

OS BENEFÍCIOS DE UM PROGRAMA DE ECOTURISMO COM ATIVIDADES FÍSICAS PARA IDOSOS

Lilian Suelen de Oliveira Cunha⁷⁰

Graduado em Educação Física

Ubiracy Junio Oliveira da Silva

Graduado em Educação Física

Dra. Rosineide da Silva Bentes (orientadora)

Maria de Nazareth da Costa Oliveira (co-orientadora)

Especialista em Ensino Superior

Universidade do Estado do Pará - UEPA

Resumo: Pensar e idealizar atividades direcionadas à qualidade de vida de idosos no país tem sido um grande desafio para diversos segmentos da sociedade. Assim, sabendo-se que o município de Santarém, no oeste do Pará, na região Amazônica, não dispunha de nenhum programa similar à idéia aqui apresentada, foi o que originou a proposta de criação e implementação do PEAFI – Programa de Ecoturismo com Atividades Físicas para Idosos, envolvendo 29 idosos selecionados a partir de critérios específicos, integrantes de um projeto social desenvolvido na Universidade do Estado do Pará, Campus Santarém, que desenvolve atividades sociais e culturais. O PEAFI foi um piloto testado por sessenta dias, de agosto a outubro de 2009, com a finalidade de verificar quais os benefícios que o mesmo traria para os idosos, avaliando-se o grau de satisfação dos mesmos quanto à sua participação no Programa. Foram consideradas as seguintes variáveis: Motivos de adesão; Valores, Emoções e Dificuldades, as quais visavam identificar as vantagens e desvantagens do PEAFI, com vistas à implementação do mesmo como um política pública nas áreas do Lazer, Saúde e Educação de idosos do Município de Santarém. O resultado demonstrou a eficácia do Programa na socialização de grupos de idosos e na geração de benefícios ao

⁷⁰ Contato: Rua Ogé Fortkamp, 226, apto 101, Trindade, Florianópolis – SC, (48) 8451-9226, lilian_oliveiracunha@hotmail.com

bem-estar físico, motor e psicossocial. Sendo uma inovação no segmento de Ecoturismo na região direcionado para idosos. Devido a sua organização, envolvendo atividades multiprofissionais, comprovou-se a importância desse tipo de serviço para a qualidade de vida do idoso, abrindo-se precedentes para que novos estudos sobre esse tema sejam desenvolvidos posteriormente.

Palavras-chave: Idoso. Inclusão Social. Ecoturismo. Atividade Física.

Introdução

No Brasil, a população de pessoas idosas, ou seja, acima de 60 anos, já chega a um valor aproximado de 15 milhões, distribuídos em todo o território nacional, apesar desse país continuar sendo considerado, por muitos autores, um país de jovens. Na verdade, o processo de envelhecimento é um fenômeno relativamente recente da realidade brasileira. Contudo, já se configura como uma das maiores populações de pessoas idosas do mundo (BRASIL, IBGE, 2000).

Em resposta à essa nova demanda populacional pesquisadores de todas as áreas do conhecimento passaram a estudar o envelhecimento e suas interfaces. Dantas e Jacó (2003) comentam que profissionais da área da saúde têm estimulado os indivíduos a mudarem o seu estilo de vida, através da adoção de hábitos mais saudáveis no cotidiano. A adesão à prática de atividade física regular é um dos itens de mudança de comportamento mais empregado atualmente como medida preventiva e estratégica em saúde pública.

Segundo Costa e Tubino (1999) a cada dia surge uma nova modalidade de atividade física, tanto em ambiente urbano como no rural. As atividades físicas praticadas na natureza vêm crescendo em uma proporção maior devido ao estresse das grandes cidades, fazendo com que o homem resgate seu contato com o ambiente natural em busca de aventuras e novos desafios. Tais atividades recebem diferentes denominações de diversos autores como “esporte de aventura”, “esportes radicais”, “esporte da natureza”, “ecoturismo” entre outros (DIAS, 2006).

No presente estudo utilizou-se a denominação “ecoturismo com atividades físicas”, surgida através dos conceitos do CONFEF (2000) e EMBRATUR (1994) na qual nos diz respectivamente que atividade física

é todo movimento corporal voluntário humano que resulta num gasto energético acima dos níveis de repouso, basicamente a atividade do cotidiano e os exercícios físicos e o ecoturismo como sendo uma atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, buscando a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente e oferecendo condições para que o ser humano vivencie características biológicas e sócio-culturais saudáveis.

Com base nessa definição buscou-se identificar a partir dos pontos de vistas dos idosos e da equipe de profissionais que atuaram no PEAFI, quais os benefícios de um programa de ecoturismo com atividades físicas direcionado ao público idoso. Para isso elaborou-se um programa que foi colocado em prática junto a 29 idosos integrantes de um outro projeto social, o Projeto Agita Santarém que ocorre na Universidade do Estado do Pará – Campus Santarém, o qual é desenvolvido com atividades físicas, orientações em saúde e atividades culturais. O PEAFI ocorreu no período de agosto a outubro de 2009, sendo as atividades realizadas somente aos sábados em diversos pontos estratégicos do Município de Santarém e adjacências, envolvendo atividades de educação física com ecoturismo em meio à natureza, tais como: montanhismo, caminhadas, trilhas, relaxamento, gincana ecológica, ginástica ao ar livre, atividades de alongamento e respiração, recreação, hidroginástica e terapia aquática, massagem, geronto-taekwondo e educação ambiental. Os ambientes selecionados para as atividades por si só, já ofereciam atrativos irresistíveis em meio à natureza: Jardim Zoológico de Santarém, Floresta Nacional do Tapajós, Praias de Cajutuba e Pindobal, Parque da Cidade e Bosque Santa Lúcia. Sendo que o deslocamento da equipe, dava-se por transporte rodoviário, onde um ônibus levava e trazia o grupo durante todo o desenvolvimento do Programa. Vale ressaltar ainda que, nas semanas que antecederam a primeira atividade de campo, houve treinamento e orientações específicas para as atividades nas matas, desenvolvidas nas dependências do Campus da Universidade: palestras sobre *primeiros-socorros*, aplicada por médicos, enfermeiros, com apoio de bombeiros especialistas em selva, que orientaram todos em como o indivíduo deve agir em casos de acidentes e riscos que comprometa a sua saúde física; palestra sobre *animais peçonhentos* ministrada por acadêmicos voluntários do Curso de

Medicina, acompanhados por uma Bióloga, onde foram apresentados alguns exemplares de animais peçonhentos e quais medidas a serem tomadas em caso de contato com esses animais.

Sabendo-se que o município de Santarém, com cerca de trezentos mil habitantes, situado no oeste do Pará, no coração da região Amazônica, conhecido como “Pérola do Tapajós”, possui vários atrativos naturais, exuberantes praias, fauna e flora propícios à atividades do segmento turístico, seja receptivo, rural, ecológico e religioso, contudo, ainda se faz necessário viabilizar meios para que Santarém se torne de fato um pólo turístico. Segundo a SENTUR – Secretaria Municipal de Turismo e Integração Regional (2008), apesar de dispor de uma boa infra-estrutura em saúde e educação, e ser caracterizada como uma cidade de turismo ecológico, por conta de seus diversos atrativos em meio à natureza, não dispunha de nenhum programa similar à idéia aqui apresentada e percebendo-se essa lacuna foi o que fortaleceu a idéia da proposta de criação e implementação do PEAFFI – Programa de Ecoturismo com Atividades Físicas para Idosos.

Objetivo

Desenvolver um Programa de Ecoturismo com Atividades Físicas para Idosos (PEAFFI), verificando os seus benefícios para a qualidade de vida desse público-alvo.

Justificativa

Partiu-se da premissa de que profissionais de Educação Física também estão aptos a atuar em atividades do segmento turístico, principalmente no direcionamento de atividades para idosos. Desse modo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica a fim de verificar estudos que abordassem esta temática e que identificassem no contexto da mesma quais as habilidades e as competências do profissional de Educação Física. Contudo, constatou-se uma lacuna na literatura da área da Educação Física no que diz respeito à abordagem da qualidade de vida do idoso a partir da combinação de atividade física com ecoturismo. Portanto, este estudo é de certa forma, pioneiro. Na tentativa de abrir o debate sobre essa problemática no interior da Educação Física, no

âmbito do lazer e da inclusão de minorias sociais, idealizou-se o PEAFI com base na análise da combinação de resultados de vários estudos sobre os temas – Idoso, Atividade Física e Ecoturismo.

Assim com base na literatura pesquisada, definiu-se como uma das hipóteses o pressuposto que um programa dessa natureza tem obrigatoriamente que contemplar os requisitos específicos necessários para o idoso aderir ao mesmo, pois as atividades físicas, nesse contexto, podem oferecer uma gama diversificada de significados e valores enriquecedores para o desenvolvimento pessoal, representados pela superação, pela competência, pela habilidade motriz, pela confiança e pela segurança em si mesmo, que, segundo Crespo (2003 apud MORETTI e CARO 2006) podem variar de acordo com a condição social, a cultura e o gênero.

Nessa perspectiva buscou-se através do desenvolvimento do programa oferecer contribuições ao bem-estar emocional do idoso por meio da ênfase na afetividade, que conforme definida por Moretti e Caro (2006) é a capacidade de experimentar sentimentos e emoções como um estado de ânimo que proporciona a totalidade do relacionamento do indivíduo com um mundo e consigo próprio. Sendo assim, na estruturação do PEAFI buscou-se utilizar toda a literatura encontrada referente a esse tema, dentre as quais, destacam-se: DIAS (2006), GODOY (2002), BRUNHS (1999) e BARBOSA (2002), as quais ofereceram suporte teórico e técnico para a montagem do roteiro com informações sobre as atividades a serem realizadas com o grupo de idosos, tais como interesses primários, secundários, os locais a serem visitados bem como toda sua descrição com programação por data, atividades e informações gerais.

Procedimentos Metodológicos

Optou-se pela pesquisa qualitativa conforme caracterizada por Minayo (2000) por ser aquela em que o social é visto como um mundo de significados passível de investigação e a linguagem dos atores sociais e suas práticas as matérias – primas dessa abordagem. Assim o intuito desta pesquisa foi analisar os benefícios do PEAFI por meio dos seguintes itens: (a) grau de satisfação dos idosos, (b) significados da vivência desse programa para essa população, (c) valores referentes a essas experiências na vida dos idosos e (d) principais dificuldades dos idosos nas atividades vivenciadas.

A pesquisa foi do tipo exploratória, descritiva, pois pretendeu-se conhecer a fonte direta de dados que é o ambiente natural, dando ênfase a palavras, imagens e levantando possíveis novos problemas da pesquisa. Para um melhor entendimento, o estudo foi dividido em duas etapas: a primeira foi uma fase exploratória na qual o programa foi definido e a segunda etapa consistiu em um trabalho de campo com a implementação do PEAFI, a partir de onde foi possível efetuar a coleta de dados que subsidiou o resultado aqui apresentado.

O público alvo da pesquisa consistiu de idosos na faixa etária entre 60 e 75 anos, de ambos os sexos, participantes ativos do Projeto Agita Santarém da UEPA. A amostra total compôs-se de 29 participantes selecionados de forma intencional e atendendo a critérios de inclusão e exclusão. A participação dos idosos como sujeitos da pesquisa foi respaldada pela assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), autorizado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade (CEP).

Para a composição da equipe do PEAFI, baseou-se nas recomendações de Mourão (2004), o qual orienta a definição do tamanho ideal de grupo, bem como o número adequado de guias, visando minimizar impactos e aumentar a segurança e a satisfação do visitante. Portanto, além da participação dos idosos, contou-se com uma equipe de apoio com os seguintes membros: 2 Educadores Físicos, 1 Fisioterapeuta, 3 Enfermeiros, 2 Médicos, 1 Biólogo, 1 Técnica em Educação Superior e 2 Bombeiros. Profissionais estes que foram de vital importância para o êxito do Programa.

Para a coleta de dados utilizou-se uma entrevista semi-estruturada que foi realizada três vezes: antes, durante e depois da execução do programa; a observação participante e a vivência das atividades do programa pelos pesquisadores e a equipe de apoio. As entrevistas foram gravadas em áudio e vídeo e os espaços destinados à visitação, foram fotografados e filmados. As informações obtidas foram descritas, analisadas e interpretadas pelos pesquisadores, e posteriormente divulgadas, após autorização dos sujeitos pesquisados.

Resultados

Este estudo, baseado nas variáveis *motivos de adesão, valores, emoções e dificuldades*, revelou que a proposta do PEAFI, apresenta-se como um programa altamente positivo e benéfico à saúde e qualidade de vida do idoso.

Considerando-se individualmente cada variável pesquisada, pôde-se concluir que: os motivos de **adesão** mais enfatizados foram alusivos à oferta desse serviço para o idoso, considerando suas especificidades e garantindo a qualidade do serviço; a disponibilização de mais uma alternativa de socialização e uma opção na sua busca por qualidade de vida; a participação pelo simples prazer de estar em constante aprendizagem; conhecer novas pessoas; visitar novos lugares e principalmente conhecer a si próprios, confirmando assim a afirmação de Neri (2008) de que os idosos possuem as seguintes necessidades de afeto: intimidade, cuidado, respeito, conhecimento, responsabilidade, proteção, segurança, comunhão, compaixão, amizade e companheirismo. Nesse sentido, Okuma (1998) ressalta que os benefícios da atividade física são evidentes igualmente para o domínio das capacidades cognitivas e psicossociais. Reconhece-se sua forte relação com bem-estar psicológico, comumente indicado por sentimentos de satisfação, felicidade e envolvimento. Sabe-se também que pessoas que estão seguras de que dispõem das competências necessárias para um adequado funcionamento intelectual, físico, afetivo e social, ou seja, que se sentem eficazes são beneficiadas no que tange à auto-estima e aos motivos de realização.

Outro ponto positivo observado foi a originalidade do PEAFI em relação a outros roteiros de ecoturismo, com a oferta de atividades físicas e a participação de uma equipe multidisciplinar de apoio, garantindo mais segurança aos idosos participantes. Assim, pode-se afirmar que por ser uma proposta inovadora, os idosos sentiram-se curiosos sobre como seria modificar o seu cotidiano, a sua rotina de vida participando de atividades desenvolvidas junto à natureza e o que tais atividades poderiam trazer como benefícios à sua saúde. Além do que, segundo afirmação de um dos sujeitos da pesquisa, qualquer atividade bem formulada tem um nível de aceitação muito grande entre os idosos do Projeto Agita Santarém, por tratar-se de um público ativo, consistente e que está sempre em busca de novas experiências, de novas vivências.

Referindo-se aos **valores** e significados dos idosos sobre si e sobre a sociedade, percebeu-se que ao serem convidados para participar da pesquisa sentiram-se valorizados e satisfeitos, pois esta foi uma chance de adquirirem conhecimento e melhorar a socialização entre o

grupo. Verificou-se também que o PEAFI proporcionou mudanças de atitudes em relação a comportamento, a visão estereotipada da limitação do idoso, a responsabilidades e a compromissos, pois os idosos, ao término das atividades, mostravam-se mais à vontade e cheios de disposição para enfrentar o seu dia a dia.

Quanto à variável **emoção**, todos foram unânimes em afirmar que ganharam em experiência e conhecimento. A satisfação sentida pelos idosos pôde ser comprovada através das demonstrações de ansiedade, expectativa e afetividade entre o grupo e a equipe responsável pelo Programa. Gerando dessa forma a discussão sobre a continuidade do Programa, já que para eles participar ativamente de atividades em grupo mostra-se como uma necessidade vital. Percebeu-se também uma grande preocupação com a possibilidade da não continuação do Projeto Agita Santarém do qual todo o grupo participa, o que seria muito ruim para eles, por tratar-se de um projeto que lhes proporciona e garante a qualidade de vida que têm. Por conta disso, entende-se que o PEAFI reforçou nos idosos o seu bem estar, e as suas necessidades de sentirem-se valorizados no meio social.

Segundo Neri (2008) a predominância de emoções positivas prediz capacidades de solução de problemas em situações estressantes, na doença, no enfretamento e na criação de emoções positivas no futuro. É importante ainda salientar que para o grupo de idosos que participou do PEAFI, qualidade de vida envolve além de condições financeiras, um bom relacionamento com a família. Dessa forma, entende-se que esse grupo enquadra-se neste perfil, pois desde o início foi perceptível o nível de felicidade, o gosto pela vida, a esperança e satisfação entre eles, de modo que todos esses sentimentos influenciam na qualidade de vida que, ainda, segundo Neri (2008) são sentimentos de proteção contra a fragilidade na velhice.

Já em relação às **dificuldades**, uma das maiores preocupações era em relação ao cumprimento de horários combinados, pois a maior parte do grupo tinha diversas outras atividades durante o dia.

Observou-se que, durante as palestras acerca das orientações sobre o Programa, gerou-se uma expectativa muito grande entre os idosos sobre como o mesmo seria na prática. Porém, tais preocupações, foram dissipadas, a partir da primeira atividade, a qual foi desenvolvida

no jardim zoológico da cidade, pois a mesma ocorreu exatamente como eles estavam esperando que fosse. Isto repercutiu em uma grande empolgação entre o grupo, mantendo-se por todas as semanas seguintes sempre que o grupo reunia para mostrar as fotos e vídeos das atividades. Nesses momentos sempre surgiam novas fotos, estórias, comentários e principalmente a preocupação de saber se haveria atividade no sábado seguinte. Ainda sobre as dificuldades, esse foi um dos pontos que mais surpreendeu os pesquisadores, pois até o final da pesquisa os idosos mantiveram-se firmes ao afirmar não ter grandes dificuldades. No entanto, sabia-se que para alguns não havia tanta facilidade, porém, durante as atividades, ao perceber algumas situações de desconforto, a equipe de apoio era orientada a ficar atenta e/ou acompanhar mais de perto o idoso com aparente dificuldade em relação aos demais membros do grupo. Pode-se afirmar, assim, que o PEAFI trouxe benefícios consideráveis para o grupo de idosos, pois eles sentiram-se desafiados em fazer as atividades, experimentar algo nunca antes feito por grande parte deles. Os próprios locais visitados se constituíram em grandes descobertas, pois apesar de já viverem há mais de meio século em Santarém, nunca tinham tido a oportunidade de conhecê-los.

Embora não estando entre os objetivos do estudo, outro aspecto importante da pesquisa diz respeito às próprias vivências do grupo organizador do PEAFI. Ter vivenciado as experiências com os idosos que fizeram parte do PEAFI possibilitou a todos uma maior compreensão do “Ser Idoso”. Ao iniciar o estudo já se compreendia que a atividade física na natureza proporciona vários benefícios, o que não se sabia, contudo, era qual seria a dimensão desses benefícios para um público especial: o idoso. Enquanto profissionais de Educação Física, os pesquisadores sabiam que atividades físicas promovem um estado de bem estar físico, cognitivo e psicossocial. Este estudo, portanto, pôde proporcionar uma nova compreensão sobre como os profissionais de Educação física devem se comportar ao trabalhar com esse público, começando pela reformulação do conceito sobre o próprio significado de idoso.

Dessa forma e considerando os resultados da pesquisa apresentados ao longo deste trabalho, pode-se concluir com segurança que os resultados esperados foram alcançados e que outros benefícios surgiram através

da convivência com os idosos e com a equipe de apoio do PEAFL. É importante reafirmar que há ainda uma tímida produção quando se focaliza especificamente as atividades físicas com ecoturismo voltadas para o idoso, mas que, embalados pelos resultados desta pesquisa, incluindo as novas inquietações por ela suscitadas, faz-se necessário que pesquisadores possam continuar a buscar por respostas e por meios de demonstrar que esta temática requer mais atenção nos meios acadêmicos. Até à conclusão desta pesquisa não havia na literatura brasileira a oferta desta atividade adaptada para o sujeito idoso. Portanto, o PEAFL em si já se constitui em uma grande contribuição para o avanço do conhecimento científico na área de educação física, para o aperfeiçoamento e a ampliação da prática do profissional de educação física em direção ao idoso e ao ecoturismo.

Todos esses aspectos mostram que esta pesquisa trouxe contribuições para a literatura, mas que ainda não foram finalizadas, já que após essa fase do estudo surgiram outras inquietações. Assim, esses subsídios podem oferecer um caminho para a continuação da procura por respostas acerca desse tema, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida do idoso.

O que foi possível sentir pelos pesquisadores e pela equipe de apoio foi que os momentos vivenciados junto aos idosos, acabavam sendo um grande aprendizado, e o fato dos idosos não se permitirem desistir e manter firme a confiança em si mesmos e na equipe organizadora, demonstrando o quanto eram capazes. Esse sentimento surgiu do compromisso e da responsabilidade deles em viver, ser feliz, aprender e ensinar e ser idoso dessa maneira.

Conclui-se, portanto que, ficou a certeza de que o PEAFL possibilitou a todos os envolvidos, tanto os idosos, quanto os organizadores, um maior crescimento enquanto seres humanos e um maior amadurecimento enquanto profissionais, com a possibilidade de se poder ver a vida por outra dimensão, cheia de esperança, curiosidade, busca por conhecimento, realizações, desafios, amizades, alegria, compromisso, responsabilidade, paciência, sabedoria e amor. Sentimentos estes que já existem nas vidas de cada um, principalmente no seio da família, e que para as crianças, jovens e adultos, é imprescindível a convivência com a pessoa idosa, que a qualquer momento tem sempre uma palavra, um ensinamento novo para passar aos seus.

Conclui-se ainda o quanto faz-se necessária uma maior visão do poder público a esse segmento social, especialmente na Amazônia, onde a natureza oferece oportunidades de experiências ímpares com o meio ambiente, como meios de promover a inclusão social e uma melhor qualidade de vida à sua população. Sabe-se que a implementação de Políticas Públicas visando o bem estar do idoso proporciona inúmeras vantagens aos governos, pois o custo-benefício desse serviço apresenta resultados mais eficazes em relação aos demais programas sociais direcionados especificamente às atenções básicas como saúde, educação. Por conta disso, os pesquisadores intencionam tornar público os resultados do PEAFI e posteriormente apresentar à Prefeitura Municipal de Santarém, através da Secretaria de Promoção Social uma proposta para viabilização desse Programa no Município.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, R. M. S. P. **Educação Física Gerontológica**. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

BRASIL, IBGE. **Síntese dos indicadores sociais**. Projeções da população do Brasil, 2008. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/populacao/projeçao/populacaodobrasil>. Acesso em: 12 mar. 2009.

BRUNHS, H. T. Lazer e meio ambiente: a natureza como espaço da experiência. **Revista Conexões**. Campinas. FEF / UNICAMP, n.3, dez. 1999.

CONFEEF – Conselho Federal de Educação Física – **Resolução CONFEEF nº 046 / 2002**. Rio de Janeiro: CONFEEF, 2002.

COSTA, V. L. M.; TUBINO, M. J. G. A aventura e o início na prática de esportes vinculados à natureza. **Motus corporais**, v.6, p. 96 – 112, 1999.

DANTAS, E.; JACÓ, R. O. **Exercício, maturidade e qualidade de vida**. Rio de Janeiro: Shape, 2003.

DIAS, V. K. **A participação de idosos em atividades de aventura na natureza no âmbito do lazer: valores e significados**. 119 f. Tese (Mestre em Ciências da Motricidade) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006.

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo. Deliberação Normativa nº 326, 13 de janeiro de 1994. Disponível em: www.turismo.gov.br. Acesso em: 10 mar. 2009.

GODOY, R. F. Benefícios do exercício físico sobre a área emocional. **Rev. Movimento**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 7 – 16, maio/agosto, 2002.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec – Abrasco, 2000.

MORETTI, F. A.; CARO, L. G. **Terapias complementares no tratamento da depressão: acupuntura, exercício físico terapêutico, massoterapia e relaxamento**. Campinas, 2006.

MOURÃO, R. M. F. (org.) **Manual de melhores práticas para o ecoturismo**. Funbio; Instituto ECOBRASIL, Programa MPE, 2004, Rio de Janeiro.

NERI, A. L. **As necessidades afetivas dos idosos**. Saúde e envelhecimento: prevenção e promoção. Seminário Nacional Envelhecimento e Subjetividade. Brasília, 2008.

OKUMA, S. S. **O idoso e atividade física: fundamentos e pesquisa**. Campinas: Papyrus, 1998.

SENTUR – Secretaria Municipal de Turismo e Integração Regional. **Inventário da oferta e infra-estrutura turística de Santarém**. Divisão de planejamento turístico: atualização 2008.

REGIÃO CENTRO-OESTE

MESTRE SABÚ E A CAPOEIRA ANGOLA EM GOIÁS: história, sonhos e dilemas de um educador popular

Tatiana Tucunduva⁷¹

Licenciada em Educação Física

Professora Efetiva da Rede Estadual de Educação de Goiás.

Resumo: Este trabalho resulta de uma pesquisa histórica acerca da Capoeira em Goiás a partir dos relatos, contribuições e da própria história de vida do Mestre Sabú. O estudo teve como preocupação identificar a sua concepção de Capoeira, sua prática com a Capoeira Angola e a dedicação durante sua existência na defesa da capoeira enquanto ação cultural e educativa na formação humana de jovens em situação de marginalização social. O método de pesquisa foi baseado na história, a partir da história oral, onde foram levantados informações, depoimentos e falas diretas do mestre e de outras pessoas acerca de sua trajetória histórica, seus dilemas e de sua paixão pela Capoeira. Os dados da pesquisa foram analisados de forma qualitativa procurando compreender, criticamente, a prática deste sujeito (Sabú) no âmbito da Capoeira Angola e da Educação Popular e os significados que constituem a identidade cultural da capoeira em suas interligações com a formação educativa na escola. O resultado desse estudo superou as expectativas iniciais, desvelando uma história genuína de lutas e de persistência em prol da Capoeira.

Palavras-chave: Capoeira - História - Educação Física - Escola.

Introdução

O estudo da Capoeira é de suma importância no meio acadêmico, já que representa uma grande manifestação histórica, social e cultural.

⁷¹ Endereço: Rua Aurora Esteves Pereira Quadra 60 Lote 15, CEP: 74354-805 Setor Madre Germana II – Goiânia, Goiás; Telefone: (062) 9136 5126. E-mail: tatitucundammar@hotmail.com;

Nesse sentido, olhando para a particularidade dessa manifestação, que se apresenta aqui no estado de Goiás, chegamos ao Mestre Sabú, discípulo de Mestre Caiçara da Bahia. Mestre Sabú, foi quem primeiro trabalhou na divulgação e na efetivação prática da Capoeira Angola em Goiás. Nossa hipótese é de que além do trabalho com a Capoeira Angola, Mestre Sabú, foi quem ofereceu importantes contribuições em projetos sociais, atuando como um educador popular via capoeira, junto às crianças de rua na cidade de Goiânia. O método de estudo histórico desenvolvido, teve como pressuposto as bases do pensamento dialético-materialista, sua escolha se deveu especialmente por entendermos que ele representa uma forma de pensar e investigar a realidade tomando-a como totalidade histórico-social. No campo do método histórico, utilizamos da metodologia da História Oral por se tratar de uma abordagem que lida com o tempo presente. A História Oral questiona não somente os caminhos para a construção do conhecimento, mas, seu caráter, sua natureza e condição de possibilidade. No trabalho utilizamos de diferentes procedimentos desde as entrevistas semi-estruturadas, gravadas e filmadas, como também outras estratégias nas abordagens dos sujeitos (Mestre Sabú e seus antigos alunos) envolvidos direta ou indiretamente no objeto de estudo. Em síntese, este estudo histórico deu ênfase aos aspectos qualitativos dos dados (informações/depoimentos) visando aprofundar os significados, as ações e as relações humanas existentes no fenômeno social-cultural denominado Capoeira Angola, compreendendo e analisando a prática educativa de Mestre Sabú.

A História Oral e suas implicações

Ao verificar as condições concretas para a construção do conhecimento, para além de questionar os caminhos percorridos por este, é preciso questionar o seu caráter, sua natureza e condição de possibilidade. No nosso caso temos como premissas as bases constitutivas da História Oral, que caminha e perfaz os seus trajetos. Será por meio desta abordagem, pelo viés crítico, que esta pesquisa sobre o Mestre Sabú – e a capoeira Angola em Goiás será estudada.

A História Oral centra-se nos indivíduos, em suas narrativas e experiências, pois estes atores sociais são seres de memória que trazem consigo uma história, muitas vezes significativas para a própria cultura, razões pelas quais ela ultrapassa o discurso instituído, os textos oficiais,

produz seu próprio material de estudo e análise. Mas ao centrar-se nos indivíduos ela não deixa de dialogar com as condições políticas e econômicas em que estes estão inseridos.

Para Paul Thompson (1992), a História Oral lança a vida para dentro da própria história, isso aumenta seu campo de ação, ela admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre os desconhecidos que vivem entre o povo, ela dá voz aos sujeitos e sentido aos seus relatos, dialogando com os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, que envolvem suas tramas.

A história oral não é necessariamente um instrumento de mudança; isso depende do espírito com que seja utilizada. Não obstante, a história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; [...] pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras. (THOMPSON, P., 1992, p.22).

Ao buscar as significações que a História Oral possui, ela se relaciona com o fator subjetivo, dialogando com tudo o que é denso e intensamente humano. Ela se torna um movimento social e vê na memória viva a possibilidade de resgatar identidades dentro do contexto social, do todo, enxerga as particularidades que estão nas histórias individuais, dando sua respectiva significação. É interessante atentar para o fato de que esse movimento se dá dialeticamente, porque instaura no “ir e vir”, uma relação conflitante entre forças e interesses contraditórios. E, assim como a Educação, a História Oral se constitui em um ato político, em seu caráter formador, que tem por objetivo contribuir para a formação humana. Aqui a sua relevância está em torno dos diálogos que ela faz com a Capoeira Angola, a Educação Popular e a Cultura Popular, pois a história também é feita a partir destas relações.

Mestre Sabú – uma vida dedicada a Capoeira Angola

Nascido na cidade de Goiás, no dia 06 de Maio de 1940, Manoel Pio Sales, filho de Benedito Rodrigues do Rosário e Maria de Sales Pinheiro, já falecidos. Ainda criança, quando esteve em viagem à Bahia, ficando na casa de um tio o Sr. Francisco de Sales Pinheiro, no bairro chamado Terreiro de Jesus, teve o seu primeiro contato com a Capoeira: *“Passei pelo Pastinha quase dois anos, depois com mestre Noronha que era*

muito amigo dele, e aí foi que eu me formei já com o Caiçara” (Mestre Sabú, 30/06/2008).

Para Mestre Sabú, é na Capoeira Angola de Mestre Caiçara, que se encontra a raiz da Capoeira Angola que ensina. Ao falar a respeito do Mestre Caiçara, via nele uma pessoa de ética, postura, perseverança, que tem a segurança do que está praticando e ensino. Embora gostasse da capoeira, foi em busca de outras fontes e experiências por sua passagem pela Bahia, Mestre Sabú teve oportunidade de aprender Vale Tudo e Luta Livre com o Mestre Valdemar Santana, prática que mais tarde lhe daria subsídios (financeiros) para trabalhar com a Capoeira Angola em Goiás.

Quando em 1958/1959, Sabú veio para Goiânia, a Capoeira ainda não era aceita em grande parte pela população, pois acreditava-se se tratar de terreiro de macumba: [...] *eu mantive a capoeira viva até ter a aceitação pela sociedade, pois não tinha aceitação infelizmente. (Mestre Sabú, 30/06/2008).* Em 1960, o Mestre inicia suas atividades desportivas em Goiânia, com o Vale Tudo e a Luta Livre, com essas práticas ele sustentou sua família durante anos, mas e ao mesmo tempo, mantendo-se paralelamente as suas atividades com o ensino da capoeira.

Apesar de todo o preconceito e discriminação que sofria na época para assegurar o ensino da Capoeira, Mestre Sabú, não perde o interesse em divulgá-la paralelamente junto às lutas que realizava. Além de ensinar a capoeira no seu Terreiro de Capoeira Angola na Vila Redenção, ele também fabricava e ensinava neste mesmo lugar, a produção de instrumentos, como: atabaque, agogô, afoxé, nazal, reco-reco, maracá, tamborim, surdo, cuíca, tumbadôra, timbau, berimbau, ganzá, sendo mais tarde outra fonte de sobrevivência quando ele passa a se dedicar exclusivamente à Capoeira. Todo esse conhecimento foi exposto por Brito (2009), tomando o Mestre Sabú como um autodidata:

Nas entrevistas com o Mestre Sabú percebemos que ele foi um grande autodidata. Ele nos revela como aprendeu a fazer os instrumentos sem ninguém pra ensiná-lo: “Aprendi por necessidade. Eu comprava os instrumentos e os pesquisava. Por exemplo, eu comprei o Agogô e estudava a grossura da chapa, fazia e não ficava bom, aí fazia de novo com outra chapa até ficar igual ao que eu havia comprado”. (BRITO, 2009, p. 44).

Todos os domingos ao ir para as feiras fazer as suas apresentações com o grupo e, aproveitando o momento, também vendia seus instrumentos, divulgava e chamava a atenção da população para sua banca. Sua luta foi na direção de superar os obstáculos encontrados na sociedade para divulgar a Capoeira, considerada, na época, como “coisa de malandro”.

Diante destes problemas, Mestre Sabú resolve ressignificar a Capoeira passando a estudar suas raízes e história, faz algumas adaptações e, nestas bases, procura efetivar as implementações que ele passou a denominar de Capoeira Arte. Ele sempre deixou claro, a partir de suas afirmações, que a sua ação tinha relações com a história, com as origens deste fenômeno cultural, para poder assim ir modificando, construindo, adaptando o seu trabalho às necessidades características de tempo histórico.

Mestre Sabú representa a unidade constituinte entre o homem, a história e a cultura e, nela, busca novos olhares e valores que são apropriados e, ao mesmo tempo, que podem ser modificados levando em conta sempre a valorização dos sujeitos, da prática e de sua participação social.

A partir das relações do homem com a realidade, resultante de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. (FREIRE, 1979, p. 43).

Ele desenvolveu seu método e a própria técnica para ensinar a capoeira. Não qualquer capoeira, mas uma capoeira com movimentos precisos, que calcula e tem o sentido da distância de um golpe para o outro, aproveitando as potencialidades de um corpo - que é ao mesmo tempo arma (de luta, defesa dos marginalizados, negros e escravos) e arte (que desenha os movimentos no espaço, com toda gracilidade e artimanha) próprias do jogo e ginga da capoeira.

O Trabalho com meninos de rua

Através do contato com o povo, no trabalho de divulgação da capoeira na Feira de Arte, que os meninos de ruas foram sensibiliza-

dos e motivados por Mestre Sabú à prática da Capoeira. Mas apesar de essas crianças chegarem a esse estado de marginalização, Mestre Sabú percebeu que elas eram crianças dóceis, “*a necessidade e a circunstância da vida estava levando eles para um caminho errado*”. Logo, seu trabalho foi de mostrar novas oportunidades para eles viverem melhor e com dignidade, executando assim um trabalho não só com a capoeira, mas por meio de um trabalho social e pioneiro em sua época. Brito (2009) ressalta que de 1974 a 1984, Mestre Sabú chegou a cuidar de quase 500 crianças no seu Terreiro de Capoeira Angola, ensinando as crianças capoeiristas a fabricar instrumentos.

A primeira turma formada pelo Mestre Sabú foi no ano de 1973, e foi composta de crianças menores de rua, consideradas socialmente como maloqueiros, ladrões e vagabundos: *Mas não era nada disso, era criança de rua, sem berço sem oportunidade, só o ser humano esperando por uma oportunidade...* (Mestre Sabú, 21/07/2009).

O desrespeito aos direitos básicos e essenciais aos seres humanos permite que crianças ainda pequenas tenham que lutar para sobreviver, tornando-se vítimas de um sistema injusto que lhes nega o básico. Por falta de oportunidade e de quem possa acreditar nas potencialidades desses meninos em *ser mais*, a violência e a bandidagem se tornam caminhos certos para eles. É como Mestre Sabú afirma: *só o ser humano esperando uma oportunidade*.

Mestre Sabú levanta a preocupação com a questão social, onde é preciso ter outro olhar sobre a realidade em que nos encontramos, é preciso acreditar tal qual como Freire (2005) na possibilidade da humanização como vocação dos homens.

A desumanização, que não se verifica, apenas, nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do ser mais. É distorção possível na história, mas não vocação histórica. Na verdade, se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto da história, não é porém, *destino dado*, mas re-

sultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores e esta, o *ser menos*. (FREIRE, 2005, p. 32).

Ao conceber a Capoeira Angola como um movimento de resistência seus educadores passam a ter um papel social de extrema relevância na afirmação dos homens como pessoas e na ruptura do processo de desumanização, pois estas condições não são dadas eternamente. A luta do Mestre Sabú começa com a Capoeira, porém, sendo esta uma manifestação também social, a luta expande suas possibilidades em reverter a lógica perversa imposta por um sistema injusto e opressor. Apesar de ter firmeza no trabalho ao qual se prestou, Mestre Sabú não obteve tanto êxito em detrimento da falta de um apoio governamental que lhe desse subsídios para sua atuação. E, com toda sua sensibilidade e humildade, atitude de querer carregar os problemas sociais todos para si, começa a adoecer chegando a um estágio de perturbação mental, pois sua angústia era de não conseguir amparar a todos que precisavam de seu apoio.

SABÚ – um educador popular

A Educação Popular pode ser concebida em uma de suas formas por um conjunto de práticas presentes no interior de sua própria cultura, onde em suas redes e regras as pessoas das classes populares vivem experiências endógenas de produção e transferência de seu próprio saber. (Brandão, 1985).

Uma das características da Educação Popular, segundo Fleuri (1990), é ter como sujeitos de sua ação, os grupos, a comunidade e os movimentos sociais, e é seu objetivo construir novas formas de organização social que superem a exploração e a dominação vigentes. É uma educação elaborada, processada e realizada com o povo, desta maneira, toda vez que o educador partilha o seu saber através da convivência com seus educandos e cria com estes a própria experiência cultural do saber ele age produzindo cultura. Ao se apropriar e ressignificar da capoeira que lhe foi ensinada, Mestre Sabú não só reproduziu, mas criou saberes e os transmitiu explicitando aos seus alunos o que eles estavam aprendendo. Ele criou seu próprio método de ensino e nele estava a preocupação nas potencialidades dos alunos (e seu corpo), tornando-se assim num dos elementos integrantes de seu saber e também de sua

própria emancipação e humanização.

Mestre Sabú é um exemplo do que Freire (1979) já afirmava, ao falar sobre a educação e o significado que ela deve ter socialmente, de como deve ser concebida pelos sujeitos: “*A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem*” (p. 96). A partir destas palavras é possível compreender toda iniciativa e trabalho de Mestre Sabú, ao acreditar na capacidade dessas crianças em *ser mais*.

Todos os depoimentos obtidos através dos alunos mais velhos de Mestre Sabú, trazem consigo um juízo de valor explícito, onde os gestos as atitudes do mestre, se decodificaram em confiança e em respeito ao saber dos educandos. O caráter formador desse ato educativo ultrapassa os limites da escola de capoeira e abrange a vida social dos alunos, se tornando uma verdadeira família. Apesar de “detentor do poder (saber)”, o que fica claro nos depoimentos é que o Mestre Sabú conduziu sua prática educativa democratizando e construindo-a coletivamente com os sujeitos envolvidos na mesma e sua prática social, educativa foi conduzida com a mesma paixão que ele tem pela Capoeira. Esta foi sua experiência fundante, para que toda essa história fosse construída.

Considerações finais

Ao pesquisar conhecemos algo novo e ao conhecer nos modificamos e, assim, passamos a modificar também o mundo em nossa volta. O método de estudo sócio-histórico nos possibilitou um constante diálogo entre a teoria e a prática, entre a particularidade e a totalidade do fenômeno Capoeira em Goiás e, evidenciou, ainda mais, a complexidade de sua realidade histórica, cultural e social. Ao lançar mão da História Oral tornou-se possível ampliar nossas possibilidades de interpretação do passado, uma vez que, foi possível recorrer aos sujeitos envolvidos diretamente com os fatos e acontecimentos. No caso de Mestre Sabú, que tínhamos poucas referências textuais, fomos direto à fonte, deu-se voz ao sujeito de sua própria história buscando, seus sentidos e significados, valorando seus atos e revelando suas intenções, construindo assim, os dados que compôs o arranjo do presente estudo.

As nossas hipóteses iniciais acerca do Mestre Sabú e de sua atuação na capoeira foram referendadas no estudo, sendo ampliadas a cada etapa da investigação quando se percebeu que sua atividade extrapolava o espa-

ço dedicado à Capoeira Angola, tendo forte atuação como um educador popular – junto às crianças de rua em Goiânia. A maior contribuição desta pesquisa, certamente, está na reflexão teórica que realizamos ressitando a prática de Mestre Sabú no contexto da Capoeira Angola e da prática social como educador popular. Assim, além de um autodidata e intelectual da Arte da Capoeira atuou como um defensor público da cultura popular e dos oprimidos e marginalizados em nossa cidade e, dentro das qualidades que são próprias, a expressão de um grande Educador Popular.

Referências Bibliográficas

ABIB, P. R. J. Cultura Popular, Educação e Lazer: uma abordagem sobre a capoeira e o samba. In: **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, PR, v. 1, n. 1, p. 58-66, jan-jun, 2006. Disponível em: <<http://www.capeiraunb.com/textos/ABIB, PRJ - Cultura popular, educacao, lazer.pdf>> Acesso em: 01 Set. 2009.

BOLA SETE, Mestre. **A capoeira Angola na Bahia**. 4 ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

BRANDÃO, C. R. **Educação como cultura**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

_____. **Educação popular na escola cidadã**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2002.

BRITO, E. P. **A história da capoeira em Goiás contada por seus pioneiros**: Mestre Osvaldo e Mestre Sabú. Goiânia: Grafset – Gráfica e Editora Ltda, 2009.

CASTRO JÚNIOR, V. Capoeira Angola: Olhares e toques cruzados entre Historicidade e Ancestralidade. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 143-158, jan. 2004.

CRUZ, J. L. O. **Capoeira Angola**: do iniciante ao mestre. Salvador: EDUFBA: PALLAS, 2003.

FALCÃO, J. L. C. **O jogo da capoeira em jogo e a construção da práxis capoeirana**. 2004. 409 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004. Disponível em: <<http://>

www.boletimef.org/biblioteca/1452/O-jogo-da-capoeira-em-jogo-e-a-construcao-da-praxis-capoeirana>. Acesso em: 28 Jan. 2008.

FIGUEIREDO, V. M. C. de; LUSTOSA, F. H. C; et all. **Perspectivas históricas da capoeira e suas manifestações na cidade de Goiânia**. Goiânia, 2000. Mimeo.

FLEURI, R. M. Educação Popular na Escola Pública? In: **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 4, n. 8, p 159-162, jan/jun. 1990. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/1273/1137>>. Acesso em: 01 Set. 2009.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 46 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FRIGÉRIO, A. Capoeira: de arte negra a esporte branco. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.4, n.10, p. 85-98, jun. 1989. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_05.htm>. Acesso em: 28 Jan. 2008.

FRIGOTTO, G. O Enfoque da Dialética Materialista Histórica na Pesquisa Educacional. In: FAZENDA, I. (org.). **Metologia da Pesquisa Educacional**. 5 ed. SP: Cortez, 1999.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 8 ed. RJ: Civilização brasileira, 1989.

MARX, K. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. 5 ed. RJ: Paz e Terra, 1986.

MINAYO, M. C. S. (org). **A pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

TOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. RJ: Zahar Editores, 1978.

TOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. RJ: Paz e Terra, 1992.

VIEIRA, E.. **Na roda do berimbau**. Goiânia: Gráfica do Livro Goiano, 1973.

WILLIAMS, R. **Cultura e Sociedade: 1780-1950**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

CATEGORIA 3
RELATOS DE EXPERIÊNCIA

REGIÃO NORTE

SANTARÉM: brincando, conhecendo e reconstruindo a nossa história

Rita Maria de Fátima Peloso Grasso⁷²

Graduada em Educação Física

Graduada em Pedagogia

Especialista em Esporte e Lazer/UFMG

Assessora de Esporte e Lazer do Município de Santarém/PA

RESUMO: Esse trabalho faz um relato de experiência da IV Colônia de Férias desenvolvida pela Prefeitura Municipal de Santarém, por meio da Assessoria de Esporte e Lazer/SEMED no ano de 2009. Trata-se de uma experiência de política pública desenvolvida no interior da Amazônia, e já está em sua quinta edição apesar das barreiras encontradas ao longo do processo. Essa proposta é desenvolvida no período de julho, com duração de duas semanas e tem como público alvo três mil estudantes, entre crianças e adolescentes da rede pública de ensino do município, na faixa etária de sete a dezessete anos de idade. Para efeito de acesso do público alvo, a proposta é desenvolvida em seis locais que se enútlulam de pólos, distribuídos em pontos estratégicos dos bairros da cidade. Cada pólo disponibiliza quinhentas vagas, totalizando um total geral de três mil vagas/inscrições.

Introdução

Antes de descrever esse relato de experiências, evidencio alguns comentários acerca do conceito de lazer enquanto direito social, bem como, enquanto políticas públicas, pois as experiências de esporte e lazer implementadas a partir de 2005, pela Prefeitura Municipal de Santarém, por meio da Assessoria de Esporte e Lazer, são permeadas a

⁷² Avenida São Sebastião, 1233, Santa Clara. Fone: 093/3523-1420/1835 e Celular: 093-9122/5830. E-mail: Ritapeloso@hotmail.com

partir dessa concepção. Hoje apesar de vivermos em pleno século 21, era do *bum da informática, da internet*, o conhecimento da grande maioria da população brasileira sobre seus direitos como cidadão é ínfimo. Bobbio (1992), em seu livro a Era dos Direitos, afirma que os direitos dos homens *é uma expressão muito vaga, porém desejável, apesar de que, em sua maioria, ainda não foram todos reconhecidos.* (BOBBIO, p.17)

Para Marcellino (2008) é somente a partir da Constituição de 1988, que o lazer passa a ser direito social, sendo também “*assegurado*” em todo o território nacional a partir das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas municipais. Aspei o assegurado para afirmar que não basta que as leis estejam muito bem escritas em documentos oficiais, se faz necessário para sua real efetivação, a organização e principalmente a participação comunitária. O autor vai mais além quando afirma: O direito ao lazer significa mais do que ações específicas, mas uma rede de *serviços para possibilitar o acesso digno à sua vivência: emprego, saúde, educação, transporte, infra-estrutura urbana, dentre outros. Significa possibilitar condições de realização global de viver dignamente.* (MARCELLINO, 2001, p.119)

Bonalume (2002) afirma que as políticas públicas de lazer devem ser construídas coletivamente a partir dos interesses e necessidades da população. Para Marcellino (2001) além, das necessidades e interesses, se faz necessário possibilitar vivências diferenciadas de lazer, mesmo que não faça parte do universo daquele grupo específico ou de interesse, pois como é sabido o lazer é uma dimensão pouco valorizada e que em função disso, muito pouco reivindicada, as pessoas ainda sentem vergonha de verbalizar essa palavra em suas reivindicações porque, infelizmente, ao longo do processo ela esteve ligada ao sinônimo de vagabundagem.

Santarém, ao longo de sua história não construiu uma política pública de esporte e de lazer e muito menos de espaços e equipamentos, mesmo sabendo da sua constitucionalidade a partir de 1988, e de que as brincadeiras e os divertimentos sempre ocuparam e ainda ocupam lugar de destaque em todas as sociedades, e que é através do brinquedo que nos relacionamos e nos entendemos com o mundo. Essa ausência foi superada a partir de 2005, quando no cenário político do município, é eleita para prefeita de Santarém, Maria do Carmo Martins

Lima, que propõe dentro das estruturas municipais um departamento⁷³ de esporte e de lazer, até então inexistente.

É, portanto, a partir dessas idéias iniciais que em 2006 é gestada a proposta de promover nas férias de julho⁷⁴ uma colônia de férias, promovida pelo poder público. A equipe detecta em suas andanças quando da implantação dos núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade no final de 2005, a falta de alternativas na área do lazer para as crianças e os adolescentes da rede pública no período das férias escolares. Essa população, carente de poder econômico para deslocamento nesse período, acabava por ficar “ociosa” em frente à televisão ou perambulando pelas ruas.

É importante frisar que a proposta de colônia de férias elaborada pela equipe de Esporte e Lazer da Prefeitura de Santarém em 2006, partiu quase que exclusivamente do zero, porque as referências tanto as Bibliográficas, como as vivenciadas por parte da equipe eram poucas, insuficientes, por conseguinte, a equipe se sentiu desafiada a elaborar uma proposta de Colônia de Férias que permeasse, além dos anseios das crianças e dos adolescentes, que é o de brincar, de descansar e se divertir, a idéia educativa e que fosse de caráter permanente, ou seja, uma proposta que pudesse ser inserida enquanto política pública, a fim de ser efetivada todos os anos, independente do governo que estivesse no poder.

Como proposta, a idéia de colônia de férias não é recente no Brasil, advém da década de trinta e que segundo Steinhilber (1995) surgiu com os militares, e tinha como finalidade maior a *ocupação do tempo livre* dos filhos dos militares no período de férias escolares. Em Santarém, a proposta nasce como inovadora no seio dos seus principais atores, por se tratar de um projeto advindo do poder público, haja vista, que em nível de iniciativa privada o SESC/STM, já promovia essa ação para uma média de duzentas crianças. Quando o projeto em 2006 foi exposto para os diretores da rede municipal de ensino, houve ao mesmo tempo um misto de alegria e de descrédito, todavia no ano

⁷³ Assessoria de Esporte e Lazer, que tinha a incumbência principal de formular uma Política Pública de Esporte e de Lazer para o Município.

⁷⁴ Na região as férias estudantis ocorrem em dois períodos: o primeiro, no mês de julho, de 30 dias, e o outro no final de dezembro e janeiro.

seguinte os testemunhos favoráveis foram os mais diversos possíveis, especialmente quanto a visão educativa do projeto.

Para alguns especialistas da área, a realização de uma colônia de férias na atualidade é uma alternativa e tentativa de oportunizar vivências diversificadas dos conteúdos do lazer, que não sejam os do cotidiano (televisão e computador) que “*obriga*” crianças, adolescentes e adultos a ficarem fechados, especialmente nos grandes centros urbanos, em seus apartamentos em função dos *perigos* das ruas. Com o avanço da tecnologia e em nome de uma segurança, as pessoas também se tornam reféns de suas casas ou de espaços restritos considerados *seguros* abdicando de participar nos espaços públicos de atividades de esporte e do lazer, por isso, propostas dessa envergadura na opinião desses especialistas precisam de mais suporte para sua efetivação.

A IV Colônia de Férias do município de Santarém, proposta pela Assessoria de Esporte e Lazer no ano de 2009, propôs uma programação que buscasse superar os modelos “*pacotes de atividades*”, bem como contribuir para a ressignificação dessas programações, a partir de um planejamento construído coletivamente, onde a ação do “*animador ou monitor*” não se limitasse apenas ao acesso às manifestações culturais, mas deveria ser fundamentalmente estruturada na perspectiva de promover a participação cultural dos indivíduos e o seu desenvolvimento. Nesse sentido, o projeto trabalhou com metodologias diferenciadas e seguiu metas indispensáveis para o alcance dos objetivos a que se propôs, não apenas para a eficiência e a eficácia no cumprimento das metas, mas para utilização eficiente dos recursos e das ações.

Para a efetivação da proposta, a equipe propositora seguiu alguns passos indispensáveis para o sucesso do projeto tendo sempre como objetivo maior, o de possibilitar o acesso ao lazer nas férias de julho ao maior número de estudantes da rede pública de ensino do município de Santarém. Como passo inicial foi elaborado o projeto da Colônia de Férias 2009. Essa elaboração levou em conta as avaliações anteriores contraproducentes e as inovações a serem implementadas. Duas versões foram construídas

Paralelo à elaboração do projeto, a equipe discutiu o tema gerador. Optamos por discutir um tema gerador que permitisse a todos aqueles que fizessem parte do projeto o envolvimento e o sentido de

pertencimento. *Santarém:brincando, conhecendo e reconstruindo a nossa história*, foi o tema escolhido para a IV Colônia de Férias. É preciso entender esse tema como uma espécie de um “*grande guarda-chuva*”, que possibilita diferentes propostas de programações relacionadas aos conteúdos culturais do lazer relevante e atual para o público alvo. Embutido nesse tema havia a idéia de discutir intensamente com os principais atores a idéia do pertencimento da cidade. Dentro desse contexto, as vivências oferecidas nos pólos tiveram como pano de fundo o debate do lazer-educação, por isso, todo o planejamento dos pólos foram fundamentados em harmonia com o tema gerador e com os espaços e equipamentos existentes nos locais previamente definidos pela equipe. O convite a brincadeira, ao divertimento, ao descanso a partir do conhecimento da cidade permitia pelo entendimento da coordenação chegar aos objetivos que a equipe se propôs a alcançar.

O passo seguinte foi a definição das coordenações de pólos e os espaços. A estrutura da IV Colônia de Férias ficou assim: uma coordenação geral, composta por 4 profissionais; 12 coordenadores de pólos; uma equipe de logística e infraestrutura formada por oito servidores. Os pólos estavam assim estruturados: dois ou três coordenadores de pólos; duas pessoas responsáveis pela logística e infraestrutura; uma equipe de monitores formado por no mínimo trinta profissionais das mais diversas áreas do conhecimento; uma equipe de padrinhos (as) em igual número de monitores; uma equipe de serventes e educadora alimentar, geralmente formada por no máximo seis profissionais – todos servidores da rede municipal de ensino. A equipe de padrinhos (as) assim como nas três edições anteriores, foram formadas basicamente por voluntários do bairro ou das faculdades que no processo de divulgação e inscrições da colônia de férias são envolvidos no projeto.

O tema gerador exigia da equipe um autoconhecimento da história da cidade, por isso, o processo de capacitação, formação e informação foi necessário, e foi o passo seguinte da coordenação. Contamos nessa fase com o apoio de historiadores da cidade, que ampliaram através de oficinas, debates e reuniões os nossos conhecimentos, especialmente, a formação, tradições e costumes dos povos que contribuíram para a constituição do povo santareno. Esse passo foi fundamental, pois era necessário transformar os resultados obtidos sobre o tema, em instrumentos lúdicos que permitissem envolver, inicialmente, a coordenação dos pólos, os agentes culturais, os professores de educação

física e etc., ou seja, toda a equipe de trabalho, para em seguida, as crianças e os adolescentes, os principais atores da proposta.

O objetivo proposto para a IV Colônia de Férias foi o possibilitar às crianças e adolescentes de Santarém vivências de lazer nas férias baseadas em valores sociais, através de atividades lúdicas e educativas, estimulando a busca de conhecimento como elemento fundamental para a mudança de comportamento e melhoria da qualidade de vida dos envolvidos. Além desse objetivo geral, a equipe trabalhou com mais 4 objetivos que intitulamos de específicos, que foram: **oportunizar** ao público alvo vivências diversificadas de lazer de forma orientada, lúdica e educativa, trabalhando valores fundamentais como: respeito, auto-organização, disciplina, valorização de si e do outro; **desenvolver** conhecimentos selecionados a partir do tema gerador, visando à aquisição e o aprimoramento de habilidades; **promover** atividades lúdicas relacionadas à cultura popular do município, como forma de valorizar e preservar os costumes locais a partir da dança, do teatro, da música, e das artes manuais e da confecção de brinquedos; **debater** valores fundamentais, tais como: o respeito à identidade própria e às suas características culturais, o respeito ao próximo, o zelo com o patrimônio público e os valores sociais da comunidade na qual estão inseridos, a partir da diversidade apresentada na cultura regional.

Subsidiadas com as formações e informações necessárias e/ou possíveis, o passo seguinte da equipe propositora foram as reuniões para divulgação e conhecimento da proposta. As reuniões da IV Colônia de Férias foram momentos extraordinários para se debater as **Políticas Públicas, Educação para o lazer**, dentre outros, afinal a proposta da IV Colônia de Férias, além de ter como principal participante os estudantes, ocorre nas dependências das escolas. Cabe aqui uma nota quanto ao uso desse equipamento não específico de lazer, que em férias e fins de semana ficam quase sempre ociosos. Para Marcellino (2006, p. 71) *as escolas contam com grandes possibilidades, em termos de espaço, nos vários campos de interesse: quadras, auditórios, salas, etc.* Por não contar com equipamentos específicos na cidade de cunho público e por entender que a escola pode ser como afirma Marcellino (2006, p. 72) *um centro de cultura popular*, foi que desde a primeira versão da Colônia de Férias esse equipamento foi utilizado dentro dessa visão, pela equipe propositora.

O curso de capacitação foi outro momento sublime para a o sucesso da IV Colônia de Férias, pois visava o aprimoramento da equipe de trabalho. O curso foi de trinta e duas horas, dividido em dois momentos. O curso teve momentos para: palestras, relatos de experiências, planejamento, oficinas específicas (artes-plásticas, música, nutrição, arte manuais, jogos e brincadeiras, atividades esportivas, e etc.) e visitas nos espaços propostos para o funcionamento dos pólos da colônia de férias, bem como, a confecção de alguns materiais didáticos.

É importante ressaltar neste relato à participação voluntária da comunidade do entorno dos pólos na formação das equipes. Em nossa cidade há algum tempo existe uma fenômeno formado pela maioria de jovens que se chama “*ganguê*”⁷⁵, muitas vezes esses grupos se juntam por falta de iniciativas e oportunidade oferecidas pelos governos e praticam atos ilícitos de todas as espécies, e em muitos casos não deixam que ações aconteçam nos bairros. Para evitar a interrupção de nossa proposta e por entender que esses grupos podem muito bem fazer parte de um processo educativo, é que temos possibilitado a sua participação no desenrolar do projeto. Os relatos repassados pelas equipes dos pólos dão conta que a participação deles tem se dado com muita dedicação e competência. Como resultado positivo desta ação efetiva, alguns deles já abandonaram os seus grupos de origens para voltar a trabalhar e/ou estudar. Não sabemos efetivamente se o abandono esteja vinculado a essas oportunidades, porém o projeto não tem fechado a porta.

A metodologia adotada na IV Colônia de Férias para o desenvolvimentos das atividades nos pólos ocorreram em forma de rodízio, cada rodízio tem a duração de 50 minutos, divididos por faixas etárias e por cores de camisas dos participantes (colonistas) diferenciadas. As atividades aconteceram de segunda a sexta pela parte da manhã, e as terças e quintas, também pelo horário da tarde. Cada pólo teve a liberdade de possibilitar e desenvolver em forma de oficinas durante os dez dias de colônia de férias as mais diversas vivências dos conteúdos do lazer, como, por exemplo: o futebol de campo, o futsal, o atletismo, o handebol, o voleibol de quadra e de areia, o basquetebol em muitos

⁷⁵ São grupos especialmente de jovens desempregados e que não estudam que formam uma galera chamada de gangues e que praticam muita arruaça nos bairros.

locais o adaptado, as oficinas de papagaio (pipa), de música, de dança, de jogos eletrônicos, os jogos de salão, a pintura, as trilhas, os passeios, o acantonamento – experiência vivida pelos adolescentes do Pólo Esperança em uma comunidade rural do município -, a de blog, os filmes, ações de cidadania, como corte de cabelo, aplicação de flúor, palestras sobre trânsito, drogas e violência.

Outro momento não menos importante foi o processo avaliativo. Esta ação ocorreu em três momentos distintos: 1. diariamente nos pólos, assim que encerra as atividades tenta-se avaliar o dia a dia do pólo, ou seja, como foram desenvolvidas as vivências e se for necessário o replanejamento; 2. com os coordenadores de pólos e a coordenação geral, se avalia o andamento da colônia, suas dificuldades e se valeu a pena sua execução. Esse processo ocorreu dois dias após o início da colônia de férias e três dias após o encerramento; 3. aconteceu com os participantes e todos os profissionais envolvidos. É elaborado pela coordenação geral, questionários com perguntas abertas e fechadas divididos por faixas etárias, bem como, por grupo de profissionais.

A elaboração do relatório mereceu o mesmo grau de prioridade dos demais passos, pois é a partir dele que a equipe propositora melhora, investe e reformula a proposta de Colônia de Férias para o próximo ano. Cada pólo escreveu o seu relatório sob a forma de relato de experiência, uma semana após o encerramento da colônia, baseado nos relatos dos pólos a coordenação geral elabora o relatório final.

Resultados alcançados

Ao analisar os principais resultados do projeto da IV Colônia de Férias: *Santarém: brincando, conhecendo e reconstruindo a nossa história*, início com a fala de alguns atores envolvidos no projeto - uma diretora de um dos espaços intitulado de pólo e de alguns colonistas (participantes)-, “*eu não sei qual é o “remédio” que vocês usam para fazer esses alunos respeitarem vocês, pois eu já trabalho um tempão como diretora nesta escola e nunca consegui esse fenômeno, vocês não, basta pedir, explicar o que eles vão fazer, e eles fazem!*”⁷⁶; “*Foi a primeira vez que participei da Colônia de Férias, brinquei bastante, aprendi um pouco*

⁷⁶ Professora Telmaelita – diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Brigadeiro Eduardo Gomes. Palavras proferidas e gravada no dia da reunião com os diretores das escolas municipais, quando da exposição do Projeto da IV Colônia de Férias.

*mais sobre minha cidade e espero participar outra vez*⁷⁷, para demonstrar o quanto essa experiência surte efeito no seio da comunidade escolar.

Esses depoimentos estão carregados de simbologias, nos possibilitam analisar os impactos positivos deixado em cada participante nessa IV Colônia de Férias. Um desses resultados está muito ligado ao *testemunho da diretora, pois quando se discute regras, quando se faz acordos comunitariamente, quando se combina horários e se cumpre, quando se planeja a ação conjuntamente, é possível obter respostas positivas, e aí não existe milagre!*. Outro resultado, positivo que a equipe analisou, foram os novos aprendizados, os novos conhecimentos adquiridos pelos colonistas, *cuja análise da equipe, quanto a esse resultado, diz respeito ao sentido, ao significado que foram colocados pela equipe de cada pólo em suas ações*. No diálogo entre participantes (colonistas) no blog é possível confirmar este aprendizado.

O sentimento de pertencimento dos participantes, esse resultado parece ser insignificante, mas perceber que cada participante saiu desses dez dias de brincadeiras, de diversão, e de descanso com um cuidado maior pela sua cidade, pela sua escola e, principalmente, com um maior e melhor conhecimento de sua cidade, é extraordinário. Violência e desrespeito foram uma tônica entre alguns dos participantes, especialmente, entre os adolescentes nos primeiros dias do projeto, todavia após esse espaço de tempo, notou-se uma mudança expressiva de comportamento. E aqui não estamos falando de “controle”, de “enquadramento” e sim de um posicionamento diferenciado perante o outro, ou para consigo mesmo. Outros resultados poderiam muito bem ser citados nesse relato de experiência, como: o engajamento da equipe; o envolvimento da comunidade, sobretudo, a do entorno de cada pólo; o grande número de voluntariados/estagiários, e a ressignificação dos espaços escolares, o processo formativo ou a capacitação da equipe de trabalho.

Conclusão

Esse relato de experiência da IV Colônia de Férias do ano de 2009, no município de Santarém, que teve como tema “*Santarém: brincando, conhecendo e reconstruindo a nossa história*”, faz-se necessário

⁷⁷ Depoimento de uma participante (colonista) de seis anos, do Pólo São José Operário.

ênfatar a relevância da ação enquanto política pública de lazer e, enquanto instrumentos de inclusão social para o município de Santarém. Nas últimas décadas, são incontáveis os debates acerca dessa temática de políticas públicas de esporte e lazer, principalmente, quando se referem aos debates sobre cidadania, participação popular e como possibilidade de superação das desigualdades sociais, no entanto, se comparados ao grau de participação popular, ainda é insignificante essa participação, pois essa discussão ainda está na contramão, ou melhor, se apresenta como secundária frente as demais esferas da vida social, como por exemplo, a saúde, a habitação, a educação, etc., por isso, a importância do projeto, pois segundo PINTO (2006, p. 141) *uma política pública diz respeito à ação das autoridades públicas na sociedade, (...) são atos, mas também os “não atos” de uma autoridade.*

A relevância do projeto, está sustentada sob alguns pontos: pela participação maciça e despreocupada dos alunos nas várias edições desse projeto; nos testemunhos das mães e/ou responsáveis reafirmando que esta política pública deve continuar, porque além do aspecto da diversão, do descanso, seus filhos melhoram em outros aspectos (comportamento, na relação interpessoal, na higiene, no compromisso, etc.); pela engajamento da equipe de trabalho, mas acima de tudo, por acreditar que o lazer é um bem social, um direito. O papel do poder público é formular propostas em relação as políticas públicas e no caso específico, políticas públicas de lazer, porém essas políticas devem ser formuladas a partir de uma visão ampla, ou seja, não desconectada da questão sociocultural.

Encerro esse texto com as palavras sábias de Russell (2002) *A moderna técnica trouxe consigo a possibilidade de que o lazer, dentro de certos limites, deixe de ser uma prerrogativa de minorias privilegiadas e se torne um direito a ser distribuído de maneira equânime por toda a coletividade.*(RUSSELL, p.27)

Referências Bibliográficas

BOBBIO, Noberto. **A era dos direitos.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 1992. 19ª Reimpressão.

BONALUME, Cláudia Regina. O lazer numa proposta de desenvolvimento voltada à qualidade de vida. In: MULLER, Ademir & DA

COSTA, Lamartine Pereira (org.). **Lazer e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2002.

MARCELINO, Nelson Carvalho (Org.). **Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

_____, Nelson Carvalho (Org.). **Políticas públicas de lazer**. Campinas, SP: Alínea, 2008.

_____, Nelson Carvalho (Org.). **Lazer e esporte: políticas públicas**. 2ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Políticas Públicas de Lazer no Brasil. IN. MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Políticas públicas de lazer**. Campinas, SP: Alínea, 2008.

RUSSELL. Bertrand. **O Elogio ao ócio**. Introduzido. Howard Woodhouse; tradução. Pedro Jorgensen Júnior. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

STEIHILBER, J. **Colônia de Férias: organização e administração**. Rio de Janeiro. Editora Sprint, 1995.

TRIÂNGULO TUKANO: uma política pública de inclusão sociocultural do esporte e lazer para os povos indígenas da cidade de São Gabriel da Cachoeira - Amazonas

Jhones Rodrigues Pereira⁷⁸

Prof. Esp. em Políticas Públicas de Esporte e Lazer
Secretaria Municipal de Educação Manaus - Amazonas

Edivaldo Da Silva Rodrigues⁷⁹

Acadêmico de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física
Universidade do Estado do Amazonas

Resumo: Este relato de experiência tem a finalidade de divulgar um dos maiores eventos existentes na Cidade de São Gabriel da Cachoeira – Amazonas: “O Triângulo Tukano”. Evento organizado por Povos Indígenas residentes na tríplice fronteira: Brasil, Colômbia e Venezuela que conta com o apoio da Universidade do Estado do Amazonas, Liga Esportiva de Iauareté e Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira. Tem como objetivo discutir políticas públicas que visem a melhoria da qualidade de vida e o bem – estar da população daquele local, além de demonstrar as práticas de esporte e lazer através da disputa de jogos indígenas e outras manifestações esportivas. Como metodologia, utilizamos a observação participante e para registro dos dados o caderno de campo, máquina fotográfica, pranchetas, canetas, notebooks, pen drives e súmulas de jogos. O evento está na sua décima segunda edição e colabora para a preservação do patrimônio material e imaterial dos Povos Indígenas do Alto Rió Negro no Amazonas.

⁷⁸ Pesquisador independente em políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social para os Povos Indígenas do Amazonas; Professor Especialista em Educação Física Escolar em contexto indígena; Professor do Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação da Cidade de Manaus – Amazonas. Endereço: Rua Comendador J. G. de Araújo, 973 – Santo Antônio – Manaus/ Amazonas – CEP: 69020 – 130. e-mail: jhones_pereira@hotmail.com. Fone: (92) 8233 -0727/ (92) 9178 – 1856.

⁷⁹ Acadêmico do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física pela Universidade do Estado do Amazonas – Pólo de São Gabriel da Cachoeira. Endereço: Rua Domingos Sávio nº 174; Bairro: Areal. Cidade: São Gabriel da Cachoeira – Amazonas. CEP: 69.750-000. e-mail: edivaldosilvarodrigues@hotmail.com. Fone: (92) 8226-5340.

Percorrendo os relatos históricos da cidade de São Gabriel da Cachoeira

São Gabriel da Cachoeira é um dos sessenta e dois Municípios que formam o maior Estado do Território Nacional, o Amazonas. É considerado o terceiro maior Município do Brasil em extensão territorial, são 112.255 quilômetros quadrados correspondentes a 7,18% da área total do Estado, dos quais mais de 80% são terras indígenas demarcadas e regularizadas. O Município está situado a 90 metros acima do nível do mar, à margem esquerda do rio Negro, um dos três maiores rios do mundo.

É a última fronteira do noroeste da Amazônia em uma região conhecida como “Cabeça do Cachorro”, limita – se ao norte com as Repúblicas da Colômbia e da Venezuela e ao sul, com os Municípios de Santa Isabel do Rio Negro e Japurá. Em seu Vasto território destacam – se os distritos de Cucuí, Iauaretê, Içana, Pari – Cachoeira, Maturacá, Taracuí, Querari e mais de seiscentas comunidades espalhadas nas calhas de seus rios.

Ao longo de sua história recebeu quatro denominações: São Gabriel da Cachoeira (1761), São Gabriel do Rio Negro (1891), São Gabriel e Uaupés (1943) e novamente o nome de origem, São Gabriel da Cachoeira, em 1966.

Suas origens remontam ao século XVII, quando no cenário verde das florestas fechadas e nas intactas margens do rio Negro aportaram os religiosos jesuítas e carmelitas com a “missão” de catequizar seus primeiros habitantes, fundando vilas e povoados, congregando pessoas espalhadas nessa imensa região. Somente seis anos depois da criação da Capitania de São José do Rio Negro, hoje Estado do Amazonas, fato ocorrido em 03 de março de 1755, é que se ouviu falar em São Gabriel da Cachoeira.

A denominação do então povoado de São Gabriel da Cachoeira fundada em 1761, surgiu através do Capitão de granadeiros José da Silva Delgado, ao Tenente – Coronel Gabriel de Souza Filgueiras um dos nomes que se destacou na Capitania de São José do Rio Negro. A história do Município está ligada diretamente à construção do Forte São Gabriel sendo o primeiro Destacamento Militar do Alto Rio Negro, tendo a missão de guarnecer a região e defendê-la das invasões estrangeiras.

O Capitão José da Silva Delgado naquele mesmo ano, 1761, fundou onze povoações, dentre elas, São Gabriel da Cachoeira, construindo em uma de suas Ilhas a primeira edificação do histórico Forte São Gabriel. Foi justamente em torno do Forte, nesta segunda edificação é que o povoado de São Gabriel foi se formando.

Historiadores asseguram que na época da fundação do Forte, São Gabriel da Cachoeira “foi uma maloca de índios Passés, situada à margem setentrional do rio Negro, em pleno domínio das cachoeiras e na sua parte estreita, defronte da chamada praia grande e do primeiro salto da Catapulta do Crocobi. Da praia grande parte uma estrada que leva ao centro da povoação constituída numa eminência granítica que vai se elevando aos poucos. Estabeleceram-se ali as nações Passés, Barés, Mapuris e Juripixanas”.

“As casas surgiram sem alinhamento devido às desigualdades do terreno” (livro “fac-similado São Gabriel da Cachoeira”, de Anísio Jobim). Ressalta-se, ainda, que a região do Rio Negro já contava com grande número de Índios Baniwa, Maku, Manaos, Tukano, Werekena, Xapeuna e outros.

Após sete décadas da fundação do povoado, em 25 de junho de 1833, conforme o Decreto do Governo do Pará foi criada a Freguesia de São Gabriel da Cachoeira. O reconhecimento e a elevação daquele povoado à sede de Freguesia foi uma das primeiras e mais importantes conquistas dos povos dessa região.

Um século após a criação da Freguesia de São Gabriel da Cachoeira, o panorama geral do local permanecia o mesmo de outrora, “o lugar em que está colocada a povoação é bastante alto, tendo em alguns lugares mais de vinte braças acima do nível da água do rio. A povoação consta de 33 casas, incluindo a residência paroquial e a igreja. As casas formam uma única rua cheia de altos e baixos na direção Norte/ Sul, elas são em geral de um bonito aspecto e muitas são rebocadas e caídas. As descidas para as margens do rio são bastante íngremes, com exceção da que fica ao sul da povoação. Esta fica entre duas cachoeiras, uma das quais chama-se Crocobi; em uma das baixas do terreno corre um estreito Igarapé denominado Maxiaca, sobre o qual estão umas traves em forma de ponte. A residência paroquial, construída pelos habitantes da povoação, é um bom e bem feito edifício. O cemitério é o melhor

de todas as povoações do rio Negro, fica em um lugar elevado. É todo cercado; as estacas da frente estão arranjadas de modo que representem diversos frontões a quem vê de longe” (Relatório de Leovegildo de Souza Coelho, integrante da Comissão do Governo do Amazonas que visitou em 1861, os povoados do Rio Negro, suas descrições constam do livro de Anísio Jobim).

Mesmo após a proclamação da República e a elevação da Província do Amazonas a Estado, São Gabriel da Cachoeira era considerada e reconhecida ainda como Freguesia. Porém, atenção especial fora dada à região do Alto Rio Negro e pela Lei Estadual nº. 10, de 03 de setembro de 1891, foi criado Município de São Gabriel como uma nova denominação: São Gabriel do Rio Negro.

No entanto, na década de trinta, o município foi extinto pelo Ato nº. 45, de 28 de novembro de 1930 e anexado ao município de Moura no qual foi integrado também, o município de Barcelos.

Em outro momento histórico, com a transferência para Barcelos da sede dos municípios do Rio Negro e sua restauração, com território desmembrado de Moura, São Gabriel do Rio Negro, de acordo com o Ato Estadual nº. 33, de 14 de setembro de 1931, foi suprimido e seu território municipal novamente foi anexado a Barcelos, vindo a ser considerado como simples Delegacia daquele município. Durante esse período Rodolpho Petronilho Lopes Gonçalves, maranhense de grande influência no município, foi nomeado como Delegado Municipal de São Gabriel do Rio Negro.

Em 1930, foi organizada uma Comissão de Demarcação das fronteiras limítrofes entre o Império do Brasil e a República dos Estados Unidos da Colômbia, ainda sob a responsabilidade do Geógrafo Visconde de Maracajú. Mesmo vitimado pela febre, o Visconde terminou com toda dificuldade a demarcação do lado brasileiro. E em 1933, a nova Comissão Demarcadora assinou na então vila de São Gabriel da Cachoeira, finalmente o acordo bilateral reconhecendo a fronteira da Cabeça de Cachorro, entre a República dos Estados Unidos da Colômbia e a República dos Estados Unidos do Brasil.

Somente em 1935 é que São Gabriel do Rio Negro readquiriu sua autonomia com a reconstitucionalização do Estado do Amazonas e três anos após, através do Decreto-Lei estadual nº. 68, de 31 de março de 1938, foi concedido o *status* de cidade.

A cidade de São Gabriel do Rio Negro foi instalada em 03 de maio de 1938, cuja solenidade foi presidida pelo Prefeito da época, Carlos Aurélio Teixeira. O ato era um marco que se implantava para incentivar o progresso e o crescimento da cidade e região que contava com seu Paço Municipal, cadeia pública, casas de comércio, casas residenciais, superfície urbana demarcada, escolas mistas, sede de Paróquia, igrejas e missões espalhadas em toda região, poderes Legislativo e Judiciário entre outros. Tudo colaborou para que a sociedade gabrielense conquistasse juntamente com as autoridades locais o status de Cidade.

Em 31 de dezembro de 1943, São Gabriel da Cachoeira recebeu uma nova denominação: Uaupés, conforme determinou o Decreto-Lei Estadual nº. 1.186 daquele ano. O novo nome da cidade originou-se de um dos principais afluentes do rio Negro, o Uaupés.

Finalmente, a Lei Estadual nº. 526, de 06 de dezembro de 1966, determinou nova denominação para o Município, sendo a última e definitiva mudança. Na verdade não fizeram nada mais do que devolver seu nome histórico e original, batizando pelo seu fundador, Capitão de granadeiros José da Silva Delgado: São Gabriel da Cachoeira. Naquela oportunidade, foi constituído por três Distritos: São Gabriel da Cachoeira, Içana e Iauaretê.

Devido à sua importância estratégica no território nacional, no final da década de 60, São Gabriel foi enquadrado como área de segurança nacional, conforme a Lei Federal nº. 5.449, de 1968, sendo reconhecida pela sua importância regional, podendo ser confirmado pela polarização que exerce na região do Rio Negro que envolve também os Municípios de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos.

A partir da década de 70, foi anunciado pelo governo federal o Plano de Integração Nacional (PIN), programa de obras de infraestrutura visando integrar geopoliticamente a região às demais do país. Foram instalados postos da FUNAI, a nova sede do 1º Batalhão de Engenharia de Construção de Caicó-RN, os acampamentos do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER) e das empresas contratadas como EIT, Queiroz Galvão, LASA e outras para a abertura de rodovias da Perimetral Norte, principalmente a ligação entre São Gabriel e Cucuí e a implantação do Programa Calha Norte, criado em 1985, pelo Governo Federal, visando promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado da Amazônia Setentrional.

Nessa época, lideranças indígenas do Alto Rio Negro iniciaram a vitoriosa peregrinação rumo à demarcação de suas terras alcançando êxito em meados da década de 90.

O final do século XX e início do século XXI foram marcados por grandes transformações na cidade, das quais, muito se orgulham os filhos dessa terra promissora, onde cada pessoa de sua população (estimada em 40.000) dos primeiros habitantes ao último dos emigrantes tem colaborado efetivamente para a construção de sua mística história.

Fundamentações teóricas

A variedade de grupos étnicos na cidade de São Gabriel da Cachoeira, com 23 Povos Indígenas (Fundação Nacional do Índio – FUNAI) com história, saberes, culturas, línguas próprias, remete-nos a pensar na riqueza sociocultural advinda dessas culturas tradicionais.

Esses conhecimentos, filosofias e ciências foram construídas ao longo de milênios, com alto grau de criatividade e sensibilidade de seus membros. Cada povo desenvolveu experiências particulares quanto a suas organizações sociais, econômicas e políticas. Suas formas de ver e pensar o mundo, a humanidade, a vida, a morte, o tempo, o espaço, o lazer, os mitos e o corpo são próprios e específicos.

Das reflexões sobre o cosmo, os seres, dos significados elaborados das coisas e acontecimentos, surgem diferentes visões de mundo, refletidos na arte, na música, nos mitos, nos rituais, nos discursos. Isso tudo é herança de gerações anteriores e que estão sempre em eterna construção, (re) elaboração, criação e desenvolvimento (RCNEI, 2005).

O respeito às diferenças culturais, exigido no Brasil pela Constituição Federal de 1988, mais precisamente subscrita no artigo 217, é um recurso jurídico para a continuidade do processo de construção desse patrimônio vivo, sempre renovado em seus conteúdos e possibilidades de valor inestimável.

O Estado deverá proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas e a valorização de suas línguas e ciências, além de garantir aos mesmos, suas comunidades e povos, o acesso as informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedade indígenas e não-indígenas (art. 78.LDBEN/ 96).

Justificativa para a realização do projeto “Triângulo Tukano”

O “Triângulo Tukano” foi criado em 1988 durante a realização da Semana da Pátria (setembro) pela iniciativa de indígenas moradores dos três distritos que compõem o município de São Gabriel da Cachoeira: Iauareté, Pari-Cachoeira e Taracua.

Os idealizadores desta política pública observaram que as comunidades daquela localidade deveriam encontrar momentos que possibilitassem discussões de políticas públicas em prol da valorização da cultura, do lazer, da saúde, da segurança, da educação entre outras reivindicações.

O evento objetiva a confraternização entre os povos e ao mesmo tempo, intercâmbio de conhecimentos tradicionais, bem como, a discussão de outras áreas do conhecimento.

O nome “Triângulo Tukano” foi escolhido por se tratar da região da tríplice fronteira, além do “Tukano” ser a língua mais falada pelos povos da região.

São realizadas várias modalidades esportivas como: futebol, futsal, basquete e vôlei, além das atividades físicas naturais dos povos indígenas como: canoagem, arco e flecha, zarabatana, mergulho, cabo de força, lutas, corrida e natação entre outras.

Ao chegar à noite as delegações e reúnem e participam de palestras proferidas por lideranças indígenas e profissionais das diversas áreas do conhecimento.

Em outro momento são realizadas as manifestações culturais das várias etnias e (delegações) convidadas: Piracuara, Monfort, Teresita e Ibacaba, sendo todas comunidades indígenas da Colômbia, entre outras comunidades do rio Negro.

O “Triângulo Tukano” é realizado de dois em dois anos em local decidido previamente pela organização do evento. Desde a sua criação já foram realizados 12 (doze) edições sendo a última no distrito de Iauareté.

Objetivos

Discutir políticas públicas, socioculturais e educacionais que visem à melhoria da qualidade de vida e bem estar dos povos indígenas da região fronteira do Brasil.

Demonstrar os esportes e práticas de jogos indígenas e apresentações socioculturais praticadas nas regiões de Iauareté, Taracuí e Pari-Cachoeira – Amazonas.

Metodologia

Este evento contempla a participação de moradores indígenas dos distritos de Iauareté, Taracuí e Pari-Cachoeira; povos do Rio Negro e da Região de Fronteira do Brasil (Colômbia e Venezuela).

Para se chegar ao local de realização do evento – o Distrito de Iauareté – foi necessário realizar várias articulações logísticas entre as diversas entidades que apóiam esta política de inclusão social como a Liga Esportiva de Iauareté, Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira – AM, Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Forças Armadas, ONGs entre outras.

A viagem foi uma aventura: saindo da área urbana da Cidade de São Gabriel da Cachoeira até o distrito de Iauareté foram três dias via fluvial (barco), tendo muitos desafios e dificuldades para se chegar ao local dentre as quais tempestades, transposição de cachoeiras e uma longa caminhada na estrada de piçarra da localidade.

Como método de pesquisa utilizamos a observação participante. Para registro deste relato foram necessários alguns materiais como: pranchetas, canetas, câmeras digitais, notebooks, pen drives e súmulas de jogos.

Em certos momentos, os organizadores do “Triângulo Tukano” solicitaram às pessoas presentes, o não registro de algumas atividades éticas, pois entendem que, em determinados ritos sagrados, só alguns indivíduos envolvidas com o projeto podem ver e participar dos mesmos.

Apresentando os principais resultados

A apresentação dos principais resultados deste relato será feito através das experiências realizadas no XII “Triangulo Tukano” que ocorreu entre os dias 29 a 30 de junho e 01 a 07 de julho de 2009.

No dia 30 de junho de 2009 aconteceu a cerimônia de abertura dos jogos com discursos das lideranças políticas da cidade e todos os representantes de delegações e instituições. Após esse momento começaram as manifestações culturais apresentadas pelas delegações.

A coordenação do evento solicitou a parceria de diversas entidades para a realização das muitas atividades do evento.

A Prefeitura da Cidade de São Gabriel da Cachoeira através das secretarias de Juventude, Esporte e Lazer e a Secretaria de Saúde realizaram palestras dos mais variados temas. Podemos destacar: Situação atual da juventude (DST/AIDS, alcoolismo); Jovens mulheres e gravidez precoce; importância da atividade física (acadêmicos da UEA); Lei Maria da Penha; conjuntura atual de políticas públicas da juventude a nível federal e segurança pública.

Para que as políticas de inclusão social possam alcançar a juventude gabrielse foi realizado o I Seminário de Políticas Públicas e situação de risco a Juventude Indígena, ocorrido nos dias 29 e 30 de junho de 2009, sendo o primeiro seminário realizado em questões de políticas públicas no Distrito de Iauaretê.

O seminário tem como objetivo discutir as políticas públicas de inclusão social voltadas aos jovens indígenas, e também, apresentar soluções para os problemas sociais que estão afetando as comunidades.

Os acadêmicos do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física da Universidade do Estado do Amazonas, em conjunto com seu orientador, participaram da realização de palestras em prol da melhoria da qualidade de vida e bem estar dos Povos Indígenas e da organização dos Jogos Indígenas do Triângulo Tukano.

Em sua décima segunda edição os Jogos Indígenas do Triângulo Tukano contaram com a participação das comunidades de Iauaretê, Pari-cachoeira, Taracua e Piracuara sendo disputadas várias modalidades esportivas como o futebol, futsal, voleibol, basquetebol, atletismo (corridas de curta, média e longa distância) e as atividades étnicas como o arco e flecha, zarabatana, mergulho, cabo de força e natação em rio. Este evento é considerado mais antigo que os Jogos Indígenas do Brasil promovido pelo Comitê Intertribal e Ministério do Esporte.

Simultaneamente a realização das atividades esportivas para os adultos, foram realizadas várias atividades recreativas com crianças e idosos.

A parte cultural foi realizada à noite. Eram as chamadas “Noitadas Culturais” repletas de apresentações de danças ou rituais escolhidos por cada grupo étnico. Cada etnia poderia apresentar seus rituais (através de danças e cantorias), como também, utilizar seus instrumen-

tos sagrados e qual o significado das pinturas corporais que usam nas suas comunidades.

Após as apresentações indígenas, uma grande cerimônia de premiação era realizada para os vencedores dos jogos. Em seguida um grande Dabukuri (festa) de comemoração pela realização do evento foi organizado. Este Dabukuri manifestava a grande alegria do evento realizado com sucesso pelos povos indígenas do Alto Rio Negro, sendo este, regado a muita música de vários ritmos e culinária regional apurada (quinhapira, beju, peixe assado, arubé, mingal de mandioca, entre outros).

Considerações finais

Uma cidade encantadora, mística e angelical até em seu nome, assim, poderíamos definir a cidade de São Gabriel da Cachoeira. Um cenário fabuloso rodeado por formações rochosas que imitam formas diversas como a “A Bela Adormecida” (complexo de montanhas que formam uma mulher deitada), a Serra da Boa esperança, entre outros.

As belezas naturais, suas riquezas naturais, seus encantos, seu povo acolhedor e trabalhador, sua história, são elementos que se confundem e transformam a cidade em um atrativo turístico recomendado por todas as pessoas que por aqui passaram e conheceram um pouco da história do Amazonas.

Durante a realização do XII “Triângulo Tukano destacamos como ponto positivo, a proximidade com que a população local acolheu as pessoas e entidades que participavam do evento.

Apareceram várias dificuldades durante o transcurso ao local podemos citar o transporte para o deslocamento das equipes.

Foram constatados nesta pesquisa, que existem pouquíssimas políticas públicas voltadas ao preenchimento do tempo livre do morador ou visitante da cidade organizado pelo poder público ou privado.

Não havendo opções de lazer e recreação os moradores da cidade passam a procurar outros meios de ocupar esse tempo livre. Meios que podem levar o indivíduo ao uso de drogas, a prostituição, entre outros malefícios.

Pude identificar, ainda, que o preconceito racial é o pior dos problemas sociais. Vive-se em uma cidade onde a maioria da população é

indígena que fala mais de 20 dialetos diferentes e possuem sua própria cultura e identidade, e que algumas pessoas e entidades teimam em desvalorizar tudo isso.

Os Povos Indígenas criam e recriam atividades interculturais para preservar seu patrimônio material e imaterial. Tal experiência nos mostra que apesar das comunidades estarem distantes dos grandes centros urbanos existem várias pessoas que discutem políticas públicas de esporte, lazer, cultura, saúde, situação de risco social, combate as doenças do século XXI, prevenção às drogas, entre outros assuntos em vista a melhorar sua qualidade de vida.

Será necessário apoiar iniciativa como esta, pois apesar dos Povos Indígenas estarem isolados geograficamente, possuem lideranças em suas comunidades com visão crítica e conhecedores dos direitos político-sociais que podem garantir o bem-estar físico e mental do cidadão gabriellense.

Referências Bibliográficas

ALVES, Edmar César. **São Gabriel da Cachoeira: sua saga, sua história.** Goiânia, Kelps, 2007.

BRASIL./MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social** - 1ª Edição: Coletânea de premiados de 2008. Brasília: Ministério do Esporte, 2009. 432p.

FOIRN – ISA. **Mapa livro povos indígenas do alto e médio Rio Negro,** MEC/SEF, 2ª Edição, 2000.

GRUBERG, Theodor Koch. **Dois anos entre os indígenas:** viagens no Noroeste do Brasil (1903/ 1905). EDUA, FSDB (Faculdade Salesiana Dom Bosco e Universidade Federal do Amazonas, Manaus – 2005.

MOTA, Vanderlan Santos. **Espaços públicos de lazer em Manaus:** o papel das políticas públicas. Manaus: Editora Valer, 2008.

PEREIRA, Jhones Rodrigues. **Educação Física Escolar Indígena:** Programa Segundo Tempo e sua importância na revitalização dos Jogos Tradicionais das Crianças do Povo Baré na Escola Municipal de Terra Preta – Rio Negro – Manaus/Amazonas. 69p. Monografia (Especialização) – Universidade de Brasília. Centro de Ensino a Distância 2006.

JUREMA, Jefferson; QUEIROZ, Wallace. **Metodologia científica:** interpretação e produção de texto, Manaus/ AM. UEA Edições/ Editora Valer, 2008.

MASSA, Dom Pedro. **De Tupã a Cristo.** Missões Salesianas, 1965.

XADREZ, O JOGO DA VIDA

M.S. Mário de Nazazaré Moreira Cardoso⁸⁰

Secretaria Estadual de Educação

Resumo: Este trabalho vai mostrar que quando o Professor tem determinação e acredita naquilo que ele é capaz de fazer, as coisas acontecem com certa facilidade. Sabemos das dificuldades que encontramos quando se trabalha com educação neste país, principalmente pra nós que moramos no Norte do Brasil, onde tudo se torna mais difícil. Este trabalho vai mostrar como foi possível trabalhar o xadrez escolar nas comunidades indígenas, com o menor infrator, com o menor com câncer, com o atleta de futebol, com o deficiente visual, com o dependente químico e em outros locais que antes não se acreditava chegar. Vamos mostrar também como conseguimos vencer as dificuldades encontradas no caminho, principalmente por se tratar de uma modalidade como o xadrez escolar que pouco é conhecido no Brasil, vai mostrar como se encontra o Projeto Xadrez Escolar da Secretaria de Estado de Educação do Pará, que talvez seja um dos maiores projetos de xadrez escolar do Brasil, qual é sua meta, quantos professores já foram capacitados, em quantas escolas o projeto vai ser implantado e vamos mostrar como conseguimos fazer 2 mil alunos de uma escola jogarem xadrez e outras maravilhas realmente empolgante.

Introdução

O valor do jogo como elemento educacional é um fator reconhecido e que não necessita ser mais discutido, embora deva ser sempre lembrado, é através do jogo que podemos estabelecer possibilidades muito variadas para incentivar o desenvolvimento humano em diferentes dimensões. Por isso, o jogo foi inserido como conteúdo curricular da disciplina de Educação Física, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997).

O jogo de xadrez no Brasil ainda é praticado por uma parcela

⁸⁰ Endereço: Conjunto Mares - Rua Niterói, 115, Bairro: Val-de-cans, CEP: 66617110 Belém-Pará
Email: prof.mariocardoso@hotmail.com, Fones:(91) 88051022/(91)32015036

restrita da população. O que muda, agora, é a tomada de consciência da importância que o xadrez pode assumir na construção social mais saudável e humana. Sendo um poderoso segmento e instrumento de inclusão social, sobretudo para milhares de crianças e adolescentes, que segundo a Agenda Mínima, vivem hoje no Estado do Pará, em situação de pobreza absoluta, ou seja, cuja renda mensal não chega a meio salário mínimo por pessoa e que por falta de opção, são abandonados ao ócio pernicioso que leva, entre outros males, à criminalidade e ao uso de drogas. Desde 1993 existe lei que assegura a prática esportiva como direito de cada um.

O xadrez é uma modalidade esportiva que tem evoluído em proporções bastante significativa no nosso estado, possuindo uma linguagem que além de ser sadia e expressiva, ela envolve e integra pessoas, obtendo como resultado a melhoria no desenvolvimento sócio cognitivo de seus praticantes. O xadrez é um grande impulsionador da imaginação, conforme afirma Vygotsky (1991), embora no jogo de xadrez não haja uma substituição direta das relações de vida real, ele é sem dúvida, um tipo de situação imaginária, além de contribuir para o desenvolvimento da memória, da capacidade de concentração e da velocidade de raciocínio, ele caracteriza-se como um jogo de análise, raciocínio, síntese e tomada de decisão, desenvolvendo no praticante diversos aspectos tais como: atenção, concentração, julgamento, planejamento, imaginação, antecipação, memória, vontade de vencer e outras. Sua importância é salientada nas duas últimas décadas, por gestores da educação no mundo todo.

Aqui no Pará, o xadrez já contribuiu e tem muito a contribuir com as crianças, adolescentes e a comunidade em geral. Neste relato vamos mostrar como foi nosso trabalho com o estudante, com o índio, com o deficiente visual, com o menor infrator, com o menor com câncer, com o jogador de futebol e com dependente de drogas. Essa diversidade está incluída no Projeto Xadrez Escolar da Secretaria de Estado de Educação do Pará, o qual tem uma meta de atender 261 mil alunos até o final de 2010. Vamos mostrar também como conseguimos fazer 2 mil alunos de uma escola jogarem Xadrez e como é gratificante trabalhar com o deficiente visual.

O objetivo do nosso trabalho não é formar grandes atletas e sim formar futuros cidadãos, massificar o jogo, colocar todo o povo do

Pará pra jogar xadrez, independente de sua raça, cor, religião, cultura e etc. A competição vem em consequência do desenvolvimento do trabalho, Fernandes já dizia em 2009 que o Professor/Técnico no Brasil não está preparado para trabalhar a iniciação esportiva, o que eu também acredito, porque uma boa parte dos nossos Professores/Técnicos ainda não entendeu que nós temos que trabalhar a criança pensando no seu futuro e não somente para ganhar a competição.

Justificativa

Tudo começou em 1983, quando concluí o curso de Educação Física em Belém e montei uma academia de ginástica em Icoaraci (Bairro da região Metropolitana de Belém). Eu não tenho uma explicação palpável pelo amor que tenho pelo jogo de xadrez. Alguns meses atrás quando fui procurado por uma equipe de reportagem da rede Globo, a primeira pergunta que me fizeram não soube responder, pois perguntaram por que essa vontade de ensinar xadrez pra todo mundo, já que sou professor de Educação Física, e por que não futebol, basquetebol, voleibol. Na verdade, eu não sabia o que dizer, e não é porque sou um jogador de pouca força, talvez quando estava para nascer Deus disse: “Vá e ensine todo o povo do Pará a jogar xadrez”, acredito que seja isso, uma missão.

Em 1992 entrei na Secretaria de Estado de Educação do Pará para trabalhar como Professor de Educação Física no Município de Almeirim, à margem direita no baixo Rio Amazonas, onde implantei o xadrez na Escola Estadual Frei Constâncio, que no mesmo ano já fez parte dos jogos internos da escola. A minha permanência em Almeirim foi muito curta, pois fui obrigado a mudar para o Município de Bujarú, relativamente próximo a Belém. Lá também não foi possível ficar muito tempo e tive que mudar outra vez, agora para o Município de Salinópolis na região Nordeste do Pará.

Em Salinópolis foi onde o projeto realmente decolou, quando fui ministrar minha primeira aula de Educação Física levei para a quadra um tabuleiro de xadrez e coloquei ao meu lado em uma mesa, enquanto os alunos estavam fazendo uma atividade tinha um grupo aprendendo a jogar xadrez, em pouco tempo um tabuleiro foi pouco,

comprei outro que logo também não deu, comprei mais três e a procura não parava de crescer, então entrei em contato com a direção da escola e pedi a ele uma sala para alojar os alunos e tive uma grande surpresa quando ele negou, dizendo que não tinha local apropriado, mesmo tendo salas desocupadas. Argumentou simplesmente porque ele não gostava de xadrez (inacreditável), então peguei os tabuleiros e coloquei em um corredor onde chovia e batia sol. Até que um dia tive a idéia de convidar alguns alunos para limpar uma sala que estava abandonada e marcamos para o final de semana e arrumamos tudo, consertamos mesas e cadeiras que estavam quebradas pintamos as paredes e colocamos os tabuleiros, tudo sem autorização do diretor. Na segunda pela manhã abri as inscrições e em pouco tempo as 200 vagas que a sala suportava já estavam preenchidas.

Após alguns dias, para sorte nossa, o dito diretor foi substituído por uma profissional que tinha outra visão, a professora Aداice Freitas. A primeira coisa que ela fez foi me chamar para perguntar o que era que eu precisava para dá continuidade no nosso trabalho, pedi a ela uma sala digna e material para poder trabalhar, ela respondeu que não tinha dinheiro para comprar material, mas que aquela sala que funcionou a Biblioteca era nossa, (a maior sala de escola). Pensei: “o que é que eu vou fazer com uma sala grande e com mais de 200 alunos jogando xadrez e milhares querendo aprender”. Mesmo assim, os problemas continuavam porque não tinha mesas e cadeiras suficientes para a sala, nós precisávamos de 40 mesas e 80 cadeiras, dentro da escola deu para conseguir 20 mesas e 40 cadeiras que estavam quebradas e nós consertamos, em frente à escola tinha um rapaz que era representante de bebidas, fui lá conversar com ele e ele me emprestou 15 mesas e 30 cadeiras que nós pegávamos na segunda feira pela manhã e devolvíamos na sexta pela tarde porque ele precisava para trabalhar no final de semana, mesmo assim, além disso, tive ainda de comprar 5 mesas e 10 cadeiras para poder completar as 40 mesas e 80 cadeiras que nós precisávamos. Acredito que na época era uma das maiores salas de xadrez dentro de uma escola pública no Brasil.

Xadrez como instrumento pedagógico

Fizemos um projeto chamado XIP (Xadrez como instrumento pedagógico), pegamos 50 alunos que já sabiam jogar xadrez ministramos um curso de capacitação, ensinamos a eles como se comportar na sala de xadrez e como ensinar os outros alunos a jogarem, comprei 50 camisas padronizadas distribuir entre elas e fizemos o seguinte: Colocamos uma dupla de alunos em cada turno, na segunda pela manhã uma dupla, na segunda pela tarde outra dupla, na segunda pela noite outra, na terça outra dupla, assim sucessivamente a semana toda, então uma dupla só ia trabalhar uma vez por semana, então a sala ficava aberta de segunda a sexta pela manhã tarde e noite, para os alunos da escola e sábado pela manhã e tarde com comunidade.

Um tempo depois tive uma idéia de fazer todos os dois mil alunos da Escola Dr. Miguel de Santa Brígida jogarem xadrez, então criamos o Projeto Xadrez com Arte, chamei o professor de Arte e convidei pra fazer uma parceria comigo, expliquei a ele o seguinte: Ele me dava todas as turmas de Arte dele no primeiro bimestre (fevereiro e março), que são alunos do primeiro ano do ensino médio, eu ensinava xadrez pra eles, fazia no final a avaliação e devolvia a turma a ele com todos jogando xadrez, no próximo ano eu pegava novamente todos os alunos do primeiro ano e fazia a mesma coisa, então acontecia que quem estava no primeiro ano passou para o segundo sabendo jogar xadrez, quem entrou no primeiro aprendeu a jogar, no outro ano quem estava no segundo ano foi para o terceiro sabendo jogar, quem estava no primeiro foi para o segundo sabendo jogar, aí eu pegava novamente o primeiro ano e ensinava, a partir daí toda a escola estava jogando xadrez. Essa idéia só não foi melhor porque o professor de arte veio a falecer antes de o projeto chegar ao fim.

Trabalhar com xadrez é muito gratificante, por várias vezes recebi visitas em casa de pais de alunos que me procuravam para agradecer ou mesmo comentar sobre o projeto de xadrez. Uma vez, uma senhora me pediu encarecidamente para que eu falasse com o filho dela para ele não sair do xadrez, pois ele estava querendo passar para o futebol, e no xadrez ela sabia que o filho estava em um lugar seguro e que não corria risco de nada. Outra situação legal que aconteceu foi um aluno hiperativo que não deixava ninguém em paz dentro da escola, por isso recebeu

o apelido de SATANÁS, com dois anos dentro do projeto só não saiu voando porque as asas de anjo ainda estavam pequenas, agora ele só se deu bem porque ele adorava o xadrez então ele tinha de escolher ou a danação ou o xadrez e para o bem de todos eles optou pelo xadrez. Nesta época 8 dos 10 primeiros colocados nas Olimpíadas de Matemática da escola eram da equipe de xadrez, outro saldo positivo que tivemos foi o fato do Reinaldo Adalmiro aluno do projeto ter sido Campeão dos Jogos Estudantil Paraense e foi representar o Pará nas Olimpíadas Escolares em Poços de Caldas e a Laurena que foi Campeã da mesma competição e foi também para Poços de Caldas representar o Pará.

Xadrez na calçada

Outra atividade que nós fazíamos era reunir a meninada menor de 12 anos na calçada da minha casa no final da tarde para aprenderem jogar xadrez. Uma vez, parou um carro e era o pai de uma criança que desceu e foi falar comigo querendo saber como ele faria para o filho dele aprender jogar, acertamos tudo, depois ele perguntou quanto pagaria pelas aulas; quando falei que não era nada ele perguntou por que não cobrava, de novo não soube responder.

Projeto xadrez escolar

Em Belém fiquei trabalhando na sede da SEDUC, mais precisamente na Ouvidoria, com pouco tempo apresentei para a Coordenação de Ações Educativas Complementares (CAEC) o Projeto Xadrez Escolar, o qual foi imediatamente aceito pela Coordenadora Professora Conceição Passos. Preparamos um projeto audacioso com a intenção de colocar o xadrez em todas as escolas da região Metropolitana de Belém e todos os 144 Municípios do Estado do Pará, tudo com verba do Governo do Estado, de imediato compramos 3 mil jogos de peças, 3 mil tabuleiros, 570 relógios, 520 murais didático e 01 xadrez gigante. Iniciamos o projeto em 2008 com a meta de atingir 261 mil alunos, capacitar 2.500 professores e implantar em 520 escolas da rede pública estadual até o fim de 2010, então começamos capacitando os professores entregando um Kit com peças, tabuleiros e mural didático para o professor trabalhar como agentes multiplicadores nas escolas e hoje já atingimos 80% da meta.

Xadrez para índio

Um fato importante do nosso projeto foi trabalhar com a diversidade, acreditamos que todos nós temos os mesmos direitos de aprender jogar xadrez, primeiro foram os estudantes (que foi falado a cima), depois vieram os Índios, escolhemos uma aldeia de nome Frásqueira do Itá Putir dos índios Tembê do Alto rio Guamá no Município de Capitão Poço. Lá a experiência foi fantástica, passamos uma semana na aldeia, eu e o Professor Jorge Paulo da Silva que coordena o projeto junto comigo ensinando os índios jogarem xadrez. O que mais me impressionou foi o interesse de todos, das crianças até os mais velhos, todos queriam aprender, tinha uma senhora que amamentava o seu filho jogando, o Rodrigo Tembê um garoto de 12 anos aprendeu com uma facilidade impressionante, o sonho dele é vir a Belém participar de cursos, competições e continuar jogando xadrez e nós estamos tentando trazê-lo para uma competição em Belém.

Xadrez com o menor infrator

Depois partimos para trabalhar com os Menores Infratores, usamos o mesmo método das escolas, primeiro capacitamos os Professores da FUNCAP, depois entregamos material didático para todas as unidades da Região Metropolitana de Belém e um bom número de material didático. Um fato que marcou lá na FUNCAP foi quando fui ministrar uma aula de xadrez para uma turma, eles estavam presos e foram retirados da cadeia e colocados em um lugar apropriado para as aulas, começamos as 08:00 horas quando foi 12:00 horas falei pra eles que nós íamos dá uma parada para almoçar e que as 14:00 horas nós retornamos, quando eu acabei de falar um aluno disse, professor o seu relógio está errado como 12:00 horas se nós chegamos neste momento.

Xadrez com os menores com câncer

Agora vamos aos Menores com Câncer, aqui em Belém existe um projeto chamado PROSSEGUIR, é um projeto que trabalha com menores com câncer no hospital Ofhir Loyola, esse *Prosseguir* significa “prosseguir seus estudos”; como elas passam muito tempo dentro do hospital e não tem tempo de ir à escola, a escola vai a elas, a SEDUC

mantém esse projeto para que os menores não fiquem sem estudar, então nós aproveitamos e levamos o xadrez junto. Agora dizer que o jogo de xadrez faz bem a saúde de alguém é difícil de acreditar, porém, no Ofhir Loyola isso é possível. Quem explica é a Dra. Rita Carneiro, que é especialista em Oncologia Infantil e trabalha com essas crianças no hospital Ofhir Loyola, consegue fazer a união do xadrez com o tratamento de câncer, fazendo com que o paciente aceite melhor o tratamento.

Xadrez com atletas de futebol

Xadrez com atletas de futebol foi outra experiência legal trabalhar com atletas do sub 20 do Clube do Remo aqui em Belém. Tanto no futebol como no xadrez quem domina o centro do campo de jogo leva vantagem em uma partida, outra coisa que as duas modalidades se assemelham é na coletividade, em ambos os jogos o conjunto é muito importante, o mais legal é que no futebol o conjunto é entre os jogadores e no xadrez é entre as peças, o xadrez é um jogo tão especial que podemos até pensar que o jogo é individual porque você está jogando sozinho, mais o poder de coletividade entre as peças é fantástico. A maior dúvida dos alunos/atletas estava na seguinte pergunta “o que o xadrez vai me ajudar no campo de futebol”, minha resposta pra eles, eu digo sempre que em um jogo de futebol não é só força, só preparo físico, o atleta precisa um pouco de inteligência ele tem que saber o que ele vai fazer com a bola se vai passar cá ou pra lá, ele tem que saber tomar decisão, que é o que o xadrez vai desenvolver nele.

Xadrez para deficiente visual

Xadrez para cegos, essa é a maior de todas as paixões que tenho, o trabalho com o deficiente visual é espetacular, não tem mal humor, não tem tristeza, ninguém depende de ninguém, trabalhando com eles fui vê o quando eu sou pequeno, e que tenho muito o que aprender ainda. O cego joga uma partida de xadrez “Tatiando” o tabuleiro, eles conseguem memorizar uma partida inteira. As regras do jogo não muda quase nada do tradicional, no tabuleiro o que muda é que ele tem que vir com um furo no centro de cada casa e as peças vem com uma haste no fundo das peças para que a peça possa encaixar nos furos

do tabuleiro para que ao jogar eles não derrubem as peças, também o tabuleiro tem que ter as casas escuras em alto relevo para que eles possam saber o que é casa clara ou escura e as letras e números que tem que vir escrito no tabuleiro, no deles vem em Braille, as peças escuras vem com uma marca (um pino) para poder se diferenciar das claras, o cego consegue jogar uma partida de xadrez com um vidente de igual para igual. O que eu mais acredito que faça bem a eles é a inclusão social, quando eles estão jogando um torneio eles se sentem integrados a sociedade e adoram essa idéia. Fizemos recentemente o 1º OPEN de Xadrez para deficiente visual do Estado do Pará, onde o Fabinho foi o campeão.

Xadrez para dependentes químicos

Com os dependentes químicos eu fui somente um incentivador, as grandes estrelas foram os professores Manoel Junior e Rita Amorim que não mediram esforços para levar o xadrez para esta casa de recuperação. No que mais eu acredito que o xadrez possa ajudar essas pessoas, além de tudo aquilo que nós já conhecemos é o fato de o xadrez funcionar como uma terapia ocupacional. O Centro que a nossa equipe atende é o “Sítio Bom Morada” que fica na Região Metropolitana de Belém.

Xadrez na feira do livro

A Feira do Livro de Belém é uma das maiores do Brasil, realmente muito boa, lá nós temos um stand que é só para o xadrez, uma vez estávamos trabalhando normalmente quando o senhor Bernado Gurbanov entrou e perguntou quem era o responsável pelo stand, me apresentei a ele e ele me parabenizou pela iniciativa e falou que ele era o Vice Presidente da Câmara Brasileira do Livro e que ele viajava todo o Brasil e alguns países da América do sul participando de feira do Livro e nunca tinha visto o xadrez em nenhuma delas. Passou-se um ano e ele voltou e de novo foi procurar a gente e falou que fez a divulgação prometida, dois anos depois voltou mais uma vez e me falou que já tinha encontrado o xadrez em algumas feiras dentro do Brasil, a idéia está se espalhando. Nós temos um xadrez gigante que é itinerante, ele fica visitando as escolas, sempre que alguém pede a gente leva e faz

um evento, também o levamos para as praças nos finais de semana, é sempre um sucesso.

Curso de capacitação

Como no Brasil não tinha local apropriado pra nós aprendermos trabalhar com o xadrez escolar, principalmente pra nós que moramos aqui no norte, então fomos obrigado a ser autodidata, com o tempo acredito que conseguimos fazer um bom trabalho, esse curso tem uma duração de 24 horas e a gente costuma trabalhar das 08:00 as 12:00 e das 14:00 as 18:00 horas, no curso trabalhamos com aulas teóricas e práticas, passamos vídeos, filmes, falamos e mostramos fotos dos primeiros projetos (piloto), tanto do Projeto XIP quanto do Xadrez com Arte, trabalhamos com a Batalha Naval para ensinar o tabuleiro de xadrez, ensinamos o básico do jogo e no final encerramos com um torneio onde a metade é feito com relógios e a outra metade sem, para mostrar pra eles que há possibilidade de se fazer uma competição de xadrez sem relógios e acabar no mesmo dia.

Metodologia

A nossa metodologia é fundamentada na concepção da interdisciplinaridade e aprendizagem significativa, considerando a necessidade de uma educação inclusiva e humanizadora em todos os níveis e modalidades de ensino, desenvolvemos nossas atividades capacitando professores para utilizarem em suas práticas pedagógicas o jogo de xadrez no sentido de estimular a reflexão, o raciocínio lógico, comportamento ético e a formação cidadã de seus alunos.

Análise dos principais resultados alcançados

Os resultados já encontrados foram fantásticos, como o caso do garoto que tinha o apelido de satanás, as escolas que diminuíram o índice de violência entre seus alunos, o caso da aldeia indígena que conseguiu melhorar as notas de matemática com seus alunos, o caso do menor com câncer que melhorou o tratamento da doença jogando xadrez, o menor infrator que ficou mais comportado dentro da unidade de internação, os atletas de futebol que aprenderam a raciocinar melhor

dentro de campo quando estão jogando uma partida de futebol, os alunos da escola Frei Daniel do bairro do Guamá que passaram a respeitar mais seus colegas e seus professores, os dependentes químicos que conseguiram ocupar suas mentes com o jogo de xadrez deixando de lado o interesse pelas drogas. Não é possível colocar neste trabalho todas as maravilhas que eu já presenciei trabalhando com o xadrez. Agora os resultados que esperamos daqui pra frente seja que o xadrez continue levando esses e outros benefícios para todos os seres humanos de todo o mundo.

Vamos citar alguns dos nossos maiores problemas encontrados durante esses anos trabalhando com o xadrez. O primeiro é comum a todos que trabalham com a educação neste país, falta de verbas, nunca tinha dinheiro pra nada, o segundo foi a falta de conhecimento das autoridades sobre o valor do jogo de xadrez nas escolas, por não terem esse conhecimento dificultavam tudo. Quando falo autoridade refiro-me a todos: diretor de escolas, gestores de USES e URES, secretários, professores, prefeitos e governadores. Aqui especificamente um problema muito sério que atrapalhou muito nosso trabalho foi o fato da SEDUC não ter disponibilizado carga horária para os professores trabalharem com o xadrez em sala de aula.

Próximas investidas

Nossa próxima investida está direcionada para a turma da terceira idade em um grande clube de nossa cidade e na Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE), onde já está tudo certo para começarmos em agosto de 2010.

Hoje (dia 28/07/2010), fechamos mais uma parceria, essa parceria eu já vinha namorando há muito tempo, é um trabalho muito bonito que a Universidade Federal do Pará (UFPA) vem fazendo a um tempo com os ribeirinhos da Ilha do Marajó. É o IV Campus Flutuante – Navegando entre o Rio e a Floresta por vias do Marajó: com vistas a ensino, Pesquisa e extensão. Que vai ser realizado de 10 a 18 de setembro de 2010. O projeto vai passar pelos Municípios de Breves, Curalinho, Portel, Melgaço e Bagre, saído de Belém, esse projeto vai levar educação, saúde, lazer e outros benefícios a mais para os moradores dessas localidades, e dessa vez o xadrez vai junto.

O nome do projeto de xadrez para essa viagem ficou chamado Projeto Xadrez Das Águas. Em cada Município que o navio Passar vamos ministrar uma oficina de xadrez para os professores, após a oficina vamos entregar um kit com 10 tabuleiros, 10 jogos de peças e 1 mural didático, para os professores repassarem para os estudantes e para a comunidade em geral, vamos trabalhar também com a tripulação do navio, quando houver tempo. Nesta viagem está indo eu e o prof. Jorge Paulo pelo Xadrez Escolar. Quero aproveitar a oportunidade para agradecer ao amigo Rubens Alves que sempre está disposto a nós atender quando precisamos. Valeu Rubens!

Como na vida as coisas não são só flores, hoje entrei em um site de um individuo que mexe com xadrez aqui em Belém, e fiquei surpreso com que encontrei, essa pessoa que claro que não vou citar o nome para não sujar este trabalho, essa pessoa me caluniou, me chamando de mercenário e outras coisas mais, eu sei que esse cara só fez isso porque é uma pessoa incompetente para trabalhar com xadrez escolar. A minha resposta a ele está baseada na melodia de Jorge Aragão: “Respeite quem pode chegar onde a gente chegou”.

Conclusão

Este trabalho nos mostrou a grande importância que o xadrez tem como uma ferramenta pedagógica, por isso devemos incentivar sua implantação em todas as escolas tanto públicas como particulares do nosso país. Esperamos que outros professores dêem continuidade a este tipo de trabalho para que possamos alcançar o maior número possível de pessoas praticando este jogo, também chamado de ciência. E ao fazê-los não se esqueçam de mostrar para as nossas autoridades a real capacidade que o xadrez tem de transformar a vida crianças, adolescente e do público em geral. No xadrez, o jogo não acaba no tabuleiro (Mário Cardoso, 2010)

Referências Bibliográficas

- BECKER, Idel. **Manual de xadrez**. 8ªEd. São Paulo: Nobel, 2002.
- DELGADO, Evaldo Inácio. **Pilares do interacionismo**: Piagt, Vygotsky, Wallon e Ferreiro. São Paulo: Ática. 2003.

GOETHE, Johann. **Uma aventura no mundo do xadrez**. Disponível em: <<http://www.bsi.com.br/Iandrade/>> Acesso em 17 mar. 2002.

SÁ, Antônio. **O xadrez e a educação**: experiências nas escolas primárias e secundárias da França. Rio de Janeiro, 1988.

VYGOTSKY, L. S. **Formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

REGIÃO NORDESTE

RESSIGNIFICANDO A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Jehorvan Carvalho de Melo

Licenciado em Educação pela Universidade Católica de Salvador

Pós Graduado em Ergonomia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Pós-graduado em Marketing pela Faculdade Jorge Amado.

Resumo: A abertura política, processo de redemocratização do Brasil a partir dos anos 80, o fim da divisão do mundo em dois blocos (capitalismo x socialismo) e a globalização, permitiram um intercâmbio maior com outras escolas de formação do Esporte e do Lazer no mundo. As tendências modernas convergiram para um método completamente diferente e jamais visto neste país. Por outro lado, o macro ambiente Brasileiro foi historicamente, dominado pelas conjunturas estruturantes e pela mídia. A exclusão social é o que prevaleceu, e aí percebemos a existência de um verdadeiro labirinto, uma grande interrogação para o real significado da EDUCAÇÃO FÍSICA. Entretanto, se no passado havia o predomínio de processos excludentes, o que foi preparado para os novos tempos?...Percebe-se então um vazio: falta currículo mínimo, falta estrutura para aulas em sala, não existe formação pedagógica adequada... Como transpor esses (des)caminhos? Como promover uma política inclusiva de esporte e lazer nas escolas? Como atrair essa comunidade que foi despercebida e excluída, e fazê-la participativa, autônoma, livre? Nesse contexto de identificar ressignificados para o Esporte e para o lazer nas Escolas, nada melhor que a Educação Física como matéria de estudo. É o que tentamos responder com a experiência aqui relatada, cujo objetivo foi vivenciar movimentos inovadores que quebrassem os paradigmas da conjuntura estruturante da Educação Física Escolar, sugerindo propostas para uma práxis pedagógica adequada às demandas e contemporaneidade das comunidades escolares. O público alvo foram alunos do ensino médio do Colégio Modelo

Luis Eduardo Magalhães de Feira de Santana, Estado da Bahia, o que perfaz um universo de participantes de aproximadamente 1710 pessoas em 2008 e 1770 em 2009. A metodologia de avaliação do projeto foi desenvolvida através de pesquisa: de campo, entrevista, amostragem, e depoimentos. Foi entrevistado em 2009 um universo entre 1,0 e 1,5% do total. A Pesquisa Bibliográfica utilizou a internet considerando-se as principais referências na literatura sobre o tema sendo identificadas as obras constantes da bibliografia do presente.

Este relato de experiência é o escopo de uma perspectiva originada a partir da observação dos resultados de pesquisa realizada no Colégio Modelo Luis Eduardo Magalhães, no município de Feira de Santana – Bahia, onde ao final do 2º semestre/2007, em relação às práticas do esporte e lazer na Escola, 55,2% dos alunos estavam insatisfeitos, 33,7% revelavam-se razoavelmente satisfeitos e apenas 11,9% diziam-se satisfeitos. Outro instrumento de referência foi a vídeo-conferência da Secretaria da Estadual de Educação, realizada no 2º semestre/2004, que, considerando nesse caso, professores de Educação Física, verificamos que 90% mostravam insatisfação com a práxis pedagógica.

Avaliando esses resultados e confrontando-os com uma matriz histórico-cultural, questiona-se: se em nosso país, a Educação permeou processos excludentes, o que foi preparado para os novos tempos?...Percebe-se que falta: currículo mínimo, “estrutura” para aulas, formação pedagógica adequada... Como transpor esses (des)caminhos? Como promover uma política inclusiva nas escolas? Se o passado era excludente, no presente o que é...?

Nesse contexto de identificar ressignificados para o Esporte e o lazer nas Escolas, nada melhor que a Educação Física como matéria de estudo. É o que tentamos responder com a experiência aqui relatada, cujo objetivo foi vivenciar movimentos inovadores que quebrassem os paradigmas da conjuntura estruturante da Educação Física Escolar, sugerindo propostas para uma práxis adequada às demandas e contemporaneidade das comunidades escolares.

O público alvo foram alunos do ensino médio do Colégio Modelo de Feira de Santana, o que perfaz um universo de participantes de aproximadamente 1710 pessoas em 2008 e 1770 em 2009.

As observáveis relatadas no resumo desse relato se juntaram à inquietação de anos de docência na Escola Pública e à memória da infância e adolescência em tais estabelecimentos. Todos esses fatores associados inspiraram um rastreamento na Bibliografia da Educação Física em busca de um significado, e podemos perceber que todo nosso processo histórico, está atrelado à exclusão social.

A conjuntura estruturante da Educação Física escolar remanesce do Brasil Império, de uma República Velha que pouco acrescentou e de ditaduras, as quais impregnaram tendências nacionalistas, tecnicistas, e esportivistas. O resultado, é que, após percorrer tantos (des)caminhos, a Educação Física perdeu seu real sentido de formação integral do Ser Humano. Como disse Vítor Marinho de Oliveira “o que é mais importante: A técnica ou a pessoa? formar ou modelar? disciplinar ou participar? Domesticar ou educar?”.

Partindo do pressuposto da matriz histórico-cultural, identificamos que as mudanças começam a ocorrer a partir de alguns fatos relevantes: fato 1, abertura política - processo de redemocratização do Brasil a partir dos anos 80; fato 2, o fim da divisão do mundo em dois blocos (capitalismo x socialismo); fato 3, a globalização. Todos eles contribuíram para um intercâmbio maior com outras escolas de formação do Esporte e do Lazer no mundo proporcionando novos olhares...

As tendências modernas convergiram para um método completamente diferente e jamais visto neste país. Por outro lado, o macro ambiente interno Brasileiro foi historicamente, dominado pelas conjunturas estruturantes e pela mídia. A exclusão social é o que prevaleceu, e aí percebemos a existência de um verdadeiro labirinto, uma grande interrogação para o real SIGNIFICADO da EDUCAÇÃO FÍSICA.

Essa tônica reflexiva remonta à sua história: uma viagem que nos remonta ao homem primitivo e à prática de atividades físicas naturais voltadas para a sobrevivência com um misto de religiosidade através da dança, e de militarismo na preparação para as guerras. Do Oriente vieram as primeiras sistematizações do movimento humano, destacando-se *Koung-Fou*⁸¹ dos Chineses e a *Yoga*⁸², na Índia. Ainda na antiguidade

⁸¹ O Koung-fou surgiu com Tao-Tsé, fundador do Taoísmo, era uma ginástica terapêutica baseada em exercícios físicos e respiratórios.

⁸² A Yoga é uma prática Hindu, em originalidade abarca exercícios ginásticos, respiratórios e meditação.

tivemos no Ocidente, principalmente dos Gregos com inspiração filosófica, as primeiras concepções da cultura corporal atrelada à formação integral das pessoas, retratada em *mens sana in corpore sano*. Dos Gregos herdamos a cultura que hoje tanto falamos: aprender a aprender; aprender a ganhar; aprender a ter; aprender a Ser.

Os Gregos concebem verdadeiras festas de confraternização que evoluíram dos Jogos Fúnebres, aos Jogos Gregos, culminando com os Jogos Helênicos. No final da Idade Antiga o amadorismo Grego, cede espaço para a cultura Romana. Os padrões estéticos da ginástica, e ideais dos Jogos, são conduzidos à expressão de poder, é a introdução da política do “pão e circo”⁸³.

Os ginásios e estádios cedem lugar aos anfiteatros, arenas e circos, que representam, conforme cita Vítor Marinho de Oliveira “a decadência da civilização Romana... transformando-se nos locais em que multidões entusiasmadas exultavam com deprimentes exposições dos gladiadores, lutando entre si ou com animais”.

Com a decadência de Roma, um novo estratagema de poder é lançado, refletindo na união do Império com a Igreja. O “culto ao corpo” é perseguido, e com isso os Jogos são proibidos por toda idade média. A cultura do movimento é banida restando basicamente: a arte da guerra, as danças, os castigos corporais, e os jogos de salão.

No final do século XIV, com os movimentos, Iluminista e Renascentista, surgem novas tendências, as quais promoveram sob algum aspecto, o ressurgimento da cultura Corporal. A ginástica passou a integrar o currículo de algumas escolas. O esporte passou a ganhar notoriedade, especialmente na Inglaterra que se destacou pela conotação de coletividade e um sistema denominado *fair play*⁸⁴.

O auge desta retomada é marcada na idade moderna, quando em 1896, sob iniciativa do barão de Coubertin, ressurgem os Jogos, denominados de Olímpicos, definindo inclusive, os princípios do amadorismo.

⁸³ Esse modelo político foi instituído por Roma e assim denominado por caracterizar-se em inibir uma convulsão político social através da distribuição de alimentos e promoção de espetáculos dos gladiadores, gratuitamente.

⁸⁴ Sistema idealizado pelos ingleses preconizando a coletividade e o ideal amador traduzido por “jogo limpo”.

Não tardou muito e no século XX, esses ideais foram logo deixados de lado cedendo lugar para a demonstração de poder com foco no nacionalismo. Os países, principalmente a partir da 1ª guerra mundial, passaram a usar o modelo olímpico para demonstrar superioridade de um povo e/ou sistema político, enfatizando-se assim o uso de *doping* e a manipulação de resultados. Esse modelo de poder aliado à história imperial do Brasil influencia decisivamente na formação e nas práticas pedagógicas da nossa Educação Física escolar.

No Brasil império, entre as expressões corporais destaca-se a capoeira⁸⁵. Até então, a Educação Física que era vivenciada apenas entre escravos, e nas áreas médica e militar, a partir do Estado Novo, imposto pelo Presidente Getúlio Vargas no Brasil, ganham incremento através do incentivo aos esportes. O caráter militarista da ditadura Vargas se alonga até o golpe militar de 30 de março 1964.

De 1964 até o início da década de 80 a formação e *práxis* pedagógica são voltadas para a *performancê*⁸⁶ (tecnicismo) seleção de talentos (esportivização), desenvolvimento do nacionalismo, e consolida-se em uma conjuntura de exclusão social.

Identificada, portanto, a matriz histórico-cultural, evidencia-se que a conjuntura regressista da Educação Física escolar tem suas raízes em processos excludentes. Identificar, entretanto, tal realidade e apenas teorizar não seria suficiente, era necessário proporcionar vivências aos alunos para que pudessemos constatar demandas progressistas da cultura do movimento humano.

Percebemos então, que o antídoto para tais processos de exclusão, seria o seu oposto direto, ou seja, desenvolver a Educação Física na Escola através de estratégias inclusivas, sugerindo propostas para que objetivassem de forma geral, uma *práxis* pedagógica adequada às demandas e contemporaneidade das comunidades escolares.

Especificamente, o projeto desenvolvido teve objetivos de: Investigar a cultura do movimento humano a partir da matriz histórico-

⁸⁵ Segundo, Aurélio Buarque de Holanda, traduz-se por "gaiola onde se alojam capões" ou "mato cortado", jogo originário das senzalas para desviar a atenção dos senhores de engenho, adaptado no Brasil pelos descendentes Afro-Brasileiros.

⁸⁶ Trata-se de termo que se refere ao estágio de produtividade máxima possível considerando as potencialidades individuais do indivíduo no aspecto do rendimento psicomotor

-cultural; pesquisar a conjuntura regressista da Educação Física escolar; Identificar demandas progressistas da cultura do movimento humano na comunidade escolar contemporânea; Aperfeiçoar a Educação Física enquanto recurso de inclusão social, de formação integral do ser humano e de protagonismo juvenil; Vivenciar e partilhar experiências de inovação que sirvam de suporte para políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social.

Finalmente, aperfeiçoar a Educação Física enquanto recurso de inclusão social, passa pela formação integral do ser humano, pela instrumentalização para desenvolvimento do protagonismo juvenil, e pelo partilhar experiências de criatividade e inovação.

Assim, para dar consecução a essas experiências, utilizamos como metodologia: Método de Pesquisa de Campo - Aplicação de questionários sobre amostra da população a ser analisada e descrita em formato de estatística e gráfica; Método de entrevista - Elaborado pelos gestores do processo de realização das atividades: professor e líderes de turma. O formato simples, e objetivo estabeleceu como premissa não confundir nem induzir o entrevistado; Método de amostragem - Das comunidades eleitas para pesquisa, foi entrevistado um universo entre 1,0 e 1,5% da população total; Pesquisa Bibliográfica - Uso da internet considerando-se as principais referências na literatura sobre o tema sendo identificadas as obras constantes da bibliografia do presente.

As ações foram desenvolvidas ao longo dos anos de 2008 e 2009, cujo programa fundamentou-se, além das aulas expositivas na I unidade, que serviram de acolhimento e ambientação para o desenvolvimento do projeto, contemplaram a partir da II unidade as atividades: Jogos Internos do Colégio Modelo, Festival de Cultura Corporal, Oficina de Jogos Recreativos.

Os Jogos Internos Do Colégio Modelo 2008/2009 representaram os recursos mais tradicionais, fizemos os Jogos Internos da Escola por faixa etária, proporcionando o intercâmbio entre alunos de diferentes turmas e turnos. Realizado durante a primeira parte da II unidade nas modalidades de Futsal, Handebol, Voleibol e Jogos de Salão - Dama, Dominó, Tênis de Mesa e Xadrez, os Jogos Internos tinham o objetivo da integração dos alunos através de competições esportivas, premiação dos primeiros colocados, e por fim, a análise comportamental do sistema tradicional competitivo diante do lúdico.

Os Jogos envolveram todas as turmas de 1º, 2º e 3º ano do ensino médio, com alguns ensaios de esporte inclusivo: a formação das equipes mesclada entre alunos de diferentes turmas, desde que obedecido o critério da faixa etária, e gênero, quando necessário; a participação de alunos que não atuavam como jogadores na organização com funções de mesários, controle de estatística, e apoio.

Festival de Cultura Corporal 2008/ 2009. Foi sem dúvida, a partir desse instrumento que intervenções e reflexões começam a brotar, e é nessa atividade que alunos vivenciam de fato um processo de inclusão, participação e autonomia, se identificam, descobrem talentos, virtudes, valores e com um novo olhar, vislumbra verdadeiros significados para a Educação Física.

O Festival foi realizado operacionalmente pelos alunos do 1º ano, enquanto os alunos do 2º e 3º ano participaram como avaliadores. A proposta do Festival é desenvolver lideranças, autonomia e o protagonismo juvenil através de processos eminentemente inclusivos, mediante participação do professor como facilitador do processo. Todas as atividades tiveram temas baseados em uma viagem histórica na Cultura Corporal, desde a era primitiva até os dias atuais. Esses temas foram democraticamente sorteados entre cada turma.

Sua consecução envolveu: Em estandes - Exposição de maquetes; produtos de suplementação alimentar; painéis, esculturas, figurinos, estátuas vivas; produção, decoração e encenações temáticas; montagem de mini academia e laboratório de fisiologia. Foram abordados os seguintes temas nos estandes: Do Homem Natural às Olimpíadas de Pequim; Influência Helênica na Cultura Corporal do Ocidente; Corpo x Pecado – A Cultura Corporal na Idade Média; Artes Marciais – Um Caminho de Paz; Futebol e Capoeira - Patrimônios da Cultura Corporal Brasileira; *Business & Fitness* – A Indústria da Malhação e Afinal, o que é Educação Física?

Em auditório - Apresentação de Peças Teatrais: Alexandre, o Grande; Minerva, a Deusa da Justiça; e a peça O Labirinto; Coreografias de Danças: Tema de Abertura, *Rithmus*, e Capoeira; Música com a Fanfarra da FAMFS – Fundação de Apoio ao Menor de Feira de Santana.

A estrutura não ficou para trás: a equipe responsável cuidou da sonorização, iluminação, limpeza e segurança, apresentação e apoio. A tecnologia, também não podia ser esquecida, e na equipe de Produção

Geral tivemos subcomissões responsáveis por filmagem, fotografia, reportagem, elaboração e manutenção do *blog*, e produção do *making off*.

Todas as atividades foram elaboradas pelos próprios alunos que nas turmas são divididos em equipes de trabalho, por exemplo: uma equipe responsável por uma peça teatral dividiu-se em: atores, diretores de produção, figurino e maquiagem, cenário, pesquisa, contra-regra e *staff*.

Até o dia de consecução do Festival foram destinadas duas horas de aula preparatórias por semana com atividades grupais durante seis semanas, sendo quatro da 2ª metade da II unidade e duas da primeira parte da III unidade.

Os temas escolhidos foram baseados nas experiências anteriores, no debate em sala de aula e na observação do cenário histórico cultural. Toda essa preparação em 2009 culminou com dois dias de programação (16 e 17/10/2010), com a participação de aproximadamente 1400 alunos.

Agora, fundamentados e pautados em significados que foram apropriados, os alunos demonstravam-se conscientes para uma prática participativa, democrática, inclusiva e revolucionária para a cultura corporal da escola. E nada melhor que a **Oficina de Jogos Recreativos**. Afinal, o Jogo, é a expressão maior da Educação Física, pois está presente em todas as suas manifestações. Para encerrar o ano letivo foram montadas oficinas pelos próprios alunos, onde jogos existentes foram adaptados em suas regras ou jogos inéditos apresentados, cujo objetivo era vivenciar na prática as temáticas do livro o Jogo – Entre o Riso e o Choro de João Batista Freire: O senhor do jogo, a energia do jogo, formação dos símbolos, ambiente e características do jogo, jogo e educação. Exemplos de jogos adaptados: artilheiro, xadrez gigante, ludo Humano, caça ao tesouro. Exemplos de jogos inéditos: futebol no sabão e gincana interativa.

As oficinas foram preparadas em atividades grupais durante quatro aulas em duas semanas da 3ª unidade, após o Festival, onde os temas dos grupos são sorteados de acordo com as temáticas do livro. Após a preparação ocorreram as aulas práticas durante as duas últimas semanas da III unidade e por toda a IV unidade.

Diante do que vivenciamos, podemos perceber que para **RE-SIGNIFICAR A EDUCAÇÃO FÍSICA**, seria necessária a reversão da conjuntura histórica. E o pressuposto básico seria a inclusão social. Os anos de exclusão tiraram a possibilidade de percepção das necessidades dos alunos, engessaram profissionais, e criaram paradigmas. Um deles, e talvez o mais repetitivo seja retratado na expressão “professor, e hoje, é o bába?”⁷

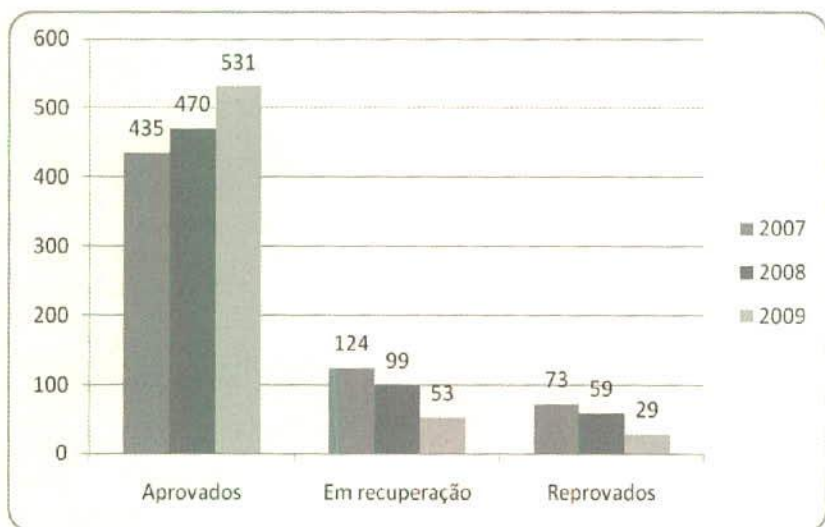
Ressignificar a Educação Física Escolar é torná-la acessível a todos com base em valores de autonomia, igualdade, liberdade e protagonismo, adaptando os processos de ensino aprendizagem às demandas sociais da cultura do movimento humano.

Na nossa experiência as mudanças foram evidenciadas objetivamente como demonstram os dados dos gráficos destacados a seguir: quando indagados em pesquisa de satisfação realizada os alunos responderam em relação ao modelo adotado...

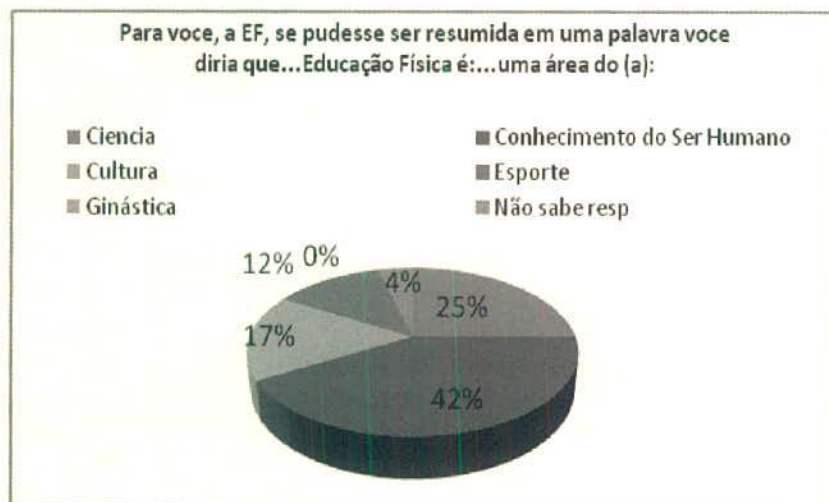


Nota-se que o grau de satisfação revela insatisfação zero em 2009, e aumento dos satisfeitos de 52 para significativos 87%. Observando os dados relativos ao aproveitamento médio dos alunos do 1º ano em avaliações, evidenciamos alterações positivas e crescentes a cada ano...

⁷ *Expressão típica dos Baianos para “pelada” ou “racha”*



...Os aprovados tiveram incremento de 22,3%, enquanto os reprovados diminuíram em 60% comparando-se 2009 com 2007. Em relação aos conceitos, quando indagados sobre o significado da Educação Física, o resultado foi surpreendente ao final de 2009:



E os alunos, o que acharam? Esses são alguns dos seus depoimentos:

“Aprendi que Educação Física não é apenas exercício, é ciência, é lazer, é cultura, é história” – Milena Silva, 16, 2º A

“Mudou muita coisa, pois eu passei a ver a Educação Física com outros olhos, me fez abrir caminhos”- Maria Verena Silva, 16, 1º D

“Antes a Educação Física era só esporte e não é. Depois eu fui aprendendo os diversos significados”- Rafaela Mamona, 16, 2º C

“Antes do festival de cultura corporal eu não tinha um conceito concreto de Educação Física, hoje posso dizer que o festival abriu as portas para novas noções e conceitos” – Daniele Andrade, 16, 2º C

“Antes do festival o meu conceito sobre Educação Física era apenas esporte, mas hoje vejo que ela está presente em outras áreas, está no cotidiano de nossas vidas”- Daniele Xavier, 16, 2º D

“Antes eu pensava que Educação Física era o baba...”- Markley Silva, 17, 2º A

“Antes eu não entendia o motivo de estudar Educação Física. Com esse novo modo, aprendi o valor cultural e conceitos. Aprendi realmente o que é Educação Física” – Wesley Lima, 16, 2º B

“Antes eu não tinha muito conceito sobre Educação Física, achava chato porque toda aula era na quadra, fazia quem queria, e hoje eu tenho um pensamento totalmente diferente. Eu aprendi a conviver com pessoas diferentes, a ter responsabilidade, a aprender...” – Narlyn Souza, 17, 2º E

“Antes eu pensava que era uma matéria simples. Agora tenho mais respeito...pode trazer grandes benefícios para qualquer Ser Humano” – José Carlos de Lima, 19, 3º A

“Antes eu não tinha um conceito, achava chata a aula, era toda hora na quadra e só fazia quem queria, hoje eu penso diferente, aprendi a conviver com pessoas diferentes, a ter responsabilidade, a superar dificuldades”- Narlyn Braga, 17, 2º E

“Todas as experiências vividas em 2009, e especialmente o Festival de Cultura Corporal, mostraram que a Educação Física quando posta em prática se torna um elemento fundamental em nossas vidas”- Maria Vanessa Sousa, 16, 2º B



Os avanços e ganhos foram evidentes, é claro que a experiência objeto desse relato não esgota o assunto, porém na prática comprova que urge o partilhar de tais resultados e conhecidos para que outras comunidades escolares se estimulem a fazer uma Educação Física para TODOS.

É nada melhor que o momento atual, quando respiramos a expectativa da Copa de 2014 e as olimpíadas de 2016. É a hora de rever conceitos, valores, princípios e tornar efetivamente o aluno ator, protagonista, e isso é inclusão.

Vamos revolucionar esse país com inspiração nos dois mega projetos citados, proporcionando a perspectiva de um legado que jamais pode ser danificado, destruído ou desprezado, o legado do conhecimento e da capacitação de pessoas.

Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002CAMPOS, Hélio. **Capoeira na escola**. 1ª ed. Salvador, BA: EDUFBA, 2001.

CURSO de Especialização Lato Sensu em Marketing. GOMES, Marcelo Henrique Fassa. **Apostila de Pesquisa de Marketing**. São Paulo, 2001.

SANTOS, Antônio. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FREIRE, João Batista. **O jogo: entre o riso e o choro**. 1ª ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini-dicionário da Língua Portuguesa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988.

OLIVEIRA, Vítor Marinho. **O que é educação física**. 11ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. – (Coleção primeiros passos; 79).

SILVA, Pithan N. **Ginástica moderna – calistenia**. 4ª ed. São Paulo: Cia. Brasil Editora, 1976.

GESTÃO DOS EQUIPAMENTOS DE ESPORTE E LAZER DO RECIFE E A CONSTRUÇÃO DA COMISSÃO DE USUÁRIOS

Prof. Esp. Gilberto Bezerra Borges⁸⁷
Eduardo Jackson dos Santos Granja⁸⁸
João da Costa Bezerra Filho⁸⁹
João Batista de Jesus⁹⁰
Prof. José Augusto Andrade do Nascimento⁹¹
Profa. Renata Christiane Salgues Lucena Borges⁹²

Resumo: Este trabalho é um relato construído a partir das experiências de implantação das políticas públicas de gestão da rede dos equipamentos municipais de Esporte e Lazer da Cidade de Recife. Considerando que a democratização dos espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer é essencial para efetivação do direito ao acesso às políticas do setor, é estimulada a participação das pessoas na construção das comissões de usuários da rede de equipamentos municipais de esporte e lazer, que tem como objetivo a organização dos grupos sociais que utilizam estes equipamentos, para que passem a participar de forma coletiva dos processos de gestão e manutenção, construção e requalifica-

⁸⁷ Formado em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Diretor de Gestão de Espaços e Equipamentos Públicos de Esporte e Lazer da Prefeitura do Recife. E-mail: gilbertoborges@hotmail.com. END: Av. Afonso Olindense, 895 apto 304-B. Várzea – Recife – PE. CEP: 50810-000. Fone: (81) 94886358

⁸⁸ Formado em Educação Física pela Universidade de Pernambuco. Especialista em Ciências Políticas pela Universidade Católica de Pernambuco. Secretário Especial de Juventude e Diretor-Presidente da Autarquia Ginásio de Esporte Geraldo Magalhães da Prefeitura do Recife. E-mail: eduardogranja@recife.pe.gov.br. END: Rua Marechal Deodoro, 338 Apto 704-B. Encruzilhada – Recife – PE. CEP: 52030-170. Fone: (81) 94886566

⁸⁹ Prefeito da Cidade de Recife

⁹⁰ Educador Social e Coordenador da Rede Física de Espaços e Equipamentos Públicos de Esporte e Lazer da Prefeitura do Recife. E-mail: jbatistatenis@hotmail.com. END: Rua Xique Xique, 195 – B. Pina – Recife – PE. CEP: 51011-380. Fone: (81)33551220/ 88205494

⁹¹ Formado em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco e Gerente da Rede Física de Espaços e Equipamentos Públicos de Esporte e Lazer da Prefeitura do Recife. E-mail: gutojandrade@bol.com.br. END: Rua Maria Digna Gameiro, 6866 Apto 307. Candeias – Jaboatão dos Guararapes – PE. CEP: 54440-420. Fone (81) 33551220/ 86205477

⁹² Formada em Educação Física pela Universidade de Pernambuco e Assessora Pedagógica Autarquia Ginásio de Esporte Geraldo Magalhães da Prefeitura do Recife. E-mail: renatasalgues@hotmail.com. END: Av. Afonso Olindense, 895 apto 304-B. Várzea – Recife – PE. CEP: 50810-000. Fone: (81)33551220/ 94886358/ 30712019

ção dos mesmos. A inclusão destes setores na construção das políticas de esporte e lazer desenvolvidas no município potencializa os resultados e procura construir a autonomia destes coletivos, aumentando sua participação na vida política da cidade e sua contribuição para de fato garantir o acesso às expressões e modalidades esportivas e de lazer. As comissões de usuários têm se mostrado espaços privilegiados de participação e inclusão dos grupos e coletivos do setor de esporte e lazer, possibilitando a construção de um espaço de encontro, articulação, formação de novas identidades coletivas no processo de gestão democrática dos espaços e equipamentos de esporte e lazer. Neste relato é apresentada a experiência da formação e desenvolvimento da comissão de usuários do centro de esporte e lazer da Macaxeira, um exemplo de como a participação da comunidade, junto com o poder público, pode contribuir para a qualificação das políticas públicas do setor.

Palavras Chaves: gestão, espaço, equipamento, auto-organização, lazer

Introdução

O processo de urbanização da sociedade brasileira ocorrido durante o século 20 trouxe como consequência direta a formação de grandes cidades com uma elevada densidade populacional. A maioria absoluta das cidades nestes processos cresceu de forma desordenada, sem um planejamento capaz de atender às novas demandas que surgiam nestes processos, principalmente as demandas da classe trabalhadora.

As cidades têm seu crescimento orientado a partir dos interesses privados e, dentro desta perspectiva, os investimentos em equipamentos e manutenção urbana se concentram em áreas ocupadas por classes e extratos sociais historicamente privilegiados. A distribuição e a manutenção dos equipamentos públicos de esporte e lazer na cidade se orientam pela mesma lógica.

Como consequência deste processo histórico de crescimento desordenado ou crescimento ordenado a partir de interesses particulares, a realidade hoje na maioria das cidades, segundo MARCELLINO (2008) é “...de um lado as áreas centrais ou os chamados pólos nobres, concentradoras de benefícios, e de outro a periferia, com seus bolsões de pobreza, verdadeiro depósito de habitações”, com territórios que

concentram a maioria da população onde não existem, em quantidade satisfatória, equipamentos públicos de esporte e lazer, os existentes não têm uma manutenção adequada por parte do poder público e sua gestão não é democrática.

No Recife não é diferente. De acordo com a distribuição sugerida no Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife, a cidade configura-se em três áreas:

- q. A primeira, chamada Anel Central, caracteriza-se pela concentração dos grandes investimentos; o centro funcional da cidade. Possui desigualdade entre áreas muito próximas, tendo de um lado o centro das atenções e dos investimentos privados, de outro uma população extremamente pobre. Esta é a região com maiores espaços de esporte e lazer. Entretanto, quem os frequentam, absolutamente, não são a maioria da população.
- r. A segunda área, chamada Anel Intermediário, é onde se concentram os grandes eixos viários, avenidas de referência, escondendo grandes áreas desfavorecidas. Os espaços de esporte e lazer distribuem-se pelos eixos de transporte, facilitando o acesso da população. Destarte, aqueles mais afastados acabam por ser apropriados de forma mercantil ou sub-utilizados pela população (a exemplo do Parque do Caiara).
- s. A terceira área, chamada de Anel Periférico, constitui a região dos morros e adjacências. Áreas de altíssima densidade demográfica, que receberam uma população oriunda do êxodo rural e dos bairros pobres superpovoados da cidade. A periferia dos morros apresenta escassez de espaços de esporte e lazer, mesmo nas escolas. Há conflitos entre essas áreas e as ecológicas, e poucas vilas com equipamentos locais. Exemplos desse anel ao norte são os morros de Casa Amarela e ao sul o Ibura.

Além da má distribuição apontada pelos anéis, é possível detectar na cidade que a maior parte dos espaços de lazer está voltada para a contemplação, o que representa pouca diversificação das atividades. Nas áreas mais pobres, encontram-se equipamentos reduzidos, espremidos entre a desorganização habitacional. Esses, por muitas vezes, são criados e preservados pela própria organização comunitária, como é o caso de inúmeros campos de futebol de várzea, onde bem cabe o conceito de patrimônio sagrado, intocável.

Juntando-se a este contexto, encontrava-se a situação de quase abandono destes equipamentos públicos de esporte e lazer, deixando aberto o caminho para que esta manutenção seja realizada por grupos ou pessoas, que se sentem no direito de privatizar a gestão dos mesmos, e em muitos casos cobrando taxas para liberar o uso. Outro elemento que compõe esta conjuntura é a utilização destes equipamentos como moeda de troca em períodos eleitorais, enquanto promessa de construção ou manutenção. As forças políticas que atuam no território tentam arregimentar votos e apoios eleitorais, para prestar um serviço que na verdade é um dever do poder público. O direito a este serviço pode ser observado no estatuto das cidades⁹³, nas diretrizes gerais no parágrafo 2 do artigo 2º, a garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.

Na contramão da lógica capitalista de construção, manutenção e uso dos equipamentos públicos esportivos e de lazer, a Prefeitura do Recife, a partir da Autarquia Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães, órgão responsável pela Política Pública de Esporte e Lazer, vem construindo uma gestão democrática e participativa dos equipamentos esportivos e de lazer na cidade.

O papel dos equipamentos públicos de esporte e lazer nas políticas públicas do setor

Na cidade do Recife, vem sendo desenvolvida uma concepção de Política Pública de Esporte e Lazer fundamentada nos princípios do:

1. Trabalho Socialmente Útil: o uso dos equipamentos esportivos e de lazer deverá ser autodeterminado pelo coletivo, onde o esforço realizado sirva diretamente à comunidade, podendo assim formar sujeitos participantes ativos do processo em que estão inseridos, não tratando o trabalho realizado enquanto mercadoria, ou seja, enquanto valor de troca, e sim valor de uso.
2. Desenvolvimento da Cultura Local: o uso desses equipamentos deve valorizar a cultura local, proporcionando condições para se

⁹³ Lei 10.257 da Presidência da República estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

criar e recriar novas culturas.

3. Auto-Organização e Trabalho Coletivo: o uso deve ser construído coletivamente, partindo dos interesses da própria comunidade, e ainda possibilitando o desenvolvimento deste trabalho pelos próprios participantes do grupo.
4. Intergeneracionalidade: os participantes envolvidos trarão sua contribuição de acordo com suas características etárias, proporcionando um respeito mútuo e a aprendizagem entre eles, o que faz intensificar a cultura local e a recriação dessas.

Estabelecemos enquanto missão nessa difícil tarefa o desenvolvimento do esporte e lazer popular. Por entender que o esporte e o lazer são direitos sociais⁹⁴, cujo acesso ao longo desses anos estava restrito às elites que podem pagar por este acesso e ao clientelismo dos políticos em troca de votos nas eleições.

Tal missão traduz-se na necessidade de aprofundar a superação das práticas elitistas e clientelistas das administrações tradicionais e combater a mercantilização do Esporte e Lazer, promovendo-os como direito social para todos os segmentos da população, e priorizando a educação no e para o tempo livre em busca de níveis críticos e criativos de participação. (Relatório de Transição/ Gestão 2005-2008)

Nesta perspectiva, os espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer, em condições de uso adequadas e com gestão democrática, são imprescindíveis para efetivar o direito ao esporte e lazer, previsto na constituição federal, por garantir o desenvolvimento das atividades esportivas e de lazer, sistemáticas e eventuais para a população da cidade. De acordo com um levantamento realizado durante o ano de 2009 e atualizado em agosto de 2010 pela Diretoria de Gestão de Espaços e Equipamentos de Esporte de e Lazer, a cidade do Recife tem hoje 138 campos de futebol de várzea, 315 praças, 10 equipamentos para a prática de esportes radicais, 89 quadras, 21 academias da cidade, 10 parques sendo 02 em construção.

O conjunto dos equipamentos é compreendido como uma rede, seguindo a lógica do sistema único de saúde, com equipamentos de baixa, média e alta complexidade, sem perder de vista seu caráter multifuncional, potencializando seu uso para desta forma atender aos gru-

⁹⁴ Presente no art.6º da Constituição Federal de 1988.

pos que se organizam a partir de diferentes modalidades esportivas e expressões culturais. Para isso foi construído, no seminário das comissões de usuários, realizado em 12 de dezembro de 2009, uma proposta de classificação dos equipamentos, tendo enquanto referência seu potencial de uso e a complexidade de sua manutenção.

Ainda dentro da perspectiva de garantia de direito, fortalecimento e ampliação da utilização desses espaços e equipamentos, a cidade é dotada de uma lei que protege os equipamentos públicos de esporte e lazer. Esta lei é fruto de um longo processo de mobilização do setor de esporte e lazer, com a realização de reuniões, plenárias e uma audiência pública na Câmara de Vereadores do Recife, que contou com a participação de ligas, federações, clubes comunitários, grupos informais de diversas modalidades, atletas e usuários dos programas e projetos que trabalham com esporte e lazer. Esta culminou com a apresentação de um projeto de lei, votado e aprovado na Câmara Municipal dos Vereadores do Recife e sancionada pelo prefeito João da Costa em 14 de abril de 2009, sob a lei 17.544/2009 que “dispõe sobre a criação de áreas de preservação esportiva e de lazer”.

Esta lei tem se mostrado um importante instrumento para garantir a preservação dos equipamentos municipais de esporte e lazer e colaborado para o avanço da organização do setor ligado ao esporte e lazer comunitário, a partir da defesa dos seus interesses, participando de forma mais ativa do processo de decisão a respeito do desenvolvimento urbano e ambiental da cidade. Desta forma é construída uma cidade que oferece melhores condições de vida para o conjunto da sociedade.

Gestão democrática e participativa dos equipamentos municipais de esporte e lazer

Segundo BONALUME (2008), “O estado será democrático à medida que a população tomar mais consciência de seu dever e do seu direito ao exercício pleno da participação e, conseqüentemente, da democracia”. Orientada por essa lógica, a gestão de equipamentos esportivos e de lazer, não vem tratando esses espaços apenas como físicos, mas, sobretudo, enquanto espaços de possibilidades de organizações coletivas e intervenções políticas. Entendendo que a gestão desses equipamentos seja construída de forma compartilhada entre a gestão

pública e as comunidades locais, formamos as Comissões de Usuários.

As Comissões de Usuários dos equipamentos de Esporte e Lazer são o instrumento que tem o objetivo de reunir os diversos segmentos que fazem uso da Rede de Equipamentos Municipais de Esporte e Lazer, para organizar o funcionamento, manutenção e preservação dos mesmos, estimulando a participação e o exercício da democracia.

Nesse sentido, as comissões de usuários são compostas por representantes de grupos que utilizam os equipamentos, entidades representativas das comunidades e usuários em geral. Reúnem-se mensalmente para debater questões relacionadas aos possíveis processos de construção e requalificação, do funcionamento, gestão e manutenção dos equipamentos dentro do contexto do desenvolvimento urbano da cidade, bem como, das relações políticas que caracterizam o território no qual está inserido o equipamento e da superação do modelo de sociedade excludente, baseada na propriedade privada dos meios de produção dos bens materiais e imateriais, possibilitando assim expandir o uso desses equipamentos para novas linguagens, não restringindo, por exemplo, o uso de campos de várzea à prática de futebol, mas utilizando-os também com ginástica para adultos e idosos, jogos populares, entre outros. Ampliando também a participação para outras faixas etárias e para mulheres.

Atualmente 20 equipamentos da Rede Municipal de Equipamentos de Esporte e Lazer contam com comissões de usuários, envolvendo 466 grupos e coletivos, cada grupo contando com 30 integrantes em média, que representam cerca de 13980 usuários.

As reuniões das Comissões de Usuários dos Equipamentos Municipais de Esporte e Lazer acontecem com uma periodicidade de dois meses, podendo haver reuniões extraordinárias dependendo da necessidade dos usuários ou da gestão municipal. A proposta de pauta é apresentada, debatida e aprovada com os participantes e qualquer pessoa pode participar das reuniões, mas a participação maior é dos representantes dos grupos que usam os mesmos e dos delegados do programa Orçamento Participativo – principal instrumento de mobilização e participação popular da gestão. Nas reuniões das comissões de usuários, a relação de respeito e solidariedade é estimulada, com a participação de grupos de adultos e idosos dividindo o espaço com co-

letivos das juventudes, sejam ligados ao hip-hop, ao futebol de várzea ou a qualquer outra expressão ligada ao universo do esporte e do lazer.

As reuniões são iniciadas com a construção da problematização sobre o equipamento no contexto em que ele está inserido. Esta problematização é construída coletivamente a partir da percepção e avaliação dos usuários e das contribuições da equipe de trabalho da Autarquia Ginásio de Esporte Geraldo Magalhães. Nos equipamentos onde a comissão já existe, o primeiro ponto é a avaliação das deliberações e encaminhamentos da reunião anterior, com o objetivo de valorizar o que é deliberado nas reuniões das comissões de usuários dos Equipamentos de Esporte e Lazer; neste processo a participação popular na vida política da cidade é estimulada, fortalecendo o papel dos grupos e coletivos do setor como atores políticos.

Neste processo, a construção ou a requalificação dos equipamentos públicos tem a participação popular garantida na elaboração do projeto, onde são realizadas reuniões abertas a todos os usuários ou futuros usuários e a qualquer cidadão que tenha interesse em participar. A opinião dos participantes é respeitada e o poder público a leva em consideração no momento de definir o modelo de equipamento. No entanto as restrições impostas pelo orçamento para investimentos nestes equipamentos, nem sempre permitem que as aspirações e desejos daqueles que participam do processo sejam concretizados na forma e no tempo esperado.

Esta dificuldade é superada em parte, com a intervenção do poder público, impulsionando e estimulando a organização popular, mantendo através das comissões de usuários o debate e as ações que garantem a continuidade das lutas gerais e específicas do setor.

Dentro desta perspectiva os equipamentos constituem locais privilegiados de encontro e construção de relações entre as pessoas, com uma grande possibilidade para construção de novas identidades e novas formas de enxergar e intervir para transformar a realidade. Como exemplo deste tipo de organização, segue o relato do caso do Centro de Esporte e Lazer da Macaxeira.

Centro de Esporte e Lazer da Macaxeira

O Centro de Esporte e Lazer da Macaxeira, localizado na região política administrativa 3, no bairro da Macaxeira, é emblemático. O início da intervenção no local foi fruto de uma denúncia, junto ao prefeito da cidade, de que naquele campo havia um sistema de cobrança excessiva e irregular, já que se tratava de um espaço público que se encontrava com o processo de comodato vencido (termo jurídico de cessão temporária a uma entidade, responsabilizando-a pela administração de um patrimônio público). Este equipamento foi apropriado de forma indevida e seu uso atendia a interesses particulares, com cobrança de taxas e uso quase que exclusivo feito por homens adultos com partidas de futebol.

Situado em uma região de morros, com poucos espaços de lazer e uma população de mais de 19 mil habitantes, cuja renda média gira em torno de um salário mínimo, o Campo da União representava o drama de políticas de esporte assistencialistas que geraram uma série de problemas, entre eles a exclusão do acesso ao esporte e ao lazer para a grande massa carente e, sobretudo, para as mulheres, crianças e idosos. O processo de democratização se deu com forte resistência do líder da associação beneficiada, que além de se negar a dialogar com o poder público, impôs inúmeros obstáculos, incluindo ameaças aos educadores que atuavam na área.

Em 2001, com a intervenção do poder público em conjunto com outras lideranças comunitárias, dentro de uma perspectiva do esporte e do lazer como um direito social, construiu a retomada desse espaço se responsabilizando administrativamente e construindo uma proposta de programação sistemática no local. Desta forma, uma grande parcela dos moradores do território, notadamente as mulheres, as crianças e todos aqueles que não podiam pagar, passaram a frequentar o equipamento.

Dois anos mais tarde, ocorreu a revitalização do espaço, sendo construída uma quadra, um quiosque, parque infantil e uma arquibancada ao lado do campo, além da instalação de alambrados. O recurso para esta obra veio da Secretaria de Turismo e Esportes (órgão responsável na época) e a obra foi realizada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com o projeto Operação Trabalho, o qual realizou

a capacitação de moradores do entorno do equipamento para a construção do mesmo, gerando ainda qualificação profissional, emprego e renda para a população local, transformando-o assim em um espaço multifuncional, capaz de atender ao uso de diversas manifestações do universo cultural e esportivo debatidos na comunidade.

Nesse caminhar, construímos uma programação diversificada que atende aos vários interesses daquela localidade e organizamos a utilização das demandas espontâneas da mesma. A fim de compartilhar tal organização e ampliar a participação, formamos a comissão de usuário, que vem atuando desde então. Esse equipamento, em grupos e de forma sistemática, vem passando por várias intervenções, todas debatidas na comissão para se estipularem as prioridades. Neste processo, o campo teve sua estrutura requalificada com alambrados novos, intervenção no sistema de iluminação e nas traves de futebol. Na quadra poliesportiva o piso, o sistema de iluminação, a arquibancada, as traves e tabelas de basquetebol passaram por uma requalificação. Na extremidade da quadra foi construído um palco, permitindo a realização de eventos culturais comunitários e o funcionamento dos pólos de animação nos ciclos carnavalescos e juninos, dentro da programação oficial da Prefeitura do Recife. No lado da quadra oposto à arquibancada, foi construída uma pequena arena de esportes radicais, contemplando uma demanda de jovens do território, permitindo a inclusão de novas modalidades e público atendido.

Diante do desafio de legitimar o setor de esporte e lazer no bojo da Política Pública Municipal, o Geraldão, a partir do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer (CPEL), em parceria com o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) do Ministério do Esporte, desenvolve atividades sistemáticas e eventuais, esportivas e de lazer, nas comunidades de baixa renda da cidade, possibilitando o desenvolvimento de aprendizagens significativas relacionadas à cultura corporal com o objetivo de democratizar e disseminar o acesso ao lazer por toda a cidade, independente de faixa etária, formando assim os Círculos de Convivência Social. Esses consistem na formação de grupos de convivência que se reúnem semanalmente para realização de atividades sistemáticas, orientados por educadores sociais que intervêm a partir de atividades esportivas e de lazer no âmbito da cultura popular. Sendo

assim, essas atividades são realizadas no Centro de Esporte e Lazer da Macaxeira, com as linguagens de *break*, skate, futsal, voleibol, basquete, ginástica e futebol de campo, somando-se assim as atividades organizadas pelos grupos locais.

O funcionamento desse equipamento também conta com a ajuda de uma equipe constituída por um administrador e um auxiliar de administração que trabalha diariamente na organização e manutenção do mesmo, e conta com o suporte de um gerente operacional e técnico da área de marcenaria, serralharia, hidráulica e elétrica.

No contexto atual, existem mais de 95 grupos e coletivos cadastrados, e cerca de 4.000 usuários que desfrutam do espaço de forma sistemática, além da possibilidade de utilização do equipamento para eventos culturais e esportivos da cidade, como é o caso do Futebol Participativo⁹⁵, o que evidencia como o uso dos equipamentos pode ser potencializado com a intervenção e a presença do poder público, e a mobilização da comunidade.

Ao longo desses 9 anos (2001 – 2010), é incessante a luta dessa comunidade por este espaço. Exemplo disto é que a comunidade eleger sua requalificação enquanto prioridade no Orçamento Participativo este ano, legitimando-o enquanto um espaço de decisão da cidade. Pois o tem como referência de encontros sociais, mobilizações comunitárias e fortalecimento do direito ao esporte e lazer.

Conclusão

Alguns processos da dinâmica política e social da cidade revelam o fortalecimento das organizações do setor de esporte e lazer, um exemplo é a lei municipal de proteção dos espaços e equipamentos esportivos e de lazer, que proíbe a construção de qualquer outro equipamento nestes espaços que não esteja relacionado a atividades ligadas ao universo do esporte e do lazer.

Outro exemplo do fortalecimento da organização do setor a partir das comissões de usuários foi a grande mobilização ocorrida durante a preparação e a realização da III Conferência Nacional de Esporte

⁹⁵ Campeonato de Futebol de Várzea realizado pela Prefeitura do Recife que reúne cerca de 500 equipes e 18000 peladeiros.

Lazer - Etapa Municipal, que contou com a participação de mais de 2000 pessoas durante as 12 reuniões preparatórias e na Conferência Municipal. Neste processo, o primeiro ciclo das reuniões das comissões de usuários se constituiu enquanto etapa preparatória da Conferência Nacional, fazendo a relação da conjuntura no setor de esporte e lazer da nossa cidade com questões de âmbito nacional.

A concepção da gestão municipal em relação aos equipamentos municipais de Esporte e Lazer e seu papel na implantação das políticas públicas são elementos que permeiam todos os debates nas comissões; equipamentos multifuncionais, acessível a diferentes grupos e coletivo, sem distinção de faixa etária, modalidade e gênero. Também é reforçada a gratuidade para o uso dos mesmos, garantida através da presença do poder público e da mobilização de usuários, rompendo com uma tradição política e cultural na cidade de apropriação indevida e abandono dos equipamentos de esporte e lazer. No mês de agosto deste ano foi concluída a licitação do projeto de cobertura da quadra e da arena de esportes radicais, uma demanda que surgiu nas reuniões da comissão de usuários, o que valoriza a participação do segmento da juventude.

Porém muito ainda temos a superar. O desenvolvimento das políticas públicas de esporte e lazer acontece de forma não linear, desta maneira existe uma intervenção fragmentada entre as diversas áreas da gestão envolvidas neste processo. Pois nós administramos alguns equipamentos esportivos e de lazer da cidade, construindo uma lógica de funcionamento. Outros são administrados pela EMLURB (Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana), que segue outra lógica de funcionamento, porém vem se afinando com o processo de gestão compartilhada entre poder público e comunidades. Os cinemas, museus e teatros são administrados pela Secretaria de Cultura, e esses ainda têm um acesso restrito à população, apesar ter exemplo do Teatro do Parque que custa R\$1,00 a entrada e tem uma programação diária. Isso retrata a necessidade de intersectorializar a gestão desses espaços e equipamentos, possibilitando e fortalecendo a idéia da construção de uma Rede Física dos Espaços e Equipamentos Esportivos e de Lazer.

Contudo, a fragmentação das ações de gestão desses equipamentos acaba se materializando na falta de critérios predefinidos para a realização dos investimentos na manutenção e conservação, dificultan-

do a destinação da prioridade dos recursos destinados. Esta questão tem sido enfrentada a partir de movimentos desiguais e combinados: a mobilização do setor para reivindicar mais verbas; parceria com órgãos federais, a exemplo do Ministério do Esporte; a participação de vários órgãos da Prefeitura do Recife nas reuniões da Comissão de Usuários.

A Autarquia Ginásio de Esporte Geraldo Magalhães vem construindo uma estrutura organizacional que permite ao setor ligado ao esporte e lazer da sociedade civil saber onde procurar os responsáveis na gestão municipal para cobrar, apresentar projetos ou solicitar apoios. Foi construída uma referência na cidade, enfraquecendo a cultura clientelista de que para conseguir e ter assegurada a prática de atividades de esporte e lazer era preciso o apoio de alguma “autoridade” política, ou seja, um vereador, deputado ou mesmo uma liderança comunitária. Por fim, acreditamos que esta forma de gerir os espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer da cidade, a partir da construção das Comissões de Usuários, potencializa a auto-organização comunitária e a luta pela conquista do tempo livre de forma coletiva e autodeterminada.

Referências Bibliográficas

BONALUME, Claudia Regina. Controle Social das Políticas de Esporte e Lazer in **Políticas Públicas de Lazer**. Campinas, SP: Alínea, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**; tradução de Sérgio Martins. – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Políticas Públicas de Lazer**. Campinas, SP: Alínea, 2008.

_____. **Estudos do Lazer**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (4 edição)

PISTRAK. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2002.

Prefeitura do Recife. **Relatório de Transição Municipal de Esporte e Lazer do Recife (gestão 2005 – 2008)**

Prefeitura do Recife. **Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife**. Recife: 2004

Prefeitura do Recife. **Boletim Diário (2001 – 2008)** in www.recife.pe.gov.br

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Editora da USP, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica**: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez, 1992.

SILVA, Jamerson de Almeida da; SILVA, Katharine Ninive Pinto, **Círculos populares de esporte e lazer**: Fundamentos da educação para o tempo livre. Recife: Bagaço, 2004.

WAICHMAN, Pablo. **Tempo Livre e Recreação**. Campinas-SP: Papirus, 2002.

INCLUSÃO E EMPREENDEDORISMO SOCIAL ATRAVÉS DO ESPORTE

Renildo Rossi Júnior⁹⁶

Doutorando em Ciências do Esporte, Exercício e Saúde
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro UTAD, Vila Real (Portugal)

Resumo: A mais de vinte anos a Fundação de Apoio ao Menor de Feira de Santana FAMFS vem contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da comunidade de Feira de Santana, tendo representado o Brasil e os programas esportivos nacionais, nos últimos dez anos, em diferentes países, a exemplo da França, Portugal, Alemanha, Itália, Suíça, EUA, África do Sul, China e Argentina. Dessa forma, o presente trabalho objetivou evidenciar o terceiro setor enquanto agente de transformação e mobilização social, mediante parcerias com o poder público, empresas privadas, organizações não-governamentais e a Comunidade. Através do Programa Pintando a Liberdade e Cidadania do Ministério da Justiça e Ministério do Esporte a FAMFS já produziu 1.500.000 artigos esportivos que foram distribuídos gratuitamente para todo o território nacional e mais de cem países, promovendo significativas contribuições para democratização do esporte e lazer no Brasil e no mundo, bem como a inclusão e empreendedorismo social através do esporte. O trabalho discorrerá acerca de elementos inerentes à Política Nacional de Esporte e Lazer, as contribuições no desenvolvimento humano e exercício da cidadania no Brasil, balizado no estudo de caso dos Programas Pintando a Liberdade e Cidadania em Feira de Santana. Resultados nacionais e internacionais serão relatados, culminando na apresentação da FAMFS enquanto estudo de caso balizador, modelo

96 Master in International Studies in Philanthropy and Social Entrepreneurship MISP pela Universidade de Bologna (Itália), Consultor Internacional; Antonio Lopes Ribeiro, Pós-Graduado em Administração pela Universidade Federal de São Paulo UFSP (Brasil), Presidente e Mídiã Leite dos Santos, Pós-Graduado em Auditoria Governamental pela Universidade Católica do Salvador UCSAL, Assessora da Presidência – Fundação de Apoio ao Menor de Feira de Santana FAMFS, Bahia, Brasil.

gerencial no Brasil na democratização do esporte e lazer de inclusão social, consolidação da Política Nacional de Esporte e Lazer e fomento da Ciência e Tecnologia Brasileira de Empreendedorismo e Inclusão Social através do Esporte.

Introdução

“Considerar como esportes e cultura, direitos e meios de capacitação dos indivíduos como seres integrais que trazer a solidariedade, a educação, saúde, desenvolvimento, participação, comunicação, mobilização, bem-estar, sociabilidade, cidadania, paz, igualdade social e da igualdade, independentemente do gênero, raça, orientação sexual, idade e necessidades especiais, entre outros.” (América Latina e Caribe Youth Leadership Summit, 2005)

A Política Nacional de Esporte legitima uma gestão democrática e construção de parceria com as comunidades esportivas, esfera municipal, regional e federal, universidades, associações e sociedade em geral buscando a diversificação dos recursos, considerada um aspecto *sine qua non* para desenvolver os programas e alcançar os objetivos propostos.

Os programas em desenvolvimento pelo Ministério do Esporte visam à inclusão de diferentes grupos sociais, aplicando os preceitos constitucionais expressos na Constituição Federal de 1988. Para tanto, utiliza-se três principais formas de intervenções do esporte: educacional, participativo e de desempenho (Política Nacional, 2005).

Programa Pintando a Liberdade

O Programa Pintando a Liberdade visa contribuir para a ressocialização dos presos e adolescentes em conflito com a lei através da manufatura de materiais esportivos. Atualmente o programa vem operando nos 27 estados do Brasil e do Distrito Federal com um total de 90 unidades de produção. As unidades de produção são instaladas em um espaço com um mínimo de 100 m² com a parceria selada pelo Governo Federal, através do Ministério do Esporte, e os organismos que administram as prisões.

Os presos recebem, na proporção da produção e parte do pagamento é dada imediatamente, enquanto outra parte é recebida após

terminar a frase. A inclusão do preso no projeto é uma escolha voluntária e os critérios do processo de seleção são definidos pela administração do presídio. Depois de selecionados são capacitados por instrutores da Secretaria Nacional do Esporte, onde a maior parte dos instrutores são ex-presidiários que trabalhavam no programa antes. Tendo produzido cerca de 1 milhão de itens esportivos por ano, mais de 12 milhões de pessoas beneficiam dessa produção. Desde o início da produção nacional de artigos esportivos do Ministério do Esporte produziu quase 7 milhões de itens esportivos, beneficiando aproximadamente 36 milhões de jovens. Todo o material produzido é distribuído gratuitamente para os programas sociais do Governo Federal e Ministério do Esporte e um montante de 4,8 milhões de itens já foram doados a alunos de 6.546 escolas públicas de todos os estados brasileiros e no Distrito Federal em 2008, na certeza de que o desporto é um custo baixo, forma eficiente de promover o desenvolvimento social e econômico de cada país. (Queiroz, 2005)

Para cada bola produzida pelos presos que participam do Programa recebem uma média de U \$ 1,00. De acordo com o nosso sistema jurídico, para cada três dias de trabalho, um dia em que a sanção seja reduzida e relatórios de diretores da prisão e outros parceiros, onde está funcionando a unidades de produção em todo o país, mostram que o programa está a desenvolver uma importante transformação no dia-a-dia dos presos. Além disso, o nível de reincidência, onde ele foi instalado é de cerca de 30%, enquanto outras instituições nas quais ele não está funcionando é entre 60% e 90%. Assim, toda esta política de ex-prisioneiros pode mudar suas vidas através de novas perspectivas e oportunidades.

Programa Pintando a Cidadania

A primeira unidade do Programa Pintando a Cidadania foi criado em 2003, em Feira de Santana (BA) mediante uma parceria firmada entre o Ministério do Esporte e uma Organização Não-Governamental ONG denominada Fundação de Apoio ao Menor de Feira de Santana FAMFS. A intenção foi gerar emprego e renda para as comunidades em situação de vulnerabilidade social, com a idéia de implementar essas fábricas em associações de bairro e cooperativas, empregando as famílias que estavam fora do mercado.

O principal produto do Programa Pintando a Cidadania é uniformes esportivos. O piloto do programa deu uma nova esperança para 1,5 mil pessoas que já produziram 800 mil itens de esportes. Antes da implantação da unidade é realizado um estudo técnico e operacional e as reuniões são realizadas com lideranças locais para apresentar os objetivos do programa e os resultados esperados.

Buscando inovação, o Ministério do Esporte desenvolveu, na unidade do Programa em Feira de Santana (BA), a produção de bolas de futebol para cegos. O material é o único reconhecido pela Associação Internacional de Esporte para Deficientes Visuais (IBSA), organização internacional que gerencia as competições de Desportos para Cegos. Os produtos são distribuídos gratuitamente pelo Ministério do Esporte para as entidades brasileiras e de outros países como Inglaterra, E.U.A., Japão, Canadá, Itália, França, Espanha, Colômbia, Argentina e Venezuela.

Desde 2003 foi doado um montante de 30mil itens esportivos para mais de cem países mediante acordos de cooperação internacional. Destes, aproximadamente 5 mil foram bolas para cegos, beneficiando 100 mil praticantes de atletismo ao redor do mundo, com uma taxa de mil bolas por ano. As bolas com guizo são produzidas exclusivamente na cidade de Feira da cidade de Santana (BA), um trabalho descentralizado, que conta com 700 trabalhadores da comunidade local na periferia da cidade, 300 jovens de ex-internos da Fazenda da Fazenda do Menor (unidade da FAMFS), e 200 estagiários do Complexo Penitenciário.

As parcerias são fechadas com os Estados, municípios, clubes sociais, as Forças Armadas, entidades privadas, ONGs e organismos internacionais e uma assistência preparatória das Nações Unidas para a UNESCO está a construir e implementar um sistema de avaliação do programa. (Ministério do Esporte. 2004-2007)

Objetivos

O presente trabalho objetivou evidenciar os principais resultados e experiência da Fundação de Apoio ao Menor de Feira de Santana FAMFS na democratização do esporte e lazer de inclusão no Brasil e empreendedorismo social. Partindo da compreensão da representatividade local, nacional e internacional das ações, e universo de benefici-

ários dos Programas Pintando a Liberdade e Cidadania do Ministério da Justiça e Ministério do Esporte em Feira de Santana, busca-se dar visibilidade às ações da FAMFS e parceiros, bem como proporcionar registro de alguns dos indicadores de impacto econômico e social dos últimos anos.

Metodologia

O presente trabalho foi desenvolvido mediante a análise documental, entrevistas, grupos focais, reuniões in loco, consultas ao site do Ministério do Esporte, revistas, matérias de jornal local, pesquisas eletrônicas, entre outras fontes, objetivando relatar os principais resultados da experiência da FAMFS na mobilização, empreendedorismo e inclusão social através do esporte.

Desenvolvimento

“O problema das crianças de Rua no Brasil é um assunto altamente preocupante, apesar da existência de muitos públicos, instituições privadas e não governamentais que deveriam cuidar dessas crianças e adolescentes. Na maioria das grandes cidades do país, as crianças ainda estão nas ruas ou confinados em instituições prisionais, como, e seu número aumenta a cada dia (MELLO, SIQUEIRA, 1996)”.

A fim de lidar com o complexo problema social e econômico de Feira de Santana (crianças abandonadas/meninos de rua), em fevereiro de 1987, a Exma Dra. Lourdes Noronha Trindade tomou posse como juiz do Tribunal do Distrito de Feira de Santana. Quando soube do estado de abandono, pobreza e terríveis abusos que centenas de crianças e jovens foram expostas naquele Distrito, e confrontadas com restrições materiais para realizar as sentenças ditadas em diferentes casos - especialmente em matéria de adolescentes infratores que eram também as vítimas constantes da violência policial -, ela decidiu recorrer a diversos segmentos da sociedade e revelar-lhes a dura situação dos pobres locais. Na ocasião, ela ofereceu sugestões e estendeu uma proposta para reverter as difíceis condições de vida dessas crianças e adolescentes.

Quando Dra. Lourdes Trindade (fundadora da FAMFS) democraticamente mobilizou e sensibilizou a sociedade civil para a necessi-

dade urgente de ação conjunta para reduzir esse grave problema social, construiu um ambiente de respeito, confiança e obrigações mútuas com eles. O Tribunal de crianças recebeu jovens infratores, realizaram um estudo social, numa base caso a caso e determinou o seguimento a dar a nível individual, ao tempo em que a sociedade, por sua vez contribuiu definindo as condições para a aplicação efetiva de cada decisão. A reunião geral da cidade foi realizada a fim de delegar responsabilidades relativas à gestão da organização recém-instituída que as decisões agora seriam feitas.

Desde 1988, a FAMFS está trabalhando com a comunidade local de Feira de Santana, com contínuas inovações e parcerias para contribuir para a mudança social e empoderamento da sociedade. O objetivo é promover a capacitação de crianças e jovens em risco, incluindo aqueles com necessidades especiais, e integrá-los à sociedade através de atividades educativas e culturais, como educação básica, danças, folclore, teatro, música, capoeira, ciência e esportes.

Tal atitude deve-se ao entendimento do magistrado que o juiz do tribunal de menores não é apenas um jogador que fala de justiça, sua função não deve ser a de um mero aplicador da lei. Para o juiz não deve haver falta de sensibilidade, humanidade, equidade, bom senso e conhecimento, não só para a lei, mas também para, sociologia, psicologia, pedagogia, etc eu considero de fundamental importância bom relacionamento do juiz com o sociedade em que vive, apesar de tudo, um cidadão é aquele que compõe a sociedade e deve colaborar para o seu desenvolvimento (TRINDADE, 2000).

A FAMFS conta com uma área de 700.00m², doada pelo Governo do Estado da Bahia em 1990, com diversos campos de futebol, uma escola, usina de mandioca, fábrica de fécula, fábrica de biscoitos, criatório de vacas leiteiras, oficina, ginásio poli-esportivo e um condomínio chamado Doce Lar. Além disso, atualmente a fundação desenvolve os seguintes programas:

- Programa Pintando a Liberdade e Cidadania, na fabricação de artigos de desporto, gerando mais de 10.000 postos de trabalho e renda para pessoas em comunidades pobres, e fabrica mais de 1.500.000 itens de mercadorias esportivas, distribuídas em todo o Brasil e mais de 105 países a nível mundial nos últimos dez anos. A fundação esteve

presente em Pequim, na China como a única instituição credenciada reconhecida pela Associação Internacional de Esporte para Cego (IBSA) na fabricação das bolas com guizo, oficiais da Paraolimpíada;

- Programa Segundo Tempo, atendendo em 2008 a aproximadamente 58.000 crianças e adolescentes em 132 municípios do estado da Bahia, promovendo práticas desportivas e culturais, apoio escolar e acesso aos alimentos, tendo criado a oportunidade de inclusão e ocupação de tempo livre com atividades esportivas culturais a mais de 300.000 jovens no estado da Bahia;

- Fábrica de Piso Sintético para pistas de atletismo, seguindo as normas de preservação do meio ambiente, a sua montagem é feita com placas de borracha, permitindo o ajuste no tamanho de acordo com a demanda. Mediante a parceria da Empresa Brasibor, que ofereceu a tecnologia para o aproveitamento dos resíduos de borracha, da Empresa Pirelli em Feira de Santana e da Saargummi Bahia Ltda. em Camaçari (fornecendo os insumos), foi concretizada a idéia: Transformar resíduos de borracha de pneus e de automóveis em matéria prima na fabricação de pistas de atletismo, contribuindo para a conservação ambiental e criando condições técnicas para o desenvolvimento do atletismo no país. Foi firmado convênio com o Ministério do Esporte e repasse pela CAIXA na implantação da fábrica de resíduos de borracha com excepcional significado para a conservação da natureza e, concomitantemente, para a criação de emprego, renda e diminuição da pobreza..

A FAMFS é a única entidade parceira do Ministério do Esporte responsável pela confecção de pisos sintéticos para pistas de atletismo no país. Desde a inauguração da fábrica, foram firmados dois convênios. Na primeira etapa, foram feitas cinco pistas de atletismo. Cada pista leva o tempo de seis meses para ser concluída e demanda a mão-de-obra de 39 pessoas. A primeira pista confeccionada pelo governo federal foi implantada na própria sede da FAMFS, em Feira de Santana. As demais unidades foram alojadas em Santana Catarina, Paraná, Rio de Janeiro e Brasília. A segunda fase aconteceu no final de 2007, com a produção de mais cinco outras pistas de atletismo. Deste número, duas unidades encontram-se prontas aguardando liberação pelo Ministério do Esporte para doação e as três restantes estão em processo de fabricação.

Na última década, representando os projetos do Ministério do Esporte, a fundação levou adolescentes a atravessarem as fronteiras de nosso país como Miami, Memphis, Barbourville, Orlando e Dallas (E.U.A), Paris (França), Neuken (Argentina), em Roma (Itália - momento especial em que a delegação foi recebida pelo Papa João Paulo II), Haverø (Portugal), em Munique (Alemanha - na última Copa do Mundo e em uma Feira Internacional de Esportes) e no Eurofest Internacional de Basiléia (Suíça). Ainda, foi premiado entre os 10 melhores Práticas da Caixa Econômica Federal, um prêmio de tamanha relevância para estar entre os melhores do mundo. Em 2009 a FAMFS recebeu o prêmio *Top of Quality* do Parlamento, como referência nacional no seguimento do terceiro setor. Por tudo isto, é que o presidente Lula foi à Fundação duas vezes acompanhado por ministros, governador, prefeito e autoridades.

“Empreendedores sociais procuram caminhos inovadores para garantir que seus empreendimentos terão acesso aos recursos, enquanto eles estão a criar valor social. Essa vontade de inovar é parte do *modus operandi* dos empreendedores.” (Dees, 2001)

A fim de manter as parcerias a organização tem de ser transparente, responsável e desenvolver relatórios anuais, não só para o Ministério do Esporte, que dá a maioria dos recursos para ter informações claras e completas sobre os gastos, mas também para inspirar confiança a outros parceiros e a comunidade local. Com base em entrevistas realizadas com dirigentes da organização, a capacidade de manter a transparência e criar confiança entre a fundação, seus parceiros e atores públicos que prestam apoio financeiro à FAMFS contribuíram para a sustentabilidade da fundação e sucesso.

Em 2008, os produtos da FAMFS garantiram sustentabilidade para pagar as refeições dispensadas às cinquenta mil crianças e adolescentes inscritas no Programa Segundo Tempo e ajudaram a financiar o Programa Pintando a Liberdade do Ministério do Esporte, iniciativa que visa restabelecer a auto-estima de adolescentes, os moradores de baixa renda da comunidade, e os reclusos desempregados, criando uma oportunidade de emprego tanto para ajudá-los a ganhar a vida como para se reintegrarem à sociedade.

Conclusões

Organismos internacionais apresentam o esporte enquanto instrumento para atingir os Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio (UN, 2004), no entanto a publicação de estudos de impacto é ainda novidade no Brasil. Dentre as contribuições da Fundação de Apoio ao Menor de Feira de Santana para as políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social podemos destacar os numerosos exemplos de crianças com necessidades especiais e menores infratores que, ao ingressarem na FAMFS, tiveram a oportunidade de mostrar talentos que permaneciam inexplorados. Hoje alguns deles são músicos profissionais e professores do programa, outros foram contratados pela indústria agrícola, indústria de esportes e atividades educativas dirigidas pela fundação e agora treinam novos membros que passaram os mesmos problemas que eles conseguiram superar. Considerando a teoria do empreendedorismo social como um tópico novo e emergente, o presente trabalho evidencia o importante papel do terceiro setor na mobilização social e consolidação da Política Nacional de Esporte e Lazer, servindo de modelo para aqueles que buscam compreender e modelar práticas de empreendedorismo e inclusão social.

Referencias Bibliográficas

BELIZE, C. **Brasil terá pista de atletismo produzida pelo Programa Pintando a Liberdade e Cidadania**. Disponível em: <www.esporte.gov.br>

FAMFS é Brasil na Alemanha. Jornal Tribuna Feirense, Janeiro, 2008

FAMFS é Brasil na Alemanha. Disponível em: <www.folhadoestado.net>, Jornal do Estado da Bahia, Janeiro, 2008.

FAMFS esteve presente na Copa do Mundo da Alemanha. Jornal Tribuna da Bahia, Julho, 2009.

FAMFS pista de atletismo. Vídeo disponível em <www.youtube.com> Pista feita de material reciclado produzido pelo Programa Pintando a Liberdade e Cidadania.

Latin America & the Caribbean Youth Leadership Summit, BH, Brasil, 2005.

Ministério do Esporte. **Resolução do Conselho Nacional de Esporte**, 2005.

_____. **Plano plurianual do Ministério do Esporte, 2004-2007**.

MELLO, A.; SIQUEIRA, A.F. **The entrepreneurship practice in a Brazilian NGO Non-Governmental Organization: A successful experience in a street kids educational and professional centre**. *Frontiers of entrepreneurship research*, 1996.

OLIVEIRA, E. **Entidade de Feira produz a primeira pista móvel do país**. *Jornal online*, 2008.

PIRELLI. **Pista de atletismo - PIRELLI suporta Projeto do Governo Federal**. Disponível em <www.pirelli.com.br>, Outubro, 2006.

Pista de atletismo moderna inaugurada ontem em Feira de Santana. *Jornal do Estado da Bahia*, Março, 2006.

QUARRY, J.C. **FAMFS no mundo: agora em Pequim**. *Jornal noite e dia*. 2008.

_____. **Ministro do Esporte inaugura a Fábrica de Piso Sintético da Bahia**. *Jornal dia e noite*, Março, 2006.

_____. **A trajetória dos últimos 13 anos entre o Governo Federal e a FAMFS**. *Jornal noite e dia*, Outubro, 2008.

_____. **Brasil na Alemanha**. *Jornal noite e dia*, Janeiro, 2008.

_____. **FAMFS mostra a primeira pista de atletismos móvel na Feira de Esporte da Alemanha**. *Jornal Noite e Dia*, Fevereiro, 2008.

Queiroz, A. **Esporte para o desenvolvimento e a paz**, 2005.

_____. **Política Nacional de Esporte e Lazer do Ministério do Esporte**, 2005.

_____. **Ministro comenta a importância do Programa Pintando a Cidadania**. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/pintando/noticia>>. 2008

United Nations. **Sport and the Millenium Development Goals. International Year of Sport and Physical Education**. disponível em: <http://www.un.org/sport2005/a_year/mill_goals.html. 2004>.

TRINDADE, L.M.N. **Uma experiência que deu certo**. *Revista FA-*

MFS, 2002.

UNESCO. **Pesquisas e avaliações em desenvolvimento no Brasil.** Disponível em: <<http://www.brasilia.unesco.org/servicos/pesquisa/segundotempo>>

UNESCO. **O Sistema de Avaliação e Monitoramento das Políticas e Programas Sociais:** a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil, 2006.

REGIÃO SUDESTE

KARATE-DO E TAEKWONDO, INCLUSÃO PELO ESPORTE

Caterina Rino

Estudante de Sociologia e Política
Articuladora de rede do Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural

Olga Kos

Pediatra

Vice-Presidente do Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural

Carolina Robortella Nogueira

Professora de Educação Física

Coordenadora de Esporte do Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural

Paula Ayub

Psicóloga

Diretora Geral do Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural

Patrícia Zuvia

Administradora de empresa

Coordenação de projetos e relações Institucionais do Instituto Olga
Kos de Inclusão Cultural

Toda a equipe do Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural

Resumo: A experiência que segue relatada volta-se à realização e apresentação de resultados dos projetos de práticas desportivas de Karate-Do e Taekwondo direcionadas e oferecidas a pessoas com Síndrome de Down e/ou deficiência intelectual, desenvolvidas pelo Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural durante o ano de 2009 em parceria com as academias: Associação Ken In Kan de Karate-Do situada no bairro do Ipiranga, São Paulo - SP e Academia Lira Taekwondo Clube, situada no município de Diadema – SP. Os projetos foram apoiados pelo Ministério do Esporte por meio da Lei de Incentivo ao Esporte⁹⁷.

Introdução

Com um olhar direcionado à pessoa com Síndrome de Down e/ou deficiência intelectual, o Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural desenvolve projetos socioculturais compostos por oficinas de arte, publicação de livros e desenvolvimento das práticas marciais Karate-Do e Taekwondo.

Este relato refere-se à descrição detalhada das etapas de realização dos Projetos desportivos Karate-Do e Taekwondo direcionado a pessoas com deficiência intelectual no ano de 2009. A apresentação dos resultados é feita de forma quantitativa e qualitativa, por meio de análises técnicas e relatos dos participantes e familiares.

Apresentação

O Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural - IOK é uma organização da sociedade civil de interesse público – OSCIP, que atua nacionalmente contribuindo com a educação, inclusão social, esportiva, cultural e geração de renda de jovens com Síndrome de Down e/ou deficiência intelectual.

Desde 2007 o IOK promove oficinas de arte ao público com deficiência intelectual, proporcionando grande integração sociocultural entre os beneficiados direta e indiretamente. Como meio incentivador de estímulos físico-motores, foram inseridas práticas desportivas em seu programa de atuação, ampliando ainda mais o processo de integração entre o público participante e a sociedade na qual se insere.

A escolha das artes marciais, em especial, Karate-Do e Taekwondo⁹⁸ derivou do fato de serem modalidades esportivas que se aplicam de forma intensamente benéfica em diversos aspectos ao ser humano. Inúmeras características enquadradas neste padrão poderiam ser mensuradas, todavia, vale enfatizar os benefícios mais salientes constatados durante o período de realização até o momento, como os físicos, que estimulam qualquer indivíduo – especialmente aquele que apresenta alguma dificuldade motora – com o treinamento da força, resistência

⁹⁸ karate-Do, traduzido significa Caminho das mãos vazias e Taekwondo traduzido significa caminho dos pés e das mãos através da mente. São antigas artes marciais orientais de defesa pessoal e, apesar de serem lutas, possuem, assim como quase todas as artes marciais, filosofias que consistem na valorização da perseverança, integridade, auto-controle, cortesia, respeito e lealdade.

muscular e flexibilidade; e os motores, necessários para coordenação dos movimentos e técnicas pertinentes as modalidades marciais por meio do equilíbrio.

O foco das práticas do Karate-Do e do Taekwondo para o público com Síndrome de Down e/ou deficiência intelectual não está na competição, mas no estímulo às tomadas de decisão; análise do ambiente, autonomia, respeito às regras, aos colegas e ao professor. Tais benefícios são refletidos na vida diária e nas relações familiares e sociais destas pessoas, possibilitando aumento na qualidade de vida.

Justificativa

A Síndrome de Down é um acidente genético que apresenta traços peculiares anátomo-funcionais, como aspectos faciais próprios, aparência corporal arredondada, debilidade muscular, hipermobilidade articular e em alguns casos, má formação cardíaca. Além destes aspectos, outra característica pode ser o atraso nas funções do corpo, tanto motoras quanto intelectuais, gerando dificuldades na adaptação social rápida a novas situações e ambientes (PROJETO DOWN, 1994). Tais aspectos sugerem a aplicação de práticas, de forma lúdica, incentivadora e integradora. Segundo a versão comentada da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, “Para que as pessoas com deficiências pudessem ter participação plena e igualdade de oportunidades, seria necessário que não se pensasse tanto em adaptar as pessoas à sociedade e sim em adaptar a sociedade às pessoas” (2008, p. 101-102). Sentir-se integrado, é fazer parte do conjunto, tendo opção das mesmas oportunidades de escolha.

Com o desenvolvimento da concentração, equilíbrio e postura corporal estimulados e desenvolvidos pelas práticas marciais do Karate-Do e Taekwondo às pessoas com Síndrome de Down e/ou deficiência Intelectual, cria-se uma relação direta entre as atividades motoras e sociais, possibilitando vivências novas com a utilização de jogos e brincadeiras como intermediários para o entendimento e vivência das normas de convívio social e cultural. “É no interior dessas práticas, agregadas às práticas educacionais e laborais que os seres humanos, conscientemente, ou não, realizam sua inclusão na vida cotidiana” (2008, p. 123).

A inclusão é feita de forma efetiva por dois aspectos: no que tange a deficiência intelectual e na inserção da pessoa com baixa renda às aulas de karate-Do e Taekwondo juntamente a pessoa com deficiência intelectual, promovendo-se desta forma a integração de dois grupos que se encontram em situação de exclusão social.

Objetivos

O objetivo geral do desenvolvimento de projetos direcionados às práticas desportivas no Instituto Olga Kos foi e é, dentre outras, incentivar crianças, pré-adolescentes, adolescentes e adultos com deficiência intelectual às artes marciais Karate-Do e Taekwondo. Estas práticas possuem diversas características benéficas já citadas, como promover amplamente o desenvolvimento físico saudável, estimular a maior sociabilidade e ampliar as capacidades cognitivas, criativas e motoras. Para tanto, as técnicas são transmitidas de forma lúdico-educativas, estimulando a propensão ao envolvimento e concentração dos participantes nas atividades.

Os objetivos específicos nestes projetos desportivos realizados direcionam-se aos seguintes aspectos:

– Promoção da integração entre professores, colegas e os próprios familiares que, conforme disponibilidades acompanharam os alunos durante as atividades, cultivando e incorporando conceitos importantes e básicos como convívio em sociedade e comunidade, aprimoramento da comunicação, estímulo de companheirismo e liderança, principalmente entre os colegas, além da apropriação de conhecimentos concernentes aos deveres e direitos (cidadania);

– Estímulo pró-cultural e abrangência da criatividade: Integração entre as práticas do Karate-Do e Taekwondo com atividades referentes a outras modalidades culturais oferecidas e disponíveis nas instituições parceiras como: Artes Plásticas, dança e outras modalidades artísticas;

– Integração e conscientização entre públicos: Foi aberta uma cota de 20% das vagas a pessoas das comunidades de baixa renda sem deficiência no entorno das instituições parceiras, tendo assim, a oportunidade de usufruir das aulas, propiciando de forma saudável a integração entre os participantes com e sem deficiência;

– Estímulo ao desenvolvimento cognitivo: O raciocínio é estimulado pelo tempo de ação e reação apresentado durante as aulas e

necessário para o desenvolvimento das práticas marciais. A partir deste estímulo, o participante passa a tomar decisões pertinentes à modalidade. Além disso, o aumento da concentração ocorre também com o aprimoramento das contagens em simetria com movimentos físicos. Ao deparar-se com desafios podem obter maior equilíbrio emocional e psicológico.

– Melhora no desenvolvimento físico-motor: Controle e consciência corporal por meio da busca estimulada pela precisão dos golpes, Incremento na coordenação motora com o equilíbrio e busca por eixo corporal, Promoção e elevação da saúde, autoconfiança, aumento da autoestima e qualidade de vida faz parte também dos objetivos específicos a que a proposta desportiva do Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural se propôs e atingiu.

Esses benefícios presentes nos objetivos culminaram no desvio do praticante em direção ao caminho do sedentarismo e vida ociosa, realidade aparentemente presente no dia a dia da pessoa com deficiência intelectual. “O que é diferente sempre foi posto pra fora, devendo ficar à margem de uma sociedade em que sempre se valorizou a homogeneidade como algo saudável” (2009, p. 37).

Metodologia

Os projetos Taekwondo e Karate-Do ofereceram e continuam a oferecer aulas de práticas marciais para pessoas com Síndrome de Down e/ou deficiência intelectual com faixa-etária variante entre 10 e 40 anos, de ambos os sexos e gratuitamente nas dependências das academias e instituições parceiras. A primeira etapa de realização teve um ano de vigência, compondo período que corresponde os meses de janeiro a dezembro de 2009.

As aulas de Taekwondo e Karate-Do possuem o mesmo formato no que diz respeito à organização e montagem da equipe técnica multidisciplinar. São realizadas com a participação de Mestres de Taekwondo e Karate-Do, Professores de Educação Física, Psicólogos e médicos, além de voluntários na área de fisioterapia e nutrição.

Durante o período de vigência do projeto o psicólogo oferece suporte no treinamento e nas relações entre professor e alunos, realizando um importante elo de convivência entre ambos. Além disso, se

presta também a mediação entre os familiares dos alunos participantes, professores, alunos e profissionais das instituições. Sua principal função é a de interlocução entre sistemas ainda não integrados.

Resultados

Nas artes marciais a graduação do aluno é reconhecida pela cor da sua faixa e para que se gradue necessita ser submetido a um exame onde são avaliadas suas habilidades e conhecimentos técnicos e filosóficos da arte marcial referente.

Os alunos participantes das práticas do Taekwondo e Karate-Do pelo IOK demonstraram as técnicas aprendidas durante o período de aulas aos familiares e amigos e aos mestres convidados para auxiliar nas avaliações juntamente com o mestre do grupo. Todos os alunos passaram para a faixa seguinte – amarela. Alguns demonstraram não possuir domínio completo da parte técnica, mas foram aprovados por mérito que é onde se pauta a filosofia oriental da arte marcial. Culturalmente os orientais valorizam as pessoas mais velhas, ou mais antigas naquilo que realizam por possuírem mais sabedoria, devido as suas experiências. Assim sendo, tem muito a ensinar aos mais jovens, da mesma forma, os praticantes mais antigos do Taekwondo e Karate-Do do IOK podem auxiliar os novatos.

A realização do primeiro ano do programa de Esportes oferecido pelo Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural trouxe resultados consistentes que atingem diretamente os participantes das atividades, seus familiares, vizinhos, amigos, pessoas frequentadoras das academias parceiras, profissionais que participaram do projeto, grupos em que o perímetro de troca social dos participantes atinge e a sociedade que teve acesso a todas as formas de divulgação, promoção e difusão dos projetos de Taekwondo e Karate-Do para pessoas com deficiência intelectual.

O período de duração da primeira etapa desses projetos desportivos foi 01 (um) ano. Com a experiência adquirida e os resultados alcançados pretende-se dar continuidade às ações realizadas ampliando ainda mais seu alcance, levando estas práticas para as dependências de instituições especializadas no atendimento ao público com deficiência intelectual e parceiros do Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural, tais

como: Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo – APAE-SP, Grupo Chaverim e Centro da Dinâmica do Ensino – CEDE.

Apresentação dos resultados

O Instituto Olga Kos realiza duas vezes ao ano uma avaliação (PEI – Perfil Evolutivo de Indicadores), desenvolvida no próprio Instituto e aplicada por psicólogos treinados, que busca mensurar as mudanças ocorridas com o aluno antes e depois da frequência nas oficinas.

As principais mudanças observadas e mensuradas são relativas ao aumento da atenção, equilíbrio e coordenação motora. Além de tais mudanças, pais, familiares e representantes das instituições parceiras onde ocorrem as oficinas oferecem testemunhos dos benefícios gerais alcançados com o Projeto.

Há mudança efetiva na relação familiar, possibilitando um convívio mais harmônico e igualitário, ou seja, o filho com deficiência intelectual percebe-se mais ativo e atuante na vida familiar, da mesma forma, a confiança dos integrantes do ambiente doméstico na pessoa com deficiência aumentou abrindo frente para maior independência de ambos os lados. “Ninguém poderá se beneficiar de uma oportunidade que nunca teve” (1992).

Ao iniciar as atividades desportivas muitos participantes possuíam contatos sociais restritos aos círculos familiares e ambiente doméstico, não frequentavam escolas ou locais que promovam a inserção social e/ou cultural. As aulas de Taekwondo e Karate-Do abriram possibilidades de estabelecer relações pessoais que, muitas vezes, se desenrolaram em relações de companheirismo e amizade.

Como parte dos objetivos dos projetos de esporte, as apresentações se tornaram uma maneira de visualizar tecnicamente a qualidade dos movimentos dos alunos. Os participantes foram convidados a realizar apresentações diversas, resultando em demonstrações de domínio das técnicas transmitidas, disciplina, cooperação, autocontrole emocional e determinação a familiares e amigos, para os profissionais que os acompanharam durante o aprendizado das artes marciais, e para pessoas desconhecidas, que possivelmente não possuíam conhecimen-

to prévio do potencial da pessoa com deficiência intelectual e puderam se emocionar e surpreender com as demonstrações de controle corporal e emocional, além da capacidade de desenvolvimento técnico dos participantes. Foram criadas também possibilidades de lazer e a oportunidade do convívio sociocultural com pessoas pertencentes a outros grupos, turmas e modalidades.

- *I Copa Diadema de Artes Marciais*: Os demais grupos participantes não eram compostos por pessoas com deficiência intelectual e, apesar de muitos dos alunos dos projetos do IOK terem se apresentado, alguns não aceitaram se expor, alegando timidez. Em uma conversa mais pessoal com os psicólogos concluiu-se que a ansiedade extrema, medo da plateia e de errar os impediu de se apresentar. Uma vez detectado o problema, a equipe multidisciplinar (principalmente psicólogos) trabalhou de maneira mais específica com estes alunos.

- *Abertura do Brazil Open Taekwondo*, evento internacional de apresentação das práticas marciais. A apresentação dos alunos do Instituto Olga Kos consistiu em demonstrações das técnicas do Taekwondo, juntamente com um grupo de cadeirantes do Nordeste do Brasil.

- *Apresentação na APAE Guarulhos – SP do Karate-Do*: Evento que encantou seus frequentadores; pessoas com e sem deficiência, familiares e profissionais. Aqueles alunos que anteriormente não quiseram se apresentar, desta vez, apresentaram-se de forma alegre, espontânea e empolgante, junto com seus pais, amigos e familiares que também tiveram a oportunidade de participar das atividades junto com os alunos.

- *Apresentação na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP*: A impressão do público foi de perplexidade e emoção, tamanha a surpresa que os participantes causaram pela grande capacidade de realização dos exercícios pertinentes às modalidades que demonstraram em suas performances.

- *Apresentação no SESC Ipiranga - SP do Karate-Do*: culminou em 02 (duas) aulas abertas, nas quais, os frequentadores do SESC foram convidados a participar. Os alunos do Karate-Do ensinaram e formaram duplas com os convidados sem deficiência para realizar as práticas marciais. O resultado foi de inclusão e integração entre as técnicas do Karate-Do, pessoas com e sem deficiência, crianças e adultos.

As apresentações realizadas foram importantes para possibilitar

a visualização do aprendizado dos participantes do projeto aos familiares, responsáveis e ao público em geral, além de cumprir a função de divulgação do projeto.

Os participantes foram ainda submetidos a dois processos de avaliação física realizada pela equipe técnica esportiva contratada pelo projeto. Primeiro ao matricularem-se na modalidade e depois ao final do período de execução do projeto, possibilitando a verificação de progresso nos participantes em resposta aos exercícios propostos pelos professores, facilitando um processo de avaliação evolutiva comparativa. Foram realizadas medidas de composição corporal, provas de agilidade, equilíbrio dinâmico e estático.

Durante o período de execução desta primeira etapa dos projetos desportivos de Taekwondo e Karate-Do desenvolvidos pelo Instituto Olga Kos de inclusão Cultural, os familiares e/ou responsáveis, descreveram em seus relatos com bastante clareza as mudanças benéficas a que foram submetidos os participantes como é o caso de C., 27 anos, que obteve importantes resultados com as práticas do Taekwondo influenciando diretamente sua saúde orgânica.

“(...) C. tinha muitas convulsões, agora já faz 02 meses que não tem nenhuma, (...), desenvolveu muito sua parte motora (...), meu filho era muito excluído em outras instituições (...)” (mãe do C.).

“Gostaria de informar o quanto o Karatê vem mudando a vida do A. H., ontem a professora dele, P. da Escola A. A. A., veio me perguntar o que havia acontecido com o A., pois sua atenção e concentração em sala de aula melhoraram muito, principalmente depois que entrou no Karatê. Em poucas semanas que o A. está no Karatê, já estamos vendo os benefícios que o exercício vem trazendo ao A.” (mãe de A., 10 anos).

“(...) desde que meu filho começou a treinar Taekwondo ele melhorou a marcha, começou a jogar xadrez e evolui muito, aumentou sua capacidade de aprender. Está mais participativo (...), quero que ele seja mais independente.” (mãe de M., 06 anos).

Os alunos compreenderam durante o período do treinamento de Taekwondo e Karate-Do que o simples movimento de curvar o corpo significa muito mais que um agradecimento, mas sinal de humildade, respeito e cortesia. Quando se ajoelha e medita treina-se a autodisciplina e concentração. A cada soco, chute e defesa se assimila a importância das conquistas, e finalmente a cada troca de faixa se aprende a superação. Todos estes ensinamentos e conquistas alcançados são observados nas atividades diárias dos participantes, na escola e em casa no âmbito familiar.

Conclusão

A experiência vivenciada pelo público alvo, profissionais do Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural, das Instituições parceiras e pelos familiares e amigos dos participantes surtiu grande impacto em aspectos emocionais e na vida prática destes envolvidos. Naqueles sem deficiência intelectual, a diferença foi salientada no convívio direto e indireto com o participante, a partir do momento em que este passa a assumir novas posturas diante de diversas situações e desafios sociais. O aspecto mais relevante, todavia, mostra-se presente na pessoa com deficiência participante do projeto desportivo. “(...) o mundo deve ser apresentado a eles, assim como devemos ser apresentados ao seu modo de interagir com o mundo.” (2009).

As políticas públicas direcionadas à pessoa com deficiência se fazem cada vez mais presentes no cenário brasileiro, principalmente no que concerne a deficiência física, visual e auditiva. Olhares que anteriormente não eram direcionados a estas pessoas, participantes ativas da sociedade brasileira. No caso da deficiência intelectual, porém, este olhar ainda se mostra ineficiente, embora algumas ações relevantes já possam ser detectadas. A pessoa com deficiência intelectual sofre um tipo de exclusão tão intensamente desagregadora, que acaba por se enquadrar ainda hoje às margens de uma real inclusão social.

Projetos socioculturais direcionados a estas pessoas como os que são desenvolvidos pelo Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural e por algumas poucas outras instituições pelo Brasil são de extrema importância para a inclusão social destes indivíduos. E as políticas públicas que posicionam-se de forma a incentivar o apoio a estas ações são

imprescindíveis para a continuidade e realização de novas propostas voltadas às pessoas com deficiência intelectual.

Referências Bibliográficas

AMERICAN ASSOCIATION ON MENTAL RETARDATION. 9a. Edição. **Mental retardation: definition, classification and systems of support.** USA. 1992.

AYUB, Paula. **Sobre as cores dos Botos: da desigualdade social à diversidade cultural.** In Nova Perspectiva Sistêmica: Uma Parceria Multidiversa, Noons e Famíliae. Distribuição dirigida, ano XVII, pag. 35 a 45. 2009.

RESENDE, Ana Paula Crosara de; VITAL, Flávia Maria de Paiva (orgs.). **A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – Versão Comentada.** Brasília Corde, 2008

O que é Taekwondo? Portal APTERJ. Rio de Janeiro, 22/08/2010. Disponível em: <http://www.apterj.com.br/taekwondo.php?categoria=o_que_e_tkd>

Você sabe o que é Síndrome de Down? Centro de Informações e Pesquisa da Síndrome de Down. São Paulo: PROJETO DOWN. 1994

Utilização de dados referente à pesquisa das práticas desportivas desenvolvidas pelo Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural realizada pelo Instituto Focus em 2010.

Foram analisados e utilizados como referência relatórios descritos pela equipe de psicólogos e pela coordenadoria do esporte do Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural no período de um ano de realização do projeto.

PROGRAMA MOVIMENTEAÇÃO – EU FAÇO PARTE!

Sandra Casseri Rindeika
Eliana Della Libera
Ana Paula Peron
Maria da Graça Paco Barbieri

Resumo: O Programa MovimenteAção – Eu faço parte! é um programa destinado principalmente às mulheres, a partir de 17 anos, e oferece práticas corporais diversificadas, ginástica, hidroginástica, natação, dança e ritmo. Oportuniza aos munícipes de São Bernardo do Campo um momento de reflexão e informação fortalecendo a integração, o protagonismo, auto-estima, participação e inserção social, levando-os a interferir de forma positiva na realidade em que vive. O programa atendeu no ano de 2009 e em 2010 aproximadamente 5.000 munícipes em 23 centros esportivos nas diferentes regiões da cidade. Entendemos que o papel da Secretaria de Esportes e Lazer é de garantir o acesso ao esporte e ao lazer e as práticas da cultura corporal, sendo fomentador de ações que visam contribuir para a liberdade, a autonomia e desenvolvimento de uma sociedade, aceitando como seu fundamento a diversidade e a diferença, possibilitando escolhas a partir da consciência, incrementando a capacidade de criar e escolher uma forma de viver capaz de fazer possível a vida digna para todos.

Introdução

Objetivos

- Proporcionar diferentes práticas corporais, momentos de reflexão e informação, visando à construção da cidadania e a contribuição para a qualidade de vida das pessoas.
- Mobilizar as mulheres desta cidade a serem protagonistas de escolhas a partir da consciência, da responsabilidade, do comprometimento e da ação.

Justificativa

São Bernardo do Campo é uma cidade marcada pelas desigualdades sociais como a maioria das cidades de nosso país. As situações de pobreza, vulnerabilidade social e violência devem ser preocupação de todos e principalmente do poder público.

A Secretaria de Esportes e Lazer precisa estar engajada no desafio de contribuir para a mudança desse quadro social, pois por muito tempo esta área se preocupava apenas com seu objeto de trabalho no sentido estrito, ou seja, o esporte e atividade física descontextualizada. Até 2008 era este o foco de trabalho desta secretaria.

A nova questão a que se propõe a Secretaria de Esportes e Lazer do Município de São Bernardo do Campo é definitivamente ampliar as possibilidades da atividade física e a partir dela compreender a integridade do ser, formando indivíduos com maior nível de criticidade a respeito de si mesmo e de sua relação com o mundo, e principalmente indivíduos ativos.

Entendemos que o primeiro passo é entender a própria existência como algo que me pertence, ao contrário de entender-me como alguém a ser servido, ampliar meu olhar para alguém modifica a própria vida, tornando-nos seres protagonistas da nossa própria história.

Historicamente, somos um povo acostumado a esperar do “outro” que nos supra as necessidades. Raymundo Faoro, em seu livro “Os Donos do Poder”, escreveu sobre a monarquia brasileira: “Essa monarquia, acostumando o povo a servir, habituando-o a inércia de quem espera tudo de cima, obliterou o sentimento instintivo de liberdade, quebrou a energia das vontades, adormeceu a iniciativa. (...) Tudo é tarefa do governo, tutelando os indivíduos, eternamente menores, incapazes ou provocadores de catástrofes, se entregues a si mesmos”.

Além disso, grande número de famílias são lideradas por mulheres, que cada vez mais tem mostrado sua força. Conhecendo o valor multiplicado do papel da mulher como mãe, como esposa e como chefe de família, torna-se bastante evidente a importância de ter investimento público para desenvolvimento da prática de atividades físicas conscientes, inteligentes e abrangentes. Não somente com o objetivo de ser protagonista de sua própria atividade física, como também como agente motivador e incentivador para sua família.

A estruturação do programa valorizando os momentos de reflexão contribuirá para uma maior consciência na prática da atividade física e é uma possibilidade de transformar o nível de aderência das pessoas favorecidas por este programa.

O sonho de aderência as atividades corporais não passa somente por questões físicas, ao contrário, questões emocionais, sociais, religiosas, intelectuais, são extremamente influenciadoras de nossas decisões.

Questões que permeiam valores e princípios, ou mesmo, crenças podem contribuir para o baixo nível de aderência em atividades corporais. Estimular as pessoas a adotarem um estilo de vida mais saudável elegendo a atividade física como uma conduta importante e crucial do ponto de vista da qualidade de vida, trabalhando proativamente pela conquista do bem estar físico, psicológico e social.

Deste ponto de vista, desejamos mobilizar as mulheres a serem protagonistas de escolhas a partir da consciência, da responsabilidade, do comprometimento e da ação, e assim sendo, promover, além da oportunidade do desenvolvimento Integral, a oportunidade de serem Agentes Ativas de mudanças significativas em suas ações de cidadania – Assim nasce o MovimentoAção – sugerindo em sua premissa básica que corpo, pensamento, emoção devem agir juntos por um desenvolvimento completo.

Citando Chopra: A capacidade de adaptação pode ser definida simplesmente como liberdade para pensar ou agir sem condicionamentos. Permanecer aberto as mudanças, aceitar o novo e dar as boas vindas ao desconhecido é uma escolha que envolve talentos pessoais definidos; pois deixar por conta da inércia, a mente tende a reforçar seus velhos hábitos e cada vez se deixar prender mais e mais pelos condicionamentos (Chopra, 1993).

Desejamos mobilizar estas mulheres para fazerem diferença no dialogo com a municipalidade. Para mobilizar concordamos com Toro que um processo de mobilização passa por dois momentos. O primeiro é o despertar do desejo e da consciência da necessidade de um atitude ou mudança e o segundo é a transformação desse desejo em disposição para a ação e na própria ação.

Fundamentos

Os fundamentos do Programa MovimentoAção foram construídos a partir da articulação de conceitos e teorias de diferentes da área do conhecimento, do esporte, do lazer e da atividade física, bem como, das áreas da filosofia, sociologia, antropologia e direitos sociais.

3.1 Princípios que norteiam o Programa MovimentoAção

- **Autonomia:** Capacidade de conduzir e tomar decisões por si próprio, levando em conta regras, valores, sua perspectiva pessoal, bem como, a perspectiva do outro.
- **Protagonismo:** Possibilidade de gerenciar suas escolhas, sua própria vida e tomadas de decisão;
- **Diversificação:** Busca-se legitimar e ampliar as diversas possibilidades de aprendizagem que se estabelecem com a consideração das dimensões afetivas, cognitivas, motoras e sócio-culturais. Favorecer a troca de repertórios e procedimentos de resolução de problemas corporais;
- **Diversidade:** Considerar na concepção do projeto as diferentes questões afetas aos corpos, aos gêneros, as raças/ etnias e a sexualidade;
- **Inclusão Social:** Inclusão do aluno na cultura corporal do movimento, por meio da participação e reflexão concreta e efetiva, buscando não privilegiar os mais habilidosos.
- **Reflexão:** Importância do fazer e compreender, garantindo-se na prática a maior diversidade possível de solicitações e experiências refletindo sobre suas ações, exercendo procedimentos de avaliação, comparação e verbalização;

Desenvolvimento

O programa parte de uma metodologia participativa onde os profissionais envolvidos, todos da área da educação física, constroem as ações de forma coletiva e em reuniões pedagógicas semanais e com um programa de formação continuada.

Acreditamos que só conseguimos atingir nossos objetivos, se investirmos nas pessoas, em seu desenvolvimento humano (pessoal e profissional), sensibilizando para as mudanças, revendo conceitos e construindo nossas propostas de ação.

Outro pressuposto da metodologia é a intersetorialidade que ocorre através das discussões de temas, no trabalho de matricialidade com outras secretarias e na articulação entre as diferentes ações e projetos da própria Secretaria de Esportes e Lazer.

O programa é desenvolvido através de encontros regulares e de atividades extra-aula, com média de 60 alunos por turma.

1. Atividades Regulares

1.1 As Aulas

As aulas são ministradas 2 (duas) vezes por semana com duração de 80 minutos, e conteúdos das aulas são compostos de uma parte prática relacionada à atividade física e uma parte de reflexão e informação.

Por meio de práticas corporais diversificadas desenvolvemos e aprimoramos capacidades físicas, habilidades motoras, atividades rítmicas e expressivas (dança, exercícios de resistência muscular localizada, caminhadas e corridas, hidroginástica, natação, entre outros).

Através de textos, dinâmicas, oficinas, palestras oportunizamos momentos de reflexão fortalecendo o autoconhecimento, a integração, auto-estima, participação e inserção social (sentimento de pertencer a um grupo – “Eu faço parte!”).

1.2 Oficinas

Oferecemos diariamente atividades abertas com oficinas diárias de alongamento, dança circular, dança vôlei adaptado e vôlei feminino, ministrado por professores do quadro de funcionários, além de oficinas específicas com outros profissionais como: ritmo e dança circular.

- Oficina ‘Mulheres em Foco, numa frequência de mundo!’: Uma intervenção artística, pedagógica e audiovisual, através de oficinas e dinâmicas que disponibilizam para as mulheres momentos de reflexão, indagação e pensamentos sobre nossas políticas e para que revejam o papel da mulher em seu meio familiar, de trabalho e na sua cidade realizada em todos os centros esportivos e com finalização no encontro MovimenteAção com todas as alunas.
- Oficinas de dança circular: Mulheres de todas as culturas, onde através de músicas regionais e folclóricas de diversos povos do planeta, podemos entrar em contato com a alma de cada povo utilizando a sua mais livre expressão – a música. As oficinas foram realizadas em todos os centros esportivos.

2. As Atividades Extra-Aula

Estas atividades visam estimular a participação dos alunos além do horário regular, buscando ampliar o tempo destinado a prática das atividades corporais significando também mais tempo para cuidar de si mesmo. Um tempo para estarem com outras mulheres iguais a ela de outros locais, para fortalecer o sentimento de grupo além de dar fechamento às ações desenvolvidas pelo programa durante o ano. É conagração, é tornar visível quem somos, e para que estamos aqui.

- Participação na Caminhada do Mês da Mulher;
- Aulas abertas de dança com diferentes ritmos;
- Encontro do Movimento Ação – caminhada, dança do ventre, yoga;
- Participação em atividades e eventos do calendário da Secretaria de Esportes (8ª Meia Maratona da cidade de São Bernardo do Campo e Corrida e caminhada participativa na prática de 5 km);
- Bailes temáticos – gala, tropical;
- Festa Junina – apresentação de danças nos centros esportivos: country, axé, forró, dança circular e quadrilha;
- Palestras sobre qualidade de vida, nutrição e envelhecimento.

Resultados

Este trabalho apresentou resultados significativos, principalmente no aspecto qualitativo em função de vários fatores. O primeiro fator de relevância foi o aumento no tempo de aula, que propiciou maior contato entre o professor-aluno, entre os alunos e estimulou uma maior participação dos mesmos em várias atividades desenvolvidas pela Secretaria.

Outro facilitador para implementação do Programa foi a isenção de taxas, pois anteriormente cobrava-se pela inscrição o que acabava por excluir as camadas mais pobres da população e a ampliação do Programa para regiões historicamente marginalizadas em termos de estruturas de esporte e lazer. Com a isenção oportunizamos o acesso e permanência a atividades esportivas e práticas corporais a todos os munícipes.

Acreditamos também que a diversificação das atividades oferecidas à comunidade foi também de primordial importância, pois acabou

sendo um incentivo à permanência nas atividades regulares e dos alunos inscritos, 80% dos alunos continuam freqüentando as aulas.

O resultado das oficinas também superou as expectativas em alguns locais, entretanto em outros locais não tivemos tanto sucesso e precisamos então, reavaliar as causas. Constatamos também que além dos alunos regulares o Programa acabou bom envolver outros membros da comunidade nas atividades.

As atividades extra aula passaram a fazer parte da vida dessas mulheres e a cada novo evento era maior o número de participantes contabilizados, finalizando o último encontro de 2010 com 1.000 participantes no encontro.

Com relação aos indicadores para avaliarmos os resultados, constatamos que os mesmos estavam sendo verificados, mas de forma subjetiva e iniciamos então a construção de indicadores mais objetivos, entretanto esses não são estanques, estão em permanente reconstrução.

Para finalizar acrescentamos um depoimento de uma das gestoras do programa:

“É possível observar que durante os momentos experienciados pelas alunas, tanto em aulas regulares, como nas atividades complementares, o mais importante é que elas vivenciam *um momento só delas*, onde não precisam cuidar de mais ninguém, cuidar de mais nada, onde elas são as protagonistas, onde fazem sua *própria história* e são responsáveis por ela”.

Conclusão

O esporte e a atividade física em seu processo histórico sempre estiveram associados à idéia de seletividade e performance. Os mais habilidosos, os mais aptos teriam possibilidades e sucesso privilegiados. A noção de eficiência à integridade física e funcional do corpo. Corpos belos, ‘sarados’, perfeitos, esculturais. Onde ficam os outros corpos? Onde está o meu corpo que carrega e constrói a minha história e da mesma forma por ela é construído? Corpo afetivo... Um corpo social.

Nosso corpo é a matriz de nossa identidade de nosso existir. Encontrar-se com esse corpo e com outros corpos nas relações sociais são formas de um processo de inclusão através das atividades físicas

considerando a possibilidade de cada um e propondo a ampliação de suas possibilidades de movimentos desses corpos.

Corpos que se movimentam que se percebem que são percebidos. Mentes que se movimentam e que refletem. Corpos que se comunicam através de gestos e de ações. O corpo fala de cada um, de nós.

O programa MovimentoAção parte da premissa de que todos tem direito a prática corporal, para isso, buscamos enxergar esses corpos com novos olhares e cheio de possibilidades de expressão. Oferecemos práticas corporais diversificadas aonde cada um de acordo com seus interesses e habilidades possam usufruir desses conteúdos.

Temos dado ênfase nas ações coletivas, de grupo fortalecendo o sentimento de pertencimento, de estarmos juntos na longa estrada, da força que se amplia nos momentos que juntos podemos construir novas possibilidades para nós e para todos.

O sentimento de esperança se fortalece e as intenções podem ser concretizadas e transformadas em ações.

Ao falarmos que esse programa possibilita a inclusão social, partimos da concepção que este é um programa social visto que nasce da necessidade de mudar realidades que afetam as condições de vida e desenvolvimento das pessoas. Partimos de uma concepção de que o homem deve construir ativamente a sua história, uma vez que é resultado do meio e das relações. Nossos comportamentos são guiados pelo que vivenciamos no contexto em que vivemos. Partimos de ações que podem trazer novas oportunidades e possibilidades para todas a partir da prática corporal.

Nosso papel, enquanto profissionais do serviço público dentro desse programa é de agente social, - indo além de professor da educação física ou do esporte - é de contribuir na formação das pessoas, em auxiliar na construção da criticidade e da cidadania.

O programa MovimentoAção abre as possibilidades de acesso aos munícipes desta cidade acreditando que nosso trabalho possa ser fundamental para contribuir para a qualidade de vida, para a construção da cidadania e para a construção de uma cidade melhor para se viver. Uma cidade que seja acolhedora, inclusiva e menos desigual.

Citando Paulo Freire, pedagogia da autonomia: *“Por isso cruzar os braços fatalistamente diante da miséria esvaziando desta maneira minha responsa-*

bilidade no discurso cínico e 'morno', que fala da impossibilidade de mudar por que é realidade é mesmo assim. O discurso da acomodação ou de sua defesa, o discurso da exaltação, do silêncio imposto de que resulta a imobilidade dos silenciado, o discurso do elogio da adaptação tornada como fado ou sina é um discurso negador da humanização de cuja responsabilidade não podemos nos eximir" (FREIRE, 1996, pg. 76)

Ainda temos muitos desafios pela frente para que esse programa atinja os objetivos desejados, principalmente no trabalho com os profissionais que atuam no programa e que necessitam mudar o seu olhar, rever seus conceitos e sua prática pedagógica.

Outro desafio é sensibilizar os participantes para aderirem este novo 'jeito' de atividade física que aponta prática corporal contextualizada, consciente, ativa, e cidadã.

Além disso, precisamos buscar que esse programa se consolide como política pública dentro da Secretaria de Esportes e Lazer e possa ter continuidade mesmo com as mudanças políticas em diferentes administrações.

"CADA UM DE NÓS COMPÕE A SUA HISTÓRIA E CADA SER EM SI CARREGA O DOM DE SER CAPAZ E SER FELIZ..."

(Tocando em frente -Almir Satter)

Referências Bibliográficas

BRUNTTTS, Heloisa. **Corpo parceiro, corpo adversário**. Campinas, Papirus, 1993.t

DAOLIO, Jocimar. **Da cultura do corpo**. 7ª Ed. Campinas, Papirus, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da cutonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

TORO, José Bernardo e WERNECK, Nisia Maria Duarte, **Mobilização Social: um modo de construir democracia e a participação**. Brasília/Brasil: Unicef, 1996.

NATTAS, M. V. **Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida:**

Conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo. 3ª Ed. Ver e Atual. Londrina: Midiograf, 2003.

Proposta pedagógica da secretaria de esportes de São Bernardo do Campo, 2000.

REGO R. A., BERNARDO F. A. N, RODRIGUEZ S. R. Etal. Fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis: inquérito domiciliar no município de São Paulo. Brasil. **Revista Saúde Pública.** 1990. 24:227-285.

OS "VALORES" NA INICIAÇÃO ESPORTIVA: o papel do treinador/monitor no Projeto Segundo Tempo em Piraju

Patrícia Vieira Lima Oliveira

Resumo: Considerando o esporte como um fenômeno sócio cultural em destaque no cenário mundial contemporâneo, verifica-se a procura de sua prática por diversos seguimentos da sociedade, dentre os quais destacamos as crianças e adolescentes. A partir do relato apresentado considera-se a figura do treinador/monitor como fator predominante para o desenvolvimento e envolvimento efetivo no trabalho com crianças e adolescentes no Programa Segundo Tempo. Neste mesmo enfoque tratamos do papel desta figura (treinador/monitor) nas relações de valores, valores morais na iniciação esportiva e os procedimentos pedagógicos que possam trazer qualidade às aulas, mantendo foco no processo de ensino, vivência e aprendizagem de qualquer modalidade potencializando a formação integral do indivíduo. Observa-se, portanto, que através da conscientização do profissional, no seu desenvolvimento e aprimoramento para qualidade de suas aulas bem como a orientação dos envolvidos nos Projetos Sócio Esportivo e Educacional nos levou ao crescimento pessoal, onde o que realmente importa é aquilo que fazemos com amor e da área que realmente gostamos, fomentando na prática esportiva a batalha pela melhoria de vida, melhoria de caráter próprio do ser humano. Nossa missão é sempre formar.

Palavras chaves: valores; iniciação esportiva; treinador/monitor.

Introdução

Desde os primeiros passos de minha vida a atividade física fez parte de meu crescimento e desenvolvimento esportivo, levando-me ao nível competitivo e profissional. Em curto espaço de tempo aprendi muito sobre a dedicação e a importância do exercício físico, na melhoria de minhas atitudes, na interação social e na formação como pessoa considerando, portanto, a Educação Física e Esportes como fonte inesgotável de realizações. Abdi quei de alguns sonhos para eu outros

pudessem ser realizados nos estudos; Ingressei ao Curso de Bacharel em Esportes na Universidade Estadual de Londrina, pois eu sabia o que realmente queria, mas nem sempre as oportunidades acadêmicas e o mercado de trabalho me favoreceram ou foram bem acessíveis.

Descrever sobre minha formação desde a iniciação esportiva aponta às influências de meus professores em toda minha carreira esportiva, universitária e formativa. A afetividade, convivência, empatia, obediência, determinação e objetivos comuns só nos ajudaram simultaneamente (atleta-treinador/ eu-professor) a ultrapassar tantas barreiras, transformadas em metas. Hoje, acredito que todo o profissional especificadamente da área de Educação Física tenha a consciência e noção do nosso papel na formação integral de um futuro cidadão.

Com a passagem pela Universidade e a toda a experiência acadêmica, minha luta para a continuação de meus estudos e minha estabilidade financeira é contínua, fazendo parte da porcentagem de milhões de brasileiros: a sobrevivência, por isso a batalha eram de três a quatro empregos entre Academia de Musculação, Programa Escola da Família, Projetos Sociais como o Segundo Tempo e Personal Training, o que me impulsionava a aproveitar melhor a “escola da vida”, o que fortalecia-me para estudar, buscando e melhorando a cada dia, a cada obstáculo e a cada circunstância.

Neste presente relato apresento a experiência referente aos valores e o papel considerável do treinador/monitor no Programa Segundo Tempo que idealiza a socialização e a formação de indivíduos através do envolvimento com o esporte, ressaltando o trabalho e as dificuldades interpessoais tanto para os profissionais quanto para as crianças, jovens e adolescentes carentes de toda sua específica formação. Assim, discutindo a importância do desenvolvimento de valores nesse período de iniciação esportiva e quais valores permeiam a proposta do Programa Segundo Tempo e o compromisso (papel formador) dos profissionais envolvidos nas atividades. Isso a cada encontro com as crianças e jovens, a cada desafio proposto e aplicação de uma atividade as respostas e comportamentos são diferentes, simultâneos, baseados no convívio e estilo de vida de cada um. Com o esporte, tentávamos nos equilibrar ou quebrar todas as desigualdades caminhando juntos na tentativa da interação social.

Desenvolvimento

O crescimento e o desenvolvimento das atividades físicas têm aumentado significativamente dentro do contexto esportivo abrangendo toda a população principalmente crianças. Inúmeros estudos têm mostrado o aumento de crianças envolvidas com o esporte (CRUZ, 1997) sendo também veículo transformador das políticas públicas governamentais.

Verifica-se ainda que as crianças iniciem cada vez mais cedo à prática de alguma modalidade esportiva. Segundo DE OLIVEIRA (1993), em algumas modalidades olímpicas já se observa a presença de crianças de doze anos de idade participando de eventos internacionais. Isto pode ser explicado por fatores como trabalho intensificado da mídia esportiva que relaciona a prática de um esporte ou atividade física com o bem estar, saúde, melhor qualidade de vida, desenvolvimento de habilidades, desenvolvimento corporal e fisiológico e a integração social (BECKER, 2000). Além desses fatores, outros devem ser considerados como a identificação dos ídolos, torcida, gosto pelo esporte, a influência dos pais e às circunstâncias como, por exemplo, ser filho do treinador ou morar próximo a um centro esportivo (CRATTY, 1984).

Na iniciação esportiva aponta-se considerável relevância ao gosto pela atividade realizada. Uma vez obtido o gosto pelo exercício (prazer) é só aproveitar dos benefícios que essa prática traz no decorrer de nossas vidas, e esses benefícios vão além do desenvolvimento físico e fisiológico. As crianças aprendem a conviver em grupo, a dividir as coisas, enfim um sentimento social de lealdade à equipe (DE OLIVEIRA, 2000), entre outros valores que poderão ser apresentados.

Segundo VILANI (2004), dentre as diversas variáveis que visam o aumento das habilidades na aprendizagem esportiva, o desenvolvimento de um clima agradável de respeito mútuo e de confiança no ambiente de treinamento constitui um pré-requisito fundamental para propiciar o crescimento das potencialidades dos futuros atletas sejam técnicas, físicas, táticas ou psicológicas.

Dentro do contexto acima podemos conceituar os valores morais no desenvolvimento das crianças em sua iniciação esportiva. Segundo De Luca (2007) o valor moral reside no próprio homem. As coisas que nos rodeiam são percebidas em função do valor que o homem

lhes atribui. Assim sendo, a Educação seria o veículo capaz de fazer brotar no Homem, sua capacidade de valoração. O professor seria apenas o orientador dos princípios que o aluno adotaria como seus valores morais, de acordo com seu sentir.

Para nós, educadores a perspectiva da prática esportiva é um processo em longo prazo que deve combater ao imediatismo e o consumismo, se quiser contribuir para a transformação de uma sociedade. A iniciação esportiva educacional para ser transformadora e libertadora precisa construir entre educadores e educandos uma consciência integral. Essa consciência aponta questões que norteiam o desenvolvimento de valores morais na iniciação esportiva bem como sua pedagogia durante projetos e políticas públicas de atividades físicas regulares na sociedade. Deste modo, ressaltamos se é possível desenvolver ações que apresentem os valores do ser humano e se a prática do profissional e/ou monitor esportivo tem definido com clareza seus objetivos, sua metodologia; bem como se as divergências entre o esporte escolar e o esporte de rendimento. O esporte deve ser trabalhado respeitando-se primordialmente de acordo com as perspectivas bem como sua realidade do grupo e de cada aluno.

O esporte apresenta-se como prática de cunho social formativo e informativo, onde a escola é o melhor local para se oferecer a possibilidade de vivência e ampliação de práticas esportivas da população em idade escolar (7 a 14 anos). Segundo CAPITANIO (2006), o esporte pode tornar-se um excelente meio que através de uma abordagem educativa pode contribuir para formação integral e crítica do ser humano indo muito além da fundamentação esportiva técnica e tática priorizando outros aspectos ou valores como cooperação, participação, solidariedade, criatividade, entre outros.

Portanto, é de suma importância considerar os valores cultivados na iniciação esportiva e a influência dos profissionais do Programa Segundo Tempo para o desenvolvimento dos mesmos serão apresentados e discutidos como forma de reflexão sobre nossa prática. Avaliamos a complexidade do desenvolvimento esportivo e o quanto é necessário uma boa formação dos envolvidos (coordenadores / professores / monitores) para que as crianças, jovens e adolescentes do Programa Segundo Tempo desde seu início sejam orientados em benefício pró-

prio, bem como em relação ao convívio com o outro, satisfazendo suas necessidades, promovendo sua realização pessoal sua formação como ser humano e cidadão.

O município da Estância Turística de Piraju localiza-se na região sudoeste do Estado de São Paulo, às margens do rio Paranapanema, caracterizado pela grande extensão de áreas verdes e exuberantes paisagens. Economicamente nossa cidade progride nas áreas cafeicultoras sendo o turismo ponto chave para o desenvolvimento da cidade, oferecendo inúmeros pontos turísticos e diversas opções de lazer e comodidade. Esportivamente as Escolinhas de Treinamento de várias modalidades tiveram seu crescimento em várias competições durante o ano. Contamos como infra-estrutura esportiva acessível, com Ginásios Poliesportivos, Estádio e Campo Municipais bem como às margens do Rio Paranapanema que corta a cidade, onde os esportes náuticos são praticados, como o remo, a canoagem, a vela, o slalon, onde se destacam internacionalmente.

O público alvo deste relato foram crianças e adolescentes participantes do Programa Segundo Tempo implantado em nosso Município surgindo como a possibilidade de desenvolvimento de atividades esportivas praticadas no contra-turno das aulas de crianças, jovens e adultos entre 7 a 18 anos de idade, sendo considerado como uma proposta política pedagógica, e também um instrumento de transformação. Tais transformações têm por objetivos a causa comum, a participação efetiva, o referencial conjunto, a autonomia e formação dos participantes, colaborando enfim, a uma cultura corporal, promoção da saúde, educação e diminuição da exclusão social. São estes instrumentos de valoração a serem aperfeiçoados pelos monitores/professores e envolvidos com o projeto.

Como metodologia, as crianças foram antecipadamente cadastradas em seus respectivos núcleos e para as mesmas oferecidas modalidades esportivas e recreativas na comunidade, direcionando da prática esportiva, propondo o direcionamento da prática de uma atividade física regular e na prática da educação para valores como o respeito recípro e a socialização entre todos os participantes.

Todas as atividades e eventos realizados foram determinados por toda a equipe envolvida do Projeto Segundo Tempo. O I Encon-

tro de Núcleos do Projeto Segundo Tempo é um exemplo de total socialização onde todos os núcleos se encontraram para um desfile do Rei e Rainha, Príncipe e Princesa do Projeto e também uma mostra de desenhos das crianças. Toda a preparação das crianças para os desenhos e para o desfile foi organizada por todos os coordenadores dos Núcleos. Para que houvesse uma democracia, fizemos uma eleição para que apenas duas fossem nossas representantes. O respeito pela escolha e a forte torcida apresentaram-se a mim como uma equipe coesa, estimulada pela vontade de participar com integração positiva e saudável.

Na construção do Projeto Segundo Tempo ressalta-se a importância da figura do treinador/monitor no qual determina o bom crescimento dos envolvidos com o projeto. A iniciação esportiva é a fase “formadora” da criança e o treinador tem papel fundamental e determinante, orientando a disciplina não somente para o esporte, mas sim para o reconhecimento de valores morais como a capacidade de liderança, competitividade, cooperação, solidariedade, auto-realização, honestidade, autoconfiança, etc. Além desses os valores como o conhecimento mútuo (socialização/integração), aprendizagem motora e fundamentação esportiva específica neste Projeto têm grande importância quando se torna aliado ao carisma do responsável (monitor/coordenador) por ministrar as lições que serão levadas para toda a vida das crianças. Carinho, atenção, disciplina e muita conversa são indispensáveis como ferramentas de um bom monitor que abre caminhos de um mundo novo, para crianças com sonhos de exercer dignamente sua cidadania.

Considerando-me uma professora brincalhona, porém, séria e exigente, gosto muito que as crianças se apresentem felizes com meu trabalho. Antes do término deste projeto não me limitei a somente dar minhas aulas como também vivenciar a realidade de muitos dos meus alunos. Um aluno que há dois anos atrás tinha problemas disciplinares tanto nas aulas regulares como nos projetos sociais nos quais era expulso foi resgatado pelo Projeto Segundo Tempo e também muito mais íntimo dos professores e envolvidos com sua estória de vida e luta pela sobrevivência. Respeitando os limites de meu trabalho juntamente com outra professora unimos forças para que este menino pudesse ter mais oportunidades no esporte e na vida. Ele demonstrou muitas melhoras no que se refere sua disciplina e sua formação social. Levei-o para uma

cidade vizinha para fazer seu registro geral (RG) oportunizando-o nas Olimpíadas Escolares da cidade. Nada retribui o olhar marcante e o sorriso de ter uma identidade, mesmo com tanta vergonha de receber dinheiro para fotos e o socorro de uma professora. Seu dia parecia tão real e tão feliz, passeando pelas ruas, comprando meias e bermudas, comendo no Mac Donald's e rindo a toa mergulhada pela contemplação do novo. Segundo Fernandes ET all, 2010, a implementação e desenvolvimento de programas desportivos para jovens, são habitualmente baseados no pressuposto, que a prática desportiva é um fator importante na educação dos praticantes e que a educação dos valores não é ainda considerada como fundamental na disciplina de Educação Física, mas perceptível e incutida no trabalho de cada profissional referente ao nosso trabalho, concepção e tratamento dado ao esporte tratado como fenômeno sócio cultural de caráter educativo. Utilizando também procedimentos pedagógicos supracitados que garantem um ambiente agradável, tornando possível a qualquer indivíduo o aprendizado, mesmo que seja ele um futuro atleta, admirador ou praticante contínuo da modalidade.

Assim, creio que, nós profissionais e os futuros profissionais (monitores), devemos apresentar o desporto aos participantes e fazer com que amem, sobretudo a prática de atividades físicas e a si próprios sempre de olho no futuro, isso nos estimula, nos dá resultados tão rápidos de reciprocidade e amizade. São crianças lindas que acreditam sempre em melhorar. E aí eu penso o quanto sou importante para seu crescimento pessoal, me fortalecendo para que minha luta nunca seja em vão. Fomentar esporte e formar cidadãos.

Referências Bibliográficas

BECKER JR., **Manual de psicologia do esporte e exercício**. Porto Alegre: Editora Novaprova. 2000, p. 399.

BLACK, S.J. ; WEISS, M.R. The relationship among perceived coaching behaviors perceptions ability and motivation in competitive age groups swimming. **Journal of sport & exercise psychology**, 14(3), 1992, p.309-325.

CAPITANIO, Ana M., **Educação através da prática esportiva: missão impossível?** Universidade de São Paulo: GEPPE/USP (Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia do Esporte) 2006.

CRATTY, J.B. **Psicologia do Esporte**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Prentice-Hall do Brasil. 1984, p.145.

CRUZ, J.F. **Factores motivacionales em el deporte infantil y asesoramiento psicológico a entrenadores y padres**. In: Cruz J.F. (ed), Universidad Autónoma de Barcelona: *Psicología do Deporte*. 1997, p. 1-49.

DE LUCA, Marly M. **Valores Morais e Educação**. Disponível em: < <http://www.olhonofuturo.com.br/pesquisasavancadasemeducação> > 04/2007.

DE OLIVEIRA, A.R. **Aspectos psicossociais da criança atleta nos Estados Unidos**. Revista APEF, v.8, n°15, p.20-25. 1993.

DE OLIVEIRA, A.R. **Os benefícios do esporte para a criança e o adolescente**. Disponível em: < <http://www.olhonofuturo.com.br/capa1htm> > 05/2000.

KORSADAS, P. **Os comportamentos do técnico esportivo e suas resultantes psicossociais no esporte infantil**: eficiência da comunicação. EEFEUSP, Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia do Esporte (GEPE). São Paulo, s/d.

LIMA, P.V. **Comentários do treinador durante competições de categorias menores após aplicação de um programa de orientação**: um estudo de caso. Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção de título de Bacharel em Esportes/ Universidade Estadual de Londrina. UEL – Londrina. Paraná, 2003.

FERNANDES, H.; VASCONCELOS-Raposo, J.; MOREIRA, M.; COSTA, H.; A influência das orientações motivacionais nas atitudes desportivas em aulas de Educação Física. **Motricidade**, v. 3, n. 3: 16-23 s/d.

REGIÃO SUL

CIDADANIAR: uma afirmação de direitos

Janaína Lúcia Feijó

Graduanda em Pedagogia

Universidade Luterana do Brasil (ULBRA).

Resumo: Partindo da premissa de que a Educação é um dos fatores de transformação do ser humano, o projeto de ação dos núcleos do PELC/PRONASCI Gravataí funciona como instrumento de sensibilização pública e de promoção de direitos, sem restrições, havendo assim esclarecimentos, aproximação e conseqüente inclusão dos cidadãos de Gravataí/RS no Território de Paz. Novos sentidos/significados têm sido atribuídos à proposta pedagógica do PELC/PRONASCI Gravataí à medida que se avança na formação do ser humano integral através da educação por princípios, nas atividades esportivas e culturais. De igual forma, com o crescimento das parcerias efetivas, amplia-se a compreensão das mudanças e encaminhamentos necessários para uma cidadania ativa. As atividades do PELC no município são reconhecidas como alternativas concretas na luta pela redução da violência, drogadição e vulnerabilidade social. O PELC possui oficinas com acolhimento às mulheres em medidas protetivas, aos pacientes do CAPS (Centro de Atendimento Psicossocial), às pessoas com deficiência (PCD), bem como assento no Fórum Permanente de Proteção à Mulher Vítima de Agressão e no Fórum Permanente do Esporte, além de realizar, juntamente com a Secretaria Municipal de Segurança Pública, fóruns nos Núcleos do PELC. Esses fóruns são realizados nos Festivais PELC e têm promovido um espetáculo de Democracia e afirmação de direitos. A equipe PELC/PRONASCI Gravataí responde aos desafios que se apresentam com competência (conhecimento, habilidade e iniciativa), pois planeja e age cooperativamente, harmonizando os saberes críticos da Educação Popular com os anseios e sonhos dos educandos, sempre na perspectiva de “cidadaniar”.

O PELC/PRONASCI no Município de Gravataí/RS busca desenvolver de forma eficaz sua função social, através de caminhos práticos que levem a comunidade do Território de Paz a uma postura de respeito e inclusão, desenvolvendo assim equipamentos sociais que reconheçam os adolescentes e jovens como sujeitos de direitos.

Para conciliar estes direitos, busca-se condições que sustentem esta inclusão, colocando o esporte e o lazer como instrumento político, cultural e social para colaborar na redução da violência, drogadição e vulnerabilidade social.

O grande desafio é transpor leis e políticas públicas do papel para a efetividade, de modo que os jovens reconheçam seus direitos e deveres, desenvolvam suas potencialidades e que isso resulte no exercício de uma cidadania ativa, com espaços participativos e comprometidos com a democracia. Provavelmente o fato mais notável do último século, no Brasil, foi ter passado de uma legislação punitiva para uma legislação protetiva, em que a família, sociedade e Estado devem unir esforços para a garantia dos direitos humanos.

Ao realizar pesquisa nos Núcleos (Nova Conquista e Caveira), verificou-se que a grande maioria dos oficinandos é do gênero feminino, sendo estas jovens, de um modo geral, mães. Foi constatada uma *média de três filhos por estudante, entre homens e mulheres, e 60% das jovens mães com cinco filhos cada, todas com histórico de agressão familiar.*

Das adolescentes entre 15 a 18 anos, em média vinte estão grávidas e algumas do 2º filho.

É fato recorrente que muitas mães se vejam obrigadas a deixar seus filhos mais velhos (9 a 10 anos) cuidando das crianças mais novas, sozinhas em casa, configurando-se assim uma situação de abandono.

O público alvo do PELC/PRONASCI apresenta alguns traços marcantes que devem ser considerados:

- Acesso restrito à educação;
- Frágil condição de permanência nos sistemas escolares;
- Gravidez precoce;
- Envolvimento com drogas;

- Moradia na periferia da cidade na rota de prostituição infantil;
- Exclusão da escola e do trabalho;
- Profundos processos de discriminação étnico-racial, de gênero, de localidades, entre outros.
- Especificidades quanto a motivações, comportamentos, modos de vida e, também, em relação ao trabalho, à escola, à saúde, à violência, à questão sexual;
- Trajetórias pessoais bastante diferenciadas entre si, marcadas por experiências de risco.

A condição de opressão social em que se encontram os estudantes de 15 a 24 anos do Território de Paz em Gravataí/RS agravava-se pela agressão à mulher, e pelo fato da maternidade não planejada, transformando-se, assim, em empecílio ao real acesso ao direito à sobrevivência, ao desenvolvimento pessoal e social e também à integridade física, psicológica e moral.

Diante deste quadro e visto que o PROJOVEM Urbano e o PELC/PRONASCI convivem no mesmo espaço físico e com os mesmos diagnósticos de conflitos, torna-se necessário apontamentos da exposição do ambiente inapropriado para uma real inclusão, visto que as mães são obrigadas a levar seus filhos ou deixá-los em situação de abandono. Além disso, a escola não apresentava um local seguro para os mesmos, em função do tráfico de drogas, brigas constantes e presença de alunos armados.

Desta forma o PELC no município de Gravataí/RS apresenta primeiramente uma proposta de educação preventiva e segurança pública através das oficinas nos horários vespertinos que antecedem as aulas. Como não se obteve o resultado esperado em participações, organizou-se um fórum de segurança no núcleo com a participação de todos os estudantes do noturno, coordenações do PELC/PRONASCI, PROJOVEM, SME – Secretaria de Esporte, Recreação e Lazer, SMASP – Secretaria Municipal de Assuntos para Segurança Pública, FUNDARC – Fundação de Arte e Cultura, SMED – Secretaria Municipal de Educação e a Assessora de Políticas Públicas para a mulher.

Após fóruns de discussões e esclarecimentos, como também reuniões das secretarias afins, ficou devidamente acordado que nos períodos de

integração do PROJOVEM Urbano e Plantões todos os alunos participariam e que em outra oficina somente as mães que precisassem levar seus filhos para a escola, para que, conjuntamente à oficina, o agente tratasse temas como Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), dicas de segurança e outros. Ainda foi acordada a confecção de uma agenda para acompanhamento destas mulheres com psicólogas e assistentes sociais através do JUS Mulher (Justiça e Segurança da Mulher). O conselho tutelar também acompanha esta iniciativa ativamente. A SMASP, junto às oficinas do PELC, realiza projeto de aproximação da comunidade e controle social.

Para tanto, se tornou imperativo a formação de uma real EQUIPE PELC/PRONASCI. Saber explicitar as próprias práticas, estabelecendo seu próprio balanço de competências; negociar um projeto comum com os colegas que envolve a todos; construir planejamentos coletivos e integrados, onde se possa discutir, estabelecer acordos conjuntos com a escuta garantida foram medidas essenciais para o convívio do grupo, aspirante à produtividade e cooperativismo.

A formação continuada dos agentes sociais permite que o agente social se aproprie como sujeito, dos conhecimentos que ele mesmo gera, de modo a poder rever sua prática no programa, atribuindo novos significados de contextos da proposta pedagógica do PELC e obtendo maior espaço para compreensão das mudanças implicadas nessa proposta. Assim, nas atividades destinadas à formação continuada, predominam-se momentos de discussão e de encaminhamentos em relação aos problemas e às questões do cotidiano dos núcleos, especialmente quanto à garantia do direito ao acesso de qualidade às políticas públicas de lazer e de esporte, em sua dimensão recreativa, garantindo a inclusão de pessoas com deficiência. Os agentes mostram assim, em seu cotidiano a autoridade de quem conhece bem o conteúdo que se propõe, saberão ser companheiros e companheiras, amigos e amigas de todos os que chegarem em “suas oficinas” através de uma relação humana firme, mas positiva e, ainda, saberão intervir favorecendo a ligação dos temas integradores abordados com a vida concreta, auxiliando seus educandos a viverem a sua cidadania de modo consciente e comprometido, na busca de uma melhor condição de vida.

Buscando a formação do ser humano integral uma das alternativas para redução da violência, drogadição e vulnerabilidade social, é

a educação por princípios a maneira de ensinar e aprender que coloca conceitos e valores no coração de cada educando e o ensina como pensar e aprender. É um método de Educação que libera o potencial do indivíduo, forma caráter, constrói uma erudição baseada em educação para a vida ética e habilita líderes servidores. Estas oficinas são planejadas coletivamente com temas integradores e cabe ao agente social contextualizar o conceito na sua prática cultural ou esportiva. Os conceitos trabalhados juntamente às atividades são: igualdade, vida saudável, paz, respeito, solidariedade, trabalho em equipe e cidadania.

Com estes conceitos pode-se ensinar de forma mais humanizada três instâncias: o pensar, o sentir e o agir. Desta forma faz-se com que os educandos sejam capazes de participar nas atividades em grupo como recurso para fomentar a colaboração e a solidariedade, o respeito da opinião e das diferenças dos outros, a aceitação de normas e regras do grupo, o respeito e a conservação de bens comuns.

A cada conceito, os estudantes desenvolvem temas e apresentam nos festivais, a criação contextualizada do tema às atividades. Por exemplo: no Festival da Igualdade, apresentaram o tema: “Somos todos diferentes, mas com direitos iguais!” As oficinas de trabalhos manuais deram vida a suas obras com um casamento na roça onde a noiva era uma cega e assim apresentaram a acessibilidade, igualdade etc. As oficinas de esportes apresentaram uma linda ginástica rítmica utilizando os STEPS e materiais das aulas. Também organizaram o fórum da Igualdade.

No Festival “A Paz que eu quero ter” foi promovido um verdadeiro espetáculo de democracia por conta da apresentação dos alunos e pelo fórum de Segurança Pública.

A apresentação com o esquete multimídia “Escolhas” retratou o dia a dia desses jovens, em especial o “Pelquinho” (um boneco de 1m de altura, manipulado por um estudante), jovem de 17 anos, morador do Rincão da Madalena e estudante da Educação de Jovens e Adultos (EJA), este personagem é um jovem que possui uma vida cheia de perdas e marcada pela violência, mas que possui um grande questionamento: _ “Qual o caminho da Cidadania? _”.

Neste esquete apresentaram várias possibilidades de escolhas, os da drogadição, do crime, do respeito, da agressão, do amor, da velo-

cidade, do álcool, da amizade, do esporte e lazer, da prostituição e da educação. Tudo isso, sempre voltando na pergunta: Qual o caminho da Cidadania? Encerraram com o HIP_HOP e com dois jovens cantando o RAP do PELC (composto por eles) e que diz numa de suas passagens: “_PELC é Educação, é um caminho para o cidadão! “_”.

Para o fórum foi elaborada uma urna, onde os alunos depositaram suas respostas a seguinte pergunta: O que é preciso para construirmos um ambiente acolhedor e seguro? Para as discussões abertas, participam as representações das secretarias de Segurança, Educação, Esporte e Lazer, PROJÓVEM Urbano, a assessora de Políticas Públicas para a Mulher e a Coordenação PELC/PRONASCI.

É notória e marcante a maturidade das respostas e novos questionamentos à Guarda Municipal, bem como a diretividade e clareza das respostas ou esclarecimentos aos estudantes. O encerramento deste fórum foi realizado com um aluno de 17 anos perguntando: _ “O que faço para ser Guarda Municipal?”.

Com objetivo de estimular a atividade criativa e espontânea dos estudantes do PELC, bem como desenvolver e valorizar seus talentos, as oficinas culturais e esportivas fortaleceram as relações pessoais e integram os indivíduos, facilitando seu entendimento de mundo através de uma proposta social de sensibilização pública e de promoção de direitos.

Com a realização dos fóruns de esporte, cultura e segurança nos núcleos geram-se uma cultural integração da comunidade e de jovens estudantes à Guarda Municipal, bem como uma apropriação de seus direitos e deveres.

No Fórum Permanente de proteção à mulher vítima de agressão, o PELC/PRONASCI Gravataí diante do quadro de pesquisa e realidade local lançou a proposta da oficina de dicas de segurança para mulheres. A proposta foi discutida entre os agentes sociais e agentes de segurança presentes e acordado suas diretrizes.

Nesta oficina, as mulheres aprendem a se defender de possíveis abordagens ou até mesmo tentativas de estupros, bem como cuidar da segurança de seus filhos, além disso, recebem orientações da lei Maria da Penha, ECA e Direitos Humanos.

Com base nos mesmos princípios filosóficos, políticos e pedagógicos que orientam o Programa Nacional de Inclusão de Jovens e o Plano Político Nacional de Esporte e Lazer, no Estatuto da criança e Adolescente (ECA), lei nº. 8.069 e LDB – nº. 9.394/1996, o PELC desenvolve uma proposta de política pública e social que atende às necessidades de esporte recreativo e lazer da população com segurança pública.

Ao considerar a diversidade, as problematizações e os conflitos, o PELC/PRONASCI Gravataí coloca como valor o respeito às diferenças e não o elogio à desigualdade, seja ela de origem sócio-econômica ou cultural. Os oficinandos fazem parte do PELC, pois se sentem aceitos, com apoio dos agentes, colegas e membros da comunidade, independente do talento ou deficiência.

Trabalhar em grupo de maneira cooperativa é sempre uma tarefa difícil, mesmo para educadores convencidos de sua necessidade. Dessa forma, torna-se fundamental as situações de diálogos, pedidos de ajuda, críticas, explicações, pontos de vista etc.

Hoje a equipe do PELC/PRONASCI, Gravataí é reconhecida como realizadora de sonhos, a qual não mede esforços pelo bem comum. São promotores de direitos. São humanos, logo humanizadores! São cidadãos proativos porque conjugam em suas práticas cotidianas o verbo *Cidadania*¹.

Nesta construção de saberes, competências e capacidades por meio de ressignificação de elementos sociais e culturais foi constatada a diminuição da violência, tanto nos núcleos, visto que vários estudantes já não fazem mais oficinas sob efeito de drogas; aumento do número de oficinandos; a enorme procura de profissionais para trabalharem no PELC Gravataí e jovens com perspectivas e sonhos restaurados, quanto à diminuição de ocorrências policiais nestes bairros.

Pode-se vivenciar nos núcleos esportivos e culturais mudanças reais, elevação da auto-estima, abandono de drogas “pesadas”, trabalho em equipe, cooperação, superação de medos e traumas bem como a ressocialização. O PELC/PRONASCI como direito fundante da política pública e social que atende às necessidades de esporte recreativo e lazer da população, apresenta o exercício da cidadania.

O PELC aportou equipamentos sociais que viabilizaram a permanência das alunas tanto nas aulas como nas oficinas, dando suporte necessário aos seus filhos através de parcerias, mantendo-as próximas

de seus filhos, evitando assim situações de abandono e cumprindo os direitos de assistência.

Também foram criados espaços de convivência onde a troca de saberes fortalece a auto-estima, o desejo de conhecer, aprender e interagir.

A educação inclusiva ainda tem um longo caminho a percorrer no Brasil, pois se sabe que o processo de transformação é lento e exige uma ruptura com o modelo que está presente nas práticas pedagógicas vigentes.

Falar em inclusão implica pensar em um espaço onde os estudantes recebam oportunidades educacionais adequadas. Inference-se que não são os materiais que farão o ensino se tornar mais qualificado, mas sim, o uso que o monitor fará deste material na oficina. O uso deste material ou recursos deve servir para resgatar a dialética entre forma e conteúdo. Deste modo o recurso deve ser valorizado como meio para que ocorra a aprendizagem efetiva.

É preciso pensar em espaços na qual todos façam parte, sejam aceitos, recebam apoio dos educadores, colegas e membros da comunidade, independente do talento, deficiência, gênero, origem sócio-econômica ou cultural.

Diante disto a construção das parcerias com as Secretarias Municipais, Brigada Militar, Conselhos, Associações, Fundação de arte e cultura, Assessorias de Políticas Públicas e Programas de Governo como o PROJOVEM, são indispensáveis à inclusão e promoção de direitos inerentes a esta proposta.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade, em parceria com o Programa Nacional de Segurança com Cidadania, assumiram um papel decisivo na vida destes sujeitos do Território de Paz, pois proporcionaram a estes jovens e adolescentes o sentir-se incluso na sociedade. Dá-se então a eminente necessidade de fomentação de uma política pública de esporte e Lazer permanente no município de Gravataí, onde se trabalhe com educação preventiva, saúde e segurança pública.

¹ Neologismo criado por Ednaldo Pereira Filho (Formador PELC/PRONASCI), no módulo de Avaliação desenvolvido em julho/2010.

Referencias Bibliográficas

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente** (1990). Estatuto da criança e do adolescente. São Paulo: Saraiva 2000.

BRASIL. Educação. **Manual do educador: orientações gerais**. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano, 2008.

_____. **Escolarização e socialização (brincadeira) na educação infantil**. Conferência apresentada no IV Simpósio Latino-Americano de Atenção à Criança de 0 a 6 anos e II Simpósio Nacional de Educação Infantil. Brasília, Ministério de Educação, Cultura e Desporto. 28 de novembro de 1996b.

Distância (EAD). IN: **Encuentro Internacional de Educacion Superior - Virtual**

Educa - UNAM México, 2005.

_____. Série: **Diretrizes curriculares e formação de professores** – proposta pedagógica. Salto para o Futuro. Boletim de 3 a 7 de maio de 2004. <http://www.tvebrasil.com.br/salto/>

DISTRITO FEDERAL, Secretaria do Estado de Educação. Programa **igualdade nas diferenças**. Brasília, 2005.

LESPADA, Juan Carlos, **Aprender haciendo**. Los talleres em la escuela. Buenos Aires: Humanitas, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários á prática educativa**. 15ª edição, São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SLAVIN, R. **Student differ: so what?** Educational Researcher. V.22, no. 9, dec/1993. pp.13-14.

UNESCO **Políticas Públicas de/para/com juventudes**, Brasília, Julho de 2004.

VIEIRA, Eliane. **Oficinas de ensino: O que, como e por quê?** – Edição 3 – POA, 2000.

VIEIRA, Eliane. **Grupo oficinas de ensino de matemática-história de um percurso e perspectivas**. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado, PUCRS, 1993.

A EXPERIÊNCIA DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE E LAZER EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA NO PARANÁ: o caso do Feixo⁹⁹

Renato A. Rangel¹⁰⁰

Aluno não regular do programa de mestrado associado em educação física UEM-UEL
Grupo de Pesquisa Corpo, Cultura e Ludicidade - DEF/UEM/CNPq
Wellington da Silva Anacleto¹⁰¹

Graduando em Educação Física (bacharelado) – UEM
Grupo de Pesquisa Corpo, Cultura e Ludicidade - DEF/UEM/CNPq

Resumo: este relato se propõe a apresentar a experiência obtida por meio da inserção em uma comunidade quilombola no interior da Lapa-PR a partir do contato com uma política pública de esporte e lazer, mais especificamente, o Programa Segundo Tempo (PST). O relato compreende o período de outubro de 2008, julho de 2009 e julho de 2010, momento favorável para avaliação da única política pública de esporte e lazer encontrada em comunidades remanescentes de quilombos no Estado. Os dados apontam para a importância desse projeto social e para os problemas de sua operacionalização, que comprometem sua sobrevivência, funcionamento e desenvolvimento como uma política pública inclusiva.

Palavras-chave: Lazer, Políticas Públicas, Programa Segundo Tempo

Introdução

A compreensão da cultura em seu contexto mais amplo necessita de uma reflexão acerca de uma vida passada, presente e futura; da-

⁹⁹ Estudo decorrente de investigações do Grupo de Pesquisa Corpo, Cultura e Ludicidade - DEF/UEM/CNPq junto ao projeto *Políticas públicas de esporte e lazer em comunidades quilombolas no Paraná*, coordenado pela Prof. Dra. Larissa Lara, com financiamento atual da Fundação Araucária e financiamento no período de 2007-2009 da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer/Ministério do Esporte.

¹⁰⁰ Avenida Pedro Taques, 1496 – Maringá-PR, CEP 87030-000, tel: (44)3026-7115 / (44)9974-3028, email: rangel.renato@uol.com.br

¹⁰¹ Rua Pioneiro Quarino Augusto Basseto 269 – Maringá –PR, CEP 87035-370, tel(44) 3263-6643, e-mail: educador.social.wellington@gmail.com

quilo que nos foi imposto no contexto educacional, nos diálogos entre os opostos, construindo uma imagem futura do que hoje entendemos ser mais justo e humano. Para isso nos pautamos no entendimento de cultura tal qual Adam Kuper (2002, p.288) como “uma questão de idéias e valores, uma atitude mental, coletiva; uma forma de expressar como mensagem e portanto simbólica”.

Ao longo da história, a cultura brasileira foi se formando principalmente por um emaranhado de relações com outras culturas, isso se deu mediante as imigrações que vieram para nosso país em diferentes momentos e a influência dos povos indígenas e dos negros trazidos da África. Ribeiro (1995) salienta que no plano étnico cultural houve uma transfiguração dessas culturas e por conseqüência a geração de uma nova etnia que unificou tanto na língua quanto nos costumes, os índios, os negros e os europeus cada qual com sua cultura; o brasileiro surge nesse contexto como construção da união dessas matrizes à medida que elas se desfaziam.

Sendo assim, compreender essa mensagem das diferentes idéias existentes em um país tão influenciado pelo aprendizado de outras culturas numa busca por uma identidade Brasileira torna-se ainda mais eloqüente quando temos uma capacidade cultural bastante distinta.

Compartilhando deste pensamento trazemos à tona esta relação do negro escravo conforme Ribeiro (1995 p. 126),

[...] com suas tradições que se viram obrigados a conviverem com outras culturas impostas, aprendendo uma nova língua, pois nem sempre os negros nos engenhos ou nas minas provinham de uma mesma região na África dificultando sua comunicação já que os dialetos são inúmeros na África [...]

Assim, o negro liberto sucumbiu suas manifestações em detrimento a uma cultura de embranquecimento, fortalecida muitas vezes pela imposição da igreja, pela ação das forças políticas e principalmente pelo subproduto do capitalismo, fazendo com que os anos se passassem e ainda hoje sofressem com o preconceito, com a marginalização, comum ao desenvolvimento e às custas do proletariado.

De alguma forma, as políticas públicas inclusivas procuram suavizar os impactos dessa marginalização culturalmente construída, se

preocupando mais com o próximo, em seus valores, em sua formação e inclusão do que com os esportes relacionando-os a rendimento, competições e ranking internacional, dando ainda estímulos a participação de todos os segmentos da sociedade através de práticas formais e não formais, estruturando recursos à cultura popular local.

Assim, pode-se perceber a mobilização de grupos representantes da sociedade civil e do Estado que discutem e fundamentam suas argumentações, no sentido de regulamentar direitos sociais e formular uma política pública que expresse os interesses e as necessidades de todos os envolvidos (CARVALHO et al, 2002). Essa participação da sociedade civil compõe-se de movimentos e associações que surgem da transformação dos problemas sociais identificados nas esferas privadas e depois devolvidos à esfera pública numa ação. Por isso, fica claro a necessidade de entender essas práticas formais e não formais se é que estas últimas existem nas comunidades remanescentes de quilombos, mais precisamente a comunidade do Feixo-PR, que apresenta uma organização própria, a exemplo dos agrupamentos das famílias em um mesmo terreno com o objetivo de ajuda mútua, porém influenciada por diversas culturas durante sua história. Desse modo, buscamos com esse relato, destacar a realidade da comunidade durante o período da pesquisa no tocante a políticas públicas de esporte e lazer.

Metodologia

As visitas a campo, por suas entrevistas, por cada amanhecer, pelas experiências atreladas a nossa bagagem e por tantos outros fatos marcantes, não são mais do que se sentir no outro incorporado em seu cotidiano descobrindo nossos próprios valores neles. Dessa forma Geertz (1989, p 7) elucida tal acontecimento ao dizer que “nossos dados são realmente nossa própria construção das construções de outras pessoas”.

A partir de leituras anteriores provenientes do grupo de trabalho Clovis Moura, sabíamos que encontraríamos nas comunidades e em especial na comunidade do Feixo, questões de cunho social, educacional e do âmbito da saúde, com um índice de carência altíssimo.

As visitas a campo aconteceram em três momentos diferentes, foram providenciais no sentido de observar ao longo de dois anos, as

trajetórias definidas por ações comunitárias. A primeira visita a comunidade fez um apanhado geral de dados numa perspectiva quantitativa, um panorama local e alguns apontamentos das políticas públicas de esporte e lazer existentes na comunidade.

A segunda visita foi marcada por uma ação junto às crianças e suas práticas de lazer e a 3ª visita por ações junto à comunidade que visava o despertar de sua consciência crítica em relação às políticas públicas de esporte e lazer.

Em cada visita, procuramos ter bem definidos nossos objetivos, que seriam aproximados ao término do estudo proposto. Nas duas primeiras visitas, o caráter informal nas entrevistas, bem como o tirar fotos descompromissadas e se interagir na comunidade foram mais evidenciados; já na última visita, talvez possa transparecer um caráter revolucionário, mas na verdade, o simples reconhecimento de seus direitos, conseqüentemente levava-os a uma situação de reflexão por parte da comunidade. Queríamos sentir o desafio dos preconceitos culturais das classes dominantes, queríamos envolver num mesmo cenário, forças opostas e com isso não tornar uma mais vulnerável que a outra, como foi observada nas primeiras visitas à comunidade. Para tanto, foi necessária uma maior aproximação junto às secretarias e repartições, bem como desse dialogar entre a comunidade e as forças políticas representantes da mesma, que hora se dava na figura de um político, hora se dava com instituições a exemplo da EMATER (instituto paranaense de assistência técnica e extensão rural) que buscam trazer à comunidade programas de benefícios e incentivos.

A comunidade

O Município da Lapa localiza-se a 70 km de Curitiba, fundado em 1731 pelos tropeiros foi palco de um grande conflito armado, entre maragatos e as forças republicanas, conhecida como revolução federalista (O cerco da lapa) em 1894 deixando como heróis General Carneiro e seus bravos companheiros, símbolo de orgulho para a comunidade Lapeana. Em seus 14 bairros, é evidente a tentativa de se preservar a arquitetura típica das casas abastadas, testemunhas desta história que hoje se tornou modo de vida dos Lapeanos que desenvolveram uma estrutura em volta deste contexto que atrai turistas de todo Brasil e

também do exterior. A origem do negro na região ou mesmo de suas participações nas construções, no trabalho escravo e até mesmo na revolução federalista em apoio ao general Carneiro, infelizmente não se tornam evidentes, levando-nos a entender a negação desta cultura e suas possíveis influências no modo de vida dos Lapeanos.

Dita como comunidade do interior da Lapa, o Feixo localiza-se a 18 km do centro; divida por numa rodovia (Rodovia da Maçã) aparentemente uma estrada de chão em condições precárias, o Feixo apresenta grande nº de habitantes e com taxa de natalidade elevada. A comunidade apresenta pequenas, mas numerosas, vilas que recebem nomes mais relacionados às famílias que ocupam aquela determinada vila; são apelidos dados pelos moradores que também se reconhecem dessa forma, talvez uma característica oriunda de costumes dos escravos que o faziam para se identificarem.

Em todas as vilas que compõe a comunidade há uma divisão por cercas para delimitação de espaço e separação das famílias que passaram a se utilizar desta forma, com o objetivo de não perder ainda mais suas terras àqueles que detinham mais posses e cercavam suas terras em espaços cada vez maiores, pressionando os negros a viverem em espaços cada vez menores, tirando deles suas possibilidades de plantio e conseqüentemente de uma vida digna.

Ficamos alojados na Família dos Batistas localizada no Rincão, aliás, o hábito da hospitalidade é comum nessa comunidade, sempre pronta a uma boa prosa, um mate ou café acompanhado de uma deliciosa broa. A Vila dos Batistas, talvez uma das mais antigas e com maior número nº de famílias (9) no mesmo terreno, também serviu de referencial no entendimento das relações dos moradores com o município. Dona Terezinha, a matriarca da família, viúva, aos 70 anos de idade esbanja bom humor e disposição; mãe de 13 filhos, tendo 10 morando no mesmo terreno, vó de 56 netos e 14 bisnetos é referência na comunidade, por realizar benziamentos, simpatias e rezas. De modo geral, as casas são construídas sempre próximas da casa da matriarca, com um forno comunitário a lenha, um pequeno pomar e uma horta individual. Não era incomum os relatos de problemas relacionados a saúde, queixas das promessas em período eleitoral e baixa estima. Poucos relatos foram expressivos estimando uma mudança e uma melhor perspectiva de qualidade de vida.

O modo de vida desta comunidade resume-se em trabalho doméstico, rural no período de colheita, subempregos na Vila de Mariental (comunidade alemã distante 4 km do Feixo) e alguns empregados na Granja ou na indústria de produtos químicos; seus modos de lazer para os adultos estão relacionados principalmente ao que a igreja e seus cultos oferecem como as festas em louvor aos santos da igreja católica, aos bingos beneficentes, as procissões e aos guardamentos (velórios), além das missas e cultos aos sábados e domingos; o esporte praticado é o futebol que até bem pouco tempo atrás possuía um time representativo na liga da Lapa, o Botafogo, mas este esporte é exclusivamente masculino, cabendo as mulheres os serviços domésticos e as novenas. Os jovens também se divertem dançando funk e Vanerão, dois ritmos que predominam na região, sendo essa uma manifestação que objetiva uma maior aproximação com a sociedade. O lúdico se manifesta em qualquer espaço onde haja divertimento como podemos perceber no estudo de HUIZINGA (1990), ao considerar o lúdico como construção cultural que pode ser reconstruída conforme cada contexto social, e neste contexto cabe ressaltar que muitas atividades sócio-culturais, recreativas e esportivas não pertencem a comunidade principalmente por se encontrarem a margem desta sociedade, separados por um pedágio que autoriza a passagem livre apenas aos que possuem um documento de propriedade de terras na Lapa, e apesar do Feixo se localizar na Lapa, alguns poucos moradores possuem esta documentação e o transporte coletivo não corresponde com os horários de lazer para a comunidade, limitando o contato apenas quando das necessidades como: assistência social, hospital, secretarias diversas, bancos e trabalho.

O popular é nessa história o excluído: aqueles que não têm patrimônio ou não conseguem que ele seja reconhecido e conservado: os artesãos que não chegam a serem artistas, a individualizar-se, nem a participar do mercado de bens simbólicos “legítimos”; os espectadores dos meios massivos que ficam de fora das universidades e dos museus, “incapazes” de ler e olhar a alta cultura porque desconhecem a história dos saberes e estilos CANCLINI(2000, p.205).

Segundo MARCELLINO (2001), o lazer é uma manifestação do ócio, é um espaço privilegiado à efervescência do prazer, que atua no campo da subjetividade e favorece modificações importantes, conceitos, significados e representações da realidade vivida

Acompanhando estes pensamentos, a discriminação dos jovens desta comunidade se intensifica na idade escolar por meio da negação das oportunidades vividas por outras crianças e jovens em mesma fase escolar, porém, moradores do centro urbano, a exemplo das visitas ao centro histórico, cinema, teatro, jogos escolares e melhor qualificação dos educadores.

Na comunidade não tem creche, nem centros de educação infantil, o 1º contato com a escola acontece quando do ingresso na escola municipal Arthur Costa e Silva ou na escola municipal rural Martim Afonso de Souza no primeiro nível de ensino, de 1ª a 4ª série, passando para a escola estadual Antônio Lacerda Braga, localizada na vila de Mariental, para cursar de 5ª a 8ª série e também o ensino médio, mas por não ter transporte para quem pretende seguir os estudos cursando uma faculdade, os poucos moradores do Feixo que atingem este nível educacional pertencem às famílias de alguns imigrantes com maior poder aquisitivo.

Atualmente 300 famílias compõem o Feixo, sendo boa parte delas inscritas nos programas sociais do governo como: Bolsa Família, Luz fraterna, vale gás, vale leite, pró-jovem entre outros, que são fundamentais para que estas famílias não atinjam a situação da miséria, porém contribuem em muito para o agravamento de situações que necessitam um maior senso crítico e tomada de decisões. A maioria das famílias possui água encanada e hoje também contam com banheiros cedidos pela prefeitura, porém com falta de estrutura para orientação da construção, utilização e limpeza das fossas, uma vez que o tratamento de esgoto do centro da Lapa, já trabalha em sua capacidade máxima, segundo informações obtidas na Sanepar-Lapa. A escola municipal localizada no feixo, não possui professores qualificados com nível superior. A escassez de mão de obra qualificada neste setor não é exclusiva do Feixo, mas a não participação em eventos que reúnam alunos de diferentes escolas, esta sim, tendo como principal argumento da secretaria de esporte e educação, a falta de interesse da própria comunidade. Um programa de política pública de esporte e lazer foi implantado na comunidade no centro de convivência Vem Ser na escola municipal rural Martim Afonso de Souza, situado na rodovia da maça ao lado da Unidade básica de saúde. Trata-se do Programa Segundo Tempo

do governo federal que tem por objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social. Este programa foi implantado, mas coube à nossa pesquisa entender a relação deste programa com as reais práticas e aspirações da comunidade quilombola, identificando aproximações e distanciamentos com a cultura negra e o resgate da mesma.

As atividades implantadas no Programa Segundo Tempo eram aplicadas diariamente por estagiários, normalmente jovens que cursavam o 2º ou 3º ano do ensino médio, selecionados pelo CIEE (centro de integração empresa escola) no contra turno do horário escolar. As atividades desenvolvidas eram o futebol, voleibol, dança, capoeira, artes e ginástica; mas nenhuma atividade era vinculada com aspectos históricos pertinentes à comunidade quilombola.

O contato mais direto com as crianças possibilitou o reconhecimento da necessidade de práticas esportivas e recreativas elaboradas e aplicadas por profissionais qualificados, onde, por meio desta melhor condução objetivava-se de maneira mais eficaz, a inclusão, a participação coletiva e principalmente a co-relação das atividades com os diferentes aspectos que permeiam a vida de cada criança.

Quando perguntamos às crianças como eram suas práticas de lazer na escola, poucos souberam descrever com entusiasmo ou ainda aproveitar dessas práticas durante as férias. As brincadeiras praticadas por eles eram recorrentes de tradições da comunidade, como brincar com a setra (estilingue), chicotes para estalar, pescar, nadar, soltar pipas, pega-pega e o futebol nos campos improvisados, além de repetirem gestos do trabalho dos adultos como forma de diversão (cortar lenha, ordenhar e lavar louças).

O Programa Segundo Tempo buscava a melhoria do convívio e da integração contribuindo para a diminuição da exposição aos riscos sociais, mas as possíveis falhas que vinham contribuindo para a evasão dos participantes do projeto mereciam uma atenção especial de nossa parte.

As principais dificuldades não estavam atreladas somente a recursos orçamentários, mas aos recursos humanos e administrativos;

acreditamos que por falta de discussões junto a comunidade, priorizando interesses que permeassem a luta por inclusão, das necessidades de uma ação conjunta das secretarias auxiliando na melhoria da qualidade de vida desses participantes e seus familiares. As atividades desenvolvidas foram diminuindo, sendo atribuída como responsável, a questão do transporte até o centro de convivência. Os pais dessas crianças não aceitavam que seus filhos de apenas 7 a 10 anos, fossem deixados na beira da rodovia da maçã, tendo então que as mesmas andarem por quilômetros até suas casas, além de conflitos gerados por atividades mal orientadas a exemplo da capoeira, que permitia o confronto físico das crianças pelas ruas e também na escola. Talvez, se fosse aplicado ao projeto, instrumentos de avaliação, essas respostas seriam evidenciadas e a “vida” deste projeto não seria ameaçada.

Reunimos os moradores, despertamos interesses por jogos, brincadeiras, práticas esportivas e recreativas das crianças aos adultos, mesmo tendo estes últimos mais resistência. O modo de vida dos jovens tem sido motivo de muita preocupação dos pais que reclamam da impossibilidade dos filhos trabalharem na roça com eles, já que não tem nada pra eles fazerem e com isso deixam até mesmo o estudo de lado. Muitos jovens desta comunidade apresentam dificuldades de aprendizagem e sem incentivo, abandonam o estudo, como é o caso de F.B(16anos) que passa a maior parte do tempo sem atividade escolar ou profissional, dedicando-se a criar galos de briga(outra atividade apreciada pelas crianças e jovens). Muitos outros se encontram em situação de risco social (drogas e álcool), além de terem sua vida sexual de forma desorientada contribuindo para o agravamento da situação onde diversos jovens de 13 a 17anos já são pais, que poderiam ser mais bem orientados inclusive por meio do PST, quando executado de acordo com o que é estabelecido para sua implantação. Do mesmo modo que os jovens, muitos adultos se encontram em situação de risco, a grande maioria tem apenas a 4ª série concluída e o alcoolismo é a maior doença relatada no Posto de saúde da comunidade. As conseqüências do alcoolismo vão muito além das questões fisiológicas, elas passam para as agressões, vandalismo, desemprego e preconceito da comunidade.

Sentimos a necessidade de nos aprofundarmos nas relações da comunidade com o município, partindo da identificação de possíveis

moradores que pudessem nos auxiliar às visitas que faríamos não apenas aos pontos mais distantes, mas principalmente às secretarias de educação, esporte, planejamento e cultura, com o propósito de entendermos os problemas que resultaram no desligamento do PST com o município no ano de 2010.

Algumas conversas informais relataram que desde o final de 2009, poucos jovens participavam do projeto sendo a falta de transporte a principal causa; tendo esse fato como hipótese para o encerramento das atividades do PST.

Partimos então, atrás de explicações plausíveis para a ocorrência deste fato que a nosso ver manteria a comunidade do Feixo ainda mais isolada; a prefeitura, a respeito do PST, realmente sentiu muito a perda deste projeto, mas alegou ter sido uma falha humana, onde a responsável por enviar o cadastramento da proposta no SICONV não o fez no prazo. Fomos à secretaria de planejamento e lá confirmaram a história da “falha humana”, nos informando que foi possível reaver o orçamento para o projeto junto ao governo federal, porém, não seria utilizado neste ano por ser ano eleitoral, aliás, o recurso orçamentário viria quatro vezes mais que nos primeiros anos, o que nos fez concluir que a maior questão do desenvolvimento do programa segundo tempo na comunidade do Feixo estaria diretamente relacionada a questões burocráticas e recursos humanos para o projeto.

Nessa perspectiva, trazemos MAIA, 2003 ao Pensar que políticas públicas, efetivamente democráticas e participativas pressupõem questionar as políticas que são geradas nos guetos dos gabinetes das secretarias estaduais e ou municipais.

Seguimos rumo à secretaria de esportes, onde nos sentimos em “casa”; fomos recebidos pelo secretário de esportes que, em tom de conformismo, relatou a falha humana. Perguntamos sobre os jogos escolares, olimpíadas, jogos cooperativos ou qualquer outra forma de buscar a socialização das crianças e jovens das escolas tanto da zona urbana quanto rural, e ele nos confirmou o desinteresse por parte das escolas do interior; novamente questionamos sobre a quem cabe essa decisão, e ele nos disse que seria ao diretor(a) de cada escola. Comentamos sobre a possibilidade de articular as secretarias de esporte e saúde, mas para ele, isso talvez seja um sonho distante.

Na secretaria de educação fomos buscar informações sobre programas como EJA (educação de jovens e adultos) para a comunidade do feixo e fomos informados que por duas vezes tentaram fazer contato com os moradores da comunidade, mas não houve interesse por parte dos mesmos. Outra informação que tivemos foi a respeito da construção de uma nova escola municipal próxima a BR na vila São Cristóvão divisa do feixo com Mariental, com instalações adequadas para a prática de esporte e lazer; as obras já começaram, mas não temos o prazo certo para sua conclusão.

Voltamos com todos os dados coletados junto às secretarias visitadas para a comunidade em reunião organizada após a celebração da missa, onde convidamos a todos interessados em compartilhar com nossa coleta de dados e informações relevantes à comunidade. O reconhecimento da falta de união, lideranças e organização da comunidade foi consenso, assim como a indignação pelos dados levantados, despertando em alguns momentos de nossa conversa a euforia para a resolução dos problemas da comunidade.

Após essas aproximações, participamos junto aos moradores de um dos momentos de lazer esperados por eles, que acontece uma vez por ano, que é o bingo no município de Balsa Nova, promovido pela igreja católica matriz desse município. Apesar da chuva, dois ônibus de transporte rural foram locados para os moradores a um custo de cinco reais a passagem de ida e volta. A alegria e o momento oportuno para aproximações das famílias reforçaram a nossa certeza de que políticas públicas inclusivas são necessárias em caráter emergencial.

Conclusões

Este estudo que ora encerramos, nos possibilitou ampliar os horizontes a cerca de um tema tão amplo e complexo quanto as políticas públicas de esporte e lazer, principalmente por se tratar da especificidade de uma comunidade remanescente de quilombos no Paraná, onde a única política pública de esporte e lazer encontrada foi o Programa Segundo Tempo. Para este entendimento trouxemos a cultura e a formação da cultura brasileira, principalmente em função do negro e suas relações na formação do nosso povo em uma tensão entre conformismo e resistência constante, principalmente nas relações de trabalho e

lazer evidenciadas em nossas estadias na comunidade em outubro de 2008, julho de 2009 e julho de 2010, por observações, pesquisas e relatos obtidos durante as entrevistas. Toda essa relação desperta a possibilidade de pensar políticas públicas de esporte e lazer para além da formação de atletas e da melhora de rendimentos, nos faz ao contrário disso, popularizar nos modos de uso e nas apropriações feitas pelos grupos não hegemônicos, criando um campo favorável às discussões e ao crescimento tão desejado da qualidade de vida.

A maior evidência percebida nesse estudo trata-se das deficiências organizacionais tanto na comunidade quanto na gestão pública. Verificamos que o município precisa trazer o rural para o urbano e vice-versa, envolvendo por meio do esporte, do lazer e do interesse mútuo em ações que só trarão benefícios, tanto para a qualidade de vida da comunidade quilombola quanto para a cidade. Não constatamos a presença de instrumentos de avaliação das políticas públicas de esporte e lazer do município em relação à comunidade, prejudicando possíveis melhorias adaptadas a realidade da mesma, entendendo que é preciso uma qualificação dos gestores, mais debates e discussões com a comunidade abrindo reflexões para entender que o feixo tem suas peculiaridades, insistindo principalmente em uma ação conjunta das secretarias prevendo uma ação articulada e integrada para as práticas do esporte e lazer alcançarem seus objetivos dentro das políticas públicas inclusivas, tendo por finalidade a qualidade de vida. Para tanto, entendemos que a criação ou revitalização de espaços públicos torna-se necessário na comunidade, principalmente no sentido da valorização do ser humano, despertando na comunidade o sentimento de liberdade tal qual Marilena Chauí, que a traz como novos caminhos.

A liberdade, porém, não se encontra na ilusão do “posso tudo”, nem no conformismo do “nada posso”. Encontra-se na disposição para interpretar e decifrar os vetores do campo presente como possibilidades objetivas, isto é, como abertura de novas direções e novos sentidos a partir do que está dado. CHAUI(2000, p 467)

Nesse sentido, para esse momento, as políticas públicas implementares relacionadas à comunidade quilombola do feixo serviriam como uma nova direção, mas que foram insuficientes e demandam mais atenção por parte dos órgãos gestores.

Entendemos que uma nova ação governamental se faz necessária, buscando a igualdade dentre os desiguais, tendo como passo inicial, assumir as dificuldades e lutar por uma política pública de esporte e lazer que de forma organizada se complete nessa relação com a cultura quilombola da comunidade do Feixo. Esta pesquisa serviu para despertar o interesse por novos estudos que apontem um melhor direcionamento de políticas públicas inclusivas colaborando com o desenvolvimento de práticas de esporte e lazer em diferentes comunidades.

Referências Bibliográficas

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000

CARVALHO, A. (Org.). **Políticas públicas**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2002.

CHAUI, Marilena – **Conformismo e resistência, aspectos da cultura popular no Brasil**, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1996

CHAUI, Marilena – **Convite a filosofia**, Ed. Ática, São Paulo, 2000

GEERTZ, Clifford – **A interpretação das culturas**, Rio de Janeiro: LTC, 1989. P 3 -39

HUIZINGA, J. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Perspectiva,

KUPER, Adam. **Cultura: a visão dos antropólogos**, Trad. Mirtes F. O. Pinheiros –Bauru, SP – EDUSC, 2002

LINHARES, M. A. Jogos da Política, Jogos do Esporte. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Lazer e esporte: políticas públicas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

MAIA, Lerson Fernando dos Santos. A Formação de Técnico em Lazer e suas possibilidades de Atuação e Intervenção em Políticas Públicas. In

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Formação e Desenvolvimento de Pessoas em Lazer e Esporte**. Papirus: Campinas, SP, 2003. pág. 81-100.

MARCELLINO, N. C. (Org.). **Lazer e esporte: políticas públicas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro; a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<http://www.esporte.gov.br/segundotempo>

A EXPERIÊNCIA DE POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE E LAZER EM CAXIAS DO SUL: o desafio de construir uma gestão planejada e participativa

Silvana Regina Echer¹⁰²

Licenciada em Educação Física
Especialista em Educação do Movimento
UCS

Resumo: Investir no desenvolvimento econômico, combinando-o com a melhoria da qualidade de vida e a consolidação dos direitos de cidadania da população foi o grande desafio para a administração municipal de Caxias do Sul nas gestões 1997/2000 e 2001/2004. Este relato foi construído a partir da experiência que vivenciei como diretora pedagógica e de planejamento da política municipal de esporte e lazer, na segunda gestão. Esses dois mandatos do governo democrático popular em Caxias do Sul envolveram em grande parte, o período em que o governo brasileiro aprofundou o projeto neoliberal como marco gerencial para o país, intensificando a concentração de poder e riqueza, precarizando, ainda mais, o acesso aos direitos sociais. Nesse sentido nosso desafio, enquanto gestão local, foi o de construir alternativas de resistência a esta visão de mundo, via a inclusão política, econômica e social do conjunto da população, com canais de participação diversificados. Apresentamos a construção da política municipal de esporte e lazer em Caxias do Sul, enfatizando a relação do lazer com o trabalho; a busca pelo desenvolvimento com qualidade de vida; a metodologia básica utilizada para a formulação do planejamento participativo e os resultados alcançados na área de esporte e lazer. O processo foi construído coletivamente e permitiu visualizar a mudança possível, com resultados significativos e reconhecidos, já que Caxias do Sul recebeu em 2003 e 2004, a distinção de 1º lugar em qualidade de vida dentre as cidades gaúchas.

¹⁰² Rua José Boschetti, 100 apt.40 - Caxias do Sul/RS - Fones(54)32238369 / 8127506; e-mail: silnoor@gmail.com

Desafio da relação: lazer e trabalho em Caxias do Sul

Caxias do Sul foi colonizada no final do século XIX por imigrantes europeus vindos, na sua maioria, do norte da Itália. Está situada no nordeste do Rio Grande do Sul, a 125 km da capital Porto Alegre. Possui uma população de quase 400.000 habitantes. A indústria é a principal atividade impulsionadora da economia e um dos pólos mais significativos do Brasil.

Apelidada como “Colméia do Trabalho”, a cidade teve um grande aumento da população urbana, não acompanhado no mesmo ritmo, pelo crescimento de serviços urbanos, como habitação, estrutura, equipamentos e espaços públicos de esporte e lazer.

O caxiense carrega consigo a marca cultural de trabalhador e orgulhava-se muito disso. Seguidamente ouvimos comentários pejorativos a respeito do lazer, como: “coisa de preguiçoso, não tem nada para fazer, perda de tempo,...”. Nos últimos tempos, começaram a aparecer sinais que apontam para uma mudança nessa concepção, entre os quais cabe destacar a procura pelos programas de esporte e lazer desenvolvidos pelo poder público e pela iniciativa privada, o aumento do consumo do lazer “mercadoria”, uma maior reivindicação de espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer e uma significativa valorização das manifestações de lazer construídas pela população e que fazem parte da cultura local.

Tivemos o desafio de compreender os sentidos que a população caxiense dava ao lazer e ao trabalho, a partir da compreensão das relações existentes entre eles, tendo como pressuposto dois conceitos defendidos por Marcellino (2001:41). O primeiro sendo *“o lazer, como manifestação do ócio, é um espaço privilegiado à efervescência do prazer, que atua no campo da subjetividade e favorece modificações importantes de valores, conceitos, significados e representações da realidade vivida”* e o segundo, o *“lazer compreendido como cultura vivenciada (praticada, fruída ou conhecida), no tempo disponível das obrigações profissionais, escolares, familiares, sociais, combinando os aspectos tempo e atitude”*.

No caso específico do trabalho que desenvolvemos junto à Prefeitura de Caxias do Sul, em 2002, tínhamos os resultados de uma pesquisa realizada em parceria com o curso de Educação Física da Faculdade da Serra Gaúcha, e a coleta de falas da comunidade, realizadas

como estudo da realidade, enquanto diagnóstico para o debate acerca das ações a serem desenvolvidas que confirmavam a dificuldade da população em manifestar a importância dada ao lazer nas suas vidas, destacando a ênfase ao trabalho. Apontamos algumas possibilidades: o trabalho era visto como coisa séria e o lazer como não sério; as pessoas são educadas para o trabalho e não para o lazer; a cultura e a religiosidade, muito forte na região, estimulam o culto ao trabalho e o combate a ociosidade; e o forte caráter econômico da região, imposto pelo sistema capitalista, impondo-lhe restrições, inclusive, em relação ao seu tempo livre.

Alguns estudiosos alertam para a necessidade da observação do cotidiano das pessoas, quando se busca uma melhor compreensão da importância que os momentos de lazer têm no dia a dia das comunidades e foi este olhar que nos permitiu perceber que o lazer vem ampliando, seu espaço no cenário social mundial e, consequentemente, local, como um dos fatores imprescindíveis para a conquista da cidadania e a busca de mais significado à vida.

Desafio do governo municipal: desenvolvimento com qualidade de vida

Desde 1997, com a entrada da Administração Popular na gestão pública de Caxias do Sul, vivenciamos um desafio: a transição entre a antiga, fragmentada e centralizada forma de gerir políticas públicas e uma nova proposta que favorecia a participação e a inclusão social, a integração das ações para melhoria da qualidade de vida, a criação de espaços de negociação e a otimização de recursos, tais como: o Orçamento Participativo, adotado na definição dos investimentos públicos; as conferências municipais e plenárias temáticas, que discutiam as políticas para as diversas áreas; o congresso da cidade, que visava pensar o todo e o futuro desejado para o Município, o planejamento integrado entre os setores afins, entre outros.

No Programa de Governo da Frente Popular 1997 – 2000 apareciam as diretrizes para o enfrentamento a este desafio: *“construir uma cidade socialmente justa; institucionalmente democrática e participativa; economicamente sustentável e fisicamente organizada.”* O seguinte, que visava o período

2001 – 2004, manteve estas quatro diretrizes e incorporou uma quinta: “*ambientalmente equilibrada*”.

Com vistas a dar conta da proposta de construir uma democracia superior, que legitimasse as decisões do governo, diversas ações foram desenvolvidas pela gestão, no sentido de desenvolver uma cultura de participação. Cumpre detalhar um pouco mais os principais canais de participação adotados:

a) Conselhos de políticas sociais e de direitos

Foram criados com a concepção de participação social, como uma ferramenta no processo de universalização dos direitos e na ampliação do conceito de cidadania.

No Município foram reativados e/ou criados mais de 25 conselhos, durante as gestões da Administração Popular. O Conselho Municipal de Desportos (CMD) foi criado na década de 60, com caráter executivo. Com a criação, nos anos 80, do Departamento Municipal de Esporte e Recreação (DeMER) o Conselho perdeu sua razão de existir, não foi extinto, mas ficou inativo. Em 2001 foram retomadas as discussões a respeito de sua revitalização e o CMD passou a desempenhar um papel consultivo e fiscalizador do poder público. O Conselho participava das discussões do planejamento, monitoramento e avaliação das ações do Departamento e, posteriormente, da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, além de realizar o Prêmio Anual Destaque Esportivo e o cadastro de entidades esportivas do Município.

b) Conferências:

São eventos realizados por área de atuação, periodicamente, com a finalidade de discutir as políticas públicas, em cada esfera e propor diretrizes de ação.

Em Caxias do Sul, no período mencionado, realizamos duas Conferências Municipais de Esporte e de Lazer, nas quais foram discutidas as diretrizes da política a ser implementada no Município. Foram realizadas reuniões preparatórias em bairros, por regiões, por segmentos (professores, associações esportivas, clubes, associações de moradores de bairro, entre outras) e no próprio governo municipal.

c) Orçamento Participativo

O processo do orçamento participativo tem por princípio original a discussão e decisão coletiva dos investimentos públicos com a população. Cria um novo centro decisório, ao lado dos poderes do legislativo e executivo.

O Orçamento Participativo (OP), em Caxias do Sul, foi implementado em 1997 e, rapidamente, passou a compor a agenda pública dos cidadãos caxienses. Nos primeiros anos a participação era pouco organizada e a preocupação central estava, geralmente, nas demandas particulares da rua ou do bairro, dos participantes.

Os aspectos mais significativos do OP Caxias, a serem ressaltados, são: o nível de organização e de participação das comunidades; a ampliação da compreensão da dimensão pública do orçamento; o avanço da capacidade de perceber e valorizar a necessidade coletiva como mais urgente que a individual; a formação de lideranças que passaram a se destacar no cenário político da cidade a partir do Orçamento Participativo; a criação da cultura da participação que fez com que a gestão que nos substituiu tivesse que manter aberto este canal, mesmo sem ter o planejamento participativo entre suas diretrizes de governo e sem dar conta de uma participação de fato real; e a maior apropriação da cidade pelos cidadãos.

As demandas por esporte e lazer percorreram um caminho significativo no processo de evolução do orçamento participativo. No início, quando essas políticas estavam em fase embrionária e, por isso, pouco reconhecidas como direitos sociais, pouco ou nada era priorizado pela população em termos orçamentários. Na medida em que a implantação das políticas públicas de esporte e lazer avançou, com a população participando da discussão destas políticas, seja no planejamento sistemático das ações, seja nas conferências e plenárias temáticas, destinar recursos para investimentos em esporte e lazer passou a ocupar, anualmente, a terceira ou quarta prioridade para a população caxiense. Cabe reconhecer que o fato de demandas nas áreas de educação, saúde, habitação e saneamento irem sendo sanadas também contribuiu para que o esporte e o lazer aparecessem mais na agenda de prioridades.

O processo do Orçamento Participativo avançou para a realização das plenárias temáticas, nas quais o governo e a população discu-

tiam e deliberavam a respeito de temas ou determinadas políticas públicas mais específicas. Esporte, lazer e cultura foram agrupados em uma plenária que discutia espaços e programas para estas áreas na cidade.

d) Congressos da cidade ou congressos constituintes

O objetivo do Congresso da Cidade com o tema “A cidade que queremos” era articular os mais diversos setores sociais para planejar o futuro, aprofundando a democracia e ampliando os espaços de debate sobre as macrodiretrizes que deveriam nortear o planejamento da Cidade como um todo. Os Congressos representavam a integração de todos os canais de participação e discussão, definindo o modelo de cidade que se queria construir.

e) Planejamento participativo

Todos os canais de participação já mencionados forneceram elementos que compuseram o planejamento participativo das políticas públicas do Município, em geral e as de esporte e lazer em específico. As políticas públicas foram tratadas em grupos de secretarias por afinidade: políticas sociais, desenvolvimento econômico, desenvolvimento urbano e gestão, com o objetivo de buscar a construção de ações intersetoriais, que trabalhassem com a totalidade da cidade, evitando a fragmentação, muito comum nas políticas públicas.

Para além disso, no intuito de garantirmos a participação e a construção coletiva, buscamos desenvolver a ação comunitária como alternativa imprescindível para dar ao esporte e ao lazer um tratamento especial, que priorizasse a participação ativa da população e, sobretudo, valorizasse as manifestações esportivas de cultura local, buscando ampliá-las qualitativamente e garantir a apropriação de sua prática e de seu conhecimento.

Em 2004 a Administração Democrática e Popular perdeu as eleições para um outro projeto cujo foco, no campo do esporte e do lazer, era o esporte de rendimento. Ao assumir a gestão, os então responsáveis pela área, se viram diante de uma população organizada que reivindicava a continuidade das ações que havia ajudado a construir. Com muita satisfação observamos a continuação de diversas políticas, apesar da mudança de foco imposta pelo novo jeito de governar que se instalou.

Desafio na gestão da política pública de esporte e lazer (2001/2004)

Ao iniciar a construção de uma política pública, o primeiro passo é considerar o processo histórico e ter claro qual a proposta da gestão e quais as demandas da sociedade, para evitar o risco de seguir os hábitos historicamente impostos, desconsiderando a realidade que compõe o cenário local.

Nossa ação inicial foi realizar um diagnóstico com observação, análise documental e entrevistas, a fim de compreender o que havia e problematizar as ações.

A partir das diretrizes da Administração Municipal, cada unidade de governo desenvolveu o seu planejamento, norteados pela orientação de que este planejar deveria ser um processo realizado em conjunto, criando-se canais variados de participação, internamente na própria administração municipal e junto à sociedade local. Uma gestão que se coloca como participativa, deve romper com a concepção tradicional de planejamento, que atribui unicamente aos técnicos o poder de desenvolvê-lo, impondo-o, como se quem vai ser beneficiado com a ação não tivesse conhecimentos válidos ao processo, e parta para um planejamento mais democrático e horizontal, no qual o conhecimento técnico permanece com um papel essencial, mas dialoga, permanentemente com o saber popular.

Planejar a política pública de esporte e lazer de forma participativa foi um grande desafio para a equipe gestora, formada por professores de educação física e de outras áreas, principalmente porque a formação acadêmica não contemplava a questão da política pública. Uma das soluções encontradas para superar esta lacuna foi a busca de consultorias de profissionais experientes na área de esporte e lazer. Contamos com contribuições muito importantes como a do professor Nelson Carvalho Marcellino (UNICAMP/SP), da professora Leila Mirtes de Magalhães Pinto (UFMG), do consultor de gestão participativa Markus Brose, da Secretária de Esporte e Lazer de Porto Alegre/RS prof^a Rejane Penna Rodrigues e sua equipe gestora, que socializaram seus conhecimentos e experiências, capacitando nossa equipe para a construção coletiva do planejamento.

Outra solução foi aprofundar o conhecimento da metodologia básica para a formulação, monitoramento e avaliação do planejamento,

em reuniões semanais com a equipe de trabalho durante toda a gestão e em grupos de estudos e seminários com a comunidade.

A metodologia do planejamento começou com a construção coletiva das diretrizes da política municipal de esporte e lazer, que ficaram assim definidas: democratização do acesso ao lazer e ao esporte; descentralização e ampliação dos espaços e equipamentos de esporte e lazer; participação e construção coletiva; parceria do poder público com a sociedade civil/co-gestão; interação da política de lazer entre as unidades de governo.

Construímos a nossa missão como a definição do papel que desempenharíamos na comunidade, qual era: desenvolver e implementar políticas públicas de esporte e lazer, no município de Caxias do Sul, estabelecendo vínculo constante com a população através da participação, inclusão e qualificação das práticas e espaços de esporte e lazer, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e com a conquista da cidadania.

Foram elaborados também os nossos princípios, que serviam como orientadores para o processo e para o comportamento dos gestores no cumprimento da missão, sendo eles: gestão participativa; inclusão de todos; educação pelo e para o esporte e lazer; humanização das atividades; ética e respeito às diferentes manifestações e resgate da auto-estima.

Planejar é sonhar e acreditar na nossa capacidade de transformar o sonho em realidade por meio do trabalho coletivo. Em 2001, definimos uma grande meta em comum, que era a nossa visão de futuro: *“desenvolver uma política pública de esporte e de lazer que se colocasse entre as referências nacionais em gestão pública nesta área e transformar o Departamento Municipal de Esportes e Recreação (que era ligado a Secretaria da Educação) em Secretaria de Esporte e Lazer”*. Esta meta foi, em boa parte, alcançada, em conjunto com a comunidade, com a criação da Secretaria em setembro de 2003. O trabalho desenvolvido serviu de referência e/ou objeto de estudo para várias cidades e estudantes do Brasil, além de ter sido uma das experiências consideradas no marco conceitual do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) desenvolvido pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer do Ministério do Esporte.

A visão de futuro, expressa em metas, é o ponto de partida para

a elaboração de programas e ações. O conhecimento acumulado, no diagnóstico e pela análise da situação permitiu hierarquizar os principais problemas enfrentados pela área na cidade. Dando sequência ao planejamento estabelecemos as prioridades e detalhamos a operação: escrevemos as ações que desenvolveríamos, para alcançar as metas, elaborando um Plano de Ação, com objetivos de cada programa ou projeto, prazos para execução, recursos técnicos, humanos e financeiros que deveriam ser mobilizados e, por fim, indicamos os responsáveis.

O Plano de Ação foi construído com base nos seguintes eixos norteadores: Lazer Comunitário; Esporte Popular; Eventos; Equipamentos Públicos de Esporte e Lazer; Assessoria Comunitária e Financiamento ao Esporte e Lazer. Cada eixo foi composto por programas, projetos, serviços e eventos que visavam contemplar a demanda da população.

O gerenciamento da execução do Plano de Ação é o procedimento que vai indicar em que medida a gestão está promovendo as mudanças desejadas na construção de uma nova realidade. Esse processo seguiu com preenchimento de relatórios mensais de cada programa desenvolvido. Mensalmente, eram realizadas reuniões de monitoramento, com o objetivo de avaliar o trabalho, elaborar alternativas de superação das dificuldades e reformular estratégias.

Apresentamos a seguir, alguns dos resultados desse processo, elencando as principais ações desenvolvidas no período dos dois mandatos da Administração Popular:

QUADRO RESUMO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS – Caxias do Sul - 1997/2004

PROGRAMA/ AÇÃO	ATÉ 1996	AVANÇOS DE 1997 A 2004
CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	Não existia	- Momento de discussão com a população, realizada a cada 03 anos (2001 e 2004), pautando a política municipal de esporte e lazer, avaliando e redefinindo diretrizes e ações a serem implementadas.
CRIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER – SMEL	Era um Departamento ligado à Secretaria da Educação.	- A criação da Secretaria foi prevista no Programa de Governo 2001/2004, aprovada na 1ª Conferência Municipal de Esporte e Lazer, em julho de 2001, encaminhada à Câmara em 2002 e aprovada em 2003, com vistas a valorização e garantia de melhor atuação da área do esporte e lazer no Município.

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E DO LAZER - FUNDEL	Não existia	<ul style="list-style-type: none"> - Surge da demanda de grupos organizados no esporte e do lazer, por apoio do poder público. Aprovado na 1ª Conferência Municipal de Esporte e Lazer em 2001 e na Plenária Temática de 2003. - O Fundo disponibiliza de 1% a 1,5% do IPTU e ISSQN para apoio a projetos de esporte participação, rendimento e educacional. Já em 2004, foram apoiados 62 projetos, de 28 modalidades, atendendo em média, 14.000 pessoas.
ASSESSORIA COMUNITÁRIA	Não existia	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecemos um canal de comunicação entre o Governo Municipal e a comunidade, incentivando a co-gestão dos espaços, atividades e eventos.
CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE ESPORTE E LAZER	Existiam 31 equipamentos. O poder público não sabia onde estavam, quem os utilizava e a manutenção raramente era feita.	<ul style="list-style-type: none"> - Mapeamos, em parceria com outras secretarias do governo, a situação das áreas públicas do Município. - Houve um aumento de aproximadamente 300%, nas construções, a partir das demandas da população, elencadas no Orçamento Participativo. Fomos de 31 para 125 equipamentos esportivos (campos, quadras, parques, pistas de skate, canchas de bocha). - Montamos uma equipe para manutenção que qualificou todas as áreas, além de uma política de animação, discutida com a população beneficiária. - Constituímos os conselhos gestores com a comunidade para auxiliar no gerenciamento e conservação de parte dos equipamentos públicos.
CENTRO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER – PROF JOEL BASTOS DE SOUZA (GINÁSIO ENXUTÃO)	Existia o Ginásio Municipal Pedro C. Pereira, no Parque Getúlio Vargas, o qual em 1999, desmoronou, inviabilizando o seu uso.	<ul style="list-style-type: none"> - Os destroços do ginásio foram removidos em 2001, para ser revitalizado o Parque Getúlio Vargas. - Foi adquirido o Complexo Poliesportivo Enxutão em 2001, com objetivo de oferecer atividades para todas as faixas etárias. - Eram desenvolvidas oficinas de várias modalidades esportivas, ginástica e atividades para pessoas com deficiência. Em média, 45.000 pessoas/ano - Foi constituída a Associação de Amigos do Enxutão, que auxilia na administração do local. - Foi criado o Brinca Enxutão que democratizou o uso deste espaço aos alunos das escolas públicas.
CAXIAS DO SOL	Não existia	<ul style="list-style-type: none"> - Programa de esporte, recreação e lazer para o período das férias. Atendia 1500 pessoas por edição.
BRINCALHÃO	Não existia	<ul style="list-style-type: none"> - Ônibus adaptado que contempla recreação para crianças. Em média, 20.000 atendidos/ano.
FESTERANDO	Existiam algumas ruas de lazer	<ul style="list-style-type: none"> - Realizado em finais de semana em diversos locais da cidade, com equipamentos de esporte e lazer diversificados. Em média 30.000 atendidos/ano.

NÚCLEOS DE ATIVIDADES DE LAZER COMUNITÁRIO – NACs	Não existiam	- Existiam 47 núcleos em diversos bairros da cidade, que ofertavam oficinas esportivas de várias modalidades e atividades físicas e de lazer, de forma sistemática e gratuita para todas as faixas etária. - Em 2004 eram 5.100 inscritos, sendo atendidas, em média, 18.500 pessoas/mês. De 07 a 19 anos: 1.600 pessoas em 58 oficinas esportivas. De 20 anos em diante, especialmente a 3ª idade: 3.500 pessoas, em 33 Grupos de Convivência, 35 turmas de Ginástica, além de dança de salão, teatro e canto-coral.
ORIENTAÇÕES SOBRE SAÚDE E MOVIMENTO	Não existiam	- Eram palestras e atividades práticas a respeito da importância do movimento para a qualidade de vida, realizadas durante o ano para grupos organizados. Realizavam-se, em média, 30 palestras/ano.
LAZER PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	Não existia	- Mapeamento, contato direto, inclusão e apoio a todas as entidades que atuam com pessoas com deficiência (PCDs). Em média, 2.300 pessoas/ano.
FESTIVAIS DE NEWCON, CAÇADOR E XADREZ	Já existiam	- Jogos realizados com caráter festivo para crianças até 11 anos das escolas públicas e particulares. - Atendia, em média, 500 crianças/ano.
PROJETO NAVEGAR	Não existia	- Implantação de esportes náuticos vela, remo e canoagem, valorizando o espaço da represa com a construção do trapiche e do hangar, em parceria com o Ministério do Esporte. Atendia 320 jovens por ano. - Caxias do Sul foi escolhida para ser um dos pólos nacionais de desenvolvimento da Canoagem.
OLIMPIADA INTERBAIRROS	Não existia	- Criação da olimpíada, que resgatava jogos da cultura popular, como laço da vaca parada, bocha, dama, dominó, xadrez, sinuca, ping-pong, canastra e bolão, em parceria com as Associações de Moradores de Bairros. Atendia 500 pessoas/ano.
OLIMPIADA ESCOLAR	Existiam só para escolas municipais. Atendiam, em média 1500 alunos.	- Os Jogos Escolares foram transformados em Olimpíada para integrar as três redes de ensino durante 03 semanas. Em média, 7.000 alunos/atletas. - Aconteciam nas modalidades de handebol, voleibol, basquetebol, futsal e atletismo nas seguintes categorias: mini, mirim, infantil e juvenil.
CORRIDAS DE RUA	Já existiam	- Houve a criação das minirrústicas para crianças e a execução de 04 rústicas/ano. Em média, 500 pessoas.
CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL	Existia em duas categorias de 24 equipes.	- Ampliação de equipes para 32 na categoria principal e 19 na suplente, totalizando 1800 pessoas. - Humanização através de ações de integração, reunindo-se com as equipes periodicamente nas suas comunidades e capacitação aos dirigentes e atletas.
EQUIPES QUE REPRESENTAM O MUNICÍPIO -JIRGs E JABs	Equipes escolhidas, de forma aleatória.	- Maior organização e a escolha da equipe seria a de melhor ranking no ano anterior. - Ampliação do apoio financeiro da Prefeitura para a participação das equipes. em média, 500 atletas/ano.

Conclusão

Nos anos 90 e início do século XXI, enquanto alguns governos municipais e estaduais, especialmente os dirigidos por gestões democráticas e populares, buscaram construir espaços de participação da população, com vistas a superar a simples delegação de poder, os liberais, em instâncias municipais, estaduais e, principalmente, federal, reforçavam a exclusão das amplas maiorias dos processos decisórios, com ações conservadoras.

Nosso desafio foi superar esse modelo que impedia a criatividade e a possibilidade de inovar. Não foi um processo fácil, mas foi possível perceber que a mudança pode acontecer. Os resultados significativos no desenvolvimento de ações e programas, que contribuíram na melhoria do bem estar da população, nos mostraram isso. Caxias do Sul recebeu em 2003 e 2004 a distinção de 1º lugar em qualidade de vida dentre as cidades gaúchas, reconhecida pelos indicadores do IDESE/RS¹⁰³ e em 12º lugar a nível nacional no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU¹⁰⁴.

A gestão municipal no período de 1997/2004 assumiu o desafio de promover políticas públicas de inclusão social com participação popular, trabalhando na construção de uma vida melhor para todos. A partir das decisões dos fóruns de participação, os cidadãos passaram a ter acesso aos números do orçamento público, colocaram-se na função de planejadores da cidade que desejavam, elegendo prioridades. Na área de esporte e lazer, a população priorizou políticas que promoviam o lazer comunitário, o esporte educação e participação.

A autonomia, a gestão democrática e a mobilização são instrumentos poderosos para que o município se transforme em fonte de iniciativa e criatividade na formulação de políticas públicas que respondam às necessidades locais. Cabe ao gestor municipal devolver a palavra aos cidadãos, estimulando-os a agir coletivamente, valorizando o saber popular e aliando-o ao saber técnico, através de um processo de planejamento estratégico participativo e integrado.

Tentamos construir um novo horizonte para e com os cidadãos e cidadãs: uma Caxias do Sul mais saudável, justa e solidária. Os avan-

¹⁰³ Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – Fundação Estadual de Economia e Estatística/RS – Publicação em julho/2003.

¹⁰⁴ Censo 2000; PNDU, atas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

ços foram significativos e o Município ainda tem, em 2010, um sistema de esporte e lazer organizado.

Fazer parte desta gestão foi uma experiência muito rica para mim, pois ver acontecer, na prática, tudo aquilo que acredito como ideal, me fez sentir realizada profissionalmente. Acredito que o conhecimento é sempre construído a partir da ação e escrever a respeito desta experiência, enquanto professora e gestora, também foi um grande desafio.

Referências Bibliográficas

BONALUME, Cláudia. Controle Social das Políticas de Esporte e de Lazer. In: MAIA, L. F. dos S.; OLIVEIRA, M. V. de F.; MENDES, M. I. **Poder público, terceiro setor e controle social: interfaces na construção de políticas de esportes e lazer.** CEFET-RN Editora, Natal, 2007: RN

DOWBOR, Ladislau. Governabilidade e descentralização. In: **Revista São Paulo em perspectiva**, v. 10, n. 3, jul-set/1996.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Org. **Políticas Públicas Setoriais de Lazer: o papel das prefeituras.** Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

_____. (org.) **Lazer e esporte.** São Paulo: Autores Associados. 2001. Plano de Governo – Frente Popular (2001/2004).

VARGAS, Pepe. **A cidade que queremos.** Governo e Cidadania: reflexões sobre o modo petista de Governar. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

REGIÃO CENTRO-OESTE

RECREAÇÃO E LAZER: uma experiência dialética vivenciada na formação de professores de educação física

Márcia C. R. da S. Coffani

Profª. Ms.em Educação - EF/FCARP¹⁰⁵

Resumo: Relato de experiências vivenciadas na execução do Projeto Itinerante Lazer & Recrear em Ação, no período de 2008 a 2010, de caráter extensionista, proposto como prática curricular da disciplina de Jogo e Ludicidade, no Curso de Licenciatura em Educação Física, da Faculdade Católica Rainha da Paz, de Araputanga/MT. Têm-se como eixos teórico-científicos articuladores, os estudos sobre Recreação/Lazer em relação com a formulação de propostas na área pautadas pelos princípios da inclusão social. A organização e execução do projeto foi motivada pela preocupação em: contribuir para a formação acadêmico-profissional de qualidade a partir do trabalho teórico-prático dos princípios norteadores da Recreação/Lazer; influenciar a formação de educadores a fim de que aproveitem a potencialidade do lúdico/brincar, para desenvolvimento de programas e estratégias que tenham como foco de intervenção a Recreação/Lazer, orientada por valores éticos e democráticos, em espaço escolar ou não-escolar; compreender as práticas de Recreação/Lazer, como meios estratégicos para estimular o processo de ensino-aprendizagem das práticas corporais pertencentes ao campo da Educação Física; e oferecer aos municípios da região sudoeste de Mato Grosso denominada de “Vale do Jauru”, onde se insere os acadêmicos e o Curso de Educação Física, a prestação de serviços no campo da Educação Física/Recreação/Lazer, em atendimento as demandas das comunidades. Com isso, proporcionou-

¹⁰⁵ Professora Licenciada em Educação Física e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso; Atua no Curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade Católica Rainha da Paz de Araputanga - MT; membro e pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Corpo, Educação e Cultura - COEDUC/CNPq. Rua Niterói, 914 – Jardim Popular 1 – São José dos Quatro Marcos/MT. (065) 9989-3880/3261-1314. marciacoffani@hotmail.com

-se o repensar das estratégias metodológicas de ensino na formação de professores de Educação Física, ao tematizar a Recreação/Lazer; e a criação de espaços e oportunidades de formação cuja vivência da práxis pedagógica pelos acadêmicos contribuisse para sua integração com as diversas comunidades e sujeitos.

Experiências (re) novadoras de recreação e lazer na formação de Professores de Educação Física

Este texto relata as experiências vivenciadas na execução do Projeto Itinerante Lazer & Recrear em Ação, principalmente, em sua quarta, quinta e sexta edições, no período de 2008 a 2010. Com caráter extensionista e proposto como prática curricular da disciplina de Jogo e Ludicidade, é desenvolvido conjuntamente com os acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação Física, da Faculdade Católica Rainha da Paz, em Araputanga/MT.

As discussões empreendidas acerca do lazer no âmbito da disciplina e Projeto admitem-no como fenômeno intrínseco da natureza humana. Para Rodrigues e Bramante (2003, p. 24) uma experiência especial carregada “(...) de sentidos e emoções incomuns e pouco presentes em outros campos da vida”. Concebendo-o tal como Marcellino (2002c)

[...] como cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciado no “tempo disponível”. É fundamental como traço definidor o caráter desinteressado dessa vivência. Não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação, provocada pela atividade prática ou contemplativa (MARCELLINO, 2002c, p. 31).

Mascarenhas (2003) salienta que o lazer inserido na dinâmica da sociedade contemporânea, carece ser percebido “(...) como expressão do contraditório, sempre determinado pelo jogo das forças sociais”. Portanto, um “(...) fenômeno que envolve não só a alegria do lúdico, a fruição, a fantasia, o prazer estético e a experiência criativa, mas, também, a satisfação imediata, a utilidade prática, o lucro e a alienação” (MASCARENHAS, 2003, p. 122). Para o autor, a reflexão da articulação desses aspectos é fundamental para compreensão dos sentidos e significados atribuídos ao lazer em tempos de globalização, em meio ao

contexto do capital. Além disso, se destaca a necessidade de desmitificação de concepções que o associam à preguiça e vadiagem.

A Recreação é entendida, neste contexto, enquanto fonte motivacional para manifestação da ludicidade. Tem um cunho metodológico voltando-se à promoção das formas de lazer.

A ludicidade e o brincar são reconhecidos como peças fundamentais no processo de desenvolvimento humano. O lúdico pode ser definido como “adjetivo referente a ou que tem caráter de jogos, brinquedos e divertimentos; atividade lúdica da criança” (HOLANDA, 1986). Gomes (2001) a partir de Lorenz (1986), considera a ludicidade um fenômeno da corporeidade humana, compreendendo que o *Homo sapiens* é, antes ou além, um *Homo ludens*. Assim, “O homem só se torna completamente humano quando brinca” (SCHILLER, 1986 apud GOMES, 2001).

Estudar a ludicidade requer conhecer seu significado de forma mais abrangente, sobretudo, a sua importância para vida do homem, em particular, o desenvolvimento infantil. Compreende-se a fundamental importância do direito ao brincar, a ser resguardado às crianças nos múltiplos espaços sociais e, em especial nas situações de lazer; pois, nos dizeres de Brougère (1997)

[...] é através da brincadeira, do jogo e brinquedo que a criança compreende a sociedade, e sua cultura, pois elas são portadoras de seus valores e permitem ao mesmo tempo, a construção de significados e interpretações que se adaptam as diversas realidades (BROUGÈRE, 1997, p. 113).

A compreensão desses sentidos e significados atribuídos ao lúdico/brincar, no campo da Recreação e Lazer, em relação com os objetivos pensados para o desenvolvimento do referido Projeto, se fez na direção das considerações de Bramante (1992) ao destacar que “(...) a transparência do verdadeiro significado da recreação e do lazer para o século XXI deverá impulsionar um processo educativo de convivência criativa com novas experiências” (1992, p. 164). Além disso, em função da certeza da importância de

[...] que todos sejam educados nas questões relativas à recreação e ao lazer para que compreendam e vivam a sua importância, porque aquilo

que não se compreende, não se valoriza; aquilo que não se valoriza terá cada vez menos defensores, e aquilo que não se defende, perde-se (BRAMANTE, 1992, p. 164).

Esses aspectos de caráter teórico-conceptivos fundamentaram a execução do Projeto, pois expressaram a necessidade de experienciar na formação de professores de Educação Física, outras formas de organização de estratégias para usufruir da Recreação e Lazer, que indiscutivelmente proporcionassem a constituição de relações sociais no contato com “o outro”, sob a ótica da inclusão e integração dos diversos sujeitos e comunidades, sobretudo, as mais desprovidas de recursos, equipamentos, infra-estrutura e oportunidades de vivenciar situações de Recreação e Lazer no seu cotidiano. O que significou romper com a vinculação das propostas e oportunidades de Recreação e Lazer, unicamente e quase exclusivamente ao oferecimento do esporte, numa vertente de treinamento esportivo e competitivo.

Também, a compreensão de que o processo de formação de professores, principalmente, destinado à área da Educação Física, requer prioritariamente a formação de profissionais que estejam atentos às exigências e transformações sócio-histórico-políticas e culturais vivenciadas pela sociedade do seu tempo. De forma que detenham capacidade crítica e autônoma para desempenhar com qualidade, competência e responsabilidade o ensino do conjunto de conhecimentos que compõem a Educação Física. Dentre esses conhecimentos, destacam-se as discussões da Recreação e Lazer e suas possibilidades de usufruto pelas diferentes comunidades e sujeitos como direito social, meios estratégicos de melhoria da qualidade de vida e emancipação político-crítica do homem.

Noutras palavras, se vislumbrou a possibilidade de ampliação e qualificação da formação acadêmico-profissional, tendo em vista as atuais demandas sociais e a emergência de novas especialidades de trabalho na área da Educação Física/Recreação/Lazer, que requerem e implicam no domínio técnico e científico de conhecimentos e competências diversificadas que abarquem o fenômeno das manifestações da cultura corporal de movimento, nos diferentes níveis de ensino e campos de inserção e atuação profissional; a necessidade de aliar-se estrategicamente às discussões dos conhecimentos teóricos à experi-

ência prática, no processo ensino-aprendizagem do acadêmico; e consequentemente, contribuir para o progresso científico e educacional desse campo multidisciplinar.

Concomitantemente, são estabelecidos no Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura de Educação Física-FCARP (2004/2009) como um dos objetivos fundamentais da formação “o incentivo a uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento” (P.P.P. EF-FCARP, 2004/2009).

Reafirma-se esse compromisso da qualificação das práticas curriculares de formação ao propor o fortalecimento da “articulação da teoria com a prática para o exercício profissional competente, autônomo, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão, promovendo a formação permanente, aberta, crítica e criativa” (P.P.P. EF-FCARP, 2004/2009).

Portanto, o surgimento do Projeto ocorreu motivado pela preocupação com a qualidade da formação acadêmico-profissional do egresso do Curso. Percebeu-se a necessidade de oportunizar aos alunos, momentos de experiência e vivência prática – “reflexão-na-ção” – dos conhecimentos teóricos aprendidos, em especial, daqueles subjacentes ao campo da Educação Física/Recreação/Lazer, ao longo da formação.

Por outro lado, identificou-se a falta de ações estratégicas, de caráter público, destinadas à promoção e ao oferecimento de atividades características do campo da Recreação e Lazer à população local e regional, em que se insere o Curso e a Faculdade Católica Rainha da Paz, na região sudoeste de Mato Grosso denominada de “Vale do Jauru”. Isto é, a falta de organização e execução de efetivas políticas públicas promotora de lazer com vistas à inclusão social, que sejam “(...) alicerçada em valores de participação popular e de contribuição, no plano cultural, para o exercício da cidadania” (MARCELLINO, 2007, p. 08).

Em função desses aspectos, busca-se através do referido Projeto, promover em situações de lazer, o desenvolvimento de atividades que resguardam o valor fundamental do participar e do vivenciar, tão característico, das práticas corporais. O que significou criar espaços de

formação, cuja vivência da práxis pedagógica pelos acadêmicos, contribua também, para a integração da universidade com as comunidades e os diversos sujeitos sociais.

Projeto itinerante lazer & recrear em ação: o caso das tardes recreativas

O Projeto Itinerante Lazer & Recrear em Ação definiu como estratégia de intervenção o planejamento, organização e execução de Tardes Recreativas, de forma itinerante, nos municípios da região “Vale do Jauru”, circunvizinhos ao município de Araputanga e à sede da Faculdade Católica Rainha da Paz, de onde provém a maior parcela de acadêmicos em formação e egressos, do Curso de Licenciatura em Educação Física.

As Tardes Recreativas foram concebidas e entendidas como possibilidades concretas para a criação de espaços de ensino-aprendizagem, dos futuros professores de Educação Física, na área da Recreação e Lazer. Ao assumirem-se como um momento de aplicação dos conhecimentos discutidos e aprendidos em sala de aula na experiência prática em contato com a comunidade local, em especial, alunos das escolas públicas. Tomando-as como um instrumento de democratização ao acesso às oportunidades de lazer, numa perspectiva crítica-criativa defendida por Marcellino (2002c), “(...) que acredita nas possibilidades de ação no plano cultural, apesar das limitações infra-estruturais” para promoção do lazer. O que implica em garantir o acesso dos sujeitos ao lazer, num sentido de produzir e difundir uma cultura de participação crítica e criativa, que rompe com atitudes conformistas e os usos históricos do lazer no Brasil, numa perspectiva apenas funcionalista.

A proposta de trabalho desenvolvida buscou manter a articulação do tripé ensino, pesquisa e extensão para a qualificação da formação acadêmico-profissional. Assim, ao investigar exploratoriamente a realidade sócio-econômica regional, notou-se que não há uma oferta equitativa de acesso aos bens culturais à comunidade, como o esporte, a dança, ginástica, entre outros, entendidos como fenômenos sócio-cultural-históricos produzidos e transformados pelo homem. Percebeu-se que essas manifestações da cultura corporal de movimento quando praticadas em momentos de lazer, vêm se transformando paulatinamente em monopólio de clubes recreativos e academias par-

ticulares, conseqüentemente, ocorre a exclusão de uma grande parcela da população que não dispõe de recursos financeiros para custeá-las. Ou, a transformação dessas manifestações em espetáculos esportivos televisivos que exigem do sujeito uma postura excessivamente passiva.

Outro fator agravante, é que práticas culturais e tradicionais de outrora vêm sendo esquecidas e abandonadas. A memória lúdica das experiências e vivências praticadas nos espaços das ruas e praças se perdem a cada dia. Essa questão é enfatizada por Lopes (1989, p. 83) que diz “Corremos o risco de tornarmos essa prática uma atividade saudosista”.

Mascarenhas (2003) comenta que essas práticas ainda subsistem. Contudo “(...) algumas práticas desaparecem, outras persistem, transformam-se, apesar de nem sempre continuarem carregando os fortes traços de intimismo, solidariedade e identidade tão marcantes e característicos da cultura popular, com seu vasto repertório de manifestações lúdicas”. No tempo do lazer têm sido ressignificadas, incorporadas e metamorfoseadas pela sociedade atual. O que leva a compreender que as manifestações de lazer e divertimento, bem como o arranjo espacial decorrente dessas práticas, ainda permitem a formação de redes de sociabilidade e boas oportunidades de convívio social.

Inegavelmente o projeto assumiu a natureza extensionista, ao velar pela necessidade premente de retornar à comunidade os resultados dos estudos e pesquisas acadêmicas, e assim, contribuir decisivamente para o desenvolvimento humano a partir da intervenção e criação de espaços e oportunidades para vivência da Recreação e Lazer.

Os referenciais teórico-metodológicos que embasam as práticas nas Tardes Recreativas se fundamentaram nos conceitos relativos à importância do lazer, apontados por Bramante (1992) como

[...] o lazer se traduz por uma dimensão privilegiada da expressão humana dentro de um determinado tempo conquistado, materializada através de uma experiência pessoal criativa, de prazer e que não se repete no tempo/espaço, cujo eixo principal é a ludicidade (BRAMANTE, 1992, p. 165).

E que são reafirmados por Pinto (2001)

[...] o lazer é considerado vivência privilegiada do lúdico, que é fundada no princípio do prazer como conquista da liberdade e da igualdade

na posse e na partilha do desejar, arquitetar, decidir, organizar, agir e saborear o processo/produto e conteúdo/forma de jogo (PINTO, 2001, p. 53).

Acreditou-se então, que era possível interferir e influenciar a vida comunitária ao recuperar suas práticas culturais lúdicas, em específico, as práticas corporais que ressignificam o homem num dado lugar/espço e existência, e que novamente reafirmam: a importância das ações de caráter extensionista no campo da Recreação e Lazer; a possibilidade intervencionista de resgate cultural das práticas corporais construídas no interior de relações sociais em dado espaço/tempo; e a contribuição para a melhoria da qualidade de vida ao incentivar as formas de convivência individual e coletiva no interior da comunidade.

Com base na convicção de que as ações do professor de Educação Física não se resumem ao mero ato de ensinar movimentos e técnicas corporais, mas que requerem assumir as funções de planejamento, execução e avaliação de programas que tenham como foco central à manifestação ou expressão do movimento humano. É que a opção metodológica do projeto fundou-se no planejamento participativo, envolvendo os acadêmicos nas fases de elaboração, organização, execução, avaliação dos trabalhos ofertados e o impacto sócio-educativo das ações prestadas pelas Tardes Recreativas.

Tudo isso, foi orientado por estudos, discussões e debates entre os acadêmicos sobre o entendimento do valor social dessas ações no campo da Educação Física/Recreação/Lazer, que precisam estar associados à ampliação da oferta de vivências que abranjam o maior número de sujeitos. De forma a garantir espaço e oportunidade de participação e vivência das manifestações do movimento, sob perspectivas inclusivas que compreendam o direito a esse como fundamental e intransferível da pessoa humana.

Tardes recreativas na região vale do jauru – mt: aspectos histórico-metodológicos

O Projeto Itinerante Lazer & Recrear em Ação foi iniciado em 2005/02, a partir do êxito da proposta piloto denominada Projeto Re-

criar & Ação, que concretizou a realização da primeira Tarde Recreativa, em 2005/01, no município de Araputanga/MT. Reeditado sem interrupção a cada ano, o projeto estabelece parcerias com as Prefeituras Municipais, através dos Departamentos de Esporte e Lazer e Secretarias municipais de Educação e Cultura dos municípios da região sudoeste de Mato Grosso, objetivando oferecer às comunidades: Tardes Recreativas Itinerantes.

O quadro abaixo registra o processo de atendimento do projeto:

PROJETO ITINERANTE LAZER&RECREAR EM AÇÃO – 2005/2010			
Ano	Edição do projeto	Município	Atendimentos prestados
2005/2	Primeira	São José dos Quatro Marcos	1216
		Mirassol D'Oeste	911
		Jauru	683
2006	Segunda	Araputanga	1046
		Indiavaí	584
		Jauru	649
		Mirassol D'Oeste	1038
2007	Terceira	Araputanga	869
		Mirassol D'Oeste	650
2008	Quarta	Mirassol D'Oeste	967
2009	Quinta	Araputanga	953
		Mirassol D'Oeste	953
2010	Sexta	Araputanga (Comunidade Rural das Botas)	600
		Araputanga	700

Quadro 1 – Dados referentes ao funcionamento do Projeto Itinerante Lazer & Recrear em Ação, de 2005-2010.

As atividades desenvolvidas na Tarde Recreativa se caracterizam pela vivência de diferentes práticas corporais, fundamentadas em princípios de inclusão e cooperação social, que fundamentalmente buscam assegurar a democratização ao acesso às manifestações da cultura corporal de movimento, ao incluir: o esporte (em suas diferentes modalidades e categorias), a luta, os jogos e brincadeiras tradicionais/ infantis, a dança e a ginástica permeadas em seu fazer pela ludicidade. As atividades são organizadas na forma de mini-torneios simultâneos,

não competitivos e de participação individual ou coletiva, escolhida livremente pelos participantes.

A respeito da competição, Brunhs (1989) ressalta que “(...) na nossa sociedade, a competição contra o outro é estimulada, enquanto o prazer do outro e no outro desaparece, dando lugar ao isolamento, à alienação” (1989, p. 97). Segunda a autora, provoca-se o desprezo da relação e comunicação com o outro, tornando-se uma das formas de alienação do homem. Assim, os objetivos das atividades desenvolvidas nas Tardes Recreativas, primaram pelo “(...) educar um homem com um ser social” (BRUNHS, 1989, p. 97). Buscou-se resguardar o valor fundamental do participar e vivenciar as diferentes manifestações da cultura corporal de movimento, adaptadas em espaço/tempo às características da clientela atendida, incluindo-se: passeio ciclístico; voleibol na rua ou de areia infantil, juvenil e adulto; basquetebol de rua adulto e infantil; futebol de rua, campo ou areia feminino e masculino; corridas de 100m/50m/revezamento; jogo de Bet (taco) em duplas; oficina de brincadeiras tradicionais infantis (amarelinha, queimada ou carimba, rouba-bandeira, mãe da rua e estafetas), de construção de brinquedos (pipas, pião e bandalhão) e de iniciação à capoeira, judô e kick boxer; sessões de danças (infantis, populares e de salão) e ginásticas (cama elástica e jump); e uma área destinada aos jogos de tabuleiro (dominó, trilha, dama, bozó, xadrez e bingo).

Destaca-se que as atividades escolhidas em cada Tarde Recreativa dependem das condições infraestruturais do município parceiro e dos interesses sócio-culturais da população a ser atendida, o que particularizar cada evento. De forma geral, as atividades são organizadas na forma de oficinas que são orientadas pelos acadêmicos de Educação Física, que se apresentam como os mediadores do processo de vivenciar a Recreação e o Lazer. O evento é comumente realizado aos domingos ou feriados, para favorecer a participação de todos os segmentos sociais e sujeitos. As inscrições são sempre gratuitas e o público alvo atendido inclui desde crianças aos idosos, respeitados na medida de suas diferenças e interesses.

Marcellino (2002c) destaca que:

Democratizar o lazer implica democratizar o espaço. Muito embora, as pesquisas realizadas na área das atividades desenvolvidas no tempo disponível enfatizem a atração exercida pelo tipo de equipamento construído, deve-se considerar que, para a efetivação das características

do lazer, é necessário, antes de tudo, que haja correspondência entre o tempo disponível e o próprio espaço disponível.

Rodrigues e Bramante (2003) entendem o espaço como um dos pilares de uma política setorial de lazer, pois esse acontece por uma permissão do tempo e uma vontade interna do praticante e é, inevitavelmente, vivenciado em algum lugar. Assim, “(...) o ambiente físico influencia, muito além de sua materialidade, sustentado em valores éticos e estéticos de qualquer local” (RODRIGUES e BRAMANTE, 2003, p. 26).

Com base nessas premissas, um aspecto importante a ser ressaltado é a escolha do local do evento que dadas às características locais dos pequenos municípios da região, que quase única e exclusivamente tem como espaço de lazer, a praça central. Adotamo-las como espaço de intervenção pedagógica e educativa, bem como, as ruas em volta, favorecendo os objetivos do projeto, que intencionalmente tinham como foco de interferência a democratização ao acesso às práticas da cultura corporal de movimento a todos. Além disso, influenciar junto ao poder público à recuperação do sentimento de coletividade expressos por esses espaços públicos, entendidos como lugar de encontro, reuniões e conversas da comunidade. Outros espaços de realização das Tardes Recreativas são os parques de caminhada e lazer, estádios de futebol ou escolas públicas a fim de prestar atendimento principalmente, às comunidades de baixa renda localizadas em volta.

A partir da consolidação das ações do projeto na região, a realização das Tardes Recreativas se tornaram mais perenes, tendo sido incluída aos calendários anuais de eventos esportivos dos Departamentos de Esporte e Lazer, como foi o caso do município de Mirassol D'Oeste/MT. Além disso, a fim de contribuir com o processo de promoção de oportunidades de lazer, as Tardes Recreativas fazem parte dos programas e ações governamentais dos municípios como os chamados “Mutirões da Cidadania”.

Em 2010, retomou-se o processo de oferta das Tardes Recreativas em comunidades da zona rural, utilizando as escolas como espaço para organização do evento, oferecendo atividades diferenciadas que atendam especificamente os interesses e anseios dos alunos da Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio e, em respeito às condições psicomotoras da fase de desenvolvimento humano. Contribuindo

para o repensar das estratégias de intervenção com e pelas práticas corporais, nos mais diferentes lócus e realidades pelos acadêmicos de Educação Física.

A presença das Tardes Recreativas nos municípios da região tem se constituído num instrumento de incentivo e estímulo às práticas de lazer, com vistas à implementação de ações permanentes pelos agentes públicos de efetivos programas na área, a partir da iniciativa popular, que contribuem “(...) com o efetivo exercício de cidadania e com a melhoria da qualidade de vida, buscando a transformação social, no sentido de tornar a nossa realidade mais justa e humanizada” (MARCELLINO, 2007, p. 23).

Considerações finais

No que tange a formação acadêmico-profissional, a experiência desenvolvida no âmbito do Projeto permitiu a solidificação da importância da vivência interdependente e dialética da teoria vinculada à prática para futura atuação profissional, que se espera competente num campo de trabalho multifacetado como da Educação Física. Rompeu-se assim, com o modelo paradigmático da competitividade e do rendimento físico, historicamente associado e enraizado às manifestações das práticas corporais desenvolvidas na ou pela Educação Física.

Também, a possibilidade de se vislumbrar a nível macro, as possíveis ações e organização de projetos de política pública para democratização do acesso às práticas corporais a serem pensadas e executadas na área da Educação Física, Esporte e Lazer, que não se restrinja unicamente “(...) a brincadeiras, jogos e outras alternativas de caráter ocupacional, ou seja, numa perspectiva reducionista” (MARCELLINO, 2007, p. 15). Postas em direção ao favorecimento da integração comunitária com o fortalecimento da coletividade envolvida e a garantia ao espaço/tempo de lazer com qualidade.

Por fim, apontamos que o principal resultado colhido dessas experiências é a certeza de que é possível oferecer as diversas comunidades e cidadãos possibilidades de acesso aos esportes, as ginásticas, as danças, as lutas e aos jogos e brincadeiras motivadas pela ludicidade e expressas no prazer da vivência de cada uma dessas atividades, decisivamente influenciando as situações de Recreação e Lazer.

Referências bibliográficas

BRAMANTE, Antônio Carlos. Recreação e Lazer: o futuro em nossas mãos. In: MOREIRA, Wagner Wey. **Educação física & esportes: perspectivas para o século XXI**. 10ª. ed. Campinas: Papirus, 1992.

BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e cultura**. São Paulo: Cortez, 1997.

BRUNHS, Heloisa T. Introdução à palestra sobre educação e cultura. In: BRUNHS, Heloisa T. **Conversando sobre o corpo**. 7ª. ed. Campinas: Papirus, 1989.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Novo dicionário de língua portuguesa**. 2ª. ed. 32ª imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GOMES, Cleomar Ferreira. **Meninos e brincadeiras de Interlagos: um estudo etnográfico da ludicidade**. São Paulo: USP – FEUSP, 2001.

LOPES, Maria I. de S. Acelerado, marche!...pra onde?. In: BRUNHS, Heloisa T. **Conversando sobre o corpo**. 7ª. ed. Campinas: Papirus, 1989.

LORENZ, Konrad. **A demolição do homem: crítica à falsa religião do progresso**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MARCELLINO, Nelson C. **Estudos do lazer: uma introdução**. 3ª. ed. Campinas: Autores Associados, 2002c.

MARCELLINO, Nelson Carvalho et al. Políticas públicas de lazer □ formação e desenvolvimento de pessoal: os casos de Campinas e Piracicaba-SP. Curitiba: Opus, 2007.

MASCARENHAS, Fernando. O pedaço sitiado: cidade, cultura e lazer em tempos de globalização. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 24, n.03. Campinas: Autores Associados, 2003.

MASCARENHAS, Fernando. **Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer**. 2005. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.

PINTO, Leila M. S. de M. Formação de Educadores e Educadoras para o lazer: saberes e competências. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v.22, n.3, maio 2001. (p.53-71).

Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física. Araputanga: FCARP, 2004/2009.

RODRIGUES, Elcie H. C. e BRAMANTE, Antônio C. O espaço na construção de uma política de lazer – estudando Sorocaba/SP: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 24, n.03. Campinas: Autores Associados, 2003.

ENDURO EQÜESTRE ADAPTADO: inclusão ao passo, trote e galope

Profa. **Antonieta Martins Alves**¹⁰⁶

Especialista em Equoterapia

Secretaria de Estado de Educação do DF

Profa. **Ana Carla de Menezes Wanzeller**¹⁰⁷

Mestre em Educação

Secretaria de Estado de Educação do DF

Resumo: Este relato de experiência tem como objeto apresentar o Enduro Eqüestre Adaptado como mais uma possibilidade de ação inclusiva possível através da Equoterapia em parceria com a modalidade Enduro Eqüestre. Segundo Alves (2003), a Equoterapia é um método terapêutico onde o cavalo participa como principal instrumento de reabilitação e inserção social do sujeito com o meio e consigo mesmo. O Enduro Eqüestre Adaptado é uma modalidade dentro do Enduro Eqüestre, foi criado com o objetivo de promover a inclusão social de pessoas com deficiência e/ou necessidade especial que participam de programas de Equoterapia dentro do DF. O Enduro Eqüestre Adaptado busca a relação harmônica e terapêutica entre o praticante/aluno, o corpo discente do IFB - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - Campus Planaltina e docentes da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal SEE/DF e, principalmente, representa uma ação concreta de inserção social, por intermédio da participação junto aos enduristas clássicos, pois sobre o cavalo o praticante/aluno se sente incluído e em condições de ocupação de espaços comuns. Desenvolve, ainda, o prazer pelo esporte, melhoria da qualidade de vida, autoconfiança, melhoria na linguagem oral e/ou gestual entre outros.

¹⁰⁶ End: Q. 4 Conj. B Casa 51 – Sobradinho/DF, Cep. 73025-042, Fones: (61) 8124-8084/(61) 3591-2431, email: martins47@hotmail.com

¹⁰⁷ End: Cond. Vivendas Friburgo, conj. H Casa11 – Sobradinho/DF, Cep. 73070-013, Fones: (61) 8128-8818/(61) 3485-0306, email: anacarlaw@terra.com.br

Introdução

Este trabalho é um relato de experiência desenvolvida pela equipe de profissionais do Programa de Equoterapia, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, em atuação no IFB - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - *Campus Planaltina*.

De acordo com Associação Nacional de Equoterapia/ANDE - Brasil (1999)

“a Equoterapia é um método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência e/ou com de necessidades especiais”.

Esse atendimento que usa o cavalo como alternativa em busca de uma melhoria do estado de saúde remota desde a antiguidade com relatos onde Hipócrates, Asclepiades e Galeno, onde todos recomendam a equitação como instrumento para aquisição ou manutenção da saúde física ou mental... O cavalo é considerado como uma das mais nobres criaturas de Deus no seu relacionamento com os humanos (Edwards, 1991).

Assim, desde a antiguidade o cavalo vem sendo utilizado como instrumento com várias finalidades pelo homem tais como: transporte de mercadorias e pessoas, na agricultura, nos passeios, nas competições (Harper, 2005) e... “como instrumento cinesioterapêutico”.¹⁰⁸

A Equoterapia está dividida metodologicamente em quatro programas quais sejam Hipoterapia, Educação/reeducação, Pré-esportivo e Esportivo.

Esta experiência que relatamos está vinculada ao programa **Pré-esportivo**, que tem o cavalo como instrumento de inserção social, promotor da realidade social, confraternização e principalmente mostrar a capacidade de evolução e envolvimento que todos somos capazes (respeitadas suas limitações) a partir das oportunidades criadas e dentro das condições ideais.

Ainda hoje o cavalo é utilizado como um meio para o desenvolvimento do esporte entre eles destaca-se o Enduro Eqüestre. A palavra enduro é uma abreviação de □ endurance □ resistência, no idioma inglês, (Burn, 2004).

¹⁰⁸ Terminologia utilizada pela Associação Nacional de Equoterapia - ANDE - Brasil

O enduro eqüestre é uma modalidade esportiva originária do turismo eqüestre, onde cavalo e cavaleiro devem percorrer uma trilha com obstáculos naturais, em um tempo pré-determinado ou em velocidade livre. Vence a prova o conjunto que chegar ao final no menor espaço de tempo, ou no tempo mais próximo do ideal, dependendo do tipo de *regulamento utilizado*, segundo Burn (2004) a *evolução do enduro trouxe a preocupação e o cuidado com o cavalo, preservando o seu bem estar.*

Dessa forma, ampliar a inserção da Equoterapia para esta modalidade tem como objetivo promover a inclusão das pessoas com deficiência e/ou necessidades especiais, enduristas clássicos e todos os sujeitos envolvidos durante a realização das provas.

Assim sendo, o Enduro Eqüestre Adaptado na sua forma de realização representa hoje um salto qualitativo na concretização da ação real de inclusão das pessoas com deficiência em uma modalidade que, por suas características elitistas já seria por si só excludente.

É um pouco dessa história, dessa nossa experiência que envolve conhecimento e respeito das potencialidades “do outro para com o outro” que iremos relatar neste trabalho.

Objetivos

Promover a inclusão social e desenvolver as habilidades motoras, socioafetivas, comunicativas e cognitivas das pessoas com deficiência;

Ampliar o campo teórico da Equoterapia, inserindo o Enduro Eqüestre Adaptado em um de seus programas básicos (pré-esportivo);

Identificar a Equoterapia como espaço promotor da saúde, bem-estar e dos aspectos biopsicossociais do praticante/aluno;

Identificar o Enduro Eqüestre Adaptado como um instrumento promotor da qualidade de vida, inserção social e superação das desigualdades despertando para o respeito às diferenças.

Metodologia

Reuniões entre os Centros interessados na criação, elaboração e implementação da modalidade e do Regulamento Interno do Enduro Eqüestre Adaptado, definindo critérios, categorias, distâncias e outros.

Contatos permanentes com a direção da Sociedade Hípica de Brasília, responsável por todas as provas do Enduro Eqüestre e, doravante também pelo Enduro Eqüestre Adaptado.

Em nível local, cada Centro, faz a seleção de alunos com necessidades especiais participantes do Programa de Equoterapia, para participação no programa pré-esportivo na modalidade Enduro Eqüestre Adaptado.

Encontro com as respectivas famílias para explicar sobre a modalidade, e solicitar a participação durante a prova e também autorização para participação dos filhos (as) nas provas.

Seleção de praticantes e animais, na formação do “conjunto” (composto por cavaleiro/amazona e cavalo/égua) buscando o estabelecimento de vínculo entre animal e praticante.

A nossa equipe participa na modalidade Regularidade, sendo esta subdivida em quatro categorias:

a) Iniciante: Cavaleiro Praticante, montado, deverá conduzir o cavalo sozinho, contudo haverá um auxiliar lateral o acompanhando por motivos de segurança.

Distância: até 2 km; Velocidade: 4 km/h; Andadura: ao passo; Batimento Cardíaco do cavalo/égua: 64bpm.

b) Elementar: Cavaleiro Praticante, montado, é acompanhado por um Cavaleiro Auxiliar. O Cavaleiro Praticante deverá guiar seu cavalo com independência, contudo todo o percurso e procedimentos da prova deverão ser realizados em dupla.

Distância: até 6 km; Velocidade: 6 km/h; Andadura: ao passo; Batimento Cardíaco do cavalo/égua: 64bpm.

c) Intermediária: Cavaleiro Praticante, montado, deverá conduzir o cavalo com independência, sendo acompanhado por um Cavaleiro Auxiliar por motivo de segurança.

Distância: até 10 km, divididos em anéis de no máximo 5 km de distância cada um com 3 minutos de descanso. Velocidade: 10 km/h; Andadura: ao trote; Batimento Cardíaco do cavalo/égua: 64bpm.

d) Avançado: Cavaleiro Praticante, montado, deverá conduzir o cavalo com independência, sendo acompanhado por um Cavaleiro Auxiliar por motivo de segurança.

Distância: até 20 km, divididos em anéis de no máximo 5 km de distância cada um com 3 minutos de descanso. Velocidade: 16 km/h; Andadura: ao Galope; Batimento Cardíaco do cavalo/égua: 64bpm.

Dessa forma, cada prova é realizada dentro das características próprias de cada categoria.

Fundamentos e Atividades

Para entendermos melhor sobre a modalidade encontramos em Wikipédia- enciclopédia livre, uma explanação muito didática sobre o Enduro Eqüestre: “é um dos sete esportes hípicos regulamentados pela FEI - Fédération Eqüestre Internationale (1982). É, atualmente, o esporte que mais cresce em número de eventos por ano e já ocupa a terceira posição, praticamente empatado com o Concurso Completo de Equitação (CCE) e atrás do Salto.

Trata-se de uma corrida de longa distância, atingindo 160 quilômetros em sua versão mais longa, separada em etapas (chamadas de “anéis”). Entre os anéis sempre há um controle veterinário (“vet-check”) que desclassifica os cavalos demasiadamente cansados ou que mostrem qualquer sinal de dor no sistema locomotor.

O enduro é disputado por conjuntos compostos de um cavaleiro/amazona e um cavalo/égua, não podendo nenhum dos membros ser substituído durante a prova. Colocamos um grifo nesta parte por entendermos como um aspecto de especial relevância quando falamos em inclusão, ***“o enduro é conhecido por proporcionar um ambiente familiar, no qual avós e netos, marido e mulher, irmão e irmã, etc., todos correm juntos, não havendo distinção entre homens e mulheres.”***

Quanto às modalidades o Enduro Eqüestre está assim dividido: “velocidade livre e regularidade/velocidade controlada. A primeira é considerada a modalidade principal e mais competitiva. Todas as provas internacionais e campeonatos mundiais e continentais são disputados na velocidade livre. Nesta modalidade o primeiro conjunto a percorrer a distância estabelecida e ser aprovado no vet-check final é considerado o vencedor.”

Daremos maior ênfase à modalidade, “**regularidade/velocidade controlada** é tida como uma modalidade de fomento e treinamento

para cavalos e cavaleiros. Existem vários regulamentos, que premiam desde o tempo de recuperação cardíaca do cavalo até a cadência correta na trilha. Todos esses regulamentos, no entanto, estabelecem distâncias curtas (entre 15km e 60km), permitem que cavalos de qualquer raça e sem nenhum treinamento participem e dão condições a praticamente qualquer pessoa competir.”

Assim, o Enduro Eqüestre Adaptado teve sua primeira versão em 2007, com a participação de 4 (quatro) Centros de Equoterapia, dentre eles Planaltina e Sobradinho hoje unidos dentro do IFB-*Campus* Planaltina. Desde então, trabalhou-se na construção de seu Regimento em consonância com o Regulamento Geral da modalidade matriz - Enduro Eqüestre (FEI, 2009), porém, fazendo as suas adaptações e adequações para a clientela para a qual é destinado.

Nossa opção pela modalidade **regularidade/velocidade controlada** baseia-se no fato de entendermos o Enduro Eqüestre Adaptado como pré-esportivo onde a ênfase está na participação, nas trocas, na possibilidade do diálogo entre os participantes, na oportunidade de “sentir” seu cavalo/égua, poder observar a natureza, e, ainda, como ação pedagógica para reconhecer cores, nome das árvores, noções de direita e esquerda qual seja a relação estabelecida entre o praticante/aluno e o Cavaleiro Auxiliar ou Auxiliar Lateral.

Ações importantes acontecem antes da realização da provas tais como:

Contatos durante o “briefing” (instruções preliminares) com praticantes do Enduro Eqüestre tradicional socializando nossas necessidades e a forma como estes poderão nos auxiliar;

Verificar as ofertas pessoais ou convites para participar na modalidade “conjuntos” onde os mesmos desempenharão a função de Cavaleiro Auxiliar (chamados carinhosamente de “anjo”);

Definição do percurso onde o responsável hoje, já totalmente consciente da nossa clientela, elabora o trajeto adequado à modalidade e especificidade de cada categoria por nós pré-estabelecida.

Após a seleção dos praticantes/alunos quando então são definidos os animais que participarão da prova segue-se para a parte da logística necessária para o dia do enduro: separação do material a ser

utilização por cada cavalo e pelos praticantes/alunos, providenciar as vacinas, exames, guia de transporte e deslocamento dos cavalos, bem como tenda, água, cadeiras, lanche para todos os envolvidos.

Após a chegada ao local de realização das provas faz-se a montagem da barraca, separação dos equipamentos de cada cavalo. O desembarque e embarque dos cavalos/égua é feito pelos praticantes/alunos sob a supervisão dos professores, bem como alimentação, limpeza e encilhamento dos mesmos.

Antes do horário das provas é hábito visitar as outras barracas montadas para o Enduro Eqüestre, lanchar nas mesmas, auxiliar no resfriamento (molhar o cavalo que terminou a prova ou anel com o objetivo de regularizar os batimentos cardíacos) quando alguma equipe solicita.

Há na verdade, um aprendizado motor, cognitivo e afetivo que se dá de forma espontânea e prazerosa, onde o ambiente, os animais e as equipes somam forças para uma verdadeira inclusão. Neste momento estamos oportunizando para ambas partes o conhecimento das suas potencialidades afetivas e superações.

O momento da prova é composta por várias etapas:

- c. Apresentação do cavalo à equipe de veterinária - “vet-check” quando são analisadas as condições físicas de cada animal, neste momento cada aluno apresenta seu animal acompanhado pelo Professor e/ou pelo Cavaleiro Auxiliar;
- d. Após este momento praticante/aluno sela e prepara seu cavalo para a prova (encilhamento) também com auxílio do Cavaleiro Auxiliar (anjo) e/ou Professor;
- e. Durante a prova, desde a largada até a chegada, o Cavaleiro Auxiliar ou Auxiliar Lateral acompanha o praticante/aluno;
- f. No momento da largada e da chegada várias pessoas presentes à prova presenciam e estimulam os participantes;
- g. Na chegada, o Cavaleiro Auxiliar supervisiona e acompanha a retirada dos equipamentos, o resfriamento do cavalo seguindo então para uma nova passagem do animal no vet-check;

O tempo da prova é marcado na largada, no meio do percurso onde existem os Postos de Controles-PC's e também na chegada. Faz-

-se um cálculo do tempo ideal – distancia percorrida e o tempo gasto, quanto mais regular melhor o resultado.

Após o encerramento, a premiação pode ocorrer no mesmo dia ou em data previamente estabelecida, sempre junto com a premiação dos enduristas clássicos. Todos os praticantes/alunos participantes do Enduro Eqüestre Adaptado são premiados pela participação, contudo, há uma classificação de acordo com o desempenho na prova.

Resultados

Desde a primeira versão do Enduro Eqüestre Adaptado percebemos o interesse e a participação de muitas pessoas envolvidas nesta área através de ações concretas, entre elas destacamos algumas consideradas primordiais para nossa presença nas provas:

1. Empréstimo de animal para realização da prova;
2. Doação de animais;
3. Doação de equipamentos como capacetes, sela adequada, estribos e outros;
4. Auxílio para contratação ou doações para transportar os animais;
5. Preços subsidiados para pagamento dos exames, ferragem e casqueamento;
6. Transporte dos animais feito por outro órgão.

Destacamos a presença da mídia escrita, televisiva e falada, durante os eventos dando destaque em virtude da eficiência e não deficiência dos nossos Praticantes/alunos.

Outro ponto essencial é a alegria e satisfação das famílias no qual percebemos pela expressão e pelos depoimentos das mesmas e dos praticantes quanto a participação, pela premiação, por se sentirem incluídos.

Outro ponto importante é oportunizar uma clientela tão carente a participar de um esporte tão elitizado, mas, principalmente pelo contato com as diferenças que estamos promovendo.

Dissemos que o Enduro promove a inclusão social, mas também aprendizagem, muito nos emociona quando o Cavaleiro Auxiliar

aproveita o percurso para trocar experiências com o Praticante/aluno, ensinando cores, direção, partes do cavalo, como um reforço daquilo que trabalhamos no dia-a-dia da nossa sala de aula.

É possível observar que o aluno percebe em qual velocidade seu cavalo/égua está se deslocando para manter uma velocidade regular, tendo como resultado controle de tempo, da ansiedade e manutenção do ritmo.

Falamos que a prova é realizada em percursos diferenciados quanto à dificuldade e distância, nos dois primeiros eventos tivemos que percorrer todo o trajeto e fazer as adequações de forma a garantir a segurança e mediar as possíveis complicações, hoje a pessoa responsável por definir a trilha é autônomo e competente para fazer a marcação dando toda segurança para nossos Praticantes/alunos.

Em contraste com as primeiras provas observamos o amadurecimento da equipe de veterinários ao receber nossos Praticantes/alunos e solicitar as evoluções exigidas para o cavalo/égua, pois compreendem as limitações e exploram a eficiência.

Atualmente a temporada do Enduro no DF, inicia juntamente com as provas da FEI, assim, ganhamos visibilidade em nível internacional quando a equipe de arbitragem elogia a iniciativa do Distrito Federal e os árbitros nacionais questionam porque outros estados ainda não implantaram o Enduro Eqüestre Adaptado.

Por fim, classificamos que existe um amadurecimento dentro de todos os setores que atuam no Enduro Eqüestre, alguns de forma mais rápida, mas, cada um no seu ritmo.

Conclusão

Durante estes anos de realização das provas do Enduro Eqüestre Adaptado observamos que essa atividade é extremamente estimulante para os praticantes/alunos, pois, fortalece a auto-estima, a autonomia e inclusão com outras equipes tanto de pessoas com deficiência quanto com as ditas normais. Do ponto de vista da inclusão, durante a realização das provas de Enduro, percebe-se o envolvimento dos enduristas clássicos com participantes do Programa de Equoterapia, destacando-se a ação como Cavaleiro Auxiliar.

Sabemos que as modalidades esportivas e de lazer que envolvem Eqüídeos (todos os animais do gênero Equus) são classificadas como elitistas, e realmente o são, pois os custos com os animais é muito alto (vacinas, exames, controle de parasitas, alimentação, equipamentos para o cavalo/égua e para o cavaleiro/amazona), assim entendemos que no momento que o estado percebe o valor terapêutico desse animal poderá intervir de forma a quebrar o monopólio dos laboratórios, das fábricas de equipamentos e até mesmo autorizar a importação possibilitando a concorrência que poderá reduzir em muito os nossos custos.

Acreditamos que, por atuarmos em uma Instituição Pública com vocação para atividades voltadas para a Equoterapia estaremos incentivando o Estado a investir mais em mão de obra qualificada para esta área tanto em nível técnico quanto Superior, além do que, ações desse porte contribuem para a implementação da inclusão dentro do ambiente escolar.

E ainda, nossa experiência demonstra que ações intersetoriais são importantíssimas no sentido de suporte e parcerias mais eficientes uma vez que enquanto instituição pública nossas demandas necessitam de solução permanente.

Dessa forma, como profissionais de várias áreas com atuação na Equoterapia há mais de uma década e que se permitem novas vivências e novos desafios, permanecemos buscando a inclusão social por intermédio do Enduro Eqüestre Adaptado por entendermos que a Inclusão acontece no ritmo do andamento do cavalo/égua: ao passo, ao trote e ao galope.

Referências Bibliográficas

ALVES, Antonieta M. **Equoterapia, Estimulação Precoce e Síndrome de Down:** quando as partes se completam formando um todo – relatando uma experiência bem sucedida. Monografia final para obtenção do Título de Especialista em Equoterapia. Unb, Brasília, 2003, 113p.

ANDE - Brasil. **Associação Nacional de Equoterapia:** caderno s/n, pag. 13, Brasília, 1999.

ANDE - Brasil. **Fundamentos doutrinários**. Apostila do Curso Básico de Equoterapia. Brasília, 2005.

BURN, Barbara. **The horseless Rider**: A complete guide to the art of riding, showing, and enjoying other people's horses. 3rd, rev. ed. Guilford, CT, USA: The Lions Press, 2004, 262p.

EDWARDS, E. H. *The Kingdom of the horse*. Crescent Books Editions, USA, 1991, 144p.

FEI. <<http://www.fei.org/about-us/history>> acessado em 12 de agosto de 2010.

FEI. **Regulamento do Enduro Eqüestre**. <www.fei.org>. 7ª ed. Suíça: jan, 2009.

HARPER, Don. **Understanding horses**: An illustrated guide to understanding a horse's behavior. Parragon Publishing, UK, 2005, 176p.

Wikipedia. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Enduro_Equestre> acessado em 12 de agosto de 2010.

PROJETOS DE EXTENSÃO: do anonimato a glória

Ailton Ledoaldo Bichoff

Graduado em Licenciatura Plena em Educação Física
Especialista em Educação Especial

Resumo: A busca em promover a inclusão por vezes acaba sendo distorcida, seja, por um mau entendimento do processo ou das partes envolvidas, e na busca por um meio adequado de concretizar a inclusão da pessoa deficiente, muitos planos de ação foram traçados e dentre todos, um obtém certo destaque, os projetos de extensão universitários vem a contribuir com a sociedade em geral, mas em especial com aqueles que dificilmente teriam acesso a métodos que melhorariam sua qualidade de vida. A proposta contempla inúmeros objetivos dentre os quais se destaca a inclusão dos participantes na sociedade, e concretiza, por meio da motivação, a perseverança do atleta no programa por um longo período de treinamento e prática desportiva. Demonstrando as possibilidades de sucesso que os projetos de extensão podem ofertar, o presente trabalho vem apresentar a conquista da “I Copa Sul Americana” pela Seleção Brasileira de Futebol de Sete, sendo que a base de todo trabalho é de origem do projeto “Programas de Educação Física para Pessoas com Necessidades Especiais” realizado pela Universidade Estadual de Maringá, que visa a inclusão de pessoas com deficiência física na sociedade ativa.

Introdução

A incessante busca em se efetivar a das pessoas com algum tipo de deficiência é por muitas vezes distorcida por um mau entendimento do processo ou das partes envolvidas, uma das inúmeras possibilidades de gerenciar esse resgate do senso de vida em comunidade pode ser promovido em formas de projetos de extensão, sendo estes oferecidos por instituições de ensino superior. Segundo Azevedo e Barros (2004), os fatos históricos revelam que os deficientes são excluídos na sociedade, trazendo prejuízos à sua saúde física e mental. Portanto, ao buscar a inclusão muitos males seriam evitados, para Sposati *apud* Azevedo e

Barros (2004) a inclusão sugere garantia ao acesso das quatro utopias básicas: autonomia de renda, desenvolvimento humano, qualidade de vida e equidade.

Na busca por um método adequado e na tentativa da concretização da inclusão da pessoa deficiente, muitos planos de ação foram traçados, e um dos meios de tornar estas oportunidades de vivenciar momentos que dificilmente seriam ofertados em um cotidiano onde o ensino superior não se faz presente, é que o projeto de extensão vem a contribuir com a sociedade. A extensão Universitária é destinada aos populares, oferecendo serviços que dificilmente tiveram ou têm acesso (Fonseca, *et al.* 2000). Foi desejando proporcionar uma melhoria na qualidade de vida dos deficientes físicos, a Universidade Estadual de Maringá (UEM), reativou em 2006 um projeto no qual ofertaria a prática esportiva, com objetivos de inclusão social e de buscar um aumento da auto-estima dos participantes. Sendo o público alvo, pessoas com deficiência física de ambos os sexos e das mais variadas faixas etárias, as modalidades passaram por adaptações com o intuito de padronização e unificação das práticas visando respeitar e adequar conforme as normativas das entidades que regulamentam o esporte adaptado. Ofertaram-se então as modalidades de Futebol de Sete e o Vôlei Sentado, tendo os treinamentos se realizando duas vezes por semana, e as competições acontecendo com serias restrições financeiras, todavia, as entidades representantes das modalidades, em nível nacional, realizavam aproximadamente uma competição de futebol e duas competições de vôlei ao ano.

Desenvolvimento

Propostas distintas surgem durante a realização do projeto, e naquele momento se iniciava o conflito entre teoria e prática, pois, o esporte de competição e o de inclusão, raramente contemplam um mesmo plano de ação. Quando se pensa em atividades competitivas, subentende que apenas os melhores estarão sendo aceitos, todavia, atividades inclusivas possuem características diferentes, assim como informa Aguiar e Duarte (2005) ao dizer que o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos, independente de seu talento, deficiência, origem sócio-econômica, étnica ou cultural. Corroborando com a mesma concepção, vale ressaltar que:

Entende-se por atividade esportiva inclusiva, toda e qualquer que, levando em consideração as potencialidades e as limitações físico-motoras, sensoriais e mentais dos seus praticantes, propicie a sua efetiva participação nas diversas atividades esportivas recreativas e, conseqüentemente, o desenvolvimento de todas as suas potencialidades. (AZEVEDO E BARROS, 2004)

No Brasil, o esporte adaptado data de 1958, com a fundação do Clube dos Paraplégicos em São Paulo e do Clube do Otimismo no Rio de Janeiro (Costa e Souza, 2004). Com o passar dos tempos e com o surgimento de novas necessidades, as regras e as modalidades esportivas sofreram novas modificações e até algumas foram exclusivamente elaboradas para suprir as limitações, por exemplo: o Goalball, uma modalidade específica, praticada quase exclusivamente por cegos (Rodrigues e Vasconcelos, 2003). Este processo de valorização do deficiente mostra-se de grande valia, pois, assim como afirma Maciel (2000) a sociedade, desde seus primeiros relatos, julga e marginaliza aqueles que fogem aos seus padrões analisando apenas a aparência e não suas potencialidades. A autora ainda cita que existe a grande dificuldade do deficiente e seus familiares obterem apoio por falta de conhecimento de como fazê-lo e o baixo poder econômico que limita muitas ações. Todavia, o projeto de extensão criado pela UEM, “Programas de Educação Física para Pessoas com Necessidades Especiais” por não visar fins lucrativos e oferecer atendimento especializado e de qualidade, obteve uma boa aceitação da comunidade deficiente e não-deficiente.

As notícias repercutiam e o destaque acontecia de forma tão natural que em pouco tempo, o projeto já contava com atletas de outros estados que estabeleciam contato para atuar na equipe da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Contudo, além do caráter social, houve a necessidade da criação de uma equipe para atuar em competições, e não foi surpresa, tendo em vista a situação, que em pouco tempo a equipe estava representando a cidade de Maringá-PR em apresentações e competições nacionais, e contava com a exclusividade, pois era o único time representante da região sul do Brasil. Com a consolidação do trabalho realizado, a equipe maringaense, também conhecida pelo nome da associação que se afiliara, ASSAMA, foi convidada em 2009 a representar o Brasil no Copa Sul Americana, por conseqüência, um dos

professores do projeto também assumiria de forma interina o comando da seleção. O convite foi aceito com muita honra, a viagem marcada e a escalção da equipe anunciada.

Ao professor e então técnico temporário da seleção, restou apreensão, pois, mesmo conhecendo os atletas e os jogadores dos outros estados convidados a compor o time, esse grupo não havia se encontrado para treinamentos nem ao menos se reunido antecipadamente com o professor. O primeiro contato como equipe aconteceu momentos antes do embarque para a Argentina, onde aconteceria a competição. Durante toda a semana que se prosseguiu, foi evidenciada a importância de uma boa apresentação, para demonstrar quão importante é a intervenção das instituições de ensino, as ONGs e outros institutos que buscam promover o crescimento pessoal e valorização da sociedade. Ao final daqueles sete dias na cidade de Crespo em companhia das equipes representantes de El Salvador, Argentina e Gana, a equipe retorna ao Brasil com o orgulho inflado, medalha no peito e o título de campeão invicto. Resultado de grande impacto, tendo em vista que cada atleta, ao voltar para seus respectivos estados e cidades, foram recebidos com festas e homenagens, elevando a auto-estima e motivando outros atletas a seguir o caminho do esporte adaptado e da busca pelo seu espaço na sociedade.

Alguns dias após o retorno à suas cidades, os deficientes realizaram um “feedback” positivo da conquista, ou seja, não foi apenas um título, houve naquela competição também o resgate do valor humano, pessoas até então desconhecidas que representaram suas cidades compondo a seleção, que por sua vez representou de forma eficiente o seu país. Considerando as explicações de Tresca e De Rose Jr (2000), em relação à motivação intrínseca, ao qual afirma que é aquela guiada por razões internas, e dessa forma se verificou de forma empírica, após o retorno, um crescimento desse tipo de motivação nos participantes do projeto, pois, o ambiente não se modificou, mas os indivíduos passaram a demonstrar atitudes diferenciadas, podendo ser definidos como atitudes de maior comprometimento, além de vislumbrar futuras convocações e experiências que até então eram apenas utópicas. Ressaltando que a conquista não se deu apenas a nível coletivo, também foi de cunho individual, uma vez que dois dos três prêmios para os jogadores

em destaque também vieram para o Brasil, sendo para o artilheiro e melhor goleiro. Essa competição teve uma importância maior do que apenas para aquelas pessoas envolvidas, ela também contemplou um dos critérios para que a modalidade possa se tornar Paraolímpica, impulsionando e consolidando a sua prática e difusão.

É notório ainda no Brasil e em muitos outros países que o preconceito e a vergonha estão presentes em todos os lugares e a qualquer momento, fato já mencionado por vários autores, assim como Maciel (2000) deixa claro que a falta de conhecimento gera julgamentos errôneos, levando a associar o termo deficiente com incapacidade ou problema. Contudo, o oferecimento de atividades de inclusão, por exemplo, por meio de projetos de extensão, essas pessoas atualmente subjugadas pela sociedade concretizam sonhos, realizam feitos, e assim com fora apresentado, alguns podem ao auge e representar o seu país com maior facilidade do que a imensa parte das pessoas que praticam esportes e que não apresentam limitações físicas.

Todos os pequenos objetivos, quando conquistados proporcionam uma maior auto-estima, fazendo com que as pessoas realizem as atividades posteriores com maior afinco, buscando maiores ganhos e elogios. Durante a competição em questão, a Seleção do Brasil trouxe mais dois prêmios, o melhor goleiro e o artilheiro, sendo que os indivíduos que alcançaram essas premiações se mostraram nitidamente emocionados e mais propensos a apresentar e demonstrar os benefícios que a participação nos projetos podem proporcionar. Não há promessa de ganhos materiais, mas a superação e a busca por um objetivo devem estar presentes no cotidiano de todas as pessoas, deficientes ou não, e essa superação é clara ao frequentar um local que promova essa inclusão pelo esporte, em especial o futebol, por se tratar de uma modalidade conhecida de todas as pessoas, independente de qualquer grupo social que se encontre. Este projeto de extensão em questão, de forma mais efetiva aconteceu e acontece há cinco anos.

Atualmente, essa extensão busca por novos participantes, todavia, há ainda muito preconceito e dificuldades de aceitação da sociedade pelo que lhe é estranho ou diferente, e algo que não pode ser considerado é o próprio preconceito do deficiente para com sua própria situação, ou seja, a aceitação ainda é timidamente trabalhada na fase da

conscientização e recuperação deste pessoa limitada fisicamente.

Conclusão

As instituições de nível superior deveriam elaborar e ofertar planos de ação junto à comunidade, todavia, mesmo remetendo a uma informação que já seja conhecida pelos estudiosos, verificou-se presencialmente a interferência positiva que um projeto de extensão pode ter sobre a vida das pessoas, principalmente daquelas que compõem grupos menos favorecidos, não só financeiramente, mas em todos os âmbitos da vida. O incentivo, o acompanhamento e o trabalho, não devem ser apenas na construção do conhecimento, não apenas na aplicação de pesquisas, e sim, tendo como foco a busca incessante pela construção de seres humanos mais participativos, ativos, integrantes e responsáveis, pois a humanização das pessoas é algo a ser trabalhado diariamente.

O projeto de extensão universitária demonstrou por meio da aceitação deste convite em representar o Brasil em uma competição, procurar apresentar a igualdade de condições existentes entre as pessoas, comprovando que a deficiência ou qualquer outra limitação é apenas uma característica que difere os seres humanos, assim como cor do cabelo, estatura e biótipo. A busca pela igualdade, quando apresentada pelas diferenças, parece ser ambígua, mas, se a busca é pela igualdade de oportunidades esta se torna mais fácil e possível de ser alcançada, contudo, não se pode camuflar ou desconsiderar as diferenças, se faz necessário então assumir sua existência e capacitar profissionais para a atuação.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, J. S. de; DUARTE, É. **Educação inclusiva: um estudo na área da educação física**, *Revista Brasileira Educação Especial*, Marília, Maio-Agosto 2005, v. 11, n. 2, p.223-240.

AZEVEDO, P.H., BARROS, J.F. **O nível de participação do estado na gestão do esporte brasileiro como fator de inclusão social de pessoas portadoras de deficiência**. *R. bras. Ci e Mov.* 2004; 12(1): 77-84.

FONSECA, M. da C. F. R., *et al.* **O significado de um projeto de extensão universitária na formação inicial de educadores de jovens**

e adultos. Relatório Parcial de Pesquisa, 2000.

MACIEL, M. R. C. **Portadores de deficiência a questão da inclusão social**, São Paulo em perspectiva, 14(2) 2000.

RODRIGUES, N., VASCONCELOS, O. **goalball modalidade específica da deficiência visual**. R. Integrar. 2003/2004; 60-72.

SOUSA S. B., COSTA, A. M. da. **Educação física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI**, Revista Brasileira Ciências Esporte, Campinas, v. 25, n. 3, p. 27-42, maio 2004.

TRESCA, R. P.; DE ROSE JR, D. **Estudo comparativo da motivação intrínseca em escolares praticantes e não praticantes de dança**, Revista Brasileira de Ciências e Movimento, Brasília, v. 8, n. 1, páginas 9-13, Janeiro 2000.

CATEGORIA 4
ENSAIO

POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS: educando para a equidade de gênero

Prof. Dra. Silvana Vilodre Goellner
Universidade Federal do Rio Grande do Sul¹⁰⁹

Resumo: Considerar questões relacionadas a equidade de gênero nas políticas públicas significa valorizar experiências e trajetórias de ambos os sexos bem como promover ações nas quais homens e mulheres exerçam sua cidadania protagonizando vivências no esporte e lazer que se manifestem como exercício de sociabilidade, autonomia e emancipação. Sabemos que a implementação de políticas públicas não depende apenas de quem elabora suas diretrizes político-pedagógicas e dos órgãos institucionais que as financiam mas, também, daqueles/as que estão no dia-a dia das suas atividades (coordenadores/as, executores/as, monitores/as, agentes comunitários, participantes). Nesse sentido, busco, neste texto, fornecer alguns subsídios teóricos acerca das questões relacionadas aos gêneros com o intuito de alertar que, em função desse marcador social, podem acontecer situações nas quais, sutil ou explicitamente, promovem-se situações desiguais de acesso e permanência no esporte e no lazer. Tal desigualdade se dá por razões culturais cuja naturalização reafirma essas diferenças de modo que, muitas vezes, nem as percebamos. Nesse sentido, é inegável o papel pedagógico desempenhado por cada sujeito envolvido na elaboração e implementação de políticas públicas cuja intervenção pode fazer grande diferença na construção de práticas, discursos e valores mais democráticos e solidários, considerando a equidade de gênero. Do contrário continuaremos mantendo a iniquidade e, em nome dela, privilegiando determinados sujeitos e grupos em detrimento de outros.

Introdução

Na agenda política e pedagógica de muitas políticas públicas, o termo inclusão tornou-se lugar comum. Sob o seu abrigo defendem-

¹⁰⁹ Rua Felizardo, 750. Jardim Botânico, Porto Alegre, RS. 90035-052. Fones: 51 33085836 ou 51 33463204. Fax: 51 33085811. Email: goellner@terra.com.br

-se direitos de indivíduos e grupos considerados à margem de várias das garantias sociais vigentes em uma sociedade democrática. Em que pese a relevância da perspectiva inclusiva, não raras vezes, é possível identificar que alguns temas estão à margem dessa inclusão como, por exemplo, a equidade de gênero.

Tal afirmação parte do entendimento de que as políticas públicas de esporte e lazer pautadas pela perspectiva da inclusão social precisam considerar essa questão pois, em nossa sociedade, existem desigualdades de acesso e permanência entre homens e mulheres, meninos e meninas no que respeita as atividades e esportivas de lazer tais como: premiações, oferta de atividades, gestão, ocupação de espaços e equipamentos, visibilidade na mídia, entre outros.

Considerar questões relacionadas a equidade de gênero nas políticas públicas significa valorizar experiências e trajetórias de ambos os sexos bem como promover ações nas quais homens e mulheres exerçam sua cidadania protagonizando vivências no esporte e lazer que se manifestem como exercício de sociabilidade, autonomia e emancipação. Sabemos que a implementação de políticas públicas não depende apenas de quem elabora suas diretrizes político-pedagógicas e dos órgãos institucionais que as financiam mas, também, daqueles/as que estão no dia-a-dia das suas atividades (coordenadores/as, executores/as, monitores/as, agentes comunitários, participantes). Nesse sentido, busco, neste ensaio, fornecer alguns subsídios teóricos acerca das questões relacionadas aos gêneros com o intuito de alertar que, em função desse marcador social, podem acontecer situações nas quais, sutil ou explicitamente, promovem-se situações desiguais de acesso e permanência no esporte e no lazer.

Para tanto, inicio este texto com uma fundamentação teórica sobre o conceito de gênero como uma categoria de análise buscando ressaltar que se constitui, também, como um marcador social que constitui a identidade dos sujeitos. Posterior a essa explicitação conceitual, faço uma análise do esporte e do lazer como espaços nos quais se produz e reproduz distinções de gênero argumentando em favor de uma educação que busque a equidade de gênero, preceito necessário a elaboração e implementação de políticas públicas de esporte e lazer pautadas pela inclusão social.

Desenvolvimento

No livro, *Sociologia do Corpo*, David Le Breton faz uma afirmação bastante significativa para entendermos o corpo como o local de construção de nossa identidade quando expressa: “a existência é corporal” (2006, p. 24). Tal expressão, por si só, traduz muito do que necessitamos apreender para pensar nossa subjetividade pois, não há como falar de corpo sem falar de nós mesmos, daquilo que somos ou que gostaríamos de ser.

Essa maneira de olhar para a construção de nossa identidade implica entender que o corpo integra esse processo, sobretudo, porque sobre ele são conferidas diferentes marcas em diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, etc. Uma dessas marcas refere-se as questões de gênero, ou seja, a condição social através da qual somos identificados como masculinos e femininos. O gênero, portanto, não é algo que está dado, mas é construído social e culturalmente e envolve um conjunto de processos que vão marcando os sujeitos, a partir daquilo que se identifica ser masculino e/ou feminino. É diferente de sexo, termo usado para identificar as características anatômicas que diferenciam os homens das mulheres e vice-versa.

Nesse sentido projeta-se para o termo uma configuração que está para além da sua recorrência como uma categoria analítica. O gênero é observado como algo que integra a identidade do sujeito, que faz parte da pessoa e a constitui. Em outras palavras: os sujeitos não são apenas homens ou mulheres, mas homens e mulheres de várias etnias, classes sociais, religiões, gerações, capacidades físicas, etc, portanto, há diferentes masculinidades e diferentes feminilidades sendo que suas identidades se constroem ao longo da vida através de inúmeras práticas sociais, inclusive aquelas relacionadas ao universo cultural do esporte e do lazer.

Com relação ao lazer, destaco que as questões de gênero têm, historicamente, interferido na adesão e permanência de homens e mulheres em várias de suas atividades, em especial, aquelas voltadas para as práticas corporais e esportivas. Em estudo realizado em programas sociais de esporte e lazer nas cidades de Porto Alegre e Rio de Janeiro, Goellner et all (2009) identificaram uma percepção diferenciada que homens e mulheres têm sobre o lazer e a ocupação do tempo fora do

âmbito do trabalho. Na fala das mulheres apareceram temas como: “Lazer é ter um monte de descanso”; “Lazer é a casa onde mora”; “Lazer é ficar tranqüila fazendo o que eu gosto, sem me preocupar com horários”; “Lazer é não fazer nada”; “Lazer é levar os filhos para passear e se divertir” e “Lazer é descanso para a memória”. A fala dos homens indicou outra direção: “Lazer é tranqüilidade de viver e um espaço saudável”; “Lazer é divertir-se, realizando algum esporte”; “Lazer é se divertir e melhorar a sua saúde”; “Lazer é um meio de diversão a todos, especialmente uma caminhada ou um futebol”.

Esses dados podem ser lidos através de diferentes perspectivas: uma delas relaciona-se com a questão da divisão social do trabalho no qual as mulheres, em sua imensa maioria, são as responsáveis pelos cuidados da casa e da família. Segundo Gross (2008) a maior categoria de profissionais no nosso país é formada por mulheres e por mulheres negras sendo que, grande parte delas, não tem seus direitos trabalhistas respeitados. Isso se deve, entre outros fatores, a relação que se estabelece entre trabalho remunerado e não remunerado.

Essa questão afeta de forma particular não apenas a questão da divisão sexual do trabalho mas, ainda do próprio lazer. Razão pela qual, a equidade de gênero deve pautar a agenda da elaboração e implementação de políticas públicas inclusivas pois esse marcador identitário tem historicamente interferido de formas distintas e desiguais na adesão e permanência de homens e mulheres no esporte e no lazer. Por certo outros fatores também reforçam estas e outras desigualdades. No entanto, não podemos negar que as relações de gênero configuram espaços diferenciados para eles e para elas e, como qualquer outra questão política, merece ser amplamente discutida e referenciada.

É no contexto das desigualdades de gênero presentes no universo das práticas esportivas e de lazer que o conceito de equidade de gênero ganha relevância e intencionalidade política. Por equidade de gênero entende-se “a condição de igualdade de direitos para os sujeitos, independente de gênero feminino ou masculino” (XAVIER FILHA, 2009).

No campo do esporte e do lazer tal conceito ainda merece ser observado com maior ênfase quando relacionado as mulheres (crianças, jovens adultas e idosas) pois estas vivenciam maiores limites quando

comparadas com os homens no universo destas práticas, fundamentalmente, em função de fatores sociais e culturais, de representações de feminilidade, de estética e de saúde que limitam uma maior inserção e permanência nestas esferas sociais.

Essa afirmação de modo algum desconsidera que, mesmo no esporte e no lazer, existam situações nas quais aos homens (crianças, jovens adultos e idosos) vivenciem situações nas quais se expressem, também, desigualdades de gênero. No, entanto, vale reforçar que, historicamente, o esporte é representado como uma prática de domínio masculino e que o lazer é atravessado pela divisão sexual do trabalho que, desde muito tempo, indica o espaço público como de predominância masculina.

Além disso, merece atenção, ainda, um outro conceito relacionado as políticas públicas e que é também atravessado pela questão de gênero, qual seja de vulnerabilidade social. Relacionado, fundamentalmente, a indivíduos ou grupos que vivem em situação de pobreza, de exclusão social e de risco tal termo, quando relacionado a programas sociais de esporte e lazer, parece ter como público privilegiado crianças e jovens do sexo masculino (HECKTHEUER, NUNES e AMARAL, 2010). Essa afirmação advém da percepção de que, em geral, as atividades oferecidas relacionam-se com o futebol ou outros esportes coletivos bem como a própria noção de vulnerabilidade relaciona-se, grosso modo, com situação de violência urbana, tráfico, criminalidade, riscos estes comumente não relacionados às meninas mesmo que por vezes suscetíveis a eles. Mostra-se, portanto, necessário pensar que prostituição, violência doméstica, gravidez precoce também são situações que colocam as meninas em situação de vulnerabilidade social, as quais carecem de políticas publicas de esporte e lazer que busquem minimizar tais riscos ofertando atividades que lhes desperte maior interesse.

Vale lembrar que tais fatores assim se fazem existir por questões culturais que, ao longo do desenvolvimento da sociedade brasileira, foram atribuindo papéis sociais, funções, locais de maior circulação, profissões e práticas indicadas como mais relacionadas ao masculino e ao feminino. Ou seja, foram construindo representações de gênero e por essa razão afirmamos que as práticas sociais são generificadas e generificadoras. No campo do esporte e do lazer esse processo não de

dá de forma diferente. São práticas que ao longo do tempo tem sido experienciadas de modo distinto por homens e mulheres bem como marcado seus corpos e subjetividades de forma a lhe conferir atributos relacionados as feminilidades e masculinidades.

Considerando, ainda, que a diferença de gênero, muitas vezes, desencadeia desigualdade de oportunidades, faz-se necessário, no âmbito das políticas públicas de esporte e lazer, buscar desenvolver estratégias direcionadas para a equidade de gênero. Tal afirmação indica que promover a igualdade de acesso ao esporte e ao lazer não significa que a igualdade de oportunidades esteja garantida.

A educação para a equidade de gênero deve começar, portanto, pelo questionamento acerca de modelos que historicamente foram sendo construídos para justificar a condição desigual entre homens e mulheres ou ainda entre feminilidades e masculinidades. Nesse sentido, os/as gestores/as de políticas públicas de esporte e lazer devem estar atentos/as aos discursos que apontam para a igualdade de tratamento entre homens e mulheres pois, muitas vezes, essa igualdade não se sustenta na prática porque as condições de acesso e de permanência no esporte e no lazer não são implementadas promovendo estratégias que assegurem tal igualdade.

Pensemos: há igualdade de condições de aprendizagem do esporte para meninos e meninas na escola, clubes, projetos sociais, parques e praças? Como os espaços esportivos são pensados para ocupação por parte de homens e mulheres? Que representações de masculinidades e feminilidades são impostos as meninas e aos meninos nas práticas corporais de esporte e lazer? Que condições são oferecidas para as meninas que querem participar do futebol, lutas, rugby, skate e para meninos que preferem ginástica, patinação ou dança? Há momento de interação entre meninos e meninas, jovens de ambos os sexos, homens e mulheres nas atividades esportivas ou são oportunizadas apenas atividades em que estão em oposição ou separados? A mídia cria condições iguais para que atletas homens e mulheres sejam visibilizados consoante suas conquistas e trajetórias esportivas? Os clubes e demais instituições esportivas tem criados condições para que as mulheres ascendam à carreira de treinadoras, técnicas, gestoras e dirigentes ou esse ainda se constitui como um reduto masculino? Os materiais publicitários e de divulgação de políticas públicas e programas sociais de esporte e

lazer mostram sujeitos masculinos e femininos em ação? Nos projetos sociais são contratados monitores e monitoras para desenvolver suas atividades?

Enfim, são várias as perguntas cujas respostas remetem uma análise para o campo do esporte e do lazer a partir da ótica das relações de gênero. Importa, aqui, ir além da percepção e constatação das desigualdades que nesse sentido se operam para investir na busca de possíveis alternativas que se direcionam para minimizá-las ou, ainda, extingui-las pois agir em busca da equidade de gênero traduz-se em compromisso político e ético em prol da construção de uma sociedade democrática e justa.

Propor políticas públicas inclusivas de esporte e lazer sob a ótica da equidade de gênero demanda, ainda, compreender que existem elementos de ordem cultural que historicamente têm privilegiado determinados indivíduos e grupos em relação a outros, inclusive, no campo do acesso e da permanência nas atividades esportivas como, os exemplos a seguir, já apontados no material pedagógico elaborado por Goellner et al (2009), a saber:

- As meninas/mulheres têm menos oportunidades para o lazer do que os meninos/homens porque, não raras vezes, desempenham atividades domésticas relacionadas ao cuidado com a casa e filhos, a educação dos irmãos, o cuidado com parentes idosos, entre outras.
- Os meninos/homens têm poucas oportunidades para o lazer porque, não raras vezes, no mercado de trabalho informal, desempenham atividades de “bicos”, para auxiliar na renda familiar.
- A educação das meninas é mais direcionada ao espaço privado do que ao público, diferentemente dos meninos que, desde cedo, são incentivados a ir para a rua (inclusive para trabalhar).
- Como o esporte é identificado como uma prática viril, quando as meninas apresentam um perfil de habilidade e comportamento mais agressivo para o jogo, muitas vezes, sua feminilidade é colocada em suspeição. Atitudes dessa natureza acabam por restringir a inserção e permanência delas no campo esportivo.
- Da mesma forma, quando os meninos não se adaptam ao esporte, sobretudo, às práticas coletivas ou aderem a práticas corporais, como a dança, também colocam em suspeição sua masculinidade.

- Na linguagem cotidiana o uso recorrente de expressões e palavras ofensivas de cunho sexista, tanto nas narrativas quanto nas piadas, trocadilhos e demais brincadeiras verbais, reforçam discriminação de gênero.

Para além da percepção dessas situações, é necessário considerar que políticas públicas inclusivas do ponto de vista da equidade de gênero devem acatar e valorizar a diversidade dos sujeitos respeitando suas singularidades. Para tanto, é necessário rejeitar alguns dos rótulos que fixam sua identidade, enredando-o em representações que os nomeiam como masculino ou feminino, feio ou bonito, apto ou inapto, saudável ou doente. É necessário perceber que, muitas vezes, esses rótulos reforçam discriminações e exclusões relacionadas aos gêneros ao invés de possibilitarem vivências lúdicas, de sociabilidade, auto-conhecimento, desenvolvimentos de habilidades e técnicas e outras situações nas quais se constituem como sujeitos protagonistas da sua história pessoal e da sociedade em que vivem.

Razão pela qual torna-se necessário problematizar o caráter natural atribuído as diferenças entre os gêneros, pois, em nome dessa natureza, por vezes não são identificadas atitudes discriminatórias e de exclusão, inclusive no desenvolver das atividades que buscam educar por meio das práticas corporais esportivas e de lazer. O termo problematizar, refere-se a capacidade de colocar em suspeição algumas verdades com as quais nos deparamos cotidianamente de modo a não acatá-las sem refletirmos sobre seus significado e impacto na vida individual e social do nosso tempo

Considerações finais

A elaboração e implementação de políticas públicas inclusivas de esporte e lazer se fazem cotidianamente através da intervenção de pessoas concretas cujas idéias podem tanto reforçar as exclusões, os preconceitos, as violências, quanto minimizá-las. Evitar tais situações depende de esforço, de sensibilidade e de vontade política o que, indubitavelmente, traduz-se em um grande desafio.

Nesse sentido, é inegável o papel pedagógico desempenhado por cada sujeito envolvido nesse processo cuja intervenção pode fazer grande diferença na construção de práticas, discursos e valores mais

democráticos e solidários, considerando a equidade de gênero. Afinal, numa sociedade desigual nada é concedido mas conquistado, inclusive, no âmbito do esporte e do lazer.

Pensando nessa direção, mostra-se como prioritário o investimento na formação de gestores/as e demais sujeitos envolvidos no processo de elaboração e implementação das ações propostas. Formação esta que deve privilegiar temas e estratégias voltadas para a equidade de gênero de modo a sensibilizar para tal demanda pois, como repetidamente mencionei neste texto, as desigualdades que se operam em nome desse marcador social não são naturais mas produzidas na cultura. Portanto, podem ser alteradas, o que somente acontecerá mediante uma intervenção política e pedagógica voltada para tal fim. Do contrário continuaremos mantendo a iniquidade e, em nome dela, privilegiando determinados sujeitos e grupos em detrimento de outros.

Por certo essa permanência não é desejável para políticas públicas inclusivas que, através do esporte e do lazer, buscam promover a socialização, a autonomia e a emancipação de homens e mulheres, crianças e jovens respeitando suas diferenças e singularidades, inclusive no que tange as múltiplas possibilidades de vivenciarem suas masculinidades e feminilidades.

Intervir nessa direção implica promover uma educação voltada para a equidade de gênero.

Referências Bibliográficas

GOELLNER, S. V.; VOTRE, S. J; MOURÃO, L.; FIGUEIRA, M. L. M. **Gênero e raça: inclusão no esporte e no lazer.** Porto Alegre: Ministério do Esporte e UFRGS, 2009.

GOELLNER, S. V.; VOTRE, S. J; MOURÃO, L.; FIGUEIRA, M. L. M. Lazer e gênero nos programas de esporte e lazer das cidades. **Licere**, Belo Horizonte, vol. 13, n. 2, p. 39-45, 2010.

GROSS, D. M. Estratégias para o desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais: perspectivas de parceria com o lazer. In: PINTO, L. M. S. de M. *et al.* (org.). **Brincar, Jogar e Viver: lazer e intersetorialidade com o PELC – Volume 1.** N° 1. Brasília: Ministério do esporte, 2008, p. 238-247

HECKTHEUER, L. F.; NUNES, E. dos S.; AMARAL, E. Z. Projetos sociais esportivos em Rio Grande-RS: será que isto é coisa só de “guri”? **Anais do 9º Seminário Internacional Fazendo Gênero. Florianópolis**, 2010. Disponível em <http://www.fazendogenero9.ufsc.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=29>. Acesso em 27 ago 2010.

LE BRETON, D. **A sociologia do corpo**. Petrópolis: Vozes, 2006.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v.20, n.2, jul/dez 1995.

XAVIER FILHA, Constantina (org). **Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2009.

MEGAEVENTOS ESPORTIVOS NO BRASIL: repensando as políticas públicas de participação para a inclusão

Leonardo José Mataruna dos Santos¹¹⁰

Primeiro-Tenente (RM2-T) da Marinha do Brasil

Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes

Doutorando em Educação Física – Universidade Gama Filho

Resumo: Nesta década inicial do século XXI, o Brasil demonstrou significativo crescimento econômico, juntamente com alguns Estados emergentes, que formam o BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). Estes países possuem características em comum como dimensão territorial, a demografia e o potencial de crescimento. No campo dos Megaeventos Esportivos (MEE), no período 2007 – 2017, denominado neste ensaio como a “Década do BRIC-Esportivo”, estes países figurarão no âmago deste cenário. A China recebeu os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Verão de 2008 em Beijing, os Jogos Asiáticos em Guangzhou 2010 e realizará os II Jogos da Juventude de Verão - Nanjing 2014; a Rússia, receberá os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Inverno - Sochi 2014; a Índia realiza o XIX *Commonwealth Games* - Delhi 2010; e o Brasil iniciou seu ciclo de MEE com os Jogos Pan e Parapan-Americanos - Rio 2007, inaugurando uma corrida de eventos, tais como os V Jogos Mundiais Militares Rio 2011, Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo de Futebol Masculino 2014, *Special Olympics* e eventos pré-olímpicos 2015 (a confirmar), Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Verão Rio 2016, Jogos Surdolímpicos e outros em 2017 (a confirmar). Esta sequência de eventos requer planejamentos por parte do Poder Público incorporando medidas: pré-evento, durante e pós-evento com vistas a incluir grupos sociais e localidades inicialmente não participantes do cenário principal da *tsunami* de MEE. Como alternativa para ampliação das ações transversais de caráter inclusivo, este ensaio apresenta a proposta nomeada PADEsporte Brasil (Programa de Aceleração do Desenvolvimento Esportivo do Brasil).

¹¹⁰ Endereço: Rua Marlo da Costa e Souza, 205/apto 105 – Bl.1 – Barra da Tijuca – CEP:22790-735 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil – Telefone: +55 (21) 7881-4580 – Fax: +55 (21) 3329-0803 – Email: mataruna@gmail.com / mataruna@cbj.com.br

Introdução

O Brasil, país festivo, tem grande tradição em Megaeventos culturais como o Carnaval do Rio de Janeiro e Bahia, a Festa do Caprichoso, as Micaretas, a Festa do Peão de Barretos, a celebração dos diversos tipos de bois no norte e nordeste, as Exposições Agropecuárias, Vaquejadas e Cavalhadas pelo interior e capitais de diversas cidades do país. Neste panorama de grandes eventos culturais, podemos ainda destacar de maneira significativa os Megaeventos Esportivos (MEE) como os Campeonatos de Futebol do Oiapoque ao Chuí que reúnem multidões, competições de Voleibol de quadra e praia, *beach soccer*, destacando apenas aqueles com maior apelo de mídia e público, sem falar dos eventos multi-esportivos que são os que envolvem diferentes modalidades esportivas.

Nas próximas décadas, os analistas vislumbram uma perspectiva de crescimento para o Brasil e seus companheiros de BRIC¹¹¹. Estes países não integram o que se conhece como bloco econômico, mas apresentam situações econômicas similares. Alguns fatores apontados como referência para este crescimento são a estabilização da economia e da política, níveis de produção e exportação em ascensão, reservas de recursos naturais, investimentos em infra-estrutura, crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), índices sociais em melhoria associados à diminuição das desigualdades sociais, entre outros itens. Sendo mantidas tais características, estas nações são vistas como novas grandes economias mundiais nos próximos anos (KAEFER, 2007, p. 1).

Desde 2007, o Brasil vive um momento de prestígio e credibilidade nacional e internacional em função do desenvolvimento da indústria do petróleo com a exploração do pré-sal; a criação de mais de 1,5 milhão de empregos em 2010 e a redução da linha social da miséria como parte dos programas sociais; além do crescimento do PIB e a Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) que favorecem ao desenvolvimento do país e fortalecem o planejamento dos Megaeventos previstos.

¹¹¹ BRIC é um termo criado no ano de 2001 pelo economista Jim O'Neill, do banco Goldman Sachs, onde reuniu-se os quatro países (Brasil, Rússia, Índia e China) vistos como mais promissores economicamente e que possuíam características em comum como dimensão do território, a demografia e o possibilidades de crescimento e fez uma projeção de que este grupo seria a principal força econômica até 2050.

Desenvolvimento

Para compreender a abrangência destes países no panorama dos MEE na Década do BRIC-Esportivo, faz-se necessária a preocupação não somente com os projetos e planejamentos no campo da organização e estruturas dos eventos, envolvendo diferentes setores da sociedade, mas também, enxergando em mesmo nível de importância, planejar estratégias e ações com relação aos legados dos eventos em seus três níveis: pré, durante e pós-evento.

Rodrigues e Pinto (2008, p. 24) destacam que “em termos de legados sociais, os Megaeventos Esportivos, ao modificarem a estrutura e o cotidiano de uma cidade, precisam beneficiar toda a população”. Nessa perspectiva, este ensaio busca apontar como a avalanche de MEE que o Brasil receberá pode ser uma alavanca para uma equidade inclusiva do esporte. Esta equidade refere-se essencialmente à ampliação das atividades e propostas envolvidas na estruturação dos Megaeventos a fim de contemplar populações comumente excluídas do cenário principal das realizações através de ações de fomento de microeventos associados ao MEE principal, estímulo ao turismo, aumento da abrangência dos projetos de educação esportiva, além da ampliação do consumo paralelo de produtos e serviços ligados aos Megaeventos. Como benefícios principais destas atenções, podem ser destacados aspectos no campo econômico e social, como geração de oportunidades de emprego e renda, ampliação do turismo interno, promoção da atividade física para melhoria e manutenção da saúde, ampliação de oportunidades em esporte e lazer e a conversão do espectador passivo em espectador-ator.¹¹²

De forma geral, quando analisamos a realização de megaeventos, é perceptível a ocorrência de uma atração das pessoas para as cida-

¹¹² Espectador passivo é aquele que fundamentalmente assiste a um determinado evento sem promover qualquer tipo de intervenção causal (televisão, rádio, jornal, revistas, entre outros). Já o espectador-ator é o que está presente nos locais de realização dos Megaeventos e Microeventos interagindo por meio de diferentes meios e tecnologias (internet, celular, TV interativa, gincanas, concursos, representação simulada do esporte e outros), fazendo parte do cenário principal e gerando o sentimento de pertencimento, que nada mais é do que fazer parte através de sua presença física e da intervenção que a mesma possa gerar sobre um fato. Este espectador-ator é tão atuante no cenário de realização dos MEE quanto os profissionais envolvidos na estrutura e organização, voluntários, atletas e técnicos, uma vez que suas impressões e expressões podem modificar toda a contextualização de um dado fato.

des que recebem os eventos, sendo necessário, muitas vezes, grandes deslocamentos geográficos. Atualmente percebe-se que algumas cidades apresentam dificuldades para a fixação de um fluxo contínuo de turismo interno e pouco se debate sobre esta temática quando se fala em MEE.

A maior preocupação sempre versa sobre o turismo externo ou internacional, que é a migração de pessoas de outros países para outro território. Antes dos Jogos Pan-Americanos, esta era uma das preocupações que gerou um investimento na rede hoteleira do Rio de Janeiro. As mudanças foram positivas, uma vez que ocorreu a geração de melhorias na capacitação da indústria do turismo. No entanto, a dimensão dada ao evento não correspondeu aos investimentos.

Já no caso de eventos de apelo mundial, como Jogos Olímpicos e Copa do Mundo de Futebol, a estrutura de recepção de grande número de turistas carece de atenções e opções financeiramente viáveis e que possam apresentar alternativas de crescimento e desenvolvimento para diferentes regiões, não somente das capitais, destino comumente escolhido por turistas estrangeiros gerando sobrecarga nas lotações. Como alternativa para este “sufocamento” das metrópoles com o fluxo de visitantes durante os eventos, outras cidades que não estão inseridas no contexto principal podem desenvolver ligações diretas com o palco de realizações evitando a tentativa de êxodo para a cidade sede.

No entanto, no caso dos demais Megaeventos que se seguem na cronologia brasileira da Década do BRIC-Esportivo, este é um cuidado a se ter atenção para não ocorrer superestimo de eventos considerados de público restrito ou limitado, voltando o foco, nestes casos, mais para o turismo interno do que para o externo. Um exemplo deste caso são os Jogos Mundiais Militares Rio 2011, em que o público será essencialmente oriundo do país sede, e se não houver investimentos na divulgação e atração de público, dificilmente poderá contar com o privilégio de ter o apoio de uma população apaixonada por esporte e carente de oportunidades de ver culturalmente o fenômeno. Exemplo de estratégias de sucesso para atração de público local são os eventos esportivos de voleibol de areia ou *beach soccer* organizados nas praias brasileiras com estrutura para o público que estão sempre lotados. Outro exemplo que facilita a compreensão do confronto entre turismo interno e

externo é o caso da Copa das Confederações - Brasil 2013 *versus* Copa do Mundo de Futebol – Brasil 2014. O primeiro MEE citado atrai um público mais local, privilegiando o turismo interno, enquanto o segundo mescla o interno com o turismo externo.

Os MEE que tenham uma dimensão reduzida em relação ao turismo internacional devem ser estimulados como consumo cultural interno, em um primeiro plano para a cidade que recebe o evento, em um segundo plano para as cidades que constituem o estado sede, até chegar ao panorama da região brasileira e o país. Seria como sair da perspectiva micro para macro, criando uma escala de projeção de interesse e foco no turismo internacional, buscando primeiramente os países envolvidos na perspectiva micro-continental, MERCOSUL ou América do Sul, onde os Megaeventos irão se desenvolver, ao foco macro-continental, que seria a Pan-América, para somente *a posteriori* focar no plano transcontinental ou mesmo global. Estas ações geram um processo de “inclusão de acesso”, que oportuniza a participação de um maior número de pessoas em função da proximidade geográfica ao evento.

O Brasil, na Década dos MEE, apresenta inúmeros títulos e fatores que podem ser explorados como opções de divulgação e marketing. A população considerada mais alegre e receptiva é a brasileira, de acordo com Anholt (2009) em uma pesquisa realizada pelo instituto *GfK Custom Research North America*, onde o Rio de Janeiro é tido como a cidade mais feliz do mundo. Sabe-se que o povo brasileiro, sempre preocupado em desenvolver uma boa imagem e pelo carisma compartilhado em todo o território nacional, deverá facilmente dar cabo ao que tange à receptividade nos Megaeventos. A maior preocupação no momento é refletir sobre como estes eventos podem atingir a toda uma população, incluindo pessoas de todas as faixas etárias nas diferentes cidades do país. O planejamento utilizado nas perspectivas do Esporte e Lazer dos últimos oito anos favoreceram a inserção de milhares de jovens em práticas saudáveis e permitiu uma inclusão esportiva nunca vista antes no país, mas ainda falta muito a ser feito para o pouco tempo que temos até o irrompimento dos MEE. Como alternativa, precisa-se de soluções baratas e regionalizadas com potencial de gerar impactos ainda não dimensionados no campo da cultura e economia do esporte.

A regionalidade esportiva

Pensar os Megaventos significa refletir sobre os legados que devem ser pontuados em momentos que antecedem o evento, se desenvolvem ao longo do fato principal, o evento, e que devem perdurar após o cenário central ter sido desmontado. Não pode-se apenas dizer que os legados de megaeventos são para os momentos *a posteriori*, mas sim prever o legado antes mesmo do planejamento geral do evento. O legado não deve ser apenas uma consequência, ele é tão importante quanto o próprio evento e deve ser planejado para que não ocorram desperdícios ou negligências de fatos, dados ou estruturas.

Quando se trata do legado dos MEE, as pessoas no Brasil imediatamente associam às estruturas físicas, como estádios e instalações esportivas como única fonte palpável. Em uma reflexão mais profunda, a melhoria dos transportes, a redução da violência urbana e a constituição de projetos sociais coligando as estruturas físicas são os itens mais comentados. A inquietação que se desenvolve reside sobre o porquê de tais projetos só serem planejados ou desenvolvidos no período pós-megaeventos. A percepção de viabilidade de utilização de legados no período anterior aos eventos ainda é incipiente no Brasil, mas esta alternativa é claramente possível e de grandes contribuições para o desenvolvimento e divulgação dos ideais esportivos e aumento de perspectivas econômicas (PREUSS, 2008).

Diante deste quadro, algumas questões podem ser suscitadas, estando em destaque a seguinte indagação: a exploração das temáticas envolvidas no desenvolvimento dos MEE não poderiam ser trabalhadas como eixos temáticos dentro das escolas, projetos sociais, igrejas, associação de moradores, escolas de samba, clubes esportivos, entre outras estruturas organizadas da sociedade nos períodos anteriores à realização dos eventos? A resposta é afirmativa, mas para tal ação é necessário um planejamento estratégico estruturado. Como opção a esta necessidade, apresento uma proposta que começo a denominar neste trabalho como PADEsporte Brasil (Programa de Aceleração do Desenvolvimento Esportivo do Brasil). Obviamente, não haveria como discorrer neste texto todo o processo de planejamento e implementação das ações idealizadas, mas o debate central e objetivo deste ensaio é enumerar possibilidades de aplicação das propostas indicadas como

sugestões de iniciativas para políticas públicas no campo do esporte, lazer e turismo inclusivo.

Proposta de Gerenciamento Esportivo

Para gerenciar o planejamento e desenvolvimento de um MEE, muitos modelos e estruturas já foram propostas. No entanto, para as ações paralelas, sejam anteriores, ao longo ou posteriores ao evento, ainda há espaço para criação de novas propostas envolvendo principalmente a inclusão dos diferentes grupos da população no evento sob o ponto de vista da educação esportiva.

A proposta do PADEsporte Brasil, esboçada neste ensaio engloba, essencialmente, quatro pilares aqui discutidos e analisados:

1. Criação de novas opções de participação nos MEE sem a necessidade do deslocamento às cidades sede através da realização dos microeventos interativos;
2. Estímulo ao turismo interno em eventos esportivos de menor dimensão;
3. Promoção da atividade física e esportiva para melhoria e manutenção da saúde e inclusão social utilizando Megaeventos e Microeventos;
4. Implementação de um projeto de Educação Esportiva Nacional utilizando os moldes da Educação Olímpica (OLYMPIC CHARTER, 2010) e capacitação de profissionais por meio da modalidade de ensino Educação a Distância (EAD).

Como já apontado, as atividades relacionadas aos MEE podem gerar ações de políticas públicas no campo da Educação, Saúde, Esporte e Lazer e Geração de emprego e renda antes mesmo do início das atividades efetivamente. Do ponto de vista da participação nos MEE, as ações podem ser desenvolvidas durante sua realização, sob a perspectiva de envolvimento das populações de diferentes regiões do país como espectadores-atores em eventos esportivos realizados em localidades distantes. Isto deve ser efetivado através do planejamento dos Microeventos esportivos e culturais como nova forma de participação e de evitar o sufocamento das cidades sedes com fluxo intenso de visitantes. Estas ações podem gerar *know-how* para organização e geren-

ciamento visando continuidade com novas ações na área no período pós-MEE podendo, inclusive, inserir localidades no circuito turístico nacional anteriormente não contempladas.

Como experiência positiva empreendida com esta perspectiva, pode ser destacada a inclusão da cidade de Barretos-SP, no circuito turístico nacional a partir da realização de suas famosas Festas do Peão, movimentando a economia de toda a região com um grande fluxo de visitantes durante o evento e também em outras épocas do ano. Antes destes eventos, a cidade não apresentava as características tradicionais de cidades turísticas brasileiras, sendo introduzida neste circuito exclusivamente pelos reflexos do evento e atualmente exporta a estrutura e conhecimentos na organização de rodeios para países como Itália e França.

Alguns MEE já realizaram experiências de sucesso na utilização dos microeventos paralelos aos principais. Mutter (2010) aponta como modelo de sucesso as festas realizadas nas cidades que receberam os jogos da Eurocopa 2008. Analisando os dados da cidade de Genebra, o autor aponta a realização de 5 microeventos em paralelo aos jogos de futebol nos 10 dias da competição: FanZone Genebra, com participação de 626.000 espectadores; Fan Village, com 24.050 espectadores; Fan Camp, 5.500 campistas; Fan Club, com 38.000 pessoas; e Fan Embassy, com 14.000 visitantes. Estes eventos mobilizaram as cidades envolvendo profissionais e voluntários locais, além daqueles convocados pela UEFA, forças de segurança conjuntas (locais e da organização do evento) estimulando a inserção destes indivíduos no cenário do evento principal e gerando um sentimento de pertencimento por toda a comunidade local.

Estas propostas de sucesso podem ser apontadas como exemplos a serem analisados e pensados para a realidade brasileira como forma de integração e inclusão do maior número possível de indivíduos no processo do evento. Outros exemplos que podem ser destacados foram os shows e festas promovidos fora das cidades sede nos Jogos Olímpicos de Inverno de Torino (2006) e Vancouver (2010). Importante destacar que estes eventos podem ser iniciativas empreendidas pela organização do MEE principal, pelos governos locais isoladamente ou em parceria com patrocinadores e até mesmo exclusivamente por patrocinadores. Um caso de iniciativa estatal foram as colocações de telões pela cidade nos Jogos Olímpicos de Sydney 2000, possibilitando

a integração de bairros e regiões metropolitanas aos eventos mobilizando grande público e gerando oportunidades de emprego e renda. No Brasil, mais recentemente, durante os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2010, na África do Sul, foram realizados inúmeros eventos por todo o país com telões para exibição dos Jogos, shows de música e atividades esportivas. Alguns planejados e gerenciados pela própria comunidade local, outros através de parcerias entre governo e patrocinadores, como no caso da FIFA Fun Fest Rio, montada nas areias da Praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, que recebeu aproximadamente 575 mil pessoas ao longo dos 31 dias do evento.

Estes eventos rendem grande adesão desde que o atrativo seja a perspectiva interacionista. O espectador-ator tem que se sentir parte do todo estrutural do evento. A música, as manifestações artísticas, os concursos, as provas esportivas, que se integram a estas programações fazem com que o intangível se torne tangível em função do sentimento de pertencimento e gera possibilidades para um processo de Educação Esportiva.

A cultura local de cada cidade deve ser preservada e referenciada em estímulos de fixação. Como aponta Tresserras (2004), a cultura tem sido compreendida como chave central para desenvolvimento de estratégias e políticas de turismo, defendendo o estímulo a visitas a centros históricos, criação de distritos culturais e organização de megaeventos culturais, como fóruns e exposições universais. Estas ações contemplam além da população local, grupos de turistas estrangeiros, uma vez que nem todos deslocam-se apenas para os megaeventos, buscando atividades complementares, podendo ser motivados também a consumir os Microeventos, conhecendo outras culturas. Exemplo desta preocupação com o turismo nacional e internacional destaca-se no caso dos JO de Beijing onde por preocupações não só políticas, mas também de logística, o turismo internacional foi totalmente desencorajado quando divulgados na imprensa o aumento expressivo dos valores dos hotéis e o fim das possibilidades de reserva, assim como, a falta de postos de venda de ingressos durante as Olimpíadas (MATARUNA E VILLANO, 2008).

Esta proposta não visa, de forma alguma, desestimular o turismo interno. Pretende apresentar uma alternativa financeiramente viável e produtiva para um gerenciamento do turismo interno e externo no pe-

ríodo de realização dos MEE de apelo mundial, visando o crescimento mais equilibrado de diferentes regiões do país que poderão usufruir dos estímulos financeiros, tanto de políticas públicas como de investidores privados, tornando-se novas possibilidades de desenvolvimento. Neste ponto, destaca-se o envolvimento de cidades próximas às cidades sedes como opções de investimento em hotelaria e eventos paralelos, como shows ou atividades esportivas, como forma de aliviar o fluxo dos centros onde os eventos são realizados. Como exemplo desta proposta, podemos indicar a utilização durante a realização do Mundial de 2014 da cidade de João Pessoa-PB como cidade satélite (dormitório, micro-eventos esportivos e culturais, pólo turístico) por sua proximidade a duas cidades sede da Copa (Recife e Natal). Nesta perspectiva, outras possibilidades podem ser vislumbradas para cidades próximas a sedes de realização de eventos de grande porte no Brasil.

Já para os eventos de menor dimensão (como os V Jogos Mundiais Militares e a Copa das Confederações de Futebol em 2013), o turismo interno deve ter um foco de investimentos mais amplo, possibilitando o acesso e conhecimento de instalações e estruturas envolvidas em MEE por grupos da população que em outras situações realizariam apenas a participação passiva, sem atuação direta no processo. Projetos que envolvam instituições de Educação em todos os seus níveis, projetos sociais, associações de atenção a grupos com necessidades especiais, em áreas como voluntariado e assistência ao evento mostram-se importantes oportunidades de desenvolvimento de atividades de educação esportiva através da vivência e experimentação do ambiente esportivo.^{113, 114}

Para a ampliação do Modelo de Educação Esportiva Inclusiva, um ponto a se destacar é o modelo de capacitação para Voluntários utilizado em Vancouver 2010 e Pan-Am 2007 onde se utilizava a modalidade EAD, sendo esta uma ferramenta de grande alcance que pode facilitar o acesso de diferentes grupos profissionais interessados nesta área em todo o país.

¹¹³ Exemplo interessante de projeto é o “Lotação Esgotada” desenvolvido pela Confederação Brasileira de Judô, onde alunos de escolas estaduais do RJ são convidados a serem espectadores do Grand Slam do Rio de Janeiro, evento internacional com participação dos melhores judocas do mundo.

¹¹⁴ Destaca-se ainda a realização da EXPO Rio 2020, evento realizado há 150 anos, estando em terceiro lugar na escala de impactos econômicos e culturais de Megaeventos, ficando apenas atrás do Mundial de Futebol e dos Jogos Olímpicos.

Questiono: o que o Brasil realizará depois desta sequência de MEE até 2020? Como os legados serão trabalhados? Estes itens são reflexões que merecem planejamentos no presente, para que os benefícios da realização dos MEE não sejam subaproveitados e os legados, tangíveis e intangíveis, possam ser usufruídos pela sociedade brasileira de forma plena e proveitosa para todos os grupos que a formam.

Megaeventos esportivos potenciais

O Brasil será sede de importantes MEE, culturais e sociais na próxima década. Entretanto, inúmeros eventos potenciais que não figuram ainda como propostas para o país merecem atenções e referências, uma vez que pode-se iniciar um novo ciclo econômico e de inclusão de novas cidades como sedes, tais como: *Universiade* – A FISU (*International University Sports Federation*) está com a candidatura aberta para as cidades para os U-2017; *Jogos Olímpicos de Verão da Juventude de 2018* – ainda sem cidade sede selecionada para sua terceira edição; *Gay Games* (2018 ou 2022) – realizados para promover a tolerância no meio esportivo envolvendo mais de 35 modalidades já está em sua 8ª edição; *Jogos Mundiais de Anões* – evento ainda desconhecido do público brasileiro, teve o 1º campeonato mundial realizado em Chicago 1993, USA; *Jogos Mundiais para Transplantados* – também desconhecidos no país, já estão em sua 18ª Edição. A candidatura do Brasil a ser sede destes Jogos pode ser um ponto importante de discussão sobre a doação de órgãos no país; *X-Games* – evento de esportes radicais promovido anualmente tendo edições de inverno e de verão; *Jogos Olímpicos de Inverno* – o Brasil, país de clima tropical, é entendido como sem potencial para receber os Jogos Olímpicos de Inverno. O presidente Lula, em pronunciamento sobre os MEE a se realizarem no Brasil, afirmou que só faltava receber os Jogos de Inverno. No entanto, não afirmo como completamente ilusória a possibilidade de realização deste MEE. Possivelmente, na estrutura e com as modalidades esportivas integrantes do quadro oficial dos JO de Inverno, não se mostra um projeto viável. Porém, poderia ser lançada uma nova categoria de megaevento como os Jogos Tropicais de Inverno, com modalidades de inverno compatíveis com esta estação abaixo dos trópicos. Outra possibilidade vislumbrada são os Jogos

Olímpicos de Inverno realizados pelo MERCOSUL, distribuindo a sede dos eventos entre países fronteiriços como Argentina, Chile, Brasil e Paraguai. Esta possibilidade é apontada uma vez que, até mesmo nos JO de Inverno, geralmente os núcleos de esportes nas montanhas são fora do eixo central da cidade sede; *Jogos Pan-Americanos de 2019* – fechar o ciclo de MEE no Brasil com o evento que inaugurou esta *tsunami* seria bastante interessante, já que poderia gerar uma comparação do primeiro evento e deste após inúmeras experiências destacando o amadurecimento (ou não) do país na área de planejamento e gestão de MEE; *Jogos Esportivos Ecumênicos* – criação dos Jogos ecumênicos e Jogos Esportivos das Igrejas Católicas, Jogos das Igrejas Evangélicas, Jogos Islâmicos Brasileiros, Jogos Israelitas Brasileiros, entre outras possibilidades de integração de grupos religiosos através do esporte.

Considerações finais

As reflexões propostas neste ensaio apontam alternativas viáveis e de grande benefícios para a inclusão dos diferentes grupos sociais no processo de preparação e realização dos MEE no Brasil. Considerando que este ensaio vem elencar uma série de possibilidades a serem adotadas pelos governos nacional, estaduais e municipais, e também pela iniciativa privada, destaco que a necessidade de um programa forte de educação esportiva no Brasil é emergente. Para sua efetivação, uma alternativa que vem se ampliando a largos passos nos últimos anos são os programas de Educação a Distância, como pontuado anteriormente, que podem servir de principal suporte para a difusão dos ideais esportivos sob diferentes perspectivas (formativa, capacitação profissional, informativa), além de seus custos serem mais baixos e viáveis.

Para as áreas de turismo e opções de lazer, a realização dos microeventos em paralelo aos eventos principais mostra-se como uma oportunidade de integração e inclusão de toda a sociedade no “universo” do evento, reforçando o sentimento de pertencimento, mas também como uma possibilidade de geração de emprego e renda para diferentes grupos e regiões. A realização estruturada através de parcerias público-privadas pode ser uma estratégia importante para viabilização destes programas culturais paralelos, não precisando,

necessariamente, configurar-se o evento como gratuito, abrindo-se opções de preços acessíveis ou mesmo a geração de fundos de solidariedade, através de doação de alimentos, roupas, remédios como condicional para o ingresso.

As ações de planejamento nos campos do turismo envolvendo diferentes cidades e regiões do país conectadas ao evento principal mostram-se como opções importantes para maior equilíbrio no recebimento de recursos e investimentos. Estas ações são ainda geradores potenciais de novos postos de trabalho no campo do esporte e lazer, podendo incluir diferentes grupos locais na realização das atividades (idosos, jovens, deficientes), possibilitando o processo de inclusão social.

O processo de educação para a cidadania e inclusão social deve estar no centro das atenções de todos os setores envolvidos no planejamento e gestão dos eventos. Uma preocupação deve residir no processo de capacitação de profissionais que serão atuantes para o atendimento às pessoas com deficiências, sejam elas físicas, mentais ou sensoriais, além de todas as estruturas estarem de acordo com a Lei da Acessibilidade. Estas atenções possibilitam não somente o acesso aos aparelhos esportivos, mas também a inclusão destes indivíduos no cerne das ações no campo da educação esportiva inclusiva.

Possibilitar e ampliar o acesso ao esporte e lazer em todas as regiões brasileiras, atendendo a todos os grupos, deve ser um dos legados dos MEE, que pode ser auxiliado por experiências de atletas e ex-atletas, devidamente capacitados, para o trabalho junto aos setores envolvidos na organização das ações de educação esportiva, possibilitando a vivência do esporte e de seus inúmeros benefícios para toda a população brasileira nos próximos 10 anos, e nos seguintes, ampliando sempre as opções e possibilidades de acesso para que nosso país seja uma nação onde efetivamente o esporte seja fator de transformação pessoal e social.

Referências Bibliográficas

ANHOLT, S. **The world's happiest cities**. Nova Iorque: Instituto GfK Research, 2009.

KAEFER, A. **Proposta de emenda constitucional no 31- a de 2007.** Disponível em <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/570665.pdf>. Acesso: 20 ago 2010

MATARUNA,L.;VILLANO,B. **Percepções de turistas:** Beijing 2008. P.Alegre:UFRGS, 2009.

MUTTER, O. **Fun fest na eurocopa 2008.** Rio de Janeiro: Univ. Gama Filho, 2010.

OLYMPIC CHARTER. **Carta olímpica** (versão em português). Disponível em: http://www.comiteolimpicoportugal.pt/attach_files/content_file_374.pdf Acesso: 12 jul 2010.

PREUSS, H. Impactos econômicos de Megaeventos: Copa do Mundo de Futebol e Jogos Olímpicos. In: DaCosta, L. et al (Ed). **Legados de megaeventos esportivos.** Brasília: Ministério dos Esportes, 2008, p. 79-90.

RODRIGUES, R.P; PINTO, L.M.S.M. Subsídios para pensar os legados de Megaeventos Esportivos em seus tempos presente, passado e futuro. In: DaCosta, L. et al (Ed). **Legados de megaeventos esportivos.** Brasília: Ministério dos Esportes, 2008, p. 21-26.

TRESSERRAS, J.J. El Uso De La Cultura En Las Estrategias de Desarrollo Local Y Promoción Del Turismo Urbano. **Anuario turismo y sociedad,** No. 3, 2004.

PRÁTICAS CORPORAIS NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA: compreendendo elementos interculturais para políticas públicas de esporte e lazer

Arthur José Medeiros de Almeida

Doutorando em Sociologia

UnB

Resumo: A reflexão que se apresenta neste ensaio tem como propósito fornecer subsídios teóricos acerca do fenômeno esportivo, bem como, estabelecer uma relação entre o esporte e as práticas corporais indígenas na contemporaneidade brasileira. Parte-se da compreensão de que as comunidades indígenas que habitam o território brasileiro se relacionam com a sociedade nacional de distintos modos. Nesse âmbito, as práticas corporais realizadas em contextos interculturais são um meio de estabelecer o contato interétnico. Destaca-se, nesse processo, o esporte, apropriado pelos indígenas por meio de ações de entidades governamentais e não-governamentais. O esporte é compreendido como um fenômeno contraditório que tem sua gênese na sociedade burguesa européia e, por conseguinte, se orienta por valores modernos. Trata-se de uma prática social que pode ser vivenciada em suas diferentes dimensões, mas que vem sendo apropriada por diferentes comunidades indígenas com base no esporte de rendimento. Por um lado, cria-se a expectativa de garantir aos indígenas o acesso a informações, conhecimentos técnicos e científicos, para que, a partir de então, os interesses desses povos possam surgir de escolhas fundamentadas pelos conhecimentos adquiridos. Por outro, faz-se necessário compreender que as práticas corporais indígenas constituem uma ação com o sentido de reafirmação étnica no contato intercultural. Reconhecer que a valorização de tais práticas é um importante meio para que as diferentes etnias gozem o direito à livre determinação, deve ser fator preponderante na implementação de políticas públicas de esporte e lazer direcionadas aos povos indígenas.

Introdução

Os povos indígenas que habitam o território brasileiro possuem grande diversidade de práticas sociais nas quais os corpos de seus membros expressam diferentes sentidos e significados. As práticas corporais constituem o patrimônio cultural de cada etnia indígena e como “práticas ‘intangíveis’ de uma comunidade (ou performance) servem a estética vital, epistêmica, e funções sociais” (TAYLOR, 2008, p. 92). Na contemporaneidade, os povos indígenas estabelecem constantes relações sociais entre si e, também, com a sociedade nacional, tornando-se inevitável o contato com valores, instituições e conhecimentos distintos daqueles que compõe suas cosmologias. Estas relações interétnicas, proporcionadas pelo aumento na complexidade de processos modernos, proporcionam profundas transformações de ordem social, econômica, política e cultural nas sociedades envolvidas, com maior ou menor intensidade em cada uma delas.

Nas últimas décadas os povos indígenas vêm reivindicando seus direitos e o reconhecimento de seus patrimônios culturais por meio do movimento indígena organizado, isto é, organizações indígenas e indigenistas articuladas em torno de interesses comuns. Este movimento *etnopolítico* (LUCIANO, 2006) iniciou-se na década de 1970 e possibilitou a conquista dos direitos indígenas que estão resguardados pela Constituição Federal de 1988. Dentre eles estão o direito à diferença, à posse permanente das terras que habitam e ao usufruto das riquezas naturais em seu território, a assistência à saúde e à educação escolar diferenciada. Teve influência também na concepção de documentos internacionais elaborados pela Organização das Nações Unidas que se referem aos povos autóctones. Destaca-se aqui a convenção n° 169 da Organização Internacional do Trabalho que elaborou o documento que garante em seu artigo 7° o direito à livre determinação destes povos. Significa dizer que os povos indígenas têm o direito:

De escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que afete suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente (OIT 169,1989).

Portanto, a fim de assegurar-lhes este direito, além de possibilitar a participação dos indígenas na formulação, execução e avaliação de políticas públicas que lhes afetem, é oferecer o acesso a conhecimentos científicos que os auxiliem nas tomadas de decisões. O pressuposto é que sem o conhecimento sobre as práticas sociais da sociedade nacional e dos valores que as orientam, os povos indígenas entrarão em contato com outras formas de visão de mundo sem uma compreensão da totalidade e da complexidade destes fenômenos sociais.

Com este entendimento, o presente trabalho, por um lado, tem o intuito de fornecer subsídios teóricos referentes ao esporte, enquanto prática social que possui sua gênese na sociedade ocidental moderna e que é apropriado por sociedades culturalmente distintas. E por outro, apresentar uma reflexão acerca das práticas corporais indígenas enquanto elementos que compõem o patrimônio cultural imaterial destes povos e que têm se constituído em ação performática no sentido de proporcionar uma intervenção estética e política no processo de interação com a sociedade não-indígena. Contudo, espera-se contribuir com uma discussão teórica que municie os participantes da implementação de políticas públicas de esporte e de lazer direcionadas aos povos indígenas habitantes no território nacional.

O fenômeno esportivo

O esporte tem sua gênese no contexto da sociedade européia do século XVIII, por conseguinte, trata-se de um fenômeno moderno que “resultou de um processo de modificação, [...] de esportivização de elementos da cultura corporal de movimento das classes populares inglesas, e também de elementos da cultura corporal de movimento da nobreza inglesa” (BRACHT, 2003, p. 13). É decorrente de novos estilos de vida estabelecidos pela ascensão da burguesia ao poder e consolidados pela industrialização e urbanização. *Ponto pacífico é que se versa sobre um fenômeno contraditório* que possui características próprias diferenciadoras de outras práticas sociais e corporais. Deve ser entendido como um fenômeno humano que constitui um conjunto social e cultural, ou seja, como um conjunto de normas, valores e representações orientadas por aspectos macrossociais.

Nesse ínterim, deve-se compreender a *esportivização* como um “processo de absorção por outras práticas corporais inicialmente não-esportivas, dos códigos e princípios que caracterizam o esporte” (BRACHT, 2003, p. 24). É a (re)significação de práticas sociais que afeta tanto a cultura corporal de diferentes povos como a própria subjetividade dos indivíduos. Refere-se ao processo de modificação de práticas corporais que passam a assumir os códigos do esporte de rendimento, quais sejam: “comparação objetiva, desempenho, regras oficiais únicas, institucionalização, racionalização das práticas/treinamento na busca por maximização do desempenho” (GONZÁLEZ, 2006, p. 78), bem como, a incorporação da lógica do esporte de alto rendimento em outros espaços sociais que não sejam aqueles do campo das práticas corporais. Compreende-se que a lógica dessa prática penetra em outros espaços de convivência social afetando a ordem de diferentes sociedades. Todavia o processo de esportivização se evidencia quando a lógica do esporte de alto rendimento – espetáculo, competição e rendimento – se faz presente nos diferentes espaços e, desse modo, permeia as relações sociais modificando a visão de mundo dos indivíduos (GONZÁLEZ, 2006, p. 79).

No entanto, tem-se a convicção de que não se trata de uma prática social com um único sentido. Compreende-se que o esporte possui diferentes dimensões ou formas de ser praticado. Por exemplo, em sua dimensão recreativa o esporte é prática corporal realizada no tempo livre, trazendo consigo menos a rigidez das regras institucionalizadas do que a fluidez do comportamento lúdico. Ainda assim, é prática distinta das práticas corporais indígenas, pois estas apresentam outros sentidos e significados, atribuído de acordo com os códigos sociais de cada etnia.

O aspecto que diferencia o esporte das práticas corporais tradicionais é sua essência competitiva, um valor preponderante das sociedades modernas. Portanto, o modelo de esporte reforçado e praticado nos diferentes âmbitos destas sociedades é o esporte de alto rendimento, aqui entendido como aquele que é “sistematicamente treinado com o objetivo de participar periodicamente em competições esportivas” (KUNZ, 2006, p. 48), sendo seus princí-

pios básicos: “sobrepunção” e “comparações objetivas” (KUNZ, 2006, p. 22). Esses princípios trazem como conseqüências a seleção dos mais habilidosos, a especialização de papéis sociais e a instrumentalização, propiciando que as técnicas corporais assim como a organização do espaço físico e os materiais utilizados sejam cada vez mais normatizados e padronizados.

Outra característica que está presente no esporte que não se encontram em outras práticas corporais, como os jogos e as brincadeiras indígenas é o secularismo. Neste sentido, o esporte é uma prática desvinculada de cerimônias ou festas religiosas. A ligação entre o real e o transcendental foi rompida, pois, na medida em que há uma normatização com o intuito de propiciar a competitividade, essa prática torna-se *secularizada*, isto é, desvinculada da espiritualidade. Diferentemente do *Xikunabaty*, conhecido como futebol de cabeça, é característico do povo Pareci Haliti do estado de Mato Grosso. Essa prática, segundo um indígena dessa etnia, em declaração feita para o documentário dos IX Jogos dos Povos Indígenas, possui estreita relação com o mito de origem desse povo no qual um ser superior orientou como o povo que saíra da fenda de uma pedra deveria viver e, em seguida, reuniu todos para jogar com a bola produzida do látex de Mangaba (Discurso da Liderança Pareci extraído do Documentário IX JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS).

O esporte de alto rendimento, imbuído de valores seculares, como os do rendimento e da competitividade, com suas normas e exigências, contribuiu para formar uma outra identidade entre os indígenas, com base em uma cosmologia distinta da sua etnia. Neste processo tem-se um ‘confronto cosmológico’ que gera tensões e conflitos nestas comunidades. Torna-se oportuno, desse modo, refletir sobre a apropriação do esporte pelos povos indígenas e seu impacto na vida social dos indígenas.

O esporte entre os indígenas e o papel do Estado

A Respeito de sua diversidade sócio-cultural e de suas maneiras de se relacionar com a sociedade nacional, cada comunidade indígena experimentou e vem experimentando, ao seu modo, o contato com o

esporte. Alguns agentes desempenham papéis preponderantes neste processo com destaque para o Estado por meio de planos e programas, as instituições religiosas com suas ações missionárias, os professores em escolas indígenas e ainda, cidadãos que vivem no meio urbano próximo as aldeias. Mais recentemente as diferentes mídias tem tido papel importante na relação dos indígenas com o esporte de rendimento.

Entidades governamentais e não-governamentais contribuíram para a apropriação do esporte por parte dos indígenas. Projetos como “Aldeia Cultural” que recebe o apoio do Ministério da Cultura, “Caravana do Esporte” promovida pelo Instituto Esporte Educação, com sede no Rio de Janeiro, “Esporte para Todos”, em comunidades do Estado do Pará (VINHA, 2005, p. 149), bem como, os “Jogos dos Povos Indígenas” evento organizado pelo Comitê Intertribal e apoiado pelo Ministério do Esporte. Tais ações visam estimular a prática do esporte por meio de escolinhas e/ou competições de futebol, natação, lutas, corridas, vôlei e basquete entre os indígenas.

O povo Kadiwéu tem grande interesse pelo futebol, a exemplo de outras etnias. Existe, na estrutura política desta comunidade, um departamento para o esporte e o lazer (VINHA & ROCHA FERREIRA, 2003, p. 151) que seria responsável por orientar os indígenas na organização do esporte na aldeia Bodoquema. Essa organização consiste na seleção das equipes que irão representar seu povo em torneios fora da aldeia, no preparo de uniformes, na adoção de estratégias para aquisição de materiais para os treinos, na melhoria da estrada de acesso à aldeia, em visitas às cidades próximas e na limpeza e demarcação do campo localizado na aldeia.

Entre os Kadiwéu, Kaingang e Bororo o futebol é praticado por homens e mulheres de todas as idades, no entanto, elas participam menos de campeonatos fora da aldeia. Em estudo feito por Grandó (2004) sobre *As relações interculturais nas práticas corporais Bororo*, a autora observou que:

O futebol é praticado com várias finalidades: como atividade lúdica promovida de forma espontânea entre crianças e familiares, como atividade escolar, durante as aulas de Educação Física, como treinamento e aprendizado, como competição na própria comunidade e, finalmente, como amadorismo, em jogos oficiais de futebol amador fora da aldeia (GRANDÓ, 2004, p. 279- 280).

Com base nos estudos analisados percebe-se que a prática do esporte nas sociedades indígenas demanda a organização do tempo e do espaço, o que, por sua vez, estabelece distintas relações sociais. Observa-se, contudo, a predominância da lógica do esporte de alto rendimento nas práticas esportivas realizadas entre os indígenas nestas aldeias, com o intuito de participarem de competições no meio urbano. Com efeito, valores modernos vêm sendo inseridos no cotidiano dessas comunidades, por meio do esporte, contribuindo para que ocorram mudanças em suas práticas sociais.

O treinamento, por exemplo, é uma forma de aprendizado proveniente do esporte de alto rendimento, que reafirma uma disciplina- rização e uma especialização que impõe ao corpo indígena a cultura não-indígena. Tem-se, nesse ínterim, uma mudança na “fabricação do corpo” indígena (VIVEIRO DE CASTRO, 1987), devido à assimilação de técnicas corporais esportivas através do treinamento, com o objetivo de proceder a um aumento gradual do rendimento para a participação em competições esportivas. As técnicas esportivas correspondem à visão de mundo ocidental, fundamentada em uma organização social capitalista, sendo construídas e reconstruídas historicamente, com o intuito de aumentar eficácia corporal. Essa noção de técnica do corpo proveniente da racionalidade moderna exigiu que outras atitudes, comportamentos e maneiras de fazer fossem abandonadas ou adaptadas ao modo de pensar e de sentir das sociedades industriais complexas.

De acordo com o autor que analisa o treinamento especializado para crianças, as técnicas corporais esportivas decorrentes deste procedimento alteram e impedem um desenvolvimento plural do indivíduo, principalmente se for iniciado “antes da fase pubertária” (KUNZ, 2006, p. 49), por exigir uma especialização do indivíduo em determinada atividade ou função. O treinamento é responsável pela constituição de um outro *habitus* (BOURDIEU, 2008), que se sustenta numa educação *especializada* do corpo, a fim de originar um papel social distinto entre os indígenas – o “atleta”.

O esporte, desse modo, aparece como instrumento de transmissão de outros padrões culturais, entre eles a língua nacional e as técnicas corporais condizentes com o modo de vida moderno. Em uma lógica inerente à cultura ocidental moderna, esta prática social transforma o indígena corporalmente, na medida em que modifica seu *habitus*, constituindo outras identidades indígenas. Colabora, também, para que os

indivíduos assumam condutas que compreendem ações de consumo de forma acrítica, como se observa no exemplo a seguir:

No Parque Nacional do Xingu, um jovem foi para a cidade e gastou o resultado do trabalho coletivo – R\$ 900,00 (novecentos reais) – na compra de uma chuteira e retornou à aldeia de seus pais sem os provimentos de combustível e alimentação; numa aldeia Xavante, o padrinho reclama o direito de dançar com o afilhado no final da tarde, agora tomado pela prática do futebol o dia todo quando não está na escola; sem dançar com ele, não pode orientar e ensinar [...]; entre os Pareci, alguns homens lembram dos jogos realizados entre as aldeias como um momento de festa e confraternização entre os parentes, já as mulheres lembram dos conflitos que o resultado do jogo de futebol gerou entre elas que nunca haviam brigado, mas ficaram dois meses sem conversar após os jogos; um ancião acadêmico do 3º Grau Indígena reclama da deseducação que o futebol traz aos jovens; muitos pais lamentam o fato de seus filhos chegarem do jogo com fome e cansados e não tendo o que comer, brigam com eles; os pais não tem mais tempo para educar seus filhos no trabalho da sobrevivência que cada um tem obrigação de garantir, já que passam o tempo todo jogando bola (GRANDO, 2005, p. 183).

Com efeito, o sentido do esporte construído e reafirmado a todo instante pela indústria cultural, principalmente pela mídia televisiva, tem influenciado as relações sociais de diferentes sociedades. A abrangência alcançada pelo discurso esportivo, produzido por agentes dominantes deste campo, tem propiciado com que os valores difundidos no esporte penetrem nas sociedades indígenas por meio de processos interétnicos de interação. Então, nota-se que o sentido de esportivização se faz presente nos mais diferentes grupos indígenas, alterando os sentidos de suas práticas sociais e econômicas, e incorporando-os ao mercado mundial como consumidores do fenômeno esportivo.

Ressalta-se que, por um lado, o esporte rapidamente se difundiu entre as diferentes etnias indígenas no território brasileiro, mas que, por outro, os jogos e as brincadeiras tradicionais ficaram marginalizados no contexto de desenvolvimento da sociedade nacional, excluídos da cultura corporal da maior parte da população.

O esporte e sua relação com os jogos e as brincadeiras tradicionais

Após a inserção do esporte nas sociedades indígenas no Brasil, observa-se que os indígenas dispõem muito tempo para sua organiza-

ção e realização nas aldeias e, também, para a busca de conhecimentos sobre esta prática. Apresenta-se, deste modo, alguns questionamentos em relação às práticas corporais tradicionais: em que momento estas práticas são realizadas? Qual o sentido que elas assumem na contemporaneidade? Qual é sua importância para os povos indígenas no contato intercultural?

Tais indagações surgem do fato de existir uma intensa inserção do esporte, principalmente o futebol nas comunidades, o que pode contribuir para que os mais jovens dêem preferência à prática esportiva aos jogos e brincadeiras indígenas. Não obstante, a ludicidade dos jogos tradicionais pode estar sendo substituída pela competitividade e o rendimento reforçado pelo esporte. Neste sentido, as práticas corporais indígenas – jogos e brincadeiras tradicionais – passam a assumir características básicas do esporte de alto rendimento em contextos específicos. Portanto, em relação ao comportamento indígena, “o esporte pode demandar mudanças devido às características de organização que o estruturam” (VINHA & ROCHA FERREIRA, 2003, p. 155), havendo a possibilidade de distanciar os mais jovens dos valores tradicionais.

Com esta preocupação a Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece o direito de todos os povos expressarem suas diferenças, tendo a consciência da necessidade de se respeitar e promover os direitos dos povos indígenas que derivam de suas estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais. Nesse ínterim, elaborou a *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas* e assevera em seu Artigo 31 que:

Os povos indígenas têm o direito a manter, controlar, proteger e desenvolver seu patrimônio cultural, seus conhecimentos tradicionais, suas expressões culturais tradicionais e as manifestações das suas ciências, tecnologias e culturas, compreendidos os recursos humanos e genéticos, as sementes, os medicamentos, o conhecimento das propriedades da fauna e da flora, as tradições orais, as literaturas, os desenhos, os esportes e os jogos tradicionais e as artes visuais e interpretativas (ONU. Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, 2007, p. 21)¹¹⁵.

Entende-se por jogos e as brincadeiras tradicionais aquelas “manifestações realizadas por grupos indígenas, com características mitológicas e ritualísticas específicas” (VINHA & ROCHA FERREIRA,

¹¹⁵ Grifo do autor

2005, p. 6). Portanto estão relacionados à cosmologia que orienta seu *modus vivendi* e sua visão de mundo. Estas práticas corporais são formas lúdicas de apreensão da realidade e contribuem para a formação de uma identidade fundamentada nos sentidos e significados específicos de cada cultura.

As lutas corporais, por exemplo, são para muitas etnias atividades essenciais para a formação da identidade da pessoa indígena, proporcionam aos bons lutadores prestígio para tornarem-se lideranças. A *Uka-Uka* é praticada pelos povos habitantes do Parque Nacional do Xingu e pelos Bakairi de Mato Grosso. O *Iwo* pelos Xavante que estão espalhados por todo o estado do Mato Grosso. O *Idjassú* é característico do povo Karajá da Ilha do Bananal e a *Aipenkuít* é exercitada entre os homens do povo Gavião Kyikatejê do estado do Pará. Cada qual possui suas peculiaridades, entretanto, de modo geral, tem como função preparar o indígena para combates que exigem maior capacidade de destreza e força física. Essas práticas corporais consistem basicamente em uma disputa entre dois lutadores que têm como objetivo desequilibrar e derrubar o oponente. Apesar de requerer um vigor físico, não se percebe qualquer tipo de violência entre seus adeptos.

Herrero (2006) realizou um estudo na Aldeia Aiha da etnia Kalapalo com o objetivo resgatar jogos e brincadeiras daquela comunidade. Após o esclarecimento desta intenção os indígenas mais velhos se lembraram de alguns jogos, de suas regras e formas de jogar. Foram transmitindo aos mais novos que se organizaram para realizar as devidas práticas. Das 25 práticas descritas, dezesseis eram desconhecidas dos mais novos. Nos jogos apresentados por essa etnia, verificou-se o caráter cooperativo em detrimento ao competitivo (HERRERO, 2006, p. 114). Reconheceu-se que cada um dos jogos e brincadeiras desenvolvia determinadas habilidades e reforçavam certos valores que servem de base para a formação da identidade dos índios Kalapalo. Nessa oportunidade, a transmissão de jogos e brincadeiras dos mais velhos aos mais novos envolveu imagens e histórias que emergiram da memória coletiva do grupo, o que propiciou a reafirmação de sua cultura. Este exemplo pode servir ao desenvolvimento de políticas públicas de esporte e de lazer que compreenda a importância de se redescobrir jogos e brincadeiras tradicionais.

Os jogos e as brincadeiras nas sociedades indígenas são bens culturais de natureza imaterial entendido como “práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural” (UNESCO, 2003). Tais práticas como elementos do patrimônio cultural dos povos indígenas têm em seu reconhecimento e sua valorização uma importante ferramenta de afirmação étnica em contexto de interação com a sociedade nacional. Portanto, para a implementação de políticas públicas direcionadas aos indígenas deve-se compreender o sentido que estes povos atribuem a estas práticas.

Compreende-se, contudo, que estas práticas na contemporaneidade brasileira se constituem como ação performativa, pois, por meio de linguagem corporal encenada e se usando de múltiplos meios de comunicação possibilitam aos participantes transmitir uma mensagem de reivindicação de direitos sociais. Por meio das ações performáticas de suas práticas corporais tradicionais os indígenas promovem uma intervenção estética e política em contexto de interação interétnica.

Considerações Finais

Assim sendo, não se trata de negar o esporte aos indígenas, mas compreende-se que esta prática corporal deve ser oferecida por meio de políticas públicas aos povos indígenas no Brasil respeitando sua autonomia, isto é, o direito que essas comunidades têm de participar ativamente das decisões que dizem respeito às suas manifestações culturais. Sendo o esporte um elemento intercultural ele deve ser problematizado, posto que, permite o contato de diferentes povos com valores, instituições e procedimentos distintos dos que lhes são próprios. Por conseguinte, cria-se a expectativa de garantir aos indígenas o acesso a informações, conhecimentos técnicos e científicos, explicitando as diferentes formas de praticá-lo.

Com isso, deseja-se que, a partir de então, os interesses desses povos possam surgir de escolhas fundamentadas pelos conhecimentos adquiridos, contribuindo para o planejamento, a execução e a avaliação de políticas públicas referentes ao esporte e ao lazer que respeitem o di-

reito à diferença desses povos. A compreensão do fenômeno esportivo por meio do conhecimento construído historicamente possibilita com que aqueles que irão tratar diretamente com o esporte nas comunidades indígenas possam compreendê-lo como uma construção cultural das sociedades urbano-industriais.

O esporte pode e deve ser vivenciado de forma prazerosa e saudável pelos indígenas, no entanto, com respeito aos direitos destes povos. Por outro lado, deve-se compreender o sentido de afirmação 'etnopolítica' que suas práticas corporais assumem em contextos de interação com a sociedade nacional, para que elas não sejam substituídas ou (re)significadas em função do fenômeno esportivo. O resgate de tais práticas não deve ser entendido como saudosismo, mas sim como uma forma de reconhecimento e valorização da diversidade de práticas que compõe o patrimônio cultural das centenas de etnias indígenas no Brasil.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. 2. ed. Ijuí: Editora Ijuí, 2003.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime. "Projeto curricular e educação física: o esporte como conteúdo escolar". in Rezer, Ricardo (Org.). **O Fenômeno esportivo: ensaios crítico-reflexivos**. Chapecó: Argos, 2006.

GRANDO, Beleni. "Jogos dos Povos Indígenas: tradição, cultura e esporte na escola indígena". In VEIGA, Juracilda & Rocha Ferreira, M^a Beatriz (Orgs.). *6^o Encontro Sobre Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas: desafios atuais da educação escolar indígena*. **Anais**, Campinas: ALV, Núcleo de Cultura e Educação Indígena; Brasília: Ministérios do Esporte, Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, p. 177-187, 2005.

GRANDO, Beleni. **Corpo e educação: as relações interculturais nas práticas corporais Bororo em Meruri-MT**. Florianópolis: Tese (Doutorado em Educação), UFSC, 2004.

HERRERO, Marina. **Jogos e brincadeiras do povo Kalapalo**. São Paulo: Sesc, 2006.

KUNZ, Eleonor. **Transformação ditádico-pedagógica do esporte**. 7. ed. Ijuí: Unijuí, 2006.

LUCIANO, Gerssem S. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: SECAD/Ministério da Educação; LACED/ Museu Nacional, 2006.

ONU. **Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos indígenas**. Brasília: Senado Federal, 2007.

ONU. Organização Internacional do Trabalho. **Convenção nº169**, 1993.

TAYLOR, Diana. "Performance e Patrimônio Cultural Intangível" in **Pós: Belo Horizonte**, v. 1, n.1, p.91-103, maio 2008.

UNESCO. "**Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**" Documento originalmente publicado pela UNESCO sobre o título **Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage**, Paris, October, 2003. Tradução feita pelo Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2006.

VINHA, Marina. "Retomada dos valores tradicionais vinculados à cultura corporal". in Veiga, Juracilda & Rocha Ferreira, M^a Beatriz (Orgs). 6^o Encontro Sobre Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas: desafios atuais da educação escolar indígena. **Anais**, Campinas: ALV, Núcleo de Cultura e Educação Indígena, Brasília: Ministérios do Esporte, Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, p. 145-156, 2005.

VINHA, Marina; ROCHA FERREIRA, M^a Beatriz. "Esporte entre os índios Kadiwéu". **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. v. 24, n. 3, p. 145-158, maio 2003.

VINHA, Marina; ROCHA FERREIRA, M^a Beatriz. "Evento Nacional: jogos dos povos indígenas, jogos tradicionais e processo de esportivização". In XXIII simpósio nacional de história: história e paz. CD Room. **Anais**, Londrina: Editorial Mídia, 2005.

VIVEIRO DE CASTRO, Eduardo. "A Fabricação do corpo na sociedade xinguauna" In OLIVEIRA FILHO, João Pacheco (Org.). **Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil**. São Paul: Marco Zero. UFRJ, 1987.

CATEGORIA 5
MÍDIAS

JORNALISMO IMPRESSO

SÉRIE TORCEDOR DIFERENCIADO

Erich Onida ¹¹⁶

Jornalista

Faculdades Integradas Hélio Alonso

Resumo: A Série Torcedor Diferenciado, publicada no Diário LANCE! entre os dias 21 e 24 de setembro de 2009, tinha o objetivo de mostrar a vida de um portador de deficiência física num dia como torcedor de futebol, desde a saída de sua casa até a chegada ao estádio, acompanhando de perto, também, toda a sua devoção e paixão pelo clube do coração durante aquela determinada partida. A ideia era buscar personagens com características diferentes uns dos outros, e sendo um amante do Flamengo, um do Vasco, um do Fluminense e outro do Botafogo. Coincidu de, na época da elaboração da pauta, o Dia Nacional do Portador de Deficiência Física estar bem próximo. Portanto, toda a apuração foi feita com uma data preestabelecida. A primeira matéria da série deveria sair justamente no dia 21 de setembro. Depois de muitos telefonemas, quatro nomes foram selecionados, felizes da vida ao tomarem conhecimento da matéria da qual seriam protagonistas: Marco Antônio, um cadeirante rubro-negro; Rogério, um deficiente visual vascaíno; Fernando, um amputado tricolor; e Renato, um jovem botafoguense com paralisia cerebral. Além de detalhar todas as dificuldades que eles enfrentam e enaltecer as coisas boas apontadas pelos mesmos, foi possível desvendar histórias riquíssimas, que servem de exemplo a pessoas que se dizem e se acham “normais”. Todos eles, sem exceção, mesmo diante de suas limitações físicas e motoras, praticam esportes. Em seus dicionários não existe a palavra sedentarismo, o que é fantástico. E têm orgulho de mostrar que não são diferentes de ninguém.

Deixava o Maracanã após mais um dia de trabalho, na cobertura de um jogo do Fluminense pelo Campeonato Brasileiro de 2009,

¹¹⁶ Rua Alfredo Ceschiatti 155 / Bl. 2 / apt.602 Barra da Tijuca – Rio de Janeiro – RJ Condomínio Rio 2 – CEP 22775-045 Telefones: (21) 3311-2850 / 9761-6064
e-mail: erichonida@yahoo.com.br

quando, ao atravessar a rua, em frente à Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), deparei-me com um torcedor, devidamente trajado com a sua camisa tricolor, desolado após mais uma derrota do seu time, que vivia fase bem complicada na competição. Não à toa muitos já davam como certo que o destino da equipe seria a Segunda Divisão. O que me chamou a atenção foi que este torcedor era amputado da perna esquerda, andava sozinho, amparado por suas amigas muletas, e estava ali como tantos outros iguais a ele, deixando o estádio, retornando para sua casa, triste com novo tropeço do seu clube do coração. Na hora, pensei: “Olha o esforço que este torcedor faz, mesmo diante de suas limitações físicas, para acompanhar o seu time e, mais uma vez, deixar o estádio cabisbaixo com mais uma derrota. Se os jogadores do Fluminense se dedicassem e se entregassem como ele, provavelmente a situação não seria tão adversa.”

Pois bem... Foi assim que nasceu a pauta que daria cara à série Torcedor Diferenciado. Mas, a partir daquele momento, a ideia foi buscar personagens relevantes, sendo um torcedor de cada clube grande do Rio: Flamengo, Vasco, Fluminense e Botafogo. Mais do que isso: cada um deles deveria ter uma deficiência física diferente da dos outros três, para que a matéria fosse a mais abrangente possível, que detalhasse esse mundo do portador de deficiência, que, infelizmente, passa ao largo de muita gente. O que a sociedade não parece saber é que, segundo o Censo 2000, 14,5% dos brasileiros têm algum tipo de deficiência. Após muitos telefonemas para associações, chegou-se aos nomes de Marco Aurélio, um cadeirante rubro-negro, Rogério, um deficiente visual vascaíno, Fernando, um amputado tricolor, e Renato, um jovem botafoguense com paralisia cerebral. Time formado, faltava apenas o pontapé inicial para dar sequência à prática da inclusão social nas páginas do Diário LANCE!. E quanta descoberta maravilhosa estaria por vir...

Qual era o objetivo da matéria? Acompanhar cada um deles a uma determinada partida, fazer ao lado deles o que normalmente estão habituados a fazer num dia de jogo. Ou seja: qual o trajeto fazem de suas casas até o estádio; quantas conduções pegam; quais as dificuldades encontram pelo caminho; que comodidades têm nos estádios; como são tratados... Então, lá fomos nós, do LANCE!, relatar com

fidelidade o lado torcedor desses personagens. E tudo começou num fim de semana agitado. Vejamos por quê. Numa sexta-feira, dia 11 de setembro de 2009, fomos ao jogo Vasco x Paraná com Rogério, em São Januário. No dia seguinte, seguimos com Marco Aurélio para assistir a Flamengo x Sport, no Maracanã. E, no domingo, dia 13, lá estávamos no Engenhão com Fernando para a partida entre Fluminense e Botafogo. Uma maratona com muitas histórias. Para finalizar, no dia 16, acompanhamos Renato e seus pais no jogo Botafogo x Atlético-PR, mais uma vez no Engenhão.

Devido ao horário, o encontro com Rogério se deu na Central do Brasil. Ele estava acompanhado de seu cunhado, guia e fiel escudeiro, companheiro de todas as horas. Todos nos cumprimentamos e seguimos para o ponto de ônibus para iniciarmos nosso trajeto rumo a São Januário. Era fim de tarde, a noite já caía, hora do rush. O ônibus chegou lotado. Pelo menos, a entrada de Rogério foi gratuita e, solidários, muitos ofereceram seus lugares para que ele pudesse ir sentado. Educado, ele agradeceu e aceitou. Assim que alguns perceberam a presença da imprensa, logo quiseram saber do que se tratava. Ao tomarem conhecimento de que Rogério era o centro das atenções para uma matéria, e que ele seguia para assistir a um jogo do seu Vasco, mesmo sendo 100% cego, a surpresa foi geral. Um rubro-negro até comentou: “Caramba! Ele é cego e está indo a um jogo do Vasco, e o time está na Segunda Divisão! Esse é torcedor de verdade!”

Pois é. Depois de entrar por uma roleta especial, na qual tem gratuidade, lá estava Rogério chegando a mais uma partida do Vasco, uma rotina de anos. E o seu radinho de pilha está sempre com ele. Afinal, é o que lhe dá as coordenadas, além dos comentários do cunhado e a reação da torcida a cada lance. E é incrível sua percepção da partida. A cada chance criada pelo time, a cada bola tocada de forma errada, a cada erro do árbitro, sempre um comentário pertinente. No fim, vitória do Vasco por 2 a 1. Alegria por mais um passo dado rumo à divisão de elite, lugar de onde o clube nunca deveria ter saído, fato, é claro, ressaltado por Rogério. A mesma luz que seu time encontrava para voltar à Série A do Brasileiro fez lembrar um fato marcante em sua vida. Rogério nasceu com uma catarata congênita, totalmente cego. Quando completou 4 anos, fez oito cirurgias e passou a enxergar 25%, mas ape-

nas com o olho esquerdo. E assim foi até os 17 anos, quando teve um problema no nervo ótico e perdeu a visão de vez. Mas ele se recorda exatamente do momento em que enxergou pela primeira vez. Assim que a enfermeira tirou o esparadrapo do seu olho, diz ter visto apenas um clarão e seu pai. Pelos anos que teve o privilégio de poder enxergar, o pouco que fosse, ressalta ter na sua memória a noção do seu humano, do mundo, de saber o que é azul, o que é preto... Lamenta nunca ter visto sua esposa, com quem está casado há dois anos. Mas afirma que ela é morena, bonita e tem cabelos cacheados. Um exemplo de vida.

No dia seguinte foi a vez de conhecer pessoalmente Marco Aurélio, mais conhecido como Kolynos, pelo enorme sorriso que sempre carrega consigo. É fácil explicar o porquê: a imensa alegria que tem de viver. Chega a impressionar. Nós nos encontramos naquela que ele chama de sua segunda casa, onde ele passa bom tempo dos seus dias: a Andef (Associação Niteroiense dos Deficientes Físicos). Depois de um longo bate-papo, seguimos para a nossa maratona até o Maracanã. O que dizer de alguém que sai de São Gonçalo, município do estado do Rio, pega dois ônibus, encara 58 Km, só para assistir a um jogo do Flamengo? E tudo isso numa cadeira de rodas. Pois é... A paixão e a entrega não têm limites. E o cadeirante Marco Aurélio trata aquela cadeira de rodas como se fosse a extensão do seu corpo – frase esta proferida por ele mesmo. Que desenvoltura! Mas as reclamações começariam a surgir quando aparecia um buraco aqui, outro ali, ou um ônibus sem as devidas adaptações, ou calçadas sem rampas próprias para cadeirantes... Mesmo assim, após mais de uma hora, chegamos ao Maracanã, que, por sua vez, recebeu muito mais elogios do que tudo aquilo que ficara pelo caminho até ali.

Posicionado nas cadeiras inferiores, onde tem acesso gratuito, Kolynos fez a sua única reclamação em relação ao estádio: não há, naquele setor, uma rampa para que ele e outros cadeirantes possam descer e ficar próximo ao campo. Mesmo assim, dá sempre o seu jeito para estar lá. O duro é, no fim do jogo, voltar e subir degrau por degrau. Mas tem sempre uma mão amiga para auxiliá-lo. Pelo menos, o seu Flamengo venceu por 3 a 0 e aquele sorriso conseguiu ficar ainda mais largo em seu rosto. Sorriso este que, é verdade, o abandonou quando ele ainda tinha 5 anos, quando adquiriu uma poliomielite que o

deixou sem os movimentos da perna direita. Os brinquedos passaram a ter a companhia das muletas, Com o tempo, veio a cadeira de rodas. Após vencer um preconceito que tinha consigo mesmo, a tal alegria de viver passou a empurrá-lo. Hoje, é casado e pai de dois filhos. Um exemplo de vida.

Para fechar um fim de semana regado de histórias de superação, lá fomos nós para Itaguaí, município do Rio, nos encontrar com Fernando, um tricolor apaixonado. Se muitos torcedores, àquela altura, já tinham abandonado o Fluminense, pela difícil fase que atravessava no Campeonato Brasileiro, na última colocação, ele, mesmo amputado da perna esquerda, ainda encontrava forças o suficiente para lutar com o time até o fim. Como ele mesmo foi logo contando, costuma pegar três, às vezes quatro conduções só para levar o seu apoio ao Tricolor. E fomos conferir isso com ele. Um ônibus da casa dele até a Rodovia Niterói-Manilha, outro até a Leopoldina e um último até o Engenho. E os problemas não demorariam a surgir. Primeiro, ele diz que é obrigado a sair de casa sempre mais cedo só para conseguir pegar um ônibus que lhe dá a gratuidade. Apenas os carros de duas portas aceitam o RioCard. E são justamente os que demoram a passar. Nos que têm uma porta, os deficientes físicos são obrigados a pagar passagem. E as mesmas reclamações feitas por Marco Kolynos foram repetidas por Fernando: as precárias condições das calçadas e o desnível das ruas.

Mas tudo isso acaba superado quando ele chega ao estádio e começa a torcer pelo seu Fluminense, sempre com suas muletas em punho. Mesmo com o time, na ocasião, tendo apenas empatado sem gols com o Botafogo. Mas ele sente-se bem em estar nesse habitat natural dos jogadores porque um dia sonhou ser um deles. Aliás, chegou a ser jogador de futebol, até sofrer um acidente de moto, aos 21 anos, quando um carro o pegou em cheio na contramão. Perdeu a perna praticamente na hora. Quando chegou ao hospital, já não havia mais o que fazer. Ela teve de ser amputada. E ele teria morrido se não tivesse de capacete. E adivinha só para onde ele seguia naquele dia? Para jogar uma final de campeonato, no auge de sua juventude. Lembra que já começava a fazer testes no Rubro, de Araruama, Região dos Lagos do Rio de Janeiro. Mas vejam só o que é o destino. A vida, às vezes, tira, mas também compensa. Um amigo o levou para conhecer a Andef, ele

passou a praticar o futebol para amputados e, neste esporte, se tornou tetracampeão mundial (1999/2000/2001/2005). E mais: foi eleito o melhor jogador do mundo em 99, no Mundial disputado na Ucrânia. Atualmente, é casado e pai de três filhos. Um exemplo de vida.

E justamente a última das quatro histórias acabou sendo a mais especial, por uma dessas gratas surpresas que a vida nos prega. Quando ainda estava ao telefone apurando sobre o personagem que protagonizaria o torcedor do Botafogo na série, eis que Dênis, pai de Renato, me diz que o sonho de seu filho era não só conhecer o Engenhão, estádio do clube, como também os jogadores. Ele apenas havia levado Renato para assistir a um jogo em toda vida, mas no Estádio Caio Martins, onde o Glorioso mandou seus jogos por anos. Pronto! Meu objetivo para fechar a série com chave de ouro foi não só levá-los ao jogo e acompanhá-los como colocar toda a família dentro de campo. O encontro, mais uma vez, se deu na Andef. Por Dênis ser cadeirante e Renato, que tem paralisia cerebral, também, o LANCE! teve que enviar dois carros para que comportassem todos até o destino final. E em nenhum momento foi revelado o segredo de que eles entrariam no gramado para ficarem próximos aos jogadores do Botafogo. Ao chegarem no Engenhão, ficaram atônitos e com os olhos marejados ao perceberem que subiam uma rampa e a luz dos refletores do estádio surgia subitamente à frente deles. Uma cena que ficará na memória deles e na minha para sempre. Quanta emoção! Mas, apesar da noite, aquele dia, aquele momento, apenas começava para a família Dias Queirós – Valdete, mãe de Renato, também estava lá. Afinal, assim que o time entrou em campo para o jogo com o Atlético-PR, pela Copa Sul-Americana, alguns jogadores pararam para cumprimentá-los. O atacante Victor Simões foi além: tirou uma foto com eles.

Dali, todos seguiram para uma área vip para que pudessem assistir à partida e admirar o estádio no qual jamais haviam estado. No intervalo de um jogo emocionante, de muitos gols e mudanças no placar e na classificação para a próxima fase da competição, Dênis relatava que Renato teve um problema no parto. Quando ele estava com mais ou menos um ano, perceberam que ele não firmava muito a cabeça. Até que um amigo sugeriu que o levassem a um neurologista. Ficou constatado que Renato tinha uma sequela cerebral. Bem... Voltemos ao

jogo... Depois de um dia mágico, o desfecho só poderia vir mesmo com uma vitória. E foi o que aconteceu: Botafogo 3 a 2. A festa de Renato estava completa. Um exemplo de vida.

O mais sensacional nesta série foi que, além de fazermos um dia de torcedor com cada um deles, relatando suas histórias de vida e as paixões pelos seus clubes, sempre tendo a preocupação de dar dicas de convivência de acordo com a deficiência física de cada um, pudemos observar um fato curioso, que serve de reflexão para todo mundo: todos eles, sem exceção, praticam esporte. Isso mesmo! Marco Aurélio joga basquete e ainda dança sobre cadeira de rodas na Andef; Rogério joga futebol três vezes ao dia no Instituto Benjamin Constant; Fernando, como relatado, joga futebol para amputados; e Renato joga bocha, também na Andef. O objetivo inicial, que era mostrar como esses torcedores diferenciados fazem para ir a um jogo de seu clube do coração, e todas as dificuldades que enfrentam, acabou crescendo de uma forma sensacional e ainda mais positiva, graças aos personagens riquíssimos que encontrei e, nas páginas do LANCE!, tentei ser o mais fiel possível para passar aos leitores nesta série.

SEM BARREIRAS

Mariana Oselame

Carlos Corrêa

Rafael Peruzzo

Repórteres do Jornal Correio do Povo

Resumo: O que tinha tudo para ser o fim, com o tempo se mostra um novo começo. Para quem precisou aprender a conviver com a limitação física ou psicológica após sofrer uma violência, o esporte é mais do que alternativa: é a chance de reaprender a viver.

Jovane Guissone, Rafael Corrêa, Guacir Bueno, José Carlos Soares, Katie Niedermeier, Maurício Stempniak, Fábio Damasceno e Geraldo Von Rosenthal. Oito nomes, oito vidas, oito histórias que poderiam ter terminado por conta da violência. Em comum, uma trajetória de superação. Pessoas como quaisquer outras, todos eles trabalhavam normalmente. Buscavam os filhos na escola, frequentavam a faculdade, iam a festas, namoravam. Tinham amigos, saíam e eram livres para ir e vir, sem depender de nada e muito menos de ninguém.

Mas certo dia, enquanto viviam as suas vidas, eles foram surpreendidos pela face mais cruel da violência. Alguns foram baleados em assaltos ou se tornaram alvo de disparos de tiros enquanto exerciam as suas atividades profissionais. Outros, como Katie, foram tão covardemente agredidos que perderam grande parte da capacidade cerebral e cognitiva.

Tinha tudo para ser o fim. Por muitos dias, várias dessas oito histórias ficaram entre a vida e a morte na UTI de um hospital. E quando essa primeira batalha foi vencida, os personagens dessas histórias receberam a notícia que soou como uma sentença: a limitação física. A vida teria que ser vivida, daquele dia em diante, na prisão de uma cadeira de rodas.

Em meio à dor e ao luto por uma limitação adquirida após uma violência sem sentido, que sequer haviam provocado, muitos pensaram que seria melhor, simplesmente, ter perdido a vida. Embora todos eles

tenham cogitado desistir, nenhum teve coragem de fazê-lo. Até porque, com o tempo, o que parecia ser o fim de uma existência plena e independente passou a ser o começo de uma nova vida. A força para recomeçar veio justamente do esporte.

Foi aí que a equipe percebeu que tinha nas mãos um material precioso para ser publicado no jornal *Correio do Povo*. Mais do que isso: sentiu que precisava contar essas histórias de superação para que outras vítimas de violência que estivessem cogitando desistir soubessem que a prática do esporte pode, sim, ser um excelente caminho para um recomeço.

Tudo começou com o comentário do repórter fotográfico Paulo Nunes, amigo de um dos personagens da reportagem, o cadeirante Rafael Corrêa. “Conheço um cara que veleja mesmo sendo paraplégico”, disse ele, certo dia, admirado. Era o início da série *Sem Barreiras*.

Publicado entre nove e 11 de agosto de 2010, o conjunto de matérias começou a ser construído ainda em junho. A repórter Mariana Oselame e o repórter fotográfico Vinícius Roratto foram ao Iate Clube Guaíba. Lá, conheceram Rafael Corrêa e Katie Niedermeier. Eram duas histórias diferentes, mas com alguns pontos em comum. Ele havia sido baleado em uma tentativa de assalto e, por centímetros, o ferimento não lhe roubou a vida, embora tenha lhe trazido a indesejada paraplegia. Ela foi agredida com uma pancada na cabeça durante um assalto, quando passeava perto de casa com o cachorro, e sofreu uma grave lesão cerebral.

Rafael aprendeu a velejar durante a recuperação, como forma de reconstruir uma existência que por um bom tempo ficou sem referências. Filha de velejadores, Katie, por sua vez, já praticava o esporte antes da agressão, quando ainda estava na barriga da mãe. Aliás, Katie só velejava porque esse foi um aprendizado obtido antes da grave lesão que sofreu. Por algum motivo, desconhecido até mesmo dos mais avançados estudos da Medicina, esse conhecimento foi preservado em alguma área específica do cérebro. Ela é capaz de velejar sozinha, mas não recorda informações simples como a sua idade e sequer lembra da agressão.

No retorno à redação, as histórias de Rafael e Katie foram relatadas à editoria de Esportes, aos repórteres Carlos Corrêa e Rafael

Peruzzo. A partir de então, foi decidido ampliar o que, em princípio, seria apenas uma matéria sobre vela adaptada. Não seriam contadas apenas as trajetórias de superação dos dois velejadores, mas seriam descobertas outras histórias de vida tão ricas como essas para ilustrar a importância do esporte na recuperação de quem teve que aprender a conviver com alguma limitação. E para mostrar que isso é possível mesmo quando a limitação é provocada por uma circunstância dolorosa e imprevista, foi adotado como critério o relato da vida de quem foi vítima de alguma violência.

Coube a Carlos Corrêa, então, acompanhar os treinamentos e a rotina de um atleta de esgrima paraolímpica. A conversa com o técnico Alexandre Teixeira, que lhe detalhou a prática do esporte em cadeira de rodas, foi apenas o primeiro passo. Depois, vieram a observação de alguns treinamentos e um dos momentos mais importantes da série Sem Barreiras: Carlos e a repórter fotográfica Camila Domingues acompanharam Jovane Guissone e Fábio Damasceno no trajeto que eles percorrem, diariamente, entre Esteio, na Região Metropolitana, e o local de treinamentos em Porto Alegre. A utilização do transporte coletivo adaptado e os obstáculos que as rodas das cadeiras têm que vencer todos os dias pelas ruas íngremes e esburacadas foram relatados por Carlos e Camila na matéria que abre a série.

O primeiro dia também contou a história de Guacir Bueno, praticante do tênis em cadeira de rodas e presidente da entidade que abriga a maioria dos projetos esportivos para quem tem necessidades especiais, a Associação dos Servidores da Área de Segurança Portadores de Deficiência (Asasepode). A trajetória de Guacir foi narrada pelo repórter Rafael Peruzzo, designado para descobrir histórias de vida e superação não apenas no tênis paraolímpico, como também no tiro esportivo. Rafael fez várias visitas à Asasepode para escrever a matéria que abre o segundo dia da série Sem Barreiras. Por meio do relato de José Carlos Soares, ele mostrou a força do esporte como condutor do processo de recuperação.

A paixão despertada pela prática de uma atividade física, em nível competitivo ou apenas para lazer, individual ou coletivamente, mas sempre com um caráter socializante e com uma grande capacidade de potencializar a autoestima dos atletas, é aprofundada no último dia da

série. Mariana Oselame mostra que alguns projetos, como a vela adaptada do Iate Clube Guaíba, são totalmente financiados pelo Comitê Paraolímpico Brasileiro. Já Rafael Peruzzo e Carlos Corrêa trazem o outro lado, enumerando as dificuldades que a Asasepode encontra para sobreviver e relatando as precárias condições dos equipamentos para a esgrima.

A série é permeada por entrevistas com profissionais da área da saúde. A reportagem do *Correio do Povo* conversou com médicos, psicólogos e educadores físicos responsáveis pelos projetos de esportes adaptados. Descobriu técnicos que trabalham com portadores de necessidades especiais apenas pelo prazer de vê-los reencontrando a vida – que parecia perdida, abreviada – na prática de alguma atividade. Durante o trabalho de campo, a reportagem também teve contato com os familiares dos oito personagens escolhidos para ilustrar a série. O seu amor incondicional e os sacrifícios que todos eles fazem para melhorar a qualidade de vida daqueles que perderam a independência são, acima de tudo, comoventes.

Nos dois meses em que foi produzida, a série *Sem Barreiras* procurou entender o papel do esporte na recuperação da seqüela física e do trauma psicológico. Tentou mapear as consequências emocionais e as marcas que a face mais cruel da violência, aquela barata e sem sentido, pode deixar. Buscou, ainda, investigar de que forma o esporte pode ser visto como um fator motivacional no processo de readaptação a uma nova vida, agora com limitações.

As páginas ocupadas pela série *Sem Barreiras* no jornal *Correio do Povo* foram simbólicas. No espaço em que o leitor estava acostumado a encontrar as manchetes policiais, geralmente carregadas de violência, ele se deparou com um conjunto de matérias que trazia, finalmente, uma boa notícia. Em vez da violência, ele encontrou vida. No lugar do fim de alguma história causada por uma bala ou uma agressão, ele achou o recomeço da existência.

Concebida para servir de luz para as tantas vítimas de violência presas à cama de um hospital ou sentadas em uma cadeira de rodas, bem como para chamar a atenção para a falta de investimentos no esporte adaptado, a série acabou servindo de luz, também, para quem

a escreveu e fotografou. Ter acesso a histórias tão ricas quanto as de Jovane, Rafael, Guacir, José Carlos, Katie, Maurício, Fábio e Geraldo, que representam tantos outros atletas com semelhantes trajetórias de superação, foi uma lição de vida incomparável; difícil de ser esquecida. Na verdade, diante de todos os obstáculos que esses oito personagens enfrentaram, fica até difícil aplicar a eles a denominação pura e simples de atletas. Seria pouco demais.

GERAÇÃO 2016

Aristeu Vinicius de Paula (Vinicius de Paula)

Ozair de Souza Dias Júnior (Ozair Júnior)

Diário da Região de São José do Rio Preto – São Paulo

Falta pouco mais de seis anos para o Brasil sediar sua Olimpíada. Tempo suficiente para revelar e lapidar jovens valores. O sonho de estar nos Jogos do Rio de Janeiro, em 2016, habita a mente de garotos e garotas e está perto de se tornar realidade para outras revelações. O Diário da Região publicou uma série de cinco reportagens, “Geração 2016”, com as promessas e realidades do esporte rio-pretense e regional, que trabalham com o sonho de representar o Brasil. A primeira foi sobre atletismo, modalidade que reúne competidores de ponta na cidade. Mauro Vinicius da Silva, o Duda, é destaque no salto em distância e aos 23 anos tem a experiência de ter ido à Olimpíada de Pequim, na China.

Na segunda mostramos a falta de políticas de incentivo na revelação e lapidação no basquete, vôlei e handebol. Mesmo assim, a região é celeiro de atletas como o pivô Paulão Prestes, do basquete espanhol e que defende a Seleção Brasileira. Depois vieram tênis, natação e pólo aquático, mostrando a iniciação e os caminhos que seguem aqueles que buscam alto rendimento, como os nadadores Gustavo Del Campo e Suzan Karen Oro, e os tenistas Augusto Laranja e Bruno Semenzato. Na penúltima matéria falamos de judô, boxe e tae-kwon-do, resgatando a história de Liniquer Constantino, que deixou o mundo das drogas para viver uma nova perspectiva de vida no boxe. Por fim, mostramos os paratletas, que venceram barreiras e preconceitos do dia-dia, contornaram trágicas histórias para brilharem no esporte.

A série de reportagens Geração 2016 teve como principal objetivo destacar os valores coletivos e individuais do esporte na região de São José do Rio Preto, que trabalham arduamente para defender o Brasil na Olimpíada carioca, e chamar a atenção da sociedade para a rotina e realidade destes jovens talentos na busca do alto rendimento.

Abordamos as modalidades olímpicas atletismo, basquete, handebol, vôlei, tênis, natação, pólo aquático, judô, boxe, tae-kwon-do,

além dos paraolímpicos do basquete sobre rodas, natação e atletismo. Esses atletas sonham em viver da prática esportivas e serem reconhecidos como esportistas vencedores. Os paratletas querem acabar com a síndrome de “coitadinhos” e com superação conquistar seu espaço no esporte nacional.

O processo de apuração e produção da série de reportagem foi minucioso e detalhista. A matéria não tenta prever quem estará vestindo as cores brasileiras nos jogos do Rio de Janeiro, apenas traz ao leitor aqueles que se destacam em suas modalidades e que estarão neste enorme processo seletivo. A escolha não foi aleatória. Ouvimos os treinadores e dirigentes das modalidades citadas e confrontamos com os resultados obtidos em competições de nível estadual, nacional e internacional.

A primeira matéria, com o título: “Um sonho olímpico”, foi produzida entre os dias 12 e 16 de abril e publicada em 18 de abril de 2010, tratando apenas do atletismo. Mostramos a estrutura e rotina de treinos dos jovens atletas e das realidades da modalidade, como o saltador Mauro Vinícius da Silva, o Duda. Resgatamos ainda as sensações do ex-atleta Adalberto Garcia, que defendeu o Brasil em Atlanta, nos Estados Unidos, em 1996.

Com o título “Falta incentivo nas quadras” tratamos a falta de apoio aos esportes coletivos como vôlei, basquete e handebol, no dia 25 de abril. Os dirigentes e técnicos apontaram soluções em longo prazo, valorizando o trabalho das categorias de base. A terceira matéria da série: “Esperanças no tênis, natação e polo” mostrou as promessas de cada modalidade, enriquecida pelos sonhos do tenista rio-pretense Thiago Alves, que já foi o número 1 do Brasil e esteve no Top-100 da Associação dos Tenistas Profissionais (ATP), que quer jogar em Londres 2012 e fala dos desafios para 2016. O mundo dos ringues foi abordado na matéria “Judô, boxe e tae-kwon-do ficam de olho no Rio”, publicada em 16 de maio. Mostramos personagens como a judoca Josiane Falco, que já integra a Seleção Brasileira e busca uma vaga para Londres 2012, traçando um paralelo com o boxeador Liniquer Constantino, que deixou o mundo das drogas graças ao esporte, na mais importante conquista de sua vida. Porém, Liniquer sonha em alçar vôos mais altos. O encerramento da série trouxe: “Atletas da superação”. Os paratletas da

região, deficientes físicos e visuais, venceram as dificuldades impostas pela vida, seja das limitações de nascença, passando pelo trágico acidente de trânsito, a violência urbana, retomando através do esporte os sonhos para uma nova vida. Destaque para velocista Ana Tércia Venâncio Soares, que já foi aos Jogos Paraolímpicos de Pequim, na China, e é cotada para 2012.

Todos os requisitos exigidos pela chefia foram atendidos, da apuração e produção de textos às imagens. O material gerou satisfação dos leitores e funcionou como uma injeção de ânimo e incentivo a todos os atletas. *Nas cinco edições que foram veiculadas as reportagens, foram comercializados cerca de 140 mil exemplares (bancas e assinantes).*

TELEJORNALISMO

JUDÔ INCLUSIVO

Carmen Célia Tazinafo

Jornalista da TV Brasil

Cláudia Jacob

Jornalista e Psicopedagoga TV Brasil¹¹⁷

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar a reportagem vencedora do Prêmio Brasil de Esporte Lazer e Inclusão Social na categoria telejornalismo, que foi ao ar no programa Jornal Visual da TV Brasil, em junho de 2010, com o nome de Judô Inclusivo. A reportagem mostra o esforço de jovens atletas surdos para ensinar o esporte a jovens moradores da favela da Rocinha, na zona sul Rio de Janeiro, onde há presença do tráfico de drogas. Nessa empreitada, os jornalistas enfrentaram o desafio de subir o morro com equipamento de filmagem, durante a noite, para gravar a realidade vivida pela equipe do projeto “Valorizando as Diferenças”. O texto traz como introdução o histórico e o cotidiano do telejornal, que já está há mais de 20 anos no ar. Nele as pautas são focadas na temática da inclusão social. Em seguida, como desenvolvimento, dá-se o relato da equipe de reportagem que contextualiza o trabalho de campo vivenciando realidades distintas: de um lado a notícia, o maravilhoso exemplo dos esportistas, praticantes de judô e jovens surdos que dão um show de cidadania como voluntários e sendo mercedores de visibilidade e reconhecimento. Do outro lado, os perigos de um território que está dentro do espaço urbano, mas que tem suas próprias leis, e onde câmera e repórter formam uma combinação que não costuma ser bem recebida. Por conclusão, um breve diálogo abordando a teoria do agendamento, o agenda setting do conteúdo jornalístico, com autores que elencam o papel social da mídia na sociedade.

¹¹⁷ Contato das autoras: Avenida Gomes Freire, 474. CEP: 20231-011, Lapa, Rio de Janeiro. Tel: (21) 2117-6589/6636. Fax: (21) 2117-6610. E-mails: carmenazinafo@tvbrasil.org.br e claudiajacob@tvbrasil.org.br.

Introdução

A reportagem *Judô Inclusivo* mostrada no dia 21 de junho de 2010, no *Jornal Visual (JV)*, sob o ponto de vista técnico, é um exemplo do padrão de formato de notícia proposto pelo telejornal que ocupa a programação diária das 07h50 às 08h00 da manhã. O programa é voltado ao público surdo e está no ar há mais de 20 anos, tendo sido iniciado na antiga TVE do Rio de Janeiro, e há dois anos e meio incorporado pela TV Brasil.

Cada edição mostra apresentadores no estúdio dividindo a tela e fazendo a tradução em Libras (Língua Brasileira de Sinais) – língua utilizada pela comunidade de surdos no Brasil, que pode ser adquirida através do canal espaço-visual. Ela possui todos os níveis linguísticos como qualquer língua oral, ou seja, fonológico, morfológico, sintático, semântico e pragmático (Brito, 1995; Bellugi et al., 2002).

No programa a tradução em Libras é simultânea e usada para estabelecer a comunicação. É o único telejornal diário de TV aberta no Brasil com este perfil. Acompanha as reivindicações, lutas e conquistas deste público, com ênfase na superação de barreiras sociais. É importante ressaltar a presença de intérpretes de Libras (reconhecida desde 2002 como meio legal de comunicação e expressão, com a Lei nº 10.436).

Com os recursos didáticos, os apresentadores vão chamando as reportagens, que também seguem a estrutura do formato telejornalístico padrão, com a narrativa do texto coberto com imagens, colado às entrevistas, além da passagem do repórter – quando o jornalista aparece do local de gravação externa, com alguma intervenção relevante. Esse modelo é apontado por estudiosos da mídia televisiva, entre eles Vera Iris Paternostro (1999), que em seu *Manual de Telejornalismo* pondera ser uma linguagem eficaz na televisão. É conceitual que somente a informação simples e clara será absorvida pela massa de telespectadores. Nesse âmbito, o *JV* demonstra a intenção respeitosa ao seu público-alvo. Considerando as limitações relacionadas à absorção de sons por parte dos deficientes, mantém-se a linha do informar sem complicar ou rebuscar, utilizando o reforço da tradução permanente para língua dos sinais, que prioriza a sinalização dos conteúdos, dando menos ênfase às aparências, para não incorrer no que Marcondes

(2000) chama de espetáculo visual. Tal realidade cabe aos jornalísticos sensacionalistas e de apelo visual duvidoso onde

“ganham relevo as montagens, as fantasias visuais, a editoração eletrônica das imagens, da criação de efeitos, das imagens mixadas com cenas de arquivo há um investimento nas cores, na cenografia, nos movimentos, nas curiosidades e na pirotecnia visual que tornam a TV antes de mais nada um aparelho onírico, uma ponte ligada diretamente ao mundo dos sonhos” (MARCONDES, 2000, p.42)

O propósito do Jv não se identifica com o que está explícito acima. O fato de priorizar o conteúdo à cena não significa que a equipe descarta recursos atualizados de cenário e edição, bem como vinhetas de separação dos quadros, e nem que descuida da imagem, mas sim que visa primeiramente o feedback com telespectadores e, para tanto, usa os seguintes canais de contato direto: (21) 2117-6636, fax (21) 2117-6610, email jornalvisual@tvbrasil.org.br. Além disso, o jornal pode ser acompanhado também pela página www.tvbrasil.org.br/jornalvisual, que transmite ao vivo diariamente as edições.

Constantemente esse diálogo com o telespectador é monitorado, principalmente na internet e através dos emails. Em relação às apresentações, às sugestões em geral e aos assuntos que farão parte do programa, os telespectadores determinam, em grande parte, a linha editorial a ser seguida. Eles expõem suas expectativas e necessidades, dão rumo à confecção das pautas e o produto final é fruto do trabalho de uma equipe multidisciplinar formada por jornalistas, pedagogos e intérpretes de Libras. Há de se lembrar que recentemente os intérpretes de Libras foram reconhecidos como profissionais de categoria regulamentada por lei.118 São estas conquistas que se tenta passar no programa, dando ênfase também aos bons exemplos e às histórias de superação.

O Jv busca atender as preferências dos telespectadores que apontam para as reportagens de serviço, comportamento e inclusão social como as de maior interesse. Foi com esse objetivo que entrou em pauta – como tantas outras de excelente retorno de audiência, para o Jv, a contar pelos comentários na página do Jornal, na internet –, a

¹¹⁸ Lei 01-09-2010, que regulamenta a profissão tradutor e intérprete de Libras.

matéria¹¹⁹ Judô Inclusivo, tema deste artigo e responsável pela conquista do Prêmio Brasil de Esporte Lazer e Inclusão social na categoria telejornalismo.

Trabalho de Campo: Impressões da repórter no contexto da produção da reportagem premiada

Colaboradores da reportagem:

Carmen Célia Tazinafo, reportagem de rede, TV Brasil

Cláudia Jacob, edição e pauta, Jornal Visual, TV Brasil

Eduardo Pereira, assistente de externa, TV Brasil

Gerson Marçal, edição de imagens, Jornal Visual, TV Brasil

Jhonatas Narciso, arquivo e produção, Jornal Visual, TV Brasil

Marcela Tovar, estagiária, Jornal Visual, TV Brasil

Sergio Meirelles, imagens, TV Brasil

A reportagem levou a campo a jornalista Carmen Célia, o repórter cinematográfico Sérgio Meirelles e o assistente Eduardo Pereira, com a missão de mostrar um projeto pioneiro desenvolvido na Rocinha, maior favela do Brasil, com cerca de 103 mil habitantes, segundo IBGE.

Ali, ainda no asfalto, na chegada à praia de São Conrado, se avista o amontoado de lages e barracos que chegam a dobrar as fronteiras do topo do morro avançando aos arredores do Vidigal – comunidade vizinha – e em direção ao bairro da Gávea, tradicional reduto de pessoas de classe média e condomínios de luxo, na zona sul do Rio de Janeiro. É de se impressionar a visão de amplitude da Rocinha. Quando se está na avenida que dá acesso à Barra da Tijuca, bem em frente à comunidade, a sensação é de impotência frente àquela realidade. Há lixo espalhado nas redondezas. Os moto-taxistas se reúnem nas entradas da favela, formando uma barreira com as motos e ocupando os espaços nas esquinas. É tudo muito grande e movimentado, o trânsito naquele pedaço fica confuso, há feiras de camelôs que ultrapassam os limites das calçadas. Muitos carros, a maioria velhos e mal conservados, formam estacionamentos improvisados ao ar livre; o mesmo acontece com vans usadas para o transporte coletivo.

¹¹⁹ Matéria é o termo dado pelos jornalistas de TV ao produto a ser veiculado. Leia-se reportagem.

O ponto de encontro da equipe com o professor Eduardo Duarte, lutador faixa preta de judô, morador da zona norte do Rio e responsável pelo projeto Valorizando as Diferenças, foi marcado às 5h da tarde em frente à passarela Niemeyer e ao lado do camelódromo, na entrada principal da Rocinha. A pauta chamava atenção para um detalhe. Não poderíamos atrasar, porque só existe uma rua com acesso a carros na favela e esta não está na direção do Centro Comunitário, onde o grupo faz os treinamentos com os moradores. Só se chega lá em cima acompanhado por alguém que conhece os becos e vielas da favela. O grupo de atletas toda vez sobe guiado por um dos professores do projeto, conhecido por Zózimo Brito, que mora na Rocinha.

Logo que descemos do carro veio um pensamento em relação ao perigo de se entrar na Rocinha à noite, com equipamento de filmagem, composto por câmera, Sony digital, pesando 12 quilos, além do tripé e equipamento de iluminação, pois começava escurecer. Para que se entenda, todas as vezes que uma equipe de TV pretende gravar o quer que seja na favela, não só na Rocinha mas em todas do Rio de Janeiro, há de se negociar bem com a associação de moradores ou com alguma fonte que tenha liderança na comunidade. É perigoso estar ali no local onde traficantes guardam os pontos de vendas de drogas armados em grupos chamados de “bonde”¹²⁰. Lembro-me que estávamos temerosos mas também curiosos com a oportunidade de poder registrar a coragem e o empenho dos atletas surdos, pois eles, como voluntários estavam ali quebrando preconceitos. São moradores de outros bairros e cidades da região metropolitana e pelo menos duas vezes por semana vão até a Rocinha para ensinar a jovens moradores da favela, a maioria muito humildes, o que mais gostam fazer: lutar judô.

Sáímos à procura dos atletas em meio às barracas dos camelôs, ainda com a câmera dentro do carro, que ficou estacionado no único terreno vazio em frente aos tapumes de uma construção. A precaução era para não chamarmos atenção em meio ao local movimentado. Uma crença entre os jornalistas é que, quando estamos em territórios desconhecidos, devemos aparecer o menos possível, visando à segurança da própria equipe.

¹²⁰ Bonde é o um termo usado no meio policial para denominar grupos de traficantes armados que agem nas favelas do Rio de Janeiro.

Percebemos o grupo de surdos pela comunicação em Libras. Estavam reunidos cinco atletas, três homens e duas mulheres, bem na saída da passarela. Nos aproximamos e me dirigi falando pausadamente diante dos olhos de um deles e, articulando bem as palavras, perguntei pelo professor. Alheios a toda movimentação externa, eles fizeram gestos em minha direção, que concluí que estavam me cumprimentando, e o judoka Alexandre Soares me fez entender que o professor Eduardo logo chegaria. Continuaram a conversa fazendo gestos e então fui conferir na pauta o perfil de Alexandre.

Ele é um exemplo de superação e só pela lição de vida já valia o risco daquela reportagem. Alexandre vive na cidade de São Gonçalo, na região metropolitana do Rio, e demora duas horas no trajeto, tendo que pegar vários ônibus cada vez que vem à Rocinha. Ele desenvolve um trabalho voluntário sem remuneração e nas competições é um craque, um colecionador de medalhas de judô. Ele já competiu em vários países e na disputa mais recente, em 2009, foi campeão da olimpíada para surdos de Taiwan. Fiquei orgulhosa por conhecer uma pessoa tão especial.

O encontro com o “bonde”

O Professor Eduardo Duarte e Zózimo Brito – que também é lutador de judô – finalmente chegaram por volta das 06h da tarde, quando questionávamos quanto à sequência das gravações, mas eles tentaram nos tranquilizar. A associação de moradores havia autorizado a captura de imagens, dentro do Centro Comunitário, que fica a 500 metros morro acima. Eles só nos alertavam que não seria possível, por questões de segurança, conversar ou gravar com moradores durante a subida do morro.

Começava uma experiência inesquecível. Pegamos o equipamento e seguimos um atrás do outro, pelo beco principal¹²¹: um dos professores à frente, em seguida os atletas, depois eu, carregando uma bateria e o microfone da TV Brasil, e logo atrás o câmera e o assistente, com o Zózimo por último falando sem parar num rádio que ele carregava. De repente ele nos para e diz para ninguém se assustar. Foi avisado que

¹²¹ Beco é o nome que se dá aos acessos e vielas em meio aos barracos das favelas do Rio de Janeiro.

um bonde de traficantes estaria se deslocando para uma outra área da favela, que passaria por nós e que nesse momento ficássemos calmos; só deveríamos parar e esperá-los passar. Foi quando nosso câmara me cutucou ao notar o cano de um fuzil nas mãos do garupa de uma moto que vinha em nossa direção. Atrás da moto estava o comboio com rapazes de idade ente 15 a 18 anos, mais ou menos uns 15 jovens, muito magros e sem camisa. Eram morenos, negros e brancos. Conversavam muito alto e davam risadas. Todos empunhavam pistolas, fuzis e revólveres como se carregassem brinquedos. A impressão que tivemos foi a de que eles estavam nos mostrando as armas como troféus. Nesse momento, um segundo parece durar uma eternidade. Imediatamente ocorre uma transformação física, a gente sua, percebe o batimento cardíaco acelerar e quase tem convulsões durante a passagem dos traficantes. Nosso grupo ficou ali, inerte, mas não vi a reação dos colegas, pois me mantive olhando para baixo, com medo e acho que desolada. Incrível ter que aceitar que estas cenas dentro de uma comunidade com a presença do tráfico de drogas são tão normais quanto banalizadas, acontecem toda hora.

Do encontro com o “bonde” ficou o susto e a triste lembrança. Seguimos adiante em silêncio e não olhamos para trás. Inevitável seguir com crise de consciência e imagino que não há profissional que não se questione diante da dúvida. A ética nos manda cumprir com o dever de jornalista, que tem o compromisso com a informação, e ao mesmo tempo o temor pela falta de segurança da equipe nos manda não estar ali. Resultado: culpa e mais uma vez a sensação de impotência diante da realidade.

Ao chegar no Centro Comunitário da Rocinha, a recompensa pelo estresse da caminhada. Estava lotado. Havia homens, mulheres e muitos rapazes e moças, além de algumas crianças aguardando ansiosos. Os surdos, logo que entraram, demonstravam intimidade e conversavam bastante e todos pareciam se entender muito bem. Os moradores vestiram quimonos, que estavam velhos e desgastados, e entraram no tatame. Antes da aula o professor fala das dificuldades do projeto, que é mantido com doações da própria comunidade. Eu pergunto por que a comunidade, que já é carente, contribui com o que pode? Ele responde que é um desejo da população da Rocinha, que em sua imensa maioria

é formada por trabalhadores e pessoas de bem. Eles vislumbram um futuro melhor para os filhos através dos esportes e dos projetos sociais. Dizem que enquanto os filhos estão no centro comunitário treinando judô, deixam de zanzar pelos becos à noite, no horário em que se tornam mais facilmente vulneráveis à ação dos traficantes. Os jovens nas favelas são muito assediados pelo tráfico, que os paga, segundo relato de um rapaz da favela de Manguinhos, na zona norte do Rio, de 600 a 800 reais por semana para que eles trabalhem como soldados nos pontos de venda de maconha, cocaína e crack. A certeza de que a presença deles na favela faz a diferença é o que motiva os atletas surdos a continuarem trabalhando como voluntários no projeto.

Ao tentar buscar uma definição, Cagigal (1979, p. 23) entende o esporte como:

“uma conduta humana típica e específica e um sucesso antropológico, onde o protagonista, centro deste sucesso, é o esportista, um ser humano com uma característica especificada por um certo tipo de praxis, entendida como um exercício libertador da evidência lúdica, além de uma confrontação de capacidades pessoais evolucionadas até uma competitividade.”

O Professor destacou que a surdez deles não se enquadra na classificação dos pára-olímpicos e por este motivo não recebem verbas federais para praticar o esporte, e inclusive as federações estaduais e municipais não têm orçamento para financiar o desenvolvimento do desporto. Só os mais determinados, que têm muita força de vontade, resistem praticando o judô. A inserção dos surdos nos esportes de alto rendimento como o judô se dá em média aos 21 anos de idade, devido à dificuldade que eles têm de comunicação. Outro problema é a falta de profissionais especializados, fato que também obriga muitos a desistirem precocemente.

Como aponta Torres (2006), o conhecimento é socialmente construído e deve ser flexível o bastante para permitir adequações às especificidades de limitações do grupo a ser trabalhado. As limitações comunicativas e linguísticas podem interferir significativamente em sua participação no esporte. O professor deve estar aberto à utilização da Libras e procurar o máximo possível dominar essa língua para que sua comunicação seja eficaz.

A Recompensa

Já passa das sete da noite. Alexandre e os colegas do projeto começam então a ensinar judô, exigindo atenção, determinação, disciplina e muito suor dos alunos da Rocinha.

Na vida de Carolaine dos Santos, de 11 anos, moradora da Rocinha, o exemplo de superação dos atletas surdos revela força e determinação para uma grande campeã. Ela treina com os atletas surdos e está conquistando medalhas nas competições que participa fora da favela. Carolaine não falta às aulas de judô e sonha fazer parte da seleção brasileira nas Olimpíadas, já em 2016, aqui no Brasil. Carolaine e os outros quase 200 alunos da Rocinha que aparecem no centro comunitário todas terças e sextas-feiras para praticar o esporte seguem almejando novas conquistas, sobretudo em qualidade de vida, tanto para os moradores da Rocinha, quanto para os atletas surdos do Projeto Valorizando as Diferenças que trabalham como voluntários, solidários e destemidos.

CONCLUSÃO

Considerando que a Organização das Nações Unidas (ONU) enfatiza, como fundamentais, o direito à informação e o direito à comunicação, que são essenciais para o exercício da cidadania, acredita-se estar o JV inserido nesse contexto e a reportagem Judô Inclusivo contribuindo com tal prioridade. Sabe-se que o JV é o único telejornal, em rede nacional no país, que produz conteúdos específicos para informar pessoas surdas, e, ciente da responsabilidade, a equipe do programa tenta assumir uma função também educadora. Quando se pauta uma reportagem que envolve atletas surdos assumindo a missão de ensinar o esporte numa comunidade carente, onde jovens não teriam acesso a tal conhecimento não fosse a determinação do grupo de atletas de ir até lá, sem medir esforços, se está exercendo o papel da mídia inclusiva, conforme defende no site http://www.vezdavoz.com.br/site/midia_acessivel.php Cláudia Cotes, pesquisadora e especialista nessa área:

“ ter acesso a todo tipo de comunicação faz com que as pessoas com deficiência possam ser incluídas na sociedade e, dessa forma tenham, acesso a um dos mais importantes direitos, que é o direito à infor-

mação. Para isso, os meios de comunicação de massa: televisão, rádio, jornais, revistas e até espaços dedicados à artes e à cultura (cinema, teatro, exposições) devem estar preparados para transmitir adequadamente informações para essa grande parcela da população”.

A mídia que prioriza as potencialidades de pessoas surdas e as elege fontes de notícia, como é o caso da reportagem em questão neste artigo, também é a mídia que respeita a necessidade dos telespectadores, na sua maioria composta por pessoas surdas que necessitam se sentir realmente incluídas na sociedade. Nesta prática telejornalística diária, o Jv está indo além da conduta frequentemente adotada pelos meios de comunicação de massa. Os meios de comunicação de massa se pautam nos temas de interesse geral para ganhar audiência. O que interessa é agenda setting – a teoria do agendamento explicada nos estudos de um jornalista americano chamado Walter Lippmann, em 1922, e mais tarde, em 1963, difundida por Bernard Cohen.

Ao se referir, já naquela época, ao poder da imprensa, Cohen disse que a sociedade não respondia diretamente aos fatos do mundo real, e sim vivia em um pseudoambiente composto pelas imagens que as notícias geravam em suas cabeças. No mundo atual, a mídia continua fornecendo as imagens e pode não ser diretamente responsável em dizer para as pessoas “o que pensar, mas sobre o que pensar” (McCombs & Shaw 1972).

Referências Bibliográficas

BELLUGI, U. ; HOEK, K. ; LILLO-MARTIN, D. & O'GRADY, L. A aquisição de sintaxe e espaço nos surdos jovens que utilizam mímica e linguagem dos sinais. In: BISHOP; D. & MOGFORD, K. **Desenvolvimento da linguagem em circunstâncias excepcionais**. Rio de Janeiro: REVINTER, 2002

BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, 1995.

CAGIGAL, J.M. **Deporte, pedagogia y humanismo**. Madrid Aires: Editorial Kapelusz, S.A. 1979. 118 p.

Oh Deporte (Anatomía de un Gigante). Spain.

COHEN, I. Bernard, WESTFALL, Richard S. (orgs.). **Newton: textos, antecedentes, comentários.** Rio de Janeiro: Contraponto. 524 p.

CARVALHO, Rosita E. **A Nova LDB e a Educação Especial.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

JUNIOR, Alfredo G. F.; JUNIOR, Carlos F. C.; NOZAKI, Hayjime T.; IOR, Coriolano P. R. **Uma Introdução à Educação Física.** Niterói: Corpus, 1996.

IBGE, 2000. Censo.

LE BOULCH, Jean. **Educação Psicomotora: psicocinética na idade escolar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

MARCONDES FILHO, CIRO. **Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos.** São Paulo: Hacker Editores, 2000.

McCOMBS, M. E. e BELL, T. (1995). The agenda-setting role of mass communication. In STACKS, D. e SALWEN, M. (Eds.). **An integrated approach to communication theory and research.** Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates.

PATERNOSTRO, Vera Iris. **O texto na TV: manual de telejornalismo.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

SQUIRRA, Sebastião. **Aprender telejornalismo: técnica e produção.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

TORRES, Elaine. **Enfoques em Audiologia e Surdez.** Rio de Janeiro: Ed Três M, 2006.

<http://www.vezdavoiz.com.br/site/midia_acessivel.php>. Acesso em: 08 novembro 2009)

SÉRIE ESPECIAL – POLÍTICA NACIONAL DO ESPORTE

Aline Bastos dos Reis

Bacharel em Comunicação Social pela UniCeub
Especialização em Administração de Projetos pela Unicesp.¹²²

João Fagundes de Oliveira Neto

Bacharel em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás
Especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental
pela UPIS

Alexandre Silva de Almeida

Ensino Médio pelo Instituto Latino Americano de Brasília

Resumo: A Série Especial – Política Nacional do Esporte está baseada na política de fomento ao esporte do governo federal. A reportagem foi dividida em quatro tópicos e exibida em maio deste ano. O objetivo foi introduzir o tema esportivo na programação da TV NBR visando preparar o telespectador para a Copa do Mundo de 2010 na África do Sul, assim como futuros eventos esportivos de grande escala no País nos próximos anos. Também visou mostrar os investimentos que vem sendo realizados no Brasil para os eventos esportivos de 2014 e 2016 em solo brasileiro, assim como pontuou o esporte e as políticas de educação e inclusão social em vigor no governo federal.

Política nacional do esporte

A Série Especial Política Nacional do Esporte apresenta desde a realidade de comunidades carentes do Distrito Federal até a preparação para a Copa de 2014 no Brasil. Os dados que nortearam a realização das matérias são do Ministério do Esporte e a construção dos textos foi baseada em entrevistas realizadas com atletas e também nas comunidades referidas.

A primeira matéria mostra a realidade de alunos de escolas públicas do Riacho Fundo I, cidade próxima à Brasília, que participam do

¹²² SHIGS 707 bloco C casa 67 – Asa Sul – CEP: 70.351-703 – Brasília-DF

Telefones: (61) 3443-9917/(61) 9963-6372

E-mails: Autora: afinebast@gmail.com; alineb@ebc.com.br

Co-autores: joao.neto@ebc.com.br; alexandre.silva@ebc.com.br

programa Amigos do Vôlei. O professor entrevistado mostrou que é preciso ensinar bem mais que o vôlei: é preciso fortalecer o conceito da cidadania já que muitos dos alunos só estão afastados das ruas e deixaram de ter contato com drogas por estão na quadra, aprendendo um esporte e sonhando em ter um futuro como atleta. Mais de 200 alunos participam do programa.

A reportagem apresenta a realidade de crianças e adolescentes, em especial a de Roberto e Angélica. Os dois adolescentes já conquistaram premiações e medalhas em campeonatos locais. Diante do incentivo, já se preparam para se tornar profissionais no vôlei. É uma total dedicação ao esporte que faz com que eles se esforcem cada vez mais para tirar boas notas na escola e, conseqüentemente, garantir a vaga no programa Amigos do Vôlei. A conduta dos dois adolescentes acaba influenciando os menores que querem seguir o mesmo caminho.

Para que a estrutura funcione é preciso contar com profissionais, estagiários, ter uma parte administrativa. É aí que entrar a Lei de Incentivo ao Esporte. O artigo primeiro da Lei estabelece que as pessoas jurídicas, tributadas com base no lucro real, poderão deduzir até 1% do imposto de renda. Já as pessoas físicas podem deduzir até 6%.

Diante disso, a reportagem mostra que cada vez mais empresas e pessoas físicas fazem doações a projetos avaliados por uma comissão técnica do Ministério do Esporte em troca de benefícios fiscais. Resultado: atletas sem patrocínio e modalidades esportivas pouco difundidas são beneficiados.

Assim como o programa Amigos do Vôlei, outros 1.600 projetos foram aprovados só no ano passado, totalizando R\$106 milhões e mais de 600 doadores de 25 estados. Um aumento de 70% em relação ao ano anterior.

É o ciclo gerado pela Lei de Incentivo ao Esporte.

A Série Especial Política Nacional do Esporte também pontua o esporte e as políticas de educação e inclusão social. Apresenta personagens que participam de programas sociais do Ministério do Esporte. Aborda a realidade de pessoas que integram o Projeto Pintando a Liberdade: uma iniciativa para reintegrar detentos à sociedade com o

resgate da auto-estima. Homens e mulheres trabalham na confecção de uniformes e materiais esportivos e, como recompensa, recebem bolsas para o sustento das famílias dos internos. Recebem ainda a redução de um dia de pena para cada três dias de trabalho.

A reportagem aborda a realidade de um detento que já foi temido dentro do sistema penitenciário no estado do Paraná – uma região multifronteira onde se encontram criminosos com conexões internacionais - e que hoje, acredita que costurar bolas foi o melhor caminho escolhido.

Outro projeto abordado pela Série de reportagem é o Pintando a Cidadania. O trabalho apresenta a realidade de personagens que embalam camisetas em uma fábrica comunitária no Distrito Federal. Todas são moradores de comunidades carentes da região.

O trabalho apresenta os Projetos Pintando a Liberdade e o Pintando a Cidadania como tecnologias sociais que fazem com que presos ou pessoas carentes se tornem autônomos. Os dois projetos já existem em mais de 90 fábricas de materiais esportivos, segundo dados do Ministério do Esporte. A Série mostra que o material esportivo produzido pelos participantes dos referidos projetos não é comercializado e que os kits são repassados para escolas públicas, programas sociais do Ministério do Esporte e, também, para fora do país. Exemplo disso foram as bandeiras verde e amarela que foram enviadas para a Copa do Mundo na África do Sul, neste ano de 2010.

Ainda sobre políticas de inclusão social, a Série apresenta as atividades peculiares desenvolvidas em uma pista de atletismo nas dependências de uma escola pública de Brasília. No local funciona o projeto Geração Campeã, que hoje atende 80 alunos com verba do governo federal. O trabalho leva em conta os aspectos moral e psicológico dos participantes. Muitos deles têm necessidades especiais. Pelo projeto, todos eles têm direito a alimentação, roupas e transportes. A contrapartida é estar devidamente matriculado em uma escola pública do Distrito Federal ou Entorno.

Uma forma de identificar futuros talentos.

A Série Especial Política Nacional do Esporte também traz um tópico voltado para o esporte de alto nível. Hoje, os investimentos em

esporte no país que hoje somam R\$240 milhões e que devem ser disponibilizados para infra-estrutura e formação de uma rede nacional de treinamento. A reportagem apresenta o atletismo, o futebol e o vôlei. Mostra a realidade de um atleta que hoje corre 110km por semana, mas teve um começo difícil aos 12 anos de idade. Mostra também o centro de treinamentos da Confederação Brasileira de Vôlei, em Saquarema no Rio de Janeiro, erguido há 6 anos. E como o Brasil vem se preparando para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, ambos no Brasil.

O último tópico apresenta investimentos que vem sendo realizados no país para a Copa do Mundo e Olimpíada que serão realizados no Brasil em 2014 e 2016, respectivamente.

O governo federal já definiu as tarefas de cada setor para a realização da Copa do Mundo no Brasil, em 2014. As obras nos portos e aeroportos serão de responsabilidade da União, enquanto os governos estaduais e municipais cuidarão da expansão de vias exclusivas para ônibus, além de estradas, viadutos e metrô, assim como do projeto para veículo leve sobre trilhos (VLT) com apoio de R\$ 5 bilhões de linhas crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Para a Olimpíada de 2016 no Rio de Janeiro, o governo federal com apoio dos governos estadual e municipal, vai usar a estrutura e a organização montadas para a Copa do Mundo de 2014. A previsão inicial é de que a cidade receba cerca de R\$ 23 bilhões de investimentos em infraestrutura, dos quais R\$ 11,1 bilhões serão aplicados diretamente para a execução nos jogos.

Diante dos dados, a matéria traz informações sobre o futebol. A paixão nacional se depara hoje com ações isoladas de violências nos estádios. É uma realidade que ainda assombra os campos brasileiros. E um dos termômetros para saber se essa realidade vem mudando é a atuação da Comissão de Paz no Esporte, que divulga o Estatuto do Torcedor.

A matéria também apresenta a iniciativa da Torcida Legal como uma das medidas para evitar violência nos estádios. A legislação prevê que o torcedor que praticar atos de violência ou vandalismo num raio de até cinco quilômetros dos estádios, promover confusão e invadir o

campo, pode ser punido com o pagamento de multa, afastamento das arenas e até prisão de um a dois anos.

A fórmula apresentada na matéria, baseada em informações da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, é saber o que cada estado tem de melhor para lidar com grandes torcidas. O planejamento vem numa crescente a medida que se aproximam os eventos esportivos de 2014 e 2016 e inclui áreas como o Turismo, por exemplo.

Dentro desse contexto a matéria mostra a importância do incentivo ao empresariado. A reportagem apresenta ainda a importância dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como patrocinador das reformas nos estádios. O que faz com que os governadores corram para atrair investimentos.

A reportagem detalha como andam os investimentos e a reforma no Estádio Nacional de Brasília, também conhecido como Mané Garrincha – um dos estádios que vai sediar o Mundial de 2014. Detalha ainda o custo da reforma do estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro. E deixa claro que, mesmo em reforma, o movimento de turistas não pára.

É o amor ao futebol.

Diante das informações, divididas em quatro matérias, a Série Especial Política Nacional do Esporte teve como objetivo mostrar os investimentos que vem sendo realizados no Brasil para os eventos esportivos de 2014 e 2016 em solo brasileiro e como é o dia-a-dia de atletas de alto nível do vôlei. Traça um paralelo com personagens que moram em comunidades carentes do Distrito Federal e que conquistaram oportunidades de melhoria de vida a partir de projetos voltados ao esporte. Detalha como projetos sociais focados em esporte conseguem dar um novo rumo a quem já havia perdido a esperança. A Série cruza dados estatísticos com o mundo do esporte para que o telespectador compreenda um pouco mais dessa realidade.

Referências

BEM, Gerencio Nelcyr de – Gerente de Projetos do Ministério dos Esportes;

CAPPELLI, Ricardo – Diretor do Programa Lei de Incentivo ao Esporte do Ministério do Esporte;

FAVETTI, Rafael Thomaz – Secretário Executivo do Ministério da Justiça;

GIGANTE, Denis – Coordenador do Projeto Geração Campeã;

GUIMARÃES, José Roberto – Técnico da Seleção Feminina de Vôlei

LEYSER, Ricardo – Secretário Nacional de Esportes de Alto Nível

NUNES, Paulo Márcio – Superintendente da Confederação Brasileira de Vôlei

POLÍTICA Nacional do Esporte. Resolução nº 05 do Conselho Nacional do Esporte de 14/06/2005.

REZENDE, Bernardo Rocha de – Técnico da Seleção Masculina de Vôlei

SANTOS, Hudson – Atleta

SILVA, Antônio Carlos Soares da – Coordenador do Projeto Amigos do Vôlei no Riacho Fundo I

SILVA, Carlos – Secretário Nacional de Políticas de Turismo do Ministério do Turismo

ESPORTE PARAOLÍMPICO EM BRASÍLIA

Carlos Molinari

Jornalista da TV Brasil¹²³

Resumo: O programa Repórter Cidade ficou no ar de agosto de 2008 a março de 2010 na TV Brasil, canal 2, Brasília. Não era um telejornal na concepção exata da palavra, mas uma atração temática que abordava diversos assuntos do cotidiano do Distrito Federal. Todo sábado, entre 12h30 às 13h00, tínhamos este espaço para mostrar os problemas enfrentados pela população, apresentar iniciativas que davam certo e, principalmente, dar voz a quem vive na capital do país. Entre mais de 80 programas produzidos, um dos temas foi justamente o esporte paraolímpico em Brasília. Em 14 de novembro de 2009 este assunto foi ao ar quando a grande mídia não pensava em falar de atletas paraolímpicos – tema normalmente abordado somente de quatro em quatro anos. Em 24 minutos mostramos o espaço que os deficientes têm para as atividades físicas. Mostrar que, apesar de desconhecidos do público, há muita gente suando a camisa, treinando todos os dias, para manter vivo o sonho das Paraolimpíadas de 2016. Conhecer esses batalhadores, que até mesmo para nós foi uma surpresa quando começamos a montar o programa, já foi um grande ensinamento para a equipe do Repórter Cidade. Esta é a missão de uma emissora pública: mostrar algo benéfico para a população, que outros canais comerciais não abririam seu tempo para exibir. Realizar um programa com atletas paraolímpicos é dar a quem está envolvido com o esporte uma chance de mostrar que no Brasil, especialmente em Brasília, se faz um trabalho sério visando alto rendimento ou apenas reabilitação.

Introdução

O programa número 67 do Repórter Cidade entrou no ar sábado, 14 de novembro de 2009 com o tema “Esporte paraolímpico em Brasília”. Hoje, mais de um ano depois de sua exibição na TV Brasil, voltamos a falar sobre ele, graças ao 2º Prêmio Brasil de Esporte e

¹²³ Empresa Brasil de Comunicação – TV Brasil - SCRNs 702/703 – Bloco B – Edifício-sede Radiobrás – Térreo – Asa Norte – Brasília-DF. Tel: (61) 3799-5311. Cel: (61) 9104-7916. E-mail: molinari@ebc.com.br

Lazer de Inclusão Social, que o contemplou na categoria “Mídias – Telejornalismo”.

Foi por sugestão da editora-chefe Isabel de Agostini que pusemos a mão na massa, no mês de outubro, para realizar um programa específico sobre os atletas paraolímpicos e as iniciativas bem sucedidas que Brasília tinha a oferecer para eles. Por ser uma atração temática e semanal, tínhamos tempo para elaborar as matérias, fazer uma boa edição, tentar em 24 minutos, apresentar um quadro positivo do desporto.

Quando o programa foi ao ar com o tema, já tínhamos feitos muitos outros, sobre quase todas as cidades-satélites do Distrito Federal e precisávamos achar uma nova tônica. Daí ao invés de irmos mostrar problemas, como entulho nas quadras de Samambaia ou a crise no hospital do Gama, levamos ao telespectador uma Brasília que funcionava, que em instituições públicas ofereciam espaço para a prática do paradesporto.

E qual não foi a nossa surpresa em encontrar diversos exemplos, pessoas que driblavam a deficiência física ou mental e faziam proezas com a peteca de badminton, com uma bola nos pés ou acelerando uma cadeira de rodas. Havia, claro, uma preocupação editorial com o enfoque do programa. Qualquer estereótipo, qualquer preconceito em relação aos deficientes não poderia existir. Eram esportistas e treinadores na concepção mais pura da palavra que estavam concedendo entrevistas, exibindo sua classe. Futuros atletas, esperanças de medalhas em Paraolimpíadas, técnicos atentos a possíveis talentos e uma infra-estrutura disponível para pôr tudo isso em prática. Tínhamos em mãos material suficiente para realizar um bom programa.

A própria dinâmica do Repórter Cidade valorizava os personagens, mais do que os repórteres. Nós não aparecíamos no vídeo, era o estilo utilizado. Íamos até os locais, coletávamos as sonoras e a nossa matéria era formada exclusivamente com depoimentos de cada um desses heróis anônimos que encontrávamos. Para ter uma identidade visual, tínhamos, é claro, um apresentador – o Leandro de Souza -, mas não utilizávamos estúdio de gravação. Gravávamos as “cabeças” em um local que tivesse a ver com o tema, no caso a Escola Nacional de Administração Pública, local onde foi realizada as Paraolimpíadas Escolares de 2009.

E, claro, fizemos tudo isso sem pensar em prêmio, em reconhecimento público do Ministério do Esporte. Fizemos porque acreditamos que a nossa missão é esta: levar ao telespectador uma atração de qualidade, que mostre o que Brasília tem de melhor no campo paradesportivo. Se viemos a ser homenageados por isso, obrigado. Mas sem a ajuda de cada atleta que satisfatoriamente contou suas glórias, suas lutas, seus ideais, nada disso teria ido ao ar. A eles, dedicamos os méritos.

Esporte Paraolímpico em Brasília

Seis reportagens, uma entrevista com a treinadora Virgínia Saad, do CETEFE (Centro de Educação Física Especial) em três blocos de programa onde retratamos o esporte paraolímpico em Brasília. Uma realidade que, sem retoque algum, mostrou ser extremamente positiva para a revelação de novos talentos.

As pautas que formariam o conteúdo do programa foram bem escolhidas pela equipe do Repórter Cidade: elas tinham que englobar diversas modalidades esportivas, falar com representantes de cada uma delas e ainda dedicar espaço à história do desporto paraolímpico e à reabilitação de pacientes através de atividades físicas. Tudo isso em um tempo cronometrado de 24 minutos.

A repórter Cristina Lino ficou responsável por três matérias. Na primeira, ela contou como surgiu o desporto paraolímpico no país, para isso entrevistou o presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro, Andrew Parsons. Na segunda, ela foi a dois pólos consagrados na cidade: o CIEF, da Asa Sul e a Sociedade Hípica de Brasília. No CIEF, encontrou o campeoníssimo Ariosvaldo Fernandes, o Carré, do atletismo em cadeira de rodas, ouro no Parapan do Rio em 2007 e Neuriédson Costa, vítima de paralisia cerebral. Na hípica, entrevistou a sorridente jovem Elisa Melaranci, expert no adestramento. Na terceira reportagem, Cristina mostrou o factual, as recém-encerradas Paraolimpíadas Escolares, realizadas na Escola Nacional de Administração Pública. Lá, foi possível falar com paratletas de todos os cantos do país, como o jogador de futebol Alisson da Silva, de Rondônia, ou a carioca Camile Rodrigues.

Outra repórter, Paula Groba, fez uma matéria sobre uma modalidade pouco conhecida do grande público: o Golball, esporte reser-

vado a quem não tem mais a visão. Impedir o gol através dos guizos existentes dentro da bola é a meta do jogo, apresentado aos telespectadores na reportagem.

Eu, Carlos Molinari, tive a oportunidade de fazer duas matérias, embora tenha ido a quatro lugares diferentes. Na primeira reportagem mostrei o trabalho realizado no Hospital de Apoio, na Asa Norte, onde o professor Gustavo Beltrame, todas as manhãs, faz um cuidadoso processo de reabilitação através da hidroginástica. Se ali ninguém pensa em ser atleta, no Centro Educacional nº 2 do Guará, encontrei meninos focados em progredir dentro do esporte e trouxe para a telinha o esforço de Pedro Henrique Cruz, deficiente visual, que está começando a praticar a natação. Por fim, quem se destacar ali no Guará vai ganhar uma vaga no CETEFE, no final da Asa Sul. Ali, o esporte não é tratamento, nem lazer, é treinamento puro. Jaime Alves, nadador da cidade-satélite de São Sebastião, é o destaque de Brasília, e é nele que o aspirante Jônatas Bernardo se espelha. Além da natação, pude conversar com paratletas do badminton. Tive a oportunidade de jogar e... perder para os especialistas Rômulo e Rodriguinho. De quebra, além do “baile” que levei, ainda pude capturar uma boa lição de Rômulo, há catorze anos numa cadeira de rodas:

- Tenho que ir pra cima e não posso deixar essas limitações me pararem no tempo.

Por fim, a zelosa produtora Márcia Ribeiro ainda localizou para a minha segunda matéria uma promessa do Distrito Federal: o menino Diego Lima Costa, morador de Planaltina. Com a perna direita paralisada, fruto de problemas no parto, Diego é um colecionador de medalhas em dois esportes: corridas em cadeira de rodas e basquete. Tímido ainda diante da câmera do cinegrafista Fábio Damasceno, Diego rendeu um VT inteirinho só pra ele.

E foi assim que conseguimos construir um programa sobre o desporto paraolímpico, indo do Guará a Planaltina, passando pelo Plano Piloto, dando uma amostra do que Brasília tem feito por seus paratletas.

Conclusão

O êxito do programa Repórter Cidade com o tema “Esporte Paraolímpico em Brasília” teve por trás a editora-chefe Isabel De Agostini. O capricho que ela tinha com cada matéria, cada gravação de “cabeças”, cada edição final, era impressionante. Além disso, mesmo sem dar uma única bronca, sem alterar a voz, ela esbanjava capacidade de liderança. Foi a responsável pelo sucesso de manter no ar por um ano e meio um telejornal local que não necessariamente cobria o factual da cidade.

A equipe de cinegrafistas também fez a sua parte. Os esforços dos paratletas brasileiros foram captados pelas lentes de José Carlos da Mota (o Zezinho), de Marcos Denir (o “Considerado”), de José Aderaldo e de Fábio Damasceno. Sem eles, não haveria como contar toda essa história.

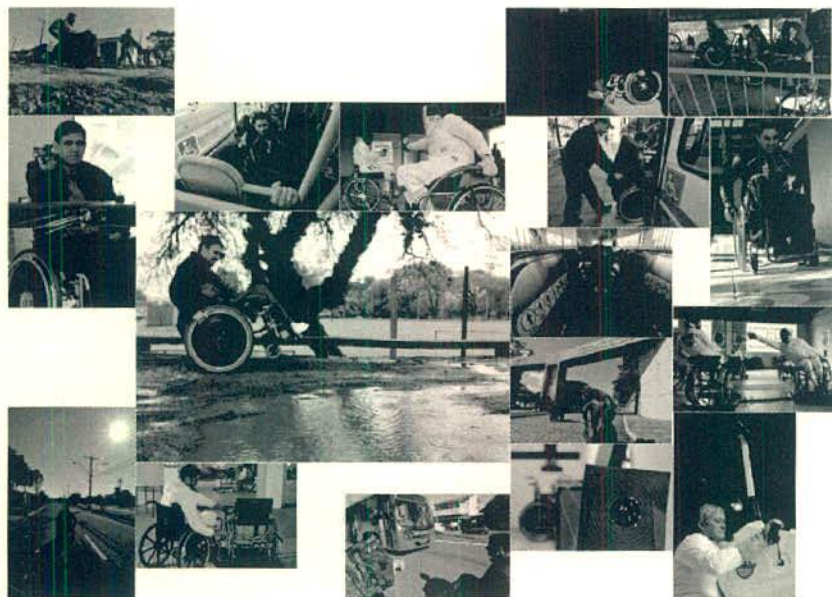
Enfim, creio que toda a equipe demonstrou satisfação com o tema trabalhado. Muitos ali se surpreenderam com o que viram. O material exibido no ar mostrava uma indústria de paratletas, quase toda bancada com recursos governamentais, como o Centro de Educação Física Especial que utiliza as dependências da Escola Nacional de Administração Pública.

E se o Brasil conquistou nos Jogos Paraolímpicos de Pequim 2008, 16 medalhas de ouro, 14 de prata e 17 de bronze, já era hora de a televisão mostrar onde surgem, onde treinam esses paratletas, deficientes físicos ou cerebrais que descobriram um caminho para a vitória. Para toda a equipe do Repórter Cidade foi muito importante contar para o Distrito Federal quem são esses talentos e como eles foram incluídos na sociedade, sem preconceitos, através do esporte.

FOTOJORNALISMO

SEM BARREIRAS

Camila Domingues
Repórter-fotográfico¹²⁴



Resumo: A reportagem fotojornalística “Sem Barreiras” aborda a história de pessoas portadoras de necessidades especiais que buscam no esporte uma forma de superar os traumas psicológicos decorrentes da violência e de conviver com as seqüelas apresentadas na forma de limitações físicas. Feitas a partir do acompanhamento do cotidiano dessas pessoas, as fotografias retratam trechos da luta diária que os desportistas têm que enfrentar para dar continuidade às suas vidas e retomar a auto-estima. A reportagem fotográfica sobre os atletas é conduzida em especial pelo dia a dia de dois esgrimistas da equipe paraolímpica bra-

¹²⁴ Endereço: Rua Caldas Júnior, 219 – CEP: 90019-900 – Bairro Centro – Porto Alegre/RS
Telefones: (51) 9284-2469 – (51) 3215-6244
E-mail: camila.domingues@gmail.com

sileira que moram na região metropolitana de Porto Alegre e encaram uma rotina árdua para dar prosseguimento aos treinamentos. São horas despendidas em ruas esburacadas e em diversos meios de transporte públicos até chegar ao ginásio da Academia de Polícia de Porto Alegre, local que também é sede de outros centros de exercício para pessoas portadoras de necessidades especiais, como o tiro e o tênis de mesa.

No fotojornalismo impresso diário, o volume de produção é intenso comparado às outras formas de se produzir fotografias. Os acontecimentos diários e os imprevistos não permitem, na maioria das vezes, que os repórteres fotográficos desenvolvam um trabalho com calma e tempo. No jornal *Correio do Povo*, assim como em outras tantas redações ao redor do mundo, essa é a realidade que nos cerca. Assim, quando há a possibilidade de se produzir uma matéria especial, esta é tratada com muito cuidado – além de ser disputada por todos os fotógrafos. E eu, com pouco mais de um ano trabalhando no jornal, tive essa oportunidade a partir de uma sugestão de pauta do Paulo Nunes, nosso colega mais experiente aqui na fotografia.

A editoria de esportes, em ocasiões de não-factualidade, é um dos segmentos do jornalismo que mais permite ao fotojornalista produzir imagens diferenciadas. A reportagem especial “Sem Barreiras”, realizada ainda em julho para o *Caderno de Esportes* do dia 9 de agosto de 2010 e para as páginas da editoria nos dois dias subsequentes, é um exemplo dessa possibilidade de se executar uma pauta fora da rotina da redação. Muito antes de saber que tratava-se de uma matéria especial, ao ver a pauta pendurada no mural da sala da fotografia pedi para fazê-la. Sabia apenas que o tema da pauta era sobre tiro paraolímpico.

O primeiro contato foi imagneticamente tímido. Eu e o repórter Rafael Peruzzo fomos à Asasepode (Associação de Servidores da Área de Segurança Portadores de Deficiências) da Academia de Polícia de Porto Alegre, conhecemos o José Carlos Gomes Soares e um pouco de sua história. A pequena sala para a prática do tiro ao alvo paraolímpico não era convidativa. A alternativa foi recorrer aos detalhes, os alvos perfurados, o olhar do atleta rente à mira e os contrastes entre sombra e luz.

O encontro seguinte com os atletas foi mais animador. No ginásio da Asasepode, Fábio Damasceno e Jovane Guissoni, junto à outros

esgrimistas praticavam o esporte sob o olhar dos treinadores. A esgrima, com mais movimentação do que o tiro, rendeu fotos melhores e esboçou o que seria a matéria principal da reportagem. Passamos boa parte da tarde entre conversas e imagens ao longo do treino, conhecendo as peculiaridades da esgrima adaptada pelos portadores de necessidades especiais: os pedais da bicicleta ergométrica servem para exercitar os braços; a bola de tênis suspensa em um fio auxilia a mira dos esgrimistas; as cadeiras para o jogo ficam presas em fixadores presos às rodas. O repórter Carlos Corrêa, que estava comigo naquele dia chuvoso, adiantou que estava planejando acompanhar dois atletas que moram na região metropolitana no trajeto de casa até o treino.

Uma semana depois, ainda no começo da manhã, estávamos nós dois indo em direção à Esteio. O motorista do jornal nos deixou em frente à casa de Jovane, de onde saímos com o atleta e a namorada em direção à parada de ônibus e ao encontro de Fábio, que mora na mesma região e também faz uso do coletivo para ir treinar. A partir desse momento, foram mais de duas horas até chegar ao ginásio em Porto Alegre. Dois ônibus e um trem, além de percursos longos no solo são rotina para os atletas que fazem parte da seleção brasileira de Esgrima Paraolímpico. O material produzido nessa manhã foi matéria de abertura da reportagem especial, com imagens que narravam a trajetória de Fábio e Jovane.

Ao longo da pauta foi possível perceber, com pesar, que ainda que contem com a ajuda de quem os conhece, como o motorista do ônibus, as barreiras surgem de todos os lados para os atletas de Esteio, assim como outras dificuldades para os demais. Desde a falta de lugar adaptado no transporte coletivo até as intempéries, passando pela falta de respeito de alguns transeuntes – que esbravejam desaforos e acreditam que pessoas com necessidades especiais têm mais privilégios do que eles – outra grande dificuldade que os desportistas encaram é a precariedade com que precisam treinar, mesmo com os esforços da associação e do Comitê Paraolímpico Brasileiro e das escassas doações de outras entidades.

Produzir um material como este é tentar mostrar aos leitores como pessoas que sofreram traumas tão grandes em suas vidas podem retomá-las, ainda que de maneira diferente, e inserir-se novamente na

sociedade. Infelizmente, os esportes paraolímpicos não são valorizados, não têm os incentivos financeiros que os olímpicos possuem, e muito menos a sua visibilidade. Esses empecilhos não permitem que atletas como Jovane, com medalhas internacionais, possam sobreviver adequadamente somente a partir do esporte.

A ALEGRIA DE UM POVO

Aldenir Jacques da Silva¹²⁵

Jornal Meia Hora.

MEIA HORA • SÁBADO, 26 DE JUNHO DE 2010 • 23

em para enfrentar a rival acabou se confirmando

ESPORTES

ITMO DA FESTA

er o jogo das suas seleções. Placar de 0 a 0 deixa todo mundo feliz.

MULTIDÃO É SÓ ALEGRIA EM COPACABANA



UMA MULTIDÃO lotou ontem a arena Fifa Fan Fest, em Copacabana, para ver Brasil x Portugal. Em meio à multidão, chamavam a atenção os namorados Roberto Vasconcelos, 31, e Thayriane Matheus, 19. Enquanto ele torcia para os portugueses, ela gritava pela seleção de Dunga. "Sou brasileiro mas gosto muito de Portugal", disse Roberto. Após o jogo, teve show da Esquadrilha da Fumaça

¹²⁵ Rua Sitia de ferro n102 Pendo Tiba Niterói RJ CEP 24320.620

Fone. (21)2616-4408 ccl. (21)8368-7091 fax (21)2714-3158 email aldenirjasilva@ig.com.br

Resumo: Esse povo tão sofrido, que sonha com um uma vida melhor, não precisam de muita coisa para ter alegria, basta alguns minutos, através do esporte para ser feliz. Mesmo que a vitória não venha ele sempre acredita, e mais uma vez juntos torcemos, E o que nos queremos? Uma vitória.

Que o futebol está na vida e faz parte da cultura nacional, todos sabem. Mas poucos têm consciência das implicações que isso traz à vida prática. O lazer é essencial para uma vida com qualidade. Porém, deve haver uma justa medida entre o lazer e a vida ordinária. Quando o lazer toma o centro da vida, desloca nossa atenção para fatores talvez não tão importantes, agindo como um entorpecente, que ameniza as dores da vida, criando um mundo paralelo alegrado artificialmente. Como Marx acusava a religião de ser o "Ópio do Povo", queremos apresentar o futebol como um elemento comum de ação entorpecente.

Quem não queria ver o Brasil como hexa-campeão? Sem dúvidas, era um sonho nacional. Assim, desde maio que os meios de comunicação direcionaram toda sua programação para o evento mundial. Brasileiros de todas as idades pararam para ver a evolução da seleção na Copa. Mas poucos percebiam que com Copa ou sem Copa a vida continuava.

Então, o futebol demonstra sua ação alucinante. Cada partida tinha o poder de fazer um país parar, escolas, bancos, lojas e todos os tipos de estabelecimentos pararam para se concentrar nas disputas e acompanhar em tempo real as batalhas futebolísticas, onde cada brasileiro se vê representando nos jogadores, que numa batalha sem armas tentam defender seu país.

Nas antigas batalhas existiam bons soldados, que lutam por amor à pátria e que levam em seu peito o garbo arrojado, tradição de seu povo. Contudo, podia ser encontrado naquelas batalhas, o velho mercenário que por algumas moedas de prata deixava de lutar, abandonando ao léu os fiéis soldados. Alguns destes mercenários não só deixavam de lutar, mas mudavam de exército, traindo sua pátria.

A população ficava eufórica, aguardando quando ao final da sangrenta batalha os soldados chegavam trazendo as notícias do fim da guerra e a vitória alcançada. Hoje, podemos ver as batalhas em tempo

real. Assim, acompanhamos a força de uma covardia. Soldados que abandonam a batalha e deixam que o inimigo assuma a frente e vença sem dificuldades. Não sabemos se retrocedem por algumas moedas de prata como fazem os mercenários, mas pudemos presenciar a covarde entrega.

Então, alucinados com o "Ópio do Povo", aguardávamos a vitória satisfatória. Mas como o circo já estava armado, simplesmente ficamos como meros espectadores ignorantes. A vida continua andando, agora nos damos conta de que temos uma eleição pela frente e que outro circo se armará.

Nesta batalha política não temos nem alguém qualificado por quem torcer, mas sabemos que não depende do vencedor, agirá novamente de modo mercenário e a traição será certa.

Relato, com esse trabalho eu pude ver que nos não precisamos de muito, sim de paz e alegria para que possamos. Buscar nossa própria vitória porque somos, mas que vencedores.

AUDIO-VISUAL EDUCATIVO

“ARTE QUE LIBERTA”

Leandra Batista¹²⁶

Pós-graduada em Educação Física
Atriz Profissional de Teatro pelo SATED/MG

Resumo: O que está e o que não está em nosso poder? Até onde se estende o poder da vontade, do desejo e da consciência? Até onde alcança o poder da liberdade? Ressocialização para além da privação de liberdade é arte que liberta. Em um Presídio Feminino na cidade de Ribeirão das Neves/Minas Gerais as “Meninas de Abranches”, mulheres privadas de liberdade em regime fechado, através de aulas de teatro ensinam as razões para se viver, o essencial da vida, que se resume em uma única palavra: Busca. Mulheres protagonistas de suas histórias (“estórias”), coadjuvantes na transformação da sociedade. Quanto mais se aprende, mais se quer ensinar. Quanto mais se ensina, mais se quer aprender. A importância da educação, da cultura, da arte e do lazer como processo de recuperação e ressocialização em casas de medidas socioeducativas, presídios e penitenciárias no resgate da autoestima, da identidade, da cidadania e da dignidade.

Introdução

“A torneira seca (mas pior: a falta de sede)
A luz apagada (mas pior: o gosto do escuro)
A porta fechada (mas pior: a chave por dentro)
(A Torneira Seca, José Paulo Paes)

A vida é demasiado curta para repetir os caminhos em momentos difusos, profusos, completos e longínquos, podando jardins, relendo lidas, almas, amores, lutas e valores. O Áudio Visual Educativo

¹²⁶ Graduada em Educação Física pela Escola de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e Pós Graduada no Ensino da Educação Física pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG. Atriz Profissional de Teatro pelo SATED/MG.

“Arte que Liberta” tem como premissa o Homem como um ser social, sabendo que o meio ao qual está inserido irá conduzi-lo em seu processo de aprendizagem. Foi desenvolvido com o intuito de apresentar a oficina de teatro realizada nos anos de 2008 e 2009 no Presídio Feminino José Abranches Gonçalves (PJAG) em Ribeirão das Neves/MG, tendo como público alvo, mulheres privadas de liberdade em regime fechado. A arte que liberta entre saltos e quedas, na busca constante de realizar desejos, sonhos, refazer forças, fontes, favores, regar folhas, faces, flores, limpar a casa, a cama, soprar brasas e brisas.

Objetivo

- a) Mostrar como a oficina de teatro mudou o cotidiano do Presídio Feminino José Abranches Gonçalves (PJAG) em Ribeirão das Neves/MG, tanto das mulheres privadas de liberdade, como também de todo o pessoal envolvido no Sistema Prisional;
- b) Evidenciar a importância da educação, da cultura, da arte e do lazer como processo de recuperação, ressocialização em presídios e penitenciárias;
- c) Divulgar as atividades artísticas – culturais desenvolvidas no Presídio José Abranches Gonçalves (PJAG);
- d) Capacitar as mulheres privadas de liberdade em oficinas de teatro ministradas semanalmente, para além da terapia ocupacional, da recuperação, da ressocialização e do resgate da autoestima, da cidadania e da dignidade;
- e) Promover a confiança necessária para que estas mulheres privadas de liberdade sejam protagonistas de suas histórias (“estórias”) e coadjuvantes na transformação da sociedade.

Justificativa:

Reabilitar é preciso. Viver também é uma necessária realidade que se busca de fato. A reeducação para além da simples restrição da liberdade. Nesse sentido, “Arte que Liberta” mostra as atividades e eventos da oficina de teatro no PJAG, onde um rico e vasto mundo de cultura existe, longe da linguagem da imobilidade, espaço de aprendizagem da liberdade do pensar, do mexer, do criticar.

Desenvolvimento:

Se as “Meninas de Abranches” não podem ir ao teatro, o teatro vai até as “Meninas de Abranches”. Por meio de um “laboratório teatral” para a construção de um personagem para espetáculo, desde o início de 2008, é realizado um trabalho voluntário de teatro no PJAG, com o apoio da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais e da Diretoria Geral do PJAG, dando estrutura e autorização para que o trabalho seja realizado.

No início durante o banho de sol e a posteriormente em horário programado, as “Meninas de Abranches” esperam ansiosas pelas aulas na quadra poliesportiva do presídio. Fez-se necessário mudar esta dinâmica, pois o tempo era insuficiente (somente uma hora na semana) e a demanda era grande. Um horário especial foi oferecido pela diretoria do presídio, para que as aulas pudessem acontecer de maneira mais eficaz e produtiva, passando para duas vezes por semana fora do banho de sol, com inscrição prévia e número máximo de participantes por módulo (20 mulheres por turma). Condição para participar? Disposição, frequentar a escola do presídio e ter bom comportamento.

Valendo-se de técnicas de improvisação, jogos teatrais, jogos dramáticos, contação de “estórias”, brincadeiras cantadas, jogos populares, preparação corporal, preparação vocal, musicalização, dança, dinâmicas de grupo e brincadeiras de roda, várias mulheres ao longo do ano, tiveram a oportunidade de participar, colaborar e prestigiar situações e momentos ímpares na história do PJAG. Criatividade, liberdade de criação, empenho, socialização, desenvolvimento da memória, atenção, acuidade, observação, coordenação motora, prontidão de respostas, é, como em uma gangorra, o desafio que se coloca nas aulas a descobrir o equilíbrio justo entre as qualidades de participação, de interpretação e de expressividade.

Metodologia

“Numa ciência onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador é, ele mesmo, uma parte de sua observação” (Lévy Strauss).

“O termo Pesquisa Social tem uma carga histórica e, assim como as teorias sociais, reflete posições frente à realidade, momentos do de-

envolvimento e da dinâmica social, preocupações e interesses de classes e de grupos determinados. A pesquisa-ação, ou de campo, como neste caso, é um tipo de investigação social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.” (Minayo 2004 pg. 26 apud. Thiollent 1986).

Arte que Liberta trata de um estudo descritivo que aliou técnicas de observação de campo para distintos momentos, laboratório e intervenção. Inicialmente a observação de campo teve um caráter apenas observacional, no qual a atriz/professora aproximou-se das agentes penitenciárias com o laboratório teatral para construção de personagem para espetáculo, com o intuito de conhecer o modo como as mesmas agem socialmente e como se comportam e interagem com as mulheres privadas de liberdade.

Em um segundo momento, a observação teve um caráter participante e de intervenção junto às mulheres privadas de liberdade em momentos onde, a atriz/professora, encontrava-se nas dependências internas do presídio, ministrando aulas de teatro, bem como participando e organizando eventos e datas comemorativas. A avaliação se deu a partir da análise de expressão que enfatiza a necessidade de conhecer os traços pessoais do autor da fala, sua situação social e os dados culturais que o moldam.

Referências Bibliográficas

BRACHT, V. **Educação Física e aprendizagem social**. Porto Alegre. Secretaria de Educação Fundamental. 2001.

BROUGÈRE, G. **Brinquedo e Cultura**. São Paulo: Cortez, 1994.

BROUGÈRE, G. **Jogo e educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 7. ed. 2. reimp. São Paulo: Ática, 2000.

DAOLIO, Jocimar. **Da cultura do corpo**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

- DAYRELL, Juarez, (org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte, Ed. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, Educação Fundamental. 2001
- FREIRE, João Batista. **Educação de corpo inteiro: teoria e prática de educação física**. 2ª ed. São Paulo: Editora Scipione, (s.d.)
- FRIEDMANN, A. **Brincar, crescer e aprender: o resgate do jogo infantil**. São Paulo: Moderna. 1996.
- GONÇALVES, Maria Augusta Salin. **Sentir, pensar e agir: corporeidade e educação**. 2ª Ed. Campinas, SP: Papyrus, 1997. 195p.
- JEANDOT, N. **Explorando o universo da música**. São Paulo: Scipione, 2001.
- KISHIMOTO, T. M. **Jogos tradicionais infantis: o jogo, a criança e a educação**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- KOUDELA, I. D. **Jogos teatrais**. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- LABAN, R. **Dança educativa moderna**. São Paulo: Ícone, 1990.
- MERLEAU-PONTY, M. **O olho e o espírito**. São Paulo: Abril Cultural. 1975.
- _____. **O visível e o invisível**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- RYNGAERT, J. P. **O jogo dramático no meio escolar**. Coimbra: Centelha, 1981.
- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de, (org.). **Políticas do corpo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.
- SPOLIN, V. **Improvisação para o teatro**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

ABERTURA DOS JOGOS MUNICIPAIS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Pedro Guimarães de Oliveira
Jornalista

Resumo: O vídeo Abertura dos Jogos Municipais da Pessoa com Deficiência buscou registrar uma importante realização da Prefeitura do Recife que envolveu mais de 400 pessoas e 23 entidades que trabalham com o segmento. Mais do que isso, o documentário traz relevantes depoimentos sobre a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência através do esporte e da quebra de preconceitos. Com isso, o trabalho é uma importante ferramenta de educação e de incentivo a todos, sejam portadores de deficiência ou não.

Com a criação da Lei Municipal nº 17.199/2006, que garante aos portadores de deficiência uma política de inclusão social em todos os âmbitos, inclusive na área esportiva, uma das conquistas do segmento foi a garantia da realização anual dos Jogos Municipais da Pessoa com Deficiência. Em 2009, ano em que o registro audiovisual foi feito, o evento estava em sua 4ª edição, portanto, já consolidado e com significativo número de participantes.

A abertura foi realizada no Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães – Geraldão, que além de ser um equipamento esportivo, é a sede da autarquia municipal que coordena todas as políticas de esporte e lazer no Recife. A cerimônia reuniu cerca de 400 pessoas, entre atletas, técnicos e público em geral, representando as 23 entidades que participaram dos Jogos. O evento também contou com a participação da seleção pernambucana de voleibol sentado, que fez uma demonstração para os presentes.

O objetivo do vídeo foi registrar a cerimônia de abertura desta 4ª edição dos Jogos Municipais da Pessoa com Deficiência, incentivando e valorizando este evento esportivo, bem como os atletas e todas as pessoas que trabalham com o segmento. As entrevistas realizadas buscaram mostrar o sentimento de todos os envolvidos com o sucesso

do projeto que, em muitos casos, tiveram que superar muitas dificuldades e preconceitos na luta pelo para-desporto. Visou-se, ainda, captar as visões dos diversos atores do para-desporto, atletas, iniciantes e/ou consagrados, que falaram sobre suas experiências no seu desenvolvimento esportivo e humano, impulsionados pela atividade física e inclusão social através do esporte.

Eu acho que a atividade esportiva, ela faz crescer, ela resgata a auto-estima das pessoas, independente de ser de alto nível ou não. Acho que precisa é cada vê mais a gente abrir espaço pra todos. (João Ferreira, professor de futsal para cegos)

Contribuindo com a discussão também foram ouvidos dirigentes e gestores que opinaram sobre os rumos do para-desporto, a garantia dos direitos das pessoas com deficiência e a quebra de paradigmas e preconceitos. Desta forma, os depoimentos transformam o documentário em uma importante ferramenta educativa.

Além de valorizar a iniciativa de pessoas que trabalham na área, as declarações de todos que foram escutados contribuem para incentivar as pessoas que não se sentem capazes de realizar alguma tarefa, sejam portadores de deficiência ou não. Assim, fica bem claro os benefícios que o esporte traz para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

A gente não se acha deficiente, a gente se acha eficiente, porque temos muitas capacidades. Aqueles que não fazem ainda, venham fazer porque é muito bom para a nossa saúde, fisicamente e mentalmente. (Sônia Maria da Silva, para-atleta de atletismo da UFPE)

O material coletado acabou por ser enriquecedor. É um documentário audiovisual educativo que pode ser uma importante contribuição para o para-desporto recifense, pernambucano e brasileiro. O prêmio atribuído a este trabalho é um valioso estímulo a produções como esta que contribuem para a divulgação e o crescimento do esporte no Brasil.

ANTES DE CAIR

Edmundo de Drummond Alves Junior

Doutor em Educação Física
Professor da Universidade Federal Fluminense¹²⁷

Mauricio Pereira de Alcantara

Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação Física
Universidade Federal Fluminense¹²⁸.

Resumo: Dentro da proposta pedagógica do Projeto Vida Saudável em Niterói e São Gonçalo, ação do Ministério do Esporte que possibilitou o Convênio estabelecido com a Universidade Federal Fluminense incluiu-se uma Oficina de TV Comunitária com a finalidade de discutir o alcance da ferramenta vídeo e como socializar suas produções. No ano de 2009 visou-se, entre outros objetivos, produzir um vídeo educativo através de um filme que fosse elaborado através das idéias saídas das discussões entabuladas pelos participantes do projeto, sempre mediadas por um dos agentes comunitários que faz parte do projeto. Os participantes do projeto são na sua grande maioria idosos e aposentados que escolheram a temática das quedas dos idosos. Esta preocupação faz parte das preocupações do projeto Vida Saudável: em outra oficina, as quedas são trabalhadas através de estratégias que tocam nas suas causas e consequências. Atua-se com práticas corporais visando a melhora de determinadas qualidades físicas. Ao mesmo tempo propõe-se eliminar determinadas barreiras arquitetônicas presentes dentro e fora das residências. Traz-se a discussão a importância de manutenção dos equipamentos públicos urbanos e a cidade como equipamento de lazer. Finalmente descaracteriza-se as quedas como coisa de velhos e como preveni-las. Atualmente as quedas de idosos são um importante problema de saúde pública, porém com poucas ações efetivas de políticas públicas capazes de apresentar estratégias simples para prevenir e minimizar o efeito de seus episódios.

¹²⁷ Endereço, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Educação Física, Campus Desportivo, Avenida Rio Branco, SN, Gragoatá, Niterói, Rio de Janeiro, tel 21 26292808, e-mail: edmundodrummond@uol.com.br

¹²⁸ Endereço, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Educação Física, Campus Desportivo, Avenida Rio Branco, SN, Gragoatá, Niterói, Rio de Janeiro, tel 21 26292808, e-mail: bruta@vm.uff.br

Introdução

Pensar em Esporte e Lazer na sociedade atual é vislumbrar que através destes dois fenômenos sociais, e mesmo da sua associação, pode-se atingir a objetivos pedagógicos dos mais variados. O Instituto de Educação Física (IEF) da Universidade Federal Fluminense (UFF) tem uma proposta de pedagogia social que se fundamenta no duplo aspecto pedagógico do lazer, ou seja, 'educar pelo e para o lazer', posta em prática através de uma mediação fundamentada pelo que se vem entendendo como 'Animação Cultural'. Em especial estamos nos referindo a um dos projetos deste Instituto que se desenvolve através de um convênio estabelecido com a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (SNDEL) do Ministério do Esporte, na ação conhecida como Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC).

Existem diferentes entendimentos sobre lazer. Neste caso se considera o conceito moderno de lazer que articula dialeticamente o tempo do lazer com a artificialização do tempo do trabalho a partir da imposição histórica da jornada industrial de trabalho na sociedade capitalista. Nessa relação dialética é possível se verificar em geral na sociedade que tanto o lazer é apropriado pela ideologia dominante com o sentido de prolongar as relações de alienação quanto, em condições diversas pode se constituir em resistência e educação transformadora. O lazer articulado com pedagogia social através de suas motivações e interesses culturais promovido na perspectiva do favorecimento da sociabilidade, da autonomia e da participação crítica contribui para a emancipação das pessoas nas perspectivas da humanidade.

Mais especificamente falamos do projeto que assumiu o nome de 'Vida Saudável em Niterói e São Gonçalo'. Este projeto atua com pessoas adultas e as mais idosas. Dentre as ementas sugeridas pela sua coordenação, em perfeita sintonia com os estudos do Grupo de Pesquisa Envelhecimento e Atividade Física (GPEAF), destacamos uma que recebeu o nome de 'Oficina de TV Comunitária'.

Durante os anos de vigência do convênio Vida Saudável UFF/ME (2008 e 2009), uma de suas oficinas atuou com o recurso da exibição de vídeos que tematizavam a cultura brasileira e motivavam discussões entre os presentes (Alves Junior, 2009). Paralelamente, outra oficina teve como objetivo registrar o que ocorria em cada núcleo e divulgar entre

todos os outros, de modo a estabelecer um canal de comunicação entre estes núcleos com o envio mútuo de mensagens: essa atividade denomina-se 'Video Carta'. Com o material produzido neste sentido foi organizado um programa de televisão transmitido periodicamente através da TV Comunitária de Niterói e se chamou 'Programa Saudável'.

No decorrer do projeto outra proposta surgiu, que foi a 'Oficina de TV Comunitária', para este ano de 2010 desenvolvemos uma nova proposta que é o programa 'Gerações', também baseado na participação dos envolvidos nas atividades dos núcleos.

O objetivo deste texto é descrever a fundamentação que deu suporte a um vídeo educativo, de duração de 9 minutos, elaborado dentro desta oficina do projeto Vida Saudável em Niterói e São Gonçalo, mais especificamente, esta oficina se desenvolveu no Núcleo 'Prev-Quedas', que se desde o ano de 2008 acontece no interior da Universidade Federal Fluminense. É importante registrar que a proposta de atuar na prevenção de quedas teve início neste local no ano de 2001 através de um projeto de extensão Universitária denominado 'Prevenindo as quedas hoje evitará que o próximo a cair seja você' (Alves Junior, 2001).

A temática das quedas também está presente nas linhas de pesquisa do Grupo de Pesquisa Envelhecimento e Atividade Física mostrando que fazer atividades de extensão ganha bastante força quando estas estão integradas à pesquisa e também ao ensino, objetivos maiores de uma universidade.

Falar em quedas de idosos é falar num problema de ordem social, econômica e de saúde pública que são as quedas. As quedas já são consideradas como um dos maiores problemas quando se observa causas de violência externa. De cada três pessoas com mais de sessenta anos ao mínimo uma irá cair uma vez por ano e na medida que avança-se na idade as chances de quedas com graves consequências é uma realidade bastante presente.

Ver o vídeo "Antes de Cair" é uma experiência que pode ser interessante. Considerando logo que isso se dá mais provavelmente por um meio de comunicação de massa do tipo chamado alternativo ou não comercial: TVs universitárias e comunitárias, TVs públicas, sites oficiais e mesmo exibições em auditórios e praças promovidas por organizações ou entidades sociais.

Comunicação livre das leis de mercado é uma das muitas características marcantes desse vídeo que se relacionam com os fatores determinantes que atuam no contexto do planejamento e da realização do processo de produção. Esses fatores são: Trabalhar o lazer com uma base teórica que propõe a educação para o lazer e pelo lazer no sentido da emancipação humana e no campo de tensão da sociedade de classes e também, a partir de uma política pública que possibilita atuar utilizando a intervenção nas comunidades através da animação cultural; pesquisar o envelhecimento no entendimento de um processo, e não de uma etapa, que se desenvolve na vida das pessoas, articular com a intervenção no campo do lazer e destacar o tema da prevenção de quedas; desenvolver na Universidade a pesquisa, o ensino e a extensão de forma integrada no sentido da produção do conhecimento, contribuindo com a perspectiva de abertura democrática e popular da instituição e defender a Universidade Pública gratuita e de qualidade.

Política pública de lazer, universidade, animação cultural, e democratização da comunicação se articulam para existir a Oficina de TV Comunitária do Projeto Vida Saudável em Niterói e São Gonçalo. O vídeo “Antes de Cair” é uma produção dessa oficina.

Objetivos específicos do vídeo Antes de Cair

É bem amplo o alcance do vídeo realizado e destacamos os seguintes objetivos:

- a. Possibilitar uma melhor qualificação dos quadros que vão atuar como animadores culturais em projetos de lazer;
- b. Integrar os participantes dos diversos núcleos do Vida Saudável em Niterói e São Gonçalo;
- c. Estimular dentre os participantes o interesse em ocupar espaços como o de produção de material mediático a ser difundido em emissões das TVs Comunitárias e Universitárias;
- d. Apresentar outras linguagens ao processo de alfabetização cultural que tanto se faz necessário na formação de agentes e do público alvo.

As quedas de idosos

No Brasil a parte da população formada por pessoas idosas aumenta num ritmo maior do que as de outras faixas etárias; isso amplia a relevância de algumas demandas sociais, historicamente esquecidas ou não priorizadas, relacionadas à vida das pessoas idosas, de modo que o envelhecimento saudável tende a ocupar um lugar central na preocupação das pessoas e da sociedade.

Identificamos a promoção da saúde como um caminho adequado para o envelhecimento saudável principalmente se considerada na integração de suas dimensões nos campos físico, emocional, mental, político, social e espiritual.

São profundas as transformações do sentido do que é ser velho na sociedade moderna, um reflexo pode ser observado num novo modo de vida que é sugerido aos aposentados. Ao que tudo indica a proposta ativista é hoje aquela que se apresenta como inquestionável, e a isto, em estudo mais aprofundado demos o nome de 'Pastoral do Envelhecimento Ativo' (Alves Junior, 2004). Educar pelo e para o lazer parece ser uma eficiente proposta considerada de pedagogia social capaz de contribuir para o crescimento do indivíduo aumentando sua criticidade, visando a transformação da sociedade. Como inserir estas propostas em um projeto destinado ao lazer de adultos e principalmente dos mais velhos é um desafio (Alves Junior, 2009).

O vídeo e a TV Comunitária como ferramenta pedagógica

A defesa por uma maior democratização dos meios de comunicação é uma conquista bastante significativa da sociedade brasileira. A Lei da TV a Cabo Brasileira (Brasil, 1995) define que no sistema de TV a cabo de uma determinada cidade seja garantido um canal comunitário para ser ocupado organizadamente pela sociedade civil, através de suas entidades e organizações.

Em algumas comunidades que realizam experiências com TVs comunitárias, podemos observar: elevação do nível de consciência crítica em relação aos meios de comunicação em massa; resgate dos valores culturais não contemplados pela hegemonia ideológica; mobilização para a participação ativa e fomento das práticas coletivas; entre outros elementos que a cada experiência se renovam.

Nesta proposta, mais do que consumir produtos vídeo registrados, destina-se a apresentar elementos que possibilitem a autogestão

dos idosos, que são preparados para produzir material para esta mídia. A oficina se desenvolveu a partir de um planejamento sugerido pelo agente cultural responsável e que foi aperfeiçoado através das discussões subsequentes que se deram com os participantes da Oficina. A partir daí se inseriu na Oficina temas que saíam do cotidiano dos participantes e a partir deles realizaram-se discussões no sentido da escolha de que material seria produzido e como este material seria produzido.

Partindo do princípio que a temática das quedas dos idosos faz parte da proposta do programa Vida Saudável em Niterói e São Gonçalo e considerando que esta Oficina de TV Comunitária se desenvolve no Núcleo denominado 'Prev-Quedas', decidiu-se por se fazer um vídeo educativo em que esta temática fosse trabalhada e que o seu produto viesse a ser difundido em outros núcleos do Vida saudável em Niterói e São Gonçalo. Ao mesmo tempo, a proposta procurou ampliar sua abrangência conscientizando a população de Niterói e São Gonçalo da importância de se pensar na prevenção de quedas. Isto acontece através da inclusão deste produto na grade da TV Comunitária de Niterói. O vídeo foi lançado em Praça pública e a matéria está disponível para ser veiculada em outros espaços além do acadêmico.

Consideramos o vídeo realizado como um documentário de curta duração constituído por sequências que alternam alguns tipos de narrativa: reportagens, entrevistas, cobertura de eventos e até mesmo um videoclipe e um prólogo de ficção, que conta com a dramatização dos participantes da Oficina.

A elaboração deste vídeo contou em diversos momentos com os frequentadores do projeto, além de contribuir com a formação continuada dos agentes, percebeu-se a capacidade de mobilização dos frequentadores do projeto que até o momento se apresentavam como consumidores de vídeos e não como capazes de produzi-lo.

TV Comunitária e democratização da comunicação no projeto Vida Saudável

No mundo contemporâneo a influência dos meios de comunicação de massa na educação, cultura, comportamento e opinião pública é de grande relevância. Hoje a ampla maioria desses meios é controlada por empresas comerciais privadas. Por isso os meios de comunicação se concentram cada vez mais como propriedades de conglomerados transnacionais com o poder de definir conteúdos para a comunicação social. Poder

que exercem segundo interesses econômicos e políticos. A tensão social que se identifica no campo do lazer (Melo, Alves Junior, 2003) se evidencia na televisão: sempre houve resistência. Historicamente vários setores da sociedade lutam por democratização da comunicação, contra a hegemonia ideológica e pela comunicação livre das leis de mercado. Algumas conquistas marcam o processo. A lei da TV à cabo Brasileira (Brasil, 1995) que define os canais de televisão públicos e gratuitos é uma delas. Essa foi fomentada em parte pelo movimento de TVs Comunitárias. Algumas experiências de TVs Comunitárias se caracterizam entre outros fatores por transmissões alternativas e produções populares é instigante apresentá-las a partir de um projeto como o Vida Saudável.

Hoje a Tv Comunitária de Niterói, emissora que ocupa o canal comunitário da cidade, garante o desenvolvimento de suas atividades através de convênio firmado com a UFF coordenado pelo GPEAF que é também responsável pelo projeto Vida Saudável em Niterói e São Gonçalo.

Transmissões alternativas podem ser: redes de TVs a cabo em bairros ou comunidades, canal público na rede municipal de TV a cabo, transmissões em baixa potência, TVs livres com telões ao vivo na praça pública, movimento de cineclubes e projeções em reuniões e auditórios e mais recentemente uso da internet.

A produção popular se contrapõe ao modelo autoritário da TV dominante, onde ao espectador não é possível emitir mensagens, mas apenas receber. Mesmo que contando com apenas uma câmera muitas comunidades historicamente conseguem organizar núcleos solidários de produção e foi isto o que ocorreu no projeto Vida Saudável em Niterói e São Gonçalo.

Considerações finais

Considerar a pessoa adulta de longa vivência – normalmente denominada velha ou idosa - na condição plena das possibilidades sociais. Isso faz romper com a idéia de que existe uma categoria etária distinta, formada pelas pessoas com mais tempo de vida, que deve ser tratada em um regime de exceção, caracterizado pelo tolhimento de espaços para a atuação social. Mais uma vez se percebe a disputa por hegemonia ideológica na sociedade de classes quando se percebe o ‘ageísmo’ (discriminação negativa de pessoas ou grupos com referência na faixa etária) que tenta impor o isolamento a essas pessoas, com referência nos valores de produtividade, competição e individualismo que carac-

terizam o modelo dominante. Assim como também se pode dizer que na medida em que se entende que se não existe uma etapa da vida ou um tipo de pessoa que possa ser definida como velho ou velha, pois o que existe sim é o envelhecimento como um processo presente em todas as idades, se desenvolve a resistência nesse campo.

A intervenção sistemática em uma comunidade, acessível a todas as pessoas, no sentido da realização periódica de atividades de lazer numa perspectiva de mobilização para a sociabilidade, da vivência das identidades culturais e de autonomia organizativa através da participação em um conjunto de oficinas, referenciadas em variados interesses culturais, acompanhadas e garantidas pela atuação mediadora das animadoras e animadores culturais é a proposta que pode fazer da animação cultural o instrumento capaz de articular a concepção emancipatória de lazer com o conceito intergeracional de envelhecimento. Sendo assim, a Oficina de TV Comunitária se realiza considerando esses pensamentos.

Referencias Bibliograficas

ALVES JUNIOR, Edmundo de Drummond. Construindo um programa de prevenção de quedas que seja capaz de influir na vida ativa de pessoas com necessidades especiais: preparando-se para um envelhecimento saudável. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 2001, **Anais**, Caxambu: CBCE, 2001, CD Rom.

_____. **A Pastoral do Envelhecimento Ativo**, Universidade Gama Filho (tese de doutorado, 2004).

_____. **Envelhecimento e Vida Saudável**, Rio de Janeiro: Apicuri, 2009

BRASIL, **Lei da TV a Cabo Brasileira**, lei 89977, Brasília: Congresso Nacional, 1995.

MELO, Victor de Andrade. **Animação Cultural**, conceitos e propostas, Campinas: Papirus, 2006.

_____. **Introdução ao Lazer**, Barueri: Manole, 2003.

Ministério
do Esporte



ISBN: 978-85-89191-15-4



9 788589 196154